



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1826

Segunda-feira - 14 de Setembro de 2015

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Água Doce.....	2	Frei Rogério .....	112	Palmitos .....	293
Antônio Carlos .....	4	Galvão.....	114	Passos Maia .....	294
Arabutã .....	5	Garopaba.....	118	Paulo Lopes .....	295
Ascurra.....	8	Garuva .....	120	Pomerode.....	296
Atalanta.....	11	Gaspar .....	121	Porto União.....	299
Aurora .....	12	Governador Celso Ramos .....	122	Pouso Redondo .....	300
Balneário Piçarras.....	20	Guaraciaba .....	124	Presidente Nereu.....	301
Bela Vista do Toldo.....	21	Guarujá do Sul .....	125	Rio do Sul.....	303
Biguaçu .....	22	Herval d'Oeste .....	126	Salto Veloso.....	309
Blumenau .....	28	Imarui .....	130	Santa Terezinha do Progresso .....	311
Bom Jesus do Oeste .....	39	Imbituba .....	131	Santiago do Sul.....	312
Bom Retiro .....	41	Indaial.....	132	São Bento do Sul.....	313
Botuvera.....	42	Ipumirim .....	180	São Domingos.....	315
Braço do Trombudo .....	43	Itá .....	181	São João do Oeste .....	319
Brunópolis .....	44	Itapiranga.....	184	São João do Sul .....	320
Brusque.....	45	Itapoá .....	185	São Joaquim .....	321
Caçador.....	53	Jacinto Machado .....	188	São José.....	326
Camboriú.....	59	Joaçaba .....	189	São Lourenço do Oeste.....	337
Campo Alegre .....	60	Lages .....	202	São Miguel da Boa Vista .....	340
Campos Novos.....	63	Laguna .....	203	São Pedro de Alcântara.....	341
Canoinhas.....	66	Lauro Muller .....	205	Schroeder.....	342
Capinzal .....	73	Lebon Regis .....	209	Serra Alta .....	366
Chapadão do Lageado .....	77	Leoberto Leal.....	210	Sombrio.....	368
Cocal do Sul.....	78	Luzerna .....	220	Tigrinhos .....	370
Concórdia .....	79	Mafra .....	223	Timbó .....	371
Cordilheira Alta .....	80	Maracajá .....	224	Trombudo Central.....	373
Coronel Freitas.....	82	Maravilha.....	225	Tunápolis.....	375
Coronel Martins.....	84	Massaranduba.....	226	Urussanga .....	380
Correia Pinto.....	85	Modelo .....	227	Vidal Ramos.....	381
Corupá .....	86	Monte Carlo .....	228	Videira.....	383
Curitibanos .....	100	Morro da Fumaça .....	230	Vitor Meireles.....	386
Dionísio Cerqueira .....	108	Navegantes.....	231	Xanxerê.....	387
Flor do Sertão.....	109	Nova Trento.....	233	Xavantina .....	391
Forquilha.....	110	Orleans .....	257	Xaxim.....	403
Fraiburgo.....	111	Palhoça .....	281		

### Consórcios

AGIR .....	404
CIS Nordeste .....	404
Consórcio Mampituba .....	405

# Água Doce

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 099/2015

DECRETO Nº 099/2015 - DE 31 DE AGOSTO DE 2015  
"ANULA PARCIALMENTE E TRANSFERE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce – SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 18 da Lei nº 2.329 de 09 de dezembro de 2014,

#### DECRETA:

Art. 1º. Ficam anuladas parcialmente as seguintes dotações orçamentárias constantes no orçamento vigente:

#### 03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

##### 01 DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS GERAIS

#### 04.122.0003.2.008 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

3.1.91.00.00.0679/18 Aplicações Diretas ..... R\$ 2.200,00

#### 05 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

##### 01 DEPARTAMENTO DE ENSINO

#### 12.362.0011.2.026 MANUTENÇÃO DO ENSINO MÉDIO C.E.A.

3.3.50.00.00.0679/73 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos ..... R\$ 5.000,00

#### 13 FUNDO MUNIICPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

##### 01 FUNDO MUNIICPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

#### 08.244.0024.2.038 MANUTENÇÃO DO DEPTO. DE PROMOÇÃO SOCIAL

4.4.90.00.00.0679/123 Aplicações Diretas ..... R\$ 2.000,00

#### 17 SECRETARIA DE URBANISMO

##### 01 DEPARTAMENTO DE URBANISMO

#### 15.452.0017.2.043 MANUTENÇÃO TERMINAL RODOVIÁRIO

4.4.90.00.00.0679/144 Aplicações Diretas ..... R\$ 2.000,00  
TOTAL ..... R\$ 11.200,00

Art. 2º. Os valores anulados conforme artigo 1º deste Decreto, serão utilizados para suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

#### 03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

##### 01 DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS GERAIS

#### 04.122.0003.2.008 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

3.3.90.00.00.0679/19 Aplicações Diretas ..... R\$ 2.200,00

#### 05 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

##### 01 DEPARTAMENTO DE ENSINO

#### 12.362.0011.2.026 MANUTENÇÃO DO ENSINO MÉDIO C.E.A.

3.3.90.00.00.0679/74 Aplicações Diretas ..... R\$ 5.000,00

#### 13 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

##### 01 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

#### 08.244.0024.2.038 MANUTENÇÃO DO DEPTO. DE PROMOÇÃO SOCIAL

3.3.90.00.00.0679/122 Aplicações Diretas ..... R\$ 2.000,00

#### 17 SECRETARIA DE URBANISMO

##### 01 DEPARTAMENTO DE URBANISMO

#### 15.452.0017.2.043 MANUTENÇÃO TERMINAL RODOVIÁRIO

3.3.90.00.00.0679/143 Aplicações Diretas ..... R\$ 2.000,00  
TOTAL ..... R\$ 11.200,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 31 de agosto de 2015.

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 100/2015

DECRETO Nº 100/2015 - DE 31 DE AGOSTO DE 2015

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CRIA ELEMENTO DE DESPESA NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce – SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 17 da Lei nº 2.329, de 09 de dezembro de 2014,

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.329 de 09 de dezembro de 2014, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 153.900,72 (cento cinquenta e três mil, novecentos reais e setenta e dois centavos), para a Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para Manutenção dos Departamentos.

Art. 2º. Ficam criados e suplementados no orçamento vigente os elementos de despesas 3.3.90.00.00.0110/197, 3.3.90.00.00.0110/198, 3.1.90.00.00.0197/199 e 3.3.90.00.00.0197/200 Aplicações Diretas com as seguintes classificações orçamentárias:

#### 02 GABINETE DO PREFEITO

##### 01 GABINETE DO PREFEITO E VICE

#### 04.122.0002.2.002 MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO E VICE

3.3.90.00.00.0110/197 Aplicações Diretas ..... R\$ 16.000,00

#### 04.122.0002.2.003 MANUTENÇÃO DAS ASSESSORIAS E CONTADORIA

3.3.90.00.00.0110/198 Aplicações Diretas ..... R\$ 5.000,00

#### 05 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

##### 01 DEPARTAMENTO DE ENSINO

#### 12.361.0010.2.020 MANUTENÇÃO DO DEPTO. DE ENSINO

3.1.90.00.00.0197/199 Aplicações Diretas ..... R\$ 82.000,00

3.3.90.00.00.0197/200 Aplicações Diretas ..... R\$ 50.900,72

TOTAL ..... R\$ 153.900,72

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, será utilizado recursos do superávit 2014.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 31 de agosto de 2015

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 101/2015**

DECRETO Nº 101/2015 – DE 31 DE AGOSTO DE 2015

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce – SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 17 da Lei nº 2.329, de 09 de dezembro de 2014,

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.329, de 09 de dezembro de 2014, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), para a Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único. O recurso a que se refere o "caput" deste artigo será para manutenção da Secretaria de Administração Fazenda e Departamentos.

Art. 2º. Fica suplementado no orçamento vigente o elemento de despesa 3.3.90.00.00.0110/180 Aplicações Diretas, com a seguinte classificação orçamentária:

03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

01 DEPTO. DE SERVIÇOS GERAIS

04.122.0003.2.006 MANUTENÇÃO SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO FAZENDA E DEPTOS.

3.3.90.00.00.0110/180 Aplicações Diretas ..... R\$ 100.000,00

TOTAL ..... R\$ 100.000,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, será utilizado recursos do superávit 2014.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 31 de agosto de 2015

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 102/2015**

DECRETO Nº 102/2015 – DE 02 DE SETEMBRO DE 2015

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, ANULA PARCIALMENTE E TRANSFERE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce – SC usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 18 da Lei nº 2.329, de 09 de dezembro de 2014,

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.329 de 09 de dezembro de 2014, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 53.000,00 (cinquenta e três mil reais) para o Fundo Municipal de Saúde.

Parágrafo único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para Manutenção do Fundo Municipal de Água Doce.

Art. 2º. Fica suplementado no orçamento vigente o elemento de despesa Aplicação Direta com a seguinte classificação orçamentária:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE

01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE

10.301.0042.2.051 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

3.3.90.00.0.1.0002.0/11 Aplicações Diretas ..... R\$ 53.000,00

TOTAL .....R\$ 53.000,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto fica anulado parcialmente o recurso da seguinte dotação orçamentária:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE

01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE

10.301.0042.2.051 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

3.1.90.00.0.1.0002.0/9 Aplicações Diretas ..... R\$ 53.000,00

TOTAL .....R\$ 53.000,00

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 02 de setembro de 2015.

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 59/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE

PROCESSO LICITATÓRIO 59/2015

PREGÃO PRESENCIAL 43/2015

O MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto PROCESSO LICITATÓRIO nº 59/2015, na modalidade "PREGÃO PRESENCIAL nº 43/2015", do tipo "MENOR PREÇO POR ITEM", destinado a aquisição de material esportivo, o qual será processado e julgado no dia 24 de setembro de 2015 as 13h30, em consonância com as Leis Federais n. 8.666/93 e demais normas legais aplicáveis à espécie. Integra do edital disponível em: [www.aguadoce.sc.gov.br](http://www.aguadoce.sc.gov.br)

Água Doce, SC, 11 de setembro de 2015

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

# Antônio Carlos

## PREFEITURA

### **ERRATA LICITAÇÃO Nº 80/2015 - PREGÃO PRESENCIAL 49/2015**

AVISO DE ERRATA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 080/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 049/2015

A Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, torna pública a ERRATA, comunicando a todos os interessados que no Processo Licitatório 080/2015 – modalidade Pregão Presencial nº. 049/2015, inclui um item (item 49) ao ANEXO I do Edital:

49	Pneu 1000/20 Radial Borrachudo	Unidade	40	1.340,00	53.600,00
----	--------------------------------	---------	----	----------	-----------

Ficam alteradas a data e o horário do presente certame para o dia 24/09/2015 às 13:30h.

Antônio Carlos, 11 de setembro de 2015.

Eliane Nunes de Oliveira Folganes

Pregoeira

### **EXTRATO DE TERMO ADITIVO - PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 084/2015**

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº. 084/2015; Origem: Processo Licitatório nº 034/2015 – Tomada de Preço nº 003/2015. Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC. Contratada: CONPESA CONSTRUÇÃO PESADA LTDA; Objeto: o presente termo aditivo tem por objeto, aditar o prazo de execução da obra do presente contrato, que consiste na “contratação de empresa especializada em serviços de engenharia civil para empreitada por menor preço global, na execução de serviços de drenagem, pavimentação asfáltica e sinalização, com fornecimento de material e mão de obra para continuação da Rua Pedro Leonardo Schmitz, com a extensão de 192,150 metros, na localidade do Egito, Município de Antônio Carlos/SC, com recurso de Convênio nº. 2014TR002324 firmado entre GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, através da Secretaria de Desenvolvimento Regional – GRANDE FLORIANÓPOLIS E PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS/SC, conforme projetos, memorial descritivo, ART, cronograma físico financeiro, planilha orçamentária e anexos, parte integrante do edital”, conforme Processo Licitatório nº 034/2015 – Tomada de Preço nº 003/2015.”; Prazo Aditado: 30 (trinta) dias. Novo vencimento: 09 de outubro de 2015 de 2015. As demais cláusulas e condições permanecem inalteradas.

Antônio Carlos, 09 de setembro de 2015.

Antônio Paulo Remor

Prefeito Municipal

### **EXTRATO DE TERMO ADITIVO - TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 165/2014**

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº. 165/2014; Origem: Processo Licitatório nº 094/2014 – Tomada de Preço nº 008/2014. Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC. Contratada: CONPESA CONSTRUÇÃO PESADA LTDA; Objeto: o presente termo aditivo tem por objeto, aditar o prazo de execução da obra do presente contrato, que consiste na “contratação de empresa especializada em serviços de engenharia civil para empreitada por menor preço global, na execução de serviços de terraplanagem, drenagem, pavimentação asfáltica e sinalização, com fornecimento de material e mão de obra, da Rua 06 de Novembro, com a extensão de 1.000,00 metros no Centro do Município de Antônio Carlos, com recurso do FUNDAN – GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, conforme projetos, memorial descritivo, ART, cronograma físico financeiro, planilha orçamentária e anexos, parte integrante do edital.”, conforme Processo Licitatório nº 094/2014 – Tomada de Preço nº 008/2014. Prazo Aditado: 60 (sessenta) dias. Novo vencimento: 10 de novembro de 2015. As demais cláusulas e condições permanecem inalteradas.

Antônio Carlos, 09 de setembro de 2015.

Antônio Paulo Remor

Prefeito Municipal

# Arabutã

## PREFEITURA

### 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº. 45/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº. 045/2014

Primeiro termo aditivo ao contrato de trabalho temporário que entre si fazem, de um lado, o MUNICÍPIO DE ARABUTÃ e de outro lado, VANESSA RECKERS, celebrado em 12 de setembro de 2014.

Pelo presente termo aditivo, o MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Lauro Muller, 210, nesta cidade, inscrita no CNPJ sob o nº 95.995.221/0001-53, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. JACKSON LUIZ PATZLAFF, brasileiro, convivente, do comércio, inscrito no CPF sob o nº. 844.823.549-53, residente e domiciliado na Avenida dos Imigrantes, 250, neste Município, adiante identificado apenas como MUNICÍPIO; e de outra parte o Senhora VANESSA RECKERS, inscrita no CPF sob nº. 075.768.109-39 têm justos e contratados as seguintes alterações do contrato primitivamente celebrado:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

Na Cláusula Segunda: Da Vigência fica aditado do dia 12 de setembro de 2015 a 11 de março de 2016.

#### CLAUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas e condições do contrato permanecem inalteradas.

Por estarem, assim, justas e contratadas, as partes firmam o presente termo em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Arabutã/SC, 11 de setembro de 2015.

MUNICÍPIO DE ARABUTÃ

Jackson Luiz Patzlaff – Prefeito

Vanessa Reckers  
Contratada

Testemunhas:

Leandra Christina Coldebella  
CPF/MF nº. 039.438.689-23

Daiane Albiero Deuner  
CPF/MF nº. 034.928.909-38

### 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº. 43/2014

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº. 043/2014

Segundo termo aditivo ao contrato de trabalho temporário que entre si fazem, de um lado, o MUNICÍPIO DE ARABUTÃ e de outro lado, NOELI DIRINGS, celebrado em 10 de setembro de 2014.

Pelo presente termo aditivo, o MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Lauro Muller, 210, nesta cidade, inscrita no CNPJ sob o nº 95.995.221/0001-53, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. JACKSON LUIZ PATZLAFF, brasileiro, convivente, do

comércio, inscrito no CPF sob o nº. 844.823.549-53, residente e domiciliado na Avenida dos Imigrantes, 250, neste Município, adiante identificado apenas como MUNICÍPIO; e de outra parte o Senhora NOELI DIRINGS, inscrita no CPF sob nº. 019.620.849-14 têm justos e contratados as seguintes alterações do contrato primitivamente celebrado:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

Na Cláusula Segunda: Da Vigência fica aditado do dia 10 de setembro de 2015 a 10 de março de 2016.

#### CLAUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas e condições do contrato permanecem inalteradas.

Por estarem, assim, justas e contratadas, as partes firmam o presente termo em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Arabutã/SC, 10 de setembro de 2015.

MUNICÍPIO DE ARABUTÃ

Jackson Luiz Patzlaff – Prefeito

Vanessa Reckers  
Contratada

Testemunhas:

Leandra Christina Coldebella  
CPF/MF nº. 039.438.689-23

Daiane Albiero Deuner  
CPF/MF nº. 034.928.909-38

### ATA DE LICITAÇÃO -PL Nº. 66/2015

ATA 001

Processo Licitatório nº. 66/2015 – Pregão Presencial nº 035/2015  
Objeto: Registro de preço de serviços gráficos, para atender as necessidades das Unidades Administrativas do Município, conforme itens do anexo I.

Aberta a sessão, verificou-se que até o horário e data limites nenhuma licitante compareceu e/ou entregou/protocolou envelope para a presente licitação.

Desta forma, a Pregoeira e Equipe de Apoio declararam a licitação DESERTA.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente ata aprovada e assinada pela Pregoeira e Equipe de Apoio presentes ao final da sessão

Arabutã, 11 de setembro de 2015.

Pregoeira - LEANDRA CHRISTINA COLDEBELLA

Equipe de Apoio: DAIANE ALBIERO DEUNER  
DULCI DRIEMEIER  
FELIPE PATZLAFF  
DELSI DRIEMEIER



**DECRETO Nº 1760/2015**

Decreto nº. 1760, de 11 de setembro de 2015.

DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 66/2015, EDITAL DE PREGÃO, Nº 035/2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Jackson Luiz Patzlaff, Prefeito de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; Considerando os elementos constantes do Edital de Pregão nº. 035/2015, em especial o posicionamento firmado pela Pregoeira e Equipe de Apoio, quanto à ausência de licitantes;

**DECRETA:**

Art. 1. Fica aludido procedimento revogado, providência que encontra amparo legal no artigo 49 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Arabutã (SC),

11 de setembro de 2015.

JACKSON LUIZ PATZLAFF

Prefeito

Registrado e publicado em data supra.

Greici Fernanda Sonntag

Responsável Pelas Publicações

**EDITAL SRH 01/2015**

EDITAL/SRH Nº 01, DE 10 DE SETEMBRO DE 2015.

Abre inscrição para Progressão por Curso de Aperfeiçoamento ou Capacitação e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARABUTÃ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos dos art. 29 da Lei Complementar nº 158, de 29 de dezembro de 2014, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para os Servidores Públicos do Município de Arabutã revoga leis e dá outras providências, torna público, pelo presente Edital as normas e procedimentos que nortearão o progresso por cursos de aperfeiçoamento ou capacitação dos servidores públicos municipais,

**ABRE INSCRIÇÃO**

Art. 1º Ficam abertas às inscrições para a progressão por cursos de aperfeiçoamento ou capacitação, aos servidores públicos municipais efetivos (com estágio probatório concluído) ou estáveis, na forma do art. 2º e art. 29 da Lei Complementar nº. 158, de 29 de dezembro de 2014.

Art. 2º Os servidores públicos municipais que preencham os requisitos do art. 1º do presente Edital deverão apresentar comprovação de cursos de aperfeiçoamento na área específica de atuação até dia 30 do mês de setembro de 2015, no Setor de Recursos Humanos - SRH, através de requerimento com os seguintes documentos anexos:

I – certificados de cursos de aperfeiçoamento ou capacitação obtidos a partir de 1º de janeiro de 2010 a 10 de setembro de 2015, sendo:

a) a carga horária dos cursos deverá ser igual ou superior a 04 (quatro) horas/aula para cada curso;

b) somente poderão ser utilizados os cursos de interesse da administração pública municipal, ou por esta autorizada, e não utilizados para outras progressões;

c) nos documentos hábeis apresentados para a progressão estabelecida no inciso I do caput deste artigo devem constar a assinatura do responsável, a carga horária e o período de início e de término do curso ou do evento;

d) não serão considerados estágios, monitoria, cursos ou seminários (ou eventos similares), quando os mesmos fizerem parte do currículo de cursos de graduação ou pós-graduação e que forem requisitos para a conclusão dos mesmos.

e) os cursos não presenciais efetuados a distância, somente serão considerados se forem oferecidos por órgãos da Administração Pública de qualquer ente da federação ou entidade, por estas contratadas, por Tribunais de Contas, por entidades específicas que atuam no desenvolvimento das Administrações Públicas, por confederações, federações, associações e fundações ligadas às Administrações Públicas, por universidades cujos cursos são devidamente homologados pelo MEC, por organizações públicas ou entidades por estas contratadas.

§ 1º Para conquistar uma referência (progressão), o servidor deverá apresentar 60 (sessenta) horas de cursos na área de atuação específica, ou atividade afim;

§ 2º os cursos cuja carga horária é dada em dias, considerar-se-á como 6 (seis) horas aulas por dia de curso;

§ 3º a carga horária do período aquisitivo poderá ser utilizada para novas progressões, obedecendo aos seguintes critérios:

I – se excedente a 60 (sessenta) horas, até o limite de 30 (trinta) horas;

II – se for inferior a 60 (sessenta) horas, 100 % (cem por cento) da carga horária.

§ 4º Entende-se por cursos na área de atuação específica ou atividade afim os voltados às atribuições de cada cargo, conforme descrito no Anexo II da Lei Complementar nº 158, de 29 de dezembro de 2014 e para os do Grupo B - Serviços Técnicos - Profissionais e do Grupo F - Serviços Técnicos - Profissionais do CRAS, do Anexo I, da mesma lei, relacionados, também, com a habilitação profissional do servidor e inerentes aos serviços desenvolvidos pelo Município.

§ 5º A documentação deverá ser apresentada em original ou cópia autenticada.

Art. 3º Pelo indeferimento da progressão por escolaridade, nos termos do art. 144 da Lei Complementar nº 159, de 29 de dezembro de 2014, cabe pedido de reconsideração à autoridade que houver expedido o ato de indeferimento da progressão.

Parágrafo único. Nos termos do art. 145 da Lei Complementar nº 159, de 29 de dezembro de 2014 o pedido de reconsideração ou de recurso é de 30 (trinta) dias a contar da publicação ou da ciência, pelo interessado, da decisão recorrida.

Art. 4º Nos termos do art. 35 da Lei Complementar nº 158, de 29 de dezembro de 2014 o Prefeito baixará ato procedendo ao enquadramento dos servidores segundo o deferimento do presente Edital.

Art. 5º O presente Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 10 de setembro de 2015.

Jackson Luiz Patzlaff

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 10 de setembro de 2015

Greici Fernanda Sonntag  
Responsável pela publicação

## **EDITAL SRH 02/2015**

EDITAL/SRH Nº 02, DE 10 DE SETEMBRO DE 2015.

Abre inscrição para Progressão por Curso de Aperfeiçoamento ou Capacitação e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARABUTÃ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do art. 26 da Lei Complementar nº 155, de 29 de dezembro de 2014, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Vencimentos e Carreira dos Profissionais do Magistério Público do Município de Arabutã, e dá outras providências, faz compilação de Leis, revoga Leis e dá outras providências, torna público, pelo presente Edital as normas e procedimentos que nortearão o progresso por cursos de aperfeiçoamento ou capacitação dos servidores públicos municipais,

### **ABRE INSCRIÇÃO**

Art. 1º Ficam abertas às inscrições para a progressão por cursos de aperfeiçoamento ou capacitação, aos membros do magistério público municipal efetivos (com estágio probatório concluído) ou estáveis, na forma do art. 13 e art. 26 da Lei Complementar nº 155 de 29 de dezembro de 2014 e concursados com estágio probatório concluído.

Art. 2º Os membros do magistério público municipal que preencham os requisitos do art. 1º do presente Edital deverão apresentar comprovação de cursos de aperfeiçoamento na área específica de atuação até dia 30 do mês de setembro de 2015, no Setor de Recursos Humanos - SRH, através de requerimento com os seguintes documentos anexos:

I – certificados de cursos de aperfeiçoamento ou capacitação obtidos a partir de 1º de janeiro de 2010 a 10 de setembro de 2015, sendo:

a) a carga horária dos cursos deverá ser igual ou superior a 04 (quatro) horas/aula para cada curso;

b) somente poderão ser utilizados os cursos de interesse da administração pública municipal, ou por esta autorizada e não utilizados para outras progressões;

c) nos documentos hábeis apresentados para a progressão estabelecida no inciso I do caput deste artigo devem constar a assinatura do responsável, a carga horária e o período de início e de término do curso ou do evento;

d) não serão considerados estágios, monitoria, cursos ou seminários (ou eventos similares), quando os mesmos fizerem parte do currículo de cursos de graduação ou pós-graduação e que forem requisitos para a conclusão dos mesmos;

e) os cursos não presenciais efetuados a distância, somente serão considerados se forem oferecidos por órgãos da Administração Pública de qualquer ente da federação ou entidade, por estas contratadas, por Tribunais de Contas, por entidades específicas que atuam no desenvolvimento das Administrações Públicas, por confederações, federações, associações e fundações ligadas às Administrações Públicas, por universidades cujos cursos são devidamente homologados pelo MEC, por organizações públicas ou entidades por estas contratadas.

§ 1º A progressão por cursos de capacitação e aperfeiçoamento, deverá ser comprovada através de certificados com respectivo registro e certificação relativos à participação em cursos de aperfeiçoamento, simpósios, congressos, seminários, treinamentos e

eventos similares, devidamente autorizados, exclusivo para o exercício da docência, área administrativa e pedagógica para os profissionais que atuam nessas áreas.

§ 2º Para conquistar uma referência, o membro do magistério deverá apresentar 120 (cento e vinte) horas de cursos na área de atuação específica, ou disciplina afim.

§ 3º Os cursos cuja carga horária é dada em dias, considerar-se-á como 6 (seis) horas aulas por dia de curso.

§ 4º A carga horária do período aquisitivo poderá ser utilizada para novas progressões, obedecendo aos seguintes critérios:

I – se excedente a 120 (cento e vinte) horas, até o limite de 60 (sessenta horas);

II – se for inferior a 120 (cento e vinte) horas, 100 % (cem por cento) da carga horária.

§ 5º Entende-se por cursos na área de atuação específica ou atividade afim os voltados às atribuições de cada cargo descrito no Anexo II da Lei Complementar nº 155, de 29 de dezembro de 2014, e também, com a habilitação profissional do membro do Magistério Público Municipal e inerentes às atividades do desenvolvimento educacional do Município.

§ 6º A documentação deverá ser apresentada em original ou cópia autenticada.

Art. 3º Pelo indeferimento da progressão por escolaridade, nos termos do art. 144 da Lei Complementar nº 159, de 29 de dezembro de 2014, cabe pedido de reconsideração à autoridade que houver expedido o ato de indeferimento da progressão.

Parágrafo único. Nos termos do art. 145 da Lei Complementar nº 159, de 29 de dezembro de 2014 o pedido de reconsideração ou de recurso é de 30 (trinta) dias a contar da publicação ou da ciência, pelo interessado, da decisão recorrida.

Art. 3º Nos termos do art. 35 da Lei Complementar nº 158 de 29 de dezembro de 2014 o Prefeito baixará ato procedendo ao enquadramento dos servidores segundo o deferimento do presente Edital.

Art. 4º O presente Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 10 de setembro de 2015.

Jackson Luiz Patzlaff  
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se  
Em 10 de setembro de 2015

Greici Fernanda Sonntag  
Responsável pela publicação

# Ascurra

## PREFEITURA

### DECRETO 2755, de 28/08/2015

DECRETO Nº 2755, de 28 de Agosto de 2015.

Dispõe sobre a abertura de Crédito Suplementar por Anulação de Dotação.

MOACIR POLIDORO, Prefeito do Município de ASCURRA, Estado de Santa Catarina, em conformidade com a Lei Nº 1396, de 15 de dezembro de 2014.

Art. 1º - É aberto ao orçamento do exercício de 2015, em favor das Unidades Orçamentárias a seguir relacionadas, créditos adicionais suplementares no valor de R\$ 39.000,00, observadas as seguintes classificações funcionais programáticas.

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
03	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO
03.001	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO
03.001.0004	ADMINISTRACAO
03.001.0004.0121	PLANEJAMENTO E ORCAMENTO
03.001.0004.0121.0100	GESTÃO DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
03.001.0004.0121.0100.2003	CONTRIBUICOES FINANCEIRAS A ENTIDADES
3335000000000000	TRANSFERENCIAS A INST.PRIV.S/ FINS LUCR
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 9.000,00 )
04	SECRETARIA DE EDUCACAO ESPORTE E CULTURA
04.001	SECRETARIA DE EDUCACAO
04.001.0012	EDUCACAO
04.001.0012.0365	EDUCACAO INFANTIL
04.001.0012.0365.0040	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO
04.001.0012.0365.0040.2010	MANUTENCAO DA MERENDA ESCOLAR
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 20.000,00 )
04	SECRETARIA DE EDUCACAO ESPORTE E CULTURA
04.002	ESPORTE E CULTURA
04.002.0013	CULTURA
04.002.0013.0392	DIFUSAO CULTURAL
04.002.0013.0392.0060	APOIO AO ESPORTE E CULTURA
04.002.0013.0392.0060.2022	MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 10.000,00 )

Art. 2º - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, das seguintes dotações orçamentárias.

Dotações Anuladas	
Código	Descrição
03	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO

03.001	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO
03.001.0004	ADMINISTRACAO
03.001.0004.0121	PLANEJAMENTO E ORCAMENTO
03.001.0004.0121.0100	GESTÃO DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
03.001.0004.0121.0100.2002	MAN. ATIV. ADMINISTR. FINANCEIRA E ORCAMENTARIA
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 39.000,00 )

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra em, 28 de agosto de 2015.

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na forma regulamentar.

Município de Ascurra/SC, 28 de agosto de 2015.

Claudia Dalfovo

Auxiliar Administrativo

### DECRETO 2756, de 28/08/2015

DECRETO Nº 2756, de 28 de Agosto de 2015.

Abre Crédito Suplementar Por Transposição de Dotação.

MOACIR POLIDORO, Prefeito do Município de ASCURRA, Estado de Santa Catarina, em conformidade com a Lei Nº 1396, de 15 de dezembro de 2014.

Art. 1º - É aberto ao orçamento do exercício de 2015, em favor das Unidades Orçamentárias a seguir relacionadas, créditos adicionais suplementares por transposição de dotação, no valor de R\$ 139.000,00, observadas as seguintes classificações funcionais programáticas.

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
05	SECRETARIA DE SAUDE
05.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
05.001.0010	SAUDE
05.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
05.001.0010.0301.0070	DESENVOLVIMENTO DA SAÚDE
05.001.0010.0301.0070.2024	MANUTEÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010200	Receitas de Impostos - Saúde
	Valor: ( 99.000,00 )
05	SECRETARIA DE SAUDE
05.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
05.001.0010	SAUDE
05.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
05.001.0010.0301.0070	DESENVOLVIMENTO DA SAÚDE
05.001.0010.0301.0070.2024	MANUTEÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
3339300000000000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS



00010200	Receitas de Impostos - Saúde
	Valor: ( 40.000,00 )

Art. 2º - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, das seguintes dotações orçamentárias.

Dotações Anuladas	
Código	Descrição
02	GABINETE DO PREFEITO
02.001	GABINETE DO PREFEITO
02.001.0004	ADMINISTRACAO
02.001.0004.0122	ADMINISTRACAO GERAL
02.001.0004.0122.0020	GESTÃO ADMINISTRATIVA DO GABINETE DO PREFEITO
02.001.0004.0122.0020.2005	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES EXECUTIVAS
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 1.000,00 )
03	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO
03.001	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO
03.001.0002	JUDICIARIA
03.001.0002.0061	ACAO JUDICIARIA
03.001.0002.0061.0100	GESTÃO DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
03.001.0002.0061.0100.0006	PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 500,00 )
03	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO
03.001	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO
03.001.0002	JUDICIARIA
03.001.0002.0061	ACAO JUDICIARIA
03.001.0002.0061.0100	GESTÃO DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
03.001.0002.0061.0100.0006	PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 500,00 )
03	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO
03.001	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO
03.001.0004	ADMINISTRACAO
03.001.0004.0121	PLANEJAMENTO E ORCAMENTO
03.001.0004.0121.0100	GESTÃO DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
03.001.0004.0121.0100.0002	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA
3329000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 5.000,00 )
03	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO
03.001	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO
03.001.0004	ADMINISTRACAO
03.001.0004.0121	PLANEJAMENTO E ORCAMENTO
03.001.0004.0121.0100	GESTÃO DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
03.001.0004.0121.0100.0002	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA
3469000000000000	APLICACOES DIRETAS

00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 10.000,00 )
03	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO
03.001	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO
03.001.0004	ADMINISTRACAO
03.001.0004.0121	PLANEJAMENTO E ORCAMENTO
03.001.0004.0121.0100	GESTÃO DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
03.001.0004.0121.0100.1004	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 10.000,00 )
03	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO
03.002	FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
03.002.0016	HABITACAO
03.002.0016.0482	HABITACAO URBANA
03.002.0016.0482.0115	HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
03.002.0016.0482.0115.2064	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 1.000,00 )
04	SECRETARIA DE EDUCACAO ESPORTE E CULTURA
04.001	SECRETARIA DE EDUCACAO
04.001.0012	EDUCACAO
04.001.0012.0365	EDUCACAO INFANTIL
04.001.0012.0365.0040	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO
04.001.0012.0365.0040.1005	CONSTRUÇÃO E REFORMAS DE CENTROS DO ENSINO INFANTI
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 10.000,00 )
04	SECRETARIA DE EDUCACAO ESPORTE E CULTURA
04.002	ESPORTE E CULTURA
04.002.0013	CULTURA
04.002.0013.0392	DIFUSAO CULTURAL
04.002.0013.0392.0060	APOIO AO ESPORTE E CULTURA
04.002.0013.0392.0060.1039	IMPLANTAÇÃO CENTRO CULTURAL
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 5.000,00 )
04	SECRETARIA DE EDUCACAO ESPORTE E CULTURA
04.002	ESPORTE E CULTURA
04.002.0027	DESPORTO E LAZER
04.002.0027.0812	DESPORTO COMUNITARIO
04.002.0027.0812.0060	APOIO AO ESPORTE E CULTURA
04.002.0027.0812.0060.1038	CONSTRUÇÃO DE CENTRO POLIESPORTIVO
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 5.000,00 )
06	SECRETARIA DE AGRICULTURA, ABAST. E MEIO AMBIENTE
06.001	SECRETARIA DE AGRICULTURA, ABAST. E MEIO AMBIENTE
06.001.0020	AGRICULTURA
06.001.0020.0606	EXTENSAO RURAL

06.001.0020.0606.0090	AGRICULTURA ABASTECIMENTO E MEIO AMBIENTE
06.001.0020.0606.0090.1015	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 10.000,00 )
06	SECRETARIA DE AGRICULTURA, ABAST. E MEIO AMBIENTE
06.001	SECRETARIA DE AGRICULTURA, ABAST. E MEIO AMBIENTE
06.001.0020	AGRICULTURA
06.001.0020.0606	EXTENSAO RURAL
06.001.0020.0606.0090	AGRICULTURA ABASTECIMENTO E MEIO AMBIENTE
06.001.0020.0606.0090.2015	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES AGRICOLAS
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 20.000,00 )
07	SECRETARIA DE TRANSPORTES E SERVICOS URBANOS
07.001	SECRETARIA DE TRANSPORTES E SERVICOS URBANOS
07.001.0015	URBANISMO
07.001.0015.0451	INFRA-ESTRUTURA URBANA
07.001.0015.0451.0030	MANUTENÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO MUNICIPAL
07.001.0015.0451.0030.1012	MELHORAMENTO DA PATRULHA MECANIZADA
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 10.000,00 )
07	SECRETARIA DE TRANSPORTES E SERVICOS URBANOS
07.001	SECRETARIA DE TRANSPORTES E SERVICOS URBANOS
07.001.0015	URBANISMO
07.001.0015.0451	INFRA-ESTRUTURA URBANA
07.001.0015.0451.0030	MANUTENÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO MUNICIPAL
07.001.0015.0451.0030.1013	CONSTRUÇÃO DE PONTOS DE ONIBUS
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 20.000,00 )
07	SECRETARIA DE TRANSPORTES E SERVICOS URBANOS
07.001	SECRETARIA DE TRANSPORTES E SERVICOS URBANOS
07.001.0026	TRANSPORTE
07.001.0026.0782	TRANSPORTE RODOVIARIO
07.001.0026.0782.0030	MANUTENÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO MUNICIPAL
07.001.0026.0782.0030.1011	CONSTRUÇÃO DE PONTES E GALERIAS PLUVIAIS
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 10.000,00 )
07	SECRETARIA DE TRANSPORTES E SERVICOS URBANOS
07.003	FUNDO MUNICIPAL DE PROTECAO E DEFESA CIVIL
07.003.0006	SEGURANCA PUBLICA
07.003.0006.0182	DEFESA CIVIL
07.003.0006.0182.0120	DEFESA CIVIL

07.003.0006.0182.0120.2023	MANUTENCAO DO FUNDO MUNICIPAL DE PROTECAO E DEFESA
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 5.000,00 )
10	SECRETARIA MUNICIPAL DESENVOLV. ECON. E TURISMO
10.001	SECRETARIA MUNICIPAL DESENVOLV. ECON. E TURISMO
10.001.0023	COMERCIO E SERVICOS
10.001.0023.0691	PROMOCAO COMERCIAL
10.001.0023.0691.0025	DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E TURISTICO
10.001.0023.0691.0025.2017	MANUT. ATIVIDADES DESENV. ECONOMICO E TURISMO
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 15.000,00 )
10	SECRETARIA MUNICIPAL DESENVOLV. ECON. E TURISMO
10.001	SECRETARIA MUNICIPAL DESENVOLV. ECON. E TURISMO
10.001.0023	COMERCIO E SERVICOS
10.001.0023.0691	PROMOCAO COMERCIAL
10.001.0023.0691.0025	DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E TURISTICO
10.001.0023.0691.0025.2017	MANUT. ATIVIDADES DESENV. ECONOMICO E TURISMO
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 1.000,00 )

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra em, 28 de agosto de 2015.

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na forma regulamentar.

Município de Ascurra/SC, 28 de agosto de 2015.

Claudia Dalfovo

Auxiliar Administrativo

# Atalanta

## PREFEITURA

### LEI Nº 1440/2015

LEI Nº 1440/2015

"Dispõe sobre Inclusão de Conta Despesa no Plano Plurianual - PPA, na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, e Abre Crédito Adicional Especial e dá Outras Providências".

O Prefeito do Município de Atalanta, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica incluída a Conta Despesa 3.3.93.00.00.00.00.00.0101; no Programa 0088 – SAÚDE PARA TODOS, na Lei Municipal nº. 1334/2013 de 30.08.2013, Plano Plurianual – PPA, no montante de R\$ 50.000,00 (Cinquenta Mil Reais).

Art. 2º - Será suplementado por meio de Decreto, somente a importância ou quando esta for necessária nas dotações do artigo 1º desta Lei.

Art. 3º - A Conta Despesa acrescida na ação que trata o artigo 1º, fica por conta da anulação da seguinte dotação do orçamento do corrente exercício:

09.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

09.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0088.2.036 – Manutenção dos Serviços de Saúde

3.3.90.00.00.00.00.00.0101 – Aplicações Diretas ..... R\$ 50.000,00

Art. 4º - Por conta da inclusão prevista no Artigo 1º da presente Lei, fica incluída a Conta Despesa 3.3.93.00.00.00.00.00.0101; no Programa 0088 – SAÚDE PARA TODOS, na Lei Municipal nº. 1391/2014 de 22.10.2014, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, no montante de R\$ 50.000,00 (Cinquenta Mil Reais).

Art. 5º - Por conta do disposto no Artigo 4º, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado incluir na Lei Orçamentária para o exercício de 2015 a abertura de Crédito Adicional Especial, no montante de R\$ 50.000,00 (Cinquenta Mil Reais).

Órgão: 09.00 Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 09.01 Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 - Saúde

Sub-Função: 301 – Atenção Básica

Programa: 0088 – SAÚDE PARA TODOS

Projeto Atividade 2.037 – Manutenção Consórcio Intermunicipal de Saúde - AMAVI

Elemento de Despesa: 3.3.93.00.00.00.00.00.0101 – Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos ..... 50.000,00

Art. 6º - As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento de 2015.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 1095/2009 de 15.04.2009.

Prefeitura Municipal de Atalanta, 10 de setembro de 2015.

TARCÍSIO POLASTRI

Prefeito Municipal

# Aurora

## CÂMARA MUNICIPAL

### EDITAL Nº 02/2015

EDITAL DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO NA MODALIDADE: Pregão Presencial nº: 02/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº.: 02/2015

LICITAÇÃO TIPO: Menor Preço Global

ABERTURA DA PROPOSTA: DIA 29/09/2015

HORA: 14:00 hs

LOCAL: Sala das Comissões, Rua Padre Francisco, 46

A CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE AURORA, SC torna público que se encontra aberta a licitação, na modalidade Pregão Presencial, devidamente autorizada pelo Exmo. Sr. Presidente da Câmara de Vereadores, ROBERTO DE OLIVEIRA, sob a forma de julgamento Menor Preço Global, e, processando-se nos termos da Lei Federal n.º 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal n.º 8.666-93 e alterações posteriores e as cláusulas e condições deste edital.

### DO OBJETO DA LICITAÇÃO

A presente licitação na modalidade Pregão Presencial, tipo Menor Preço Global, tem por objetivo a Aquisição de computadores e Scanner para o Poder Legislativo conforme relação anexo, de acordo com as descrições e/ou especificações constantes do ANEXO I.

#### 1 - DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES:

Para participação no certame, a licitante, além de atender ao disposto no item 6 deste edital, deverá apresentar a sua proposta de preço e documentos de habilitação em envelopes distintos, lacrados, não transparentes, identificados, respectivamente, como de nº 1 e nº 2, para o que se sugere a seguinte inscrição:

Envelope nº 01-PROPOSTA FINANCEIRA AO PODER LEGISLATIVO DE AURORA

Pregão Presencial nº: 02/2015

ENVELOPE Nº 01 - PROPOSTA FINANCEIRA

PROPONENTE ( NOME COMPLETO DA EMPRESA)

Envelope nº 02- DOCUMENTOS AO PODER LEGISLATIVO DE AURORA

Pregão Presencial nº: 02/2015

ENVELOPE Nº 02- DOCUMENTOS AO PODER LEGISLATIVO DE AURORA

PROPONENTE ( NOME COMPLETO DA EMPRESA)

Aurora - SC

Poder Legislativo

Rua Padre Francisco, 46

Setor de Licitações e contratos

1.1- As Licitantes poderão apenas enviar seus envelopes, sendo que será considerado somente o valor da proposta como o valor mínimo, perdendo o direito de lances, por não se fazerem representar.

#### 2 - DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO:

2.1. A licitante deverá apresentar-se para credenciamento junto ao pregoeiro, no dia, hora e local, mencionados no preâmbulo deste edital, diretamente, por meio de seu representante legal, ou através de procurador regularmente constituído, que devidamente identificado e credenciado, será o único admitido a intervir no procedimento licitatório, no interesse da representada.

2.2. O credenciamento será efetuado da seguinte forma:

a) se representada diretamente, por meio de dirigente, proprietário, sócio ou assemelhado, deverá apresentar:

a.1) cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado;

a.2) documento de eleição de seus administradores, em se tratando

de sociedade comercial ou de sociedade por ações;

a.3) inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício, no caso de sociedade civil;

a.4) decreto de autorização, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País;

a.5) registro comercial, se empresa individual.

a.6) fotocópia do documento de identidade, ou carteira de motorista do representante legal.

b) se representada por procurador, deverá apresentar:

b.1) instrumento público ou particular de procuração, este com a firma do outorgante reconhecida, em que conste os requisitos mínimos previstos no art. 654, § 1º, do Código Civil, em especial o nome da empresa outorgante e de todas as pessoas com poderes para a outorga de procuração, o nome do outorgado e a indicação de amplos poderes para dar lance(s) em licitação pública; ou b.2) carta de credenciamento outorgado pelos representantes legais da licitante, comprovando

a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame.

b.3) fotocópia do documento de identidade, ou carteira de motorista do procurador regularmente constituído.

Observação 1: Em ambos os casos (b.1 e b.2), o instrumento de mandato deverá estar acompanhado do ato de investidura do outorgante como representante legal da empresa.

c) A empresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos artigos 42 a 45 da Lei Complementar N.º123/2006, deverá apresentar inscrição no Simples Nacional (cfe. Instrução Normativa 103/07) de que se enquadra como microempresa, empresa de pequeno porte)

d) Declaração que a empresa está ciente e cumpriu plenamente todos os requisitos de habilitação.

2.3. Para exercer os direitos de ofertar lances e/ou manifestar intenção de recorrer, é obrigatória a licitante fazer-se representar em todas as sessões públicas referentes à licitação.

2.4. TODAS AS FOTOCÓPIAS DOS DOCUMENTOS RELATIVOS AO CREDENCIAMENTO DEVERÃO SER APRESENTADOS FORA DOS ENVELOPES

01 (PROPOSTA) E 02(DOCUMENTOS).

#### 3 - DO RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES:

3.1. No dia, hora e local, mencionados no preâmbulo deste edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes à sessão pública do pregão, o pregoeiro, inicialmente, receberá os envelopes nºs 01 - PROPOSTA e 02 - DOCUMENTAÇÃO.

3.2. Uma vez encerrado o prazo para a entrega dos envelopes acima referidos, não será aceita a participação de nenhuma licitante retardatária.

3.3. O pregoeiro realizará o credenciamento das interessadas, as quais deverão comprovar, por meio de instrumento próprio, poderes para formulação de ofertas e lances verbais, bem como para a prática dos demais atos do certame.

#### 4 - PROPOSTA DE PREÇO- (ENVELOPE 01):

4.1. A proposta, cujo prazo de validade é fixado pela Administração em 60 (sessenta) dias, deverá ser preenchida em formulário padronizado de proposta constante no ANEXO I.

4.2. Declaração da empresa licitante de que a proposta financeira observou as formas e condições constantes do Edital e ANEXO I, disponibilizados pelo Poder Legislativo.

4.3. Não serão enviados/recebidos arquivos e/ou aplicativo de forma diversa da constante do presente Edital;

4.4. A proposta deverá conter o preço unitário líquido, indicado em moeda nacional, onde deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, que eventualmente incidam sobre a operação ou, ainda, despesas com transporte ou terceiros, que correrão por conta da licitante vencedora;

Observação 1: Serão considerados, para fins de julgamento, os valores constantes no preço unitário, no máximo, duas casas decimais após a vírgula, sendo desprezadas as demais, se houver, também em eventual contratação.

#### 5 - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

5.1. Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

5.2. A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra à licitante.

5.2. Dada a palavra a licitante, esta disporá de 60 s (sessenta segundos) para apresentar nova proposta.

5.3. É vedada a oferta de lance com vista ao empate.

5.4. Não poderá haver desistência dos lances já ofertados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades constantes no item 13 deste edital.

5.5. O desinteresse em apresentar lance verbal, quando convocada pelo pregoeiro, implicará na exclusão da licitante da etapa competitiva e, conseqüentemente, no impedimento de apresentar novos lances, sendo mantido o último preço apresentado pela mesma, que será considerado para efeito de ordenação das propostas.

5.6. Caso não seja ofertado nenhum lance verbal, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço unitário e o valor estimado para a contratação, podendo o pregoeiro negociar diretamente com a proponente para que seja obtido preço melhor.

5.7. O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

5.8. Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo, comparando-a com os valores consignados em planilha de custos, decidindo motivadamente a respeito.

5.9. A classificação dar-se-á pela ordem crescente de preços propostos e aceitáveis. Será declarada vencedora a licitante que ofertar o menor preço unitário, desde que a proposta tenha sido apresentada de acordo com as especificações deste edital e seja compatível com o preço de mercado.

5.10. Serão desclassificadas as propostas que:

- a) não atenderem às exigências contidas no objeto desta licitação;
- b) forem omissas em pontos essenciais, de modo a ensejar dúvidas;
- c) afrontem qualquer dispositivo legal vigente, bem como as que não atenderem aos requisitos do item 4;
- d) contiverem opções de preços alternativos ou que apresentarem preços manifestamente inexeqüíveis;
- e) alterem unidade(s), quantidade(s) e descrição(ões) do(s) item(ns) do ANEXO I.

Observação: Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

5.11. Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.

5.12. Da sessão pública do pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro das licitantes credenciadas, as propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, a análise da documentação exigida para habilitação e os recursos interpostos.

5.13. A sessão pública não será suspensão, salvo motivo excepcional, devendo todas e quaisquer informações acerca do objeto serem esclarecidas previamente junto ao setor de licitações, conforme subitem 14.2 deste edital.

5.17. Caso haja necessidade de adiamento da sessão pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes.

#### 6 - DA HABILITAÇÃO- (ENVELOPE 02):

6.1. Para fins de habilitação neste pregão, a licitante deverá apresentar, dentro do ENVELOPE Nº 02, os seguintes documentos:

6.1.1. Declaração (de que não emprega menores de idade) que atende ao disposto no artigo 7.º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, conforme o modelo do Decreto Federal n.º 4.358-02;

6.1.1.1. Declaração de inexistência de fatos impeditivos à participação da empresa no certame.

6.1.2. - HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) registro comercial, no caso de empresa individual;

b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

c) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

6.1.3 - REGULARIDADE FISCAL:

a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);

b) prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes do Estado ou do Município, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividades;

c) prova de regularidade com a fazenda municipal do domicílio ou sede do licitante e do Município de Aurora - SC;

d) prova de regularidade com a fazenda estadual;

e) prova de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta Negativa de Débito Relativos a Tributos Federais e à dívida ativa da União e INSS);

f) prova de regularidade (CRF) junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

6.2. O envelope de documentação que não for aberto ficará em poder do pregoeiro pelo prazo de 30 (trinta) dias, a contar da homologação da licitação, devendo a licitante retirá-lo, após aquele período, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de inutilização do envelope.

#### 7 - DA ADJUDICAÇÃO:

7.1. Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, a licitante que ofertar o menor preço por item será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

7.2. Em caso de desatendimento às exigências habilitadoras, o pregoeiro inabilitará a licitante e examinará as ofertas subseqüentes e qualificação das licitantes, na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora, ocasião em que o pregoeiro poderá negociar diretamente com a proponente para que seja obtido preço melhor.

7.3. Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro proclamará a vencedora e, a seguir, proporcionará às licitantes a oportunidade para manifestarem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta dessa manifestação expressa, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recorrer por parte da licitante.

#### 8 - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS:

8.1. Tendo a licitante manifestado motivadamente, na sessão pública do pregão, a intenção de recorrer, esta terá o prazo de 03 (três) dias corridos para apresentação das razões de recurso, sob pena de decair este direito.



8.2. Constará na ata da sessão a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todas as demais licitantes ficaram intimadas para, querendo, manifestarem-se sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias corridos, após o término do prazo da recorrente, proporcionando-se, a todas, vista imediata do processo.

8.3. A manifestação expressa da intenção de interpor recurso e da motivação, na sessão pública do pregão, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

8.4. O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio daquela que praticou o ato recorrido, a qual poderá, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, reconsiderar sua decisão ou fazê-lo subir, acompanhado de suas razões, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da subida do recurso, sob pena de responsabilidade daquele que houver dado causa à demora.

## 9. DOS PRAZOS:

9.1 Esgotados todos os prazos recursais, a Administração, no prazo de 05(cinco) dias, convocará a vencedora para assinar o contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

9.2 O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado, uma vez e pelo mesmo período, desde que seja requerido de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

## 10 - DA ENTREGA E RECEBIMENTO:

10.1 O prazo para entrega dos materiais, será de até 5 dias após a assinatura do contrato, no setor de Administrativo, sendo que a conferência será feita pelo Sr. Luciano André Tomé.

10.2 Os materiais entregues serão examinado(s)/conferido(s) para fins de verificação de sua compatibilidade com as especificações pactuadas, envolvendo quantidade e qualidade. Em caso de não aceitação dos produtos, fica a CONTRATADA obrigada a retirá-lo e a substituí-lo, no prazo a ser estabelecido pela Administração.

10.3 Os itens desta licitação deverão ser entregue sem ônus, instalados e em funcionamento, e dentro das especificações exigidas neste Edital, no Setor Administrativo da Câmara de Vereadores de Aurora - SC.

## 11 - DO PAGAMENTO:

11.1. O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias após a entrega e apresentação de nota fiscal, assinada pelo responsável pelo recebimento das mesmas.

11.2. Nenhum pagamento isentará a contratada da responsabilidade pelos materiais ou implicará em sua aceitação.

## 12 - DO REAJUSTE:

12.1. Os preços cotados deverão ser fixos e irrevogáveis.

## 13 - DAS PENALIDADES:

13.1 Pelo inadimplemento das obrigações, seja na condição de participante do pregão ou de contratante, as licitantes, conforme a infração, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

a) deixar de apresentar a documentação exigida no certame: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos e multa de 10% sobre o valor do último lance ofertado;

b) manter comportamento inadequado durante o pregão: afastamento do certame e suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos;

c) deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor do último lance ofertado;

d) executar o contrato com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: advertência;

e) executar o contrato com atraso injustificado, até o limite de 03(três) dias, após os quais será considerado como inexecução

contratual: multa diária de 0,5% sobre o valor atualizado do contrato;

f) inexecução parcial do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 3 anos e multa de 8% sobre o valor correspondente ao montante não adimplido do contrato;

g) inexecução total do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato;

h) causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual: declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 5 anos e multa de 10 % sobre o valor atualizado do contrato.

13.2 As penalidades serão registradas no cadastro da contratada, quando for o caso.

13.3 Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

## 14 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

14.1 As despesas decorrentes da aquisição de que trata este edital correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Projeto/Despesa Há Previsão

33903017 – MATERIAIS DE PROCESSAMENTO DE DADOS

14.2. Quaisquer informações ou dúvidas de ordem técnica, bem como aquelas decorrentes de interpretação do edital, deverão ser solicitadas por escrito, Câmara de Vereadores de Aurora - SC, setor de licitações, sito Rua Padre Francisco, 46 - Centro, preferencialmente, com antecedência mínima de 03 (três) dias da data marcada para recebimento dos envelopes.

14.3. Os questionamentos recebidos e as respectivas respostas com relação ao presente pregão encontrar-se-ão à disposição de todos os interessados no Município, setor de licitações.

14.4. Ocorrendo decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização de ato do certame na data marcada, a data constante deste edital será transferida, automaticamente, para o primeiro dia útil ou de expediente normal subsequente ao ora fixado.

14.5. Para agilização dos trabalhos, solicita-se que as licitantes façam constar na documentação o seu endereço, e-mail e os números de fax e telefone, assim como dados bancários.

14.6. Todos os documentos exigidos no presente instrumento convocatório poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião ou por servidor do Município de Aurora, ou ainda, publicação em órgão da imprensa oficial. Os documentos extraídos de sistemas informatizados (internet) ficarão sujeitos à verificação da autenticidade de seus dados pela Administração.

14.7. A proponente que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 65, § 1º, da Lei nº 8.666-93, sobre o valor inicial contratado.

14.8. Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

14.9. A Administração poderá revogar a licitação por razões de interesse público, devendo anulá-la por ilegalidade, em despacho fundamentado, sem a obrigação de indenizar (art. 49 da Lei Federal nº 8.666-93).

## 15.DAS MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE E CO-OPERATIVAS

15.1 -Microempresa ou empresa de pequeno porte, que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos artigos 42 a 45 da Lei Complementar N.º 123/2006, disciplinados nos itens 16.1 a 16.4 deste edital, deverão apresentar, no Envelope n.º 01 -Proposta, inscrição

no Simples Nacional (cfe. Instrução Normativa 103/07) de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, além de todos os documentos previstos no item 6 deste edital.

15.2 - As cooperativas que tenham auferido, no ano calendário anterior, receita bruta até o limite de R\$2.400.000,00(dois milhões e quatrocentos mil reais), gozarão dos benefícios previstos nos artigos 42 a 45 da Lei Complementar n.º123/2006, disciplinados neste item e no item 16 deste edital, conforme disposto no artigo 34, da Lei 11.488/2007 desde que também apresentem, no Envelope n.º 01 - Proposta, declaração firmada por contador, de que se enquadram no limite de receita referida acima, além de todos os documentos previstos no item 6 deste edital.

15.3 - A microempresa e a empresa de pequeno porte, bem como a cooperativa que atenderem ao item 15.1, que possuírem restrição em qualquer dos documentos de regularidade fiscal, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em 2(dois) dias úteis a contar da data em que for declarada como vencedora do certame.

15.4 - O benefício de que trata o item anterior não eximirá a micro-empresa, a empresa de pequeno porte e a cooperativa, da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.

15.5 - O prazo de que trata o item 15.3 poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

#### 16 - CRITÉRIO DE DESEMPATE

16.1 - Como critério de desempate, será assegurada preferência de contratação para as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que atenderem ao item 15, deste edital.

16.1.1 - Entende-se como empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pela microempresa e pela empresa de pequeno porte, bem como pela cooperativa, sejam iguais ou superiores em até 5%(cinco por cento) à proposta de menor valor.

16.1.2 - A situação de empate somente será verificada após ultrapassada a fase recursal da proposta, seja pelo decurso do prazo sem interposição de recurso, ou pelo julgamento definitivo do recurso interposto.

16.2 - Ocorrendo o empate, na forma do item anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa, detentora da proposta de menor valor, poderá apresentar, nova proposta, inferior àquela considerada, até então, de menos preço, situação em que será declarada vencedora do certame, no prazo máximo de 05 (cinco) minutos, após o encerramento do lance.

b) Se a microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do item 16.1.1 deste edital, a apresentação de nova proposta, no prazo e na forma prevista na alínea "a" deste item.

c) Se houver duas ou mais microempresa e/ou empresa de pequeno porte e/ou cooperativa com propostas iguais, será realizado sorteio para estabelecer a ordem em que serão convocadas para a apresentação de nova proposta, na forma das alíneas anteriores.

16.3 - Se nenhuma microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, satisfazer as exigências do item 16.2 deste edital, será declarado vencedor do certame o licitante detentor da proposta originariamente de menor valor.

16.4 - O disposto nos itens 16.1 a 16.3, deste edital, não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa (que satisfaça as exigências do item 15 deste edital).

16.5 - As demais hipóteses de empate terão como critério de desempate o sorteio, em ato público, com a convocação prévia de todos os licitantes.

Aurora, 25 DE AGOSTO DE 2015

ROBERTO DE OLIVEIRA

Presidente da Câmara de Vereadores

#### ANEXO I

#### RELAÇÃO DOS BENS A SEREM ADQUIRIDOS

Item	Quant	Descrição
1	2	<b>PROCESSADOR</b>  Especificações: Socket: LGA 1150; Cache: 8 MB; Frequência: 3.40 GHz; Quantidade de Núcleos: 4; Quantidade de Threads: 8; Potência: 84W; Lithografia: 22nm; Tecnologia vPro; Tecnologia VT-x; Compatibilidade com velocidade DDR3 1600 Mhz.
2	2	<b>PLACA MÃE (MOTHERBOARD)</b>  Especificações: Socket: LGA 1150; Slot de memória: 2; Capacidade da Memória: 16GB; Clock da memória RAM: 1600Mhz; Tipo de Memória: DDR3; Rede: 10/100/1000; PCI-Express x1: 2; PCI-Express x16: 1; USB 3.0: 2; USB 2.0: 6 ( 2 painel traseiro e 4 conectores internos); PS2: 2; D-Sub: 1; SATA 3 Gb/s: 2; SATA 6 Gb/s: 2; Form Factor: Micro ATX.
3	2	<b>HARD DISK (HD)</b>  Especificações: Modelo: Sata 3; Capacidade: 1 TB; Tipo: Desktop; Velocidade: 7200 RPM; Buffer: 64 M.
4	2	<b>MEMÓRIA</b>  Especificações: Capacidade: 8 GB; Memória Clock 1600 Mhz; Memória tipo DDR3; Tipo interna para Desktop.
4	2	<b>MEMÓRIA</b>  Especificações: Capacidade: 8 GB; Memória Clock 1600 Mhz; Memória tipo DDR3; Tipo interna para Desktop.

5	2	<b>FONTE ENERGIA</b>  Especificações: Potência Real: 500w; Ventilador: 120mm; Tipo: ATX Tensão de entrada: 115/220V; Tensão de Saída: 115V; Pinos Fonte: 20+4; Sistema de saída: +12V Dupla.
6	2	<b>GRAVADOR</b>  Especificações: Tipos de mídia: DVD-R, DVR-RW, CD-R, CD-RW; Conexão: Sata; Tipo de driver: Interno; Velocidade: 24x.
7	2	<b>GABINETE</b>  Especificações: Tipo: ATX; Modelo: Torre; Conexões USB: 2 x 2.0 frontais; Tool free: parcial para abertura do gabinete; Conector MIC: 1 frontal; Conector SPK: 1 frontal; Baías externas: 4 de 5.25" 1 de 3.5"
8	2	<b>NOBREAK</b>  Especificações: Potência: 1200VA; Estabilizador de 16 estágios; Filtro de linha; Expansão de autonomia com conector de engate rápido; Entrada: 115/220V; Saída: 115V; Função Blecaute; 6 tomadas de saída padrão NBR14136; Chave liga-desliga embutida e temporizada; Proteção para linha telefônica (fax, fax-modem); Comunicação inteligente USB; Proteção para LAN; Autonomia típica de até 30 minutos (1micro, 1 impressora com 80w de potência, 1 monitor LED); Circuito de proteção de ruídos; Proteção contra curto circuito.
9	2	<b>MONITOR</b>  Especificações: Tamanho da tela 19.5"; Resolução 1600x900; Tempo de resposta 5ms; Brilho 200CD/m2; Contraste 5.000.000:1; Conexão VGA; Furação Vesa 75mm.

10	2	<b>TECLADO</b>  Especificações: Conexão USB; Número de teclas 107; Padrão ABNT 2 + Teclado numérico; Controle de mídia; Configuração Plug-and-play.
11	2	<b>MOUSE</b>  Especificações: Conexão USB 1.1; Botões 3.
12	1	<b>SCANNER</b>  Especificações: Resolução Optica: 600 ppp; Cores: entrada de 48 bits, saída de 24 bits; Escala de Cinza: entrada de 16 bits, saída de 8 bits; Branco e preto: 1 bit; Alimentador: 100 folhas A4 30 folhas cartão de visita Velocidade de digitalização: 40 ppm/80 ipm (Colorido, 200ppp, A4) 40 ppm/80 ipm (Tons de cinza, 300ppp, A4) 40 ppm/80 ipm (Preto e branco, 300ppp, A4) Área de digitalização: Máximo 216 x 5080 mm (8.5" x 200") Mínimo: 13.2 x 13.2 mm (0.52" x 0.52") Peso de papel aceitável: 40 a 200 g/m²; Digitalização diária: 5000; Interface: USB 2.0; Protocolo: ISIS, TWAIN.
13	4	<b>ANTIVIRUS</b>  Especificações: Compatibilidade: WIN XP/VISTA/7/8; Tipo de mídia: CD; Tempo de licença: 1 ano; Número de licenças: 4.
14	2	<b>SOFTWARE</b>  Especificações: Aplicação: Sistema operacional Desktop; Compatibilidade: Softwares de gestão, acesso á rede, impressoras; Uso: Profissional; Arquitetura: 64 bits; Idioma: Português; Tipo de mídia: Licença + DVD Instalação.

## ANEXO II MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 000/2015

PARA -----

Que fazem, o PODER LEGISLATIVO DE AURORA, pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa na Rua Padre Francisco, 46 inscrito no CNPJ/MF sob n.º 02.546845/0001-0202.546.845/0001-02, neste ato representado por seu Presidente Sr. ROBERTO DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, doravante denominado CONTRATANTE e

....., pessoa jurídica de direito privado, com sede na cidade de ----- /..., na ....., inscrita no CNPJ/MF sob n.º ....., neste ato representado por seu representante Sr. ...., brasileiro, ....., residente e domiciliado ....., inscrito no CPF/MF sob n.º ..... , portador da cédula de identidade civil n.º ....., doravante denominada CONTRATADA, as partes acima qualificadas celebram, entre si, por este instrumento de contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições que seguem:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DA REGÊNCIA

O presente contrato trata-se de um contrato administrativo e rege-se, pelas normas da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, tem base na licitação modalidade Pregão Presencial nº 02/2015.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

Aquisição de equipamentos e materiais permanentes, conforme relação da descrição dos materiais em anexo ao edital, conforme segue:

Item	Quant	Descrição
1	2	<b>PROCESSADOR</b>  Especificações: Socket: LGA 1150; Cache: 8 MB; Frequência: 3.40 GHz; Quantidade de Núcleos: 4; Quantidade de Threads: 8; Potência: 84W; Lithografia: 22nm; Tecnologia vPro; Tecnologia VT-x; Compatibilidade com velocidade DDR3 1600 MHz.
2	2	<b>PLACA MÃE (MOTHERBOARD)</b>  Especificações: Socket: LGA 1150; Slot de memória: 2; Capacidade da Memória: 16GB; Clock da memória RAM: 1600Mhz; Tipo de Memória: DDR3; Rede: 10/100/1000; PCI-Express x1: 2; PCI-Express x16: 1; USB 3.0: 2; USB 2.0: 6 ( 2 painel traseiro e 4 conectores internos); PS2: 2; D-Sub: 1; SATA 3 Gb/s: 2; SATA 6 Gb/s: 2; Form Factor: Micro ATX.
3	2	<b>HARD DISK (HD)</b>  Especificações: Modelo: Sata 3; Capacidade: 1 TB; Tipo: Desktop; Velocidade: 7200 RPM; Buffer: 64 M.

4	2	<b>MEMÓRIA</b>  Especificações: Capacidade: 8 GB; Memória Clock 1600 Mhz; Memória tipo DDR3; Tipo interna para Desktop.
5	2	<b>FONTES ENERGIA</b>  Especificações: Potência Real: 500w; Ventilador: 120mm; Tipo: ATX Tensão de entrada: 115/220V; Tensão de Saída: 115V; Pinos Fonte: 20+4; Sistema de saída: +12V Dupla.
6	2	<b>GRAVADOR</b>  Especificações: Tipos de mídia: DVD-R, DVR-RW, CD-R, CD-RW; Conexão: Sata; Tipo de driver: Interno; Velocidade: 24x.
7	2	<b>GABINETE</b>  Especificações: Tipo: ATX; Modelo: Torre; Conexões USB: 2 x 2.0 frontais; Tool free: parcial para abertura do gabinete; Conector MIC: 1 frontal; Conector SPK: 1 frontal; Baías externas: 4 de 5.25" 1 de 3.5"

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO E DA ENTREGA

3.1 Os equipamentos e materiais deverão ter entrega em até 10 (dez) dias, após a assinatura do contrato, sendo que os mesmos serão examinados/conferidos para fins de verificação de sua compatibilidade com as especificações pactuadas, envolvendo a quantidade, qualidade e perfeito funcionamento. Em caso de não aceitação do objeto, fica a CONTRATADA obrigada a retirá-lo e a substituí-lo, no prazo a ser estabelecido pela Administração;

3.2 A fiscalização, em relação às quantidades e qualidades dos materiais recebidos, será feita pela Secretária Administrativa, Sr. Luciano André Tomé, ou por quem eventualmente venha substituí-lo.

3.3 A responsabilidade pela entrega dos materiais será inteiramente da empresa vencedora, sem ônus para o Poder Legislativo.

3.4 Os itens adjudicados deverão ser entregues sem ônus, e dentro das especificações exigidas no Pregão Presencial 02/2015.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância total de R\$ -----(------).

O pagamento, será efetuado após a entrega, mediante apresentação de Nota Fiscal devidamente assinada por responsável pelo recebimento da mesma em até três (03) parcelas iguais e consecutivas.

Nenhum pagamento isentará a contratada da responsabilidade pelos materiais ou implicará em sua aceitação

Deverá a(s) empresa(s) vencedora(s), apresentar o número da conta bancária para pagamento.

A(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s) deverão discriminar os valores referentes ao fornecimento de



materiais/equipamentos.

#### CLÁUSULA QUINTA- DA DESPESA

A despesa decorrente do presente Contrato correrá por conta dos seguintes códigos e rubricas:

Projeto/Despesa Há Previsão

33903017 – MATERIAIS DE PROCESSAMENTO DE DADOS

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes penas de natureza civil (cláusula penal), compensatórias das perdas e danos sofridas pela Administração, conforme art. 408 e ss, do Código Civil, e Administrativa, nos moldes do art. 87, da Lei nº 8.666/93: a) São aplicáveis ao presente contrato, inclusive, as Sanções Administrativas estabelecidas nos artigos 86 a 88 e sanções penais estabelecidas nos artigos 89 a 99 da Lei Federal n.º 8.666/93, bem como as disposições do Código de Defesa do Consumidor.

b) deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor do último lance ofertado;

c) executar o contrato com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: advertência;

d) executar o contrato com atraso injustificado, até o limite de 03(três) dias, após os quais será considerado como inexecução contratual: multa diária de 0,5% sobre o valor atualizado do contrato;

e) inexecução parcial do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 3 anos e multa de 8% sobre o valor correspondente ao montante não adimplido do contrato;

f) inexecução total do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato;

g) causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual: declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 5 anos e multa de 10 % sobre o valor atualizado do contrato.

A penalidade de multa será aplicada ainda nas seguintes hipóteses e percentuais:

I) Por atraso na entrega do material: 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor da quantidade entregue fora do prazo, até o limite de 15 (quinze) dias corridos. Do 16º dia em diante poderá ser considerada inexecução do contrato;

II) O prazo para pagamento das multas será de até 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da empresa apenada. À critério da Administração Municipal e sendo possível, o valor devido será descontado da importância que a empresa tenha a receber. Não havendo pagamento, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando a devedora a processo executivo;

Os materiais/serviços deverão seguir RIGOROSAMENTE as especificações do presente edital Pregão Presencial 02/2015 e contrato e deverão ser de boa qualidade sob pena de devolução.

Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

As penalidades serão registradas no cadastro da contratada, quando for o caso.

O presente Contrato é regido em todos os seus termos pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores, a qual terá sua aplicabilidade, também nos casos omissos.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES

A CONTRATANTE não responderá por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista ou previdenciária, decorrentes da execução do presente Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão exclusivamente ao Contratado.

A CONTRATADA declara aceitar, integralmente, todos os métodos e

processos de fiscalização, verificação e controle a serem adotados pelo CONTRATANTE.

Constituem obrigações da CONTRATADA:

1) Entregar os itens adjudicados de acordo com as características e exigências do presente contrato.

2) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até 25% do valor contratado inicialmente;

3) É de responsabilidade da CONTRATADA os encargos trabalhista, fiscal ou previdenciária, bem como as normas de higiene, por cujos encargos responderá unilateralmente;

4) A justificativa e a prorrogação do contrato, se houver, dependem de aceite e aprovação do Poder Legislativo;

#### CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

A CONTRATANTE poderá rescindir administrativamente o presente Contrato, nas hipóteses

previstas nos artigos 78, inciso I a XII, da Lei 8.666/93, sem que caiba o Contratado o direito de qualquer indenização, sem prejuízo das penalidades pertinentes.

Parágrafo Único. O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

O contrato será rescindido de pleno direito, independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem qualquer espécie de indenização a CONTRATADA, nos casos de:

a) Falência ou liquidação da CONTRATADA;

b) Incorporação, fusão ou cisão da CONTRATADA que venha a prejudicar a execução do contrato;

c) Transferência a outrem, no todo ou em parte as obrigações decorrentes do contrato sem a autorização do Município;

d) Manifesta irresponsabilidade por parte da CONTRATADA de cumprir com as obrigações assumidas;

e) Procedimentos irregulares da CONTRATADA, que venha causar transtornos ou prejuízos para o Município e/ou terceiros;

A rescisão do contrato unilateralmente pelo Legislativo de Aurora acarretará as seguintes consequências, sem prejuízo de outras de caráter civil ou criminal, se necessárias:

I) Assunção imediata do objeto do contrato, por ato próprio da Câmara de Vereadores, mediante a lavratura de termo circunstanciado;

II) Responsabilização da CONTRATADA por prejuízos causados ao Município;

#### CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização, em relação às quantidades e qualidades dos materiais recebidos, será feita pela Secretária Administrativa, Sr. Luciano André Tomé, ou por quem eventualmente venha substituí-lo.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - BASE DE CÁLCULO PARA EVENTUAIS MULTAS, PENALIDADES E DEMAIS SANÇÕES

O presente contrato terá para base de cálculo para eventuais multas, penalidades e demais sanções, o valor de 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul - SC para dirimir quaisquer dúvidas a respeito do cumprimento do presente Contrato.

E, por estarem justos e contratados, lavrou-se o presente contrato, em duas vias em originais de igual teor e forma que, após lido e achado conforme, é assinado pelas partes, juntamente com duas testemunhas.

Aurora, 25 DE AGOSTO de 2015.

ROBERTO DE OLIVEIRA

Presidente da Câmara de Vereadores

Contratante

XXXXXXXXXXXXXX

Contratada

Testemunhas:



**ANEXO III****Declaração de Idoneidade**

(Razão Social da Licitante) .....,  
através de seu Diretor ou Responsável Legal, declara, sob as penas  
da lei, que não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com  
a Administração Pública e que comunicará, se for o caso, a super-  
veniência de fato impeditivo da habilitação na conformidade do  
artigo 32, § 2º, da Lei 8.666/93.

Por ser expressão de verdade, firmamos a presente.

Aurora, em -----.

nome completo e assinatura do(s) representante(s) legal(is) da  
empresa

**ANEXO IV****Declaração de Cumprimento à Lei 9.854, de 27.10.99.**

(Razão Social da Licitante) .....,  
inscrito no CNPJ n.º ....., por intermédio  
de seu representante legal o Sr. ou a Sra. ....,  
portador(a) da Carteira de Identidade n.º .....  
, e do CPF n.º ....., DECLARA, para fins do disposto no  
inciso V do art.27 da lei 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido  
pela Lei n.º 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega  
menor de dezoito anos em trabalho noturno,  
perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição  
de aprendiz ( ) .

Por ser expressão de verdade, firmamos a presente.

Aurora, em \_\_\_\_\_.

nome completo e assinatura do(s) representante(s) legal(is) da  
empresa

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

**ANEXO V****Declaração de Compromisso**

Razão Social da Licitante) ....., inscrito no  
CNPJ n.º ....., por intermédio de seu re-  
presentante legal o Sr. ou a Sra. ...., portador(a)  
da Carteira de Identidade n.º ....., e do CPF  
n.º ....., DECLARA ter ciência dos termos deste Edital,  
COMPROMETENDO-SE a cumpri-los em sua integralidade.

Por ser expressão de verdade, firmamos a presente.

Aurora, em -----.

nome completo e assinatura do(s) representante(s) legal(is) da  
empresa

**ANEXO VI****MODELO PARA FORMULAÇÃO DE PROPOSTA**

Aurora, xxxx de XXXXXXX de 2015

À

Câmara Municipal de Aurora - SC

Prezados Senhores.

Ref. Pregão Presencial nº 02/2015.

Em atendimento ao Edital supra, informamos:

1 - A razão social: .....;

2 - CNPJ: .....;

3 - Localização: .....;

4 - Proposta:

ESPECIFICAR OS ITENS, COM VALOR UNITÁRIO E TOTAL

5 - O prazo de validade da presente proposta é de 60 (sessenta)  
dias, contados da abertura do envelope da Proposta.

Sem mais para o momento, subscrevemo-nos.

Atenciosamente,

nome completo, CPF, cargo que ocupa e assinatura do(s) repre-  
sentante(s)

legal(is) da empresa

OBS: - Redigir preferencialmente em folha timbrada da empresa.

- Na folha de proposta deverá constar o carimbo da Razão Social  
e CNPJ da

empresa licitante.

# Balneário Piçarras

## PREFEITURA

### LEI Nº 502/2015 DE 09 DE SETEMBRO DE 2015

LEI Nº 502/2015

DE 09 DE SETEMBRO DE 2015

Autoriza o Município de Balneário Piçarras Custear Despesas com a Equipe Técnica do INPH – Instituto Nacional de Pesquisas Hidroviárias e Dá Outras Providências.

Leonel José Martins, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município que o Plenário da Câmara de Vereadores Aprovou e eu Sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a custear despesas com a equipe técnica do INPH – Instituto Nacional de Pesquisas Hidroviária com o objetivo de realizarem o levantamento batimétrico, análise de granulometria e levantamento dos perfis da praia do Município de Balneário Piçarras.

Art. 2º Para execução dos serviços será necessário custear despesas com transporte aéreo, alimentação, hospedagem, transporte dos equipamentos, viaturas e servidores municipais para o deslocamento local da equipe, combustível para viatura e geradores, refeições a bordo, embarcação para os levantamentos na orla, entre outras despesas.

Art. 3º O custeio das despesas com alimentação e hospedagem serão realizadas através do repasse de recurso financeiro na ordem de até R\$ 400,00 (quatrocentos reais) por dia, a cada técnico do INPH – Instituto Nacional de Pesquisas Hidroviária, que deverão apresentar relatório diário dos serviços realizados individualmente, sob pena de devolução dos referidos recursos.

Art. 4º As despesas decorrentes desta Lei, correrão por conta do orçamento municipal vigente, na ação orçamentária denominada: Manutenção do Fundo da Praia – FUMPRA.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Balneário Piçarras(SC), 09 de setembro de 2015.

LEONEL JOSÉ MARTINS

Prefeito Municipal

A presente Lei Municipal nº 502/2015 encontra-se arquivada na Secretaria de Administração e Fazenda e publicada no mural do edifício sede da Prefeitura Municipal em 09 de setembro de 2015.

ANA LÚCIA WILVERT

Secretária de Administração e Fazenda

# Bela Vista do Toldo

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 272

DECRETO N.º 272/2015, DE 09 DE SETEMBRO DE 2015.

“DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência que lhe confere o Art. 67, inciso IV da Lei Orgânica do Município:

#### DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeadas e empossadas nos cargos de membros do Conselho Municipal de Educação, conforme disposto na Lei Municipal nº 1.083/2015, de 24 de abril de 2015, as pessoas abaixo relacionadas:

I – Representante Titular e Suplente do suporte pedagógico do quadro efetivo da Secretaria Municipal de Educação:

Titular: Rosana Cavalheiro

Suplente: Adriana Maria de Souza

II – Representante Titular e Suplente do quadro efetivo de especialistas da Rede Municipal de Ensino:

Titular: Marilda de Souza Krull

Suplente: Jucelia Aparecida Wolff

III – Representante Titular e Suplente dos professores que atuam nos anos finais do ensino fundamental nas escolas públicas pertencentes ao Sistema Municipal de Ensino, do quadro efetivo:

Titular: Juliana Lessak

Suplente: Sidnei Liler

IV - Representante Titular e Suplente dos professores que atuam nos anos iniciais do ensino fundamental nas escolas públicas pertencentes ao Sistema Municipal de Ensino, do quadro efetivo:

Titular: Ana Maria Lopes Vieira

Suplente: Marcelo Martins de Carvalho

V – Representante Titular e Suplente dos professores que atuam na educação infantil das escolas públicas pertencentes ao Sistema Municipal de Educação, do quadro efetivo:

Titular: Maristela Medeiros Franco

Suplente: Janete Munhoz Stelzner

VI – Representante Titular e Suplente, do quadro efetivo, do Fundo Municipal de Saúde:

Titular: Ivani Koch Adur

Suplente: Marcela Adriana Czerniak

VII – Representante Titular e Suplente de pais de alunos da rede pública municipal de ensino:

Titular: Maria Cristina Schiessl Gelinski

Suplente: Roberta Tischler Mielke

VIII – Representante Titular e Suplente, do quadro efetivo, do Fundo Municipal de Assistência Social:

Titular: Simone Aparecida Lessak Magalhães

Suplente: Gabriela Araújo

IX – Representante Titular e Suplente, do quadro efetivo, do Departamento de Recursos Humanos:

Titular: Juliane Lecin

Suplente: Andressa Caroline Knorek

X – Um Representante da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE):

Titular: Neuza de Fátima Viott Braga

XI – Um Representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

Titular: Maria Tereza Schiessl Alves Santos

XII – Representante Titular e Suplente, do quadro efetivo, da Secretaria Municipal de Educação:

Titular: Elenita Karvat

Suplente: Sônia dos Anjos Ferreira

XIII – Representante Titular e Suplente, do quadro efetivo, da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda:

Titular: Aline Maria Kohler Kuyavski

Suplente: Elais Gomes dos Santos

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo – SC, 09 de setembro de 2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, em 09/09/2015

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

# Biguaçu

## PREFEITURA

### COMUNICADO CC190-2015 PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES  
COMUNICADO REFERENTE À CC190/2015- PMB

Tendo em vista o DEFERIMENTO dos recursos administrativo interpostos pelas empresas WA COMERCIO LTDA ME E DARTORA EMP. DE MÃO DE OBRA LTDA EPP, acerca de suas inabilitações, comunicamos que será aberta as propostas de preços das empresas habilitadas (BRUNA DE MIRANDA ME, RSI EMP. DE MÃO DE OBRA LTDA ME, WA COMERCIO LTDA ME, EMPREITEIRA PAVICON LTDA, ALINE CONST. E INCORP. LTDA, DARTORA EMP. DE MÃO DE OBRA LTDA EPP, JL CONSTRUTORA LTDA ME, VECOM CONSTRUÇÕES EIRELI EPP E STANDARD CONSTRUÇÕES LTDA ME), no dia 15/09/2015, às 14:00 horas, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Biguaçu.

Biguaçu, 10 de setembro de 2015.  
RAMON WOLLINGER  
PREFEITO MUNICIPAL

### DECRETO Nº 156/2015

DECRETO Nº 156/2015 DE: 11 DE SETEMBRO DE 2015.  
Abre crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária para 2015.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 32 da Lei Municipal nº 3514/2014,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 24.738,40 (Vinte e quatro mil, setecentos e trinta e oito mil e quarenta centavos) por conta do excesso de arrecadação nas fontes de recursos 0.1.09.000000 e 0.1.81.000001. As dotações abaixo relacionadas:

#### 07. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
0701.12.361.0003.2022	Manutenção do Transporte Escolar – Ens. Fund.	4.080,40
3.3.90.00/0.1.09.000000	Outras Despesas Correntes	4.080,40

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
0701.12.361.0003.2019	Remuneração Profissionais Magistério efet. Exercício	20.658,00
3.1.90.00/0.1.81.000001	Pessoal e Encargos Sociais	20.658,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 11 de setembro de 2015.  
RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal  
Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons  
Escriturária

### DECRETO Nº 157/2015

DECRETO Nº 157/2015 DE: 11 DE SETEMBRO DE 2015.  
Faz remanejamento de dotações dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal.

Ramon Wollinger, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o parágrafo 3º do artigo 7º, da Lei Municipal nº 3514/2014 - Lei de Diretrizes Orçamentárias e o artigo 9º, da Lei Municipal nº 3530/2014 - Lei Orçamentária para 2015,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, as dotações abaixo identificadas e constantes da Lei Orçamentária para 2015, Lei Municipal nº 3530/2014:

#### 08. SECRETARIA DE OBRAS E INFRAESTRUTURA

0801.15.452.0009.2083	Mant. Secretaria Obras Infraestrutura	17.200,00
	ANULA:	
3.3.90.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	17.200,00
	SUPLEMENTA:	
3.3.93.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	17.200,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 11 de setembro de 2015.  
RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal  
Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons  
Escriturária

### DECRETO Nº 158/2015

DECRETO Nº 158/2015 DE: 11 DE SETEMBRO DE 2015.  
Retifica o art. 1º do Decreto nº 147/2015, que concede aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 40, §1º, inciso III, alínea "a" da Constituição da República, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

#### DECRETA:

Art.1º O art. 1º do Decreto nº 147/2015 fica retificado nos seguintes termos:

"Art.1º Conceder Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 40, §1º, inciso III, alínea "a" da Constituição da República ao SAULO CESAR GALLIANI, detentor da matrícula funcional nº 7471, portador do CPF nº 338.507.717-68, inscrito no PASEP nº 1082688485-4, ocupante do cargo de provimento efetivo de Carpinteiro, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social".

Art. 2º Este decreto entra em vigor a partir de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 31/08/2015, revogadas as

disposições em contrário.

Biguaçu, 11 de setembro de 2015.

RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal  
Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons  
Escriturária

### **PORTARIA Nº 2326/2015**

PORTARIA nº 2326 de 10 de setembro de 2015

Concede Licença para Tratar de Interesses Particulares, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder licença para tratar de interesses particulares do (a) servidor (a) Andrea Ferreira de Souza, detentor (a) do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Sala, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, inscrito (a) na matrícula funcional nº 7070.

Art. 2º O período de concessão da licença para tratar de interesses particulares é de 31/08/2015 a 31/08/2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 31/08/2015.

Biguaçu, 10 de setembro de 2015.  
Willian Lofy  
Secretário Municipal de Administração

### **PORTARIA Nº 2327/2015**

PORTARIA nº 2327 de 10 de setembro de 2015

AUTORIZA SERVIDORES MUNICIPAIS A DIRIGIR VEÍCULOS DA MUNICIPALIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

CONSIDERANDO que os motoristas do Município devem atender prioritariamente as atividades de maior urgência ou aquelas que envolvam alguma particularidade de transporte;  
CONSIDERANDO os expedientes anexos, encaminhados acerca de autorização para conduzir veículos por servidor de cargo diverso;  
CONSIDERANDO que a administração municipal dispõe em seu quadro de funcionários de motoristas de todas as categorias;  
CONSIDERANDO o que dispõe o prejulgado do TCE/SC nº 0984: "Compete à legislação local fixar as regras para a condução dos veículos do Município, disciplinando as condições e responsabilidades pelos atos cometidos no exercício dessa atividade, podendo prever a condução por servidores habilitados não ocupantes de cargos específicos de motoristas, se assim entender o interesse público".

#### **RESOLVE:**

Art. 1º. Fica autorizado a dirigir veículos da municipalidade os servidores:

ACLICI JOÃO DE CAMPOS, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Atendimento ao Cidadão;  
ADILSON MARCELINO, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor

de Execução;

ADRIELI ROBERTA SCHONS, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Cadastro Técnico;  
AIRTON VENTURA DOS SANTOS, ocupante do Cargo Efetivo de Operário Braçal;  
ALEXANDRE DE SOUZA, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Gestão de Frota;  
ALEXSANDRA BATISTA JOÃO PORTELA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais IV;  
ANESIO EGIDIO RICHARTZ, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor Geral da Secretaria Municipal de Agricultura;

ANDERSON OPUSZKA SOARES, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário, da Secretaria Municipal da Fazenda;  
ANDERSON RODRIGUES DE FARIA, ocupante do Cargo Comissionado de Chefe de Divisão Operacional;  
ANNAMARIA BACH TREVISAN, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Ambiental;  
ANTÔNIO CARLOS VIEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados;  
ANTONIO RAFAEL CORREA VALENÇA, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Esportes;  
BRUNO ANDERSON, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor Geral;  
BRUNO LOCKS BERNARDINO, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Patrimônio Público;  
CARLOS ENRIQUE FERREIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Professor;  
CARLOS HENRIQUE RECH, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Trânsito da Secretaria de Transportes;  
CARLOS ZULMAR ALBINO, ocupante do Cargo Temporário de Operador de Roçadeira Costal;  
CESAR AUGUSTO DA SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal do Meio Ambiente;  
CESAR JOVELINO CORREA, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;  
CESAR MINA, ocupante do Cargo Temporário de Agente de Endemias;  
CHARLES CORREIA, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Obras Públicas;  
CHARLES EDGARD HOFFMANN, ocupante do Cargo de Conselheiro Tutelar;  
CLAUDIA BREHM LUIZ, ocupante do Cargo Comissionado de Coordenador da Casa Lar;  
CRISTIANO ALMEIDA DE SOUZA, ocupante do Cargo Temporário de Técnico em Topografia;  
DAIANA COSTA DE SOUZA, ocupante do Cargo Temporário de Agente de Endemias;  
DAVI JONATTAS DA CUNHA, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Roçadeira Costal;  
DAVID DIAS, ocupante do Cargo de Agente de Endemias;  
DÉCIO PELEGRINI, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos 2;  
DILMAR FRANCHINI, ocupante do cargo eletivo de Conselheiro Tutelar;  
DIONEY AVANCINI DE FARIA, ocupante do Cargo Eletivo de Conselheiro Tutelar;  
DIRCILENE CARMELITA MARIA DA LUZ, ocupante do Cargo Comissionado de Coordenador de Transferência de Renda e Benefícios Eventuais;  
DIVO PRAZERES, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação;  
DOUGLAS FERNANDES DE SOUZA, ocupante do Cargo Comissionado de Secretário Municipal da Pesca e Maricultura;  
DULCIMAR ANTONIO GRANDO, ocupante do Cargo Efetivo de Professor;

EDENILDO MORFIM, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Manutenção de Equipamentos Urbanos;



EDERSON LUIZ SILVA, ocupante do Cargo Comissionado de Assistente Técnico;  
EDUARDO DE OLIVEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Mecânico;  
EDUARDO DELLANGELO SILVEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico Agrícola;  
EDUARDO LOPES JONKER, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;  
ELISIANE APARECIDA FERREIRA, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente do Centro de Convivência de Idosos;  
ELOISA AMARAL DE ANDRADE, ocupante do Cargo Temporário de Professor III;  
FABIANO TIAGO JOSÉ, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais V (Servente);  
FABIO SOUZA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Mecânico;  
FABIO LEANDRO MAFIOLETE, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Topografia;  
FABIULA MARA RODRIGUES, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Exatoria;  
FERNANDO MACHADO, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Serviços Ferais III (Jardineiro);  
FERNANDO NUNES DA CUNHA, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Turismo;  
FELIPE FARIAS, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Topografia;  
FULVIO HENRIQUE, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Civil;  
GABRIEL ARTHUR LOEFF, ocupante do Cargo Comissionado de Superintendente de Relações Institucionais;  
GABRIEL ANSELMO CARDOSO, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Edificações;  
GIOVANI RAFAEL GASPARETTO, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;  
GLEYSON NERES FURTADO, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Manutenção e Conservação (Operário Braçal);  
HAMILTON REIS, ocupante do Cargo Temporário de Operador de Trator Agrícola;  
HYGOR MACHADO, ocupante do Cargo Temporário de Agente de Endemias;  
ISOLETE SCHLEMPER WALTER, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos II;  
JAQUELINE SANTOS DE AVILA, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;  
JEAN CARLO SANTANA, ocupante do Cargo Efetivo de Operário Braçal;  
JEDILSON CELSO FERNANDES, ocupante do Cargo Efetivo de Professor;  
JIMMIY SILVEIRA, ocupante do Cargo Comissionado de Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Transporte;  
JOAO DJALMA DE CARVALHO FRANÇA, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente do Núcleo de Transportes;  
JOILSON ANTONIO DA CRUZ, ocupante do Cargo Efetivo de Calceiteiro;  
JORGE LUIZ DA SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Operário Braçal;  
JUCÉLIA SONIA GONÇALVES, ocupante do Cargo Comissionado de Coordenador de Abrigo Institucional;  
KLEBER GENTIL KUHN, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Orçamentos e Projetos;  
LAUDEMIR CLOVIS PASTORELLO, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Obras e Manutenção Escolar;  
LEDIO GERHARDT, ocupante do Cargo Comissionado de Secretário Municipal de Orçamento Participativo;  
LÉO INACIO LOHN, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos Municipais II;  
LEO RICARDO MARTINS, ocupante do Cargo de Agente de Endemias, da Secretaria Municipal de Saúde;  
LIDIANE PERGHER MACHADO RABELLO, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Transporte Escolar;

LUIZ AUGUSTO VIEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Eletricista;  
LUIZ FERNANDO CHALTEIN DE OLIVEIRA BELLO, ocupante do Cargo Efetivo de Médico Veterinário;  
LUIZ GONZAGA DE AQUINO, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Planejamento Urbano;  
LUIZ JOSÉ MARTINS JUNIOR, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;  
MANOEL AIRTON PEREIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Manutenção e Conservação (Operário Braçal);  
MANOEL CUSTÓDIO, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos Municipais II;  
MANOELA LUCIANO DE AMORIM, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Veterinário;  
MARCELO DOS SANTOS, ocupante do Cargo Temporário de Professor II;  
MARCELO LUIZ GALVÃO, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Civil;  
MÁRCIA RODRIGUES DE AZEVEDO, ocupante do Cargo Efetivo de Professora;  
MARCIO ROBERTO DIAS DA SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Saúde II;  
MARLENE DE OLIVEIRA ÁVILA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Veterinário I;  
MAYCON DA SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;  
MOISES DE ANDRADE OLIVEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Edificações;  
NACET TOMAZ DE SOUZA, ocupante do Cargo Comissionado de Superintendente de Saúde;  
NELSON CESAR OLIVEIRA, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor Geral da Secretaria Municipal da Pesca e Maricultura;  
NILO VANDO SCHMITZ, ocupante do Cargo Temporário de Operador de Trator Agrícola;  
ORILDO NELSON LAURENTINO JUNIOR, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Operações Internas;  
OSEIAS MORAES INÁCIO, ocupante do Cargo Temporário de Calceiteiro;  
OSLI ROBERTO DA CUNHA, ocupante do cargo não provido de Operador de Trator Agrícola;  
OSMAR JOSÉ MARTHENDAL, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados;  
OSNI GILBERTO FERREIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Edificações;  
PAOLA REIS PACHECO, ocupante do Cargo Temporário de Agente de Endemias;  
PAULO ROBERTO DA SILVA, ocupante do Cargo Temporário de Agente de Endemias;  
PAULO RODRIGO FERREIRA, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Obras;  
PEDRO JOÃO DE ANDRADE, ocupante do Cargo Temporário de Calceiteiro;  
PATRICK MACHRY, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos II;  
PERI CESCONETTO WARTTMANN, ocupante do Cargo Comissionado de Assistente Técnico;  
PETERSON SOUZA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Manutenção e Conservação (Operário Braçal);  
RAFAEL EMILIO POLLMANN, ocupante do Cargo Efetivo de Mecânico;  
RAFAEL PETRI MACHADO, ocupante do Cargo Comissionado de Chefe de Divisão Agropecuária;  
REGINALDO FOGAÇA ALVES, ocupante do Cargo Comissionado de Secretário Municipal da Integração Regional;  
ROBERTO FABRICIO ROSA, ocupante do Cargo Efetivo de Operário Braçal;  
ROBSON TRAGIBO DE CAMPOS, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados;  
RONEI JOSÉ DE ANDRADE, ocupante do Cargo Temporário de Operador de Trator Agrícola;

ROSINEI JOSE CUNHA, ocupante do Cargo Temporário de Operador de Trator Agrícola;  
SAUL FREITAS DA SILVA, ocupante do Cargo Comissionado de Chefe de Divisão da Vigilância em Saúde;  
SAUL DE MELO FERREIRA, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor Geral da Secretaria Municipal de Transporte;  
SAULO CESAR GALLIANI, ocupante do Cargo Efetivo de Carpinteiro;  
SINCLER BILCK, ocupante do Cargo Efetivo de Vigia;  
SOFIA HARTMANN, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Florestal;  
SUENY SELL, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Vigilância Sanitária e Ambiental;  
THIAGO FERREIRA, ocupante do Cargo efetivo de Operário Braçal;  
THIAGO VINÍCIUS NAHAS, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos I;  
TIAGO STEPHANI, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Civil;  
VALDIR VALDEMIRO BITTENCOURT, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Administração Regional de Santa Catarina;  
VILMAR DE ASSUNÇÃO, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados;

WANDERLEY DELLA GUSTINA, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas;  
ZELI ZILDA MANES, ocupante do Cargo Efetivo de Telefonista.

Art. 2º. A presente autorização restringe-se aos veículos da municipalidade e em situações consideradas especiais, tais como a urgência do serviço e a indisponibilidade de motoristas.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário e a Portaria nº 2112/2015.

Biguaçu, 10 de setembro de 2015.  
Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 2328/2015**

PORTARIA nº 2328 de 10 de setembro de 2015  
Torna sem efeito a Portaria nº 1724/2015, do servidor Adenilson Luiz Coelho, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 1724 de 01 de julho de 2015, do servidor Adenilson Luiz Coelho, ocupante do cargo efetivo de Técnico em Edificações, da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 09/09/2015.

Biguaçu, 10 de setembro de 2015.  
Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 2330/2015**

PORTARIA nº 2330 de 11 de setembro de 2015  
Exonera Servidor(a), ocupante de cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Marlene Maria Klein Garcia, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Sala, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 10/09/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/09/2015.

Biguaçu, 11 de setembro de 2015.  
WILLIAN LOFY  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 2331/2015**

PORTARIA nº 2331 de 11 de setembro de 2015  
Exonera Servidor(a), ocupante de cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Claudiane Rodrigues de Oliveira, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Sala, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 19/09/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 19/09/2015.

Biguaçu, 11 de setembro de 2015.  
WILLIAN LOFY  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 2332/2015**

PORTARIA nº 2332 de 11 de setembro de 2015  
Exonera Servidor(a), ocupante de cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Elmi Inês Gomes Vieira, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Sala, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 19/09/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 19/09/2015.

Biguaçu, 11 de setembro de 2015.  
WILLIAN LOFY  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2333/2015**

PORTARIA nº 2333 de 11 de setembro de 2015

Exonera Servidor(a), ocupante de cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Josué Carlos da Rosa, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Sala, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 19/09/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 19/09/2015.

Biguaçu, 11 de setembro de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2334/2015**

PORTARIA nº 2334 de 11 de setembro de 2015

Exonera Servidor(a), ocupante de cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Nazide dos Santos Souza, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Sala, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 19/09/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 19/09/2015.

Biguaçu, 11 de setembro de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2335/2015**

PORTARIA nº 2335 de 11 de setembro de 2015

Exonera Servidor(a), ocupante de cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Camila Bianchini dos Santos, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Sala, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 20/09/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 20/09/2015.

Biguaçu, 11 de setembro de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2336/2015**

PORTARIA nº 2336 de 11 de setembro de 2015

Exonera Servidor(a), ocupante de cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Telma Regina da Silva, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Sala, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 20/09/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 20/09/2015.

Biguaçu, 11 de setembro de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2337/2015**

PORTARIA nº 2337 de 11 de setembro de 2015

Exonera Servidor(a), ocupante de cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Solange Fidelis Rosa, detentor do cargo de provimento temporário de Especialista em Assuntos Educacionais, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 19/09/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 19/09/2015.

Biguaçu, 11 de setembro de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2338/2015**

PORTARIA nº 2338 de 11 de setembro de 2015

Exonera Servidor(a), ocupante de cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Andressa Cristina Alves, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Serviços Gerais V (Servente), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 19/09/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 19/09/2015.

Biguaçu, 11 de setembro de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2339/2015**

PORTARIA nº 2339 de 11 de setembro de 2015

Exonera Servidor(a), ocupante de cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Maria Solange dos Santos, detentor do cargo de provimento temporário de Técnico em Educação, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 19/09/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 19/09/2015.

Biguaçu, 11 de setembro de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

# Blumenau

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 10.699/2015

DECRETO Nº 10.699, DE 03 DE AGOSTO DE 2015.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, V, da Lei Municipal nº 8.060, de 15 de dezembro de 2014,

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no orçamento no valor de R\$ 3.166.236,20 (três milhões, cento e sessenta e seis mil, duzentos e trinta e seis reais e vinte centavos) nas seguintes dotações orçamentárias:

#### 04 – PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

##### 0401 – Gabinete do Procurador Geral

Atividade 04.01.03.091.0002.2009 – Manut. Ativ. Gabinete do Procurador

Modalidade 3.3.90 (23) Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

##### 0402 – Diretoria de Consult. Administrativa e Legislativa

Atividade 04.02.03.091.0002.2010 – Man. Ativ. Cons. Adm. e Leg.

Modalidade 3.3.90 (31) Aplicações Diretas R\$ 82.500,00

Fonte de Recursos 0100.00000

##### 0403 – Diretoria de Contencioso Judicial

Atividade 04.03.03.092.0002.2011 – Man. Ativ. Cont. Judicial

Modalidade 3.3.90 (37) Aplicações Diretas R\$ 6.800,00

Fonte de Recursos 0100.00000

#### 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

##### 0502 – Diretoria de Compras e Licitações

Atividade 05.02.04.122.0002.2018 – Man. Ativ. Compras e Licitações

Modalidade 3.3.90 (55) Aplicações Diretas R\$ 3.750,00

Fonte de Recursos 0100.00000

##### 0504 – Diretoria de Patrimônio

Atividade 05.04.04.122.0002.2021 – Man. Ativ. Guarda e Cons. Pat.

Modalidade 3.1.90 (60) Aplicações Diretas R\$ 43.000,00

Modalidade 3.3.91 (63) Aplicações Diretas R\$ 4.500,00

Fonte de Recursos 0100.00000

##### 0505 – Diretoria Serv. Ouvidoria e Atend. Ao Público

Atividade 05.05.04.122.0002.2269 – Man. Ativ. Serv. Ouv. e Atend. ao Púb.

Modalidade 3.3.90 (67) Aplicações Diretas R\$ 3.400,00

Fonte de Recursos 0100.00000

#### 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

##### 0601 – Administrativo do Gabinete

Atividade 06.01.04.122.0002.2022 – Man. Ativ. Administ. Sefaz

Modalidade 3.3.90 (72) Aplicações Diretas R\$ 2.800,00

Fonte de Recursos 0100.00000

##### 0602 – Diretoria de Receita

Atividade 06.02.04.129.0002.2023 – Man. Ativ. Receita

Modalidade 3.3.90 (82) Aplicações Diretas R\$ 7.101,20

Fonte de Recursos 0100.00000

Op. Esp. 06.02.28.843.0000.0001 – Serviços e Encargos da Dívida

Modalidade 4.6.91 (87) Aplicações Diretas R\$ 1.500.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

#### 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

##### 0801 – Administrativo do Gabinete

Atividade 08.01.04.131.0002.2029 – Man. Ativ. Adm. Secom

Modalidade 3.3.90 (119) Aplicações Diretas R\$ 2.800,00

Fonte de Recursos 0100.00000

#### 09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

##### 0901 – Diretoria Administrativo Financeira

Atividade 09.01.12.122.0004.2035 – Man. Ativ. Adm. Semed

Modalidade 3.3.91 (132) Aplicações Diretas R\$ 500,00

Fonte de Recursos 0101.000000

##### 0903 – Diretoria de Educação Básica

Atividade 09.03.12.361.0004.2041 – Man. Ativ. Ensino Fundamental

Modalidade 3.1.91 (161) Aplicações Diretas R\$ 820.735,00

Fonte de Recursos 0101.00000

Atividade 09.03.12.365.0004.2044 – Man. Ativ. Educação Infantil

Modalidade 3.1.91 (181) Aplicações Diretas R\$ 531.200,00

Fonte de Recursos 0101.00000

#### 10 – SECRETARIA DE DEFESA DO CIDADÃO

##### 1001 – Administração do Gabinete

Atividade 10.01.04.122.0002.2067 – Man. Ativ. Corpo de Bomb. Conv. Estado

Modalidade 4.4.90 (203) Aplicações Diretas R\$ 80.000,00

Fonte de Recursos 0164.00000

#### 12 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

##### 1203 – Diretoria de Proteção Especial

Atividade 12.03.08.244.0010.2291 – Man. Ativ. Proteção Especial

Modalidade 3.3.90 (405) Aplicações Diretas R\$ 1.700,00

Fonte de Recursos 0100.00000

##### 1204 – Diretoria Proteção Básica

Atividade 12.04.08.244.0010.2293 – Man. Ativ. Proteção Básica

Modalidade 3.3.90 (413) Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

##### 1205 – Diretoria da Criança e do Adolescente

Atividade 12.05.08.243.0004.2297 – Man. Ativ. Atenção à Criança/Adol.

Modalidade 3.3.90 (423) Aplicações Diretas R\$ 1.150,00

Fonte de Recursos 0100.00000

##### 1206 – Diretoria Administrativo – Financeira

Atividade 12.06.04.122.0002.2300 – Man. Ativ. Adm. Fin. da Semudes

Modalidade 3.3.91 (433) Aplicações Diretas R\$ 7.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

#### 13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO

##### 1301 – Administrativo do Gabinete

Atividade 13.01.04.122.0002.2064 – Man. Ativ. Adm. Seplan

Modalidade 3.3.90 (461) Aplicações Diretas R\$ 3.500,00

Fonte de Recursos 0100.00000



1302 – Diretoria de Planejamento Urbano  
Atividade 13.02.15.127.0005.2065 – Man. Ativ. Planejamento Urbano  
Modalidade 3.3.90 (470) Aplicações Diretas R\$ 2.000,00  
Fonte de Recursos 0100.00000

1304 – Diretoria Fiscalização  
Atividade 13.04.15.125.0005.2261 – Man. Ativ. Fiscalização  
Modalidade 3.3.90 (477) Aplicações Diretas R\$ 500,00  
Fonte de Recursos 0100.00000

1307 – Diretoria de Desenvolvimento de Projetos  
Atividade 13.07.15.451.0005.2281 – Manut. Ativ. Desenv. Projetos  
Modalidade 3.3.90 (486) Aplicações Diretas R\$ 1.300,00  
Fonte de Recursos 0100.00000

14 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS  
1404 – Diretoria de Iluminação Públ. e Sinalização Viária  
Atividade 14.04.15.452.0005.2278 – Man. Ativ. Ilum. Públ. e Sin. Viária  
Modalidade 4.4.90 (525) Aplicações Diretas R\$ 30.000,00  
Fonte de Recursos 0100.00000

15 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO  
1506 – Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural  
Atividade 15.06.20.606.0003.2095 – Man. Ativ. Fundo Desenvolvimento Rural  
Modalidade 4.4.90 (596) Aplicações Diretas R\$ 7.000,00  
Fonte de Recursos 0100.00000

18 – INTENDENCIA DISTRITAL DO GRANDE GARCIA  
1801 – Administrativo Distrital do Grande Garcia  
Atividade 18.01.04.122.0002.2124 – Man. Ativ. Administr. Idigg  
Modalidade 3.3.91 (630) Aplicações Diretas R\$ 20.000,00  
Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 2º Os créditos adicionais suplementares abertos no artigo 1º deste Decreto correrão por conta da redução das dotações orçamentárias abaixo discriminadas:

04 – PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO  
0401 – Gabinete do Procurador Geral  
Atividade 04.01.03.091.0002.2009 – Manut. Ativ. Gabinete do Procurador  
Modalidade 3.1.90 (21) Aplicações Diretas R\$ 1.000,00  
Fonte de Recursos 0100.00000

0402 – Diretoria de Consult. Administrativa e Legislativa  
Atividade 04.02.03.091.0002.2010 – Man. Ativ. Cons. Adm. e Legislativa  
Modalidade 3.1.90 (30) Aplicações Diretas R\$ 82.500,00  
Fonte de Recursos 0100.00000

0403 – Diretoria de Contencioso Judicial  
Atividade 04.03.03.092.0002.2011 – Man. Ativ. Contenc. Judicial  
Modalidade 3.1.90 (36) Aplicações Diretas R\$ 6.800,00  
Fonte de Recursos 0100.00000

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
0502 – Diretoria de Compras e Licitações  
Atividade 05.02.04.122.0002.2018 – Manut. Ativ. Compras e Licitações  
Modalidade 3.1.90 (54) Aplicações Diretas R\$ 3.750,00  
Fonte de Recursos 0100.00000

0504 – Diretoria de Patrimônio  
Atividade 05.04.04.122.0002.2021 – Man. Ativ. Guarda e Cons. Patrimônio  
Modalidade 3.3.90 (61) Aplicações Diretas R\$ 47.500,00

Fonte de Recursos 0100.00000

0505 – Diretoria Serv. Ouvidoria e Atend. Ao Público  
Atividade 05.05.04.122.0002.2269 – Man. Ativ. Serv. Ouv. e Atend. ao Públ.  
Modalidade 3.1.90 (66) Aplicações Diretas R\$ 3.400,00  
Fonte de Recursos 0100.00000

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA  
0601 – Administrativo do Gabinete  
Atividade 06.01.04.122.0002.2022 – Man. Ativ. Administr. Sefaz  
Modalidade 3.1.90 (71) Aplicações Diretas R\$ 2.800,00  
Fonte de Recursos 0100.00000

0602 – Diretoria de Receita  
Atividade 06.02.04.129.0002.2023 – Man. Ativ. Receita  
Modalidade 3.1.90 (80) Aplicações Diretas R\$ 7.100,00  
Modalidade 3.1.91 (81) Aplicações Diretas R\$ 1,20  
Fonte de Recursos 0100.00000  
Op.Esp. 06.02.28.843.0000.0001 – Serviços e Encargos da Dívida  
Modalidade 3.2.90 (84) Aplicações Diretas R\$ 1.500.000,00  
Fonte de Recursos 0100.00000

08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL  
0801 – Administrativo do Gabinete  
Atividade 08.01.04.131.0002.2029 – Man. Ativ. Adm. Secom  
Modalidade 3.1.91 (118) Aplicações Diretas R\$ 2.800,00  
Fonte de Recursos 0100.00000

09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
0901 – Diretoria Administrativo Financeira  
Atividade 09.01.12.122.0004.2035 – Manut. Ativ. Administr. Samed  
Modalidade 3.3.90 (131) Aplicações Diretas R\$ 500,00  
Fonte de Recursos 0101.000000

0903 – Diretoria de Educação Básica  
Atividade 09.03.12.361.0004.2041 – Manut. Ativ. Ensino Fundamental  
Modalidade 3.1.90 (160) Aplicações Diretas R\$ 820.735,00  
Fonte de Recursos 0101.00000  
Atividade 09.03.12.365.0004.2044 – Manut. Ativ. Educação Infantil  
Modalidade 3.1.90 (180) Aplicações Diretas R\$ 531.200,00  
Fonte de Recursos 0101.00000

10 – SECRETARIA DE DEFESA DO CIDADÃO  
1001 – Administração do Gabinete  
Atividade 10.01.04.122.0002.2067 – Man. Ativ. Corpo Bomb. Conv. Estado  
Modalidade 3.3.90 (201) Aplicações Diretas R\$ 80.000,00  
Fonte de Recursos 0164.00000

12 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL  
1203 – Diretoria de Proteção Especial  
Atividade 12.03.08.244.0010.2291 – Manut. Ativ. Proteção Especial  
Modalidade 3.1.90 (404) Aplicações Diretas R\$ 1.700,00  
Fonte de Recursos 0100.00000

1204 – Diretoria Proteção Básica  
Atividade 12.04.08.244.0010.2293 – Manut. Ativ. Proteção Básica  
Modalidade 3.1.90 (412) Aplicações Diretas R\$ 2.000,00  
Fonte de Recursos 0100.00000

1205 – Diretoria da Criança e do Adolescente  
Atividade 12.05.08.243.0004.2297 – Man. Ativ. Atenção à Criança/Adol.  
Modalidade 3.1.90 (422) Aplicações Diretas R\$ 1.150,00  
Fonte de Recursos 0100.00000

1206 – Diretoria Administrativo – Financeira

Atividade 12.06.04.122.0002.2300 – Man. Ativ. Adm. Fin. da Semu-des

Modalidade 3.3.90 (432) Aplicações Diretas R\$ 7.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO

1301 – Administrativo do Gabinete

Atividade 13.01.04.122.0002.2064 – Man. Ativ. Adm. Seplan

Modalidade 3.1.91 (460) Aplicações Diretas R\$ 3.500,00

Fonte de Recursos 0100.00000

1302 – Diretoria de Planejamento Urbano

Atividade 13.02.15.127.0005.2065 – Man. Ativ. Planejamento Urbano

Modalidade 3.1.90 (469) Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

1304 – Diretoria de Fiscalização

Atividade 13.04.15.125.0005.2261 – Man. Ativ. Fiscalização

Modalidade 3.1.90 (476) Aplicações Diretas R\$ 500,00

Fonte de Recursos 0100.00000

1307 – Diretoria de Desenvolvimento de Projetos

Atividade 13.07.15.451.0005.2281 – Man. Ativ. Desenv. Projetos

Modalidade 4.4.90 (487) Aplicações Diretas R\$ 1.300,00

Fonte de Recursos 0100.00000

14 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS

1404 – Diretoria de Iluminação Púb. e Sinalização Viária

Atividade 14.04.15.452.0005.2278 – Man. Ativ. Ilum. Púb. e Sin. Viária

Modalidade 3.3.90 (521) Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

15 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

1506 – Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural

Atividade 15.06.20.606.0003.2095 – Manut. Ativ. Fundo Des. Rural

Modalidade 3.3.90 (595) Aplicações Diretas R\$ 7.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

18 – INTENDENCIA DISTRITAL DO GRANDE GARCIA

1801 – Administrativo Distrital do Grande Garcia

Atividade 18.01.04.122.0002.2124 – Manut. Ativ. Adm. Idigg

Modalidade 3.3.90 (629) Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 03 de agosto de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 10.715/2015

DECRETO Nº 10.715, DE 21 DE AGOSTO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, I, §1º, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, IV, “c”, da Lei Municipal nº 8.060, de 15 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Ficam abertos os créditos adicionais suplementares por conta do superávit financeiro do exercício anterior, no valor de R\$

220.983,54 (duzentos e vinte mil, novecentos e oitenta e três reais e cinquenta e quatro centavos), nas seguintes dotações orçamentárias:

04 – PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

0406 – Fundo de Defesa dos Direitos Difusos

Atividade 04.06.14.422.0002.2016 – Man. Ativ. Fundo Def. Direitos Difusos

Modalidade 4.4.90 (664) Aplicações Diretas R\$ 219.675,54

Fonte de Recursos 0606.00000

13- SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO

1309 – Fundo Munic. Preserv. Patr. Cultural Edif. Bnau

Atividade 13.09.15.391.0007.2019 – Apoio Fin. p/ Man. e Conservação Prestação e Restauração de Bens Imóveis

Modalidade 3.3.90 (673) Aplicações Diretas R\$ 1.308,00

Fonte de Recursos 0606.00000

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 21 de agosto de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

## PORTARIA Nº 19.080/2015

PORTARIA Nº 19.080, DE 08 DE SETEMBRO DE 2015.

DISPENSA JAMES SCHEUNEMANN DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – SEDEC.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, ‘a’, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 100 da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007, com a redação dada pelo art. 37-A da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013, acrescido pela Lei Complementar nº 880, de 01/04/13, resolve:

DISPENSAR

o servidor público municipal JAMES SCHEUNEMANN, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico - SEDEC, da função gratificada de confiança de Assessor da Gerência de Ciência e Tecnologia, FGC-40%, concedida pela Portaria nº 16.879, de 12/04/2013, no dia 31 de agosto de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 08 de setembro de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

REPUBLICADA POR INCORREÇÃO

## PORTARIA Nº 19.082/2015

PORTARIA N. 19.082, DE 09 DE SETEMBRO DE 2015.

DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE EXONERAÇÃO EM ESTÁGIO PROBATÓRIO EM FACE DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL L.R.G.S.S.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, “f”, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/90, e de conformidade com o art. 16, II, da Lei Complementar n. 740, de 18/01/2010, e atendendo ao pedido formulado pelo Secretário Municipal de Administração,

Sr. Ronaldo Rogério Wan-Dall, através do Memorando nº 778/2015, de 31/08/2015, resolve:

**DETERMINAR**

a instauração de Processo de Exoneração em Estágio Probatório a ser conduzido pela Comissão de Exoneração – COMEX, designada pelas Portarias n.º 15.560, de 20/03/2012, n.º 15.120, de 10/10/2011 e n.º 18.876, de 23/06/2015, em face da servidora pública municipal L.R.G.S.S., ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, matrícula nº 21894-4, nomeada em 25/10/12, pela Portaria n.º 16.398/12, Termo de Posse nº 1038, de 04/03/13, por não ter capacidade física para o exercício do cargo, por avaliação médica do SESOSP, de conformidade com o art. 16, inciso II e o parágrafo 4º, da LC 740, de 18/01/2010, e de acordo com o Memorando SEDEAD n. 778/2015, encaminhado pelo Secretário Municipal de Administração, com documentos acostados.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 09 de setembro de 2015.

NAPOLÉÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 19.083/2015**

PORTARIA Nº 19.083, DE 10 DE SETEMBRO DE 2015.  
EXONERA NORBERTO RAMALHO DO CARGO  
EM COMISSÃO DE GERENTE DE PADRONIZAÇÃO DE SERVIÇOS E  
PRODUTOS, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO GOVERNAMENTAL - SEGG.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com o art. 46, "II" da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, combinado com o art. 42 da Lei Complementar nº 870, de 1º de janeiro de 2013 e alterações posteriores e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13 de fevereiro de 2015, resolve:

**EXONERAR**

NORBERTO RAMALHO, do cargo de provimento em comissão de Gerente de Padronização de Serviços e Produtos, símbolo CC-3, na Secretaria Municipal de Gestão Governamental - SEGG, nomeado pela Portaria nº 18.785, de 21 de maio de 2015, no dia 10 de setembro de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 10 de setembro de 2015.

NAPOLÉÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 19.084/2015**

PORTARIA Nº 19.084, DE 10 DE SETEMBRO DE 2015.  
NOMEIA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA O EXERCÍCIO DE CARGOS EM COMISSÃO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO GOVERNAMENTAL – SEGG.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no art. 42, da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013 e alterações posteriores, e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13 de fevereiro de 2015, resolve:

**NOMEAR**

MAICON GOLDBACH, para o exercício do cargo em comissão de Gerente de Infraestrutura, símbolo CC-3, na Secretaria Municipal de Gestão Governamental - SEGG, no dia 14 de setembro de 2015;

DÉBORA CHRISTINA MATHIOLI, para o exercício do cargo em comissão de Gerente de Padronização de Serviços e Produtos, símbolo CC-3, na Secretaria Municipal de Gestão Governamental - SEGG, no dia 11 de setembro de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 10 de setembro de 2015.

NAPOLÉÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 19.085/2015**

PORTARIA Nº 19.085, DE 10 DE SETEMBRO DE 2015.  
NOMEIA MEMBRO PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS – COMEN.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "g", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com o art. 18, da Lei Complementar nº 856, de 26 de abril de 2012, resolve:

NOMEAR, sem ônus para o Município e com as atribuições previstas na Lei Complementar nº 856, de 26 de abril de 2012, para compor, juntamente com os demais, o Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas – COMEN:

SHIRLENE REICHERT, representante titular do Gabinete do Prefeito - GAPREF, em substituição a VALDIR REIS, nomeado pela Portaria nº 16.776, de 14/03/2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 10 de setembro de 2015.

NAPOLÉÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**EDITAL NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 275/2015 - SEFAZ**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU  
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA  
DIRETORIA DE RECEITA  
GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA

**EDITAL NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 275/2015**

CONTRIBUINTE : SERRA COMERCIO DE MAQUINAS LTDA - ME  
ENDEREÇO: RUA DR. PEDRO ZIMMERMANN, 10800 – ITROUPAVA CENTRAL – BLUMENAU - SC  
Inscrição no CMC: 65.064 CNPJ: 03.042.657/0001-00  
Processo Fiscal : 2015/358  
Sócios: ALESSANDRA PAULINO SCHINDLER e NORMA URSULA SCHINDLER

Notifica-se o contribuinte acima identificado, com base nos artigos 70, V e 151 da LC 632/2007, intimando-o para, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do 1º dia útil seguinte à ciência desta notificação:

- a) recolher à Fazenda Municipal o valor abaixo discriminado, referente ao débito do ISSQN - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (Art. 81 da LC 632/2007); ou
- b) reclamar do lançamento em que é parte (Art. 207, caput da LC 632/2007).

**DEMONSTRATIVO DOS VALORES APURADOS:**

Base de Cálculo	
Imposto a Recolher	3.091,81
Atualização Monetária	396,99
Juros de Mora	868,10
Multa p/ infração	1.744,40
Total Geral	6.101,29

**DESCRIÇÃO DOS FATOS**

- 1) Período Fiscal: 12/2012; 01/2013; 04/2013; 06/2013; 07/2013; 09/2013 a 12/2013; 01/2014
- 2) Documentos examinados: Notas Fiscais de serviços eletrônicas (NOTABLU), INTIMAÇÃO FISCAL 037/2015.
- 3) Concluído o procedimento fiscal nos termos da legislação aplicável, constatou-se que o contribuinte:
  - 3.1) Presta serviços, constante(s) da Lista de Serviços prevista na Lei Complementar Federal 116/03 e prevista no Art. 276 da LC 632/2007, item(ns): 14.01 –Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).
  - 3.2) Deixou de recolher o ISSQN devido referente ao período acima indicado, conforme demonstrativo acima e mapa de apuração anexo, infringindo a legislação tributária municipal em seu artigo 295, § 1º da LC 632/2007.
- 4) COMPOSIÇÃO DA BASE DE CÁLCULO
  - 4.1) A base de cálculo da presente notificação compõe-se:  
Soma dos Valores referente as Notas Fiscais de Serviços Eletrônica (NOTABLU).
- 5) CÁLCULO DO VALOR A PAGAR
  - 5.1) Sobre o valor do imposto calculado incidiram os acréscimos legais conforme segue:
    - a) Atualização monetária:
      - A partir de 2012 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC – Decreto nº 9551/2011
      - A partir de 2013 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC – Decreto nº 9876/2012
      - A partir de 2014 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC – Decreto nº 10223/2013
      - A partir de 2015 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC – Decreto nº 10502/2014
    - b) Juros de Mora de 1% ao mês, com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007.
  - 5.3) Foi aplicada multa de 50% sobre o valor atualizado conforme Art. 305 da LC 632/2007.
- 6) Observações:
  - 6.1) Dentro do prazo estipulado, esta Notificação poderá ser quitada (à vista, com redução de 90% na multa) ou parcelada (em até 60 vezes), nas condições previstas nos artigos 171 e 172 da LC 632/2007.
  - 6.2) Vencidos os prazos para pagamentos ou reclames, será o débito inscrito em Dívida Ativa e terá início o processo de cobrança amigável ou judicial.
  - 6.3) Integra a presente Notificação Fiscal o seguinte anexo: Mapa de Levantamento Fiscal e Cálculo.

Patrícia Dias  
AUDITORA FISCAL TRIBUTÁRIA  
Matrícula nº 21.554-4

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU  
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA  
DIRETORIA DE RECEITA  
GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA

TERMO DE FISCALIZAÇÃO  
MAPA DE LEVANTAMENTO FISCAL E CÁLCULO



**ANEXO À NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº: 275,2015 - SERRA COMERCIO DE MAQUINAS LTDA - ME**

Exercício 2012	Receita	Imposto Devido	Imposto a Pagar	Imposto	Atualização	Juros de	Valor Total
Meses	Fat Bruto	Vlr.Histórico	Vlr.Histórico	Atualizado	Monetária	Mora	Apurado
Dezembro		320,	320,00	380,63	60,63	121,80	502,43
2013							
Janeiro		222,25	222,25	249,51	27,26	77,35	326,85
Abril		346,86	346,76	389,28	42,52	109,00	498,28
Junho		435,50	435,50	488,91	53,41	127,12	616,02
Julho		183,65	183,65	206,17	22,52	51,54	257,71
Setembro		93,65	93,65	105,13	11,48	24,18	129,32
Outubro		805,00	805,00	903,72	98,72	198,82	1.102,54
Novembro		520,00	520,00	583,77	63,77	122,59	706,36
Dezembro		105,00	105,00	117,88	12,88	23,58	141,45
2014							
Janeiro		60,00	60,00	63,80	3,80	12,12	75,92
Totais		3.091,81	3.091,81	3.488,80	396,99	868,10	4.356,90

Patrícia Dias  
AUDITORA FISCAL TRIBUTÁRIA  
Matrícula nº 21.554-6

**EDITAL NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 298/2015 - SEFAZ**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU  
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA  
DIRETORIA DE RECEITA  
GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA

**EDITAL NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 298/2015**

CONTRIBUINTE : RIBEIRÃO DAS PEDRAS REPRESENTAÇÕES LTDA  
ENDEREÇO: RUA VICTOR KONDER, 422 – VICTOR KONDER – BLUMENAU - SC  
Inscrição no CMC: 84.695 CNPJ: 10.290.051/0001-59  
Processo Fiscal : 2015/661  
Sócios: MARILENE VANELLI DA SILVA e VINICIUS VANELLI SILVESTRE SILVA

Notifica-se o contribuinte acima identificado, com base nos artigos 70, V e 151 da LC 632/2007, intimando-o para, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do 1º dia útil seguinte à ciência desta notificação:

- a) recolher à Fazenda Municipal o valor abaixo discriminado, referente ao débito do ISSQN - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (Art. 81 da LC 632/2007); ou
- b) reclamar do lançamento em que é parte (Art. 207, caput da LC 632/2007).

**DEMONSTRATIVO DOS VALORES APURADOS:**

Base de Cálculo	
Imposto a Recolher	1.945,85
Atualização Monetária	151,85
Juros de Mora	351,91
Multa p/ infração	1.048,85
Total Geral	3.498,46

**DESCRIÇÃO DOS FATOS**

- 1) Período Fiscal: 08/2012 a 12/2012; 06/2013 a 09/2013, 11/2013; 02/2014, 03/2014, 08/2014, 10/2014 a 12/2014; 01/2015 a 05/2015.
- 2) Documentos examinados: Notas Fiscais de serviços eletrônicas (NOTABLU), INTIMAÇÃO FISCAL 037/2015.
- 3) Concluído o procedimento fiscal nos termos da legislação aplicável, constatou-se que o contribuinte:
  - 3.1) Presta serviços constante(s) da Lista de Serviços prevista na Lei Complementar Federal 116/03 e prevista no Art. 276 da LC 632/2007, item(ns): 10.09 – Representação de qualquer natureza, inclusive comercial.
  - 3.2) Deixou de recolher o ISSQN devido referente ao período acima indicado, conforme demonstrativo acima e mapas de apuração anexos, infringindo a legislação tributária municipal em seu artigo 295, § 1º da LC 632/2007. Em 26/08/2015 emitida Intimação Fiscal n. 089/2015 para regularização dos débitos de ISSQN (Notablu).
  - 3.3) Através desta, notifica-se o contribuinte referente aos débitos de ISSQN sobre sua prestação de serviços, conforme Notas Fiscais (Notablu); procedendo-se à publicação da Notificação em edital no Boletim Oficial do Município, com fulcro no Art. 153, III, LC 632/2007.
- 4) COMPOSIÇÃO DA BASE DE CÁLCULO
  - 4.1) A base de cálculo da presente notificação compõe-se:



Soma dos Valores referente as Notas Fiscais de Serviços Eletrônica (NOTABLU).

#### 5) CÁLCULO DO VALOR A PAGAR

5.1) Sobre o valor do imposto calculado incidiram os acréscimos legais conforme segue:

a) Atualização monetária:

- A partir de 2012 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC – Decreto nº 9551/2011
- A partir de 2013 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC – Decreto nº 9876/2012
- A partir de 2014 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC – Decreto nº 10223/2013
- A partir de 2015 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC – Decreto nº 10502/2014

b) Juros de Mora de 1% ao mês, com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007.

5.3) Foi aplicada multa de 50% sobre o valor atualizado conforme Art. 305 da LC 632/2007.

6) Observações:

6.1) Dentro do prazo estipulado, esta Notificação poderá ser quitada (à vista, com redução de 90% na multa) ou parcelada (em até 60 vezes), nas condições previstas nos artigos 171 e 172 da LC 632/2007.

6.2) Vencidos os prazos para pagamentos ou reclames, será o débito inscrito em Dívida Ativa e terá início o processo de cobrança amigável ou judicial.

6.3) Integra a presente Notificação Fiscal o seguinte anexo: Mapa de Levantamento Fiscal e Cálculo.

Patrícia Dias

AUDITORA FISCAL TRIBUTÁRIA

Matrícula nº 21.554-4

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU  
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA  
DIRETORIA DE RECEITA  
GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA

#### TERMO DE FISCALIZAÇÃO

#### MAPA DE LEVANTAMENTO FISCAL E CÁLCULO

#### ANEXO À NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº: 298/2015 - RIBEIRÃO DAS PEDRAS REPRESENTAÇÕES LTDA

Exercício 2012	Receita	Imposto Devido	Imposto a Pagar	Imposto	Atualização	Juros de	Valor Total
Meses	Fat Bruto	Vlr.Histórico	Vlr.Histórico	Atualizado	Monetária	Mora	Apurado
Agosto		70,00	70,00	83,26	13,26	29,97	113,24
Setembro		70,00	70,00	83,26	13,26	29,14	112,40
Outubro		70,00	70,00	83,26	13,26	28,31	111,57
Novembro		70,00	70,00	83,26	13,26	27,48	110,74
Dezembro		70,00	70,00	83,26	13,26	26,64	109,91
2013							
Junho		70,00	70,00	78,58	8,58	20,43	99,02
Julho		70,00	70,00	78,58	8,58	19,65	98,23
Agosto		70,00	70,00	78,58	8,58	18,86	97,44
Setembro		70,00	70,00	78,58	8,58	18,07	96,66
Novembro		100,00	100,00	112,26	12,26	23,58	135,84
2014							
Fevereiro		100,00	100,00	106,33	6,33	19,14	125,46
Março		100,00	100,00	106,33	6,33	18,08	124,40
Agosto		100,00	100,00	106,33	6,33	12,76	119,08
Outubro		115,52	115,52	122,83	7,31	12,28	135,11
Novembro		100,00	100,00	106,33	6,33	9,57	115,89
Dezembro		100,00	100,00	106,33	6,33	8,51	114,83
2015							
Janeiro		111,78	111,78	111,78		7,82	119,60
Fevereiro		106,75	106,75	106,75		6,41	113,16
Março		126,12	126,12	126,12		6,31	132,43
Abril		123,66	123,66	123,66		4,95	128,61
Maior		132,02	132,02	132,02		3,96	135,98
Totais		1.945,85	1.945,85	2.097,77	151,85	351,91	2.449,68

Patrícia Dias

AUDITORA FISCAL TRIBUTÁRIA

Matrícula nº 21.554-6

**CÂMARA MUNICIPAL****EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2015**

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 12/2015

DO OBJETO: MATERIAL GRÁFICO, conforme especificações constantes do Edital N.º 17/2015.

DA VIGÊNCIA: 12 meses, a contar de sua assinatura.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: 3.3.90 – Material de Consumo

Blumenau, 14 de agosto de 2015.

EMPRESA:			KASBURG GRÁFICA E EDITORA LTDA EPP		
CNPJ:			02.430.885/0001-94	FONE/FAX: 47- 3323-1448	
END.:			Rua 2 de Setembro,1662, A, bairro Itoupava Norte, Blumenau/SC  CEP 89.052-001	e-MAIL:valmir@graficakasburg.com.br	
REPRESENTANTE LEGAL:			Valmir Kasburg		
ITEM	QTDE.	UN	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	120	UN	BLOCO DE RECADO – CMB 003 Bloco 100x1; Papel sulfite; 50 gramas; Colado; 1x0 cor; Medidas: 11cm x 9,6 cm (altura x largura); Pedido único.	R\$ 1,666	R\$ 200,00
2	20.000	FL	PAPEL TIMBRADO A4 Papel sulfite; 75 gramas; 4x0 cores Tamanho A4 (210x297 mm); Arte fornecida pela Câmara; Fotolito incluso; Pedido mínimo será de 5.000 un	R\$ 0,065	R\$ 1.300,00
VALOR TOTAL:					R\$1.500,00

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2015**Câmara Municipal de Blumenau  
Estado de Santa Catarina

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 13/2015

DO OBJETO: MOBILIÁRIO, conforme especificações constantes do Edital N.º 19/2015.

DA VIGÊNCIA: 12 meses, a contar de sua assinatura.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: 4.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente

Blumenau, 31 de agosto de 2015.

EMPRESA:		IRMÃOS PACHECO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME			
CNPJ:		15.874.834/0001-01			
ENDEREÇO:		Rua Santo Antônio, nº683, Bairro Jardim Hantschel, CEP 89295-000, Rio Negrinho/SC			
TELEFONE:		(47)3644-4708			
E-MAIL		sidneivendas_ro@yahoo.com.br			
REPRESENTANTE LEGAL:		Denise Cristiane Pacheco			

## LOTE 1.

## 1.1. ARMÁRIOS:

Item	Qtda	Unid	Descrição	Marca/modelo	Valor unit	Valor total
1.1.1	2	un	Armário alto com 02 portas (mínimo de 3 prateleiras) Medidas mínimas de 800.500.1600mm	Belniaki/Bel – AA/ AAS	R\$674,00	R\$1.348,00
1.1.2	5	un	Armário Extra alto 02 portas (mínimo de 3 prateleiras) Medidas mínimas de 800.500.2000mm	Belniaki/Bel – AX/ EA	R\$852,00	R\$4.260,00
1.1.3	1	un	Armário Extra alto com 04 gavetões e estante superior (com 1 prateleira) Medidas mínimas de 460.500.2000mm	Belniaki/Bel – AXG/Gav	R\$1.052,00	R\$1.052,00
1.1.4	2	un	Armário com 02 portas baixas (mínimo de 1 prateleira) e estante superior (mínimo de 3 prateleiras) Medidas mínimas de 800.500.2000mm	Belniaki/Bel – AX/ Misto	R\$836,00	R\$1.672,00

## 1.2 MESA DE TRABALHO EM “L” COM ATENDIMENTO FRONTAL - TAMPO ÚNICO :

Item	Qtda	Unid	Descrição	Marca/modelo	Valor unit	Valor total
1.2.1	1	Un	Mesa de trabalho em “L” Medidas mínimas de 1400.1400/600.740 mm	Belniaki/Bel – MI/ET	R\$750,00	R\$750,00

## 1.3 GAVETEIROS VOLANTES:

Item	Qtda	Unid	Descrição	Marca/modelo	Valor unit	Valor total
1.3.1	18	Un	Gaveteiro volante 02 gavetas 01 gavetão para pasta suspensa Medidas mínimas de 400.500.630 mm	Belniaki/Bel – Gav/GV	R\$375,00	R\$6.750,00

## 1.4 MESAS LINEARES COM PÉ EM AÇO E CALHA DE FIAÇÃO:

Item	Qtda	Unid	Descrição	Marca/modelo	Valor unit	Valor total
1.4.1	2	Un	Mesa linear sem gavetas com calha metálica para fiação Medidas mínimas de 1200.600.740	Belniaki/Bel – MR-MR	R\$364,00	R\$728,00

## 1.5 SUPORTE PARA GABINETE DE CPU :

Item	Qtda	Unid	Descrição	Marca/modelo	Valor unit	Valor total
1.5.1	5	UN	Suporte para gabinete CPU.	Belniaki/Bel – CPU/Médio	R\$68,00	R\$340,00

VALOR TOTAL DO LOTE 01: R\$16.900,00

EMPRESA:	DIPAPEL COMÉRCIO DE MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP
CNPJ:	82.656.943/0001-31
ENDEREÇO:	Rua São Bento nº681, Bairro Vorstadt, CEP 89015-300, Blumenau - SC
TELEFONE:	(47)3329-1000
E-MAIL	dipapel@dipel.com.br
REPRESENTANTE LEGAL:	Euclides Barea

## LOTE 2

## 2.1. POLTRONA GIRATÓRIA:

Item	Qtda	Unid	Descrição	Marca/modelo	Valor unit	Valor total
2.1.2	11	Un	Poltrona giratória com espadar médio braço regulável	Caderode C600.02.BREBR. OPU.220	R\$613,00	R\$6.743,00

## 2.2 POLTRONA INTERLOCUTOR DE ESPERA:

Item	Qtda	Unid	Descrição	Marca/modelo	Valor unit	Valor total
2.2.1	7	UN	Poltrona fixa espaldar médio sem braço fixo	Caderode E191.02.ESD.0.00	R\$345,00	R\$2.415,00

## 2.3 SOFA DE ESPERA:

Item	Qtda	Unid	Descrição	Marca/modelo	Valor unit	Valor total
2.3.1	6	UN	Sofá de espera 01 lugar com braço	Caderode C10.SF10	R\$1.023,66	R\$6.141,96

VALOR TOTAL DO LOTE 02: R\$15.299,96

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2015**

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2015

DO OBJETO: Equipamentos de som, conforme as especificações constantes do Edital N.º 18/2015.

DA VIGÊNCIA: 12 meses, a contar de sua assinatura.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: 4.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente

Blumenau, 31 de agosto de 2015.

EMPRESA:	BOHRER EQUIPAMENTOS DE ÁUDIO E VÍDEO EIRELLI ME	
CNPJ:	22.172.252/0001-30	FONE/FAX (47)3363-9457
END.:	Rua 438, nº 401, sala 01, CEP 88.220-000	E-MAIL:licitabss@gmail.com
REPRESENTANTE LEGAL:	Filipe Luis Bohrer	

ITEM	QTD	UN	ESPECIFICAÇÃO	MARCA/MODELO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	2	UN	FONE DE OUVIDO Tipo: Fone Aberto; Sistema: Dinâmico Design: Closed-back Resposta de Frequência (Hz): 12 a 28.000 Rendimento (dB SPL/V): 125 Impedância Nominal: 32 Ohms Cabo: 1,5 Metros; Plugue Conector: 3.5 mm Estéreo (p2) Garantia 01 (um) ano	AKG Modelo K414P	R\$254,00	R\$508,00
3	1	UN	KIT DE MICROFONE Características: Pilha AA, item indispensável Transdutor: Condensador Padrão: Polar Supercardióide Resposta de Frequência: 40Hz - 20kHz, (+/- 2.5 dB) Faixa Dinâmica (Típica): 115 dB Relação Sinal-Ruído: 84 dB Nível Máximo de Entrada de Som (SPL): 125 dB, (a 1 kHz, THD = 1%) Requisitos de Alimentação: Alimentação Phantom, (12 - 48v) ou Bateria Tamanho 'AA' de 1.5V, (150 Horas de Vida de Bateria) Impedância de Saída: 200 Ohms Conectores de Saída: A Cápsula do Microfone Conectada na Fonte de Alimentação K6, cuja Terminação consiste em um Conector XLR Tipo 3M Filtragem de Baixa Frequência: Sim, -11dB/Oitava, (a 100Hz), Encontrada nas Fontes de Alimentação K6 Garantia 01 (um) ano	Sennheiser ME-66/K6	R\$3.262,00	R\$3.262,00
VALOR TOTAL:						R\$3.770,00

**RESUMO DO EXPEDIENTE DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 10 DE SETEMBRO DE 2015.**

Reunião Ordinária do dia 10 de setembro de 2015.

Quinta-Feira - 15:00 horas.

Mário Hildebrandt	- Presidente da Câmara Municipal
Marcos da Rosa	- Vice-Presidente
Célio Dias	- 1º Secretário
Marco Antônio Wanrowsky	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Cezar João Cim
Fábio Fiedler	Ivan Naatz
Jefferson Forest	Jens Juergen Mantau
José de Souza (Zeca Bombeiro)	Oldemar Becker
Roberto Tribess	Robinson Soares (Robinho)
Vanderlei Paulo de Oliveira	

**ORDEM DO DIA**

Aprovadas, em única discussão e votação, as Redações Finais dos Projetos de Lei nºs 6.827 e 6.884. Destino: à sanção do Executivo.

Retirado da Ordem do Dia, para vistas, o Projeto de Lei Complementar nº 1.466, bem como sua Emenda nº 01.

Aprovados, em 2ª discussão e votação, os Projetos de Lei nºs 6.808 e 6.905. Destino: à Comissão de Redação Final.

Aprovada, em única discussão e votação, a Cessão do Plenário à Escola do Legislativo, no dia 15/09/2015, para realização do curso de LIBRAS. Destino: comunique-se.

Aprovadas, em única discussão e votação, todas as proposições constantes da matéria da Ordem do Dia, além dos Requerimentos nºs 1167, 1170, 1171 e 1173/2015; e das Moções nºs 160, 161, 162 e 163/2015. Destino: à Secretaria para providências.

Promulgadas as Resoluções MD nºs 2394, 2395 e 2396. Destino: comunique-se e publique-se.

Entrada da Subemenda nº 01 ao Projeto de Lei nº 6.903. Destino: ao processo competente.

Entrada do Projeto de Lei Complementar, de autoria do Vereador Ivan Naatz, que "ACRESCENTA DISPOSITIVO AO ARTIGO 79, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 660, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2007". Destino: processar e à Comissão de Constituição.

Entrada do Projeto de Lei, de autoria do Vereador Ivan Naatz, que "CRIA O VOLUNTARIÔMETRO NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU". Destino: processar e à Comissão de Constituição.

Entrada do Projeto de Lei, de autoria do Vereador Ivan Naatz, que "CRIA O IMPOSTÔMETRO NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU". Destino: processar e à Comissão de Constituição.

Entrada da Mensagem nº 80/2015 – encaminhando Projeto de Lei, que "AUTORIZA A OUTORGA DE CONCESSÃO ADMINISTRATIVA DE USO DE UMA ÁREA DE TERRAS PERTENCENTE À MUNICIPALIDADE, EM FAVOR DO CLUBE DE RADIOAMADORES DE BLUMENAU". Destino: à Comissão de Constituição.

Entrada da Mensagem nº 83/2015 – encaminhando Projeto de Lei Complementar, em regime de urgência, que "ALTERA A REDAÇÃO DO CAPUT DO ART. 8º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 125, DE 12 DE JULHO DE 1996, QUE RATIFICA TERMO DE COMPROMISSO FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE BLUMENAU, A COMUNIDADE EVANGÉLICA DE BLUMENAU E ANGELONI E CIA LTDA; CRIA PARQUE MUNICIPAL, REVOGA A LEI COMPLEMENTAR Nº 96/95, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Destino: às Comissões de Constituição, Finanças e Mista.

Entrada da Mensagem nº 78/2015 – encaminhando Projeto de Lei Complementar, em regime de urgência, que "INSTITUI O CÓDIGO DE PROTEÇÃO E BEM-ESTAR ANIMAL NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS". Destino: às Comissões de Constituição, Finanças e Mista.

Entrada da Mensagem nº 87/2015 – encaminhando Projeto de Lei que "DESAFETA IMÓVEL PERTENCENTE AO MUNICÍPIO DE BLUMENAU E AUTORIZA A SUA PERMUTA COM RALF KONIG". Destino: à Comissão de Constituição.



# Bom Jesus do Oeste

## PREFEITURA

### CONTRATO Nº. 114/2015

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE  
EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO Nº 114/2015

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: MARTEPLAN TERRAPLENAGENS E SERVIÇOS LTDA.  
Licitação: PROCESSO LICITATORIO Nº 874/2014  
Objeto: Execução de obra de calçamento na Avenida 29 de Novembro, Av. Brasília, Rua Irmãos Ambrósio, Rua La Salle, Rua Carolina, Rua Eduardo Sehnem e Rua Padre Júlio com Área total de 12.304,05 m².  
Prazo de Execução: 28 de Setembro de 2015.

Assinatura: 10 de Setembro de 2015.  
AIRTON ANTONIO REINEHR  
Prefeito Municipal

### CONTRATO Nº. 115/2015

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE  
EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO Nº 115/2015

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: FAIMA ANALISES CLINICA LTDA  
Objeto: Prestação de exames laboratoriais para o exercício de 2015.  
Valor: R\$ 12.036,92 (Doze mil e trinta e seis reais e noventa e dois centavos).  
Vigência: 11 de Setembro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

Assinatura: 11 de Setembro de 2015.  
Airton Antonio Reinehr  
Prefeito Municipal

### CONTRATO Nº. 116/2015

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE  
EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO Nº 116/2015

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: SOCIEDADE BENEFICIENTE HOSPITALAR MARAVILHA  
Objeto: Prestação de serviço de plantão médico hospitalar com corpo clínico especializado para o exercício de 2015.  
Valor: R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais).  
Vigência: 11 de Setembro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

Assinatura: 11 de Setembro de 2015.  
Airton Antonio Reinehr  
Prefeito Municipal

### LEI MUNICIPAL Nº 980/2015

LEI MUNICIPAL Nº 980/15, 11 DE SETEMBRO DE 2015  
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A PROMOVER A ALIENAÇÃO EM LEILÃO PÚBLICO DE VEÍCULOS E BENS INSERVÍVEIS DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito do Município de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER a todos que a Câmara de Vereadores, votou, provou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, autorizado a alienar, mediante leilão público, nos termos da legislação atinente, os veículos e bens inservíveis ao serviço público, abaixo relacionados.

ITEM 01 – Um AUTOMOVEL FIAT UNO MILLE WAY ECON, de cor verde, ano de fabricação 2009, modelo 2010, chassi nº 9BD15844AA6263993, renavam nº 138700222, Placas MGK 9344, registrado no patrimônio público municipal sob nº 2825, no estado de conservação em que se encontra, avaliado em R\$ 7.900,00 (sete mil e novecentos reais).

ITEM 02 – Um AUTOMOVEL FIAT STILO ATTRACTIVE DL, de cor branca, ano de fabricação e modelo 2010, chassi nº 9BW19231RA3098469, renavam nº 200727320, Placas MHU 4294, registrado no patrimônio público municipal sob nº 3308, no estado de conservação em que se encontra, avaliado em R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

ITEM 03 – Um AUTOMOVEL FIAT SIENA FIRE FLEX, de cor branca, ano de fabricação 2008, modelo 2009, chassi nº 9BD17206G93476599, renavam nº 116638150, Placas MGB 0929, registrado no patrimônio público municipal sob nº 3323, no estado de conservação em que se encontra avaliado em R\$ 9.800,00 (nove mil e oitocentos reais).

ITEM 04 – Um AUTOMOVEL GM S10 2.2 S, de cor preta, ano de fabricação 1997, modelo 1997, chassi nº 9BG124ARVVC930164, renavam nº 670863114, Placas CIT 0263, registrado no patrimônio público municipal sob nº 2593, no estado de conservação em que se encontra avaliado em R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais).

ITEM 05 – Um CAMINHAO VW 14.140, de cor branca, ano de fabricação 1988, modelo 1988, chassi nº 9BWZZD4ZJC000707, renavam nº 553880675, Placas LYF 1581, registrado no patrimônio público municipal sob nº 3391, no estado de conservação em que se encontra, sem carroceria, avaliado em R\$ 5.900,00 (cinco mil e novecentos reais). O caminhão VW 14.140 é vendido somente no chassi, sem carroceria de qualquer tipo, ficando o adquirente responsável por colocá-lo.

ITEM 06 - Uma CACAMBA BASCULANTE, marca Librelato, número de serie 102B5552, capacidade de 10 metros cúbicos, 02 cilindros inferior hidráulicos, registrado no patrimônio público municipal sob nº 2496, no estado de conservação em que se encontra, avaliado em R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

ITEM 07 - Uma PRANCHA DE CAMINHAO TRUKE, capacidade para 15.000 Kg, com rampa de acesso, não regulamentada, registrado no patrimônio público municipal sob nº 3438, no estado de conservação em que se encontra, avaliado em R\$ 7.000,00 (sete

mil reais). A Prancha de caminhão Truke não está regulamentada perante aos órgãos responsáveis, ficando o adquirente responsável pela regularização da mesma.

ITEM 08 - Uma LAMINA DIANTEIRA, para acoplagem em trator de pneus, registrado no patrimônio público municipal sob nº 2476, no estado de conservação em que se encontra, avaliado em R\$ 500,00 (quinhentos reais).

Art. 2º. – A alienação dos bens será efetivada pelo maior lance, superior ou igual a avaliação.

Parágrafo único – Por conveniência e interesse público, poderá ser suspensa a venda de alguns dos itens.

Art. 3º. – A venda dos bens será exclusivamente à vista, mediante depósito dos valores em conta corrente bancária do Município.

Parágrafo único – Será considerado efetivado o pagamento com a liquidação dos valores na conta corrente.

Art. 4º. – A alienação prevista nesta lei está em conformidade com as normas da lei de Responsabilidade Fiscal e, os valores obtidos com a venda serão depositados em conta específica e serão utilizados para a aquisição de outros veículos e bens.

Art. 5º. – Esta Lei entrará em vigência na data de sua assinatura, ficando condicionada sua eficácia com a publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º, do Decreto nº. 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 6º. – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste,  
aos 11 dias do mês de setembro do ano de 2015.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

# Bom Retiro

## PREFEITURA

**785.09.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE WANIA AP. F. LINS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 785/15 de 10.09.15

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

**RESOLVE:**

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 15 (quinze) dias de licença para realizar tratamento de saúde a contar do dia 10 de setembro com término no dia 24 de setembro de 2015, a funcionária Wania Aparecida Fernandes de Lins, ocupante do cargo de Profissional de Enfermagem – Padrão I – Nível 9, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício no Fundo Municipal de Saúde – Programa ESF Capistrano.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,

10 de setembro de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**786.09.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE IARA DEUCHER**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 786/15 de 10.09.15

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

**RESOLVE:**

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 04 de setembro de 2015, a funcionária Iara Deucher, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 – Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Creche Irmã Paula.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,

10 de setembro de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**787.09.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE ANGELITA B. V. GODINHO**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 787/15 de 10.09.15

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

**RESOLVE:**

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 10 de setembro de 2015, a funcionária Angelita Bernadete Velho Godinho, ocupante do cargo de Servente - Padrão 1 – Nível 1, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Creche Irmã Paula.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,

10 de setembro de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**MINUTA EDITAL PP 18/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO/SC

MINUTA EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2015

O Município de Bom Retiro torna público Edital Pregão Presencial 18/2015 para Aquisição de Brinquedos para equipar as Creches Municipais. A abertura dos envelopes será dia 24/09/15 às 09h30min. Maiores informações podem ser obtidas na Prefeitura de Bom Retiro Fone/Fax: (049)32770183, das 09:00/12:00/ 13:30/17:00. Edital completo disponível no website oficial: [www.bomretiro.sc.gov.br](http://www.bomretiro.sc.gov.br). Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta efeito legal.

Bom Retiro, 14 de setembro de 2015.

Albino Gonçalves Padilha

Prefeito Municipal

# Botuvera

## PREFEITURA

### EXTRATO DE TERMO DE DESAPROPRIAÇÃO PARCIAL DE IMÓVEL SEM ÔNUS FINANCEIRO 00

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUVERÁ

Extrato de Termo de Desapropriação parcial de imóvel sem ônus financeiro

Expropriante: Município de Botuverá

Expropriado: Valentim José Paloschi

Objeto: Desapropriação parcial amigável de área menor de 1.199,95 m<sup>2</sup>, de terreno urbano, livre e desembaraçado de quaisquer ônus, localizado na Rua Paulo Ozimosky, o qual abriga edificação do Ginásio Municipal de Esporte, que assim se descreve e caracteriza: área de terras composta com área de 53.052,00 m<sup>2</sup> (cinquenta e três mil e cinquenta e dois metros quadrados) localizado no Município de Botuverá, Comarca de Brusque, Estado de Santa Catarina, com os limites e confrontações constantes da Matrícula nº 11.646, do Livro 2-A, do Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Brusque e do Decreto Municipal nº 1.744/2014, que declarou o imóvel de utilidade pública para fins de desapropriação.

Data: 05/11/2014.

### PL43-CV06/2015-PNEUS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ

PROCESSO LICITATÓRIO Nº43/2015

CONVITE DE PREÇOS Nº06/2015

O MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ torna público que se encontra aberto Processo Licitatório para aquisição de PNEUS DIVERSOS, para manutenção da frota de veículos da Prefeitura de Botuverá. Recebimento da documentação Até 21/09/2015, as 9:00hrs. Abertura das propostas dia 21/09/2015, 9:30hrs. Local na Sala de LICITAÇÕES da Prefeitura, sito a Rua João Morelli, 66, Centro, Botuverá/SC. Edital e informações no setor de licitações no mesmo endereço, Fone/Fax (47) 3359-1170. Site: [www.botuvera.sc.gov.br](http://www.botuvera.sc.gov.br) - e-mail: [licitacao@botuvera.sc.gov.br](mailto:licitacao@botuvera.sc.gov.br)

Botuverá-SC, 11 de Setembro de 2015.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

# Braço do Trombudo

## PREFEITURA

### **EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 43/2015 - SRP**

PROCESSO ADMINISTRATIVO 53/2015

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 43/2015 - SRP

O Município de Braço do Trombudo SC torna público para conhecimento dos interessados que as 13h30min do dia 24.09.2015, estará selecionando a melhor proposta para Aquisição de peças e contratação de serviço de mão de obra para conserto e manutenção do caminhão tanque MBB 5439 Ford do Setor de Agricultura do Município de Braço do Trombudo., informações pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail: [licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br](mailto:licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br) ou pelo site [www.bracodotrombudo.sc.gov.br](http://www.bracodotrombudo.sc.gov.br).

Braço do Trombudo, em 14 de setembro de 2015.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal.

### **RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 38/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO

RESULTADO DE JULGAMENTO

PREGÃO Nº 38/2015

A pregoeira oficial do Município de Braço torna público o resultado de julgamento do Pregão Presencial nº 38/2015 8. Processo licitatório 47/2015. Objeto: Aquisição de trator de pneus e colhedora de forragens para o município de Braço do Trombudo/SC, objetivando a execução de ações relativas ao Programa Apoio ao desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais - PRONAT, conforme Convênio nº 815266/2014, Operação nº 1022254-97/2014, celebrado entre a União Federal por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Município de Braço do Trombudo. Após análise e julgamento das propostas, foram declaradas vencedoras do certame as empresas a seguir: Itua-ra Ltda ME CNPJ 18.057.523/0001-30 Item I no valor total de R\$ 81.090,00 e a empresa Fatima Representações comerciais Ltda CNPJ: 06.139.399/0001-72 Item II no valor total de R\$ 10.900,00 tornando-se, dessa forma, divulgado o resultado de julgamento do supracitado pregão.

Alair Franz Hein

Pregoeira Oficial do Município de Braço do Trombudo. Em 14/09/2015.



# Brunópolis

## PREFEITURA

### LEI MUN. Nº 848

LEI Nº 848, DE 11 DE SETEMBRO DE 2015.

ADEMIL ANTONIO DA ROSA, Prefeito Municipal de Brunópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, conforme artigo 100, inciso XXV, da Lei Orgânica Municipal, FAZ saber a todos os habitantes do Município de Brunópolis que os Vereadores votaram e aprovaram e ELE sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. A Administração Municipal fica autorizada a concede premiação em dinheiro aos vencedores da Segunda Liga Brunopolitense de FUTSAL - 2015.

Art. 2º. Na categoria LIVRE, a premiação será de:

- a) R\$ 500,00 (quinhentos reais), para o primeiro colocado;
- b) R\$ 400,00 (quatrocentos reais), para o segundo colocado;
- c) R\$ 300,00 (trezentos reais), para o terceiro colocado;
- d) R\$ 200,00 (duzentos reais), para o quarto colocado;

Art. 3º. Na categoria VETERANOS a premiação será de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) apenas para a equipe campeã.

Art. 4º. As despesas decorrentes desta lei correrão por conta do orçamento vigente para o ano de 2015.

Art. 5º. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação revogando as disposições contrárias.

Brunópolis (SC), 11 de setembro de 2015.

ADEMIL ANTONIO DA ROSA  
PREFEITO MUNICIPAL

JOSÉ THIERES ALVES RIBEIRO  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E FAZENDA

Registrada e Publicada no DOM.

# Brusque

## PREFEITURA

**PORTARIA Nº 10.299, DE 10 DE SETEMBRO DE 2015**

PORTARIA nº 10.299, DE 10 DE SETEMBRO DE 2015.

Retifica data de exoneração do servidor Carlos Henrique Imhof contida na Portaria nº 10.229/2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º Retificar a data de exoneração do servidor Carlos Henrique Imhof, contida na Portaria nº 10.229, de 11 de agosto de 2015, como 27 de julho de 2015, para constar a partir de 31 de julho de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 10 de setembro de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 10.300, DE 10 DE SETEMBRO DE 2015**

PORTARIA nº 10.300, DE 10 DE SETEMBRO DE 2015.

Exonera servidor ocupante de cargo em comissão.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 144/09 e alterações,

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar Márcio Venturelli, matrícula nº 695351, do cargo de provimento em comissão de Coordenador, lotado no Instituto Brusquense de Planejamento – IBPLAN, a partir de 04 de setembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 10 de setembro de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 10.301, DE 10 DE SETEMBRO DE 2015**

PORTARIA nº 10.301, DE 10 DE SETEMBRO DE 2015.

Exonera servidor ocupante de cargo em comissão.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações,

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar Rogério Todt, matrícula nº 63100, do cargo de provimento em comissão de Coordenador, lotado na Secretaria de Educação do Município, a partir de 08 de setembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 10 de setembro de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº. 7.652, DE 10 DE SETEMBRO DE 2015**

DECRETO Nº. 7.652, DE 10 DE SETEMBRO DE 2015.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL”

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, usando da competência que lhe confere o art. 20º da Lei nº 3.831 de 17.12.14, a Lei nº 3.772 de 24.10.14, o inc. IV do art. 82º da LOM, e a Lei Federal nº 4.320/1964.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar e especial no Orçamento Fiscal em vigência do Município, no valor de R\$ 861.000,00 (Setecentos e sessenta e um mil reais), para atender a programação abaixo especificada:

03.00 Procuradoria Geral do Município

03.001 Procuradoria Geral do Município

0004.0062.0005.2005 Manutenção da Procuradoria Geral do Município

3.3.90.00 Aplicações Diretas – Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 50.000,00

09.00 Secretaria Municipal de Educação

09.001 Secretaria Municipal de Educação

0012.0361.0030.2003 Manutenção do Transporte Escolar

3.3.90.00 Aplicações Diretas – Despesas Correntes

0.3.62.55 Transf. De Convênios - Educação

VALOR R\$ 70.000,00

0012.0122.0005.2022 Manutenção Administrativa da Secretaria de Educação

3.1.91.00 Aplic. Diretas Decorrentes de Oper. Entre Órgãos – Despesas Correntes

0.1.01.00 Rec. De Impostos e de Transf. De Imp. - Educação

VALOR R\$ 150.000,00

3.3.90.00 Aplicações Diretas – Despesas Correntes

0.1.01.00 Rec. De Impostos e de Transf. De Imp. - Educação

VALOR R\$ 100.000,00

0012.0361.0025.2019 Manutenção Desenvolv. Ensino Fund. Valor. Magistério

3.3.90.00 Aplicações Diretas – Despesas Correntes

0.3.36.00 Salário Educação

VALOR R\$ 120.000,00

3.3.91.00 Aplic. Diretas Decorrentes de Oper. Entre Órgãos – Outras Despesas Correntes

0.3.36.00 Salário Educação

VALOR R\$ 60.000,00

0012.0365.0020.2020 Manutenção da Educação Infantil

3.3.91.00 Aplic. Diretas Decorrentes de Oper. Entre Órgãos – Outras Despesas Correntes

0.3.36.00 Salário Educação

VALOR R\$ 10.000,00

0012.0361.0025.1013 Construção Ampliação e Reformas Escolas Ens. Fundamental

3.3.90.00 Aplicações Diretas – Despesas Correntes

0.3.36.00 Salário Educação  
VALOR R\$ 50.000,00  
4.4.90.00 Aplicações Diretas - Investimentos  
0.3.36.00 Salário Educação  
VALOR R\$ 50.000,00  
10.00 Secretaria Municipal de Turismo  
10.002 Fundo Municipal de Desenvolv. Turístico  
0023.0695.0170.2237 Infra Estrutura, Apoio e Fomento ao Desenvolv. Turístico  
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Despesas Correntes  
0.1.34.54 Transf. De Convênios – União/Outros  
VALOR R\$ 5.000,00  
19.00 Secretaria de Orçamento e Gestão  
19.001 Secretaria de Orçamento e Gestão  
0004.0122.0005.2013 Manutenção da Administração Geral  
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Despesas Correntes  
0.1.00.00 Recursos Ordinários  
VALOR R\$ 59.000,00  
40.00 Fundação Ecológica e Zoobotânica de Brusque  
40.001 Fundação Ecológica e Zoobotânica de Brusque  
0018.0541.010.2252 Manutenção da Fund. Ecológica e Zoobotânica  
4.4.90.00 Aplicações Diretas – Investimentos  
0.1.00.00 Recursos Ordinários  
VALOR R\$ 4.000,00  
55.00 Fummpom – Fundo Munic. Melhoria da Policia Militar  
55.001 Fummpom – Fundo Munic. Melhoria da Policia Militar  
0006.0181.0150.2206 Manutenção do Fummpom – Polícia Militar  
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Despesas Correntes  
0.3.10.00 Convênio de Trânsito - Militar  
VALOR R\$ 100.000,00  
65.00 Fundação Cultural de Brusque  
65.001 Fundação Cultural de Brusque  
0013.0392.0060.2225 Manutenção do Fundo de Cultura e Apoio às Atividades Culturais  
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Despesas Correntes  
0.1.00.00 Recursos Ordinários  
VALOR R\$ 33.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - Anulação parcial de dotações do orçamento vigente, conforme abaixo especificadas:

03.00 Procuradoria Geral do Município  
03.001 Procuradoria Geral do Município  
0004.0062.0005.2005 Manutenção da Procuradoria Geral do Município  
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Outras Despesas Correntes  
0.1.00.00 Recursos Ordinários  
VALOR R\$ 50.000,00  
09.00 Secretaria Municipal de Educação  
09.001 Secretaria Municipal de Educação  
0012.0122.0005.2022 Manutenção Administrativa da Secretaria de Educação  
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes  
0.1.01.00 Rec. De Impostos e de Transf. De Imp. - Educação  
VALOR R\$ 250.000,00  
10.00 Secretaria Municipal de Turismo  
10.002 Fundo Municipal de Desenvolv. Turístico  
0023.0695.0170.2237 Infra Estrutura, Apoio e Fomento ao Desenvolv. Turístico  
4.4.90.00 Aplicações Diretas - Investimentos  
0.1.34.54 Transf. De Convênios – União/Outros  
VALOR R\$ 5.000,00  
19.00 Secretaria de Orçamento e Gestão  
19.001 Secretaria de Orçamento e Gestão  
0004.0122.0005.2013 Manutenção da Administração Geral  
3.3.93.00 Aplic. Diretas Dec. Oper. De Órgãos, Fundos, e Entidades dos OFFs c/ Consórcio Público do Qual o Ente Participe – Outras Despesas Correntes  
0.1.00.00 Recursos Ordinários  
VALOR R\$ 59.000,00  
40.00 Fundação Ecológica e Zoobotânica de Brusque  
40.001 Fundação Ecológica e Zoobotânica de Brusque  
0018.0541.010.2252 Manutenção da Fund. Ecológica e Zoobotânica  
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 4.000,00

65.00 Fundação Cultural de Brusque

65.001 Fundação Cultural de Brusque

0013.0392.0060.2225 Manutenção do Fundo de Cultura e Apoio às Atividades Culturais

3.3.50.00 Transf. A Instit. Privadas S/ Fins Lucrativos – Outras Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 33.000,00

II - superávit financeiro do exercício anterior, conforme disposto no § 1º, I do art. 43 da Lei nº. 4.320/64, apurado na fonte de recurso abaixo:

Conta Contábil	Banco/Conta	Vínculo/Fonte de Recursos	Disponibilidade em 31/12/2014
21.493-0	B.B PMB/Salário Educação	0.1.36.00 0.3.36.00	545.200,20 982.155,40
TOTAL	B.B PMB/Salário Educação	0.1.36.00/0.3.36.00	1.527.355,60
TOTAL GERAL			1.527.355,60

Valores Comprometidos	Fonte de Recursos	Valor R\$
Empenhos à Pagar	0.1.36.00/0.3.36.00	0,00
DDO à Pagar	0.1.36.00/0.3.36.00	3.816,12
Restos à Pagar	0.1.36.00/0.3.36.00	574.563,99
TOTAL	0.1.36.00/0.3.36.00	578.380,11
TOTAL GERAL		578.380,11

Saldo	Fonte de Recursos	Valor R\$
Superávit Financeiro	0.3.36.00	948.975,49
Valor Utilizado Decreto nº 7605/2015		150.000,00
Valor Utilizado Decreto nº 7610/2015		150.000,00
Valor Utilizado Decreto nº 7619/2015		100.000,00
Valor Utilizado Decreto nº 7626/2015		200.000,00
TOTAL		348.975,49

Conta Corrente	Banco/Conta	Vínculo/Fonte de Recursos	Disponibilidade em 31/12/2013
32.541-8	B.BRASIL BESC – Transp. Escolar	0.1.22.55 0.3.22.55	583.802,30 462.420,34
TOTAL GERAL			1.046.222,64

Valores Comprometidos	Fonte de Recursos	Valor R\$
Empenhos à Pagar	0.1.22.55/0.3.22.55	168.067,95
DDO à Pagar	0.1.22.55/0.3.22.55	354,16
Restos à Pagar	0.1.22.55/0.3.22.55	57,00
TOTAL	0.1.22.55/0.3.22.55	168.479,11

Saldo	Fonte de Recursos	Valor R\$
Superávit Financeiro	0.3.22.55 – 0.3.62.55	877.743,53
Valor Utilizado Decreto nº 7569/2015		400.000,00
Valor Utilizado Decreto nº 7619/2015		300.000,00
Valor Utilizado Decreto nº 7638/2015		100.000,00
TOTAL		77.743,53

Conta Corrente	Banco/Conta	Vínculo/Fonte de Recursos	Disponibilidade em 31/12/2014
313.312-5	B.BRASIL – C/C	0.1.54.00 0.3.54.00	99.605,66 552,61
TOTAL GERAL			100.158,27

Valores Comprometidos	Fonte de Recursos	Valor R\$
Empenhos à Pagar	0.1.10.00/0.3.10.00	0,00
DDO à Pagar	0.1.10.00/0.3.10.00	0,00
Restos à Pagar	0.1.10.00/0.3.10.00	0,00
TOTAL	0.1.10.00/0.3.10.00	0,00

Saldo	Fonte de Recursos	Valor R\$
Superávit Financeiro	0.1.10.00/0.3.10.00	100.158,27

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 10/09/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.



Prefeitura Municipal de Brusque, 10 de setembro de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDENCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador Geral do Município

CRISTIANO BITTENCOURT

Secretário de Orçamento e Gestão

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe Gabinete do Prefeito

### **EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 010/2015 SAMAE**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 03 AO CONTRATO 010/2015

ESPÉCIE: fornecimento óleo diesel. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial. PROCESSO LICITATÓRIO: 053/2014. VALOR GLOBAL: R\$ 301.400,00. PRAZO EXECUÇÃO: até 31/12/2015. DATA DA ASSINATURA: 11/09/2015; CONTRATADA: Walendowsky Distribuidora de Combustíveis Ltda. Diretor Presidente do SAMAE.

Brusque, 11 de setembro de 2015.

PUBLIQUE-SE

Roberto Bolognini

### **EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO 037/2015 SAMAE**

PROCESSO LICITATÓRIO 037/2015

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

Encontra-se aberta no SAMAE de Brusque/SC, o Processo Licitatório 037/2015, na modalidade de Pregão Presencial, para serviço de manutenção em subestação de energia elétrica na captação do SAMAE e limpeza e poda próximo a rede de energia elétrica no sistema de Dom Joaquim e na EAT San Genaro. A abertura dos envelopes dar-se-á no dia 29 de setembro de 2015, às 08:30 horas.

O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados junto ao Setor de Compras do SAMAE, sito a Rua Doutor Penido, 297, Centro, Brusque, ou pelo site: [www.samaebru.com.br](http://www.samaebru.com.br)

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone 47 3255-0500, ramal 207.

Roberto Bolognini

Diretor Presidente

SAMAE – Brusque

### **EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 101/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE/SC

PROCESSO LICITATÓRIO nº 101/2015

TOMADA DE PREÇO nº 008/2015

OBJETO: FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE ESTRUTURAS METÁLICAS EM UNIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.

RESULTADO DA HABILITAÇÃO: Após análise das propostas apresentadas pelas Empresas licitantes, conforme exigência editalícia, apresentou menor preço global, a empresa SONA CONSTRUTORA LTDA ME, com valor global de R\$ 343.177,25 (trezentos e quarenta e três mil, cento e setenta e sete reais e vinte e cinco centavos) que tendo atendido a todas as exigências do edital, foi declarada vencedora do certame licitatório, nos termos da Ata de Licitação e proposta comercial.

Do exposto, aguarde-se o decurso do prazo recursal previsto no artigo 109, inciso I, alínea "b", da Lei 8.666/93 e/ou a renúncia expressa, para dar prosseguimento aos trabalhos.

11/09/2015

RAFAEL LUIZ PINTO

Presidente da Comissão de Licitação

**PORTARIA Nº 2.327/2015**

PORTARIA Nº 2.327/2015

Remove servidor de ofício.

Considerando que o cargo de Enfermeiro, tem como característica o cuidado, a proteção, o acolhimento além da higiene, de pessoas necessitadas e da comunidade em geral, permitindo assim uma maior independência dos pacientes;

Considerando que a servidora tem diferenciais que se manifestam no jeito de lidar com o público, manejando de forma adequada e acolhedora os usuários do sistema único de saúde, visto que a atual política de gestão de pessoas é de primordial importância e, tem como objetivo um ambiente saudável, garantindo a segurança, confiança, lealdade e satisfação, permitindo ao servidor motivação empreendedora e comprometida com as políticas sociais de saúde pública, e ao usuário, um melhor atendimento junto as Unidades de Saúde;

Considerando especificamente que a movimentação do local de trabalho da servidora Ednea Nardin Pereira, da Unidade de Saúde Santa Rita, para a Unidade de Saúde Poço Fundo, se dá pela necessidade de resposta à comunidade referente ao atendimento aos usuários do sistema único de saúde da unidade localizada naquele bairro, que com a demanda de atendimentos, motivada pelo aumento populacional devido a migração ocorrida, necessita de mais profissionais da área para agilizar atendimentos e comandar equipes que além de serem responsáveis pela atualização dos dados de produção no sistema "E-SUS", para recebimento de verbas federais e, manutenção nos sistemas de gerenciamento do Ministério da saúde, também tem que manter o bom andamento de todos os trabalhos dentro da unidade de saúde e na comunidade no que se refere a saúde pública. A servidora Ednea Nardin Pereira, tem experiência para suprir as carências apresentadas, pela sua capacidade profissional em gestão, por ser preceptora do programa de residência multifuncional, pela firmeza e convicções de liderança;

Considerando que o Servidor empossado em seu cargo após concurso público está sujeito ao deslocamento geográfico dentro dos limites do município, com a finalidade de atender mais e melhor dentro das atribuições de seu cargo;

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Remover, a Servidora EDNEA NARDIN PEREIRA, matrícula nº 792950, efetiva no cargo de Enfermeiro, lotado na Unidade Básica de Saúde Santa Rita, para a Unidade Básica de Saúde Poço Fundo, a contar de 14/09/2015.

Parágrafo Único. A remoção que trata o artigo supracitado dar-se-á, pelo interesse público, com fulcro no art. 50, § único, da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 14/09/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 09 de Setembro de 2015.

CRISTIANO BITTENCOURT

Secretário de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER

Diretor de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 1.631/2015**

PORTARIA Nº 1.631/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Considerar estável, após término do Estágio Probatório, a servidora MARILEIA DA SILVA MORESCO, matrícula nº 16829, nomeada pela Portaria nº 7.968/2012, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º - A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art. 27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 14/06/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 12 de Junho de 2015.

1.

2. CRISTIANO BITTENCOURT

1. Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER

Diretor de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 1.701/2015**

PORTARIA Nº 1.701/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Considerar estável, após término do Estágio Probatório, o servidor CRISTIANO CUNHA, matrícula nº 475998, nomeado pela Portaria nº 7.391/2011, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Motorista, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º - A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art. 27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 18/06/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 18 de Junho de 2015.

1.

2. CRISTIANO BITTENCOURT

1. Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER

Diretor de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 1.950/2015**

PORTARIA Nº 1.950/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, a servidora HELENA GROSS, matrícula nº 677175, nomeado pela Portaria nº 7.945/2012, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Coordenador Pedagógico, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art. 27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 14/07/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 22 de Julho de 2015.

1.

2. CRISTIANO BITTENCOURT

1. Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER

Diretor de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 10.297, DE 04 DE SETEMBRO DE 2015**

PORTARIA nº 10.297, DE 04 DE SETEMBRO DE 2015.

Exonera servidora ocupante de cargo em comissão.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações,  
**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar Joseana Paes Lopes do cargo de Coordenadora, Símbolo CC-V, lotada na Secretaria de Orçamento e Gestão/Diretoria de Licitações e Contratos.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 11/09/2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 04 de setembro de 2015.

1. ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 10.298, DE 09 DE SETEMBRO DE 2015**

PORTARIA nº 10.298, DE 09 DE SETEMBRO DE 2015.

Cria e nomeia membros para compor Comissão de Verificação de Regularidade de Constituição de Despesa, relativo ao contrato nº 055/2015, firmado entre o Município de Brusque e a UNIFEBE, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea c do art. 111 da Lei Orgânica do Município, e considerando o exposto no Memorando nº 231/2015, expedido em 01 de Setembro de 2015, pelo Secretário de Orçamento e Gestão/Diretoria de Contabilidade,

**RESOLVE:**

Art. 1º Criar COMISSÃO DE VERIFICAÇÃO DA REGULARIDADE DE CONSTITUIÇÃO DE DESPESA, relativo ao contrato nº 055/2015, afeta à UNIFEBE, referente prestação de serviços de ministração de curso de formação para a equipe gestora e capacitação para a elaboração do Plano Municipal de Educação.

Parágrafo único. A Comissão de que trata este artigo tem por finalidade acompanhar e propor ações para pagamento da despesa de que trata o caput deste artigo.

Art. 2º A Comissão criada será composta pelos seguintes servidores, lotados na Secretaria de Educação:

– Jaqueline Peirão dos Santos

– Maristela Kuneski

– Vanderléia Ana Felisbino Mannrich

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 09 de setembro de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 10.303, DE 10 DE SETEMBRO DE 2015.**

PORTARIA nº 10.303, DE 10 DE SETEMBRO DE 2015.

Cria e nomeia membros para compor Comissão de Verificação de Regularidade de Constituição de Despesa, relativo às Ordens de Compra nºs 4313/2014 e 4314/2014, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea c do art. 111 da Lei Orgânica do Município, e considerando a exposição de motivos apresentada pelo Secretário de Orçamento e Gestão,

**RESOLVE:**

Art. 1º Criar COMISSÃO DE VERIFICAÇÃO DA REGULARIDADE DE CONSTITUIÇÃO DE DESPESA, relativo aos serviços prestados pela Empresa Glicom Materiais de Construção Ltda. EPP, realizados no exercício de 2014, referentes ordens de compras nºs 4313/2014 e 4314/2014.

Parágrafo único. A Comissão de que trata este artigo tem por finalidade acompanhar e propor ações para pagamento da despesa de que trata o caput deste artigo.

Art. 2º A Comissão criada será composta pelos seguintes servidores:

– Roberto Battisti Rockenbach

– Rafael Lopes de Lima

– Vanderlei Luís Dietrich

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 10 de setembro de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/  
SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

## **PORTARIA Nº 2.299/2015**

PORTARIA Nº 2.299/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

### **RESOLVE:**

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, a servidora ALESSANDRA STOLTENBERG DO NASCIMENTO, matrícula nº 681830, nomeada pela Portaria nº 7.788/2012, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art. 27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/02/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 09 de Setembro de 2015.

1.

2. CRISTIANO BITTENCOURT

1. Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER

Diretor de Recursos Humanos

# Caçador

## PREFEITURA

**PORTARIA Nº 25.853**

PORTARIA Nº 25.853, de 21 de agosto de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 184, §§3º e 4º, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

**RESOLVE:**

CONCEDER ao Servidor Público Municipal a seguir relacionado, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, o adicional sexta-parte dos seus vencimentos, por completar 25 (vinte e cinco) anos de tempo de serviço público municipal, especificando: código, nome, cargo e lotação, conforme segue:

Código	Nome do Servidor	Cargo	Lotação
674	Joventino Rodrigues dos Passos	Agente de Serviços e Obras Públicas II	003

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 21 de agosto de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto

PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 25.854**

PORTARIA Nº 25.854, de 21 de agosto de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 184, §§3º e 4º, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

**RESOLVE:**

CONCEDER ao Servidor Público Municipal a seguir relacionado, lotado na Secretaria Municipal da Agricultura e Desenvolvimento Rural, o adicional sexta-parte dos seus vencimentos, por completar 25 (vinte e cinco) anos de tempo de serviço público municipal, especificando: código, nome, cargo e lotação, conforme segue:

Código	Nome do Servidor	Cargo	Lotação
963	Luiz Ronaldo Tortato	Técnico Agrícola	007

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 21 de agosto de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto

PREFEITO MUNICIPAL.

Eduardo Scapinelli

SECRETÁRIO MUNICIPAL DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL.

**PORTARIA Nº 25.856**

PORTARIA Nº 25.856, de 21 de agosto de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 184, §§3º e 4º, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

**RESOLVE:**

CONCEDER à Servidora Pública Municipal a seguir relacionada, lotada na Secretaria Municipal da Educação, o adicional sexta-parte dos seus vencimentos, por completar 25 (vinte e cinco) anos de tempo de serviço público municipal, especificando: código, nome, cargo e lotação, conforme segue:

Código	Nome do Servidor	Cargo	Lotação
427	Rozangela De Bastiani	Profª do Ensino Fundamental I	016

Registre-se e Publique-se.



Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 21 de agosto de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto

PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves

SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.

### **PORTARIA Nº 25.857**

PORTARIA Nº 25.857, de 21 de agosto de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 184, §§3º e 4º, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER à Servidora Pública Municipal a seguir relacionada, lotada na Secretaria Municipal da Educação, o adicional sexta-parte dos seus vencimentos, por completar 25 (vinte e cinco) anos de tempo de serviço público municipal, especificando: código, nome, cargo e lotação, conforme segue:

Código	Nome do Servidor	Cargo	Lotação
859	Teresa Eclair Cardoso	Servente da Educação	005

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 21 de agosto de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto

PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves

SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.

### **PORTARIA Nº 25.860**

PORTARIA Nº 25.860, de 21 de agosto de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município, mais o previsto na Lei Complementar nº 286, de 16/12/2014, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos, Disposições Estatutárias para os Servidores do Magistério Público Municipal,

RESOLVE:

ALTERAR a PORTARIA Nº 25.231, de 06 de fevereiro de 2015, no que se refere à Servidora Pública Municipal SIMONE FOGAÇA VIEIRA BALZAN, matrícula nº 13266, ocupante do cargo de Professora de Educação Infantil, em exercício na EMEB Morada do Sol, 20 (vinte) horas semanais, vaga excedente, com relação à data fim do contrato que passa a ser dia 18 de dezembro de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, 21 de agosto de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto

PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves

SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.

### **PORTARIA Nº 25.861**

PORTARIA Nº 25.861, de 21 de agosto de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município, mais o previsto na Lei Complementar nº 286, de 16/12/2014, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos, Disposições Estatutárias para os Servidores do Magistério Público Municipal,

RESOLVE:

ALTERAR a PORTARIA Nº 25.657, de 24 de junho de 2015, que contratou Servidores, somente no que se refere à Servidora Pública Municipal SUZA MARA ESTELA MORAES, matrícula nº 13948, ocupante do cargo de Servente da Educação, em exercício na EMEB Rodolfo Nickel, 44 (quarenta e quatro) horas semanais, vaga transitória, com relação à data fim do contrato que passa a ser dia 18 de dezembro de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, 21 de agosto de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto  
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.

### PORTARIA Nº 25.862

PORTARIA Nº 25.862, de 21 de agosto de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município, mais o previsto na Lei Complementar nº 286, de 16/12/2014, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos, Disposições Estatutárias para os Servidores do Magistério Público Municipal,

#### RESOLVE:

ALTERAR a PORTARIA Nº 25.657, de 24 de junho de 2015, que contratou Servidores, somente no que se refere à Servidora Pública Municipal TAIS DA SILVA RIBEIRO, matrícula nº 13946, ocupante do cargo de Professora do Ensino Fundamental II, em exercício nas EMEB Pierina Santin Perret, EMEB Ulysses Guimarães e EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa, 29 (vinte e nove) horas semanais, vagas excedentes, com relação à data fim do contrato que passa a ser dia 18 de dezembro de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, 21 de agosto de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto  
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.

### PORTARIA Nº 25.866

PORTARIA Nº 25.866, de 21 de agosto de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação de Servidores Públicos Municipais em caráter temporário, e art. 60, I, da Lei 8.213, de 24/07/1997, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, com redação da MP nº 664, de 30 de dezembro de 2014,

#### RESOLVE:

CONCEDER às Servidoras Públicas Municipais abaixo relacionadas, ocupantes de cargos efetivos e de contrato temporário, lotadas na Secretaria Municipal da Educação, licença para tratamento de saúde, especificando: códigos, nomes das servidoras, cargos, locais de atuação, dias de afastamento, dias lançados para pagamento e período, conforme segue:

#### I - LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE EFETIVOS:

Código	Nome	Cargo	Locais de Atuação	Total de Dias	Período – A Contar de – Data início		
10448	Edite da Silva Bigas	Merendeira	EMEB Pe. José Chamot	15 dias	03/08/2015 a 17/08/2015		
875	Elizabet Stoffelshauss	Servente	EMEB Hilda Granemann de Sousa	180 dias	17/08/2015 a 13/02/2016 ou até realização perícia médica		
2573	Elis Melani Hilgert de Almeida	Servente	EMEB Hilda Granemann de Sousa	15 dias	19/08/2015 a 02/09/2015		

#### II – LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE ACTs

Código	Nome	Cargo	Local de Atuação	Total de Dias	Dias Lançados	Período – A Contar de:
13063	Danieli Miranda	Especialista em Assuntos Educacionais	Cmei Santa Terezinha	12 dias	12 dias	20/07/2015 a 31/07/2015
13155	Eliane Scotti Alvarenga	Profª de Educação Infantil	CMEI Pierina Adami	90 dias	15 dias	19/08/2015 a 14/11/2015
13823	Tatiane da Silva Pessole	Profª do Ensino Fundamental II	EMEB Morada do Sol	15 dias	15 dias	21/08/2015 a 04/07/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 21 de agosto de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves  
SECRETARIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.

**PORTARIA Nº 25.867**

PORTARIA Nº 25.867, de 21 de agosto de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 113, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

**RESOLVE:**

CONCEDER à Servidora Pública Municipal, abaixo nominada, lotada na Secretaria Municipal da Educação, licença por motivo de doença em pessoa da família, conforme atestado médico apresentado, especificando código, nome, cargo, familiar, número de dias e período, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Familiar	Nº de Dias	A contar de:
488	Leni da Silva Machado	Servente	Pai	90 dias	03/08/2015 a 31/10/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 21 de agosto de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto

PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 25.868**

PORTARIA Nº 25.868, de 21 de agosto de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 114, da Lei complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador e com redação da Lei Complementar nº 137, de 24/11/2008,

**RESOLVE:**

CONCEDER à Servidora Pública Municipal DENIANE ALVES CARDOSO BELAVER, Matrícula 13850, lotada na Secretaria Municipal da Educação, na EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa, cargo de Secretária Escolar, 180 (cento e oitenta) dias de licença maternidade, com efeitos a contar de 26 de agosto de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 21 de agosto de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto

PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 25.872**

PORTARIA Nº 25.872, de 27 de agosto de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação de Servidores Públicos Municipais em caráter temporário, e art. 60, I, da Lei 8.213, de 24/07/1997, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, com redação da MP nº 664, de 30 de dezembro de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER às Servidoras Públicas Municipais abaixo relacionadas, ocupantes de cargos efetivos e de contrato temporário, lotadas na Secretaria Municipal da Educação, licença para tratamento de saúde, especificando: códigos, nomes das servidoras, cargos, locais de atuação, dias de afastamento, dias lançados para pagamento e período, conforme segue:

**I - LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE EFETIVOS:**

Código	Nome	Cargo	Locais de Atuação	Total de Dias	Período – A Contar de – Data início
1059	Ema Cristina D´Agostini	Especialista em Assuntos Educacionais	EMEB Walsin Nunes Garcia	30 dias	19/08/2015 a 17/09/2015
1190	Ivanir Aparecida Gonçalves	Servente da Educação	CMEI Pierina Adami	30 dias	27/08/2015 a 25/09/2015
424	Raquel Terezinha Morona	Profª do Ensino Fundamental I	EMEB Henrique J. Berger	15 dias	26/08/2015 a 09/09/2015
859	Teresa Eclair Cardoso	Servente da Educação	EMEB Henrique J. Berger	90 dias	24/08/2015 a 21/11/2015

**II – LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE ACTS**

Código	Nome	Cargo	Local de Atuação	Total de Dias	Dias Lançados	Período – A Contar de:
13642	Nelci Aparecida dos Santos Crespo	Profª do Ensino Fundamental I	EMEB Alto Bonito	30 dias	15 dias	22/08/2015 a 20/09/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 27 de agosto de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves  
SECRETARIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.

### **PORTARIA Nº 25.904**

PORTARIA Nº 25.904, de 01 de setembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais na Lei Complementar nº 220/2011, regulamentada pelo Decreto Nº 4.949/2011,

#### **RESOLVE:**

CONCEDER à Servidora Pública Municipal AIRES ROBERTA DA ROSA BRANDALISE, cargo Enfermeiro, Matrícula 10788, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, folgas advindas do registro em Banco de Horas, especificando: período de aquisição e período de gozo/dias de folga no decorrer do ano de 2015, conforme segue:

Período Aquisitivo	Período Gozo – Conforme Escala de dias e horários da Secretaria
Banco de Horas – 308 horas	Agosto: 35 horas – 24, 25, 26, 27 e 28 (período integral) Setembro: 33 horas – 16, 17, 18, 21, 22, 23, 24, 25, 28, 29, 30 (período vespertino) Outubro: 30 horas – 01, 02, 05, 06, 07, 08, 09, 13, 14, 15 (período vespertino) Outubro: 63 horas – 16, 19, 20, 21, 22, 23, 28, 29, 30 (período integral) Novembro: 105 horas – 03, 04, 05, 06, 09, 10, 11, 12, 13, 16, 17, 18, 19, 20 e 30 (período integral) Dezembro: 42 horas – 01, 02, 03, 04, 07, 08 (período integral)

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 01 de setembro de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Luzia Michelina dos Santos  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DA SAÚDE.

### **PORTARIA Nº 25.905**

PORTARIA Nº 25.905, de 01 de setembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais na Lei Complementar nº 220/2011, regulamentada pelo Decreto Nº 4.949/2011,

#### **RESOLVE:**

CONCEDER à Servidora Pública Municipal PAULA BRUSTOLIN XAVIER, cargo Enfermeiro, Matrícula 693, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, setor de Vigilância Epidemiológica, folgas advindas do registro em Banco de Horas, especificando: período de aquisição e período de gozo/dias de folga no decorrer do ano de 2015, conforme segue:

Período Aquisitivo	Período Gozo – Conforme Escala de dias e horários da Secretaria
01/01/2015 a 31/07/2015	Setembro: 18 dias no período de 02 de setembro de 2015 a 28 de setembro de 2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 01 de setembro de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Luzia Michelina dos Santos  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DA SAÚDE.

**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 12 - 2015 – PR – 10 - 2015 FMAS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR/SC  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 12 - 2015 – PR – 10 - 2015 FMAS

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2015

OBJETO – REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MOVEIS SOB MEDIDA, DESTINADOS AO CENTRO DE REFERENCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTENCIA SOCIAL – CREAS, DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAÇADOR - SC

ENTREGA DOS ENVELOPES: 01/10/2015 as 14h00min

ABERTURA DOS ENVELOPES: 01/10/2015 as 14h10min

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou no site [caçador.sc.gov.br](http://caçador.sc.gov.br) no ícone licitações, no horário de expediente em vigor, Não será fornecida informação por telefone.

Caçador, 11 de setembro de 2015.

BEATRIZ RIBEIRO DOS SANTOS

SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

**PROCESSO DE LICITAÇÃO – Nº 96-2015, PR – Nº 68-2015 – PREFEITURA**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC  
PROCESSO DE LICITAÇÃO – Nº 96-2015, PR – Nº 68-2015 – PREFEITURA

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 68/2015 TIPO: MENOR PREÇO

OBJETO – REGISTRO DE PREÇO PARA LAVAGEM DE VEÍCULOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR - SC

ENTREGA DOS ENVELOPES: 29/09/2015 as 14h00min.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 29/09/2015 as 14h10min.

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou no site [caçador.sc.gov.br](http://caçador.sc.gov.br) no ícone licitações ou ainda por e-mail: [licitacaopmc@caçador.sc.gov.br](mailto:licitacaopmc@caçador.sc.gov.br), no horário de expediente em vigor. Não será fornecida informação por telefone.

Caçador, 11 de setembro de 2015

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

PREFEITO MUNICIPAL

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**PORTARIA Nº 058, DE 11 DE SETEMBRO DE 2015**

PORTARIA nº 058, de 11 de setembro de 2015.

Nomeia Assessor Parlamentar de Gabinete e Assessor de Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Caçador.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR – SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 45, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador e art. 16, VIII do Regimento Interno da Câmara Municipal

RESOLVE:

Art. 1º Nomear DANIELE FERNANDES ANTUNES ALVES para o cargo de provimento comissionado de Assessor Parlamentar de Gabinete da Câmara Municipal de Caçador, Nível CPCA 3020, com carga horária de 35 horas semanais, conforme Anexo II da Lei Complementar nº 113, de 20 de agosto de 2007, que dispõe sobre o Novo Plano de Carreira e de Cargos e Vencimentos dos Servidores da Câmara Municipal de Caçador, e dá outras providências, a partir de 11/09/2015.

Parágrafo único: Designar a servidora acima mencionada para prestar assessoramento ao vereador Flavio Henrique dos Santos.

Art. 2º Nomear FRANCIELI PETRYKOWSKI ORTOLAN para o cargo de provimento comissionado de Assessor de Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Caçador, Nível CPCA 3003, com carga horária de 35 horas semanais, conforme Anexo II da Lei Complementar nº 113, de 20 de agosto de 2007, que dispõe sobre o Novo Plano de Carreira e de Cargos e Vencimentos dos Servidores da Câmara Municipal de Caçador, e dá outras providências, a partir de 11/09/2015.

Parágrafo único: Designar a servidora acima mencionada para prestar assessoramento ao vereador Ricardo Pelegrinello, presidente da Câmara Municipal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua eficácia à publicação no DOM.

Gabinete da Presidência, 11 de setembro de 2015.

Ricardo Pelegrinello,  
PRESIDENTE

Fernando Scolaro,  
VICE-PRESIDENTE

Glaci Aparecida dos Santos Pereira  
1º SECRETÁRIA

Adilberto Santos de Oliveira  
2º SECRETÁRIO.



# Camboriú

## PREFEITURA

### **ANULAÇÃO PR 66/2015 - PMC**

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ  
ANULAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 066/2015-PMC

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração torna público que resolve anular o Processo Licitatório Nº. 106/2015 cujo objeto é: "AQUISIÇÃO DE COMPUTADOR E IMPRESSORA DESTINADO PARA O SERVIÇO DA DELEGACIA, VISANDO O REGISTRO DE BOLETINS , ELABORAÇÃO DE PEÇAS DE PROCEDIMENTOS POLICIAIS E IMPRESSÃO DOS DOCUMENTOS ELABORADOS , BEM COMO RELATÓRIOS DE INVESTIGAÇÃO".

Quaisquer esclarecimentos podem ser obtidos pelo telefone 047 3365-9500.

Camboriú SC, 11 de Setembro de 2015.  
JOSÉ RODRIGUES PEREIRA  
Prefeito Municipal em Exercício

### **PR 16/15 - FME**

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 016/2015-FME

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE FACULDADE E/OU INSTITUTO CUJO A MANTENEDORA SEJA FACULDADE, PARA PRESTAR SERVIÇO DE CAPACITAÇÃO PARA OS GESTORES (SUPERVISORES, ORIENTADORES, ADMINISTRADORES, COORDENADORES DA SECRETARIA E ESPECIALISTAS) DAS UNIDADES ESCOLARES E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 14:00 horas do dia 24 (Vinte e Quatro) de Setembro de 2015, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: [www.cidadedecamboriu.sc.gov.br](http://www.cidadedecamboriu.sc.gov.br).

Camboriú, 11 de Setembro de 2015.  
JOSÉ RODRIGUES PEREIRA  
Prefeito Municipal em Exercício

# Campo Alegre

## PREFEITURA

### CONCORRÊNCIA 69/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE-SC  
AVISO DE LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA 69/2015

Está aberto Processo Licitatório, na modalidade Concorrência, do tipo maior oferta, concessão de uso de espaço público à particular no TERMINAL RODOVIÁRIO "EDUARDO DUVOISIN", situado a Rua Ernesto Afonso Scheide, nº 83, Centro, no Município de Campo Alegre/SC, unicamente para a exploração comercial de serviço de LANCHONETE. Julgamento: Maior Oferta. Valor mensal mínimo de taxa de ocupação: R\$ 100,00. Data/horário/local para a realização da sessão de julgamento: 14/10/2015, 10 horas, no prédio da Prefeitura Municipal de Campo Alegre (entregar os envelopes no protocolo até as 09h45min). Os interessados poderão obter o edital no site do Município ([www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br)). Informações: (47) 3632-2266 - Serviço de Suprimentos. Campo Alegre - SC, 11 de setembro de 2015. Lucilaine Mokfa Schwarz. Secretária Municipal de Administração.

### CONVOCAÇÃO Nº 145/2015

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 007/2014  
CONVOCAÇÃO Nº 145/2015

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Srª. EULÁLIA GORNIACK CUSTÓDIO, inscrita no CPF/MF sob nº 937.012.339-34, aprovada em 4º lugar no Processo Seletivo nº 007/2014-/PMCA, para o Cargo Público de PROFESSOR II, na Função de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA – NÃO HABILITADO, para assumir o respectivo cargo. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 15 de Setembro de 2015, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal, sito a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme prevêem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Campo Alegre/SC., 11 de Setembro de 2015.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LEDA CARINA MUNHOZ ODIA  
Secretária Municipal de Educação.

### CONVOCAÇÃO Nº 146/2015

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 007/2014  
CONVOCAÇÃO Nº 146/2015

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR o Sr. JOÃO LINDOMAR BATISTA, inscrito no CPF/MF sob nº 901.537.749-91, aprovado em 5º lugar no Processo Seletivo nº 007/2014-/PMCA, para o Cargo Público de PROFESSOR II, na Função de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA – NÃO HABILITADO, para assumir o respectivo cargo. O convocado deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 15 de Setembro de 2015, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal, sito a Rua Cel. Bueno

Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme prevêem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Campo Alegre/SC., 11 de Setembro de 2015.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LEDA CARINA MUNHOZ ODIA  
Secretária Municipal de Educação.

### CONVOCAÇÃO Nº 147/2015

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2015  
CONVOCAÇÃO Nº 147/2015

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. DANIELA SALDANHA, inscrito no CPF/MF sob nº 067.764.489-22, aprovada em 2º lugar no Concurso Público nº 003/2015, para o Cargo Público de AGENTE ADMINISTRATIVO II, na Função de AGENTE ADMINISTRATIVO II, para assumir o respectivo cargo. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 16 de Setembro de 2015, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal na Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Campo Alegre/SC., 11 de Setembro de 2015.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

MARILIA SCHEFFER  
Secretária Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.

### DECRETO Nº 9.281 DE 11 DE SETEMBRO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO  
DECRETO Nº 9.281 DE 11 DE SETEMBRO DE 2015  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.240 de 17 de Dezembro de 2014; Decreta: Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), a fim de suplementar o seguinte Elemento de Despesa na Dotação do Orçamento Vigente.

11.00 -	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.		
11.01 -	Coordenadoria de Cultura		
13.392.0082.2.107 -	Manutenção das Atividades da Coordenadoria de Cultura.		
300000.00.896 -	Despesas Correntes		
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.896 -	Aplicações Diretas		

339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 500,00	
-----------------	--	------------	--

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial do seguinte Elemento de Despesa na Dotação do Orçamento vigente.

11.00 -	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.		
11.01 -	Coordenadoria de Cultura		
13.392.0082.2.107 -	Manutenção das Atividades da Coordenadoria de Cultura.		
300000.00.896 -	Despesas Correntes		
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.896 -	Aplicações Diretas		
339031.00.896 -	Premiações Culturais, Artíst. Cientif. Despor. e Outras	R\$ 500,00	

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
11 de Setembro de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 14/09/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

## **PORTARIA Nº 12.214 DE 11 DE SETEMBRO DE 2015**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.214 DE 11 DE SETEMBRO DE 2015

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO CHEFE DO SERVIÇO URBANÍSTICO E HABITAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 12 (doze) dias de férias ao Servidor Público, BRUNO SEEFELD, Matrícula Funcional nº 000651, Registro no Sistema sob nº 955096, ocupante do Cargo Público de Engenheiro Civil, exercendo a Função Gratificada de Chefe do Serviço Urbanístico e Habitação, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014.

Parágrafo único – O Pagamento de um Terço de Férias o qual se refere o caput deste artigo, referente ao período aquisitivo de 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 14 de Setembro de 2015 a 25 de Setembro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
11 de Setembro de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 14/09/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

## **PORTARIA Nº 12.215 DE 11 DE SETEMBRO DE 2015**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.214 DE 11 DE SETEMBRO DE 2015

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO CHEFE DO SERVIÇO URBANÍSTICO E HABITAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 12 (doze) dias de férias ao Servidor Público, BRUNO SEEFELD, Matrícula Funcional nº 000651, Registro no Sistema sob nº 955096, ocupante do Cargo Público de Engenheiro Civil, exercendo a Função Gratificada de Chefe do Serviço Urbanístico e Habitação, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014.

Parágrafo único – O Pagamento de um Terço de Férias o qual se refere o caput deste artigo, referente ao período aquisitivo de 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 14 de Setembro de 2015 a 25 de Setembro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
11 de Setembro de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 14/09/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 12.216 DE 11 DE SETEMBRO DE 2015**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.216 DE 11 DE SETEMBRO DE 2015

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias ao Servidora Pública, JÉSSICA FISCHER, Matrícula Funcional nº 000443, Registro no Sistema sob nº 954381, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Odontóloga, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, referente ao período aquisitivo 06 de Junho de 2014 a 05 de Junho de 2015.

Parágrafo único – O Pagamento de um Terço de Férias o qual se refere o caput deste artigo, referente ao período aquisitivo de 06 de Junho de 2014 a 05 de Junho de 2015.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 29 de Setembro de 2015 á 08 de Outubro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,

11 de Setembro de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 14/09/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

# Campos Novos

## PREFEITURA

### **AVISO DE INEXIGIBILIDADE Nº01/2015.**

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO.

FUNDAÇÃO CULTURAL CAMPONOVENSE.

Processo Licitatório de Inexigibilidade Nº 01/2015.

Processo de Compra nº 04 /2015.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ASSESSORIA PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO DO 3º FLICAM- FESTIVAL LITERÁRIO E CULTURAL CAMPONOVENSE DE 30 DE SETEMBRO DE 2015 À 03 DE OUTUBRO DE 2015. DE ACORDO COM A LEI 8.666/93, ARTIGO 25, INCISO III.

Campos Novos, 11 de Setembro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

### **LEI 4206/2015 - DISPOE SOBRE A CRIAÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA DE CAMPOS NOVOS**

LEI Nº 4.206/2015 DE 10/09/2015

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA DE CAMPOS NOVOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º. Fica instituído o SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA DE CAMPOS NOVOS, com a finalidade de estimular o desenvolvimento municipal com pleno exercício dos direitos culturais, promovendo a economia da cultura e o aprimoramento artístico-cultural no município.

Art. 2º. O Sistema Municipal de Cultura de Campos Novos observará os seguintes princípios:

- I - Reconhecimento e valorização da diversidade cultural do município;
- II - Cooperação entre os agentes públicos e privados atuantes na área da cultura;
- III - Complementaridade nos papéis dos agentes culturais;
- IV - Cultura como política pública transversal e qualificadora do desenvolvimento;
- V - Autonomia dos entes federados e das instituições da sociedade civil;
- VI - Democratização dos processos decisórios e do acesso ao fomento, aos bens e serviços;
- VII - Integração e interação das políticas, programas, projetos e ações desenvolvidas;
- VIII - Cultura como direito e valor simbólico, econômico e de cidadania;
- IX - Liberdade de criação e expressão como elementos indissociáveis do desenvolvimento cultural;
- X - Territorialização, descentralização e participação como estratégias de gestão.

Art. 3º. O Sistema Municipal de Cultura é constituído pelos seguintes entes organizacionais:

- I - Conselho Municipal de Cultura;
- II - Fundação Cultural Camponovense Cid Caesar de Almeida Pedroso;
- III - Casa da Cultura Gasparino Zorzi: Arquivo Histórico Municipal Dr. Waldemar Rupp;
- IV - Museu Municipal Histórico e Arqueológico Sebastião Paz de Almeida;
- V- Biblioteca Pública Municipal Governador Luiz Henrique da Silveira;

§1º. O Sistema Municipal de Cultura contará com os seguintes instrumentos de suporte institucional:

- I - Plano Municipal de Cultura;
- II - Mecanismos Permanentes de Consulta – Fórum Municipal de Cultura e Conferência;
- III - Fundo Municipal de Cultura;
- IV - Sistema de Informações e Indicadores Culturais;
- V - Programas de Capacitação e Formação na área cultural.

§2º. O Sistema Municipal de Cultura buscará atuar de forma integrada, convergente aos Sistemas Nacional e Estadual de Cultura, potencializando, através destes, o alinhamento das políticas culturais e o provimento de meios para o desenvolvimento do município através da cultura.

§3º. Poderão integrar o Sistema Municipal de Cultura organismos privados, com ou sem fins lucrativos, com comprovada atuação na área cultural e que venham a celebrar termo de adesão específico.

Art. 4º. A Fundação Cultural Camponovense Cid Caesar de Almeida Pedroso, integrante da administração municipal, que é objeto de Lei específica, tem por objetivo a coordenação, a dinamização da cultura municipal e dos seus valores, é responsável por planejar e executar



políticas públicas para promover a criação, produção, formação, circulação, difusão, preservação da memória cultural, e zelar pelo patrimônio artístico, histórico e cultural do Município, como também, responsável por promover e incentivar a proteção ao meio ambiente, histórico e cultural do município.

Art. 5º. A Biblioteca Pública Municipal Governador Luiz Henrique da Silveira é responsável pelo incentivo à leitura e a difusão do conhecimento, congregando um acervo de livros, periódicos e congêneres, organizados e destinados ao estudo, à pesquisa e à consulta por parte de seus usuários.

Art. 6º. O Arquivo Histórico Municipal Dr Waldemar Rupp é responsável por zelar pela preservação do acervo documental intermediário e histórico, possibilitando o estudo, a pesquisa e a consulta pelos seus usuários e pela comunidade em geral.

Art. 7º. O Museu Municipal Histórico e Arqueológico Sebastião Paz de Almeida, responsável por colaborar no processo de desenvolvimento educacional e cultural da comunidade através da preservação e divulgação de seu acervo, promoção de eventos, interagindo com a comunidade a exemplo de exposições multidisciplinares, mostras permanentes, exposições temporárias e itinerantes.

Art. 8º. As atividades e ações de alcance cultural, inerentes a cada organismo integrante do Sistema Municipal de Cultura, deverão ser orientadas e estar compatibilizadas e consubstanciadas no Plano Municipal de Cultura, principal instrumento de gestão da execução de políticas, programas e projetos culturais.

Art. 9º. O Plano Municipal de Cultura, enquanto instrumento de planejamento da ação cultural no âmbito do município, deverá no prazo de 120 (cento e vinte) dias a contar da data de publicação desta Lei, ser elaborado e/ou ajustado pelo órgão oficial de cultura, com participação das diversas instâncias de consulta.

Parágrafo Único – O Plano Municipal de Cultura será aprovado pelo Conselho Municipal de Cultura e submetido à homologação do executivo municipal, através de decreto específico.

Art. 10. Caberão às unidades integrantes do Sistema Municipal de Cultura prover os meios necessários ao desenvolvimento de programas de capacitação de profissionais, através de cursos, palestras, debates e atividades similares.

Art. 11. O Poder Executivo Municipal regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias de sua publicação, promovendo, no orçamento vigente, as alterações que se fizerem necessárias.

Art. 12. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Campos Novos, 10 de setembro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeit Municipal

### **PORTARIA Nº 1399/15**

PORTARIA Nº 1399/15 DE 09/09/2015

EXONERA POR FALECIMENTO O (A) SERVIDOR (A) MILTON CORDEIRO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar por falecimento o (a) servidor (a) MILTON CORDEIRO, conforme certidão de óbito nº 10835701552015400025242000647261, retraindo seus efeitos a 06 de setembro de 2015.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 09 de setembro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 1400/15**

PORTARIA Nº 1400/15 de 09/09/2015

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) CRISTIANE MACHADO DUTRA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) CRISTIANE MACGADO DUTRA do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 09 de setembro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**SAMAE - CAMPOS NOVOS****EX. CONT. TEMP. 004/2015**

SAMAE-SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
CAMPOS NOVOS – SANTA CATARINA

TERMO DE CONTRATO CNO - 004/2015  
PROTOCOLO Nº 084/2015  
PROCESSO Nº 038/2015

DATA DE ASSINATURA: 01 de Setembro de 2015

OBJETO: Contratação Temporária de funcionária para ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais.

CONTRATADA: Vanda Poltronieri Mocelin

VALOR: R\$ 939,48 (Novecentos e trinta e nove reais e quarenta e oito centavos), por 200 (duzentas) horas mensais.

PRAZO: 01.09.2015 ...

Campos Novos – SC, 01 de Setembro de 2015.

JOEL FRANCISCO FAGUNDES  
DIRETOR DO SAMAE

# Canoinhas

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 176/2015

DECRETO Nº. 176/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO a necessidade da manutenção permanente das movimentações financeiras e contábeis desta Municipalidade, RESOLVE:

#### DECRETAR

Art. 1º. Fica, por força deste decreto, sujeito ao cancelamento, no prazo de 30 (trinta) dias, o pagamento da despesa relacionada ao empenho n.º 534/2006 e respectiva ordem de pagamento n.º 579/2006, em nome do Sr. Sebastião Gomes, titular do CPF n.º 066.454.379-00, sendo emitido o cheque de n.º 850266 a seu favor, o qual não foi retirado até a presente data.

§1º. O cancelamento deste crédito será habilitado mediante ao não comparecimento do credor para liquidação do pagamento no prazo acima determinado.

§2º. O prazo para comparecimento, far-se-á iniciado na data da publicação do presente Decreto.

§3º. O cheque mencionado no caput deste artigo, fora expedido na data de 30 de dezembro de 2006, e como citado, até a presente data não fora retirado junto à tesouraria desta municipalidade.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 17 de julho de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 17/07/2015.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

### DECRETO Nº 177/2015

DECRETO Nº. 177/2015

REGULAMENTA O PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL – REFIS INSTITUÍDO PELA LEI Nº 5.604, DE 15/07/2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº. 5.604/2015 em seu artigo 4º.

CONSIDERANDO, a necessidade de regulamentar as condições a ser observadas pelos contribuintes impostas pela Fazenda Pública Municipal como condição para a adesão ao programa de recuperação fiscal – REFIS Municipal, RESOLVE:

#### DECRETAR

Art. 1º - A redução dos juros e das multas como incentivo à

recuperação fiscal autorizada pela Lei nº 5.604, de 15/07/2015, destinado a proporcionar ao contribuinte de tributos municipais a regularização dos débitos tributários para com a Fazenda Pública Municipal, por meio do recolhimento do Documento de Arrecadação Municipal – DAM, fica regulamentado nos termos estabelecidos neste Decreto.

§1º. O programa de recuperação municipal descrito no caput deste artigo, abrange os débitos existentes junto à Fazenda Pública Municipal até 31 de dezembro de 2014, inscritos em dívida ativa, com exigibilidade suspensa ou não, executados ou à executar, constituídos ou não, os quais terão redução nas multas e nos juros de mora ou compensatórios que tiverem sido aplicados no período entre o vencimento e a data de sua consolidação.

§ 2º. Os débitos vencidos junto à Fazenda Pública Municipal compreendem apenas aqueles oriundos de impostos municipais, taxas municipais e contribuição de melhoria devidos pelo sujeito passivo da obrigação tributária e não pagos a partir da ocorrência do respectivo fato gerador.

Art. 2º - A adesão ao Refis Municipal pelo contribuinte poderá ocorrer a partir da entrada em vigor da Lei nº 5.604, de 15/07/2015 em até 60 dias após a sua publicação, podendo ser pactuado da seguinte forma:

I) Redução de 90% (noventa por cento) sobre a multa e os juros, para pagamento em cota única, vencível esta em 30 (trinta) dias contados da assinatura do termo de confissão de dívida firmado junto ao Setor de Tributos;

II) Redução de 80% (oitenta por cento) sobre a multa e os juros, para pagamento em 02 (duas) parcelas iguais e fixas, vencível a 1ª parcela em até 30 (trinta) dias contados da assinatura do termo de confissão de dívida firmado junto ao Setor de Tributos e a parcela subsequente nos 30 dias após o vencimento da primeira parcela, até o completo e integral pagamento do débito em referência.

III) Redução de 70% (setenta por cento) sobre a multa e os juros, para pagamento em 03 (três) parcelas iguais e fixas, vencível a 1ª parcela em até 30 (trinta) dias contados da assinatura do termo de confissão de dívida firmado junto ao Setor de Tributos e as demais parcelas a cada 30 dias, até o completo e integral pagamento do débito em referência.

IV) Redução de 60% (sessenta por cento) sobre a multa e os juros, para pagamento em 04 (quatro) parcelas iguais e fixas, vencível a 1ª parcela em até 30 (trinta) dias contados da assinatura do termo de confissão de dívida firmado junto ao Setor de Tributos e as demais parcelas a cada 30 dias, até o completo e integral pagamento do débito em referência.

VI) Redução de 50% (cinquenta por cento) sobre a multa e os juros, para pagamento em 05 (cinco) parcelas iguais e fixas, vencível a 1ª parcela em até 30 (trinta) dias contados da assinatura do termo de confissão de dívida firmado junto ao Setor de Tributos e as demais parcelas a cada 30 dias, até o completo e integral pagamento do débito em referência.

Parágrafo Único – O valor da parcela não poderá ser inferior a R\$ 53,10 (cinquenta e três reais e dez centavos) para pessoa física e R\$ 159,30 (cento e cinquenta e nove reais e trinta centavos) para pessoa jurídica.

Art. 3º - A opção do contribuinte se dará mediante requerimento apresentado ao Protocolo Geral da Prefeitura, nos moldes gerados

pelo Setor Tributário Municipal e, mediante assinatura do Termo de Confissão de Dívida, igualmente, gerado pelo Setor Tributário Municipal.

Parágrafo Único – O contribuinte interessado deverá, no momento da adesão, apresentar os seguintes documentos e será permitido da seguinte forma:

I – Cópia do Registro Geral e CPF, do contrato social atualizado da empresa, juntamente com a última alteração, se houver, além do RG e CPF do responsável legal, além da Matrícula atualizada do imóvel ou outro documento que comprove a posse no mesmo, quando se tratar de débito relativo ao Imposto Predial e Territorial Urbano e Contribuição de Melhoria.

II - O desconto autorizado pela Lei Municipal nº 5.604/2015, somente será concedido ao próprio contribuinte ou responsável legal nos termos do inciso acima ou a terceiro mediante instrumento público destinado especialmente para esse fim.

Art. 4º - No caso de débitos ajuizados através de ação de execução fiscal, o contribuinte se sujeita ao pagamento das custas e despesas judiciais, nos termos do art. 1º, §2º.

Art. 5º - Aos débitos objeto dos benefícios de que trata a Lei Municipal nº 5.604/2015, serão acrescidos de correção monetária pela variação acumulada do INPC/IBGE ou outro índice que venha a substituí-lo no período compreendido entre o vencimento da obrigação e a data da consolidação, devendo ser quitado pelo contribuinte nos termos do art. 1º da referida lei, através da emissão do respectivo Documento de Arrecadação Municipal – DAM.

Art. 6º - O não pagamento de quaisquer prestações na data aprazada, importa no imediato cancelamento do benefício concedido pela Lei nº 5.604/2015 com o consequente retorno ao valor original do débito, o qual seguirá devidamente corrigido e acrescido de multa e juros de mora, nos termos da LC nº 008/2005.

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas/SC, 20 de julho de 2015.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 20/07/2015.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

## DECRETO Nº 178/2015

DECRETO Nº. 178/2015  
RATIFICA DECRETO Nº. 112/2008 DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 0022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, RESOLVE:

Art. 1º - Fica ratificado o Decreto nº. 112/2008, que aprovou o desmembramento de terreno urbano com área de 1.500,00m² (Hum mil e quinhentos metros quadrados), procedido por ROMÁRIO DOS SANTOS, situado na Rua Frederico Kohler, Bairro Campo da Água Verde, nesta cidade, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº 24.494, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 02 com área de 800,00m² e lote nº 10 com área

de 700,00m², ambos pertencente a quadra nº 1185, conforme requerimento protocolado sob nº 4512/2008.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 22 de julho de 2015.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 22/07/2015.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

## DECRETO Nº182/2015

DECRETO Nº. 182/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO a necessidade da regulamentação da realização das movimentações financeiras em instituições financeiras onde esta Municipalidade possua recursos pecuniários depositados, RESOLVE:

DECRETAR

Art. 1º. Fica introduzido o art. 2º-A ao Decreto nº004/2013, sendo que este passa a vigor conforme a seguinte redação:

“Art. 2º-A. Fica autorizado o servidor DIOGO CARLOS SEIDEL, ocupante do cargo efetivo de Administrador, a realizar as transações bancárias elencadas no parágrafo 1º deste artigo, junto às instituições financeiras onde as entidades da administração direta, indireta e fundacional, vinculadas ao Poder Executivo Municipal, possuem suas contas bancárias.

§1º. Ficam delegados os seguintes poderes ao servidor citado no caput deste artigo:

- I - Solicitar saldos e extratos;
- II - Sustar/Contra-ordenar cheques;
- III - Cancelar cheques;
- IV - Baixar cheque;
- V - Efetuar resgates/aplicações financeiras;
- VI - Efetuar pagamentos por meio eletrônico;
- VII - Efetuar transferências por meio eletrônico;
- VIII - Solicitar saldos/extratos de investimentos;
- IX - Solicitar saldos/extratos de operações de crédito;
- X - Emitir comprovantes;
- XI - Efetuar transferências para mesma titularidade - meio eletrônico;
- XII - Abrir contas de depósito;
- XIII - Autorizar aplicação em fundos de investimentos;
- XIV - Autorizar aplicações financeiras;
- XV - Autorizar cancelamento de agendamento de aplicações;
- XVI - Autorizar cancelamento de agendamento de resgate de aplicações;
- XVII - Autorizar resgate de aplicações em fundos de investimento;
- XVIII - Autorizar resgate de aplicações financeiras;
- XIX - Cadastrar, alterar e desbloquear senhas;
- XX - Encerrar contas de depósito;
- XXI - Consultar obrigações do débito direto autorizado;
- XXII - Requisitar talonários de cheques;

XXIII - Efetuar transferências/pagamentos, por qualquer meio;  
XXIV - Emitir cheques;  
XXV - Retirar cheques devolvidos.

§2º. Os poderes elencados nos incisos VI, VII, XI, XII, XX, XXII, XXIII e XXIV efetivar-se-ão mediante duas assinaturas obrigatoriamente, indiferentemente de quais servidores sejam, desde que sejam dois dentre os três servidores citados no caput dos artigos 1º, 2º e 2º-A deste Decreto.”

Art. 2º. Fica alterado o §2º do art. 1º do Decreto nº004/2013, sendo que este passa a vigor conforme a seguinte redação:

“§2º. Os poderes elencados nos incisos VI, VII, XI, XII, XX, XXII, XXIII e XXIV efetivar-se-ão mediante duas assinaturas obrigatoriamente, indiferentemente de quais servidores sejam, desde que sejam dois dentre os três servidores citados no caput dos artigos 1º, 2º e 2º-A deste Decreto.”

Art. 3º. Fica alterado o §2º do art. 2º do Decreto nº004/2013, sendo que este passa a vigor conforme a seguinte redação:

“§2º. Os poderes elencados nos incisos VI, VII, XI, XII, XX, XXII, XXIII e XXIV efetivar-se-ão mediante duas assinaturas obrigatoriamente, indiferentemente de quais servidores sejam, desde que sejam dois dentre os três servidores citados no caput dos artigos 1º, 2º e 2º-A deste Decreto.”

Art. 4º. Fica revogado o §3º do art. 2º do Decreto nº004/2013.

Art. 5º. Fica alterado o §2º do art. 3º do Decreto nº004/2013, sendo que este passa a vigor conforme a seguinte redação:

“§2º. Os poderes elencados nos incisos VI, VII, XI e XX efetivar-se-ão mediante três assinaturas, sendo que obrigatoriamente estas transações quando cadastradas pela servidora citada no caput deste artigo, serão igualmente assinadas, por pelo menos dois dos três servidores citados no caput dos artigos 1º, 2º e 2º-A deste Decreto.”

Art. 6º. Fica alterado o §2º do art. 3º-A do Decreto nº004/2013, sendo que este passa a vigor conforme a seguinte redação:

“§2º. Os poderes elencados nos incisos VI, VII, XI e XX efetivar-se-ão mediante três assinaturas, sendo que obrigatoriamente estas transações quando cadastradas pelo servidor citado no caput deste artigo, serão igualmente assinadas, por pelo menos dois dos três servidores citados no caput dos artigos 1º, 2º e 2º-A deste Decreto.”

Art. 7º. Fica revogado o art. 4º-A do Decreto nº004/2013.

Art. 8º. Fica alterado o art. 5º do Decreto nº004/2013, sendo que este passa a vigor conforme a seguinte redação:

“Art. 5º. As contas bancárias das entidades da administração direta, indireta e fundacional citadas nos artigos 1º, 2º, 2º-A, 3º, 3º-A e 4º deste decreto, referem-se exclusivamente às vinculadas aos seguintes números de inscrição no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas:

I – 83.102.384/0001-80;  
II – 83.102.384/0002-61;  
III – 11.206.680/0001-10;  
IV – 11.455.005/0001-25;  
V – 03.914.543/0001-02;  
VI – 02.216.925/0001-08;  
VII – 19.052.864/0001-85.”

Art. 9º. Fica revogado o art. 6º-A do Decreto nº004/2013.

Art. 10. Fica alterado o §2º do art. 6º do Decreto nº004/2013, sendo que este passa a vigor conforme a seguinte redação:

“§2º. Exclusivamente no tocante às contas correntes citadas no caput deste artigo, e no que se refere aos poderes elencados no seu §1º, estes dar-se-ão unicamente com a assinatura do servidor LUIS GUSTAVO VIEIRA DE BRITTO, procedimento que difere do aplicado através do §2º do art. 1º, do §2º do art. 2º, do §2º do art. 2º-A, do §2º do art. 3º e do §2º do art. 3º-A, vez que tais contas se destinam ao pagamento de valores relativos à diárias de pequena monta, até 100 UFM, aos servidores desta municipalidade.”

Art. 11. Fica alterado o §2º do art. 6º-C do Decreto nº004/2013, sendo que este passa a vigor conforme a seguinte redação:

“§2º. Exclusivamente no tocante às contas correntes citadas no caput deste artigo, e no que se refere aos poderes elencados no seu §1º, estes dar-se-ão unicamente com a assinatura do servidor DIOGO CARLOS SEIDEL, procedimento que difere do aplicado através do §2º do art. 1º, do §2º do art. 2º, do §2º do art. 2º-A, do §2º do art. 3º e do §2º do art. 3º-A, vez que tais contas se destinam ao pagamento de valores relativos à diárias de pequena monta, até 100 UFM, aos servidores desta municipalidade.”

Art. 12. Fica alterado o §2º do art. 6º-D do Decreto nº004/2013, sendo que este passa a vigor conforme a seguinte redação:

“§2º. Exclusivamente no tocante às contas correntes citadas no caput deste artigo, e no que se refere aos poderes elencados no seu §1º, estes dar-se-ão unicamente com a assinatura da servidora CARMEN NOERNBERG, procedimento que difere do aplicado através do §2º do art. 1º, do §2º do art. 2º, do §2º do art. 2º-A, do §2º do art. 3º e do §2º do art. 3º-A, vez que tais contas se destinam ao pagamento de valores relativos à diárias de pequena monta, até 100 UFM, aos servidores desta municipalidade.”

Art. 13. Fica alterado o §2º do art. 6º-E do Decreto nº004/2013, sendo que este passa a vigor conforme a seguinte redação:

“§2º. Exclusivamente no tocante às contas correntes citadas no caput deste artigo, e no que se refere aos poderes elencados no seu §1º, estes dar-se-ão unicamente com a assinatura da servidora MARISTELA MURARA BURGARDT, procedimento que difere do aplicado através do §2º do art. 1º, do §2º do art. 2º, do §2º do art. 2º-A, do §2º do art. 3º e do §2º do art. 3º-A, vez que tais contas se destinam ao pagamento de valores relativos à diárias de pequena monta, até 100 UFM, aos servidores desta municipalidade.”

Art. 14. Fica alterado o §2º do art. 6º-F do Decreto nº004/2013, sendo que este passa a vigor conforme a seguinte redação:

“§2º. Exclusivamente no tocante à conta corrente citada no caput deste artigo, e no que se refere aos poderes elencados no seu §1º, estes dar-se-ão unicamente com a assinatura da servidora MARISTELA MURARA BURGARDT, procedimento que difere do aplicado através do §2º do art. 1º, do §2º do art. 2º, do §2º do art. 2º-A, do §2º do art. 3º e do §2º do art. 3º-A, vez que tal conta se destina ao pagamento de valores relativos à diárias de pequena monta, até 100 UFM, aos servidores desta municipalidade.”

Art. 15. Fica alterado o §2º do art. 6º-G do Decreto nº004/2013, sendo que este passa a vigor conforme a seguinte redação:

“§2º. Exclusivamente no tocante à conta corrente citada no caput deste artigo, e no que se refere aos poderes elencados no seu §1º, estes dar-se-ão unicamente com a assinatura do servidor DIOGO CARLOS SEIDEL, procedimento que difere do aplicado através do §2º do art. 1º, do §2º do art. 2º, do §2º do art. 2º-A, do §2º do



art. 3º e do §2º do art. 3º-A, vez que tal conta se destina ao pagamento de valores relativos à diárias de pequena monta, até 100 UFM, aos servidores desta municipalidade.”

Art. 16. Fica alterado o §2º do art. 6º-H do Decreto nº004/2013, sendo que este passa a vigor conforme a seguinte redação:

“§2º. Exclusivamente no tocante à conta corrente citada no caput deste artigo, e no que se refere aos poderes elencados no seu §1º, estes dar-se-ão unicamente com a assinatura do servidor LUIS GUSTAVO VIEIRA DE BRITTO, procedimento que difere do aplicado através do §2º do art. 1º, do §2º do art. 2º, do §2º do art. 2º-A, do §2º do art. 3º e do §2º do art. 3º-A, vez que tal conta se destina ao pagamento de valores relativos à diárias de pequena monta, até 100 UFM, aos servidores desta municipalidade.”

Art. 17. Fica alterado o §2º do art. 6º-I do Decreto nº004/2013, sendo que este passa a vigor conforme a seguinte redação:

“§2º. Exclusivamente no tocante a conta corrente citada no caput deste artigo, e no que se refere aos poderes elencados no seu §1º, estes dar-se-ão unicamente com a assinatura do servidor GERSON DOBROCHINSKEI, procedimento que difere do aplicado através do §2º do art. 1º, do §2º do art. 2º, do §2º do art. 2º-A, do §2º do art. 3º e do §2º do art. 3º-A, vez que tal conta se destina ao pagamento de valores relativos a despesas que não podem ser realizadas através do regime normal de aplicação, como o custeio de despesas com a estada de atletas de variadas modalidades desportivas que representam o Município de Canoinhas em eventos realizados fora da sede do Município.”

Art. 18. Fica alterado o §2º do art. 6º-J do Decreto nº004/2013, sendo que este passa a vigor conforme a seguinte redação:

“§2º. Exclusivamente no tocante a conta corrente citada no caput deste artigo, e no que se refere aos poderes elencados no seu §1º, estes dar-se-ão unicamente com a assinatura do servidor DIMAS ANTONIO CHAGAS, procedimento que difere do aplicado através do §2º do art. 1º, do §2º do art. 2º, do §2º do art. 2º-A, do §2º do art. 3º e do §2º do art. 3º-A, vez que tal conta se destina ao pagamento de valores relativos a despesas que não podem ser realizadas através do regime normal de aplicação, como o custeio de despesas com a estada de atletas de variadas modalidades desportivas que representam o Município de Canoinhas em eventos realizados fora da sede do Município.”

Art. 19. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 06 de agosto de 2015.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 06/08/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

## **PORTARIA Nº. 834/2015**

PORTARIA Nº. 834/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município:

### **EXONERAR A PEDIDO**

Art. 1º - Fica exonerado a pedido RUDINEI GRITTI, efetivo no cargo de Técnico em Enfermagem, junto a Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 09/09/2015, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 09 de setembro de 2015.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

ANGELA CRISTINA DAMASO DA SILVEIRA  
Secretária Municipal de Saúde Interina

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 09/09/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

## **PORTARIA Nº. 835/2015**

PORTARIA Nº. 835/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme Leis Municipais nº. 2.305/1990; nº. 5.139/2013, RESOLVE:

### **NOMEIA APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL**

Art. 1º – Fica nomeado para exercer o cargo de Engenheiro Eletricista, junto à Secretaria Municipal de Planejamento, o profissional TIAGO GABRIEL DE SOUZA, aprovado em hábil e competente concurso público previsto no edital 001/2014, inscrito sob nº. 44445, e convocado conforme Edital nº 044 de 22 de Junho de 2015, iniciando as suas atividades a partir de 14/09/2015, conforme comunicação interna nº 417/SMP/2015.

Art. 2º - A efetiva posse do aprovado será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 09 de setembro de 2015.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 09/09/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PORTARIA Nº. 836/2015**

PORTARIA Nº. 836/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 13, inciso II da Lei 2.305 de 03/07/1990; RESOLVE:

AUTORIZA A CONVERSÃO DA LICENÇA PRÊMIO EM DINHEIRO

Art. 1º. Fica autorizada a conversão de 02 (dois) dias de Licença Prêmio em dinheiro a servidora MARA MARIA MAIESKI CECILIO, efetiva no cargo de Psicólogo, junto à Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 2008/2013, para quitar débitos tributários, conforme requerimento.

Art. 2º. Fica autorizada a conversão de 50 (cinquenta) dias de Licença Prêmio em dinheiro a servidora ROSANA ZAZISKI LEON CELEVI, efetiva no cargo de Professor - 3, junto à Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 2007/2012, para quitar débitos tributários, conforme requerimento.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 09 de setembro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

HAMILTON WENDT  
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 09/09/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PORTARIA Nº. 837/2015**

PORTARIA Nº. 837/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei nº 2.305 de 03/07/1990, RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 15 (quinze) dias de férias a LILIANE TAIS GROSSKOPF, efetivo no cargo de Agente Administrativo, atualmente comissionada no cargo de Supervisor II, junto à Secretaria Municipal de Planejamento, referente ao período aquisitivo de 2015/2016, a desfrutar no período de 09/09/2015 a 23/09/2015, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 09 de setembro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 09/09/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PORTARIA Nº. 838/2015**

PORTARIA Nº. 838/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 106 da Lei nº 2.305 de 03/07/1990, RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO

Art. 1º - Ficam concedidos 10 (dez) dias de Licença Prêmio a CÉSAR ROBERTO KRUGER, efetivo no cargo de Odontólogo, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2007/2012, a desfrutar no período de 23/09/2015 a 02/10/2015, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 09 de setembro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

ANGELA CRISTINA DAMASO DA SILVEIRA  
Secretária Municipal de Saúde Interina

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 09/09/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PORTARIA Nº. 839/2015**

PORTARIA Nº. 839/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, bem como, da Lei nº 2.305 de 03/07/1990, de acordo com a Lei Municipal nº 5.556/2015 e de acordo com a Lei Municipal nº 5.574/2015:

CONSIDERANDO, que a autoridade que tiver ciência de irregularidades no serviço público é obrigada a promover a sua imediata apuração, mediante a instauração de sindicância ou processo disciplinar, consoante disposição do artigo 163 da Lei Municipal 2.305/90, RESOLVE:

INSTAURAR COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

Art. 1º - Nos termos dos artigos 163 e seguintes da lei 2.305 de 03/07/1990, fica instaurada COMISSÃO DE SINDICÂNCIA, composta pelos servidores públicos municipais designados pela Portaria nº 530/2015, de acordo com a Lei nº 5.556/2015 e 5.574/2015, sendo eles:

1. NELSON VARELA DE OLIVEIRA
2. MARISTELA MURARA BURGARDT
3. FERNANDO LUIS TOKARSKI

Art. 2º - A referida comissão deverá apurar os fatos, conforme descrito na Comunicação Interna Nº 317/SMAFO/2015.

Art. 3º - A Comissão nomeada pela presente Portaria, nos termos do art. 135, incisos I, II e III do supra mencionado dispositivo legal, deverá emitir parecer conclusivo no prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por igual período se as circunstâncias o exigirem.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas/SC, 10 de setembro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 10/09/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

#### **PORTARIA Nº. 840/2015**

PORTARIA Nº. 840/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município:

REVOGAR PORTARIA

Art. 1º - Fica revogado o inteiro teor da Portaria nº 731/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 11 de setembro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 11/09/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

#### **PORTARIA Nº. 841/2015**

PORTARIA Nº. 841/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, art. 89 da Lei 2.305 de 03/07/1990, Lei Municipal 3.135 de 31/03/2000 e Lei Federal 8.213/1991, RESOLVE:  
DETERMINAR RETORNO ÀS ATIVIDADES FUNCIONAIS

Art. 1º - Fica determinado o retorno às atividades funcionais do profissional AIRES REINALDO LANGER, efetivo no cargo de Auxiliar Geral de Manutenção, junto à Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, a partir de 10/09/2015, conforme comunicação interna nº 335/DP/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 11 de setembro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 11/09/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

#### **PORTARIA Nº. 842/2015**

PORTARIA Nº. 842/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município:

SUSPENDER VANTAGENS

Art. 1º - Ficam suspensas por prazo indeterminado as concessões de vantagens de ordem pessoal, exceto aos servidores que comprovadamente demonstrarem a necessidade do pecúlio para tratamento de sua saúde em caráter urgente ou emergencial.

Art. 2º - Para configuração da exceção descrita no artigo anterior, faz-se obrigatória a apresentação de atestado médico firmando o caráter urgente, emergencial ou de necessidade de internação por período superior a 90 (noventa) dias.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 11 de setembro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 11/09/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

#### **PUBLICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº PMC 06/2015**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Processo Licitatório n.º PMC 173/2015

Dispensa de Licitação n.º PMC 06/2015

O Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 83.102.384/0001-80 sito à Rua Felipe Schmidt, 10 – Centro, comunica, contratação através de Dispensa de Licitação, Artigo 24, V, (quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas); da Lei 8.666/93 e alterações posteriores. Contratados: CASA MOREIRA EVENTOS LTDA.

Objeto: FORNECIMENTO E MONTAGEM DE STANDES PARA PAVILHÃO DE EXPOSIÇÃO, COBERTURAS MÓVEIS (PIRÂMIDE) DESTINADOS A 20ª FESMATE.

Valor: R\$ 42.460,00 (quarenta e dois mil quatrocentos e sessenta reais).

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

**PUBLICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº PMC 20/2015**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Processo Licitatório n.º PMC 174/2015

Inexigibilidade de Licitação n.º PMC 20/2015

O Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 83.102.384/0001-80 sito à Rua Felipe Schmidt, 10 – Centro, comunica, contratação através de Inexigibilidade de Licitação, Artigo 25, III, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Contratados: JESSICA MARTINS ARRUDA.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE DIVERSOS SHOWS, PARA APRESENTAÇÃO DURANTE A REALIZAÇÃO DA 20ª FESMATE, NOS DIAS 11,12 E 13 DE SETEMBRO DE 2015.

Valor: R\$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais).

Luiz Alberto Rincoski Faria

Prefeito

**PUBLICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº PMC 21/2015**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Processo Licitatório n.º PMC 175/2015

Inexigibilidade de Licitação n.º PMC 21/2015

O Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 83.102.384/0001-80 sito à Rua Felipe Schmidt, 10 – Centro, comunica, contratação através de Inexigibilidade de Licitação, Artigo 25, III, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Contratados: REGINALDO ANTONIO MARQUES DOS SANTOS, TIA-GO KUCHLER DE FARIA, RENAN MARCELO DE LARA, ASSOCIAÇÃO DOS MÚSICOS PROFISSIONAIS DE POMERODE - AMUSPE.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE DIVERSOS SHOWS, PARA APRESENTAÇÃO DURANTE A REALIZAÇÃO DA 20ª FESMATE, NOS DIAS 11,12 E 13 DE SETEMBRO DE 2015.

Valor: R\$ 16.400,00 (dezesesseis mil e quatrocentos reais).

Luiz Alberto Rincoski Faria

Prefeito

**PUBLICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº PMC 22/2015**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Processo Licitatório n.º PMC 176/2015

Inexigibilidade de Licitação n.º PMC 22/2015

O Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 83.102.384/0001-80 sito à Rua Felipe Schmidt, 10 – Centro, comunica, contratação através de Inexigibilidade de Licitação, Artigo 25, III, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Contratado: CENTRO DE TRADIÇÕES GAÚCHAS PRESILHA DO CONTESTADO.

Objeto: CONTRATAÇÃO DO CENTRO DE TRADIÇÕES GAÚCHAS PRESILHA DO CONTESTADO PARA ORGANIZAÇÃO E REALIZAÇÃO DE RODEIO CRIOULO NA CANCHA DE RODEIO DO PARQUE MUNICIPAL DE EXPOSIÇÕES OURO VERDE, NOS DIAS 11,12 E 13 DE SETEMBRO DE 2015, DURANTE A REALIZAÇÃO DA 20ª FESMATE.

Valor: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

Luiz Alberto Rincoski Faria

Prefeito

**PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO Nº FUNR 05/2015 (PRESENCIAL)**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

FUNREBOMPM DE CANOINHAS

PROCESSO N.º FUNR. 06/2015

PREGÃO N.º FUNR. 05/2015 (PRESENCIAL)

REPUBLICAÇÃO

O FUNREBOMPM de Canoinhas-SC, CNPJ 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 25/09/2015, às 14h15min, licitação para REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO PARCELADA DE ÓLEO DIESEL ADITIVADO S-500, ABASTECIDO NAS VIATURAS DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE CANOINHAS, PELO PERÍODO DE 12 MESES. Recebimento de propostas até as 14h10min do dia 25/09/2015. Informações (47) 3621-7705. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito/ Presidente do Fundo

**PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO Nº PMC 97/2015 (PRESENCIAL)**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 158/2015

EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 97/2015 (PRESENCIAL)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 25/09/2015, às 10h05min, licitação para REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE LÂMINAS, DENTES PARA CONCHAS DE RETRO E ESCAVADEIRAS, PARAFUSOS E OUTROS MATERIAIS AFINS PARA REPOSIÇÃO NAS MÁQUINAS DESTA PREFEITURA, PELO PERÍODO DE 12 MESES. Recebimento de propostas até as 10h00min do dia 25/09/2015. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

**PUBLICAÇÃO DO RESULTADO DA DISPUTA DE PREÇO DO PREGÃO N.º PMC 102/2015 (ELETRÔNICO)**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 164/2015

RESULTADO DA DISPUTA PREÇO DO PREGÃO N.º PMC 102/2015 (ELETRÔNICO)

O Município de Canoinhas/SC, inscrito no CNPJ sob n.º 83.102.384/0001-80, com sede a Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, através de seu Pregoeiro, torna público o RESULTADO DA DISPUTA DE PREÇO do Processo acima, que tem por objeto aquisição de 01 caminhão novo, zero quilometro, destinado a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural da Prefeitura do Município de Canoinhas. Contrato de repasse: 808964/2014/mapa/caixa. VENCEDOR empresa KONRAD COMÉRCIO DE CAMINHÕES LTDA com o valor global de R\$ 274.715,00. A ata encontra-se apenas ao Processo Licitatório à disposição dos interessados no Setor de Licitações da Prefeitura.

Paulo Cesar Safanelli

Pregoeiro

# Capinzal

## PREFEITURA

### Edital 023/2015

EDITAL Nº 023, DE 8 DE SETEMBRO DE 2015.  
Notifica recursos recebidos do Governo Federal.

O MUNICÍPIO DE CAPINZAL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto no art. 2º da Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste município de Capinzal, da liberação de recursos financeiros provenientes do Governo Federal, nos meses de maio, junho, julho e agosto de 2015, nos termos dos Anexos I, II e III e IV.

Capinzal - SC, 8 de setembro de 2015.  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito de Capinzal

Registrado e publicado o teor do presente Edital na data supra.

ORLANDO THOLL  
Secretário da Administração e Finanças

### ANEXO I

RECURSOS FINANCEIROS RECEBIDOS DO GOVERNO FEDERAL			
NO MÊS DE MAIO DE 2015			
ÓRGÃO PROVENIENTE	DATA DO CRÉDITO	PROGRAMA E/OU AÇÃO À QUE SE DESTINA	VALOR R\$
Fundo Nacional de Saúde	05/05/2015	Agentes Comunitários de Saúde - ACS	30.470,00
Fundo Nacional de Saúde	05/05/2015	Programa Saúde da Família - PSF	45.600,00
Fundo Nacional de Saúde	05/05/2015	Saúde Bucal	4.460,00
Fundo Nacional de Saúde	05/05/2015	Farmácia Básica – União	8.890,58
Fundo Nacional de Saúde	07/05/2015	Programa de Acesso e Qualidade	15.800,00
Fundo Nacional de Saúde	08/05/2015	PAB – Piso Atenção Básica	40.372,67
Fundo Nacional de Saúde	18/05/2015	Vigilância Sanitária	6.319,20
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	20/05/2015	Salário Educação	90.712,55
Fundo Nacional de Saúde	25/05/2015	Vigilância Sanitária	5.590,13

### ANEXO II

RECURSOS FINANCEIROS RECEBIDOS DO GOVERNO FEDERAL			
NO MÊS DE JUNHO DE 2015			
ÓRGÃO PROVENIENTE	DATA DO CRÉDITO	PROGRAMA E/OU AÇÃO À QUE SE DESTINA	VALOR R\$
Fundo Nacional de Saúde	02/06/2015	Programa Saúde da Família - PSF	15.130,00
Fundo Nacional de Saúde	02/06/2015	Agentes Comunitários de Saúde	30.420,00
Fundo Nacional de Saúde	02/06/2015	Saúde Bucal	4.460,00
Fundo Nacional de Saúde	02/06/2015	Programa Melhorias de Acesso e Qualidade	15.800,00



Fundo Nacional de Saúde	05/06/2015	Vigilância Sanitária	1.096,40
Fundo Nacional de Saúde	08/06/2015	Farmácia Básica	8.890,58
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	09/06/2015	PNATE – Ensino Médio	2.126,74
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	09/06/2015	PNATE - Ensino Fundamental	4.446,82
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	09/06/2015	PNATE – Ensino Infantil	718,17
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	09/06/2015	Merenda Escolar - Creche	9.860,00
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	17/06/2015	Salário Educação	92.355,26
Ministério das Cidades	18/06/2015	Processo nº 0352.423-44, Integração de Assentamento Precário – Loteamento Nova Capinzal, conforme Edital nº 017 de 18/06/15.	3.775,82

## ANEXO III

## RECURSOS FINANCEIROS RECEBIDOS DO GOVERNO FEDERAL

NO MÊS DE JULHO DE 2015

ÓRGÃO PROVENIENTE	DATA DO CRÉDITO	PROGRAMA E/OU AÇÃO À QUE SE DESTINA	VALOR R\$
Ministério da Educação - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	02/07/2015	4ª e última parcela - construção da Quadra da Escola Municipal Belisário Pena, conforme Edital nº 18 de 02/07/15.	127.466,49
Fundo Nacional de Saúde	02/07/2015	Programa Saúde da Família - PSF	12.000,00
Fundo Nacional de Saúde	02/07/2015	Agentes Comunitários de Saúde	30.420,00
Fundo Nacional de Saúde	02/07/2015	Saúde Bucal	4.460,00
Fundo Nacional de Saúde	02/07/2015	Farmácia Básica	8.890,58
Fundo Nacional de Saúde	02/06/2015	Agentes Comunitários de Saúde	30.420,00
Fundo Nacional de Saúde	02/06/2015	Saúde Bucal	4.460,00
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	06/07/2015	PNATE – Ensino Infantil	718,17
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	06/07/2015	Merenda Escolar - Creche	9.860,00
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	07/07/2015	Merenda Escolar – AEE	270,00
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	07/07/2015	Merenda Escolar – Ensino Fundamental	11.946,00
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	07/07/2015	Merenda Escolar – Pré Escolar	6.070,00
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	07/07/2015	Merenda Escolar – Pré Escolar	6.070,00
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	07/07/2015	Merenda Escolar – Ensino Fundamental	11.946,00
Fundo Nacional de Saúde	07/07/2015	Incremento Temporário Piso de Atenção Básica - PAB	25.000,00
Fundo Nacional de Saúde	07/07/2015	Vigilância Sanitária	6.636,53
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	14/07/2015	Salário Educação	92.709,84
Ministério do Esporte	27/07/2015	Implantação de Equipamentos Permanentes no Município de Capinzal, conforme Edital nº 020 de 27/07/2015.	127.875,00
Ministério das Cidades	28/07/2015	Contrato de Repasse nº 352.423-44/2011 – PAC FNHIS - Urbanização, conforme Edital nº 021 de 28/07/2015.	86.992,51

## ANEXO IV

## RECURSOS FINANCEIROS RECEBIDOS DO GOVERNO FEDERAL

NO MÊS DE AGOSTO DE 2015

ÓRGÃO PROVENIENTE	DATA DO CRÉDITO	PROGRAMA E/OU AÇÃO À QUE SE DESTINA	VALOR R\$
Fundo Nacional de Saúde	04/08/2015	Vigilância Sanitária	5.540,13
Fundo Nacional de Saúde	04/08/2015	Farmácia Básica	8.940,58
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	06/08/2015	+ Educação	108,00
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	06/08/2015	Merenda Escolar - Creche	9.860,00
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	07/08/2015	Merenda Escolar – Alimentação Escolar Especial	270,00
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	07/08/2015	+ Educação	108,00
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	07/07/2015	Merenda Escolar – Pré Escolar	6.070,00
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	07/07/2015	Merenda Escolar – Ensino Fundamental	11.946,00
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	17/06/2015	Salário Educação	95.602,55

## FMS TERMO ADITIVO 001/2015 C109

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : TA 001/2015 C109 - Contrato Nº: 0109/2014

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL

Contratada...: FRANK SERVICOS DE ANESTESIOLOGIA DE CAMPOS NOVOS L

Valor ..... : 15.000,00 (quinze mil reais)

Vigência ..... : Início: 09/09/2015 Término: 31/12/2015

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 28/2014 Processo\_Licitatório.....: 00046 / 2014

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : O objeto do presente Termo Aditivo é o aumento das quantidades em até 25%, de acordo com o artigo 65, da lei 8.666/93; acrescendo o valor do contrato original em R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), em conformidade com a solicitação, justificativa e parecer jurídico.

Capinzal, 11 de Setembro de 2015

## PMC CONTRATO 0258/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº...: 0258/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Contratada...: OC COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME

Valor ..... : 14.002,50 (quatorze mil e dois reais e cinquenta centavos)

Vigência ..... : Início: 11/09/2015 Término: 12/09/2016

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 88/2015 Processo\_Licitatório.....: 000150 / 2015

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de materiais para reforma da cobertura do Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos

Capinzal, 11 de Setembro de 2015

**PMC RESCISÃO CONTRATO 0010/2013**

TERMO DE RESILIÇÃO

CONTRATO Nº 0010/2013

Pregão Presencial Nº 0002/2013

Processo Licitatório Nº 0009/2013

CONTRATANTE: Município de Capinzal

CONTRATADA: DALNEI OLIVEIRA CORREA &amp; CIA LTDA ME

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços profissional médico veterinário, visando à manutenção dos serviços de Inspeção Sanitária, junto a Empresa Perdigão Agroindustrial SA conforme acordo firmado entre o ministério da Agricultura e Reforma Agrária e o Município em data de 16 de Março de 1993.

VIGÊNCIA: 26/01/2013 até 31/12/2015.

**PMC RESCISÃO CONTRATO 0132/2014**

TERMO DE RESILIÇÃO

CONTRATO Nº 0132/2014

Pregão Presencial Nº 0052/2014

Processo Licitatório Nº 0069/2014

CONTRATANTE: Município de Capinzal

CONTRATADA: TRANSPARENZ CONSULTORIA EM GESTÃO PUBLICA LTDA ME

OBJETO: Contratação de serviço especializado de controladoria preventiva, com vistas à eficiência e conformidade dos atos administrativos.

VALOR R\$: 0,00

VIGÊNCIA: 22/04/2014 até 31/12/2015.

# Chapadão do Lageado

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 61/2015 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

EXTRATO DE CONTRATO nº 61/2015 - PM

Nº. do Contrato Administrativo: 61/2015.

Vigência: 11/09/2015 à 31/12/2015

Processo Licitatório nº 15/2015

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: JHM MOVIMENTAÇÕES TERRESTRES LTDA ME

Valor: R\$ 25.833,00 (vinte e cinco mil oitocentos e trinta e três reais).

Objeto: O presente contrato tem por objeto à contratação de serviços de horas de escavadeira hidráulica, com fornecimento pela contratada de operador habilitado, combustível e/ou qualquer outra despesa referente ao serviço a ser prestado pela Contratada, de acordo com as quantidades e especificações relacionadas abaixo:

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada
1	SERVIÇO DE HORAS DE EQUIPAMENTO TIPO ESTEIRA DE NO MÍNIMO 13 TONELADAS, EQUIPADO COM LÂMINA E RIPPER, COM OPERADOR, COMBUSTÍVEL E DEMAIS DESPESAS REFERENTE AO SERVIÇO PRESTADO PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.	Hr	66,20
2	SERVIÇOS DE ESCAVADEIRA HIDRAULICA, COM NO MINIMO 13 TONELADAS, COM OPERADOR, COMBUSTÍVEL E DEMAIS DESPESAS REFERENTE AO SERVIÇO PRESTADO PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS	Hr	70,00

DATA DA ASSINATURA: 11 de setembro de 2015.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

# Cocal do Sul

## PREFEITURA

### EXTRATO DO TERMO ADITIVO N° 17/PMCS/2015

CONTRATO N°: 104/2014

ADITIVO N°: 17/2015

TIPO DE ADITIVO: SEGUNDO TA - ACRÉSCIMO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

CONTRATADA: CONSTRUTORA BS LTDA – ME

PROCESSO LICITATÓRIO N°: 70/PMCS/2014

TOMADA DE PREÇOS N°09/PMCS/2014

Objeto do contrato: Constitui objeto do presente contrato o fornecimento de material e serviço para construção de Escola de Educação Básica, no Bairro Vila Nova, no município de Cocal do Sul, por meio do termo de compromisso – PAR N° 32325/2014 firmado entre o município de Cocal do Sul e a União Federal, por intermédio do Ministério da Educação – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)  
Objeto do Aditivo: O presente termo aditivo tem como objeto o ACRÉSCIMO de 6,02% (seis virgula zero dois por cento) ao valor do contrato firmado entre as partes.

Assinatura: 19/08/2015

Vigência: Início:19/08/2015 Término: 21/09/2016

Valor: R\$ 44.176,25



# Concórdia

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2015-FMC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2015 - FMC

Objeto: contratação de empresa para prestação de serviços de sonorização, iluminação, locação e montagem de palco, visando à realização da Feira do Livro de Concórdia – FELIC, a ocorrer de 1º a 03 de outubro de 2015, neste município, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento das propostas: até às 10h00min do dia 24/09/2015.

Abertura: dia 24/09/2015 às 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2161.

Concórdia, SC, 09 de setembro de 2015

GILMAR LUIZ MONTICELLI

Diretor Superintendente da FMC

### **EXTRATO 3º TA CONTRATO Nº182/2015-PMC**

Contrato Nº : 182/2015

Aditivo Nº : 3TA Ctr182/2015/2015

Tipo Aditivo : Acréscimo/supressão

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : ANTÔNIO LUIS TOBIAS - ME

Licitação : Pregão Presencial 5/2015

Objeto : Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil, para execução de obra, em regime de empreitada por preço máximo unitários (material e mão de obra), para reforma das edificações e entorno das mesmas, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, para a EXPO AGRO 2015, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 03/08/2015 Término: 18/10/2015

Assinatura : 03/08/2015

Valor Acrescido \$ : 29.665,52 (Vinte e Nove Mil, Seiscentos e Sessenta e Cinco Reais e Cinquenta e Dois Centavos)

Valor Suprimido \$ : 2.843,04(dois mil e oitocentos e quarenta e três reais e quatro centavos)

Dotação : 97 - 07.001.2026.344905198000000.01000001

### **EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº128/2015-PMC**

Contrato Nº : 128/2015

Aditivo Nº : 1 TA Ctr 128/2015

Tipo Aditivo : Prazo/Valor/Acréscimo/Supressão

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : KAPPA PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA - EPP

Licitação : Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 5/2015

Objeto : Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil em regime de empreitada por preços máximos unitários (material e mão de obra) Para execução de reforma e ampliação da EBM Parque de Exposições, situada na Rua Vítor Sompela, Parque de Exposições com recursos oriundos do convênio FUNDEB e contrapartida do Município, neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital

Vigência : Início: 03/09/2015 Término: 13/11/2015

Assinatura : 03/09/2015

Valor Acrescido R\$ : 51.464,88 (Cinquenta e Um Mil, Quatrocentos e Sessenta e Quatro Reais e Oitenta e Oito Centavos)

Valor Suprimido R\$ : 18.393,53(dezoito mil e trezentos e noventa e três reais e cinquenta e três centavos)

Dotação : 59 - 06.002.1004.344905107000000.01360000

Dotação : 337 - 06.002.1004.344905107000000.03360000

Dotação : 358 - 06.002.2013.344905198000000.01190000

# Cordilheira Alta

## PREFEITURA

### DECRETO N. 436/2015

DECRETO N. 436/2015 DE 08 DE SETEMBRO DE 2015  
"DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto no art. 70 – IV da Lei Orgânica Municipal, art. 42 da Lei 4.320/64 e Lei Municipal nº 1134/2014,

#### DECRETA

Art. 1º. Fica aberto no presente exercício Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 1.000,00 (hum mil reais) que será utilizado para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade: 10.301.2505.2.019 - Manutenção das Atividades da Saúde Pública e Promoção Social do Município.

Aplicação: 339000 – 10

Fonte de Recursos: 10.02 – Ordinários – R\$ 1.000,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo 1º, será utilizado do superávit de 2014.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 08 de setembro de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal.

### DECRETO N. 440/2015

DECRETO Nº440 /2015, DE 10 DE SETEMBRO DE 2015  
"CONSTITUI A COMISSÃO DE EXAME E AVALIAÇÃO DE BENS E MATERIAIS."

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, usando de suas competências privativas que lhe confere o inciso IV do artigo 70 da Lei Orgânica Municipal,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica constituída a Comissão de Exame e Avaliação de Bens e Materiais, para efetuar a análise, avaliação e o respectivo laudo de bens inservíveis, bem como dos demais bens móveis e imóveis integrantes do patrimônio da municipalidade, para fins de alienação e assentamento, sendo nomeados neste ato os seguintes integrantes:

Presidente: Osni Colpani Suplente: Edimar dos Passos  
Secretário: Kely Cristina Ranzan Suplente: Luciano da Silva  
Membro: Everson Vivian Suplente: Ivonei Breansini

Art. 2º A Comissão terá a incumbência de realizar o levantamento físico, a avaliação dos bens e demais atos que lhe são atribuídos em lei.

Art. 3º Os trabalhos desenvolvidos pelos membros desta Comissão serão considerados de caráter relevante, não sendo conferida qualquer remuneração e nem caracterizará qualquer vínculo empregatício e terá a duração de um ano.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 347/2014 de 04 de agosto de 2014.

Cordilheira Alta, SC, 10 de setembro de 2015

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

### DECRETO N. 441/2015

DECRETO Nº441/2015, DE 10 DE SETEMBRO DE 2015  
"INSTITUI E NOMEIA A COMISSÃO MUNICIPAL DE MONITORAMENTO DO TRANSPORTE ESCOLAR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, atendendo o disposto no Art. 70 e demais pertinências legais,

Considerando a necessidade de alteração na Comissão de Monitoramento do Transporte Escolar,

#### DECRETA

Art. 1º - Fica instituída e nomeada a Comissão Municipal de Monitoramento do Transporte Escolar, destinada a promover o acompanhamento e a fiscalização do transporte de escolares no Município de Cordilheira Alta, sob a administração da Secretaria Municipal de Educação.

Art 2º - O Transporte dos alunos da Rede Pública Municipal e Estadual no Município ficará subordinado ao acompanhamento e monitoramento da Comissão de que trata este Decreto, compete:

I - Monitorar a execução dos programas e projetos destinados ao transporte de escolares do município;

II - Sugerir medidas ao Poder Executivo, mediante a apresentação de relatórios circunstanciados que evidenciem falhas de rotinas e apontando sugestões que possam melhorar a qualidade e a eficiência dos serviços da transporte dos alunos..

Art 3º - A Comissão Municipal de Monitoramento do Transporte Escolar terá a seguinte composição:

I – Representante do Poder Executivo:

Flaviano Perin

II - Representante dos Professores Municipais:

Kátia Ana Di Domenico

III - Representante da Secretaria Municipal da Educação:

Ivanete Lourdes Pederssetti

IV – Representante da Polícia Militar de Cordilheira Alta:

Sargento Angelo Santo Martins

§1º Após a constituição da Comissão Municipal de Monitoramento do transporte Escolar, em reunião ordinária, os representantes escolhem o Presidente e o Vice presidente da Comissão.

I -O resultado deverá constar em ata com a devida composição.

II -O mandato terá a vigência de 02(dois) anos.

III- A nominata da composição da Comissão será encaminhada ao Gabinete do Prefeito no prazo de 03 (três) dias.

§2º - No caso de Vacância, novo representante será designado

para cumprir o restante do mandato que, deverá ser oficializado ao Gabinete do Prefeito para alteração da nomeação.

§3º - A Comissão Municipal de Monitoramento do Transporte Escolar reunir-se-á ordinariamente, com a presença da metade dos seus membros, no mínimo uma vez por trimestre, e extraordinariamente quando convocada pelo seu Presidente, mediante solicitação de pelo menos 1/3(um terço) dos representantes.

Art 4º - O exercício das atividades dos representantes da Comissão será gratuito e constitui serviço público relevante.

Art 5º - Os servidores públicos designados para representação na Comissão, exercerão suas atividades sem prejuízos das funções que ocupam, e não farão jus a qualquer espécie de gratificação ou remuneração especial.

Parágrafo único – A representação referida neste artigo será considerada prestação de serviço relevante e constará dos assentamentos dos respectivos servidores.

Art. 6º - As competências desta Comissão Municipal de Monitoramento do Transporte Escolar não suprirá as atribuições da Secretaria de Educação que, será instância superior de deliberação acerca das questões relativas ao transporte escolar no município.

Art 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam as disposições em contrário, em especial o Decreto nº215/2013, de 08 de março de 2013.

Cordilheira Alta, SC, 10 de setembro de 2015  
ALCEU MAZZIONI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

## **EDITAL CONVOCAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA - 2º QUADRIMESTRE/2015**

### **EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

O Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, nos termos do § 4º do art. 9º da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, c/c com o § 1º do art. 166 da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, convida os integrantes da Comissão Permanente de Finanças e Orçamento do Poder Legislativo do Município e demais integrantes do Poder Legislativo e a população em geral para participar da AUDIÊNCIA PÚBLICA que será realizada no dia 28 de Setembro de 2015, às 16:00 horas, tendo como local o Auditório do Centro Administrativo Municipal, para avaliar as metas fiscais do segundo quadrimestre de 2015.

Cordilheira Alta SC, 11 setembro de 2015  
ALCEU MAZZIONI  
Prefeito Municipal

# Coronel Freitas

## PREFEITURA

### DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 59/2015

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

#### DISPENSA DE LICITAÇÃO

Dispensa de Licitação Nº 59/2015

Contratado: FERRACOL FERRAGEM CORONEL FREITAS LTDA EPP

Valor total: R\$ 7.263,83 (Sete mil duzentos e sessenta e três reais e oitenta centavos)

Vigência: 31/12/2015

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA RECUPERAÇÃO PARCIAL DE CABECEIRAS DE PONTE E RECUPERAÇÃO DE BUEIROS E ALAS NA COMUNIDADE DE LINHA CAIRU CONFORME PRJETO BÁSICO E MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

Fundamento Legal: Art. 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação:

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos.

Coronel Freitas (SC), 11 De setembro de 2015

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

### PREGÃO PRESENCIAL RP Nº 42/2015

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Edital Pregão Presencial RP Nº 42/2015

Objeto: MATERIAIS ELÉTRICOS E DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA INSTALADA NO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS .

Tipo: Menor Preço Por lote

Entrega dos envelopes: até as 08:30 horas do dia 25/09/2015

Abertura dos envelopes: na sequência às 08:30 horas do dia 25/09/2015

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 07:00 às 13:00 horas ou pelo fone 3347.3400.

Coronel Freitas (SC) 11 de setembro de 2015

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

**CÂMARA MUNICIPAL****CONTRATO 06-05-04-2015 DISPENSAS**

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2015

Estado de Santa Catarina

CÂMARA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

DISPENSA DE LICITAÇÃO

Dispensa de Licitação Nº 006/2015

Contratado: ELÉTRO ELETRÔNICA BEIRA RIO

Valor total: R\$ 2142,06 (DOIS MIL CENTO E QUARENTA E DOIS E SEIS CENTAVOS)

Vigência: 31/12/2015

Objeto: MICROFONES, ÁUDIO PARA SESSÕES.

Fundamento Legal: Art. 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação:

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade vedada à prorrogação dos respectivos contratos.

Coronel Freitas (SC), 11 de setembro de 2015.

ISAURA CANDIDA PROVIN

PRESIDENTE

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2015

Estado de Santa Catarina

CÂMARA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

DISPENSA DE LICITAÇÃO

Dispensa de Licitação Nº 005/2015

Contratado: Odicris Comércio de Móveis Ltda.

Valor total: R\$ 1.180,00 (Um mil cento e oitenta Reais)

Vigência: 31/12/2015

Objeto: Aquisição cozinha.

Fundamento Legal: Art. 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação:

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade vedada à prorrogação dos respectivos contratos.

Coronel Freitas (SC), 11 de agosto de 2015

ISAURA CANDIDA PROVIN

PRESIDENTE

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2015

Estado de Santa Catarina

CÂMARA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

DISPENSA DE LICITAÇÃO

Dispensa de Licitação Nº 004/2015

Contratado: G.A.N - Industria e Comércio de Moveis Ltda - ME

Valor total: R\$ 3795,00 (Três mil setecentos e noventa e cinco Reais)

Vigência: 31/12/2015

Objeto: Aquisição 11 (onze) mesas MDF para realização das sessões

Fundamento Legal: Art. 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação:

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade vedada à prorrogação dos respectivos contratos.

Coronel Freitas (SC), 03 de agosto de 2015.

ISAURA CANDIDA PROVIN

PRESIDENTE



# Coronel Martins

## PREFEITURA

**PORTARIA Nº 149 DE 11 DE SETEMBRO 2015.**

PORTARIA Nº 149 DE 11 DE SETEMBRO 2015.

DESIGNA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de 28/10/1994 consolidada em 12/12/2005;

Considerando a necessidade eventual de servidor efetivo para auxiliar no desempenho das atividades do Setor de Vigilância Sanitária do município;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

**DESIGNAR:**

Art. 1º A Servidora Pública Municipal Senhora Cleuza Menegat Belatto, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Combate a Endemias, para exercer suas atividades junto ao setor da VISA (Vigilância Sanitária) do Município de Coronel Martins.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,  
em 11 de setembro de 2015.

DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER  
Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº. 147 DE 10 DE SETEMBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 147 DE 10 DE SETEMBRO DE 2015.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 93 à 98 da Lei Complementar nº. 040, de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

**CONCEDER:**

Art. 1º Férias ao Servidor abaixo relacionado, no período e referência que especifica:  
01 – Para gozo de 30 (trinta) dias no período de 16/09/2015 à 15/10/2015.

Nome Cargo Referência  
Lodacir Spricigo Motorista 01/08/2014 à 31/07/2015

Paragrafo único: para efeito de cálculo, o sistema de folha de pagamento adotará o período do dia 01 ao dia 30 de cada mês.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,  
em 10 de Setembro de 2015.

DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER  
Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº. 148 DE 11 DE SETEMBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 148 DE 11 DE SETEMBRO DE 2015.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 93 à 98 da Lei Complementar nº. 040, de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

**CONCEDER:**

Art. 1º Férias ao Servidor abaixo relacionado, no período e referência que especifica:  
01 – Para gozo de 30 (trinta) dias no período de 16/09/2015 à 15/10/2015.

Nome Cargo Referência  
Ricardo José Pertille Vigia 02/06/2014 à 01/06/2015

Paragrafo único: para efeito de cálculo, o sistema de folha de pagamento adotará o período do dia 01 ao dia 30 de cada mês.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,  
em 11 de Setembro de 2015.

DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER  
Chefe de Gabinete

# Correia Pinto

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO - PROCESSO 22/2015 PMCP, FMAS, FMS, FHMCP, FMEC

ESTADO DE SANTA CATARINA – PREFEITURA MUNICIPAL

DE CORREIA PINTO

PROCESSO LICITATÓRIO - Nº 22/2015

EXTRATO DE CONTRATO

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, PARA A PREFEITURA MUNICIPAL, SUAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa:

MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO ESTRELA LTDA

CNPJ: 03.714.718/0001-38

Instrumento: Contrato nº 0401/2015 FMEC, 0397/2015 PMCP, 0398/2015 FHMCP, 0399/2015 FMAS, 0400/2015 FMS

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa:

FACCINA DALTORA EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA

CNPJ: 04.584.756/0001-86

Instrumento: Contrato nº 0402/2015 FMEC, 0403/2015 FMAS, 0404/2015 FMS, 0405/2015 FHMCP, 0406/2015 PMCP

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa:

ZAGO FERRAGENS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

CNPJ: 08.208.387/0001-88

Instrumento: Contrato nº 0409/2015 FMEC, 0410/2015 FMAS, 0411/2015 FMS, 0408/2015 FHMCP, 0407/2015 PMCP

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa:

RAMALUZ LTDA – ME

CNPJ: 08.962.222/0001-05

Instrumento: Contrato nº 0414/2015 FMEC, 0413/2015 FMAS, 0412/2015 FMS, 0415/2015 FHMCP, 0416/2015 PMCP

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa:

KIFERRO COMERCIO DE FERRO E AÇO LTDA

CNPJ: 73.989.956/0001-31

Instrumento: Contrato nº 0419/2015 FMEC, 0420/2015 FMAS, 0421/2015 FMS, 0418/2015 FHMCP, 0417/2015 PMCP

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa:

NERA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA – ME

CNPJ: 13.192.721/0001-92

Instrumento: Contrato nº 0382/2015 FMEC, 0384/2015 FMAS, 0383/2015 FMS, 0385/2015 FHMCP, 0386/2015 PMCP

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa:

ILARIO MENEGON - ME

CNPJ: 83.398.818/0001-31

Instrumento: Contrato nº 0391/2015 FMEC, 0389/2015 FMAS, 0390/2015 FMS, 0388/2015 FHMCP, 0387/2015 PMCP

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa:

LENZI FILHOS MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA – EPP

CNPJ: 80.126.840/0001-34

Instrumento: Contrato nº 0392/2015 FMEC, 0393/2015 FMAS, 0394/2015 FMS, 0395/2015 FHMCP, 0396/2015 PMCP

Vigência: 12/08/2015 à 31/12/2015

Correia Pinto/SC 14 de setembro de 2015

VÂNIO FORSTER

Prefeito Municipal

# Corupá

## PREFEITURA

**CONTRATO 134/2015**

MUNICÍPIO DE CORUPÁ  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ  
EXTRATO DE CONTRATO 134/15  
Processo Licitatório nº 074/15  
Pregão Presencial Registro de Preço 026/15

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADA: METAVISION INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA-ME, inscrita no CNPJ sob o nº 81.378.069/0001-55 e inscrição Estadual nº 412.0411261-7, estabelecida na Rua Parigot de Souza, 230, Bortot, Município de Pato Branco, Estado do Paraná – CEP 85.504.180, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representado pelo seu Procurador Senhor Diego Nunes Machado, inscrito no CPF sob o nº 005.650.419-59, portador da Carteira de Identidade nº 33732230 SESP/SC.

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de controle de frota e logística com instalação e manutenção de equipamentos eletrônicos sendo 104 veículos iniciais do contrato conforme orçamento do SETOR DE ADMINISTRAÇÃO DE FROTAS DO MUNICÍPIO, através de locação de todos os materiais e equipamentos necessários com a finalidade de coletar as informações de utilização e condução, pelo período de 12 (doze) meses podendo ser prorrogado até 48 (quarenta e oito) meses, conforme inciso IV do art. 57 da Lei 8.666/93 e suas alterações.

VALOR DO CONTRATO POR VEÍCULO:

Instalação de Equipamentos de Rastreabilidade e Identificação de Motoristas R\$ 80,00

MONITORAMENTO MENSAL E LICENÇAS DE SOFTWARE R\$ 59,00

Data da Assinatura: 08/09/2015

Data da Vigência: 07/09/2016

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

**CONTRATO 135/2015**

MUNICÍPIO DE CORUPÁ  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ  
EXTRATO DE CONTRATO 135/15  
Processo Licitatório nº 077/15  
Pregão Presencial Registro de Preço 028/15

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADA: CEQUIPEL INDÚSTRIA DE MÓVEIS E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS GERAIS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 00.325.400/0001-77, Inscrição Estadual 1050720078, estabelecida na Av. Rui Barbosa, 3010, Guatupê, Município de São José dos Pinhais, Estado do Paraná – CEP 83.055-320, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representado pelo Senhor Leandro Bohrer Oppitz, inscrito no CPF sob o nº 254.774.040-00, portador da Carteira de Identidade nº 4.563.261-8/SSP/SC.

OBJETO: Registro de Preço para eventual aquisição parcelada de mobiliário contemplado no projeto do PNAFM.

VALOR DO CONTRATO R\$ 85.977,00.

Data da Assinatura: 10/09/2015

Data da Vigência: 09/09/2016

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

**CONTRATO 136/2015**

MUNICÍPIO DE CORUPÁ  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ  
EXTRATO DE CONTRATO 136/15  
Processo Licitatório nº 077/15  
Pregão Presencial Registro de Preço 028/15

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADA: IRMÃOS PACHECO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA-ME, inscrita no CNPJ sob o nº 15.874.834/0001-01, Inscrição Estadual 256.767.700, estabelecida na Rua João Zipperer, 209 – Fundos Sala B, Industrial Norte, Município de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina – CEP 89.278-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representado pela Senhora Denise Cristiane Pacheco, inscrita no CPF sob o nº 067.016.359-70, portadora da Carteira de Identidade nº 5.230.222/SSP/SC.

OBJETO: Registro de Preço para eventual aquisição parcelada de mobiliário contemplado no projeto do PNAFM.

VALOR DO CONTRATO R\$ 8.765,00.

Data da Assinatura: 10/09/2015

Data da Vigência: 09/09/2016

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

**CONTRATO 137/2015**

MUNICÍPIO DE CORUPÁ  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ  
EXTRATO DE CONTRATO 137/15  
Processo Licitatório nº 077/15  
Pregão Presencial Registro de Preço 028/15

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADA: SUPRIMÓVEIS EIRELI - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 04.563.256/0001-68, estabelecida na Rua Coronel Buchelle, 646 – Sala 1, Centro, Município de Tijucas, Estado de Santa Catarina – CEP 88.200-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representado pelo Senhor Jhonison Santos Piffer, inscrito no CPF sob o nº 048.043.659-23, portador da Carteira de Identidade nº 4.689.259/SSP/SC.

OBJETO: Registro de Preço para eventual aquisição parcelada de mobiliário contemplado no projeto do PNAFM.

VALOR DO CONTRATO R\$ 25.990,00.

Data da Assinatura: 10/09/2015

Data da Vigência: 09/09/2016

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA Nº 3438/15 - DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 069/2015.**

PORTARIA Nº 3438/15

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 069/2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do contrato nº 069/2015, o senhor Waldir Krisanski Junior, matrícula funcional nº 8720-01, ocupante do cargo de Almoxarife, Lotado na Secretaria Municipal de Infra Estrutura, cujo objeto do contrato visa o Registro de Preços para eventuais aquisições parceladas de ÓLEO DIESEL PARA USO NOS VEÍCULOS E MÁQUINAS QUE COMPÕE A FROTA DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC, conforme especificações Termo de Referência Anexo I.

Art. 2º - Atribui ao servidor designado, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário á regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for, acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência da representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado ao responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 30 de Abril de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 27 de agosto de 2015.  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

**PORTARIA Nº 3439/15 - DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 070/2015.**

PORTARIA Nº 3439/15

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 070/2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do contrato nº 070/2015, o senhor Wilson Jean Gessner, matrícula funcional nº 15224-01, ocupante do cargo de Secretário Municipal da Indústria,

Comércio, Turismo, Esporte e Lazer, Lotado na Secretaria Municipal Indústria, Comércio, Turismo, Esporte e Lazer do Município De Corupá, cujo objeto do contrato visa a Permissão de Uso, a título oneroso, para empresa especializada na execução de serviços na área de LANCHONETE E RESTAURANTE, conforme Projeto Básico (Anexo 1) e Proposta Detalhe (Anexo 2), na área localizada na PRAÇA Artur Muller, Centro, pelo período de 15 anos, e em conformidade com o Edital de Concorrência nº. 003/2014 e seus anexos, realizada em 27/03/2015, que constante do Processo nº. 006/2015 devidamente rubricado pelos contratantes e a proposta de preços vencedora, passam a fazer parte integrante do presente instrumento, independentemente de transcrição, é considerado parte integrante e complementar do presente termo.

Art. 2º - Atribui ao servidor designado, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário á regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for, acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência da representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado ao responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 15 de Maio de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 27 de agosto de 2015.  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

**PORTARIA Nº 3440/15 - DESIGNA SERVIDORA PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 071/2015.**

PORTARIA Nº 3440/15

DESIGNA SERVIDORA PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 071/2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do contrato nº 071/2015, a senhora Bernadete Correa Hillbrecht, matrícula funcional nº 2518-08, ocupante do cargo de Secretária Municipal de Saúde, Lotada na Secretaria Municipal de Saúde, cujo objeto do contrato visa a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESINSETIZAÇÃO, DESRATIFICAÇÃO E HIGIENIZAÇÃO E DESINFECÇÃO DE CAIXA D'ÁGUA NOS POSTOS DE SAÚDE, FARMÁCIA BÁSICA, FISIOTERAPIA E SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO.

Art. 2º - Atribui à servidora designada, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato,



determinando o que for necessário á regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for, acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência da representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado à responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 11 de Maio de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 27 de agosto de 2015.  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

**PORTARIA Nº 3441/15 - DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DOS CONTRATOS Nº 072/2015 E 073/15.**

PORTARIA Nº 3441/15  
DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DOS CONTRATOS Nº 072/2015 E 073/15.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução dos contratos nº 072/2015 e 073/2015, o senhor TIAGO MILLNITZ, matrícula funcional nº 15375-01, ocupante do cargo de Técnico em Segurança do Trabalho, Lotado na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, cujo objeto do contrato visa o Registro de Preços para eventuais aquisições parceladas de equipamentos de proteção individual (EPI's) e outros materiais afins, destinados à melhoria das condições de trabalho dos Servidores Municipais de Corupá-SC.

Art. 2º - Atribui ao servidor designado, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário á regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for, acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência da representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado ao responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 20 de Maio de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 27 de agosto de 2015.  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

**PORTARIA Nº 3442/15 - DESIGNA SERVIDORA PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 074/2015.**

PORTARIA Nº 3442/15  
DESIGNA SERVIDORA PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 074/2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do contrato nº 074/2015, a senhora Bernadete Correa Hillbrecht, matrícula funcional nº 2518-08, ocupante do cargo de Secretária Municipal de Saúde, Lotada na Secretaria Municipal de Saúde, cujo objeto do contrato visa o CREDENCIAMENTO DE CLINICAS MÉDICAS E LABORATORIOS NAS ESPECIALIDADES CONFORME ESPECIFICAÇÕES ANEXO I, PARA O ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS PESSOAS DO MUNICÍPIO, CUJO OBJETO É ATENDER AOS MUNICÍPIOS NA ÁREA MÉDICA, ATRAVÉS DE CONSULTAS E/OU EXAMES, EM CONFORMIDADE COM O ANEXO I DO EDITAL E ANEXO V – MINUTA DO CONTRATO), NOS PRAZOS, TIPOS E QUANTIDADES SOLICITADAS EM ATO FORMAL DO MUNICÍPIO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE SOB AS CONDIÇÕES ESTIPULADAS NO PRESENTE REGULAMENTO.

Art. 2º - Atribui à servidora designada, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário á regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for, acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência da representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado à responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 20 de Maio de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 27 de agosto de 2015.  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.



**PORTARIA Nº 3443/15 - DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 075/2015.**

PORTARIA Nº 3443/15

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 075/2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do contrato nº 075/2015, o senhor Josimar Caldeira, matrícula funcional nº 10825-03, ocupante do cargo de Diretor de Licitação, Lotado na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda,, cujo objeto do contrato visa a Contratação de Empresa Especializada em serviços de divulgação através do site [www.guiacorupa.com](http://www.guiacorupa.com).

Art. 2º - Atribui ao servidor designado, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário á regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for, acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência da representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado ao responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 30 de Abril de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 27 de agosto de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

**PORTARIA Nº 3444/15 - DESIGNA SERVIDORA PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 076/2015.**

PORTARIA Nº 3444/15

DESIGNA SERVIDORA PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 076/2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do contrato nº 076/2015, a senhora Bernadete Correa Hillbrecht, matrícula funcional nº 2518-08, ocupante do cargo de Secretária Municipal de Saúde, Lotada na Secretaria Municipal de Saúde, cujo objeto

do contrato visa a CREDENCIAMENTO DE CLINICAS MÉDICAS E LABORATORIOS NAS ESPECIALIDADES CONFORME ESPECIFICAÇÕES ANEXO I, PARA O ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS PESSOAS DO MUNICÍPIO, CUJO OBJETO É ATENDER AOS MUNICÍPIOS NA ÁREA MÉDICA, ATRAVÉS DE CONSULTAS E/OU EXAMES, EM CONFORMIDADE COM O ANEXO I DO EDITAL E ANEXO V – MINUTA DO CONTRATO), NOS PRAZOS, TIPOS E QUANTIDADES SOLICITADAS EM ATO FORMAL DO MUNICÍPIO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE SOB AS CONDIÇÕES ESTIPULADAS NO PRESENTE REGULAMENTO.

Art. 2º - Atribui à servidora designada, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário á regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for, acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência da representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado à responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 27 de Maio de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 27 de agosto de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

**PORTARIA Nº 3445/15 - DESIGNA SERVIDORA PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 077/2015.**

PORTARIA Nº 3445/15

DESIGNA SERVIDORA PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 077/2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do contrato nº 077/2015, a senhora Bernadete Correa Hillbrecht, matrícula funcional nº 2518-08, ocupante do cargo de Secretária Municipal de Saúde, Lotada na Secretaria Municipal de Saúde, cujo objeto do contrato visa o CREDENCIAMENTO DE CLINICAS MÉDICAS E LABORATORIOS NAS ESPECIALIDADES CONFORME ESPECIFICAÇÕES ANEXO I, PARA O ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS PESSOAS DO MUNICÍPIO, CUJO OBJETO É ATENDER AOS MUNICÍPIOS NA ÁREA MÉDICA, ATRAVÉS DE CONSULTAS E/OU EXAMES, EM CONFORMIDADE COM O ANEXO I DO EDITAL E ANEXO V – MINUTA DO CONTRATO), NOS PRAZOS, TIPOS E QUANTIDADES SOLICITADAS EM ATO FORMAL DO MUNICÍPIO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE SOB AS CONDIÇÕES ESTIPULADAS NO PRESENTE REGULAMENTO.

Art. 2º - Atribui à servidora designada, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário á regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for, acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência da representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado à responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 22 de Maio de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 27 de agosto de 2015.  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

**PORTARIA Nº 3446/15 - DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 078/2015.**

PORTARIA Nº 3446/15

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 078/2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do contrato nº 078/2015, o senhor Felipe Rafaeli Rodrigues, matrícula funcional nº 6284-03, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Assistência Social Trabalho e Habitação, Lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação, cujo objeto do contrato visa o REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE CESTAS BÁSICAS PARA ATENDIMENTO DE FAMÍLIAS COM VULNERABILIDADE SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC, PARTICIPANTES DOS PROGRAMAS DO CRAS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I.

Art. 2º - Atribui ao servidor designado, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário á regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for, acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência da representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado à responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 26 de Maio de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 27 de agosto de 2015.  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

**PORTARIA Nº 3447/15 - DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DOS CONTRATOS Nº 079/2015 E 080/15.**

PORTARIA Nº 3447/15

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DOS CONTRATOS Nº 079/2015 E 080/15.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução dos contratos nº 079/2015 e 080/15, o senhor Felipe Rafaeli Rodrigues, matrícula funcional nº 6284-03, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Assistência Social Trabalho e Habitação, Lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação, cujo objeto do contrato visa o REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO PARA ATENDIMENTO DE FAMÍLIAS COM VULNERABILIDADE SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC, PARTICIPANTES DOS PROGRAMAS DO CRAS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I.

Art. 2º - Atribui ao servidor designado, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário á regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for, acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência da representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado à responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 22 de Maio de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 27 de agosto de 2015.  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

**PORTARIA Nº 3448/15 - DESIGNA SERVIDORA PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 081/2015.**

PORTARIA Nº 3448/15

DESIGNA SERVIDORA PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 081/2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do contrato nº 081/2015, a senhora Bernadete Correa Hillbrecht, matrícula funcional nº 2518-08, ocupante do cargo de Secretária Municipal de Saúde, Lotada na Secretaria Municipal de Saúde, cujo objeto do contrato visa a CREDENCIAMENTO DE CLINICAS MÉDICAS E LABORATORIOS NAS ESPECIALIDADES CONFORME ESPECIFICAÇÕES ANEXO I, PARA O ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS PESSOAS DO MUNICÍPIO, CUJO OBJETO É ATENDER AOS MUNICÍPIOS NA ÁREA MÉDICA, ATRAVÉS DE CONSULTAS E/OU EXAMES, EM CONFORMIDADE COM O ANEXO I DO EDITAL E ANEXO V – MINUTA DO CONTRATO), NOS PRAZOS, TIPOS E QUANTIDADES SOLICITADAS EM ATO FORMAL DO MUNICÍPIO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE SOB AS CONDIÇÕES ESTIPULADAS NO PRESENTE REGULAMENTO.

Art. 2º - Atribui à servidora designada, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário á regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for, acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência da representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado à responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 27 de Maio de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 27 de agosto de 2015.  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

**PORTARIA Nº 3449/15 - DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DOS CONTRATOS Nº 082/2015 E 083/2015.**

PORTARIA Nº 3449/15

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DOS CONTRATOS Nº 082/2015 E 083/2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução dos contratos nº 082/2015 e 083/2015, o senhor Felipe Rafaeli Rodrigues, matrícula funcional nº 6284-03, ocupante do cargo de Secretario Municipal de Assistência Social Trabalho e Habitação, Lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação, cujo objeto do contrato visa o REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E DE LIMPEZA PARA USO DO CLUBE DE IDOSOS, PARTICIPANTES DOS PROGRAMAS DO CRAS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I.

Art. 2º - Atribui ao servidor designado, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário á regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for, acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência da representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado à responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 22 de Maio de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 27 de agosto de 2015.  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

**PORTARIA Nº 3450/15 - DESIGNA SERVIDORA PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 084/2015.**

PORTARIA Nº 3450/15

DESIGNA SERVIDORA PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 084/2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do contrato nº 084/2015, a senhora Bernadete Correa Hillbrecht, matrícula funcional nº 2518-08, ocupante do cargo de Secretária Municipal de Saúde, Lotada na Secretaria Municipal de Saúde, cujo objeto do contrato visa a CREDENCIAMENTO DE CLINICAS MÉDICAS E LABORATORIOS NAS ESPECIALIDADES CONFORME ESPECIFICAÇÕES ANEXO I, PARA O ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS PESSOAS DO MUNICÍPIO, CUJO OBJETO É ATENDER AOS MUNICÍPIOS NA ÁREA MÉDICA, ATRAVÉS DE CONSULTAS E/OU EXAMES, EM CONFORMIDADE COM O ANEXO I DO EDITAL E ANEXO V – MINUTA DO CONTRATO), NOS PRAZOS, TIPOS E QUANTIDADES SOLICITADAS EM ATO FORMAL DO MUNICÍPIO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE SOB AS CONDIÇÕES ESTIPULADAS NO PRESENTE REGULAMENTO.

Art. 2º - Atribui à servidora designada, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário á regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for, acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência da representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado à responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 02 de Junho de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 27 de agosto de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

**PORTARIA Nº 3451/15 - DESIGNA SERVIDORA PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 085/2015.**

PORTARIA Nº 3451/15

DESIGNA SERVIDORA PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 085/2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do contrato nº 085/2015, a senhora Bernadete Correa Hillbrecht, matrícula funcional nº 2518-08, ocupante do cargo de Secretária Municipal de Saúde, Lotada na Secretaria Municipal de Saúde, cujo objeto do contrato visa a CREDENCIAMENTO DE CLINICAS MÉDICAS E LABORATORIOS NAS ESPECIALIDADES CONFORME ESPECIFICAÇÕES ANEXO I, PARA O ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS PESSOAS DO MUNICÍPIO, CUJO OBJETO É ATENDER AOS MUNICÍPIOS NA ÁREA MÉDICA, ATRAVÉS DE CONSULTAS E/OU EXAMES, EM CONFORMIDADE COM O ANEXO I DO EDITAL E ANEXO V – MINUTA DO CONTRATO), NOS PRAZOS, TIPOS E QUANTIDADES SOLICITADAS EM ATO FORMAL DO MUNICÍPIO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE SOB AS CONDIÇÕES ESTIPULADAS NO PRESENTE REGULAMENTO.

Art. 2º - Atribui à servidora designada, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário á regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for, acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência da representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado à responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 12 de Junho de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 27 de agosto de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.



**PORTARIA Nº 3452/15 - DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DOS CONTRATOS Nº 086/2015 AO 090/15**

PORTARIA Nº 3452/15

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DOS CONTRATOS Nº 086/2015 AO 090/15.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução dos contratos nº 086/2015 ao 090/15, o senhor Waldir Krisanski Junior, matrícula funcional nº 8720-01, ocupante do cargo de Almoxarife, Lotado na Secretaria Municipal de Infra Estrutura, cujo objeto do contrato visa o registro de preços para eventual AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGEM DE PNEUS PARA OS VEÍCULOS E MÁQUINAS DE TODAS AS SECRETARIAS QUE COMPÕE A FROTA DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC, conforme especificações Termo de Referência Anexo I.

Art. 2º - Atribui ao servidor designado, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário á regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for, acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência da representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado ao responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 24 de Junho de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 27 de agosto de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

**PORTARIA Nº 3453/15 - DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DOS CONTRATOS Nº 091/2015 AO 095/15.**

PORTARIA Nº 3453/15

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DOS CONTRATOS Nº 091/2015 AO 095/15.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução dos contratos

nº 091/2015 ao 095/15, o senhor Waldir Krisanski Junior, matrícula funcional nº 8720-01, ocupante do cargo de Almoxarife, Lotado na Secretaria Municipal de Infra Estrutura, cujo objeto do contrato visa o REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE PNEUS, CÂMARAS E PROTETORES NOVOS DE ACORDO COM O ESTIPULADO NO ANEXO I DO PRESENTE EDITAL.

Art. 2º - Atribui ao servidor designado, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário á regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for, acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência da representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado ao responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 24 de Junho de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 27 de agosto de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

**PORTARIA Nº 3454/15 - DESIGNA SERVIDORA PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DOS CONTRATOS Nº 096/2015 AO 100/15.**

PORTARIA Nº 3454/15

DESIGNA SERVIDORA PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DOS CONTRATOS Nº 096/2015 AO 100/15.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução dos contratos nº 096/2015 ao 100/15, a senhora Bernadete Correa Hillbrecht, matrícula funcional nº 2518-08, ocupante do cargo de Secretária Municipal de Saúde, Lotada na Secretaria Municipal de Saúde, cujo objeto do contrato visa o REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE MATERIAIS MÉDICO ODONTOLÓGICOS, DESTINADOS AS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ- SC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I.

Art. 2º - Atribui à servidora designada, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário á regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for, acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência da representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.



Art. 4º - É facultado à responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 25 de Junho de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 27 de agosto de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

**PORTARIA Nº 3455/15 - DESIGNA SERVIDORA PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DOS CONTRATOS Nº 101/2015 AO 112/15.**

PORTARIA Nº 3455/15

DESIGNA SERVIDORA PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DOS CONTRATOS Nº 101/2015 AO 112/15.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução dos contratos nº 101/2015 ao 112/15, a senhora Bernadete Correa Hillbrecht, matrícula funcional nº 2518-08, ocupante do cargo de Secretária Municipal de Saúde, Lotada na Secretaria Municipal de Saúde, cujo objeto do contrato visa o REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE MEDICAMENTOS, DESTINADOS A DISTRIBUIÇÃO GRATUITA AOS MUNICÍPIOS DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ- SC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I.

Art. 2º - Atribui à servidora designada, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for, acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência da representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado à responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 26 de Junho de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 27 de agosto de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

**PORTARIA Nº 3458/15 - DESIGNA SERVIDORA PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 115/2015.**

PORTARIA Nº 3458/15

DESIGNA SERVIDORA PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 115/2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do contrato nº 115/2015, a senhora Maria Aparecida Rosa, matrícula funcional nº 2439-03, ocupante do cargo de Chefe da Divisão de Cultura, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, cujo objeto do contrato visa a CONTRATAÇÃO DE SHOW ALUSIVO ÀS FESTIVIDADES EM COMEMORAÇÃO AOS 118 ANOS DE FUNDAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ.

Art. 2º - Atribui à servidora designada, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for, acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência da representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado à responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 09 de Julho de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 27 de agosto de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

**PORTARIA Nº 3459/15 - DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 116/2015.**

PORTARIA Nº 3459/15

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 116/2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do contrato nº 116/2015, o senhor Valdir Klemann, 3046-03, ocupante do cargo de Diretor de Planejamento e Engenharia, Lotado na Secretaria

Municipal de Planejamento, cujo objeto do contrato visa a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA VIABILIZAR A EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, NA CONSTRUÇÃO DE 03 PONTES (PONTE ROCHA - COMPRIMENTO = 22,25 M X LARGURA = 4,15 M, PONTE ROTA DAS CACHOEIRAS - COMPRIMENTO = 18,50 M X LARGURA = 4,15 M E PONTE VALDOMIRO PRETO - COMPRIMENTO = 22,30 M X LARGURA = 4,15 M), COM FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS, NO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA DE QUANTITATIVOS E DEMAIS ANEXOS QUE FAZEM PARTE INTEGRANTE DESTE PROCESSO.

Art. 2º - Atribuir à empresa Inova Engenharia, através de seu representante legal, Senhor Renato Lira, assistir à execução do contrato citado no art. 1º e subsidiar de informações pertinentes a essa atribuição conforme determinado no Art. 67 da Lei 8666/93.

Art. 3º - Atribui ao servidor designado, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for, acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 4º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 14 de Julho de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 27 de agosto de 2015.  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

**PORTARIA Nº 3460/15 - DESIGNA SERVIDORA PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 117/2015.**

PORTARIA Nº 3460/15  
DESIGNA SERVIDORA PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 117/2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do contrato nº 117/2015, a senhora Bernadete Correa Hillbrecht, matrícula funcional nº 2518-08, ocupante do cargo de Secretária Municipal de Saúde, Lotada na Secretaria Municipal de Saúde, cujo objeto do contrato visa a AQUISIÇÃO DE 02 VEÍCULOS 0KM, para o uso da Secretaria Municipal de Saúde DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC, conforme especificações Termo de Referência Anexo I.

Art. 2º - Atribui à servidora designada, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for, acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência da representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado à responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 21 de Julho de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 27 de agosto de 2015.  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

**PORTARIA Nº 3461/15 - DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 118/2015.**

PORTARIA Nº 3461/15  
DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 118/2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do contrato nº 118/2015, o senhor Waldir Krisanski Junior, matrícula funcional nº 8720-01, ocupante do cargo de Almojarife, Lotado na Secretaria Municipal de Infra Estrutura, cujo objeto do contrato visa o REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE GASOLINA COMUM, ETANOL e GNV, PARA USO NO ABASTECIMENTO DOS VEÍCULOS QUE COMPÕE A FROTA DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC, conforme especificações contidas no Termo de Referência Anexo I.

Art. 2º - Atribui ao servidor designado, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for, acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência da representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado ao responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 22 de Junho de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 27 de agosto de 2015.  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

**PORTARIA Nº 3462/15 - DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 119/2015.**

PORTARIA Nº 3462/15

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 119/2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do contrato nº 119/2015, o senhor Waldir Krisanski Junior, matrícula funcional nº 8720-01, ocupante do cargo de Almoxarife, Lotado na Secretaria Municipal de Infra Estrutura, cujo objeto do contrato visa o REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE TINTAS PARA MARCAÇÃO VIÁRIA NAS ESTRADAS DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I.

Art. 2º - Atribui ao servidor designado, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário á regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for, acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência da representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado ao responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 23 de Junho de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 27 de agosto de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

**PORTARIA Nº 3463/15 - DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 120/2015.**

PORTARIA Nº 3463/15

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 120/2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do contrato nº 120/2015, o senhor Wilson Jean Gessner, matrícula funcional nº

15224-01, ocupante do cargo de Secretário Municipal da Indústria, Comércio, Turismo, Esporte e Lazer, Lotado na Secretaria Municipal Indústria, Comércio, Turismo, Esporte e Lazer do Município De Corupá, cujo objeto do contrato visa a Locação de (01) uma edificação em alvenaria com a área de 20,79m<sup>2</sup> (vestiário), uma área do tipo recreio coberto com 66,00m<sup>2</sup> e um campo de grama sintética, situada a Rua 03 - Duque de Caxias nº 357, Bairro Centro, destinada para o desenvolvimento das atividades do Programa Abraçando o Esporte - PAE.

Art. 2º - Atribui ao servidor designado, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário á regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for, acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência da representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado ao responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 30 de Julho de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 27 de agosto de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

**PORTARIA Nº 3464/15 - DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 121/2015.**

PORTARIA Nº 3464/15

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 121/2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do contrato nº 121/2015, o senhor Josimar Caldeira, matrícula funcional nº 10825-03, ocupante do cargo de Diretor de Licitação, Lotado na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, cujo objeto do contrato visa a CONTRAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEILOEIRO OFICIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA PARA EXECUTAR LEILÕES DE ALIENAÇÃO DE BENS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DESCRITAS NO TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I.

Art. 2º - Atribui ao servidor designado, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário á regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for, acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.



Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência da representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado ao responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 30 de Julho de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 27 de agosto de 2015.  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

**PORTARIA Nº 3465/15 - DESIGNA SERVIDORA PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 122/2015.**

PORTARIA Nº 3465/15  
DESIGNA SERVIDORA PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 122/2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do contrato nº 122/2015, a senhora Bernadete Correa Hillbrecht, matrícula funcional nº 2518-08, ocupante do cargo de Secretária Municipal de Saúde, Lotada na Secretaria Municipal de Saúde, cujo objeto do contrato visa a CREDENCIAMENTO DE CLINICAS MÉDICAS E LABORATORIOS NAS ESPECIALIDADES CONFORME ESPECIFICAÇÕES ANEXO I, PARA O ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS PESSOAS DO MUNICÍPIO, CUJO OBJETO É ATENDER AOS MUNICÍPIOS NA ÁREA MÉDICA, ATRAVÉS DE CONSULTAS E/OU EXAMES, EM CONFORMIDADE COM O ANEXO I DO EDITAL E ANEXO V – MINUTA DO CONTRATO), NOS PRAZOS, TIPOS E QUANTIDADES SOLICITADAS EM ATO FORMAL DO MUNICÍPIO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE SOB AS CONDIÇÕES ESTIPULADAS NO PRESENTE REGULAMENTO.

Art. 2º - Atribui à servidora designada, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário á regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for, acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência da representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado à responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 05 de Agosto de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 27 de agosto de 2015.  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

**PORTARIA Nº 3466/15 - DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 123/2015.**

PORTARIA Nº 3466/15  
DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 123/2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do contrato nº 123/2015, o senhor Alceu Gilmar Moretti, matrícula funcional nº 1772-04, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Infra Estrutura, Lotado na Secretaria Municipal de Infra estrutura, cujo objeto do contrato visa a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE CILINDRO DESTINADO A REPOSIÇÃO NA PATROLA CAT-120K DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ.

Art. 2º - Atribui ao servidor designado, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário á regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for, acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência da representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado à responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 20 de Junho de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 27 de agosto de 2015.  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

**PORTARIA Nº 3467/15 - DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DOS CONTRATOS Nº 124/2015 E 125/15.**

PORTARIA Nº 3467/15

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DOS CONTRATOS Nº 124/2015 E 125/15.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução dos contratos nº 124/2015 e 125/2015, o senhor Wilson Jean Gessner, matrícula funcional nº 15224-01, ocupante do cargo de Secretário Municipal da Indústria, Comércio, Turismo, Esporte e Lazer, Lotado na Secretaria Municipal Indústria, Comércio, Turismo, Esporte e Lazer do Município De Corupá, cujo objeto do contrato visa o REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM DESTINADOS AOS EVENTOS DO CALENDÁRIO DESPORTIVO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO, TURISMO, ESPORTE E LAZER DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ- SC, conforme especificações contidas no Termo de Referência Anexo I.

Art. 2º - Atribui ao servidor designado, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário á regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for, acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência da representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado ao responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 11 de Agosto de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 27 de agosto de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

**PORTARIA Nº 3468/15 - DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 126/2015.**

PORTARIA Nº 3468/15

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 126/2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do contrato nº 126/2015, o senhor Alceu Gilmar Moretti, matrícula funcional nº 1772-04, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Infra Estrutura, Lotado na Secretaria Municipal de Infra estrutura, cujo objeto do contrato visa a CONTRATAÇÃO DE CONCESSIONARIA AUTORIZADA DA MARCA VOLVO DO BRASIL, PARA COMERCIALIZAÇÃO DE PEÇAS, PARA OS VEÍCULOS VOLVOS DA FROTA MUNICIPAL.

Art. 2º - Atribui ao servidor designado, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário á regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for, acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência da representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado à responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 27 de agosto de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

**PORTARIA Nº 3471/15 - DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 129/15.**

PORTARIA Nº 3471/15

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 129/15.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do contrato nº 082/2015 e 083/15, o senhor Felipe Rafaeli Rodrigues, matrícula funcional nº 6284-03, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Assistência Social Trabalho e Habitação, Lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação, cujo objeto do contrato visa a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, REFERENTE AO AUXÍLIO MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EM RAZÃO DE SITUAÇÃO DE RISCO ATRAVES DE LAUDO DA DEFESA CIVIL QUE APUROU QUE A MORADIA FOI DANIFICADA PELO VENDEVAL E FORTES CHUVAS OCORRIDA NA NOITE DE 28 DE DEZEMBRO DE 2014.

Art. 2º - Atribui ao servidor designado, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário á regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for, acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a

competência da representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado à responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 01 de Setembro de 2015.  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

**PORTARIA Nº 3472/15 - DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 130/15.**

PORTARIA Nº 3472/15

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 130/15.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do contrato nº 130/2015, o senhor Thiago Vinicius Leal, matrícula funcional nº 11244-02, ocupante do cargo de Diretor de Desenvolvimento Rural, Lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, cujo objeto do contrato visa a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA AMBIENTAL, ANÁLISE TÉCNICA E PLANEJAMENTO.

Art. 2º - Atribui ao servidor designado, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário á regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for, acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência da representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado à responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 02 de Setembro de 2015.  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.



# Curitibanos

## PREFEITURA

### **EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº56/2015**

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL  
PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº56/2015

O Fundo Municipal de Saúde de Curitibanos torna público que se encontra aberta licitação, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa para: O Registro de Preços para futura e eventual contratação de mão de obra mecânica para manutenção e reparos de veículos pertencentes à frota municipal vinculados o Fundo Municipal de Saúde. O prazo para entrega dos envelopes encerra-se no dia 24/09/2015, às 10H00, e início da sessão do Pregão no dia 24/09/2015, às 10h30. Os interessados poderão ter acesso a íntegra do Edital em [www.curitibanos.sc.gov.br](http://www.curitibanos.sc.gov.br), contudo o conteúdo da web não substitui o oficial disponibilizado junto ao Fundo Municipal de Saúde de Curitibanos, sito a rua Maximino de Moraes, 376.

Curitibanos, 31 de agosto de 2015.  
Gabriela Q. de Almeida Martarello  
Pregoeira

Altamir Carvalho Goetten  
Secretário Municipal de Saúde

### **EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº57/2015**

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL  
PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº57/2015

O Fundo Municipal de Saúde de Curitibanos torna público que se encontra aberta licitação, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa para: O Registro de Preços para a futura e eventual aquisição de peças e acessórios para reposição em veículos pertencentes à frota municipal vinculados ao Fundo de Saúde. O prazo para entrega dos envelopes encerra-se no dia 24/09/2015, às 09H00, e início da sessão do Pregão no dia 24/09/2015, às 09h30. Os interessados poderão ter acesso a íntegra do Edital em [www.curitibanos.sc.gov.br](http://www.curitibanos.sc.gov.br), contudo o conteúdo da web não substitui o oficial disponibilizado junto ao Fundo Municipal de Saúde de Curitibanos, sito a rua Maximino de Moraes, 376.

Curitibanos, 31 de agosto de 2015.  
Gabriela Q. de Almeida Martarello  
Pregoeira

Altamir Carvalho Goetten  
Secretário Municipal de Saúde

### **EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 173/2015**

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 173/2015

O Município de Curitibanos, SC neste ato representado por seu Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e na forma prevista na Lei No. 8.666/93, faz saber que se acha aberta licitação na modalidade de tomada de preços, para obras e serviços de engenharia do tipo Menor Preço Global, regida pela Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações introduzidas pelas Leis nº 8.883 de 8 de junho de 1994 e 9.648 de 27 de maio de 1998, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PROJETO ELÉTRICO DE EXTENSÃO DE ADEQUAÇÃO DE REDE ELÉTRICA EM BAIXATENSÃO DA RUA PRUDENTE VISCONDE DE MORAES, CONFORME MEMORAL DESCRITIVO EM ANEXO. A Comissão de Licitação, receberá os envelopes documentação de habilitação e envelopes propostas de preços dos interessados, devidamente protocolados no Protocolo Central da Prefeitura Municipal até as 13:30 horas do dia 29/09/2015, no protocolo da sede da Prefeitura, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860.

Os envelopes contendo a documentação de habilitação e proposta de preços dos interessados, serão abertos respectivamente pela Comissão de Licitação, a partir das 14:00 horas do dia 29/09/2015, sito a Cel. Vidal Ramos, 860.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos, encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na página da Prefeitura [www.curitibanos.sc.gov.br](http://www.curitibanos.sc.gov.br).

Curitibanos, 11 de Setembro de 2015.

José Antonio Guidi  
Prefeito Municipal

Diego Sebem Wordell  
Presidente da CPL

**ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTA NR. 22/2015**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS</b>  CNPJ: 83.754.044/0001-34 RUA CORONEL VIDAL RAMOS, 860 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 39/2015 - PR</b>  Processo Administrativo: 39/2015 Processo de Licitação: 39/2015 Data do Processo: 17/07/2015  Folha: 1/7
---	--

**OBJETO DA LICITAÇÃO:**

AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO PARA USO NO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL IRMÃ IRENE, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

**ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 22/2015 (Sequência: 2)**

Ao(s) 11 de Setembro de 2015, às 14:00 horas, na sede da(o) FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 1415/2014, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 39/2015, Licitação nº 39/2015 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

**Parecer da Comissão:** CONFORME LAUDO ENCAMINHADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, TODAS AS AMOSTRAS FORAM APRESENTADAS E APROVADAS, FICANDO ASSIM TODAS AS EMPRESAS CIENTES.

**Participante:** 38 - ROBERTO TESSARO E CIA LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
4	MESA RETANGULAR EM MDF PARA 4 CRIANÇAS DE 03 A 05 ANOS DESCRIÇÃO: MESA RETANGULAR MONOBLOCO, COM BORDAS ARREDONDADAS, MEDINDO 1.80 X 0.80M, COM ESTRUTURAS RETANGULARES EM AÇO 50X30MM PAREDE 1,2, O TAMPO CONFECCIONADO EM MDF DE 15MM COM RE-ENGROSSO DE 30MM, REVESTIDO EM SUA FACE SUPERIOR EM LAMINADO MELAMINICO PÓS FORMÁVEL DE 0,6MM DE ESPESSURA NA COR SALMÃO (REFERÊNCIA L148), ACABAMENTO DE SUPERFÍCIE TEXTURIZADO E ENCABEÇAMENTO DE FITA DE BORDO EM PVC BRANCO, ACABAMENTO DA FACE INFERIOR EM LAMINADO MELAMINICO BRANCO BRILHANTE, A FIXAÇÃO DO TAMPO SERÁ POR MEIO DE PARAFUSOS AUTO-ATARRACHANTES DE 2 ½" X 3/16". A ESTRUTURA EM AÇO DE PINTURA ELETROSTÁTICA COM TINTA EPÓXI EM PÓ, NA COR BRANCA FOSCA, POLIMERIZADA EM ESTUFA. PONTEIRAS DE ACABAMENTO EM POLIPROPILENO NA COR BRANCA, FIXADO À ESTRUTURA ATRAVÉS DE ENCAIXE.	UN	1,00	DALPRA	0,0000	389,00	389,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS**

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
 RUA CORONEL VIDAL RAMOS, 860  
 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**

**Nr.: 39/2015 - PR**

Processo Administrativo: 39/2015  
 Processo de Licitação: 39/2015  
 Data do Processo: 17/07/2015

Folha: 2/7

**Participante: 38 - ROBERTO TESSARO E CIA LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
5	ARMARIO ROUPEIRO - 4 CORPOS E 16 PORTAS (CRECHES I E II) DESCRIÇÃO: ROUPEIRO EM AÇO NA COR CRISTAL, CONFECCIONADOS EM CHAPA DE AÇO "22" (0,75MM), CONSTITUÍDO POR 16 PORTAS. AS PORTAS DEVEM POSSUIR VENEZIANAS PARA AREJAMENTO E POSSUIR PITÃO PARA CADEADO; NÃO SERÃO ACEITAS ONDULAÇÕES, RESSALTOS, REBARBAS OU IMPERFEIÇÕES NO ACABAMENTO DOS ROUPEIROS; DEVEM SER TRATADOS CONTRA OXIDAÇÃO COM FOSFATO DE ZINCO E PINTADOS COM TINTA ESPECIAL NA COR PLATINA COM SECAGEM EM ESTUFA; APÓS O PROCESSO ACIMA DESCRITO O PRODUTO DEVE SEGUIR PARA UMA ESTUFA DE ALTA TEMPERATURA PARA RECEBER A PINTURA PELO PROCESSO ELETROSTÁTICO DE PINTURA A PÓ, CONSOLIDANDO A SUPERFÍCIE DO PRODUTO COM 50 MICRA DE ESPESSURA DE TINTA, NO MÍNIMO. POSSUIR DOBRADIÇAS INTERNAS PARA EVITAR ARROMBAMENTOS COM ABERTURA DE 135°, PÉS REMOVÍVEIS COM SAPATAS PLÁSTICAS NIVELADORAS Ø3/8", DIMENSÕES: ALTURA: 1945 MM, LARGURA: 1230 MM, PROFUNDIDADE: 400 MM. RECOMENDAÇÕES: PARA FABRICAÇÃO É INDISPENSÁVEL SEGUIR PROJETO EXECUTIVO, DETALHAMENTOS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS. TODAS AS PARTES METÁLICAS DEVEM SER UNIDAS ENTRE SI POR MEIO DE SOLDA, CONFIGURANDO UMA ESTRUTURA ÚNICA, DEVENDO RECEBER TRATAMENTO ANTIFERRUGINOSO, ELIMINAR REBARBAS, REPINGOS DE SOLDA, ESMERILHAR JUNTAS E ARREDONDAR CANTOS AGUDOS, TODAS AS UNIDADES DEVERÃO OBTER O SELO IDENTIFICADOR DE CONTROLE DE QUALIDADE DO FABRICANTE E A GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO DE DOIS ANOS. DEVE SER REJEITADO, LOTES QUE APRESENTAREM DESCONFORMIDADES OU DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UN	3,00	CELLI	0,0000	779,00	2.337,00
6	ARQUIVO DE AÇO 4 GAVETAS PASTAS SUSPENSAS DESCRIÇÃO: ARQUIVO DESLIZANTE EM AÇO CHAPA 26 (ESPESURA 0,46MM) NA COR PLATINA, COM QUATRO GAVETAS E TRAVAMENTO ÚNICO, FECHAMENTO ATRAVÉS DE TAMBOR CILINDRICO, COM GAVETAS CORREDIÇAS REGULÁVEIS DISTANCIADAS A CADA 400MM. O SISTEMA DE DESLIZAMENTO DAS GAVETAS SERÁ ATRAVÉS DE ROLAMENTO METÁLICO EM TRILHOS TELESCÓPICOS DE AÇO ZINCADO. OS PUXADORES EMBUTIDOS E AS DIMENSÕES DO PORTA ETIQUETAS TAMBÉM EMBUTIDO É DE 75 X 40MM. DEVE SER TRATADO CONTRA OXIDAÇÃO COM FOSFATO DE ZINCO E PINTADOS COM TINTA ESPECIAL COM SECAGEM EM ESTUFA; APÓS O PROCESSO ACIMA DESCRITO O PRODUTO DEVE SEGUIR PARA UMA ESTUFA DE ALTA TEMPERATURA PARA RECEBER A PINTURA PELO PROCESSO ELETROSTÁTICO DE PINTURA A PÓ, CONSOLIDANDO A SUPERFÍCIE DO PRODUTO COM 50 MICRA DE ESPESSURA DE TINTA, NO MÍNIMO. RODAPÉ EM CHAPA DE AÇO PINTADA NA MESMA COR PLATINA COM SAPATAS NIVELADORAS. CAPACIDADE: 35KG POR GAVETA. DIMENSÕES: ALTURA:105CM, LARGURA:47CM, PROFUNDIDADE: 71CM TODAS AS PARTES METÁLICAS DEVEM SER UNIDAS ENTRE SI POR MEIO DE SOLDA, CONFIGURANDO UMA ESTRUTURA ÚNICA, DEVENDO RECEBER TRATAMENTO ANTIFERRUGINOSO. ELIMINAR REBARBAS, RESPIGOS DE SOLDA, ESMERILHAR JUNTAS E ARREDONDAR CANTOS AGUDOS. TODAS AS UNIDADES DEVERÃO OBTER O SELO IDENTIFICADOR DE CONTROLE DE QUALIDADE DO FABRICANTE E A GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO DE DOIS ANOS.	UN	1,00	CELLI	0,0000	315,00	315,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS**

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
 RUA CORONEL VIDAL RAMOS, 860  
 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**

Nr.: 39/2015 - PR

Processo Administrativo: 39/2015  
 Processo de Licitação: 39/2015  
 Data do Processo: 17/07/2015

Folha: 3/7

Participante: 38 - ROBERTO TESSARO E CIA LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
7	MICRO-ONDAS 30L - LINHA BRANCA CAPACIDADE: VOLUME ÚTIL MÍNIMO DE 30 LITROS, RESULTADO DO PRODUTO DAS DIMENSÕES INTERNAS DA CAVIDADE DO EQUIPAMENTO. CARACTERÍSTICAS CONSTRUTIVAS: GABINETE MONOBLOCO EM AÇO GALVANIZADO REVESTIDO INTERNA E EXTERNAMENTE COM PINTURA ELETROSTÁTICA EM PÓ, NA COR BRANCA. ILUMINAÇÃO INTERNA. PAINEL DE CONTROLE DIGITAL COM FUNÇÕES PRÉ-PROGRAMADAS, TIMER, RELÓGIO, PORTA COM VISOR CENTRAL, DOTADA DE PUXADOR E/OU TECLA DE ABERTURA. DISPOSITIVOS E TRAVAS DE SEGURANÇA. SAPATAS PLÁSTICAS. PRATO GIRATÓRIO EM VIDRO. DIMENSIONAMENTO DA FIAÇÃO, PLUGUE E CONECTORES ELÉTRICOS COMPATÍVEIS COM A CORRENTE DE OPERAÇÃO. PLUGUE E CORDÃO DE ALIMENTAÇÃO COM CERTIFICAÇÃO INMETRO. VOLTAGEM: 110V OU 220V (BIVOLT), INDICAÇÃO DA VOLTAGEM NO CORDÃO DE ALIMENTAÇÃO (RABICHO) DO APARELHO. SELO DE CERTIFICAÇÃO INMETRO. MATÉRIAS-PRIMAS, TRATAMENTOS E ACABAMENTOS: AS MATÉRIAS PRIMAS UTILIZADAS NA FABRICAÇÃO DO EQUIPAMENTO DEVEM ATENDER ÀS NORMAS TÉCNICAS ESPECÍFICAS PARA CADA MATERIAL. TODAS AS PARTES METÁLICAS DEVERÃO ESTAR ISENTAS DE REBARBAS E ARESTAS CORTANTES. TODAS AS FIXAÇÕES VISÍVEIS, PARAFUSOS, ARRUELAS DEVERÃO POSSUIR PROTEÇÃO ADEQUADA CONTRA CORROSÃO/ OXIDAÇÃO OU SEREM FABRICADOS EM AÇO INOX. AS DOBRADIÇAS E VEDAÇÕES DA PORTA, BEM COMO PARTES ASSOCIADAS DEVEM SER CONSTRUÍDAS DE MODO A SUPOORTAR DESGASTES EM USO NORMAL.	UN	2,00	PHILCO	0,0000	399,00	798,00
9	ESTERILIZADOR DE MAMADEIRAS PARA MICRO-ONDAS PARA 6 MAMADEIRAS DESCRIÇÃO: ESTERILIZADOR DE MAMADEIRA A VAPOR, PARA USO EM MICROONDAS, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 4 MAMADEIRAS, DIMENSÕES: ALTURA: MÁXIMO 180MM, DIÂMETRO / LARGURA: MÁXIMO 280MM. CARACTERÍSTICAS CONSTRUTIVAS: BASE EM POLIPROPILENO COPOLÍMERO, DOTADO DE DISPOSITIVOS INTERNOS PARA ACONDICIONAMENTO DE, NO MÍNIMO, 4 MAMADEIRAS. TAMPA EM PLÁSTICO EM POLIPROPILENO COPOLÍMERO, TRANSPARENTE, COM CLIPES E/OU PRESILHAS PARA FECHAMENTO HERMÉTICO. REQUISITOS DE SEGURANÇA: O ESTERILIZADOR DEVE SER CONSTRUÍDO DE MODO A PROPORCIONAR PROTEÇÃO ADEQUADA CONTRA CONTATO ACIDENTAL COM PARTES QUENTES (BORDAS, SUPERFÍCIES), QUE POSSAM EXPOR O USUÁRIO A RISCO DE QUEIMADURAS DURANTE A OPERAÇÃO. O ESTERILIZADOR NÃO DEVE APRESENTAR ELEMENTOS PERFURANTES, ARESTAS CORTANTES OU IRREGULARES QUE POSSAM VIR A CAUSAR RISCOS AOS USUÁRIOS, EM UTILIZAÇÃO NORMAL OU DURANTE A HIGIENIZAÇÃO. O PRODUTO NÃO DEVE OFERECER RISCO TOXICOLÓGICO OU ELIMINAR RESÍDUOS QUÍMICOS DURANTE SUA UTILIZAÇÃO. MATÉRIAS-PRIMAS: AS MATÉRIAS PRIMAS UTILIZADAS NA FABRICAÇÃO DO PRODUTO DEVEM ATENDER ÀS NORMAS TÉCNICAS ESPECÍFICAS PARA CADA MATERIAL. BASE E TAMPA DO PRODUTO CONFECCIONADAS EM POLIPROPILENO COPOLÍMERO.	UN	2,00	PHILIPS	0,0000	165,00	330,00
14	CENTRÍFUGA DE FRUTAS DE 800W DESCRIÇÃO: POTÊNCIA: 800W, COLETOR DE POLPA: 2L, FREQUÊNCIA: 50/60 HZ, COMPRIMENTO DO CABO: 1,2M, ESPECIFICAÇÕES DO DESIGN/ SUPORTE E GRAMPOS: ALUMÍNIO ESCOVADO, TUBO PARA POLPA: AÇO INOXIDÁVEL, CORES DISPONÍVEIS: ALUMÍNIO ESCOVADO, ACESSÓRIOS/ JARRA DE SUÇO: 1.500 ML, POTÊNCIA DO JUICER: 800W, VOLUME: 0,0380 M³, COR: ALUMÍNIO, TENSÃO: BIVOLT, CORDÃO DE ALIMENTAÇÃO (RABICHO) CERTIFICADO PELO INMETRO, COM INDICAÇÃO DA VOLTAGEM, AS MATÉRIAS PRIMAS UTILIZADAS NA FABRICAÇÃO DO PRODUTO DEVEM ATENDER ÀS NORMAS TÉCNICAS ESPECÍFICAS PARA CADA MATERIAL.	UN	1,00	BRITANIA	0,0000	379,50	379,50

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS**

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
 RUA CORONEL VIDAL RAMOS, 860  
 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**  
**Nr.: 39/2015 - PR**

Processo Administrativo: 39/2015  
 Processo de Licitação: 39/2015  
 Data do Processo: 17/07/2015

Folha: 4/7

**Participante: 38 - ROBERTO TESSARO E CIA LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
15	ESPRESSO DE FRUTAS SEMI-INDUSTRIAL. ESPRESSO/EXTRATOR DE FRUTAS CÍTRICAS, FABRICADO EM AÇO INOX. DIMENSÕES E TOLERÂNCIA: ALTURA: 390MM, LARGURA: 360MM, DIÂMETRO: 205MM TOLERÂNCIA: +/-10%, PRODUÇÃO MÉDIA: 15 UNID. MINUTO (APROXIMADA). CARACTERÍSTICAS CONSTRUTIVAS: GABINETE, CÂMARA DE SUCOS E TAMPA FABRICADOS EM AÇO INOX. COPO E PENEIRA EM AÇO INOX. JOGO DE CARAMBOLA COMPOSTO POR: 1 CASTANHA PEQUENA (PARA LIMÃO); 1 CASTANHA GRANDE (PARA LARANJA). MOTOR: 1/4 HP (MAIS POTENTE QUE OS MOTORES CONVENCIONAIS DE 1/5 E 1/6 HP), ROTAÇÃO: 1740 RPM. FREQUÊNCIA: 50/60 HZ. TENSÃO: 127/220V (BIVOLT). DIMENSIONAMENTO E ROBUSTEZ DA FIAÇÃO, PLUGUE E CONECTORES ELÉTRICOS COMPATÍVEIS COM A CORRENTE DE OPERAÇÃO. CORDÃO DE ALIMENTAÇÃO (RABICHO) CERTIFICADO PELO INMETRO, COM INDICAÇÃO DA VOLTAGEM. MATERIAS-PRIMAS, TRATAMENTOS E ACABAMENTOS: AS MATERIAS PRIMAS UTILIZADAS NA FABRICAÇÃO DO PRODUTO DEVEM ATENDER ÀS NORMAS TÉCNICAS ESPECÍFICAS PARA CADA MATERIAL. CÂMARA DE SUCOS, TAMPA E GABINETE EM AÇO INOX AISI 304. ARO DE CÂMARA DE LÍQUIDO, COPO E PENEIRA EM AÇO INOX AISI 304. JOGO DE CARAMBOLA (CASTANHAS) EM POLIESTIRENO. O EQUIPAMENTO E SEUS COMPONENTES DEVEM SER ISENTOS DE REBARBAS, ARESTAS CORTANTES OU ELEMENTOS PERFORANTES.	UN	1,00	SPOLU	0,0000	208,00	208,00

**Total do Participante** → 4.756,50

**Participante: 119 - NATALICIO DE JESUS GERALDO EPP**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
2	CADEIRA COM BRAÇO, RODINHAS E ALTURA REGULÁVEL. DESCRIÇÃO: CADEIRAS GIRATÓRIA COM BRAÇOS, ESPALDAR MÉDIO, ASSENTO E ENCOSTO EM COMPENSADO MULTILAMINADO ANATÔMICO, ESPUMA DE POLIURETANO INJETADA EM DENSIDADE DE 40 A 50KG/M³, COM APOIO DORSO LOMBAR, COM CAPA DE POLIPROPILENO ANTI-ALÉRGICO EM ALTA RESISTÊNCIA A PROPAGAÇÃO DE RASGOS ALÉM DE BAIXA DEFORMAÇÃO. SOLIDEZ À LUZ CLASSE 5. PILLING PADRÃO 5, PESO 280/290G/M. MECANISMO RELAX COM BLOQUEIO E REGULAGEM PERMANENTE-GÁS, BASE EM AÇO COM 5 HASTES, PINTURA EM EPOXI PÓ NA COR PRETA, ENCOSTO EM 7 POSIÇÕES NA ALTURA, RODÍZIO DUPLOS EM NYLON, REVESTIMENTO EM TECIDO AZUL, FOGO RETARDANTE, BRAÇOS REGULÁVEIS COM ALMA DE AÇO E APOIA BRAÇOS EM POLIURETANO COM REGULAGEM EM CINCO POSIÇÕES. OBS: A CADEIRA DEVE TER A CERTIFICAÇÃO DA ABNT 13.962 E TER GARANTIA DE 5(CINCO)ANOS. DIMENSÕES: ALTURA DO ASSENTO DA CADEIRA AO CHÃO: REGULÁVEL ASSENTO DA CADEIRA: 58 CM X 58 CM	UN	3,00	CAVALETTI	0,0000	554,00	1.662,00

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 39/2015 - PR</b>
<b>CNPJ:</b> 83.754.044/0001-34 <b>RUA CORONEL VIDAL RAMOS, 860</b> <b>C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC</b>	<b>Processo Administrativo:</b> 39/2015 <b>Processo de Licitação:</b> 39/2015 <b>Data do Processo:</b> 17/07/2015
	<b>Folha: 5/7</b>

**Participante:** 119 - NATALICIO DE JESUS GERALDO EPP

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
3	CADEIRAS PARA CRIANÇAS DE 5 E 6 ANOS (PRÉ-ESCOLA) O ASSENTO E ENCOSTO DAS CADEIRAS SERÃO REVESTIDOS DE LAMINADO MELAMÍNICO DE VÁRIAS CORES (AMARELO, AZUL E VERMELHO) E FIXADOS ATRAVÉS DE REBITES POP. A ESTRUTURA SERÁ EM TUBO DE 3/4" COM SOLDAGEM ELETRÔNICA, PINTURA ELETROSTÁTICA NA COR BRANCA. AS CADEIRAS POSSUEM SAPATAS EM POLIPROPILENO COPOLÍMERO, INJETADOS, NA MESMA COR E TONALIDADE DA TINTA DE ACABAMENTO, FIXADAS À ESTRUTURA ATRAVÉS DE ENCAIXE. "PARAFUSOS DE FIXAÇÃO DO TAMPO, AUTO-TARRACHANTES DE 3/16" X 3/4", ZINCADOS. MEDIDAS: ALTURA DO ASSENTO DA CADEIRA AO CHÃO: 37,5CM ALTURA TOTAL: 67,5CM ASSENTO DA CADEIRA: 29 CM X 27 CM ENCOSTO DA CADEIRA: 29 CM X 17 CM TODAS AS PARTES METÁLICAS DEVEM SER UNIDAS ENTRE SI POR MEIO DE SOLDA, CONFIGURANDO UMA ESTRUTURA ÚNICA, DEVENDO RECEBER TRATAMENTO ANTIFERRUGINOSO. ELIMINAR REBARBAS, RESPINGOS DE SOLDA, ESMERILHAR JUNTA E ARREDONDAR CANTOS AGUDOS. TODAS AS UNIDADES DEVERÃO RECEBER O SELO IDENTIFICADOR DE CONTROLE DE QUALIDADE DO FABRICANTE E A GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO DE DOIS ANOS.	UN	20,00	BRINQUEDOS PA	0,0000	175,00	2.860,00
8	BALANÇA DE PRATO COM CAPACIDADE PARA 15KG DESCRIÇÃO: BALANÇA ELETRÔNICA DIGITAL COM PRATO EM AÇO INOXIDÁVEL COM CAPACIDADE DE 15 KG, FABRICADA E AFERIDA DE ACORDO COM O "REGULAMENTO TÉCNICO METROLÓGICO PARA INSTRUMENTOS DE PESAGEM NÃO AUTOMÁTICOS" -PORTARIA INMETRO Nº 236, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1994. CLASSIFICAÇÃO METROLÓGICA: "TIPO III". DIMENSÕES: DIMENSÕES MÍNIMAS DO PRATO: 240 X 325 MM; PESO MÍNIMO DO EQUIPAMENTO: 3,100 KG; CAPACIDADE: 15 KG; DIVISÃO: DE 5G EM 5G. CARACTERÍSTICAS CONSTRUTIVAS E FUNCIONAIS: GABINETE EM ABS. DISPLAY DE LCD DE 5 DÍGITOS COM MÍNIMO DE 12MM DE ALTURA. TECLADO DE MEMBRANA COMPOSTO DE TECLAS E FUNÇÕES. PÉS REGULÁVEIS. NÍVEL DE BOLHA. DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO. TEMPERATURA DE OPERAÇÃO DE -10°C A +40°C OU COM REDUÇÃO DESSA FAIXA DE TEMPERATURA. UMIDADE RELATIVA SUPOSTADA: 10% A 90%, SEM CONDENSACÃO. TENSÃO ELÉTRICA: 110VCA / 220VCA. COMUTACÃO AUTOMÁTICA DE VOLTAGEM (BIVOLT). FREQUÊNCIA DE REDE ELÉTRICA: 60 HZ. CONSUMO MÁXIMO: 10W. BATERIA INTERNA, PLUGUE E CORDÃO DE ALIMENTAÇÃO COM CERTIFICAÇÃO INMETRO. DIMENSIONAMENTO DA FIAÇÃO, PLUGUE E CONECTORES ELÉTRICOS COMPATÍVEIS COM A CORRENTE DE OPERAÇÃO. MATERIAS PRIMAS, TRATAMENTOS E ACABAMENTOS: BASE EM AÇO GALVANIZADO OU EM ABS INJETADO. PRATO REMOVÍVEL EM AÇO INOXIDÁVEL AISI 430, COM CANTOS ARREDONDADOS E BORDAS DOTADAS DE RESSALTO PARA RETENÇÃO DE PEQUENAS QUANTIDADES DE LÍQUIDOS; SUPORTES DO PRATO EM ALUMÍNIO INJETADO; GABINETE CONSTRUÍDO EM ABS INJETADO.	UN	1,00	RAMUZA	0,0000	420,00	420,00



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS**

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
 RUA CORONEL VIDAL RAMOS, 860  
 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**  
**Nr.: 39/2015 - PR**

Processo Administrativo: 39/2015  
 Processo de Licitação: 39/2015  
 Data do Processo: 17/07/2015

Folha: 6/7

**Participante:** 119 - NATALICIO DE JESUS GERALDO EPP

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
13	SECADORA DE ROUPAS 10KG DESCRIÇÃO: DUTO DE EXAUSTÃO, SISTEMA ANTI-RUGAS, SECAGEM POR TOMBAMENTO AUTO-REVERSIVEL, SELETOR DE TEMPERATURA DE SECAGEM, SECA 10KG DE ROUPAS CENTRIFUGADAS, CONSUMO DE ENERGIA: 0,2 KWH, VOLTAGEM: 110V OU 220V (BIVOLT), COR: BRANCO, DIMENSÕES APROXIMADAS: 85X60X54 CM (AXLXP), PESO APROXIMADO: 30KG, TODOS OS EQUIPAMENTOS DEVERÃO ATENDER A REFERÊNCIAS DE MERCADO (COMERCIALIZADO EM PRATELEIRA), UTILIZANDO MARCAS NACIONAIS E FOCAR EM PRODUTOS QUE SEJAM REGULADOS COMPULSORIAMENTE, POSSUIR OS SELOS DE EFICIÊNCIA RELACIONADOS AO SEU DESEMPENHO E IDENTIFICAÇÃO DE CERTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA. A ETIQUETAGEM DETERMINA A REDUÇÃO NO CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA EM ELETRODOMÉSTICOS.	UN	1,00	ELECTROLUX	0,0000	1.675,00	1.675,00

**Total do Participante** → 6.617,00

**Participante:** 1221 - MM COMERCIO DE EQUIP. LTDA ME

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	CADEIRA ALTA DE ALIMENTAÇÃO INFANTIL DOBRÁVEL, EM CONFORMIDADE COM A ABNT NBR 15991-1:2011 CADEIRAS ALTAS PARA CRIANÇAS - PARTE 1: REQUISITOS DE SEGURANÇA, E ABNT NBR 15991-2:2011 CADEIRAS ALTAS PARA CRIANÇAS. DIMENSÕES: PROTEÇÃO LATERAL: MÍNIMO DE 140 MM, MEDIDOS DO TOPO DA PROTEÇÃO LATERAL À SUPERFÍCIE DO ASSENTO (MEDIÇÕES REALIZADAS CONFORME ITEM 6.12 DA ABNT NBR. 15991-2); ALTURA DO ENCOSTO: MÍNIMA DE 250 MM, MEDIDOS NA POSIÇÃO VERTICAL (MEDIÇÕES REALIZADAS CONFORME ITEM 6.9.2 DA ABNT NBR 15991-2). BORDA FRONTAL DO ASSENTO: RAIO MÍNIMO DE 5 MM. OBS.: NOS CASOS EM QUE O ENCOSTO DA CADEIRA POSSUA ÂNGULO MENOR QUE 60° EM RELAÇÃO À HORIZONTAL (MEDIÇÃO REALIZADA CONFORME ITEM 6.9.1 DA ABNT NBR 15991-2), O COMPRIMENTO MÍNIMO DO ENCOSTO DEVE SER DE 400 MM (MEDIÇÃO REALIZADA CONFORME ITEM 6.9.3 DA ABNT NBR 15991-2). CARACTERÍSTICAS: CADEIRA DOBRÁVEL, COM ESTRUTURA TUBULAR DE SEÇÃO CIRCULAR EM AÇO CARBONO; ASSENTO E ENCOSTO ACOLCHOADOS COM ESPUMA REVESTIDA DE LONA VINÍLICA LAMINADA COM TECIDO; BRAÇOS OU DISPOSITIVO PARA PROTEÇÃO LATERAL; BANDEJA EM (PP) POLIPROPILENO INJETADO, NA COR BRANCA, REMOVÍVEL OU ARTICULADA; APOIO PARA OS PÉS EM (PP) POLIPROPILENO INJETADO, REMOVÍVEL OU ARTICULADO; SAPATAS ANTIDERRAPANTES. A CADEIRA PODE ALTERNATIVAMENTE SER DOTADA DE DOIS RODÍZIOS, DESDE QUE ESTES POSSUAM FREIOS; CINTO TIPO SUSPENSÓRIO; PINTURA DOS ELEMENTOS METÁLICOS EM TINTA EM PÓ HÍBRIDA EPOXI / POLIESTER, ELETROSTÁTICA, BRILHANTE, POLIMERIZADA EM ESTUFA, ESPESSURA MÍNIMA DE 40 MICROMETROS NA COR CINZA. RECOMENDAÇÕES: OS MATERIAIS E SUPERFÍCIES DAS PARTES ACESSÍVEIS DEVEM ATENDER AOS REQUISITOS DA ABNT NBR 300-3; BORDAS EXPOSTAS E PARTES SALIENTES DEVEM SER ARREDONDADAS OU CHANFRADAS E ISENTAS DE REBARBAS E ARESTAS VIVAS, CONFORME ABNT NBR 300-1; NAS PARTES METÁLICAS DEVE SER APLICADO TRATAMENTO ANTIFERRUGINOSO QUE ASSEGURE RESISTÊNCIA À CORROSÃO EM CÂMARA DE NEVOA SALINA DE NO MÍNIMO 300 HORAS; SOLDAS DEVEM POSSUIR SUPERFÍCIE LISA E HOMOGÊNEA, NÃO DEVENDO APRESENTAR PONTOS CORTANTES, SUPERFÍCIES ÁSPERAS OU ESCÓRIAS. TODOS OS ENCONTROS DE TUBOS DEVEM RECEBER SOLDA EM TODO O PERÍMETRO DA UNIÃO; TODAS AS EXTREMIDADES DE PERFIS TUBULARES DEVEM SER TAMPONADAS.	UN	3,00	GALZERANO	0,0000	259,00	777,00

**Total do Participante** → 777,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS**

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
 RUA CORONEL VIDAL RAMOS, 860  
 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**  
**Nr.: 39/2015 - PR**

Processo Administrativo: 39/2015  
 Processo de Licitação: 39/2015  
 Data do Processo: 17/07/2015

Folha: 7/7

Participante: 1222 - BMR CONDICIONADORES DE AR LTDA - ME

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
10	COIFA INDUSTRIAL DE EXAUSTÃO SISTEMA ELETROSTÁTICO, COM ELIMINADOR DE FUMAÇA E ODOR ATRAVÉS DA OZONIZAÇÃO DO AR; NÃO UTILIZA A SAÍDA EXTERNA, NEM CARVÃO ATIVADO; LARGURA DA COIFA 900X600MM CONSUMO DE ENERGIA DE 75 WATTS BAIXO NÍVEL DE RUÍDO DE 69 DB; VAZÃO DE 550M³/H; TOMADA DE TRÊS PINOS DE ACORDO COM NORMA TÉCNICA DA ABNT (BIVOLT)	UN	1,00	CADENCE	0,0000	2.090,00	2.090,00
11	APARELHO DE AR CONDICIONADO SPLIT 30.000 BTU'S TIPO 1 -30.000 BTUS, MODELO: SPLIT HIGH WALL, TIPO DE CICLO: QUENTE/FRIO COR: BRANCO, ENCE: NO MÍNIMO D, FILTRO DE AR: ANTI-BACTÉRIA, VAZÃO DE AR NO MÍNIMO: 1.150 M³/H, CONTROLE REMOTO: SIM, TERMOSTATO: DIGITAL, FUNÇÕES: SLEEP E SWING, VOLTAGEM: 220 V. TODOS OS EQUIPAMENTOS DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT HIGH WALL DEVERÃO POSSUIR A TECNOLOGIA INVERTER. TODOS OS MODELOS DOS APARELHOS DE AR CONDICIONADO DEVERÃO APRESENTAR ETIQUETA NACIONAL DE CONSERVAÇÃO DE ENERGIA - ENCE AUTORIZADA PELO INMETRO. TODOS OS APARELHOS DE AR CONDICIONADO DEVERÃO SER ACOMPANHADOS DO MANUAL DE INSTRUÇÕES EM PORTUGUÊS PARA USO, CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS.	UN	1,00	KOMECCO	0,0000	3.450,00	3.450,00
12	APARELHO DE AR CONDICIONADO SPLIT 12.000 BTU'S TIPO 3 -12.000 BTUS, INSTALADO, MODELO: SPLIT HIGH WALL, TIPO DE CICLO: QUENTE/FRIO, COR: BRANCO, ENCE: A, FILTRO DE AR: ANTI-BACTÉRIA, VAZÃO DE AR: NO MÍNIMO 500 M³/H, CONTROLE REMOTO: SIM, TERMOSTATO: DIGITAL, FUNÇÕES: SLEEP E SWING, VOLTAGEM: 220 V TODOS OS EQUIPAMENTOS DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT HIGH WALL DEVERÃO POSSUIR A TECNOLOGIA INVERTER. TODOS OS MODELOS DOS APARELHOS DE AR CONDICIONADO DEVERÃO APRESENTAR ETIQUETA NACIONAL DE CONSERVAÇÃO DE ENERGIA - ENCE AUTORIZADA PELO INMETRO. TODOS OS APARELHOS DE AR CONDICIONADO DEVERÃO SER ACOMPANHADOS DO MANUAL DE INSTRUÇÕES EM PORTUGUÊS PARA USO, CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS.	UN	2,00	KOMECCO	0,0000	1.400,00	2.800,00

Total do Participante —————> 8.340,00

Total Geral —————> 20.490,50

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Curitiba, 11 de Setembro de 2015

**COMISSÃO:**

DIEGO SEBEM WORDELL

- ..... - Pregoeiro(a)

# Dionísio Cerqueira

## PREFEITURA

### RESOLUÇÃO 10/2015

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS)  
MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA - SC

#### RESOLUÇÃO Nº 10/2015

Dispõe sobre retificação da resolução 06/2015 que trata do cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade, entre o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS de Dionísio Cerqueira - SC.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião Plenária Ordinária, realizada dia 14 de julho de 2015, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal nº 4.296/13, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Dionísio Cerqueira – CMAS, e

CONSIDERANDO o inciso X do artigo 121 da NOB/SUAS 2012, que dispõe sobre as atribuições precípua dos Conselhos de Assistência Social de aprovar critérios de partilha de recursos em seu âmbito de competência, respeitados os parâmetros adotados na LOAS;

CONSIDERANDO os serviços pactuados para o cofinanciamento estadual, retifica a resolução 06/2015, incluído a execução de três serviços a partir da proteção social especial de média complexidade;

#### RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a partilha de recursos referentes ao cofinanciamento dos serviços da Proteção Social Especial de Média Complexidade proveniente do FEAS, por meio de recursos financeiros alocados no FMAS no valor de R\$ 76.032,00 (setenta e seis mil, trinta e dois reais), sendo que 50% destina-se para investimento e 50% para custeio.

Art. 2º Os recursos serão destinados aos seguintes Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade executados no CREAS, segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, Resolução CNAS nº 109/ 2009:

I – Os recursos serão utilizados para a execução do PAEFI;

II -Serviço Especializado em Abordagem Social;

III - Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida – LA e de Prestação de Serviços à Comunidade – PSC.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Dionísio Cerqueira, 09 de setembro de 2015.

-----  
Elsa de Paula Dos Santos  
Presidente do CMAS

# Flor do Sertão

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 093/2015

DECRETO Nº. 093/2015

APROVA LOTEAMENTO DENOMINADO "JARDIM DA COLINA" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROGÉRIO PERIN Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais.

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica pelo presente Decreto aprovado o Loteamento denominado "Jardim da Colina" de propriedade de Cooperativa Habitacional Entre Rios, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF nº 08.961.910/0001-42, com sede na Avenida Sul Brasil, nº 178, Sala 31, Centro, Maravilha, SC.

Art. 2º - O imóvel onde esta sendo implantado o Loteamento "Jardim da Colina" é o seguinte: Parte da Chácara Urbana nº (37), situada na Cidade e Município de Flor do Sertão, SC, Comarca de Maravilha, com a área de (57.086,00 m²), sem edificação, nas confrontações constantes da Matrícula nº 19.709, do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Maravilha/SC.

Art. 3º - Com a implantação do Loteamento "Jardim da Colina", o imóvel objeto da matrícula nº 19.709, do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Maravilha/SC, com a área de (57.086,00 m²) será fracionado e transformado em Quadras, Lotes e Vias Públicas, da seguinte forma:

#### Das Quadras:

A área de (57.086,00 m²) que constituirá o Loteamento "Jardim da Colina", composto de 06 (seis) Quadras e estas em 87 (oitenta e sete) Lotes Urbanos, assim constituídos:

Quadras	Qntd de Lotes	Área em m²
1	8	3.301,25
2	15	5.876,19
3	22	7.540,00
4	22	7.540,00
5	10	3.438,87
6	10	14.133,71
06	87	41.830,02

Art. 4º - As vias públicas do Loteamento "Jardim da Colina" terão as seguintes denominações, larguras e direcionamentos:

Prolongadas: Rua São Ricardo, com 17,00 metros;

Projetadas: Rua Girassol, com 11,50 metros; (largura média)

Rua das Azaléias, com 12,00 metros;

Rua das Palmeiras, com 15,00 metros;

Rua das Hortências, com 12,00 metros;

Rua Primavera, com 15,00 metros.

#### Direcionamento das Vias de Circulação:

· Norte - Sul: Rua São Ricardo e Rua Primavera;

· Leste - Oeste: Rua Girassol

Rua das Azaléias,

Rua das Palmeiras,

Rua das Hortências.

Art. 5º - Caberá ao Poder Público Municipal uma área de "Vinte e sete mil, setecentos e trinta e três metros e noventa e um centímetros quadrados" (27.733,91 m²), correspondente à 48,58% da área Loteada, que passará ao domínio do Município de Flor do Sertão, por ocasião do registro do loteamento, sendo:

#### Área destinada ao Poder Público:

Área das Vias de Circulação	15.255,98 m²	26,72%
Área Verde	5.067,04 m²	8,88%
· Lote Urbano nº 1 da Quadra nº 2	982,94 m²	
· Lote Urbano nº 10 da Quadra nº 6	4.084,10 m²	
Área Institucional (Equipamento Público)	320,00 m²	0,56%
· Lote Urbano nº 1 da Quadra nº 1	320,00 m²	
Área de Preservação Permanente - APP	7.090,89 m²	12,42%
· Lote Urbano nº 1 da Quadra nº 6	7.090,89 m²	
Totais	27.733,91 m²	48,58%

Art. 6º - A área loteada destina-se a uma Zona Predominantemente Residencial, devendo ser nas edificações, observada a Legislação Municipal que disciplina o assunto.

Art. 7º - Este Decreto foi elaborado nos termos dos Memoriais Descritivos e Plantas devidamente assinados por profissionais especializados e aprovados pelos órgãos competentes.

Art. 8º - Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 9º - Revogam-se as disposições em contrário em especial o Decreto nº 100/2014.

Flor do Sertão, SC, 14 de Setembro de 2015.

Registrado e publicado

Em data supra.

ROGERIO PERIN  
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS  
Secretário de Administração

# Forquilha

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 149/PMF/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

#### AVISO DE LICITAÇÃO REGISTRO DE PREÇO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 149/PMF/2015.

OBJETIVO: A presente licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de abrigos para passageiros de ônibus, modelo tipo concha, conforme padrão estabelecido pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Trânsitos - DENIT, para colocação em pontos do município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.

DATA DE ABERTURA: Dia 25 de setembro de 2015 às 09:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 às 13:00 horas, ou por e-mail editais@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha, 11 de setembro de 2015.  
ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK  
Pregoeira



# Fraiburgo

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 1998/2015

PORTARIA Nº 1998, DE 11 DE SETEMBRO DE 2015.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0005 de 10 de fevereiro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 01240/2015, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

#### RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário LETICIA RODRIGUES DE OLIVEIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 087.919.739-02, na função de AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 14 de setembro de 2015 até 18 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 11 de setembro de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

### PORTARIA Nº 1999/2015

PORTARIA Nº 1999, DE 11 DE SETEMBRO DE 2015.  
Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

#### RESOLVE:

Art. 1º – Rescindir a pedido, o contrato de PATRICIA DE ALMEIDA DIAS DE ANDRADE, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 000.181.749-30, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 11 de setembro de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 11 de setembro de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

### PORTARIA Nº 2000/2015

PORTARIA Nº 2000, DE 11 DE SETEMBRO DE 2015.  
Amplia Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a comunicação interna n.º 01225/2015, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

#### RESOLVE:

Art. 1º Ampliar de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais a carga horária da servidora KELLY MORAES ANTUNES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 071.362.029-30, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR – EDUCAÇÃO INFANTIL, no período de 14 de setembro de 2015 até 18 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 11 de setembro de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

### PORTARIA Nº 2001/2015

PORTARIA Nº 2001, DE 11 DE SETEMBRO DE 2015.  
Designa Servidor Público Municipal como responsável pela realização de despesas no regime de adiantamento.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Municipal n. 2073/2010 e com a Instrução Normativa n. TC 14/2012, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, especialmente o contido no artigo 4º;

#### RESOLVE:

Art. 1º Designar, JORGE COSTA ANDRADE, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 502.546.699-72, nomeado no cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, como responsável pela realização de despesas no regime de adiantamento do Departamento de Cultura, a partir de 10 de setembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 11 de setembro de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

# Frei Rogério

## PREFEITURA

### **DECRETO Nº 747/2015 "ESTABELECE MEDIDAS ADMINISTRATIVAS TEMPORÁRIAS PARA CONTENÇÃO DE DESPESAS, E DETERMINA A REDUÇÃO DE GASTOS NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE FREI ROGÉRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

DECRETO Nº 747/2015 DE 11 DE SETEMBRO DE 2015.

"ESTABELECE MEDIDAS ADMINISTRATIVAS TEMPORÁRIAS PARA CONTENÇÃO DE DESPESAS, E DETERMINA A REDUÇÃO DE GASTOS NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE FREI ROGÉRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

OSNY BATISTA ALBERTON, Prefeito do Município de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, e ainda:

CONSIDERANDO a obrigação contínua de planejar, acompanhar e avaliar as ações do Poder Executivo no tocante à gestão orçamentária, financeira e administrativa, em atenção especial aos dispositivos da Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);

CONSIDERANDO a necessidade de adotar medidas de economia em face do ajuste fiscal decorrente da crise econômica em curso no país;

CONSIDERANDO que há a necessidade de redução de despesas, de limitação de empenho e movimentação financeira com o objetivo de manter, na execução orçamentária, o equilíbrio das contas públicas para o exercício financeiro vigente;

CONSIDERANDO ser imprescindível estabelecer medidas visando a redução do custo da máquina pública municipal, assegurando, todavia, o funcionamento contínuo dos serviços essenciais do Município;

CONSIDERANDO a necessidade de evitar atraso na folha de pagamento dos servidores municipais, e ainda, a paralisação total de obras de manutenção e melhorias imprescindíveis ao desenvolvimento de nosso município:

#### DECRETA:

Art. 1º - Os órgãos em geral da Administração Direta ou Indireta e os Fundos sem receita própria do Município de Frei Rogério, deverão adotar todas as medidas de economia necessárias para redução global de suas despesas de custeio e de pessoal, visando o equilíbrio das contas públicas para o orçamento vigente.

Art. 2º - A partir de 14 de setembro de 2015, fica instituído horário especial para o funcionamento das repartições públicas do município de Frei Rogério, das 07:30h às 12:00h, de segunda a sexta-feira.

§1º. Exclusivamente nas terças-feiras, o funcionamento das repartições públicas do município de Frei Rogério se dará em horário integral, ou seja, das 07:30h às 12:00h, e das 13:30h às 17:00h.

§ 2º. Os serviços essenciais que por sua natureza não podem ser interrompidos, como por exemplo: saúde e educação, serão atendidos na forma e nos horários exigidos, sob a orientação e a responsabilidade do Secretário da respectiva pasta.

§ 3º. O horário especial de funcionamento aplicar-se-á a todas as repartições públicas municipais, com exceção dos serviços externos das Secretarias de Obras e Agricultura, que funcionarão em horário normal, ou seja, das 07:30h às 12:30h, de segunda a sexta-feira.

Art. 3º - Dentre as medidas administrativas tendentes à redução de gastos públicos previstos no presente Decreto, os órgãos em geral da administração direta ou indireta, deverão adotar as seguintes providências:

I - limitar a emissão de empenhos, estabelecendo que para as

compras em geral e/ou geração de despesas, o solicitante deverá emitir SOLICITAÇÃO DE COMPRAS, devidamente justificada e acompanhada de no mínimo 02 (dois) orçamentos atualizados, os quais ficarão sujeitos a prévia aprovação expressa da administração municipal como condição para liquidação da despesa, ficando o Secretário da respectiva pasta, responsável pelo pagamento da despesa no caso de inobservância as regras ora estabelecidas.

II - redução de concessão de diárias, estabelecendo como regra exclusivamente o ressarcimento de despesas no período de vigência do presente Decreto;

III - suspensão da execução de horas extras, exceto as absolutamente necessárias e autorizadas pelo Prefeito Municipal, ou pelo Secretário da respectiva pasta, com base em análise de justificativa apresentada pelo solicitante, e desde que a hora extraordinária esteja devidamente registrada em cartão ponto ou livro próprio de controle, tudo sob a responsabilidade do Secretário da pasta;

IV - suspensão de novos convênios, exceto convênios na área da saúde e educação, autorizados pelo Prefeito Municipal e devidamente justificados;

V - redução de despesas com manutenção de automóveis, ônibus, caminhões, máquinas e equipamentos, sendo que as ordens de compras e serviços deverão ser autorizadas expressamente pelo Prefeito Municipal ou pelo Secretário da respectiva pasta;

VI - racionalização e redução nas despesas com aquisição de material permanente e de expediente, assim como, dos gêneros alimentícios de consumo humano (café, chá, açúcar, leite, etc.).

VII - redução de auxílios assistenciais em geral, exceto na área da saúde em casos de estado de vulnerabilidade social, devidamente justificada e comprovada;

VIII - racionalização e redução de ligações telefônicas, com a concentração de ligações telefônicas através da central, redução de consumo de água e energia elétrica e despesa de correios;

IX - redução de despesas com auxílio para realização de eventos promovidos por quaisquer instituições, exceto aqueles já autorizados ou previstos;

X - suspensão da execução de serviços particulares pela Secretaria de Obras e Serviços Públicos e Secretaria de Agricultura, exceto as previstas em Lei específica ou para realização de serviços de extrema urgência, sempre devidamente precedido do pagamento prévio da respectiva taxa, e autorizadas expressamente pelo Prefeito Municipal ou Secretário da respectiva pasta;

XI - redução e limitação de viagens com ônibus e veículos de propriedade do município;

XII - suspensão total de uso da frota de veículos e máquinas do município nos finais de semana e dias considerados feriados, bem como, sua utilização após o horário normal de expediente ressalvado os casos emergenciais de saúde ou de retorno a sede do Município, devidamente autorizados;

XIII - suspensão de novos aditivos que importe em acréscimo de valor de contratos firmados;

XIV - ficam suspensas de forma temporária:

a) novas nomeações de servidores em comissão, contratações temporárias e contratações de estagiários, ressalvados as situações de necessidade excepcional prévia e devidamente justificada;

b) novas cedências de servidores, com ônus para o Município, para Órgãos Federais, Estaduais ou Municipais;

c) concessão de novas gratificações;

d) concessão de licenças para tratar de interesses particulares, quando houver necessidade de nomeações para substituição;

e) concessão de férias que importem em conversão em pecúnia de parte de sua duração.

Art. 4º - O disposto no artigo anterior não se aplica aos recursos e

valores vinculados, desde que haja disponibilidade financeira para a sua cobertura.

Art. 5º - Fica limitada a participação de servidores públicos municipais em treinamentos, seminários e cursos de qualificação, bem como encontros regionais, estaduais e nacionais de quaisquer áreas, salvo casos excepcionais com autorização expressa do Chefe do Poder Executivo.

§1º. O servidor que desejar participar de curso, palestra, seminário e eventos afins, ou que para ele for convocado, deverá solicitar formalmente ao seu superior imediato, solicitação escrita para comparecimento ao evento, em prazo não inferior a 07 dias, devendo instruir o pedido de solicitação com os seguintes dados: a) com cópia do convite, folder, panfleto, flyer ou qualquer outro impresso de divulgação do evento, contendo obrigatoriamente o histórico do curso, programação, carga horária, esclarecendo da melhor forma possível as informações necessárias; b) previsão de custo para comparecimento ao evento.

§2º. A participação ou não do servidor ficara condicionada a aprovação ou não da Comissão Administrativa.

§3º. Os cursos, palestras e seminários deverão obrigatoriamente conter conteúdo aplicável à Administração Pública.

Art. 6º - As prestações de serviços com valores superiores a R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) no exercício, e que gerem direitos e obrigações futuras, deverão ser instrumentalizadas através de termo de contrato escrito, sem o qual poderá não haver pagamento ou liquidação da respectiva despesa.

Art. 7º - Fica expressamente determinado aos Secretários Municipais a estrita observância e cumprimento das disposições contidas no presente Decreto, ficando a seu cargo a adoção de medidas necessárias à sua implementação.

Parágrafo Único. Ficará sob a responsabilidade dos Secretários Municipais a prática ou autorização de ato ou despesa em desacordo com o estabelecido neste Decreto.

Art. 8º - Para efeito de limitação de empenhos, serão reduzidas as despesas e movimentação financeira em um ou mais, concomitantemente ou não, dos itens relacionados no artigo primeiro, dependendo das necessidades do momento e da situação orçamentária de cada secretaria municipal, a fim de manter o equilíbrio entre as receitas e as despesas do Município.

Art. 9º - Para efeito de dirimir e/ou firmar os artigos constantes neste Decreto será formado Comissão de Avaliação Administrativa, formada por 03 (três) membros da Secretaria de Administração.

Art. 10º - O presente Decreto vigorará pelo prazo de 90 (noventa) dias, salvo se for necessária a manutenção das medidas para obediência aos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 11º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Frei Rogério, 11 de setembro de 2015.  
OSNY BATISTA ALBERTON  
Prefeito Municipal

## **RESUMO EDITAL PROCESSO DE LICITAÇÃO, 02/2015 = SAÚDE**

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 02/2015

PREGÃO PRESENCIAL N.º 01/2015

O MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO – SC torna público aos interessados que fará realizar através do pregoeiro oficial, no dia 28 de setembro de 2015, às 09h00min, na sede da Prefeitura Municipal, na Rua Adolfo Soletti, nº 750, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, sob a égide das Leis 10520 e 8.666/93 e alterações posteriores, do tipo menor preço por item, tendo por objetivo a aquisição de um veículo automotor, zero km, categoria passeio, ano/modelo 2015/2016.

Informações e Edital poderão ser obtidos através site: [www.freirogerio.sc.gov.br](http://www.freirogerio.sc.gov.br) ou no setor de compras da Prefeitura Municipal pelo fone (49) 3257-0000.

E-mail: [compras@freirogerio.sc.gov.br](mailto:compras@freirogerio.sc.gov.br)

Frei Rogério (SC), 11 de setembro de 2015

OSNY BATISTA ALBERTON

Prefeito Municipal.

## Galvão

## CÂMARA MUNICIPAL

## RGF 1º QUAD 2015

MUNICÍPIO DE GALVAO - SC - PODER LEGISLATIVO  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
MAIO/2014 A ABRIL/2015

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	398.577,63	0,00
Pessoal Ativo	398.577,63	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)</b>	<b>398.577,63</b>	<b>0,00</b>
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	11.333.783,67	-
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)</b>	<b>398.577,63</b>	<b>3,52</b>
<b>LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)</b>	<b>680.027,02</b>	<b>6,00</b>
<b>LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)</b>	<b>646.025,67</b>	<b>5,70</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)</b>	<b>612.024,32</b>	<b>5,40</b>

FONTE:

GALVAO, 28/08/2015

ROBERTO BETT  
PRESIDENTE DA CAMARA

LEOCEMAR DA CRUZ  
CONTADOR CRC SC 030.403-O-2

**RGF 2º QUAD 2015**

MUNICÍPIO DE GALVAO - SC - PODER LEGISLATIVO  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
SETEMBRO/2014 A AGOSTO/2015

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	398.799,92	0,00
Pessoal Ativo	398.799,92	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)</b>	<b>398.799,92</b>	<b>0,00</b>
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	11.706.088,06	-
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)</b>	<b>398.799,92</b>	<b>3,41</b>
<b>LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)</b>	<b>702.365,28</b>	<b>6,00</b>
<b>LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)</b>	<b>667.247,02</b>	<b>5,70</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)</b>	<b>632.128,76</b>	<b>5,40</b>

FONTE:



**SICONFI 1º QUAD 2015**

Secretaria do Tesouro Nacional - STN  
Ministério da Fazenda - MF  
Recibo de Declaração Homologada

A instituição **Câmara de Vereadores de Galvão - SC (SC)** homologou, junto à Secretaria do Tesouro Nacional - STN, a declaração referente aos dados abaixo:

<b>Instituição:</b>	Câmara de Vereadores de Galvão - SC (SC)
<b>Declaração:</b>	Relatório de Gestão Fiscal
<b>Periodicidade:</b>	Quadrimestral
<b>Período:</b>	1º quadrimestre
<b>Exercício:</b>	2015
<b>Assinatura(s):</b>	<div><div><div>• Nome: ROBERTO BETT <i>Titular do Poder Legislativo</i></div><div>CPF: 582.763.519-72</div><div>Data: 02/09/2015 14:36:35</div></div><div><div>• Nome: LEOCEMAR DA CRUZ <i>Responsável pelo Controle Interno</i></div><div>CPF: 020.860.839-71</div><div>Data: 02/09/2015 14:34:23</div></div><div><div>• Nome: EDER FRANCISCO PADILHA <i>Responsável pela Administração Financeira</i></div><div>CPF: 016.543.699-93</div><div>Data: 02/09/2015 14:20:18</div></div></div>

O **Código do Recibo** da declaração homologada em **02/09/2015, às 14:36:47**, é:

**00.7Y.L4-M**

**Observações:**

- A referida declaração encontra-se disponível para consulta pública no site <https://siconfi.tesouro.gov.br>, menu "Consultas" item "Consultar Declaração".
- Este documento expirará caso a declaração em questão sofra quaisquer alterações.

**SICONFI 2º QUAD 2015**

Secretaria do Tesouro Nacional - STN  
Ministério da Fazenda - MF  
Recibo de Declaração Homologada

A instituição **Câmara de Vereadores de Galvão - SC (SC)** homologou, junto à Secretaria do Tesouro Nacional - STN, a declaração referente aos dados abaixo:

<b>Instituição:</b>	Câmara de Vereadores de Galvão - SC (SC)
<b>Declaração:</b>	Relatório de Gestão Fiscal
<b>Periodicidade:</b>	Quadrimestral
<b>Período:</b>	1º quadrimestre
<b>Exercício:</b>	2015
<b>Assinatura(s):</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>Nome: ROBERTO BETT <i>Titular do Poder Legislativo</i> CPF: 582.763.519-72 Data: 02/09/2015 14:36:35</li><li>Nome: LEOCEMAR DA CRUZ <i>Responsável pelo Controle Interno</i> CPF: 020.860.839-71 Data: 02/09/2015 14:34:23</li><li>Nome: EDER FRANCISCO PADILHA <i>Responsável pela Administração Financeira</i> CPF: 016.543.699-93 Data: 02/09/2015 14:20:18</li></ul>

O **Código do Recibo** da declaração homologada em **02/09/2015, às 14:36:47**, é:

**00.7Y.L4-M**

**Observações:**

- A referida declaração encontra-se disponível para consulta pública no site <https://siconfi.tesouro.gov.br>, menu "Consultas" item "Consultar Declaração".
- Este documento expirará caso a declaração em questão sofra quaisquer alterações.

# Garopaba

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PR021/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 021/2015

O Município de Garopaba torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, para REGISTRO DE PREÇO do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, em conformidade com a Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, objetivando o Registro de Preço pelo período de 12 meses para contratação de empresa especializada para prestação de serviços médicos ao Fundo Municipal de Saúde de Garopaba. Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes nº. 1 – “PROPOSTA” e nº. 2 – “DOCUMENTAÇÃO” deverão ser protocolados no protocolo geral da Prefeitura Municipal de Garopaba, sito a Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, até as 13h55min do dia 24/09/2015.

A sessão se dará a partir das 14h00min do dia 24/09/2015, no endereço acima especificado.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados no site [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br).

Garopaba, 11 de setembro de 2015.

Paulo Sergio de Araújo

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 172/2015

DECRETO N.º 172, DE 11 DE SETEMBRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 23.257,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.850 de 19/11/2014 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 23.257,00 (vinte e três mil, duzentos e cinquenta e sete reais) no Orçamento vigente:

08.02 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	23.257,00
FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	23.257,00
08244562.031 - Func. E Manutenção do Fundo Mun de Assistência Social	23.257,00
3.1.90.0.3.29.001055 - Aplicações Diretas	12.000,00
3.3.90.0.3.29.000005 - Aplicações Diretas	2.257,00
3.3.90.0.3.29.001056 - Aplicações Diretas	9.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 23.257,00 (vinte e três mil, duzentos e cinquenta e sete reais), correrão por conta do superávit financeiro do exercício anterior.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 11 de setembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 14/09/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.891 de 03/06/2015.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

### DECRETO Nº 173/2015

DECRETO N.º 173, DE 11 DE SETEMBRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 20.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.850 de 19/11/2014 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) no Orçamento vigente:

08.02 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	5.000,00
FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	5.000,00
08244562.031 - Func. E Manutenção do Fundo Mun de Assistência Social	5.000,00
3.1.90.0.1.29.000007 - Aplicações Diretas	5.000,00
09.01 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	5.000,00
26782352.051 - Func. E Manutenção da Secretaria de Infraestrutura	5.000,00
4.4.90.0.1.64.000017 - Aplicações Diretas	5.000,00
17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10.000,00
10301252.076 - Manutenção da Média e Alta Complexidade	10.000,00
3.3.90.0.2.14.000067 - Aplicações Diretas	10.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

08.02 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	5.000,00
FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	5.000,00
08244562.031 - Func. E Manutenção do Fundo Mun de Assistência Social	5.000,00
3.3.90.0.1.29.000007 - Aplicações Diretas	5.000,00
09.01 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	5.000,00
26782352.051 - Func. E Manutenção da Secretaria de Infraestrutura	5.000,00
3.3.90.0.1.64.000017 - Aplicações Diretas	5.000,00
17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10.000,00
10301252.076 - Manutenção da Média e Alta Complexidade	10.000,00
3.1.90.0.2.14.000067 - Aplicações Diretas	10.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 11 de setembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 14/09/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.891 de 03/06/2015.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

**DECRETO Nº 174/2015**

DECRETO N.º 174, DE 11 DE SETEMBRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 50.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.850 de 19/11/2014 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) no Orçamento vigente:

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	50.000,00
10301252.075 - Manutenção da Atenção Básica	50.000,00
3.3.90.0.2.14.000060 - Aplicações Diretas	50.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 11 de setembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 14/09/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.891 de 03/06/2015.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 56/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 56/2015

PMG E FMS

Ata nº. 056/2015; Processo nº.67/2015; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. Contratada: MARCELO GALVAN SEBASTIÃO ME; DSM DISTRIBUIDORA DE MOVEIS E SUPRIMENTOS LTDA; AKON LTDA ME; DIGIPLUS TECNOLOGIA LTDA; RODRIGUES DO AMARAL & AMARAL LTDA ME; FRIMAC REFRIGERAÇÃO EIRELLI ME; Objeto: Registro de preço para aquisição e instalação de aparelhos de ar condicionado para a climatização de salas utilizada pelas secretarias administradas pela Prefeitura e Fundo Municipal de Saúde de Garopaba; Valor: R\$ 194.943,00; Data da Assinatura: 11/09/2015.

# Garuva

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 144/2015

DECRETO Nº 144 DE 11 DE SETEMBRO DE 2015

“CONCEDE INCENTIVO ECONÔMICO FISCAL À EMPRESA CX MS PUBLICIDADE LTDA”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do Município de Garuva;

Considerando os termos da Lei Complementar nº 80/2014 que estabelece o Programa Municipal de Desenvolvimento Econômico; a política de incentivos fiscais e econômicos destinada ao desenvolvimento do setor comercial, industrial e de prestação de serviço; regula o tratamento jurídico diferenciado e favorecido assegurado às microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedor individual e dá outras providências;

Considerando ata de reunião ordinária nº 06/2015 e Parecer nº 04/2015 do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido incentivo econômico fiscal previsto na Lei Complementar nº 80/2015, à empresa CX MS PUBLICIDADE LTDA, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ 11.134.734/0003-41, de acordo com o Parecer nº. 004/2015, do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico – CMDE.

Parágrafo único - O benefício a que se refere este artigo consiste em redução da base de cálculo do ISS (Imposto sobre serviço) em 85% (oitenta e cinco por cento) pelo período de 05 (cinco) anos, destinado aos serviços de publicidade da empresa, condicionado a legislação atual.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste decreto correrão por conta de dotações específicas, consignadas no orçamento

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação revogando as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 83 de 21 de maio de 2015 e Decreto nº 94 de 15 de junho de 2015.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 145/2015

DECRETO Nº 145, DE 11 DE SETEMBRO DE 2015.

“Dispõe sobre autorização para despachos em pedidos de parcelamento de créditos tributários”

O Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com base no art. 79, inciso I, letra “f” da Lei Orgânica e art. 197 da Lei Complementar 026/2005 de 23 de dezembro de 2005.

DECRETA:

Art. 1º Fica atribuído ao Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, o Sr. Valdir Celso Fiedler, a competência para despachar os pedidos de parcelamento dos créditos tributários conforme previsto no Código Tributário Municipal, Lei Complementar 026/2005.

Art. 2º Da poder ao Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, para delegar a Sra. Rosmeri Maria Rocha, agente administrativo, matrícula 6209-0, a competência para em seu lugar, despachar os pedidos de parcelamento, previsto nos artigos 195 a 198 do Código Tributário Municipal, Lei Complementar 026/2005.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 62 de 06 de fevereiro de 2013.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 141/2015

PORTARIA Nº 141, de 10 de setembro de 2015.

“DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CONSIDERANDO, processo nº. 2294/2015;

CONSIDERANDO, Relatório Social, fl. n.º 07;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, CAPÍTULO IV, SEÇÃO II, E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

Art. 1o. Conceder licença, por motivo de doença em pessoa da família, pelo período de 30 (trinta) dias, à servidora pública municipal MARICLÉIA PEREIRA DE SIQUEIRA, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2o. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a 22 de agosto de 2015.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal



# Gaspar

## PREFEITURA

### EXTRATO DO TERMO DE AJUSTE Nº 001/2015

EXTRATO DO TERMO DE AJUSTE Nº 01/2015-FIA

CONVENIENTES – O Município de Gaspar, Estado de Santa Catarina, através do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Gaspar - CMDCA e Grupo Detalhes de Teatro e Produções Artísticas.

OBJETO – O presente instrumento tem por objeto o repasse financeiro no valor de R\$ 32.200,00 (trinta e dois mil e duzentos reais), para o desenvolvimento do Projeto “Oficina Experimentando Teatro – Continuação”, conforme plano de trabalho aprovado pela Resolução nº. 015/2015 - CMDCA.

DESPESA – O pagamento ocorrerá pela seguinte dotação orçamentária:

Valor: R\$ 32.200,00 (Trinta e dois mil e duzentos reais)

Programa: 0027 Gestão do Fundo da Infância e da Adolescência

Atividade: 1.100175 Criar e manter programa, projetos, serviços e ações com entidades.

Elemento da Despesa: 3.3.3.5.0.43.00.00.00

DO PRAZO E DA VIGÊNCIA - a partir da publicação no DOM/SC. até 31/12/2015.

DATA E ASSINATURAS - Gaspar, 24 de agosto de 2015 – Jorge Luis Dellarosa, pelo CMDCA, e Jean Carlos Maçaneiro pelo Grupo Detalhes de Teatro e Produções Artísticas.

### PORTARIA RH 100/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR

PORTARIA RH 100/2015

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio com 1/3 em pecúnia, a(o) servidor(a) MARIA ESMENDIA DE GOES, ocupante do cargo efetivo de Servente/Merendeira, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 03/02/2010 a 04/04/2015, devendo folgar 02 meses a partir de 14/09/2015 a 12/11/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 11 de setembro de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000 -Fone/Fax (0\*\*47) 3331-6300-Gaspar /SC

CNPJ: 83.102.244/0001-02 [www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br)

# Governador Celso Ramos

## PREFEITURA

### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº104/2015

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 104/2015

Ata de Registro de Preços nº 104/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC

PREGÃO PRESENCIAL nº 039/2015

PROCESSO nº

069/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC

CONTRATADO: LOGITEX DISTRIBUIDORA LTDA – ME

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SALVAMENTO AQUÁTICO E PRÉ HOSPITALAR PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DO 1º GRUPO DE BOMBEIROS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

ITEM	DESCRIÇÃO DOS ITENS	MARCA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	TOTAL DO ITEM
01	BOLSA APH CORDURA VERMELHA RIP STOP. DEMAIS ESPECIFICAÇÕES ABAIXO.	MIRAMAR	5	R\$ 149,00	R\$ 745,00
09	ESTETOSCÓPIO DUPLO COM AUSCULTADOR EM AÇO INOXIDÁVEL. DEMAIS ESPECIFICAÇÕES ABAIXO.	DIASYT DUPLO PESADO	5	R\$ 45,00	R\$ 225,00
12	CAPACETE PARA RESGATE AQUÁTICO. DEMAIS ESPECIFICAÇÕES ABAIXO.	SOS SUL	4	R\$ 178,35	R\$ 713,40

PRAZO: 12 MESES.

Governador Celso Ramos, 10 de setembro de 2015.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº105/2015

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 105/2015

Ata de Registro de Preços nº 105/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC

PREGÃO PRESENCIAL nº 039/2015

PROCESSO nº

069/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC

CONTRATADO: SERMEDICAL ARP EQUIPAMENTOS HOSPITALARES

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SALVAMENTO AQUÁTICO E PRÉ HOSPITALAR PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DO 1º GRUPO DE BOMBEIROS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

ITEM	DESCRIÇÃO DOS ITENS	MARCA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	TOTAL DO ITEM
02	CONJUNTO DE OXIGENOTERAPIA COMPLETO: -BOLSA DE TRANSPORTE -CILINDRO DE ALUMÍNIO 3 LITROS (VAZIO) -VÁLVULA REGULADORA COM FLUXÔMETRO DIGITAL -UMIDIFICADOR DE OXIGÊNIO -MÁSCARA DE ALTA CONCENTRAÇÃO -CJ CÂNULAS DE GUEDEL (0;1;2;3;4;5) DEMAIS ESPECIFICAÇÕES ABAIXO.	BHP	4	R\$ 1.050,00	R\$ 4.200,00
03	PRANCHA DE POLIETILENO. DEMAIS ESPECIFICAÇÕES ABAIXO.	ARP RESGATE	3	R\$ 325,00	R\$ 975,00
04	PRANCHA COMPENSADO NAVAL ADULTO. DEMAIS ESPECIFICAÇÕES ABAIXO.	ARP RESGATE	5	R\$ 203,00	R\$ 1015,00
05	CINTO TIRANTE ARANHA ADULTO. DEMAIS ESPECIFICAÇÕES ABAIXO.	FIBRA	8	R\$ 50,00	R\$ 400,00
06	IMOBILIZADOR DE CABEÇA IMPERMEÁVEL. DEMAIS ESPECIFICAÇÕES ABAIXO.	ARP RESGATE	8	R\$ 116,00	R\$ 928,00

07	CONJUNTO COLAR CERVICAL COM BOLSA DE TRANSPORTE. BOLSA DE TRANSPORTE IMPREMEÁVEL, COLAR CERVICAL NEONATAL, INFANTIL, ADULTO PP, ADULTO P, ADULTO M, ADULTO G E ADULTO GG. DEMAIS ESPECIFICAÇÕES ABAIXO.	ORTOCENTER	6	R\$ 105,00	R\$ 630,00
10	CORTADOR DE ANEL. DEMAIS ESPECIFICAÇÕES ABAIXO.	MD	2	R\$ 59,00	R\$ 118,00
13	ESFIGMOMANÔMETRO CLÍNICO ADULTO. DEMAIS ESPECIFICAÇÕES ABAIXO.	INCOTERM	5	R\$ 165,00	R\$ 825,00

PRAZO: 12 MESES

Governador Celso Ramos, 10 de setembro de 2015

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº106/2015

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 106/2015

Ata de Registro de Preços nº 106/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC

PREGÃO PRESENCIAL nº 039/2015

PROCESSO nº

069/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC

CONTRATADO: ULTRAMAR IMPORTAÇÃO LTDA - EPP

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SALVAMENTO AQUÁTICO E PRÉ HOSPITALAR PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DO 1º GRUPO DE BOMBEIROS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

ITEM	DESCRIÇÃO DOS ITENS	MARCA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	TOTAL DO ITEM
08	BINÓCULO 7 X 50. DEMAIS ESPECIFICAÇÕES ABAIXO.	BUSHNELL	5	R\$ 990,00	R\$ 4.950,00
11	FLUTUADOR LIFE BELT. DEMAIS ESPECIFICAÇÕES ABAIXO.	ULTRA	15	R\$ 229,00	R\$ 3.435,00
14	PRANCHA SLED. DEMAIS ESPECIFICAÇÕES ABAIXO.	ULTRA	1	R\$ 1.780,00	R\$ 1.780,00

PRAZO: 12 MESES

Governador Celso Ramos, 10 de setembro de 2015

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

# Guaraciaba

## PREFEITURA

### **MINUTA EDITAL DE PREGÃO 79.15 AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS CONserto MOTOR MOTONIVELADORA 710A**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº79/2015.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 103/15, Edital de Pregão Presencial Nº 79/15, Objeto: Aquisição de Peças e serviços para conserto do Motor e Alternador da motoniveladora Volvo 710A; recebimento de propostas até às 09:00 horas do dia 24/09/15; a abertura do Edital será às 09:00 horas do dia 24/09/15, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site [www.guaraciaba.sc.gov.br](http://www.guaraciaba.sc.gov.br)

Guaraciaba em 11 de stembro de 2015.

Roque Luiz Meneghini,  
Prefeito Municipal

# Guarujá do Sul

## PREFEITURA

### RETIFICAÇÃO Nº 02 DO EDITAL CMDCA 01\_2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE GUARUJÁ DO SUL

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA

#### RETIFICAÇÃO Nº02 DO EDITAL DE ELEIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR Nº01/2015

A Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA - de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, conforme determinação da Corregedoria do TRESC dizendo que “na eleição do Conselho Tutelar NÃO pode haver local com menos de 500 eleitores”, torna Público aos interessados, que o EDITAL CMDCA Nº 01/2015, de 04 de Abril de 2015, sofreu alteração, conforme abaixo especificado:

#### ONDE SE LÊ:

A eleição será realizada no dia 04 de outubro de 2015, no horário das 08:00 às 16:00, nos seguintes locais:

o No Núcleo Municipal Arco Íris, situado na Rua Otávio Diehl, Centro;

o Na Extensão do Núcleo Municipal da Linha Pessegueiro;

o Na antiga Pré- Escola da Linha Baixo Arara.

#### LEIA-SE:

A eleição será realizada no dia 04 de outubro de 2015, no horário das 08:00 às 16:00, nos seguintes locais:

o No Núcleo Municipal Arco Íris, situado na Rua Otávio Diehl, Centro;

o Na Extensão do Núcleo Municipal da Linha Pessegueiro;

As demais informações constantes no referido edital permanecem inalteradas.

Guarujá do Sul – SC, 11 de Setembro de 2015.

Maria Inês Straub

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Guarujá do Sul / SC

# Herval d'Oeste

## PREFEITURA

### CONTRATO Nº 034/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

EXTRATO CONTRATO Nº 034/2015 DE 04/09/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste

Contratado: Miranda &amp; Miranda Comércio de Peças e Serviços em Máquinas Pesadas Ltda.

OBJETO: Recuperação de Escavadeira, Caminhão e Trator da Secretaria de Obras Urbanismo e Serviços públicos deste município, com fornecimento de material e mão de obra.

VALOR: R\$ 52.287,35.

PRAZO DO CONTRATO: 60 dias

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes na execução do Contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro 2015, conforme Lei Orçamentária Anual.

Herval d'Oeste (SC), 04 de setembro de 2015.

Nelson Guindani

Prefeito

Raul de Miranda

Sócio Administrador

### LEI Nº 3112 /2015

LEI Nº 3112 /2015

"Abre Crédito Suplementar"

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste,

Faço saber a todos habitantes do Município de Herval d' Oeste, Estado de Santa Catarina, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

Lei

Art. 1º - Ficam anuladas no valor R\$ 180.000,00 (Cento e oitenta mil reais), as contas do Orçamento Vigente com a seguinte classificação:

0100	Câmara Municipal de Vereadores				
0101	Câmara Municipal de Vereadores				
0101.0103100001-2001	Manutenção, Encargos e Atividades do Poder Legislativo				
31900000	000	100	Pessoal e Encargos Sociais	R\$	20.000,00
33900000	000	100	Outras Despesas Correntes	R\$	80.000,00
44900000	000	100	Investimentos	R\$	20.000,00
0800	Secretaria de Obras e Serviços Públicos				
0801	Departamento de Transportes e Obras				
0801.267820021-2051	Manutenção, Encargos e Atividades do Departamento de Transito e da JARI				
31900000	172	100	Pessoal e Encargos Sociais	R\$	60.000,00

Art. 2º - Ficam suplementadas no valor R\$ 180.000,00 (Cento e oitenta mil reais), as contas do Orçamento Vigente com a seguinte classificação:

0600	Secretaria de Educação, Cultura e Esportes				
0601	Departamento de Educação Infantil				
0601.123650011-1007	Aquisição de brinquedos para parque infantil e manutenção dos já existentes				
44900000	047	101	Investimentos	R\$	120.000,00
0200	Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito				
0201	Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito				
0201.041220002-2002	Manutenção, encargos e atividades do Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito				
31900000	002	100	Pessoal e Encargos Sociais	R\$	60.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval d' Oeste.SC, 10 de setembro de 2015.

Nelson Guindani

Prefeito Municipal



**LEI Nº 3113 /2015**

LEI Nº 3113/2015

"Abre Crédito Suplementar"

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste,

Faço saber a todos habitantes do Município de Herval d' Oeste, Estado de Santa Catarina, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

Lei

Art. 1º - Ficam anuladas no valor R\$ 245.000,00(Duzentos e quarenta e cinco mil reais), as contas do Orçamento Vigente com a seguinte classificação:

1000	Fundo Municipal de Saúde				
1001	Fundo Municipal de Saúde				
1001.103010045-2079	Manutenção, Encargos e Atividades do Fundo de Saúde				
31900000	010	102	Pessoal e Encargos Sociais	R\$	245.000,00

Art. 2º - Ficam suplementadas no valor R\$ 245.000,00(Duzentos e quarenta e cinco mil reais), as contas do Orçamento Vigente com a seguinte classificação:

1000	Fundo Municipal de Saúde				
1001	Fundo Municipal de Saúde				
1001.103020033-2073	Manutenção e implementação dos atendimentos de media e alta complexidade				
31910000	022	102	Pessoal e Encargos Sociais	R\$	70.000,00
1001.103040034-2077	Manutenção e implementação dos serviços de Vigilância Epidemiológica, Sanitária e Ambiental				
31900000	047	102	Pessoal e Encargos Sociais	R\$	150.000,00
31910000	048	102	Pessoal e Encargos Sociais	R\$	25.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval d' Oeste.SC, 10 de setembro de 2015.

Nelson Guindani

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1034/2015**

PORTARIA Nº 1034/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a partir do dia 11 de setembro de 2015, do servidor PLINIO ROBERTO CORDAZZO (Matr. 3611), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Administrador, Nível – 12/1, Referência "A", 40 horas semanais, anexo V da LC Nº 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 11 de Setembro de 2015.

Nelson Guindani

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1035/2015**

PORTARIA Nº 1035/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a partir do dia 11 de setembro de 2015, da servidora LILIAN TANIA AMORIM (Matr. 2549), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Médico, Nível – 14, Referência "C", 40 horas semanais, anexo V da LC Nº 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 11 de Setembro de 2015.

Nelson Guindani

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1036/2015**

PORTARIA Nº 1036/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Conceder Readaptação, a partir de 11 de setembro de 2015, por prazo indeterminado, à Servidora ELVIRA SCHLINDWEIN BELLON (Matr. 1109), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível/Referência, 3/E, Anexo V da LC Nº 280/2011, com fundamentação na LC Nº 281/2011, de acordo com o previsto no artigo 33 e seus parágrafos. A Servidora acima citada executará as funções de auxiliar de cozinha e auxiliar de serviço de copa, junto ao CMEI Criança Feliz.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 11 de Setembro de 2015.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

**TERMO DE AJUSTE Nº 001/2015**

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE HERVAL D' OESTE

"FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D' OESTE"

CNPJ/MF Nº 17.799.033/0001-46

Rua Nereu Ramos nº 389 – Centro

CONTRATANTE

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE CAÇADOR

"REUNIDAS TURISMO S/A"

CNPJ/MF Nº 04.176.082/0001-80

Rua Dr. Herculano Coelho de Souza, nº 555

CONTRATADA

TERMO de AJUSTE Nº 001/2015 DE 02 DE SETEMBRO DE 2015

Pelo presente instrumento, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D' OESTE, pessoa jurídica de direito público, estabelecida na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Município de Herval d' Oeste, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 17.799.033/0001-46 neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa REUNIDAS TURISMO S/A, Pessoa Jurídica de Direito Privado estabelecida na Rua Dr. Herculano Coelho de Souza, nº 555, – Bairro Reunidas – Município de Caçador - Estado do Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 04.176.082/0001-80, neste ato representado por seu Diretor Financeiro, Rui Caramori, brasileiro, casado, portadora do CPF nº 170.895.909-25, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo a ata de Registro de Preços nº 021/2014, que tem por objeto fornecimento de passagens de ônibus intermunicipais para doação à munícipes, conforme benefícios aprovados pelo Conselho Municipal de Assistência Social, através do Fundo Municipal de Assistência Social, e para pacientes que necessitem de deslocamento a outras localidades para tratamento de saúde, encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde pelo período de 12 meses, em decorrência do Processo Licitatório nº 0079/2014, na Modalidade de Pregão Presencial nº 033/2014 e suas alterações posteriores, e as seguintes cláusulas:

**Cláusula Primeira – Do Objeto**

O Presente termo tem por objeto a revisão dos valores contratados para o fornecimento de passagens de ônibus interestaduais no importe de +7,708% (sete vírgula setecentos e oito milésimos por cento), em virtude da resolução nº 4.765 estabelecida pela ANTT, o qual foi devidamente comprovado e justificado no processo.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DOS VALORES**

Considerando que a Contratada comprova documentalmente no pedido que o produto citado efetivamente sofreu alteração de preço, será concedido reajuste a tais itens, conforme tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	VALOR ATUAL UNITARIO	VALOR COM REAJUSTE
11	PASSAGEM DE ONIBUS DE CURITIBA A JOAÇABA	UN	74,73	80,49
12	PASSAGEM DE ONIBUS DE JOAÇABA A CURITIBA	UN	71,57	77,08
17	PASSAGEM DE ONIBUS DE SAO PAULO A JOAÇABA	UN	141,14	152,01
18	PASSAGEM DE ONIBUS DE JOAÇABA A SAO PAULO	UN	137,39	147,98
19	PASSAGEM DE ONIBUS DE ERECHIM A JOAÇABA	UN	25,55	27,51
20	PASSAGEM DE ONIBUS DE JOAÇABA A ERECHIM	UN	24,48	26,36

Este reajuste passa a vigorar após a assinatura e publicação deste Termo.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 40 inciso XI e no artigo 65, inciso II, alínea d da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

#### CLÁUSULA QUARTA – Das Disposições Finais

A publicação deste Termo Aditivo supre a necessidade de emissão de nova ordem de serviço, para a realização dos serviços previstos no instrumento contratual.

Todos os demais itens e cláusulas da ARP Nº 0021/2014, que não foram modificados por força deste Termo Aditivo, permanecem em pleno vigor sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 02 de setembro de 2015.

Nelson Guindani Prefeito Municipal CPF: 501.589.459-72 Pelo Município	Rui Caramori Diretor Financeiro CPF: 170.895.909-25 Pela Empresa
Testemunhas: Rubens Antonio Correia CPF: 687.857.399-87	Mariana Colusso Fabrin CPF: 052.051.949-36

# Imarui

## PREFEITURA

### **AVISO DE RETIFICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL PMI Nº. 051/2015**

O Município de Imaruí através da Prefeitura Municipal e seu setor de licitação torna público para conhecimento dos interessados a retificação do Edital do Pregão Presencial nº 051/2015, para aquisição de lanche contendo as seguintes alterações:

No preâmbulo do Edital:

Onde se - lê:

Data e horário de apresentação dos envelopes: Até às 08h55min horas do dia 24/09/2015.

Data e horário da abertura dos envelopes: Dia 24/09/2015, às 09h00min.

Leia-se:

Data e horário de apresentação dos envelopes: Até às 08h55min horas do dia 28/09/2015.

Data e horário da abertura dos envelopes: Dia 28/09/2015, às 09h00min.

Imaruí, 11 de Setembro de 2015.

Manoel Viana de Sousa

Prefeito Municipal

### **DECRETO Nº. 097, DE 11 DE SETEMBRO DE 2015.**

DECRETO Nº. 097, DE 11 DE SETEMBRO DE 2015.

DECRETA A ALTERAÇÃO DO HORÁRIO DE EXPEDIENTE NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS DA PREFEITURA DE IMARUÍ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito Municipal de Imaruí no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 61, inciso VI e art. 80, Parágrafo Único da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica determinado expediente das 07h às 13h nas Secretarias e Repartições Públicas que funcionam junto ao Prédio do Município de Imaruí, na Secretaria de Desenvolvimento Rural e Pecuário, na Secretaria de Educação, Cultura, Desporto e Juventude e na Secretaria de Transporte, Obras e Serviços Urbanos a partir do dia 14 de setembro de 2015.

Art. 2º As demais Secretarias e Repartições Públicas funcionaram no expediente anteriormente fixado pelo Decreto n.013/2015.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revoga-se as disposições em contrário.

Imaruí, SC, 11 de setembro de 2015.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

# Imbituba

## PREFEITURA

### EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO 13/2015 DISPENSA 01/2015 (PMI - SEAPI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 13/2015

DISPENSA Nº 01/2015

Objeto: Contratação de empresa prestadora de serviço para recuperação e limpeza da rodoviária de Imbituba/SC.

Contratada: Empreiteira de Mão de Obra Roça Grande Ltda ME.

Valor Total: R\$3.115,73 (Três mil, cento e quinze reais e setenta e três centavos).

Fundamento: Artigo 24, inciso II da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 27 de Agosto de 2015.

Rui Geraldo Rodrigues

Secretário da SEAPI

### EXTRATO: PMI SEAST 2015/48 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEAST 2015/48 A00

Contratada SANTO ANJO DA GUARDA LTDA.

CNPJ 86.431.749/0060-69

Objeto: CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE PASSE PARA O PÚBLICO ALVO ATENDIDO NO PROGRAMA "VEM SER".

Valor: R\$ 7.500,00 Prazo: 31/12/2015

Fundamento: Processo nº. 04/2010 Inexibilidade 01/2015

Imbituba, 31 de agosto de 2015.

Selma Elias Westphal

Secretária municipal da Seast

Contratante

Santo Anjo da Guarda Ltda

Representante legal

Contratada

### EXTRATO: PMI SEAST 2015/49 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEAST 2015/49 A00

Contratada SANTO ANJO DA GUARDA LTDA.

CNPJ 86.431.749/0060-69

Objeto: CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA DE TRANSPORTE PARA FORNECIMENTO DE PASSE, PARA OS USUÁRIOS DOS PROGRAMAS E SERVIÇOS DA SEAST.

Valor: R\$ 9.420.00 Prazo: 31/12/2015

Fundamento: Processo nº. 33/2015 Inexibilidade 02/2015

Imbituba, 31 de agosto de 2015.

Selma Elias Westphal

Secretária municipal da seast

Contratante

Santo Anjo da Guarda Ltda

Representante legal

Contratada

# Indaial

## PREFEITURA

### ATA Nº 038/2015

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.38/2015

Processo Licitatório Nº 15/00000152

Pregão Nº 10/2015

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.38/2015

Aos onze dias do mês de setembro de dois mil e quinze, de um lado o **MUNICÍPIO DE INDAIAL**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. **Sérgio Almir dos Santos**, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de **ÓRGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS – OGRP**; e de outro lado, a(s) empresa(s) adjudicatária(s), doravante denominada simplesmente de **FORNECEDOR**, tem entre si justo e acordado a presente Ata, fundamentado na Lei Federal nº 8.666/93 e o Decreto Municipal nº 654/2014 e vinculada aos termos da proposta apresentada no Processo licitatório 15/00000152 - Pregão Nº 10/2015, observadas as condições do edital, as seguintes condições:

#### 1. FORNECEDOR(ES) REGISTRADO(S):

- 1.1 DENTARIA E DISTR HOSP PORTO ALEGRENSE LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 91.083.212/0001-35, estabelecida à RUA GENERAL VITORINO, nº 298 – Bairro CENTRO, no município de Porto Alegre – Rio Grande do Sul.
- 1.2 OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 03.033.589/0001-12, estabelecida à RUA FERNANDO DE SOUZA E SILVA, nº 1199 – Bairro ITROUPAVA NORTE, no município de Blumenau – Santa Catarina.
- 1.3 PROHOSPITAL SUL COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS EIRELI



### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.38/2015

EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 05.077.346/0001-01, estabelecida à RUA TUIUTI, nº 165 – Bairro CENTRO, no município de Rio do Sul – Santa Catarina.

- 1.4 DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLOGICOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 02.477.571/0001-47, estabelecida à RUA SEBASTIANA CAMARGO DE ARAUJO, nº 60 – Bairro VILA TEBAS, no município de Pinhais – Paraná.
- 1.5 JEFFERSON DUWE ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 13.749.658/0001-42, estabelecida à RUA ARTHUR KEUNECKE, nº 62 – Bairro DOS ESTADOS, no município de Indaial – Santa Catarina.
- 1.6 ACR MECAL PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA - ME., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 16.826.856/0001-50, estabelecida à RUA CIANORTE, nº 112 – Bairro CENTRO, no município de Pinhais – Paraná.

## 2. DO OBJETO:

- 2.1. AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS E MÉDICOS.
- 2.2. Não é permitida, em hipótese alguma, a entrega de equipamentos ou quaisquer componentes refabricados ou reconicionados.

## 3. VALORES REGISTRADOS:

- 3.1. Estão registrados, através da presente ata, os seguintes valores para os respectivos itens, para cada FORNECEDOR:

3.1.1.

47937 - DENTARIA E DISTR HOSP PORTO ALEGRENSE LTDA						
Lote: 23 - LOTE 23 - PUNCH DERMATOLÓGICO.						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
180	PUNCH DERMATOLÓGICO ESTÉRIL, LÂMINA CIRCULAR AFIADA ACOPLADA A HASTE PLÁSTICA. DESCARTÁVEL E SEGURO. DIÂMETRO DE 2 MM.	UNIDADE		30	R\$45,00	R\$1.350,00
181	PUNCH DERMATOLÓGICO ESTÉRIL, LÂMINA CIRCULAR AFIADA ACOPLADA A HASTE	UNIDADE		100	R\$45,00	R\$4.500,00

**ATA DE REGISTRO DE  
PREÇOS Nº.38/2015**

	PLÁSTICA. DESCARTÁVEL E SEGURO. DIÂMETRO DE 3 MM.					
182	PUNCH DERMATOLÓGICO ESTÉRIL, LÂMINA CIRCULAR AFIADA ACOPLADA A HASTE PLÁSTICA. DESCARTÁVEL E SEGURO. DIÂMETRO DE 4 MM.	UNIDADE		100	R\$45,00	R\$4.500,00
183	PUNCH DERMATOLÓGICO ESTÉRIL, LÂMINA CIRCULAR AFIADA ACOPLADA A HASTE PLÁSTICA. DESCARTÁVEL E SEGURO. DIÂMETRO DE 5 MM.	UNIDADE		100	R\$45,00	R\$4.500,00
184	PUNCH DERMATOLÓGICO ESTÉRIL, LÂMINA CIRCULAR AFIADA ACOPLADA A HASTE PLÁSTICA. DESCARTÁVEL E SEGURO. DIÂMETRO DE 6 MM.	UNIDADE		100	R\$45,00	R\$4.500,00
					Total Lote:	R\$19.350,00
					Total Fornecedor:	R\$19.350,00

**165131 - OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA**

**Lote: 4 - LOTE 04 - LUVAS**

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
60	LUVAS DE PROCEDIMENTOS DE LÁTEX TAMANHO EP(EXTRA PEQUENO). CADA CAIXA DEVE CONTER 100 UNIDADES DE LUVAS. TALCADA. VALIDADE DO PRODUTO DE 5 ANOS COM NOMINIMO DE VALIDADE DE 4 ANOS A VENCER A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	CAIXA		250	R\$13,57	R\$3.392,50
61	LUVAS DE PROCEDIMENTOS DE LÁTEX TALCADA TAMANHO P (PEQUENO). CADA CAIXA DEVE CONTER 100 UNIDADES DE LUVAS. VALIDADE DO PRODUTO DE 5 ANOS COM NO MÍNIMO DE VALIDADE DE 4 ANOS A VENCER A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	CAIXA		250	R\$13,57	R\$3.392,50
62	LUVAS DE PROCEDIMENTOS DE LÁTEX ISENTA DE PÓ TAMANHO P (PEQUENO). CADA CAIXA DEVE CONTER 100 UNIDADES DE LUVAS. VALIDADE DO PRODUTO DE 5 ANOS COM NO MÍNIMO DE VALIDADE DE 4 ANOS A VENCER A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	CAIXA		30	R\$13,60	R\$408,00

**ATA DE REGISTRO DE  
PREÇOS Nº.38/2015**

63	LUVAS DE PROCEDIMENTOS DE LÁTEX TALCADA TAMANHO M (MÉDIO). CADA CAIXA DEVE CONTER 100 UNIDADES DE LUVAS. VALIDADE DO PRODUTO DE 5 ANOS COM NO MÍNIMO DE VALIDADE DE 4 ANOS A VENCER A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	CAIXA		200	R\$13,57	R\$2.714,00
					Total Lote:	R\$9.907,00

**Lote: 16 - LOTE 16 - MASCARA, ÓCULOS E TESOURA.**

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
138	MÁSCARA CIRÚRGICA TRIPLA CAMADA BRANCA DESCARTÁVEL ELÁSTICO. ATÓXICA, HIPOALERGÊNICA, 100 % POLIPROPILENO, NÃO ESTÉRIL, NÃO INFLAMÁVEL, ISENTA DE FIBRA DE VIDRO, SEM LÁTEX, USO ÚNICO, EFB ACIMA DE 95% FILTRAGEM, COR BRANCA, CAIXA COM 50 UNIDADES. ESTE PRODUTO DEVE TER VALIDADE DE 05 (CINCO) ANOS E NO MÍNIMO DE 04 (QUATRO) ANOS E 06 (SEIS) MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	CAIXA		120	R\$4,13	R\$495,60
139	ÓCULOS DE PROTEÇÃO TRANSPARENTE PARA USO ODONTOLÓGICO.	UNIDADE		10	R\$3,72	R\$37,20
140	TESOURA IRIS RETA 000-62-1500.	UNIDADE		2	R\$12,76	R\$25,52
141	TESOURA IRIS CURVA 000-62-1510.	UNIDADE		2	R\$12,76	R\$25,52
142	TESOURA RETA DE METZEMBAUM DE 14 CM.	UNIDADE		1	R\$23,16	R\$23,16
					Total Lote:	R\$607,00

**Lote: 26 - LOTE 26 - FILME ULTRASSONOGRAFIA E CURATIVO.**

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
191	FILME PARA ULTRASSONOGRAFIA - ROLO DE PAPEL. CARACTERÍSTICA: 110 MM X 20 M, (NORMAL), UPP - 110S.	UNIDADE		300	R\$39,41	R\$11.823,00
192	CURATIVO ADESIVO REDONDO P/ SANGUE C/ 500 UNIDADESCOR BRANCA.	CAIXA		150	R\$10,51	R\$1.577,00
					Total Lote:	R\$13.400,00
					Total Fornecedor:	R\$23.914,00

**ATA DE REGISTRO DE  
PREÇOS Nº.38/2015**

**334731 - PROHOSPITAL SUL COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS  
EIRELI EPP**

**Lote: 7 - LOTE 07 - PINÇAS.**

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
73	PINÇA DE ADDISON DE 12,5 CM COM DENTE.	UNIDADE		1	R\$7,36	R\$7,36
74	PINÇA DE ADDISON DE 12,5 CM SEM DENTE.	UNIDADE		1	R\$7,36	R\$7,36
75	PINÇA DE FORRESTER PARA ANTISSEPSIA.	UNIDADE		1	R\$31,45	R\$31,45
76	PINÇA DE ALLIS DE 16 CM.	UNIDADE		1	R\$20,12	R\$20,12
77	PINÇA DE HALSTEAD MOSQUITO CURVA.	UNIDADE		1	R\$15,10	R\$15,10
78	PINÇA DE HALSTEAD MOSQUITO RETA.	UNIDADE		1	R\$15,11	R\$15,11
79	PINÇA ANATÔMICA DE 14 CM.	UNIDADE		1	R\$5,50	R\$5,50
					Total Lote:	R\$102,00

**Lote: 15 - LOTE 15 - KIT ACABAMENTO, MANDRIL, SUGADOR E AFINS.**

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
128	KIT ACABAMENTO EM LIMALHA MULTI LAMINADO.	KIT		20	R\$30,40	R\$608,00
129	MANDRIL DE INOX AUTOCLAVE DE ROSCA COM 1,5MM DE DIAMETRO	UNIDADE		50	R\$3,86	R\$193,00
130	SUGADOR DESCARTÁVEL, COM 40 UNIDADES CADA PACOTE COM COMPRIMENTO DE 13 CM CADA SUGADOR.	PACOTE		200	R\$3,87	R\$774,00
131	SUGADOR DE SANGUE (CIRÚRGICO) DESCARTÁVEL E EMBALADO ESTÉRIL.	UNIDADE		20	R\$1,18	R\$23,60
132	TAÇA DE BORRACHA PARA ACABAMENTO DENTAL OU PROFILAXIA BRANCA COM ENCAIXE PARA MICROMOTOR.	UNIDADE		50	R\$0,90	R\$45,00
133	SUGADOR DE SANGUE EM AÇO INOXIDÁVEL E AUTOCLAVÁVEL.	UNIDADE		2	R\$10,50	R\$21,00
134	AFASTADOR DE FARABEUF, FABRICAÇÃO CONFORME NBR ISO 9001:2008, AÇO INOXIDÁVEL DA SÉRIE AISI 420, MARTENSÍTICO, TEMPERÁVEL DE ACORDO COM A NORMA NBR ISO 7153-1 E POSSUIR REGISTRO NA ANVISA.	UNIDADE		2	R\$8,40	R\$16,80
135	AFASTADOR DE LÍNGUA, FABRICAÇÃO CONFORME NBR ISO 9001:2008, AÇO	UNIDADE		1	R\$8,16	R\$8,16

**ATA DE REGISTRO DE  
PREÇOS Nº.38/2015**

	INOXIDÁVEL DA SÉRIE AISI 420, MARTENSÍTICO, TEMPERÁVEL DE ACORDO COM A NORMA NBR ISO 7153-1 E POSSUIR REGISTRO NA ANVISA.					
136	GRAMPO UNITÁRIO DE METAL AUTOCLAVÁVEL PARA REVELAÇÃO MANUAL DE RX.	UNIDADE		20	R\$2,10	R\$42,00
137	REFIL DE PONTAS SERINGA CENTRIX.	KIT		2	R\$86,10	R\$172,20
					Total Lote:	R\$1.903,76

**Lote: 18 - LOTE 18 - TIRAS ABRASIVAS, APLICADORES, CABO ESPELHO E AFINS.**

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
149	TIRAS ABRASIVAS DE AÇO MONOFACE COM CENTRO NEUTRO, 4 MM, CADA PACOTE DEVE CONTER 12 UNIDADES. A VALIDADE DEVE SER POR TEMPO INDETERMINADO.	PACOTE		20	R\$5,05	R\$101,00
150	APLICADORES EM HIDRÓXIDO DE CÁLCIO DUPLO PICH COM MARCA E CÓDIGO GRAVADO NO PRODUTO.	UNIDADE		6	R\$4,03	R\$24,18
151	CABO PARA ESPELHO BUCAL Nº 5 ENCAIXE CÔNICO, PARA EXAME CLÍNICO, AUTOCLAVÁVEL- 000-07-420 OITAVO COM MARCA E CÓDIGO GRAVADO NO PRODUTO.	UNIDADE		20	R\$5,17	R\$103,40
152	CINZEIS MINI OSCHSENBEIN 1 CPF1.	UNIDADE		1	R\$39,00	R\$39,00
153	CINZEIS MINI OSCHSENBEIN 2 CPF2.	UNIDADE		1	R\$39,00	R\$39,00
154	ESPÁTULA PARA CIMENTO Nº 70 COM MARCA E CÓDIGO GRAVADO NO PRODUTO.	UNIDADE		6	R\$7,18	R\$43,08
155	ESPÁTULA PARA CIMENTO Nº 72 COM MARCA E CÓDIGO GRAVADO NO PRODUTO.	UNIDADE		6	R\$7,18	R\$43,08

**ATA DE REGISTRO DE  
PREÇOS Nº.38/2015**

**334731 - PROHOSPITAL SUL COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS  
EIRELI EPP**

**Lote: 18 - LOTE 18 - TIRAS ABRASIVAS, APLICADORES, CABO ESPELHO E AFINS.**

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
156	HOLLEMBACK Nº 03 COM	UNIDADE		2	R\$3,84	R\$7,68

**ATA DE REGISTRO DE  
PREÇOS Nº.38/2015**

	MARCA E CÓDIGO GRAVADO NO PRODUTO.					
157	AFASTADOR MINNESOTA - FABRICAÇÃO CONFORME NBR, ISO 9001:2008, AÇO INOXIDÁVEL DA SÉRIE AISI 420, MARTENSÍTICO. TEMPERÁVEL DE ACORDO COM A NORMA NBR ISO 7153-1, POSSUIR REGISTRO NA ANVISA.	UNIDADE		2	R\$8,40	R\$16,80
158	SERINGA CARPULE COM ASPIRAÇÃO, FABRICAÇÃO CONFORME NBR ISO 9001:2008, AÇO INOXIDÁVEL DA SÉRIE AISI 420, MARTENSÍTICO. TEMPERÁVEL DE ACORDO COM A NORMA NBR ISO 7153-1, POSSUIR REGISTRO NA ANVISA.	UNIDADE		2	R\$20,90	R\$41,80
159	SINDESMOTOMO OITAVADO COM MARCA E CÓDIGO GRAVADO NO PRODUTO.	UNIDADE		1	R\$5,29	R\$5,29
160	SONDA EXPLORADORA EM AÇO INOX E AUTOCLAVÁVEL, Nº 5, OITAVADA E COM MARCA E CÓDIGO GRAVADA NO PRODUTO.	UNIDADE		10	R\$4,03	R\$40,30
161	DESCOLADOR DE MOLT, FABRICAÇÃO CONFORME NBR ISO 9001:2008, AÇO INOXIDÁVEL DA SÉRIE AISI 420, MARTENSÍTICO, TEMPERÁVEL DE ACORDO COM A NORMA NBR ISO 7153-1 E POSSUIR REGISTRO NA ANVISA.	UNIDADE		1	R\$9,80	R\$9,80
162	PINÇA CLÍNICA COLLEGE (PONTA SERRILHADA) 15 CM 000-08-200, A MARCA E O CÓDIGO DEVEM ESTAR GRAVADOS NA PINÇA.	UNIDADE		10	R\$4,90	R\$49,00
					Total Lote:	R\$563,41

**Lote: 19 - LOTE 19 - ALAVANCA, CURETA, CABO BISTURI E DESCOLADOR.**

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
163	ALAVANCA SELDIN INFANTIL Nº1R, FABRICAÇÃO CONFORME NBR ISO 9001:2008, AÇO INOXIDÁVEL DA SÉRIE AISI 420, MARTENSÍTICO, TEMPERÁVEL DE ACORDO COM A NORMA NBR ISO 7153-1 E POSSUIR	UNIDADE		1	R\$12,60	R\$12,60



**ATA DE REGISTRO DE  
PREÇOS Nº.38/2015**

	REGISTRO NA ANVISA02 COM MARCA E CÓDIGO GRAVADO NO PRODUTO					
164	ALAVANCA SELDIN INFANTIL Nº1L, FABRICAÇÃO CONFORME NBR ISO 9001:2008, AÇO INOXIDÁVEL DA SÉRIE AISI 420, MARTENSÍTICO, TEMPERÁVEL DE ACORDO COM A NORMA NBR ISO 7153-1, POSSUIR REGISTRO NA ANVISA02 COM MARCA E CÓDIGO GRAVADO NO PRODUTO.	UNIDADE		1	R\$12,60	R\$12,60
165	ALAVANCA INFANTIL TIPO SELDIN RETA, FABRICAÇÃO CONFORME NBR ISO 9001:2008, AÇO INOXIDÁVEL DA SÉRIE AISI 420, MARTENSÍTICO, TEMPERÁVEL DE ACORDO COM A NORMA NBR ISO 7153-1. POSSUIR REGISTRO NA ANVISA COM MARCA E CÓDIGO GRAVADO NO PRODUTO.	UNIDADE		1	R\$12,60	R\$12,60
166	CURETA DE LUCAS Nº 85, FABRICAÇÃO CONFORME NBR ISO 9001:2008, AÇO INOXIDÁVEL DA SÉRIE AISI 420, MARTENSÍTICO. TEMPERÁVEL DE ACORDO COM A NORMA NBR ISO 7153-1, POSSUIR REGISTRO NA ANVISA. COM MARCA E CÓDIGO GRAVADO NA CURETA.	UNIDADE		3	R\$5,57	R\$16,71
167	CURETA DE DENTINA EM INOX ANTI DESLIZANTE AUTOLAVÁVEL Nº 3. COM MARCA E CÓDIGO GRAVADO NA CURETA.	UNIDADE		6	R\$5,57	R\$33,42
168	CURETA DE DENTINA EM INOX ANTI DESLIZANTE AUTOLAVÁVEL Nº 6, 000-04-706 COM MARCA E CÓDIGO GRAVADO NA CURETA.	UNIDADE		6	R\$5,57	R\$33,42
169	CABO DE BISTURI BARD - PARKER Nº 03, - FABRICAÇÃO CONFORME NBR ISO 9001:2008, AÇO INOXIDÁVEL DA SÉRIE AISI 420, MARTENSÍTICO, TEMPERÁVEL DE ACORDO COM A NORMA NBR ISO 7153-1, POSSUIR REGISTRO NA ANVISA. COM	UNIDADE		2	R\$5,60	R\$11,20

**ATA DE REGISTRO DE  
PREÇOS Nº.38/2015**

	MARCA E CÓDIGO GRAVADO NO PRODUTO.					
170	CUBA REDONDA EM AÇO INOXIDÁVEL COM 10 CM DE DIÂMETRO.	UNIDADE		1	R\$11,00	R\$11,00
171	CURETA DE LUCAS Nº 86, FABRICAÇÃO CONFORME NBR ISO 9001:2008, AÇO INOXIDÁVEL DA SÉRIE AISI 420, MARTENSÍTICO, TEMPERÁVEL DE ACORDO COM A NORMA NBR ISO 7153-1, POSSUIR REGISTRO NA ANVISA. COM MARCA E CÓDIGO GRAVADO NA CURETA.	UNIDADE		1	R\$5,57	R\$5,57
172	DESCOLADOR DE FREER, FABRICAÇÃO CONFORME NBR ISO 9001:2008, AÇO INOXIDÁVEL DA SÉRIE AISI 420, MARTENSÍTICO, TEMPERÁVEL DE ACORDO COM A NORMA NBR ISO 7153-1, POSSUIR REGISTRO NA ANVISA. COM MARCA E CÓDIGO GRAVADO NO DESCOLADOR.	UNIDADE		1	R\$8,40	R\$8,40
173	DESCOLADOR DE RAMO, FABRICAÇÃO CONFORME NBR ISO 9001:2008, AÇO INOXIDÁVEL DA SÉRIE AISI 420, MARTENSÍTICO, TEMPERÁVEL DE ACORDO COM A NORMA NBR ISO 7153-1, POSSUIR REGISTRO NA ANVISA. COM MARCA E CÓDIGO GRAVADO NO DESCOLADOR.	UNIDADE		1	R\$8,40	R\$8,40
					Total Lote:	R\$165,92

**Lote: 20 - LOTE 20 - PORTA AGULHA, SONDA E SERINGA.**

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
174	PORTA AGULHA MAYO-HEGAR COM VIDEA 15,5 CM 000-65-6360. COM MARCA E CÓDIGO GRAVADO NO PRODUTO.	UNIDADE		3	R\$84,50	R\$253,50
175	SONDA EXPLORADORA XP 23/UNC15 FEITAS DE DURASPOND-LIGA METÁLICA ESPECIAL QUE OFERECE FLEXIBILIDADE E RESILIÊNCIA PARA PROCEDIMENTOS DE DIAGNÓSTICOS COM ALTA	UNIDADE		10	R\$4,41	R\$44,10

**ATA DE REGISTRO DE  
PREÇOS Nº.38/2015**

	PRECISÃO AUTOLAVÁVEL E GRAVADA NO PRODUTO A MARCA E O CÓDIGO.					
176	SERINGA CARPULE PARA ANESTÉSICOS EM FORMA DE TUBETES COM REFLUXO - ART (EVITA A INJEÇÃO ACIDENTAL DE ANESTÉSICO SANGUÍNEO) ESTERELIZÁVEL EM ESTUFA A SECO E AUTOCLAVE.	UNIDADE		20	R\$21,70	R\$434,00

Total Lote: R\$731,60

**Lote: 22 - LOTE 22 - KIT CANETA ALTA ROTAÇÃO.**

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
179	KIT COMPATÍVEL ENTRE SI COMPOSTO DE: 01 CANETA ALTA ROTAÇÃO. APRESENTAÇÃO: 1 = TURBINA EXTRA TORQUE 605 REFERÊNCIA 0.980.6801, 2 = AGULHA (REF.:1.003.8150 - ACESSÓRIO DE USO EXCLUSIVO), 3 = SACA BROCA (REF.: 0.417.9359). ACESSÓRIO DE USO EXCLUSIVO. DADOS TÉCNICOS: PRESSÃO DE ACIONAMENTO: 220KPA (2,2 BAR), MEDIDA COM PADRÃO 220 KPA (2,2 BAR) 36 I/MIN. CONSUMO DE AR: 34-40 I/MIN, ROTAÇÃO MÉDIA: 350 000 RPM, CONEXÃO: BORDEN 2 FUROS, REFRIGERAÇÃO ATRAVÉS DE SPRAY TRIPLO, CONSTRUÇÃO DE ACORDO COM A NBR ISSO 7785-1, ESTABILIDADE MECÂNICA: EM VIRTUDE DA PRECISÃO DOS COMPONENTES ESTA PEÇA DE MÃO NÃO DEVE SER SUBMETIDA A QUEDA LIVRE. PRINCÍPIO DE FUNCIONAMENTO: O FUNCIONAMENTO PROVÉM DA PRESSÃO PNEUMÁTICA APLICADA SOBRE UM ROTOR COM MANCAIS DE ROLAMENTOS, PROPULSIONANDO UMA ROTAÇÃO MÉDIA DE 350 000 RPM. O ROTOR É MONTADO SOBRE UM EIXO CONTENDO UM ORIFÍCIO PARA	KIT		3	R\$1.323,33	R\$3.970,00

**ATA DE REGISTRO DE  
PREÇOS Nº.38/2015**

	ALOJAMENTO DAS PRESILHAS DE FIXAÇÃO DAS PONTAS/BROCAS, UTILIZADAS PARA O DESBASTE DO MATERIAL. ALÉM DO AR DE PROPULSÃO UTILIZADO PARA MOVIMENTAR O ROTOR, EXISTE UMA LIGAÇÃO DE ÁGUA E AR COM A SAÍDA NA CABEÇA DA TURBINA, COM A FUNÇÃO DE REFRIGERAR O DENTE. NO LOCAL DO DESGASTE, POSSUI SPRAY TRIPLO. AUTOCLAVAVEL A 135 °, 01(UM) MICRO MOTOR SEM SPRAY, SISTEMA INTRA, ACOPLAMENTO BORDEM 2 FUIROS, COM ROTAÇÃO ENTRE 3.000 A 20.000 RPM; AUTOCLAVAVEL, 01 (UM) CONTRA ÂNGULO COM FORMATO ANATÔMICO, COM BAIXO PESO E ACOPLÁVEL AO MICRO MOTOR ATRAVÉS DE SISTEMA INTRA, COM GIRO LIVRE DE 360º SOBRE O MICRO MOTOR, TAMANHO REDUZIDO DA CABEÇA, AUTOCLAVÁVEL. 01 PEÇA RETA DE MÃO COM FORMATO ANATÔMICO, COM BAIXO PESO E ACOPLÁVEL AO MICRO MOTOR ATRAVÉS DE SISTEMA INTRA, COM GIRO LIVRE DE 360º SOBRE O MICRO MOTOR, TAMANHO REDUZIDO DA CABEÇA, AUTOCLAVÁVEL. COM ASSISTÊNCIA TÉCNICA AUTORIZADA NA NOSSA REGIÃO.					
					Total Lote:	R\$3.970,00
Lote: 25 - LOTE 25 - MASCARA NEBULIZAÇÃO, FRASCO E CONEXÃO.						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
188	MÁSCARA PARA NEBULIZAÇÃO, MATERIAL: PLÁSTICO ATÓXICO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ADULTO, C/ CABEÇOTE, INJETOR E UMIDIFICADOR, EXTENSÃO E ELÁSTICO.	UNIDADE		150	R\$5,00	R\$750,00
189	FRASCO UMIDIFICADOR PARA	UNIDADE		50	R\$8.50	R\$425.00

**ATA DE REGISTRO DE  
PREÇOS Nº.38/2015**

	NEBULIZAÇÃO, APLICAÇÃO: USO EM TENDA DE OXIGÊNIO, MATERIAL: EM PLÁSTICO TIPO PVC, TAMANHO/CAPACIDADE: 500 ML, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: TRANSPARENTE, COMPLETO, COM EXTENSÃO PARA REDE DE OXIGÊNIO.					
190	CONEXÃO PADRÃO, MATERIAL: PLÁSTICO (PVC), TRANSPARENTE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: 2 VIAS, ADULTO (TIPO POLIFIX), ESTÉRIL, EM FORMA DE Y, COM PINÇA E TAMPA PROTETORA EM CADA UMA DAS EXTREMIDADES .	UNIDADE		2.000	R\$0,83	R\$1.660,00
Total Lote:						R\$2.835,00
Total Fornecedor:						R\$10.271,69

**430803 - DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA**

**Lote: 1 - LOTE 01 - BROCAS BAIXA E ALTA ROTAÇÃO.**

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
1	BROCA DE ALTA ROTAÇÃO 2130.	UNIDADE		20	R\$4,65	R\$93,00
2	BROCA DE ALTA ROTAÇÃO 2134 F COM ANEL VERMELHO NO MEIO DA BROCA.	UNIDADE		60	R\$1,18	R\$70,80
3	BROCA DE ALTA ROTAÇÃO 2135 F.	UNIDADE		60	R\$1,18	R\$70,80
4	BROCA DE ALTA ROTAÇÃO 3016 HL.	UNIDADE		60	R\$1,18	R\$70,80
5	BROCA DE ALTA ROTAÇÃO 3018.	UNIDADE		60	R\$1,18	R\$70,80
6	BROCA DE ALTA ROTAÇÃO N 3082	UNIDADE		60	R\$1,18	R\$70,80
7	BROCA DE ALTA ROTAÇÃO 3195.	UNIDADE		60	R\$1,18	R\$70,80
8	BROCA DE ALTA ROTAÇÃO 3195 F COM ANEL VERMELHO NO MEIO DA BROCA.	UNIDADE		60	R\$1,18	R\$70,80
9	BROCA DE ALTA ROTAÇÃO 3195 F COM ANEL AMARELO NO MEIO DA BROCA.	UNIDADE		60	R\$1,18	R\$70,80
10	BROCA DE ALTA ROTAÇÃO 3168 F	UNIDADE		60	R\$1,18	R\$70,80
11	BROCA DE ALTA ROTAÇÃO 3168 FF	UNIDADE		60	R\$1,18	R\$70,80
12	BROCA DE ALTA ROTAÇÃO 1011	UNIDADE		100	R\$1,18	R\$118,00
13	BROCA DE ALTA ROTAÇÃO	UNIDADE		60	R\$1,18	R\$70,80

**ATA DE REGISTRO DE  
PREÇOS Nº.38/2015**

	1013					
14	BROCA DE ALTA ROTACAO 1014	UNIDADE		60	R\$1,18	R\$70,80
15	BROCA DE ALTA ROTACAO 1015	UNIDADE		60	R\$1,18	R\$70,80

**ATA DE REGISTRO DE  
PREÇOS Nº.38/2015**

430803 - DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLOGICOS LTDA						
Lote: 1 - LOTE 01 - BROCAS BAIXA E ALTA ROTAÇÃO.						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
16	BROCA DE ALTA ROTAÇÃO 1018	UNIDADE		60	R\$1,18	R\$70,80
17	BROCA DE ALTA ROTAÇÃO 2082	UNIDADE		30	R\$1,18	R\$35,40
18	BROCA DE ALTA ROTACAO 1032.	UNIDADE		60	R\$1,18	R\$70,80
19	BROCA DE ALTA ROTAÇÃO 1033	UNIDADE		60	R\$1,18	R\$70,80
20	BROCA DE ALTA ROTACAO 1091	UNIDADE		60	R\$1,18	R\$70,80
21	BROCA DE ALTA ROTACAO 1092	UNIDADE		60	R\$1,18	R\$70,80
22	BROCA DE ALTA ROTACAO 1093	UNIDADE		60	R\$1,18	R\$70,80
23	BROCA DE ALTA ROTACAO 1094	UNIDADE		60	R\$1,18	R\$70,80
24	BROCA DE ALTA ROTACAO 1112 F.	UNIDADE		60	R\$1,18	R\$70,80
25	BROCA DE ALTA ROTACAO N 4103	UNIDADE		60	R\$1,18	R\$70,80
26	BROCA DE ALTA ROTACAO 2200 F	UNIDADE		60	R\$1,18	R\$70,80
27	BROCA DE BAIXA ROTACAO 1/2	UNIDADE		60	R\$2,91	R\$174,60
28	BROCA DE BAIXA ROTACAO 2	UNIDADE		60	R\$2,90	R\$174,00
29	BROCA DE BAIXA ROTACAO 3	UNIDADE		60	R\$2,90	R\$174,00
30	BROCA DE BAIXA ROTACAO 4	UNIDADE		60	R\$2,90	R\$174,00
31	BROCA DE BAIXA ROTACAO 5	UNIDADE		60	R\$2,90	R\$174,00
32	BROCA DE BAIXA ROTACAO 6	UNIDADE		60	R\$2,90	R\$174,00
33	BROCA DE BAIXA ROTACAO 7	UNIDADE		60	R\$2,90	R\$174,00
34	BROCA DE BAIXA ROTACAO 8	UNIDADE		60	R\$2,90	R\$174,00
35	BROCA DE BAIXA ROTAÇÃO 9	UNIDADE		60	R\$2,90	R\$174,00
36	BROCA DE BAIXA ROTAÇÃO 10	UNIDADE		60	R\$2,90	R\$174,00
37	BROCA DE BAIXA ROTAÇÃO 12	UNIDADE		60	R\$2,90	R\$174,00
38	BROCA DE BAIXA ROTAÇÃO Nº 14	UNIDADE		60	R\$3,51	R\$210,60



**ATA DE REGISTRO DE  
PREÇOS Nº.38/2015**

Total Lote: R\$4.000,00

<b>Lote: 2 - LOTE 02 - BROCAS DIVERSAS</b>						
<b>Item</b>	<b>Produto</b>	<b>Unidade</b>	<b>Marca</b>	<b>Qtde</b>	<b>Valor Unit.</b>	<b>Valor Total</b>
39	BROCA LENTULO.	UNIDADE		30	R\$29,60	R\$888,00
40	BROCA ENDO Z SEM PONTA ATIVA	UNIDADE		30	R\$24,34	R\$730,20
41	BROCA CARBIDE Nº 8 FG 28 MM	UNIDADE		60	R\$5,81	R\$348,60
42	BROCA CARBIDE 702 FG 25MM.	UNIDADE		20	R\$3,74	R\$74,80
43	BROCA PARA PEÇA DE MÃO ESFÉRICA Nº 6	UNIDADE		20	R\$6,63	R\$132,60
44	BROCA PARA PEÇA DE MÃO ESFÉRICA Nº 8.	UNIDADE		20	R\$6,63	R\$132,60
45	BROCA FG 28 MM N 6.	UNIDADE		20	R\$5,82	R\$116,40
46	BROCA GATES N 2.	UNIDADE		20	R\$7,54	R\$150,80
47	BROCA GATES N 3.	UNIDADE		20	R\$7,54	R\$150,80
48	BROCA GATES N 4.	UNIDADE		20	R\$7,54	R\$150,80
49	BROCA CARBIDE Nº 2.	UNIDADE		20	R\$3,74	R\$74,80
50	BROCA CARBIDE Nº 3.	UNIDADE		20	R\$3,74	R\$74,80
51	BROCA CARBIDE Nº 4.	UNIDADE		20	R\$3,74	R\$74,80
					Total Lote:	R\$3.100,00

<b>Lote: 5 - LOTE 05 -ANESTÉSICO.</b>						
<b>Item</b>	<b>Produto</b>	<b>Unidade</b>	<b>Marca</b>	<b>Qtde</b>	<b>Valor Unit.</b>	<b>Valor Total</b>
64	ANESTÉSICO INJETÁVEL (ODONTOLÓGICO) A BASE DE MEPIVACAÍNA 2% COM NOREPINEFRINA COM 50 TUBETES DE VIDRO. ESTE PRODUTO DEVE TER A VALIDADE DE 2 ANOS E NO MÍNIMO 1 ANO E 10 MESES A VENCER A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	CAIXA		50	R\$64,11	R\$3.205,50
65	ANESTÉSICO SPRAY A BASE DE CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA A 10% COM 50 ML A UNIDADE. TER A VALIDADE DE 3 ANOS E A PARTIR DA DATA DE ENTREGA NO MÍNIMO 2 ANOS E 10 MESES.	FRASCO		20	R\$71,37	R\$1.427,40
66	ANESTÉSICO INJETÁVEL (ODONTOLÓGICO) A BASE DE MEPIVACAÍNA 3% SEM VASO CONSTRITOR, CAIXA COM 50 TUBETES DE VIDRO. ESTE PRODUTO DEVE TER A VALIDADE DE 3 ANOS E NO MÍNIMO 2 ANOS E 6 MESES A VENCER A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	CAIXA		10	R\$64,12	R\$641,20

**ATA DE REGISTRO DE  
PREÇOS Nº.38/2015**

67	ANESTÉSICO INJETÁVEL (ODONTOLÓGICO) A BASE DE CLORIDRATO DE LIDOCAINA 2% SEM VASO CONSTRICTOR, CAIXA COM 50 TUBETES. ESTE PRODUTO DEVE TER A VALIDADE DE 2 ANOS E NO MÍNIMO 1 ANO E 8 MESES A VENCER A PARTIR DA DATA DE ENTREGA	CAIXA		10	R\$31,43	R\$314,30
----	--	-------	--	----	----------	-----------

**ATA DE REGISTRO DE  
PREÇOS Nº.38/2015**

**430803 - DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA**

**Lote: 5 - LOTE 05 -ANESTÉSICO.**

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
68	ANESTÉSICO TÓPICO COM 20 % DE BENZOCAÍNA. POTE COM 12 GRAMAS NO SABOR TUTTI-FRUTTI. ESTE PRODUTO DEVE TER A VALIDADE DE 2 ANOS E NO MÍNIMO 1 ANO E 8 MESES A VENCER A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	POTE		40	R\$5,29	R\$211,60
					Total Lote:	R\$5.800,00

**Lote: 6 - LOTE 06 - RESINAS.**

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
69	RESINA POLIMERIZAVEL POR LUZ E RADIOPACO COR A 3 PARA DENTES ANTERIORES E POSTERIORES, SENDO QUE SUA COMPOSIÇÃO DEVE SER DE ZIRCÔNIA SÍLICA COM 82% EM PESO E CARGA INORGÂNICA 60% EM VOLUME SEM SILANO. MATRIZ ORGÂNICA DE BIS-GMA, UDMA E BIS-EMA. BISNAGA COM 4 GR. ESTE PRODUTO DEVE TER A VALIDADE DE 3 ANOS E NO MÍNIMO 2 ANOS E 6 MESES A VENCER A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	UNIDADE		20	R\$30,79	R\$615,80
70	RESINA POLIMERIZAVEL POR LUZ E RADIOPACO COR B1 PARA DENTES ANTERIORES E POSTERIORES, SENDO QUE SUA COMPOSIÇÃO DEVE SER DE ZIRCÔNIA SÍLICA COM 82% EM	UNIDADE		10	R\$46,85	R\$468,50

**ATA DE REGISTRO DE  
PREÇOS Nº.38/2015**

	PESO E CARGA INORGÂNICA 60% EM VOLUME SEM SILANO. MATRIZ ORGÂNICA DE BIS-GMA, UDMA E BIS-EMA. BISNAGA COM 4 GR. ESTE PRODUTO DEVE TER A VALIDADE DE 3 ANOS E NO MÍNIMO 2 ANOS E 6 MESES A VENCER A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.					
71	RESINA POLIMERIZAVEL POR LUZ E RADIOPACO COR A 3.5 PARA DENTES ANTERIORES E POSTERIORES ,SENDO QUE SUA COMPOSIÇÃO DEVE SER DE ZIRCÔNIA SÍLICA COM 82% EM PESO E CARGA INORGÂNICA 60% EM VOLUME SEM SILANO. MATRIZ ORGÂNICA DE BIS-GMA, UDMA E BIS-EMA. BISNAGA COM 4 GR. ESTE PRODUTO DEVE TER A VALIDADE DE 3 ANOS E NO MÍNIMO 2 ANOS E 6 MESES A VENCER A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	UNIDADE		10	R\$30,79	R\$307,90
72	RESINA POLIMERIZAVEL POR LUZ E RADIOPACO COR A 4PARA DENTES ANTERIORES E POSTERIORES ,SENDO QUE SUA COMPOSIÇÃO DEVE SER DE ZIRCONIA SÍLICA COM 82%EM PESO E CARGA INORGÂNICA 60% EM VOLUME SEMSILANO.MATRIZ ORGÂNICA DE BIS-GMA,UDMA E BIS-EMA.BISNAGA COM 4 GR. ESTE PRODUTO DEVE TER A VALIDADE DE 3 ANOS E NO MINIMO 2 ANOS E 6 MESES A VENCER A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	UNIDADE		10	R\$30,78	R\$307,80
					Total Lote:	R\$1.700,00

**Lote: 8 - LOTE 08 - LIMAS.**

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
80	LIMA KERR 15 A 40 - 21MM	CAIXA		10	R\$15,09	R\$150,90
81	LIMA KERR 45 A 80 21 MM.	CAIXA		10	R\$15,09	R\$150,90
82	LIMA PARA OSSO MILLER N 12.	UNIDADE		1	R\$28,20	R\$28,20
					Total Lote:	R\$330,00

**Lote: 10 - LOTE 10 - DIVERSOS.**

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
85	CONDICIONADOR DENTAL GEL	UNIDADE		35	R\$5,75	R\$201,25

**ATA DE REGISTRO DE  
PREÇOS Nº.38/2015**

	COM A SEGUINTE COMPOSICAO: ESPESSADO COM SILICA COLOIDAL, SURFACTANTE E CORANTE, ACIDO FOSFORICO NA CONCENTRACAO DE 37%, APRESENTADO EM FORMA DE GEL NA COR AZUL. SERINGA DE 2,5 ML.					
86	ADESIVO DE ESMALTE E DENTINA COM A SEGUINTE COMPOSIÇÃO: RESINAS ELASTOMÉRICAS (MONOFOSFATO DE DIPENTAERITRITOL PENTACRILATO); PENTA (MONOFOSFATO DE DIPENTAERITRITOL PENTACRILATO) OBS. NÃO PODE FALTAR ESTE COMPONENTE NA FORMULA DO PRODUTO; FOTOINICIADORES; ESTABILIZADORES; HIDROFLUORETO DE CETILAMINA; E ACETONA COMO SOLVENTE. COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: ADESIVO DE BAIXA VISCOSIDADE E ALTO PODER DE CONCENTRAÇÃO NAS ESTRUTURAS DENTINÁRIAS; COMBINA PRIMER E ADESIVO EM UM ÚNICO FRASCO; LIBERAÇÃO DE FLUOR; FORMA ZONA HÍBRIDA UNIFORME E ESTÁVEL; PODE SER USADO COMO ADESIVO SOB RESTAURAÇÕES DE AMALGAMA; PODE SER USADO COMO PROTETOR PARA HIPERSENSIBILIDADE CERVICAL; FRASCO CONTENDO 4 ML CADA FRASCO. ESTE PRODUTO DEVE TER A VALIDADE DE 2 ANOS E NO MÍNIMO 1 ANO E 8 MESES A VENCER A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	FRASCO		20	R\$29,40	R\$588,00
87	ALVEOLITEN - VALIDADE DE 2 ANOS E NO MÍNIMO 1 ANO E 8 MESES A VENCER A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	FRASCO		6	R\$16,31	R\$97,86
88	ÁGUA OXIGENADA VOLUME 10, SOLUÇÃO PERÓXIDO DE HIDROGÊNIO 3%. TER VALIDADE DE 3 (TRÊS) ANOS A	LITRO		15	R\$1,63	R\$24,45

ATA DE REGISTRO DE  
PREÇOS Nº.38/2015

	PARTIR DA DATA DE ENTREGA.					
89	CIMENTO DE IONÓMERO DE VIDRO COM A SEGUINTE COMPOSIÇÃO: PÓ CONTÉM: SILICATO DE ESTRÔNCIO ALUMÍNIO, CARGA, ATIVADORES E ÓXIDO DE FERRO. LÍQUIDO CONTÉM: 2-HIDROXIETIL METACRILATO, SOLUÇÃO AQUOSA DE ÁCIDOS POLIACRÍLICO E TARTÁRICO, PERÓXIDO DE BENZOÍLA E CANFOROQUINONA. PRIMER CONTÉM: POLIÁCIDOS METACRILADOS MODIFICADOS, ESTABILIZANTE, CATALISADOR E ÁLCOOL ETÍLICO. BOND LHEIGHT CONTÉM: BISFENOL GLICIDIL METACRILATO, TRIETILENOGLICOL DIMETACRILATO, 2,6-TERC-BUTILFENOL, ETIL URETANO, B200P,	CAIXA		30	R\$103,80	R\$3.114,00
90	IONÓMERO DE VIDRO QUE APRESENTE AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: COMPOSIÇÃO: VIDRO DE ALUMINO FLÚOR SILICATO, ÁCIDO POLICARBOXILICO, ÁCIDO TARTÁRICO, FLUORETO DE CÁLCIO, E AGUA; SEJA MULTI USO: FORRAMENTO E RESTAURADOR; RESTAURADOR DE ALTA RESISTÊNCIA; LIBERA IONS DE FLÚOR; NÃO SOLÚVEL; ADESÃO QUÍMICA A ESTRUTURA DENTAL; CADA KIT DEVE CONTER 01 FRASCO DE PÓ COM 10 GR, 01 FRASCO DE LÍQUIDO COM 8 GR, 01 COLHER DOSADORA, 01 BLOCO DE ESPATULAÇÃO. COR A2; VALIDADE DE 2 ANOS E NO MÍNIMO 1 ANO E 8 MESES A VENCER A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	CAIXA		30	R\$13,10	R\$393,00
91	CUNHAS DE USO ODONTOLÓGICO PARA PROCEDIMENTOS RESTAURADORES COM A AÇÃO MECÂNICA DE ADAPTAR MATRIZES E/OU AFASTAR DENTES ADJACENTES COM FORMATO ANATÔMICO DA AMEIA, DE MADEIRA E EM 04.	PACOTE		30	R\$7,26	R\$217,80

ATA DE REGISTRO DE  
PREÇOS Nº.38/2015

	TAMANHO CODIFICADO POR CORES. CAIXA COM 100 UNID COLORIDAS.					
92	CUNHAS DE USO ODONTOLÓGICO PARA PROCEDIMENTOS RESTAURADORES COM A AÇÃO MECÂNICA DE ADAPTAR MATRIZES E/OU AFASTAR DENTES ADJACENTES COM FORMATO ANATÔMICO DA AMEIA DE DENTES DECÍDUOS, DE MADEIRA E EM 04. TAMANHO CODIFICADO POR CORES. CAIXA COM 100 UNIDADES DE CUNHAS ANATÔMICAS DECÍDUOS.	PACOTE		20	R\$7,26	R\$145,20
93	FLUOR PARA APLICAÇÃO TÓPICA, SENDO ACIDULADO PH (3 - 6 - 9), CONTEM 1,23% EM PESO DE ION FLUORETO (F-) PROVENIENTE DE FLUORETO DE SÓDIO EM VEÍCULO AQUOSO DE ÁCIDO FOSFÓRICO A 01 MOLAR. SABOR TUTTI-FRUTTI. VALIDADE DE 2 ANOS E NO MÍNIMO 1 ANO E 8 MESES A VENCER A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	PACOTE		20	R\$2,58	R\$51,60
94	MATERIAL RESTAURADOR INTERMEDIÁRIO COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: A CAIXA QUE CONTÉM O KIT DEVE VIR COM O LACRE DE VIOLAÇÃO INTACTO, CONFORME EXIGÊNCIA DA ANVISA DEVE ACOMPANHAR 01 CONTA GOTAS DE VIDRO COM PEGADOR DE BORRACHA E UM DOSADOR DO PÓ EM PLÁSTICO. COM SUPORTE DE APOIO PARA O FRASCO DE PÓ, O FRASCO DE LÍQUIDO, O CONTA GOTAS E O DOSADOR DE PÓ. COMPOSIÇÃO PÓ: ÓXIDO DE ZINCO, POLI METACRILATO DE METILA. COMPOSIÇÃO LÍQUIDA: EUGENOL 99,5%, ÁCIDO ACÉTICO 0,5 %. PRAZO DE VALIDADE PÓ: 2 ANOS (SENDO QUE NO MÍNIMO 1 ANO E MEIO A VENCER A PARTIR DA DATA DA ENTREGA DO PRODUTO). PRAZO DE VALIDADE LÍQUIDO: 3 ANOS (SENDO QUE NO	KIT		20	R\$73,91	R\$1.478,20



**ATA DE REGISTRO DE  
PREÇOS Nº.38/2015**

	MÍNIMO 2 ANOS E MEIO A VENCER A PARTIR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO). APRESENTAÇÃO PÓ: EMBALAGEM CONTENDO VIDRO COM 38 GRAMAS, NA COR MARFIM LÍQUIDO: EMBALAGEM CONTENDO VIDRO COM 15 ML. INDICADO PARA RESTAURAÇÕES PROVISÓRIAS DE LONGA ESPERA (ATÉ 02 ANOS) E FORRAMENTO DE CAVIDADES, PRESA RÁPIDA E TIPO IRM.					
95	ÓXIDO DE ZINCO EM PÓ. VALIDADE DE 2 ANOS E NO MÍNIMO 1 ANO E 10 MESES A VENCER A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	UNIDADE		10	R\$3,10	R\$31,00
96	PARAMONOCLOROFENOL CANFORADO FRASCO COM 20 ML E COM BICO DOSADOR. VALIDADE DE 2 ANOS E NO MÍNIMO 1 ANO E 8 MESES A VENCER A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	FRASCO		10	R\$7,40	R\$74,00
97	PASTA PROFILÁTICA COM FLUOR PARA PROFILAXIA DENTAL -USO PROFISSIONAL- 90 GRAMAS - COM A SEGUINTECOMPOSIÇÃO :ÁGUA , ESPESSANTE, LAURIL SULFATO, CARBONATO DE CÁLCIO, PEDRA POMES E AROMA ARTIFICIAL TUTTI-FRUTTI. QUE GARANTA A EFICÁCIA E SEGURANÇA DO PRODUTO JUNTO A NORMA ANSI-ADA Nº 37 DENTAL ABRASIVE POWDERS 2001. COM 2 EMBALAGEM DE PROTEÇÃO,A EXTERNA CAIXA DE PAPEL E INTERNA EM ALUMINOCOM TAMPAS PLÁSTICAS ROSQUEÁVEL. VALIDADE DE 2 ANOS E NO MÍNIMO 1 ANO E 8 MESES A VENCER A PARTIR DA	CAIXA		45	R\$4,40	R\$198,00
98	RESINA FLOW - COMPOSITO VERSÁTIL, FLUÍDO, RADIOPACO, FOTOPOLIMERIZADO COM FLUOR. É APLICÁVEL DIRETAMENTE DENTRO DA CAVIDADE, MELHORANDO A ADAPTAÇÃO AO PREPARO. RESINA FLUÍDA COM NANO-	UNIDADE		15	R\$16,71	R\$250,64

**ATA DE REGISTRO DE  
PREÇOS Nº.38/2015**

	PARTICULAS. INDICAÇÕES: RESTAURAÇÕES DE CLASSE V E EM TÚNEL; SELANTE PARA CICATRÍCULAS E FISSURAS; RESTAURAÇÕES PEQUENAS DE CLASSES I, II, III E IV; FORRAMENTO RADIOPACO; ABRASÃO/EROSÃO CERVICAL; LESÃO SEM CÁRIE; SELAMENTO DE IMPLANTES; ABRASÃO INCISAL; REPAROS DE DEFEITOS DE ESMALTE; RECONSTRUÇÕES MENORES PARA NÚCLEOS DE PREENCHIMENTO, COROAS PROVISÓRIAS; CIMENTAÇÃO DE PORCELANA, CERÂMICA E VENEERS; ESPLINTAGEM; UNIÃO DE PONTES DE FIBRA; RESTAURAÇÕES DE DENTES DECÍDUOS; REPAROS DE PORCELANAS; BLOQUEIO DE PEQUENAS ÁREAS RETENTIVAS E RECOBRIMENTO DE MANCHAS. COMPOSIÇÃO WAVE: 35% EM PESO DE ÉSTER METACRILATO MULTIFUNCIONAL 65% EM PESO DE PARTÍCULAS INORGÂNICAS. ÉSTER METACRÍLICO, CANFORQUINONA, HIDROXITOLUENO BUTILADO, VIDRO DE ESTRÔNCIO, 65,5% SÍLICA, FLUORETO DE SÓDIO, PIGMENTO. APRESENTAÇÃO: SERINGA DE 1G NAS CORES: A1, A2, A3, A3.5, B2, C2, C3, D3, INCISAL, GENGIVAL, BLEACH E DENTINA: OA2.					
99	SOLUÇÃO A 0,12% DE DIGLUCONATO DE CLORHEXIDINA, COM 500ML CADA UNIDADE. VALIDADE DE 2 ANOS E NO MÍNIMO 1 ANO E 8 MESES A VENCER A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	UNIDADE		30	R\$14,50	R\$435,00
Total Lote:						R\$7.300,00

**Lote: 13 - LOTE 13 - DISCO, ESPONJA E AFINS.**

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
113	DISCO DE LIXA PARA POLIMENTO E ACABAMENTO DE RESTAURAÇÕES EM RESINAS	KIT		10	R\$96,49	R\$964,90

**ATA DE REGISTRO DE  
PREÇOS Nº.38/2015**

	COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: CADA KIT DEVER CONTER: 60 DISCOS DE LIXA SORTIDOS MAIS MANDRIL DE PRESSÃO; MANDRIL DEVE SER ESTERILIZÁVEL; CADA DISCO TEM O CENTRO COM CIRCUNFERÊNCIA EM METAL PARA O ENCAIXE DO MANDRIL; O PRODUTO DEVE TER CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO CONCEDIDO PELA AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA.					
114	ESPONJA HEMOSTÁTICA DE COLÁGENO HIDROLISADO (GELATINA) IOFILADA COM 10 UNIDADES CADA CAIXA. VALIDADE DE 2 ANOS E NO MÍNIMO 1 ANO E 8 MESES A VENCER A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	CAIXA		50	R\$21,00	R\$1.050,00
115	ENVELOPE DE PAPEL GRAU CIRÚRGICO COM AS SEGUINTE DESCRIÇÕES: AUTO SELÁVEL PARA ESTERILIZAÇÃO EM AUTOCLAVE, TAMANHO 90 MM POR 260 MM CM, PACOTE COM 100 UNIDADES CADA.	PACOTE		100	R\$16,51	R\$1.651,00
116	ENVELOPE DE PAPEL GRAU CIRURGICO AUTO SELAVEL PARAESTERILIZACAO EM AUTOCLAVE DE TAMANHO 15 CM POR 27 CM. CADA PACOTE DEVE CONTER 100 UNIDADES DE ENVELOPES.	CAIXA		50	R\$22,68	R\$1.134,00
117	ESCOVA DE PLÁSTICO COM CABO DE 19 CM. PARTE ATIVA DE ESFREGA DE 4 CM DE COMPRIMENTO E 4 CM DE LARGURA, 7 FILEIRAS DE TUFOS NO COMPRIMENTO, 05 FILEIRAS DE TUFOS NA LARGURA. OBS: NA PONTA OS TUFOS SE ESTREITAM. REFERÊNCIA A ESCOVA TIPO DA MARCA CONDOR.	UNIDADE		20	R\$2,48	R\$49,60
118	ESPELHO CLÍNICO DE RÓDIO Nº 5 - ENCAIXE CÔNICO, SEM CABO.	UNIDADE		250	R\$2,02	R\$505,00
119	FITA MATRIZ DE AÇO 0,05 X 500MM.	UNIDADE		20	R\$15,95	R\$319,00
120	TIRA DE COMPRESSAS	PACOTE		1.600	R\$0,44	R\$704,00

**ATA DE REGISTRO DE  
PREÇOS Nº.38/2015**

	CIRÚRGICAS DE GAZES - ESTÉRIL E COM ESTERILIDADE ASSEGURADA - 100% ALGODÃO - 5 DOBRAS - 8 CAMADAS - 7,5 X 7,5 CM - DIMENSÃO ABERTA - 15 CM X 30 CM - CONTÉM 5 UNIDADES. USO EM CURATIVOS E CIRURGIAS. ESTE PRODUTO DEVE TER A VALIDADE DE 36 MESES COM NO MÍNIMO DE VALIDADE A VENCER DE 2 ANOS E 6 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.					
121	GUARDANAPOS DUPLOS COM AS SEGUINTE MEDIDAS: 30 X 32,5 CM CADA PACOTE CONTEM 50 GUARDANAPOS SNOB.	UNIDADE		300	R\$4,19	R\$1.257,00
122	PEDRA DE AFIAR SS4 CURETA PERIODONTAL-PEDRA DE ARKANSAS 10X3, 8X1,3 CM.	UNIDADE		20	R\$23,71	R\$474,20
123	PINCEL MICROBRUSH - MICRO APLICADORES DESCARTÁVEIS 2 PONTOS DE DOBRA - FINO- CONTEÚDO DE CADA UNIDADE: 100 PINCEIS - PARA USO PROFISSIONAL ODONTOLÓGICO DEVE SER COM VALIDADE INDETERMINADA.	UNIDADE		100	R\$5,44	R\$544,00
124	PLACA DE VIDRO TAMANHO 5 CM DE LARGURA, 10 CM DE COMPRIMENTO COM 6MM DE ESPESSURA.	UNIDADE		10	R\$7,47	R\$74,70
125	PORTA AMALGAMA DE PLÁSTICO AUTOCLAVAVEL.	UNIDADE		20	R\$5,88	R\$117,60
					Total Lote:	R\$8.845,00

**Lote: 21 - LOTE 21 - PELÍCULA E ÓLEO.**

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
177	ÓLEO LUBRIFICANTE MINERAL ATÓXICO NA FORMA UNI SPRAY PARA INSTRUMENTOS DE ALTA E BAIXA ROTAÇÃO, COM BAIXA VISCOSIDADE, PROPELENTE BUTANO/PROPANO, ELEVADO GRAU DE PUREZA E ADITIVOS ESPECIAIS QUE PREVINAM OXIDAÇÕES E REDUZAM O ATRITO DAS PARTES MÓVEIS. FRASCO COM 200 ML (143 G), ACOMPANHADO DE BICO APLICADOR ADAPTÁVEL AS CANETA, TRAZENDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE	UNIDADE		25	R\$19,33	R\$483,25

**ATA DE REGISTRO DE  
PREÇOS Nº.38/2015**

	IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA DE VALIDADE, Nº LOTE E Nº DO REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. NÃO CONTÉM CFC. VALIDADE DE 3 ANOS E NO MÍNIMO 2 ANOS E 8 MESES A VENCER A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.					
178	PELÍCULA DE RX INFANTIL COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES: A EMBALAGEM DEVE SER DE PAPELÃO E DENTRO DESTA EMBALAGEM AS PELÍCULAS DEVEM ESTAR REVESTIDAS POR UMA EMBALAGEM DE PLÁSTICO OU PAPEL COM PROTEÇÃO METÁLICA, CONFORME EDITAL.	CAIXA		2	R\$103,38	R\$206,75
					Total Lote:	R\$690,00
					Total Fornecedor:	R\$31.765,00

**639516 - JEFFERSON DUWE ME**

**Lote: 3 - LOTE 03 - FÓRCEPS**

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
52	FÓRCEPS NÚMERO 65 ADULTO, FABRICAÇÃO CONFORME NBR ISO 9001:2008, AÇO INOXIDÁVEL DA SÉRIE AISI 420, MARTENSÍTICO, TEMPERÁVEL DE ACORDO COM A NORMA NBR ISO 7153-1, POSSUIR REGISTRO NA ANVISA.	UNIDADE		2	R\$37,31	R\$74,62
53	FÓRCEPS NÚMERO 18 L ADULTO, FABRICAÇÃO CONFORME NBR ISO 9001:2008, AÇO INOXIDÁVEL DA SÉRIE AISI 420, MARTENSÍTICO. TEMPERÁVEL DE ACORDO COM A NORMA NBR ISO 7153-1, POSSUIR REGISTRO NA ANVISA.	UNIDADE		2	R\$37,31	R\$74,62

**ATA DE REGISTRO DE  
PREÇOS Nº.38/2015**

**639516 - JEFFERSON DUWE ME**

**Lote: 3 - LOTE 03 - FÓRCEPS**

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
------	---------	---------	-------	------	-------------	-------------

**ATA DE REGISTRO DE  
PREÇOS Nº.38/2015**

54	FÓRCEPS NÚMERO 150 ADULTO, FABRICAÇÃO CONFORME NBR ISO 9001:2008, AÇO INOXIDÁVEL DA SÉRIE AISI 420, MARTENSÍTICO, TEMPERÁVEL DE ACORDO COM A NORMA NBR ISO 7153-1, POSSUIR REGISTRO NA ANVISA.	UNIDADE		2	R\$37,31	R\$74,62
55	FÓRCEPS INFANTIL NÚMERO 27, FABRICAÇÃO CONFORME NBR ISO 9001:2008, AÇO INOXIDÁVEL DA SÉRIE AISI 420, MARTENSÍTICO, TEMPERÁVEL DE ACORDO COM A NORMA NBR ISO 7153-1, POSSUIR REGISTRO NA ANVISA.	UNIDADE		2	R\$37,31	R\$74,62
56	FÓRCEPS INFANTIL NÚMERO 21, FABRICAÇÃO CONFORME NBR ISO 9001:2008, AÇO INOXIDÁVEL DA SÉRIE AISI 420, MARTENSÍTICO, TEMPERÁVEL DE ACORDO COM A NORMA NBR ISO 7153-1, POSSUIR REGISTRO NA ANVISA.	UNIDADE		2	R\$37,31	R\$74,62
57	FÓRCEPS INFANTIL NÚMERO 18 R, FABRICAÇÃO CONFORME NBR ISO 9001:2008, AÇO INOXIDÁVEL DA SÉRIE AISI 420, MARTENSÍTICO, TEMPERÁVEL DE ACORDO COM A NORMA NBR ISO 7153-1 E POSSUIR REGISTRO NA ANVISA.	UNIDADE		4	R\$37,31	R\$149,24
58	FÓRCEPS INFANTIL NÚMERO 18 L, FABRICAÇÃO CONFORME NBR ISO 9001:2008, AÇO INOXIDÁVEL DA SÉRIE AISI 420, MARTENSÍTICO, TEMPERÁVEL DE ACORDO COM A NORMA NBR ISO 7153-1 E POSSUIR REGISTRO NA ANVISA.	UNIDADE		2	R\$37,31	R\$74,62
59	FÓRCEPS PARA FRAGMENTO RADICULAR NÚMERO 69, FABRICAÇÃO CONFORME NBR ISO 9001:2008, AÇO INOXIDÁVEL DA SÉRIE AISI 420, MARTENSÍTICO, TEMPERÁVEL DE ACORDO COM A NORMA NBR ISO 7153-1 E POSSUIR REGISTRO NA ANVISA.	UNIDADE		2	R\$41,02	R\$82,04



**ATA DE REGISTRO DE  
PREÇOS Nº.38/2015**

					Total Lote:	R\$679,00
<b>Lote: 9 - LOTE 09 - AMALGAMA.</b>						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
83	AMALGAMA EM CAPSULA, POTE COM 500 CAPSULAS CADA. CAPSULA COM SISTEMA CONVENCIONAL. DIMENSÃO DA CAPSULA 33.7 DE COMPRIMENTO POR 12.5 DE DIÂMETRO. A COR DA CAPSULA DEVE SER INDICADORA DE TEMPO DE CRISTALIZAÇÃO (CINZA /REGULAR) E A COR DO EMBOLO DEVE SER INDICADORA DA QUANTIDADE DE PORÇÕES (COR CINZA/01 PORÇÃO) CONFORME ESPECIFICACOES DO EDITAL.	POTE		2	R\$686,94	R\$1.373,88
84	AMALGAMA EM CAPSULA. COM SEGUINTE FÓRMULA: ENRIQUECIDA COM PLATINA 0,05 %, SN 28,05 % CU 11,8 % COM ALTO TEOR DE PRATA 60,1 %, SEM FASE GAMA 2 E DE PARTICULAS ESFEROIDAIS. OBSERVAR QUE O HG NÃO DEVE PASSAR DE 42,2%. POTE COM 500 CAPSULAS DE 2 PORÇÕES. PRODUTO DEVE TER A VALIDADE DE NO MÍNIMO 8 ANOS A VENCER A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	POTE		3	R\$832,04	R\$2.496,12
					Total Lote:	R\$3.870,00
<b>Lote: 24 - LOTE 24 - ÁGUA DESTILADA.</b>						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
185	ÁGUA DESTILADA - GALAO COM 5 LITROS, PARA USO EM AUTOCLAVE, VALIDADE MINIMA DE 12 MESES A PARTIR DA ENTREGA.	GALÃO		600	R\$5,12	R\$3.072,00
186	ÁGUA DESTILADA - 10 ML C/200 AMPOLAS.	CAIXA		5	R\$42,72	R\$213,60
187	ÁGUA OXIGENADA 3%, FRASCO DE 1.000 ML.	LITRO		10	R\$3,34	R\$33,40
					Total Lote:	R\$3.319,00
					Total Fornecedor:	R\$7.868,00
<b>811858 - ACR MECAL PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA - ME.</b>						

**ATA DE REGISTRO DE  
PREÇOS Nº.38/2015**

<b>Lote: 11 - LOTE 11 - AGULHA.</b>						
<b>Item</b>	<b>Produto</b>	<b>Unidade</b>	<b>Marca</b>	<b>Qtde</b>	<b>Valor Unit.</b>	<b>Valor Total</b>
100	AGULHA GENGIVAL ODONTOLÓGICA CURTA DESCARTÁVEL: ESTERILIZADAS POR RAIOS GAMA-COBALTO; CONTEÚDO ESTÉRIL E APIROGÊNICO; 30G COM 100 UNIDADES CADA CAIXA; EMBALADA EM CAIXA DE PAPEL COM 20 CM DE COMPRIMENTO - 6,5 CM DE LARGURA E 6,5 DE PROFUNDIDADE. DEVE CONTER A FABRICAÇÃO A VALIDADE E O LOTE NO LACRE DE SEGURANÇA DA CAIXA. DEVE CONTER NA ESPECIFICAÇÃO DO LACRE DA AGULHA:(0,3 X 25 MM). COMPRIMENTO DA EMBALAGEM DE CADA AGULHA: 5,5 CM. ESTE PRODUTO DEVE TER A VALIDADE DE 5 ANOS E NO MÍNIMO 4 ANOS A VENCER A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	CAIXA		30	R\$20,00	R\$600,00
101	AGULHA ODONTOLÓGICA LONGA DESCARTÁVEL COM 100 UNIDADES CADA CAIXA. ESTE PRODUTO DEVE TER A VALIDADE DE 5 ANOS E NO MÍNIMO 3 ANOS A VENCER A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	CAIXA		20	R\$20,00	R\$400,00
					Total Lote:	R\$1.000,00
<b>Lote: 12 - LOTE 12 - DETERGENTE, DESSENSIBILIZANTE, REVESTIMENTO, EUGENOL, ENDO ICE, HIPOCLORITO, HIDRÓXIDO, IODOFÓRMIO, TARTARITE, TERGENSOL E TRICRESOL.</b>						
<b>Item</b>	<b>Produto</b>	<b>Unidade</b>	<b>Marca</b>	<b>Qtde</b>	<b>Valor Unit.</b>	<b>Valor Total</b>
102	DETERGENTE ENZIMÁTICO PARA LIMPEZA E REMOÇÃO DA MATÉRIA ORGÂNICA DE TODOS OS INSTRUMENTOS ODONTOLÓGICOS. BACTERIOSTÁTICO, DIMINUI A CARGA MICROBIANA DE AÇÃO INSTANTÂNEA, CONTÉM EM SUA FÓRMULA ENZIMAS PROTEASE, LIPASE, AMILASE, CARBOHIDRASE, ÁLCOOL ISOPROPÍLICO E TENSO	FRASCO		35	R\$45,01	R\$1.575,35

**ATA DE REGISTRO DE  
PREÇOS Nº.38/2015**

	ATIVOS NÃO IÔNICOS COM PH NEUTRO. UNIDADE COM 01LITRO. VALIDADE DE 2 ANOS E NO MÍNIMO 1 ANO E 8 MESES A VENCER A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.					
103	DESSENSIBILIZANTE DE DENTINA COM FLÚOR 10 G. VALIDADE DE 2 ANOS E NO MÍNIMO 1 ANO E 8 MESES A VENCER A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	FRASCO		10	R\$29,12	R\$291,20
104	REVESTIMENTO CAVITÁRIO RADIOPACO E FOTOPOLIMERIZAVEL; CONTÉM HIDRÓXIDO DE CÁLCIO, FÓRMULA AVANÇADA NUMA MATRIZ DE DIMETACRILATO DE URETANO BIOCOMPATÍVEL; APRESENTAÇÃO EM BISNAGA (SERINGA) DE 2 GRAMAS CADA, COM PONTAS (METAL NA PONTA E PLÁSTICO NO ENCAIXE SERINGA) PARA INSERIR; VALIDADE DE 2 ANOS E NO MÍNIMO 1 ANO E 8 MESES A VENCER A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	SERINGA		20	R\$39,71	R\$794,20
105	EUGENOL, COM 20 ML E COM BICO DOSADOR VALIDADE DE 2 ANOS E NO MÍNIMO 1 ANO E 8 MESES A VENCER A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	FRASCO		5	R\$7,84	R\$39,20
106	ENDO ICE PARA TESTE DE VITALIDADE DENTAL COM ODOR MENTOLADO. TESTE A FRIO, COMPOSIÇÃO: PROPANO/BUTANO, FRASCO CONTENDO 200ML DE GELO SECO EM SPRAY. A BASE DE ÁGUA, TEMPERATURA -50°C, SPRAY PARA TESTE DE VITALIDADE. VALIDADE DE 2 ANOS E NO MÍNIMO 1 ANO E 10 MESES A VENCER A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	UNIDADE		10	R\$20,60	R\$206,00
107	HIPOCLORITO 0,1 % CADA UNIDADE COM 1000 ML PARA IRRIGAÇÃO DE CANAL RADICULAR. VALIDADE DE 1 ANO A VENCER A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	LITRO		20	R\$3,44	R\$68,80
108	HIDRÓXIDO DE CÁLCIO PA FRASCO COM 10 GRAMAS	FRASCO		10	R\$4,02	R\$40,20

**ATA DE REGISTRO DE  
PREÇOS Nº.38/2015**

	COM VALIDADE DE 03 (TRÊS) ANOS E NO MÍNIMO 02 (DOIS) ANOS E 10 (DEZ) MESES A VENCER A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.					
109	ODOFORMIO 10 GRAMAS. VALIDADE DE 2 ANOS E NO MÍNIMO 1 ANO E 8 MESES A VENCER A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	FRASCO		5	R\$15,89	R\$79,45
110	TARTARITE REMOVEDOR DE MANCHAS COM 30 ML COMCOMPOSICAO DE SAIS DE FLUR, ALCOOL ETILICO, ACIDOSINORGANICOS, AGUA DESTILADA, CORANTES,ARTIFICIAIS.	UNIDADE		10	R\$8,66	R\$86,60
111	TRICRESOL FORMALINA COM 20 ML CADA FRASCO E BICO DOSADOR.	UNIDADE		10	R\$7,61	R\$76,10
112	TERGENSOL - DETERGENTE ANIÔNICO CONSERVANTE E VEICULO Q.F.P. 200ML CADA UNIDADE. VALIDADE DE 2 ANOS E NO MÍNIMO 1 ANO E 8 MESES A VENCER A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	UNIDADE		10	R\$4,29	R\$42,90
					Total Lote:	R\$3.300,00

**Lote: 14 - LOTE 14 - FIO SUTURA.**

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
126	FIO DE SUTURA COM AGULHA 3-0 / 1.7 CM (ODONTOLÓGICO), DE SEDA PRETA TRANÇADA, FIO TRIANGULAR, ESTERILIZADA POR RAIOS GAMA, CADA CAIXA DEVE CONTER 24 UNIDADES. VALIDADE DE 5 ANOS E NO MÍNIMO 4 ANOS A VENCER A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	CAIXA		40	R\$20,25	R\$810,00
127	FIO DE SUTURA COM AGULHA 4-0 / 1.7 CM (ODONTOLÓGICO), DE SEDA PRETA TRANÇADA, FIO TRIANGULAR, ESTERILIZADA POR RAIOS GAMA, CADA CAIXA DEVE CONTER 24 UNIDADES. VALIDADE DE 5 ANOS E NO MÍNIMO 4 ANOS A VENCER A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	CAIXA		40	R\$20,25	R\$810,00
					Total Lote:	R\$1.620,00

**ATA DE REGISTRO DE  
PREÇOS Nº.38/2015**

Total Fornecedor:	R\$5.920,00
Total Homologação:	R\$99.088,69

3.2. Nos preços unitários estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários ao perfeito fornecimento dos bens, inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, fretes, mão-de-obra para carga e descarga, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da legislação social trabalhista e previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, bem como o lucro.

4. **REAJUSTE DE PREÇOS:**

4.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei Federal no 8.666/93.

4.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

5. **EXECUÇÃO DAS COMPRAS:**

5.1. As compras dos bens objeto do presente Registro de Preços serão realizadas pelo Departamento de Compras do OGRP, através da comunicação da ordem de compra.

5.1.1. A Ordem de Compra que conterà as informações básicas da discriminação básica e o número do item dos bens, a quantidade a ser adquirida, a unidade compradora, o fornecedor, condições de entrega e pagamento, e a assinatura do responsável.

5.1.2. O OGRP, sempre que achar conveniente, poderá substituir a Ordem de Compra por qualquer outro instrumento hábil para a realização das compras.

5.2. O OGRP realizará as compras parceladamente.

5.3. Fica entendido que o OGRP não terá qualquer obrigação de aquisição dos itens objeto do edital.

6. **FISCALIZAÇÃO:**

6.1. O exercício de fiscalização pelo preposto do OGRP não excluirá nem reduzirá as responsabilidades do FORNECEDOR.

6.2. À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:

6.2.2. Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;

6.2.3. Rejeitar todo e qualquer bem entregue de má qualidade ou em desacordo com o especificado no edital e na proposta, exigindo sua substituição ou correção

---

**ATA DE REGISTRO DE  
PREÇOS Nº.38/2015**

---

imediatas;

- 6.2.4. Impugnar todo e qualquer produto em desacordo com as especificações, normas regulamentares, legais e contratuais;
- 6.3. O OGRP, sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo dos materiais objeto do edital.

**7. PRAZO DE VALIDADE:**

- 7.1. O prazo de validade da presente Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura.

**8. OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:**

- 8.1. Assegurar o fornecimento do objeto conforme as especificações constantes no item 2 da presente ata, com entrega no prazo e no endereço constante no edital.
- 8.2. Providenciar a imediata correção de todas as deficiências detectadas pelo OGRP, quanto ao fornecimento do objeto;
- 8.3. Garantir o pagamento a todos os prestadores de serviço alocados, bem como despesas extraordinárias, quando for o caso;
- 8.4. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, materiais ou pessoais, decorrentes de culpa ou dolo, causados por seus empregados ou prepostos, em decorrência do fornecimento do objeto, assegurado o direito de defesa;
- 8.5. Prestar imediatamente quaisquer esclarecimentos solicitados pelo OGRP, respeitados os casos de complexidade para os quais se fixarão prazos específicos;
- 8.6. Comunicar imediatamente o OGRP, de forma detalhada, toda e qualquer ocorrência de acidentes verificada no curso da execução da ata.
- 8.7. Manter até o termo final desta Ata de Registro de Preços todas as obrigações com os órgãos públicos e fiscais, assim como encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, tributários e comerciais, resultantes da execução, devidamente regularizados, segundo estabelecido no art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.
- 8.8. Manter, durante toda a execução, as obrigações assumidas relativas a todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório nº 033/2015 - Edital de Pregão nº 017/2015-10430.

**9. OBRIGAÇÕES DO OGRP:**

- 9.1. Cumprir e fazer cumprir todas as determinações constantes nesta ata e a legislação vigente correlata à execução do mesmo.
- 9.2. Efetuar o pagamento devido ao FORNECEDOR, na data e forma estabelecida no edital.
- 9.3. Fiscalizar a entrega dos bens objeto da presente Ata, registrando as ocorrências, bem como atestar o recebimento dos mesmos em conformidade com os demais itens.



---

**ATA DE REGISTRO DE  
PREÇOS Nº.38/2015**

---

- 9.4. Recusar o recebimento dos bens em desacordo com as especificações do item 2 da presente Ata, quanto à sua natureza, quantidade ou qualidade, bem como documentos fiscais em desacordo com os bens adquiridos.
- 10. SANÇÕES:**
- 10.1. Advertência, no caso de falta que não motive a aplicação de multa.
- 10.2. Multa, de acordo com os seguintes critérios:
- a) No valor de 0,5% (cinco décimos percentuais) do valor contratado, por dia de atraso injustificado na entrega dos materiais/produtos/equipamentos;
  - b) No valor de 2,0% (dois por cento) do valor contratado por inobservância do item 12.4 da presente Ata de Registro de Preços;
  - c) No valor de 2,0% (dois por cento) do valor contratado por descumprimento das OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR, inseridos no item 8, desde que não previstos em outros itens;
  - d) No valor de 3,0 % (três por cento) do valor contratado, por acumulação de 03 (três) advertências;
  - e) Multa de 5% (cinco por cento) do valor contratado no caso de fornecimento de bens em desacordo com as especificações da presente Ata de Registro de Preços, desde que cause prejuízo ao OGRP;
  - f) Multa de 10% (dez por cento) do valor contratado no caso de recusa da entrega dos bens, sem justificativa e aviso prévio ao OGRP;
  - g) No valor de 10% (dez por cento) do valor contratado se der causa à Declaração de Inidoneidade.
- 10.3. Suspensão de Participação em licitações com o Município de Indaial, incluindo a administração direta e indireta, pelo prazo de 05 (cinco) anos, no caso das sanções previstas nas alíneas "e" à "g".
- 10.4. Declaração de Inidoneidade, nos seguintes casos:
- a) Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor contratado;
  - b) Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
  - c) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
  - d) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 10.5. O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor contratado.

---

**ATA DE REGISTRO DE  
PREÇOS Nº.38/2015**

---

**11. RESCISÃO DA ATA:**

- 11.1. Constituem motivo para rescisão da Ata, além dos motivos previstos no art. 78 da Lei Federal no 8.666/93:
- a) descumprir as condições da ata de registro de preços;
  - b) não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
  - c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou,
  - d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei Federal no 8.666/93, ou no art. 7º da Lei Federal no 10.520/02.
- 11.2. Será assegurado, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

**12. DISPOSIÇÕES GERAIS:**

- 12.1. Todos os prazos previstos na presente Ata de Registro de Preços são contados como dias corridos, salvo disposição em contrário, e terá seu critério de contagem em consonância com o art. 110 da Lei Federal nº 8.666/93.
- 12.2. Não serão aceitos, em hipótese alguma, acordos verbais entre as partes com a finalidade de alteração ou substituição da Ata de Registro de Preços, ou da Ordem de Compra, ou da Nota de Empenho.
- 12.3. A inadimplência do FORNECEDOR, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.
- 12.4. O FORNECEDOR está terminantemente proibida de efetuar a transferência à terceiros das obrigações do fornecimento dos bens objeto desta Ata de Registro de Preços.

**13. FORO:**

- 13.1. O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de INDIAIAL/SC.

**14. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:**

- 14.1. Aplica-se à presente Ata, nas partes omissas, a seguinte legislação:
- a) Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
  - b) Lei Orgânica do Município de Indaial;
  - c) Lei Federal nº 8.666/93. Lei das Licitações e Contratos Administrativos;
  - d) Lei Federal nº 4.320/64. Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e

**ATA DE REGISTRO DE  
PREÇOS Nº.38/2015**

controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;

- e) Lei Federal nº 8.078/90. Código de Defesa do Consumidor;
- f) Lei Federal nº 10.406/02. Código Civil Brasileiro;
- g) Decreto-Lei nº 3.689/41. Código de Processo Penal;
- h) Lei Federal nº 7.210/84. Lei de Execução Penal;
- i) Lei Complementar Federal nº 101/2000. Lei de Responsabilidade Fiscal; e,
- j) Decreto Municipal no 654/2014.

**15. AS PARTES:**

- 15.1. Por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus efeitos administrativos.

Indaial/SC, em 11 de setembro de 2015.

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAL**

Sérgio Almir dos Santos  
Prefeito Municipal

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAL**

Adriane Machado Ferrari  
Secretária de Saúde

**DENTARIA E DISTR HOSP PORTO  
ALEGRENSE LTDA**

SERGIO CARLOS ZIPF  
Representante

**OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA**

RAFAEL FERNANDO PAGEL  
Representante

**PROHOSPITAL SUL COMÉRCIO DE  
MATERIAIS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS**

**DENTAL MED SUL ARTIGOS  
ODONTOLÓGICOS LTDA**

---

**ATA DE REGISTRO DE  
PREÇOS Nº.38/2015**

---

**EIRELI EPP**LUIZ CARLOS DOS SANTOS  
RepresentanteSERGIO MIGUEL SKRZYIEC  
Representante**JEFFERSON DUWE ME**JEFFERSON DUWE  
Representante**ACR MECAL PRODUTOS PARA SAÚDE  
LTDA - ME.**RODRIGO PINHEIRO TEIXEIRA DE OLIVEIRA  
Representante**Testemunhas:**

Assinatura:

Nome Legível:

CPF.:

Assinatura:

Nome Legível:

CPF.:

**DECRETO Nº 1549/15**

. DECRETO Nº 1549/15

. De 11 de setembro de 2015

Anula e Suplementa no Orçamento do Município

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, nos uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5207,

**DECRETA**

Art. 1º - Fica anulado o valor de R\$ 456.999,27 (Quatrocentos e cinquenta e seis mil e novecentos e noventa e nove reais e vinte e sete centavos) das Dotações Orçamentárias abaixo discriminadas:

Dotação	Valor
05.001 - Secretaria de Educação	
0012.0361.0005.1101 - Aquisição de Equipamentos - Informática Pedagógica	
344900000000000 - Aplicações Diretas	
01010000 - Educação	10.000,00
22.002 - Fundo de Saneamento Ambiental / Departamento de Reciclagem	
0017.0512.0022.2331 - Manut das Atividades de Reciclagem	
333900000000000 - Aplicações Diretas	
01645502 - Estado - Casan	128.999,27
22.001 - Fundo de Saneamento Ambiental / Departamento de Saneamento Ambiental	
0017.0512.0022.1339 -	
344900000000000 - Aplicações Diretas	
01645502 - Estado - Casan	270.000,00
22.001 - Fundo de Saneamento Ambiental / Departamento de Saneamento Ambiental	
0017.0512.0022.1332 - Aquisição de Máquinas e Veículos	
344900000000000 - Aplicações Diretas	
01645502 - Estado - Casan	48.000,00

Art. 2º - Para atender o dispositivo no artigo 1º, fica o suplementado no Orçamento do MUNICIPIO DE INDAIAL as seguintes dotações:

Dotação	Valor
05.001 - Secretaria de Educação	
0012.0367.0005.2115 - Manut da Educação Especial - Apae	
333900000000000 - Aplicações Diretas	
01010000 - Educação	10.000,00
10.002 - Secretaria de Saneamento Básico	
0017.0512.0010.2262 - Manut das Atividades de Gerenciamento do Lixo	
333900000000000 - Aplicações Diretas	
01645502 - Estado - Casan	73.337,44
22.003 - Fundo de Saneamento Ambiental / Tratamento de Resíduos Sólidos	
0017.0512.0022.2330 - Manut do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale	
333930000000000 - Aplicação direta decorrente de operação de órgãos	
01645502 - Estado - Casan	139.814,41
22.001 - Fundo de Saneamento Ambiental / Departamento de Saneamento Ambiental	
0028.0843.0022.9005 - Compromissos da Dívida Fundada	
332900000000000 - Aplicações Diretas	
01645502 - Estado - Casan	10.000,00
22.001 - Fundo de Saneamento Ambiental / Departamento de Saneamento Ambiental	
0028.0843.0022.9005 - Compromissos da Dívida Fundada	
346900000000000 - Aplicações Diretas	
01645502 - Estado - Casan	223.847,42

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 30 de abril de 2013.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 30 de abril de 2013)

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

**LEI Nº 5207**

. LEI Nº 5207

. de 11 de setembro de 2015

Autoriza Anulação e Suplementação no Orçamento Anual do MUNICIPIO DE INDIAIAL.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial.

Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Executivo autorizado a anular no valor de R\$ 456.999,27 (Quatrocentos e cinquenta e seis mil e novecentos e noventa e nove reais e vinte e sete centavos) das Dotações Orçamentárias abaixo discriminadas:

Dotação	Valor
05.001 - Secretaria de Educação	
0012.0361.0005.1101 - Aquisição de Equipamentos - Informática Pedagógica	
3449000000000000 - Aplicações Diretas	
01010000 - Educação	10.000,00
22.002 - Fundo de Saneamento Ambiental / Departamento de Reciclagem	
0017.0512.0022.2331 - Manut das Atividades de Reciclagem	
3339000000000000 - Aplicações Diretas	
01645502 - Estado - Casan	128.999,27
22.001 - Fundo de Saneamento Ambiental / Departamento de Saneamento Ambiental	
0017.0512.0022.1339 -	
3449000000000000 - Aplicações Diretas	
01645502 - Estado - Casan	270.000,00
22.001 - Fundo de Saneamento Ambiental / Departamento de Saneamento Ambiental	
0017.0512.0022.1332 - Aquisição de Máquinas e Veículos	
3449000000000000 - Aplicações Diretas	
01645502 - Estado - Casan	48.000,00

Art. 2º - Para atender o dispositivo no artigo 1º, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a Suplementar, no Orçamento do MUNICIPIO DE INDIAIAL as seguintes dotações:

Dotação	Valor
05.001 - Secretaria de Educação	
0012.0367.0005.2115 - Manut da Educação Especial - Apae	
3339000000000000 - Aplicações Diretas	
01010000 - Educação	10.000,00
10.002 - Secretaria de Saneamento Básico	
0017.0512.0010.2262 - Manut das Atividades de Gerenciamento do Lixo	
3339000000000000 - Aplicações Diretas	
01645502 - Estado - Casan	73.337,44
22.003 - Fundo de Saneamento Ambiental / Tratamento de Resíduos Sólidos	
0017.0512.0022.2330 - Manut do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale	
3339300000000000 - Aplicação direta decorrente de operação de órgãos	
01645502 - Estado - Casan	139.814,41
22.001 - Fundo de Saneamento Ambiental / Departamento de Saneamento Ambiental	
0028.0843.0022.9005 - Compromissos da Dívida Fundada	
3329000000000000 - Aplicações Diretas	
01645502 - Estado - Casan	10.000,00
22.001 - Fundo de Saneamento Ambiental / Departamento de Saneamento Ambiental	
0028.0843.0022.9005 - Compromissos da Dívida Fundada	
3469000000000000 - Aplicações Diretas	
01645502 - Estado - Casan	223.847,42

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial em 11 de setembro de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete



**RESCISÃO PARCIAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 034/2015**

RESCISÃO PARCIAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.34/2015

Processo Licitatório Nº 15/00000122

Pregão Nº 8/2015

RESCISÃO PARCIAL DA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.34/2015

Pelo presente Termo Aditivo de contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de ÓRGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS – OGRP; e de outro lado, a(s) empresa(s) adjudicatária(s), doravante denominada simplesmente de FORNECEDOR, tem entre si justo e acordado a presente Ata, fundamentado na Lei Federal nº 8.666/93 e o Decreto Municipal nº 654/2014 e vinculada aos termos da proposta apresentada no Processo licitatório 15/00000122 – Pregão Nº 8/2015, observadas as condições do edital, as seguintes condições:

**1. FORNECEDOR(ES) REGISTRADO(S):**

1.1 AJMN - COMERCIO DE PRODUTOS CIENTIFICOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 11.487.989/0001-26, estabelecida à RUA LAURO LINHARES, nº S/N – Bairro TRINDADE, no município de Florianópolis – Santa Catarina.

**2. DO OBJETO:**

2.1. MANUTENÇÃO DO LABORATÓRIO PÚBLICO MUNICIPAL.

2.2. Não é permitida, em hipótese alguma, a entrega de equipamentos ou quaisquer componentes refabricados ou reconicionados.

**3. VALORES REGISTRADOS:**

3.1. Estão registrados, através da presente ata, os seguintes valores para os respectivos itens, para cada FORNECEDOR:

**3.1.1.**

682101 - AJMN - COMERCIO DE PRODUTOS CIENTIFICOS LTDA						
Lote: -						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
5	Tubo para coleta de sangue à vácuo de plástico, com ativador de coágulo jateado na parede do tubo, gel separador e capa protetora de plástico na tampa, tamanho 16 X 100 mm, volume 8,5 ml. Caixa com 100 Unidades.	CAIXA		120	R\$49,32	R\$5.918,40
				Total Lote:		R\$4.405,00
				Total Fornecedor:		R\$4.405,00
				Total Homologação:		R\$22.256,59

3.2. Ficam excluídos os itens constantes no Item 5, conforme justificativa da empresa, acatada pela autoridade superior.

**4. AS PARTES:**

4.1. Por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus efeitos administrativos.

Indaial/SC, em 10 de setembro de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL

Sérgio Almir dos Santos

Prefeito Municipal

AJMN - COMERCIO DE PRODUTOS CIENTIFICOS LTDA

JOCIANE MARCHESINI

Representante

Testemunhas:

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome Legível: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome Legível: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

**TERMO ADITIVO Nº 001 DO CONTRATO Nº 177/2015**

TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 177/2015

Pelo presente instrumento a FUNDAÇÃO INDAIALENSE DE CULTURA PREFEITO VICTOR PETTERS, inscrita no CNPJ sob nº 79.373.940/0001-86, com sede na Rua Dr. Blumenau, nº 05, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pela Sra. Siegrid Wanser Ribeiro, Diretora Executiva, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 291.136.959-91 e Cédula de Identidade nº 3/R 223.734, residente e domiciliada à Rua Rio de Janeiro, nº 777, Bairro dos Estados, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e, ASSOCIAÇÃO MUSICAL PROFESSOR ALIRIO DAHLKE, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 04.764.136/0001-29, estabelecida à Rua Hermann Weege, nº 111, Bairro Centro, na cidade de Pomerode – Estado de Santa Catarina, neste ato representado por sua representante legal Sra. Tatiane Gaulke, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob nº 049.802.569-10 e Cédula de Identidade nº 4.700.137-SSP/SC, residente à Rua Rega III, nº 1.139, Bairro Rega III, na cidade de Pomerode – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:**

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e justificativa em anexo, o presente Termo Aditivo de contrato visa a supressão e, conseqüentemente a diminuição de valores, consoante as cláusulas terceira, item 3.1. e quarta, item 4.1., do contrato original, que tem como objeto a apresentação musical da Banda Die Originalen Rega Bläeser, passam a vigorar da seguinte forma:

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO:**

3.1. Constitui-se como objeto do presente Contrato, a apresentação musical da Banda Die Originalen Rega Bläeser, para público estimado de 1.000 (mil) pessoas, conforme quantitativos e especificações do quadro a seguir:

ITEM	QUANT.	UNID.	ESPECIFICAÇÕES
01	02	Unid.	Apresentação musical da Banda Die Originalen Rega Bläeser, com aproximadamente 01 (uma) hora de duração.

**CLÁUSULA QUARTA – VALOR DO CONTRATO:**

4.1. O preço unitário contratado é de R\$2.000,00 (dois mil reais), perfazendo o valor total de R\$4.000,00 (quatro mil reais).

**CLÁUSULA SEGUNDA:**

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, 04 de setembro de 2015.

FUNDAÇÃO INDAIALENSE DE CULTURA PREFEITO VICTOR PETTERS Siegrid Wanser Ribeiro Contratante	ASSOCIAÇÃO MUSICAL PROFESSOR ALIRIO DAHLKE Tatiane Gaulke Contratada
PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO Silmara Fruet OAB/SC nº 13.215	

Testemunhas:

Assinatura: \_\_\_\_\_  
Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_  
Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

**TERMO ADITIVO Nº 004 DO CONTRATO Nº 248/2013**

TERMO ADITIVO Nº 004 AO CONTRATO Nº 248/2013

Pelo presente Termo Aditivo que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 799, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ sob nº 11.355.483/0001-63, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, UROCLÍNICA BLUMENAU LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 00.760.773/0001-76, com sede na rua Prefeito Frederico Busch Júnior, nº 220, Sala 201, 202, 203, Edifício Oswaldo Cruz, 2º andar, bairro Garcia, na cidade de Blumenau – Estado de Santa Catarina, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Sr. Rodrigo Monnerat, brasileiro, solteiro, médico, com registro no CRM nº 7107, e inscrito no CPF sob nº 540.584.739/91 e Cédula de Identidade nº 3/C 1.635.514 SSP/SC, residente e domiciliado na Rua Victor Konder, nº 131, bairro Victor Konder, na cidade de Blumenau – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666/93 e o Decreto Municipal nº 1.319/07, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:**

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula oitava, item 8.1., do contrato original, que tem como objeto o credenciamento da CONTRATADA para a realização de exames de diagnósticos, compreendendo serviços de Raio-X, Ultrassonografia, Mamografia, Tomografia, Vídeo, Gasometria, Ressonância, Cintilografia, Eletroencefalograma, Arteriografia, Ecocardiograma, Litotripsia, e Biópsia, passa a vigorar da seguinte forma:

**CLÁUSULA OITAVA – PRAZO E LOCAL DE ENTREGA:**

8.1. O prazo deste Contrato é de 19 de setembro de 2015 até 19 de setembro de 2016, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, até a data de validade do credenciamento.

**CLÁUSULA SEGUNDA:**

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, 10 de setembro de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Sérgio Almir dos Santos

Contratante

Adriane Machado Ferrari

Contratante

UROCLÍNICA BLUMENAU LTDA

Rodrigo Monnerat

Contratada

PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO

Silmara Fruet

OAB/SC nº 13.215

Testemunhas:

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome Legível: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome Legível: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

**ATA Nº 039/2015****ATA DE REGISTRO DE  
PREÇOS Nº.39/2015****Processo Licitatório Nº 15/00000163****Pregão Nº 12/2015****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.39/2015**

Aos onze dias do mês de setembro de dois mil e quinze, de um lado o **MUNICÍPIO DE INDIAIAL**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. **Sérgio Almir dos Santos**, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de **ÓRGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS – OGRP**; e de outro lado, a(s) empresa(s) adjudicatária(s), doravante denominada simplesmente de **FORNECEDOR**, tem entre si justo e acordado a presente Ata, fundamentado na Lei Federal nº 8.666/93 e o Decreto Municipal nº 654/2014 e vinculada aos termos da proposta apresentada no Processo licitatório 15/00000163 - Pregão Nº 12/2015, observadas as condições do edital, as seguintes condições:

**1. FORNECEDOR(ES) REGISTRADO(S):**

- 1.1 ALVIMED COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 02.039.748/0001-23, estabelecida à AVENIDA DO FORTE, nº 1343 – Bairro VILA IPIRANGA, no município de Porto Alegre – Rio Grande do Sul.
- 1.2 VENEZA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 13.229.567/0001-86, estabelecida à AVENIDA JOSE OSCAR SALAZAR, nº 1943 – Bairro TRES VENDAS, no município de Erechim – Rio Grande do Sul.

**2. DO OBJETO:**

**ATA DE REGISTRO DE  
PREÇOS Nº.39/2015**

- 2.1. AQUISIÇÃO DE FRALDAS DESCARTÁVEIS ADULTO.
- 2.2. Não é permitida, em hipótese alguma, a entrega de equipamentos ou quaisquer componentes refabricados ou recondicionados.

**3. VALORES REGISTRADOS:**

- 3.1. Estão registrados, através da presente ata, os seguintes valores para os respectivos itens, para cada FORNECEDOR:

3.1.1.

683302 - ALVIMED COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA EPP						
Lote: -						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
2	FRALDA DESCARTÁVEL DE FORMATO ANATÔMICO DE USO ADULTO TAMANHO M, COM BARREIRAS ANTI-VAZAMENTOS, CAMADA INTERNA MACIA E ANTIALÉRGICA DE TECIDO FILTRANTE, FIBRAS DE CELULOSE, POLÍMEROS ABSORVENTES, CAMADA EXTERNA DE POLIETILENO ANTI-VAZAMENTO, FITA PARA FIXAÇÃO. MEDIDAS: CINTURA 80 A 115 E PESO 40 A 70 KG.	UNIDADE		9.000	R\$0,79	R\$7.110,00
3	FRALDA DESCARTÁVEL DE FORMATO ANATÔMICO DE USO ADULTO TAMANHO G, COM BARREIRAS ANTI-VAZAMENTOS, CAMADA INTERNA MACIA E ANTIALÉRGICA DE TECIDO FILTRANTE, FIBRAS DE CELULOSE, POLÍMEROS ABSORVENTES, CAMADA EXTERNA DE POLIETILENO ANTI-VAZAMENTO, FITA PARA FIXAÇÃO. MEDIDAS: CINTURA 115 A 150 E PESO 70 A 90 KG.	UNIDADE		11.400	R\$0,80	R\$9.120,00
					Total Lote:	R\$16.230,00
					Total Fornecedor:	R\$16.230,00
776882 - VENEZA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME						
Lote: -						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
1	FRALDA DESCARTÁVEL DE	UNIDADE		4.500	R\$0,76	R\$3.420,00

**ATA DE REGISTRO DE  
PREÇOS Nº.39/2015**

	FORMATO ANATÔMICO DE USO ADULTO TAMANHO P, COM BARREIRAS ANTI-VAZAMENTOS, CAMADA INTERNA MACIA E ANTIALÉRGICA DE TECIDO FILTRANTE, FIBRAS DE CELULOSE, POLÍMEROS ABSORVENTES, CAMADA EXTERNA DE POLIETILENO ANTI-VAZAMENTO, FITA PARA FIXAÇÃO. MEDIDAS: CINTURA 50 A 80 CM E PESO 30 A 40 KG.					
4	FRALDA DESCARTÁVEL DE FORMATO ANATÔMICO DE USO ADULTO TAMANHO GG, COM BARREIRAS ANTI-VAZAMENTOS, CAMADA INTERNA MACIA E ANTIALÉRGICA DE TECIDO FILTRANTE, FIBRAS DE CELULOSE, POLÍMEROS ABSORVENTES, CAMADA EXTERNA DE POLIETILENO ANTI-VAZAMENTO, FITA PARA FIXAÇÃO. MEDIDAS: CINTURA 120 A 165 E PESO ACIMA DE 90 KG.	UNIDADE		10.100	R\$0,84	R\$8.484,00
Total Lote:						R\$11.904,00
Total Fornecedor:						R\$11.904,00
Total Homologação:						R\$28.134,00

- 3.2. Nos preços unitários estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários ao perfeito fornecimento dos bens, inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, fretes, mão-de-obra para carga e descarga, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da legislação social trabalhista e previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, bem como o lucro.

4. **REAJUSTE DE PREÇOS:**

- 4.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei Federal no 8.666/93.
- 4.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

---

**ATA DE REGISTRO DE  
PREÇOS Nº.39/2015**

---

**5. EXECUÇÃO DAS COMPRAS:**

- 5.1. As compras dos bens objeto do presente Registro de Preços serão realizadas pelo Departamento de Compras do OGRP, através da comunicação da ordem de compra.
- 5.1.1. A Ordem de Compra que conterá as informações básicas da descrição básica e o número do item dos bens, a quantidade a ser adquirida, a unidade compradora, o fornecedor, condições de entrega e pagamento, e a assinatura do responsável.
- 5.1.2. O OGRP, sempre que achar conveniente, poderá substituir a Ordem de Compra por qualquer outro instrumento hábil para a realização das compras.
- 5.2. O OGRP realizará as compras parceladamente.
- 5.3. Fica entendido que o OGRP não terá qualquer obrigação de aquisição dos itens objeto do edital.

**6. FISCALIZAÇÃO:**

- 6.1. O exercício de fiscalização pelo preposto do OGRP não excluirá nem reduzirá as responsabilidades do FORNECEDOR.
- 6.2. À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:
- 6.2.2. Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;
- 6.2.3. 6.2.3. Rejeitar todo e qualquer bem entregue de má qualidade ou em desacordo com o especificado no edital e na proposta, exigindo sua substituição ou correção imediatas;
- 6.2.4. Impugnar todo e qualquer produto em desacordo com as especificações, normas regulamentares, legais e contratuais;
- 6.3. O OGRP, sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo dos materiais objeto do edital.

**7. PRAZO DE VALIDADE:**

- 7.1. O prazo de validade da presente Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura.

**8. OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:**

- 8.1. Assegurar o fornecimento do objeto conforme as especificações constantes no item 2 da presente ata, com entrega no prazo e no endereço constante no edital.
- 8.2. Providenciar a imediata correção de todas as deficiências detectadas pelo OGRP, quanto ao fornecimento do objeto;
- 8.3. Garantir o pagamento a todos os prestadores de serviço alocados, bem como despesas extraordinárias, quando for o caso;
- 8.4. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, materiais ou pessoais, decorrentes de



**ATA DE REGISTRO DE  
PREÇOS Nº.39/2015**

culpa ou dolo, causados por seus empregados ou prepostos, em decorrência do fornecimento do objeto, assegurado o direito de defesa;

- 8.5. Prestar imediatamente quaisquer esclarecimentos solicitados pelo OGRP, respeitados os casos de complexidade para os quais se fixarão prazos específicos;
- 8.6. Comunicar imediatamente o OGRP, de forma detalhada, toda e qualquer ocorrência de acidentes verificada no curso da execução da ata.
- 8.7. Manter até o termo final desta Ata de Registro de Preços todas as obrigações com os órgãos públicos e fiscais, assim como encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, tributários e comerciais, resultantes da execução, devidamente regularizados, segundo estabelecido no art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.
- 8.8. Manter, durante toda a execução, as obrigações assumidas relativas a todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório nº 033/2015 - Edital de Pregão nº 017/2015-10430.

**9. OBRIGAÇÕES DO OGRP:**

- 9.1. Cumprir e fazer cumprir todas as determinações constantes nesta ata e a legislação vigente correlata à execução do mesmo.
- 9.2. Efetuar o pagamento devido ao FORNECEDOR, na data e forma estabelecida no edital.
- 9.3. Fiscalizar a entrega dos bens objeto da presente Ata, registrando as ocorrências, bem como atestar o recebimento dos mesmos em conformidade com os demais itens.
- 9.4. Recusar o recebimento dos bens em desacordo com as especificações do item 2 da presente Ata, quanto à sua natureza, quantidade ou qualidade, bem como documentos fiscais em desacordo com os bens adquiridos.

**10. SANÇÕES:**

- 10.1. Advertência, no caso de falta que não motive a aplicação de multa.
- 10.2. Multa, de acordo com os seguintes critérios:
- a) No valor de 0,5% (cinco décimos percentuais) do valor contratado, por dia de atraso injustificado na entrega dos materiais/produtos/equipamentos;
  - b) No valor de 2,0% (dois por cento) do valor contratado por inobservância do item 12.4 da presente Ata de Registro de Preços;
  - c) No valor de 2,0% (dois por cento) do valor contratado por descumprimento das OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR, inseridos no item 8, desde que não previstos em outros itens;
  - d) No valor de 3,0 % (três por cento) do valor contratado, por acumulação de 03 (três) advertências;
  - e) Multa de 5% (cinco por cento) do valor contratado no caso de fornecimento de bens em desacordo com as especificações da presente Ata de Registro de Preços, desde que cause prejuízo ao OGRP;

---

**ATA DE REGISTRO DE  
PREÇOS Nº.39/2015**

---

- f) Multa de 10% (dez por cento) do valor contratado no caso de recusa da entrega dos bens, sem justificativa e aviso prévio ao OGRP;
  - g) No valor de 10% (dez por cento) do valor contratado se der causa à Declaração de Inidoneidade.
- 10.3. Suspensão de Participação em licitações com o Município de Indaial, incluindo a administração direta e indireta, pelo prazo de 05 (cinco) anos, no caso das sanções previstas nas alíneas "e" à "g".
- 10.4. Declaração de Inidoneidade, nos seguintes casos:
- a) Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor contratado;
  - b) Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
  - c) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
  - d) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 10.5. O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor contratado.
- 11. RESCISÃO DA ATA:**
- 11.1. Constituem motivo para rescisão da Ata, além dos motivos previstos no art. 78 da Lei Federal no 8.666/93:
- a) descumprir as condições da ata de registro de preços;
  - b) não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
  - c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou,
  - d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei Federal no 8.666/93, ou no art. 7º da Lei Federal no 10.520/02.
- 11.2. Será assegurado, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.
- 12. DISPOSIÇÕES GERAIS:**
- 12.1. Todos os prazos previstos na presente Ata de Registro de Preços são contados como dias corridos, salvo disposição em contrário, e terá seu critério de contagem em consonância com o art. 110 da Lei Federal nº 8.666/93.
- 12.2. Não serão aceitos, em hipótese alguma, acordos verbais entre as partes com a finalidade de alteração ou substituição da Ata de Registro de Preços, ou da Ordem de Compra, ou da

**ATA DE REGISTRO DE  
PREÇOS Nº.39/2015**

Nota de Empenho.

12.3. A inadimplência do FORNECEDOR, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

12.4. O FORNECEDOR está terminantemente proibida de efetuar a transferência à terceiros das obrigações do fornecimento dos bens objeto desta Ata de Registro de Preços.

**13. FORO:**

13.1. O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de INDIAIAL/SC.

**14. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:**

14.1. Aplica-se à presente Ata, nas partes omissas, a seguinte legislação:

- a) Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- b) Lei Orgânica do Município de Indaial;
- c) Lei Federal nº 8.666/93. Lei das Licitações e Contratos Administrativos;
- d) Lei Federal nº 4.320/64. Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
- e) Lei Federal nº 8.078/90. Código de Defesa do Consumidor;
- f) Lei Federal nº 10.406/02. Código Civil Brasileiro;
- g) Decreto-Lei nº 3.689/41. Código de Processo Penal;
- h) Lei Federal nº 7.210/84. Lei de Execução Penal;
- i) Lei Complementar Federal nº 101/2000. Lei de Responsabilidade Fiscal; e,
- j) Decreto Municipal no 654/2014.

**15. AS PARTES:**

15.1. Por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus efeitos administrativos.

Indaial/SC, em 11 de setembro de 2015.

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDIAIAL**

Sérgio Almir dos Santos  
Prefeito Municipal

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDIAIAL**

Adriane Machado Ferrari  
Secretária de Saúde

---

**ATA DE REGISTRO DE  
PREÇOS Nº.39/2015**

---

**ALVIMED COMERCIO E REPRESENTACOES  
LTDA EPP**RAFAEL TEIXEIRA GONCALVES  
Representante**VENEZA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS  
HOSPITALARES LTDA - ME**DIEGO RENE SLOMSKI  
Representante**Testemunhas:**

Assinatura:

Nome Legível:

CPF.:

Assinatura:

Nome Legível:

CPF.:

# Ipumirim

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº. 377/2015 DE 10 DE SETEMBRO DE 2015.

DISCIPLINA FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE URBANISMO.

VALNEI BRINGHENTI Secretário Municipal do Departamento Municipal de Urbanismo, no uso de suas atribuições legais.

Considerando que o Município de Ipumirim, não tendo norma legal específica em relação ao funcionamento interno de seus diferentes órgãos em relação aos servidores;

Considerando que os serviços prestados pelo município pelos seus servidores a população deve ser eficiente e de qualidade;

#### DISCIPLINA

Art. 1º - Os servidores públicos do Departamento Municipal de Urbanismo deverão cumprir rigorosamente o horário de trabalho:

#### FERNANDA PALUDO

Matutino – 07h00min às 11h00min

Vespertino – 13h00min às 16h00min

#### OS DEMAIS (SEGUNDA A QUINTA)

Matutino – 07h00min às 11h30min

Vespertino – 13h00min às 17h30min

#### SEXTA FEIRA

Matutino – 07h00min às 11h30min

Vespertino 13h00min às 16h30min

Parágrafo único: Fica proibido aos servidores saírem de suas funções de trabalho a não ser expressamente para tratar de assuntos de interesse da administração e o uso de celulares para fins particulares.

Art. 2º - A presente portaria municipal produzirá efeitos a partir de 10 de Setembro de 2015,

Ipumirim - SC, 10 de Setembro de 2015.

VALNEI BRINGHENTI

Secretário Municipal

### PORTARIA Nº. 378/2015 DE 10 DE SETEMBRO DE 2015.

EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARATER TEMPORARIO POR TERMINO DE CONTRATO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

#### EXONERA

NEUSA SCHVIERK, Matrícula 2400-7, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 24634670 e do CPF 019.136.369-33, com nomeação para o cargo de Agente Comunitário de Saúde, constante no Anexo Único da Lei Complementar 004/2002., nível salarial NÍVEL CE 10, com carga horária de 44 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 182/2015, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 10 de setembro de 2015.

Ipumirim - SC, 10 de setembro de 2015.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

### PORTARIA Nº. 379/2015 DE 10 DE SETEMBRO DE 2015.

CONTRATA EM CARATER TEMPORARIO MEMBRO DO MAGISTERIO PUBLICO MUNICIPAL PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PUBLICO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

Valdir Zanella, Prefeito Municipal de Ipumirim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 003/2002, que Institui o Plano de Cargos, Vencimentos e Carreira dos profissionais do Magistério Público do Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina e dá outras providências. e considerando também a homologação do resultado do Processo Seletivo 001/2014.

#### CONTRATA

MARITANIA MARTA BESLER EISENHARDT, sob a Matrícula 2446-5, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 4.134.377 e do CPF 055.551.429-35, para ocupar o cargo em caráter temporário de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Não-Titulado, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 20 horas semanais, lotação: Núcleo Educacional Claudino Locatelli, para o período de 08/09/2015 a 14/12/2015 em substituição a Mari Lucia Artifon que se aposentou.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 08/09/2015.

Ipumirim - SC, 10 de setembro de 2015.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

### PORTARIA Nº. 380/2015 DE 10 DE SETEMBRO DE 2015.

CONTRATA EM CARATER TEMPORARIO NO CARGO DE ZELADORA PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PUBLICO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

Valdir Zanella, Prefeito Municipal de Ipumirim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 002/2002, que Dispõe sobre o Plano de Carreira e remuneração para os Servidores do Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina e dá outras providências.

#### CONTRATA

JULIANA APARECIDA MAIA DELFINO DOS SANTOS, sob a Matrícula 2447-3, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 5.975.211 e do CPF 082.991.399-88, para ocupar o cargo em caráter temporário de Zeladora, constante no Anexo II, Grupo D - Serviços Gerais, com vencimentos previstos no Anexo V, nível salarial NÍVEL CE 10, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 40 horas semanais, lotação: Núcleo Educacional Claudino Locatelli, para o período de 10/09/2015 a 20/12/2015. Em substituição a Joselaine Rita que esta em licença Maternidade.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 10/09/2015.

Ipumirim - SC, 10 de setembro de 2015.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

## Itá

## PREFEITURA

**DECRETO N. 059/2015**

DECRETO Nº 059/2015, de 03 de agosto de 2015.

"Dispõe Sobre a Abertura de Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências".

PREFEITA MUNICIPAL DE ITÁ, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o art. 3º, Inciso I e II do art. 4º da Lei Municipal nº 2.357, de 02 de dezembro de 2014 e Inciso I e II do §1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município de Itá, no valor de R\$ 18.319,66 (dezoito mil, trezentos e dezenove reais e sessenta e seis centavos) utilizando como recursos o Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2014, nos termos do inciso I, artigo 4º da Lei Municipal 2.357, e inciso I, §1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64, conforme programação a seguir:

03.00 – Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

03.01 – Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

0.001 – Encargos Gerais do Município

3.3.90.00.00.00.00.0724 Aplicações Diretas 581,16

3.3.90.00.00.00.00.3422 Aplicações Diretas 9.466,18

3.3.90.00.00.00.00.3222 Aplicações Diretas 4.972,32

07.00 – Secretaria de Assistência Social

07.03 – Fundo Municipal de Assistência Social

2.052 – Proteção Social Básica

3.3.90.00.00.00.00.3052 Aplicações Diretas 3.300,00

Art. 2º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município de Itá, no valor de R\$ 190.500,00 (cento e noventa mil e quinhentos reais) utilizando como recursos o remanejamento de dotações orçamentárias dentro do mesmo projeto e atividade, nos termos do art. 3º da Lei Municipal 2.357, conforme programação a seguir:

05.00 – Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

05.01 – Departamento Municipal de Agricultura

1.005– Incentivo ao Desenvolvimento Agropecuário

Suplementação

3.3.90.00.00.00.00.00.1000 Aplicações Diretas	20.000,00
---	-----------

**Anulação**

3.3.50.00.00.00.00.00.1000 Transferências a Instituições	10.000,00
4.4.50.00.00.00.00.00.1000 Transferências a Instituições Privadas	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.1000 Aplicações Diretas	5.000,00

2.010 – Manutenção Departamento de Agricultura  
Suplementação

3.3.90.00.00.00.00.00.1000 Aplicações Diretas	19.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1045 Aplicações Diretas	10.000,00

**Anulação**

3.3.50.00.00.00.00.00.1000 Transferências a Instituições	10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.1000 Aplicações Diretas	9.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.1045 Aplicações Diretas	10.000,00
---	-----------

06.00 – Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer

06.01 – Secretaria de Educação

2.012– Manutenção Secretaria de Educação  
Suplementação

3.3.90.00.00.00.00.00.1001 Aplicações Diretas	10.000,00
---	-----------

**Anulação**

3.1.90.00.00.00.00.00.1001 Aplicações Diretas	10.000,00
---	-----------

2.014 – Manutenção Ensino Fundamental  
Suplementação

3.3.90.00.00.00.00.00.1001 Aplicações Diretas	40.000,00
---	-----------

**Anulação**

4.4.90.00.00.00.00.00.1001 Aplicações Diretas	15.000,00
3.3.71.00.00.00.00.00.1001 Transferências a consórcios públicos	15.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00.1001 Transferências a Instituições	10.000,00

2.017 – Manutenção e Apoio Frequência Ensino Médio e Profissional  
Suplementação

3.3.90.00.00.00.00.00.1000 Aplicações Diretas	10.000,00
---	-----------

**Anulação**

3.3.50.00.00.00.00.00.1000 Transferência a Instituições	10.000,00
---	-----------

2.019 – Manutenção Pré-Escolar  
Suplementação

3.3.90.00.00.00.00.00.1001 Aplicações Diretas	8.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1019 Aplicações Diretas	10.000,00

**Anulação**

4.4.90.00.00.00.00.00.1001 Aplicações Diretas	8.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.1019 Aplicações Diretas	10.000,00

06.02 – Departamento de Esporte e Lazer  
2.021– Manutenção Atividades Departamento de Lazer  
Suplementação

3.3.90.00.00.00.00.00.1000 Aplicações Diretas	8.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1000 Aplicações Diretas	7.500,00
<b>Anulação</b>	
4.4.90.00.00.00.00.00.1000 Aplicações Diretas	8.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00.1000 Transferência a Instituições	7.500,00

07.00 – Secretaria de Assistência Social

07.04 – Fundo Municipal Habitação de Interesse Social

1.014– Melhoria Habitacional

## Suplementação

3.3.90.00.00.00.00.1000 Aplicações Diretas	10.000,00
--	-----------

## Anulação

4.4.90.00.00.00.00.1000 Aplicações Diretas	10.000,00
--	-----------

08.00 – Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico

08.01 – Departamento de Turismo

2.025 – Manutenção Atividades Departamento de Turismo  
Suplementação

3.3.50.00.00.00.00.1000 Transferência a Instituições	8.000,00
--	----------

## Anulação

3.1.90.00.00.00.00.1000 Aplicações Diretas	8.000,00
--	----------

09.00 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos

09.01 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos

2.008 – Manutenção Atividades Departamento Urbanismo  
Suplementação

3.3.90.00.00.00.00.1045 Aplicações Diretas	15.000,00
--	-----------

## Anulação

4.4.90.00.00.00.00.1045 Aplicações Diretas	15.000,00
--	-----------

2.009 – Manutenção Serviços de Iluminação Pública  
Suplementação

3.3.90.00.00.00.00.1000 Aplicações Diretas	5.000,00
--	----------

## Anulação

4.4.90.00.00.00.00.1000 Aplicações Diretas	5.000,00
--	----------

10.00 – Fundo Municipal de Defesa Civil-FMDC

10.01 – Fundo Municipal de Defesa Civil-FMDC

2.005 – Manutenção Fundo Municipal de Defesa Civil

Suplementação 3.3.90.00.00.00.00.1000 Aplicações Diretas	10.000,00
---	-----------

## Anulação

3.1.90.00.00.00.00.1000 Aplicações Diretas	5.000,00
--	----------

4.4.90.00.00.00.00.1000 Aplicações Diretas 5.000,00

Art. 3º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município de Itá, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), utilizando como fonte de recursos o excesso de arrecadação por fonte de recurso, nos termos do inciso II, art. 4º da Lei Municipal 2.357 e do inciso II do §1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64, conforme programação a seguir:

04.00 – Secretaria Municipal de dos Transportes

04.01 – Departamento de Transportes

2.007 – Manutenção Atividades do DMER

3.3.90.00.00.00.00.1045 Aplicações Diretas	50.000,00
--	-----------

Fonte de recursos - 1045– Recursos Compensação Financeira

05.00 – Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

05.01 – Departamento Municipal de Agricultura

2.010 – Manutenção Departamento de Agricultura

3.3.90.00.00.00.00.1045 Aplicações Diretas	40.000,00
--	-----------

Fonte de recursos - 1045– Recursos Compensação Financeira

07.00 – Secretaria Municipal de Assistência Social

07.03 – Fundo Municipal de Assistência Social

2.052 – Proteção Social Básica

3.3.90.00.00.00.00.1552 Aplicações Diretas	5.000,00
--	----------

Fonte de recursos - 1552- FNAS – Programa Acesso Suas

3.3.90.00.00.00.00.1052 Aplicações Diretas	4.000,00
--	----------

Fonte de recursos - 1052- Piso Básico Fixo - CRASS

4.4.90.00.00.00.00.1052 Aplicações Diretas	1.000,00
--	----------

Fonte de recursos - 1052- Piso Básico Fixo - CRASS

Art. 4º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Itá, no valor de R\$ 26.850,00 (vinte e seis mil, oitocentos e cinquenta reais) utilizando como recursos o Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2014, nos termos do inciso I, artigo 4º da Lei Municipal 2.357, e inciso I, §1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64, conforme programação a seguir:

11.00 – Fundo Municipal de Saúde

11.01 – Fundo Municipal de Saúde

2.037 – Manutenção Convênio com Hospitais

3.3.90.00.00.00.00.3064 Aplicações Diretas	11.850,00
--	-----------

2.038 – Manter Vigilância em Saúde

3.3.90.00.00.00.00.3066 Aplicações Diretas	15.000,00
--	-----------

Art. 5º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Itá, no valor de R\$ 38.000,00 (trinta e oito mil reais) utilizando como recursos o remanejamento de dotações orçamentárias dentro do mesmo projeto e atividade, nos termos do art. 3º da Lei Municipal 2.357, conforme programação a seguir:

11.00 – Fundo Municipal de Saúde

11.01 – Fundo Municipal de Saúde

2.031 – Manutenção Atividades do Fundo Municipal de Saúde  
Suplementação

3.3.90.00.00.00.00.1002 Aplicações Diretas	30.000,00
Anulação	
4.4.90.00.00.00.00.1002 Aplicações Diretas	10.000,00
3.3.40.00.00.00.00.1002 Transf. a Municípios	5.000,00
3.3.50.00.00.00.00.1002 Transf. a Instituições	5.000,00
3.3.71.00.00.00.00.1002 Transf. a Consórcios	10.000,00

2.032 – Manter Programa Saúde da Família  
Suplementação

3.3.90.00.00.00.00.1002 Aplicações Diretas	8.000,00
Anulação	
4.4.90.00.00.00.00.1002 Aplicações Diretas	8.000,00

Art. 6º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Itá, no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), utilizando como fonte de recursos o excesso de arrecadação por fonte de recurso, nos termos do inciso II, art. 4º da Lei Municipal 2.357 e do inciso II do §1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64, conforme programação a seguir:

11.00 – Fundo Municipal de Saúde



11.01 – Fundo Municipal de Saúde  
2.032 – Manter Programa Saúde da Família

3.3.90.00.00.00.00.1664 Aplicações Diretas	30.000,00
--	-----------

Fonte de recursos - 1664– Transferência SUS – Atenção Básica

2.034 – Manutenção Programa de Próteses e Orteses

3.3.90.00.00.00.00.1065 Aplicações Diretas	10.000,00
--	-----------

Fonte de recursos - 1065– Transferência SUS – MAC

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Itá - SC, 03 de agosto de 2015.  
LEIDE MARA BENDER  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria Administrativa na Data Supra.

JAIR FRANCISCO MOSCHETTA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Art. 2º Eventuais alterações no cumprimento do horário de expediente deverão ser comunicadas aos servidores, pelos Secretários, até o dia anterior à alteração.

Art. 3º Somente serão realizados os serviços particulares que estiverem devidamente regulamentados nos programas do Município.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de 15 de setembro de 2015, podendo ser revogado, se necessário e em razão de interesse público.

Gabinete da Prefeita Municipal de Itá - SC, 11 de Setembro de 2015.  
LEIDE MARA BENDER  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria Administrativa na Data Supra.

JAIR FRANCISCO MOSCHETTA  
Secretário de Administração e Fazenda

## DECRETO N. 069/2015

DECRETO Nº 069, de 11 de setembro de 2015.

Dispõe sobre a adoção de turno único de trabalho em repartições municipais e dá outras providências.

LEIDE MARA BENDER, Prefeita Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 69, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, e nos termos do artigo 18 de da Lei Complementar nº 35/2006, de 11 de dezembro de 2006, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município, das autarquias e das fundações públicas municipais e combinado com inciso XIV do artigo 7º da Constituição Federal,

Considerando a necessidade de redução de gastos, visando o restabelecimento do equilíbrio econômico financeiro no exercício de 2015, para possibilitar os atendimentos essenciais no Município;

Considerando o Decreto nº 054/2015 que estabelece limitação de empenho no âmbito dos Órgãos do Poder Executivo Municipal de Itá e trata de uma série de medidas a serem tomadas para redução de custos e despesas;

Considerando a necessidade de que o fechamento das contas anuais se dê de forma a satisfazer os preceitos legais em vigor;

Considerando que a arrecadação não está atingindo a meta inicialmente prevista na Lei Orçamentária para o Exercício Financeiro de 2015, estando muito aquém do crescimento da inflação e do consequente aumento das despesas;

DECRETA:

Art. 1º Fica adotado Turno Único de trabalho nas repartições municipais de Itá.

§ 1º O Turno Único de que trata este artigo será executado das 07h00min às 13h00min, de segunda-feira a sexta-feira apenas nas seguintes repartições: Secretaria Municipal de Transportes, Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente e Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, exceto no que diz respeito aos serviços administrativos.

§ 2º Poderão ser feitas horas-extras apenas mediante expressa autorização do Secretário ou Responsável de cada Secretaria, sendo que estas serão contabilizadas no banco de horas.

# Itapiranga

## PREFEITURA

### EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS 215 E 216/2015

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 215/2015

PARTES: Município de Itapiranga e Porto Novo Transportes Turismo LTDA

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 144/2015.

OBJETO: Contratação de empresas para realização de transporte de atletas e outros, conforme autoriza a lei municipal nº 2.497/2008

VALOR: R\$ 24.000,00

VIGÊNCIA: 11 de setembro de 2016.

Itapiranga – SC., 11 de setembro de 2015

Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 216/2015

PARTES: Município de Itapiranga e Nelson Schneiders ME

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 144/2015.

OBJETO: Contratação de empresas para realização de transporte de atletas e outros, conforme autoriza a lei municipal nº 2.497/2008

VALOR: R\$ 35.000,00

VIGÊNCIA: 11 de setembro de 2016

Itapiranga – SC., 11 de setembro de 2015

Milton Simon

Prefeito Municipal

### EXTRATO DO CONVÊNIO 007/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

EXTRATOS CONVENIOS - PREFEITURA

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 007/2015

PARTES: Município de Itapiranga e Associação de Cultura, Esporte e Turismo de Itapiranga - ACETI.

OBJETO: Repasse de recursos financeiros, com a finalidade de cooperação conjunta das partes para a realização da 37ª Oktoberfest/2015 conforme Lei Municipal nº 2.973 de 28 de abril de 2015.

VALOR: R\$ 38.000,00

VIGÊNCIA: 30 de novembro de 2015.

Itapiranga - SC, 11 de setembro de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

### PREGÃO Nº 150/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 150/2015

O Município de Itapiranga – SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial nº 150/2015, cujo objeto é a aquisição de materiais destinados para o natal do idoso, conforme autoriza a Lei Municipal nº 2004/2001. Entrega da documentação e proposta até às 14:00 horas do dia 28 de setembro de 2015. Maiores informações bem como cópia do edital, podem ser obtidos junto ao Departamento de Compras e Licitações, pelo fone/fax (49) 3678-7714 ou por email: [compras@itapiranga.sc.gov.br](mailto:compras@itapiranga.sc.gov.br)

Itapiranga - SC., 11 de setembro de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

# Itapoá

## PREFEITURA

### **DECRETO MUNICIPAL Nº 2534/2015 NOMEIA O CMII - CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC – GESTÃO 2015/2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

DECRETO MUNICIPAL Nº 2534/2015

Data: 03 de setembro de 2015.

NOMEIA O CMII - CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC – GESTÃO 2015/2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Municipal nº 343/2011, de 15 de junho de 2011 e alterações posteriores, e, considerando CI / SMAS/nº 134/20154, de 02 de setembro de 2015 e Of./ CMI/nº 015/2015, de 01 de setembro de 2015,

#### DECRETA

Art. 1º Fica nomeado o Conselho Municipal do Idoso de Itapoá – CMII, para o biênio 2015/2017, conforme segue:

#### Representantes Governamentais

- 1) Secretaria Municipal de Assistência Social
  - a) Ana Valente Titular
  - b) Alessandra Silveira Oliveira Suplente
- 2) Secretaria Municipal da Educação
  - a) Rode Ester Pessanha Titular
  - b) Roseli Gonçalves Pinheiro Titular
- 3) Secretaria Municipal de Saúde
  - a) Gerson dos Santos Chaves Titular
  - b) Edmilson Carlos Gomes Suplente
- 4) Secretaria Municipal de Turismo, Meio Ambiente e Cultura
  - a) Waldemar Vieira dos Santos Filho Titular
  - b) Dante Pushta Suplente
- 5) Secretaria Municipal de Administração e Finanças
  - c) Andréia Nunes de Jesus ..... Titular
  - d) Roseli Itner ..... Suplente

#### Representantes não-governamentais

- 1) Ordem dos Advogados do Brasil – OAB – Seção Itapoá
  - a) Elaine Cristina Alves .....Titular
  - b) Elisa Gonzales Corso .....Suplente
- 2) Iani Maria Gomes - Associação de Idosos Céu Azul ..... Titular  
Ramos Chaves – Rotary .....Suplente
- 3) Maria Alzira Coneglian Viana – Assoc. de Curtidores de Pele de Peixe de Itapoá ....Titular  
Ana P. Carlesso – Associação de Moradores Itapoá Centro ..... Suplente
- 4) Carlos Roberto Martins – Associação da Terceira Idade Maria Isabel ..... Titular  
Lurdes Paixão – Assoc. Comum. P. Norte e Figueira do Pontal – ACOPOF ..... Suplente
- 5) Milton Klinkerfus Filho – Comunhão Espírita Cristã de Itapoá .....Titular  
Sueli Sampaio – Associação de Artesãos Pedra que Surge ..... Suplente

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e revoga os Decretos Municipais nº 1426/2011, de 20 de dezembro de 2011 e 2246/2014, de 24 de julho de 2014.

Itapoá (SC), 03 de setembro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ - IPESI****PORTARIA DE APOSENTADORIA Nº 927/2015**

PORTARIA N.º 927/2015

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição ao servidor NILTON LUCHTENBERG"

A Diretora Executiva do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de ITAPOÁ - IPESI, Estado de SC, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 6º da E.C. 41/2003, combinado com inciso I, artigo 4º e artigo 75 da Lei Complementar Municipal nº 041/2014 de 16 de Julho de 2014 que rege a previdência municipal, Lei Municipal nº 044/2014, que dispõe sobre estatuto do servidor público do município e Lei Municipal 155/2003, que trata sobre o plano de cargo, carreira e vencimento, RESOLVE:

Art. 1º Conceder o benefício de Aposentadoria Voluntária Por Tempo de Contribuição ao servidor NILTON LUCHTENBERG, efetivo no cargo de Motorista, nível III referência "L", lotado na Secretaria Municipal de Saúde, com proventos integrais totalizando o valor de R\$ 2.669,30 (dois mil seiscentos e sessenta e nove reais e trinta centavos), conforme processo administrativo do IPESI nº 2014.04.01121P, a partir de 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a partir de 03 de agosto de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

ITAPOA - SC, 10 de setembro de 2015.

Iara Cristine de Oliveira Hoepfner

Diretora Executiva

Decreto Municipal 2352/2015

Homologo:

Sérgio Ferreira de Aguiar

Prefeito Municipal

**PORTARIA DE APOSENTADORIA Nº 928/2015**

PORTARIA N.º 928/2015

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria Por Idade ao servidor PEDRO DE JESUS"

A Diretora Executiva do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de ITAPOÁ - IPESI, Estado de SC, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 40, § 1º, III, "b", da CF/88 com redação da E.C. 41/2003, combinado com o artigo 73 da Lei Complementar Municipal nº 041/2014 de 16 de Julho de 2014 que rege a previdência municipal, Lei Municipal nº 044/2014, que dispõe sobre estatuto do servidor público do município e Lei Municipal 155/2003, que trata sobre o plano de cargo, carreira e vencimento, RESOLVE:

Art. 1º Conceder o benefício de Aposentadoria Por Idade ao servidor PEDRO DE JESUS, efetivo no cargo de Ajudante de Serviços Públicos, nível "I" referência "P", lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, com proventos proporcionais totalizando o valor de R\$ 1.180,64 (Um mil cento e oitenta reais e sessenta e quatro centavos), conforme processo administrativo do IPESI nº 2014.02.01109P, a partir de 16 de julho de 2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a partir de 16 de julho de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

ITAPOA - SC, 10 de setembro de 2015.

Iara Cristine de Oliveira Hoepfner

Diretora Executiva

Decreto Municipal 2352/2015

Homologo:

Sérgio Ferreira de Aguiar

Prefeito Municipal

**PORTARIA DE APOSENTADORIA Nº 929/2015**

PORTARIA N.º 929/2015

“Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição a servidora MARIA TEREZINHA PEREIRA DE OLIVEIRA WUNSCH”

A Diretora Executiva do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de ITAPOÁ - IPESI, Estado de SC, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 40, §1º, III, “a”, §5º da CF/88 com redação da E.C. 41/2003, combinado com o artigo 72 da Lei Complementar Municipal nº 041/2014 de 16 de Julho de 2014 que rege a previdência municipal, Lei Municipal nº 044/2014 que dispõe sobre estatuto do servidor público do município e Lei Municipal 153/2003, que trata sobre o plano de cargo, carreira e vencimento, RESOLVE:

Art. 1º Conceder o benefício de Aposentadoria Voluntária Por Tempo de Contribuição – Especial - Professor a servidora MARIA TEREZINHA PEREIRA DE OLIVEIRA WUNSDH, efetiva no cargo de Professor II Nível “II” Referência “E”, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com proventos proporcionais, totalizando o valor de R\$ 3.027,82 (três mil e vinte e sete reais e oitenta e dois centavos), conforme processo administrativo do IPESI nº 2015.04.0110P, a partir de 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a partir de 03 de agosto 2015, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

ITAPOA - SC, 10 de setembro de 2015.

Iara Cristine de Oliveira Hoepfner

Diretora Executiva

Decreto Municipal 2352/2015

Homologo:

Sérgio Ferreira de Aguiar

Prefeito Municipal

# Jacinto Machado

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2015/PMJM

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2015/PMJM

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, a Pregoeira e sua Equipe de apoio, com devida autorização expedida pelo Senhor Prefeito Municipal em Exercício, torna público a realização de licitação no dia 25/09/2015 às 09h00min, com entrega dos envelopes até às 08h45min da mesma data, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal, na modalidade: PREGÃO PRESENCIAL, forma de julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando a "AQUISIÇÃO DE PARQUES INFANTIS PARA SEREM INSTALADOS JUNTO ÀS CRECHES MUNICIPAIS DE JACINTO MACHADO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS CONTIDAS NO EDITAL". O Edital com seus anexos deverão ser obtidos no Setor de Licitações, sito à RUA POOL JORGE ZACCA, Nº 75, Bairro CENTRO, Município de JACINTO MACHADO/SC, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta-feira ou através de solicitação enviada para o e-mail: [licitacao@jacintomachado.sc.gov.br](mailto:licitacao@jacintomachado.sc.gov.br). Jacinto Machado - SC, 11 de Setembro de 2015.

ADELOR EMERICH

Prefeito Municipal em Exercício

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 111/2015/PMJM

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 111/2015/PMJM

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO

Contratada: CASA DO ÔNIBUS PEÇAS E VEÍCULOS EIRELI - ME

Valor Global: R\$ 41.568,97 (quarenta e um mil quinhentos e sessenta e oito reais e noventa e sete centavos).

Vigência: Início: 25/08/2015 Término: 31/12/2015

Licitação: Convite p/ Compras e Serviços Nº 040/2015/PMJM

Dotação: 2.033.3390.00 - 80 - 77/2015 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLI

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA RETÍFICA E MANUTENÇÃO GERAL DO MOTOR DO CAMINHÃO BASCULANTE VW/26.220 EURO3 WORKER DE PLACA MJM-0056 DA SEC. DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS DE JACINTO MACHADO/SC.

Jacinto Machado – SC, 25 de Agosto de 2015.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

Prefeito Municipal

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 112/2015/PMJM

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 112/2015/PMJM

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO

Contratada: RIF COMERCIAL ATACADISTA LTDA ME

Valor Global: R\$ 10.679,75 (dez mil seiscentos e setenta e nove reais e setenta e cinco centavos).

Vigência: Início: 28/08/2015 Término: 31/12/2015

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2015/PMJM

Dotação: 2.008.3390.00 - 695 - 36/2015 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA 2.013.3390.00 - 695 - 45/2015 - MANUTENÇÃO DAS CRECHES

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CAMA, MESA E BANHO PARA SEREM UTILIZADOS NAS CRECHES E PRÉ-ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE JACINTO MACHADO/SC.

Jacinto Machado – SC, 28 de Agosto de 2015.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

Prefeito Municipal

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 113/2015/PMJM

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 113/2015/PMJM

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO

Contratada: COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONTRUÇÃO JB LTDA ME

Valor Global: R\$ 58.497,72 (cinquenta e oito mil quatrocentos e noventa e sete reais e setenta e dois centavos).

Vigência: Início: 02/09/2015 Término: 31/12/2015

Licitação: Convite p/ Compras e Serviços Nº 041/2015/PMJM

Dotação: 2.008.3390.00 - 695 - 36/2015 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA 2.013.3390.00 - 695 - 45/2015 - MANUTENÇÃO DAS CRECHES

2.033.3390.00 - 80 - 77/2015 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLI

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA PEQUENOS REPAROS EM ESCOLAS, CRECHES, PRÉ-ESCOLARES DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL E MATERIAIS DE USO COMUM PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS DE JACINTO MACHADO NO EXERCÍCIO DE 2015.

Jacinto Machado – SC, 2 de Setembro de 2015.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

Prefeito Municipal



# Joaçaba

## PREFEITURA

### EXTRATO HOMOLOGAÇÃO TP 13/2015/PMJ - PL 68/2015/PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA  
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 68/2015/PMJ  
TOMADA DE PREÇOS Nº 13/2015/PMJ

O Secretário de Infraestrutura do Município de Joaçaba, Venilton Rogério Teles, no uso de suas atribuições, resolve:  
HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 68/2015/PMJ.

- Modalidade: TP 13/2015/PMJ.

Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a manutenção da iluminação pública do Município de Joaçaba.

-Empresa Vencedora:

OUIROLUZ PRODUTOS E SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA.

-Valor total contratado: R\$ 270.370,06 (duzentos e setenta mil, trezentos e setenta reais e seis centavos), sendo R\$ 194.766,06 referente aos materiais e R\$ 75.604,00 referentes à mão-de-obra.

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 11 de setembro de 2015.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA  
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA  
VENILTON ROGÉRIO TELES

### PORTARIA N.º 4629

PORTARIA Nº 4.629 DE 04 DE SETEMBRO DE 2015

“ALTERA CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. ALTERAR A CARGA HORÁRIA do(a) Servidor(a) Sr.(a) OUMAR CASSOL, Professor Nível I (Licenciatura), conforme Edital n.º 002/2015 de Alteração de Carga Horária de 18 de agosto de 2015, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos – Lei Complementar n.º 76/2003 de 20 (vinte) para 40 (Quarenta) horas semanais.

Art. 2º – Fica o servidor lotado na Escola Rotary Fritz Lucht, conforme Edital n.º 002/2015 de Alteração de Carga Horária de 18 de agosto de 2015.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 08 de setembro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 04 de setembro de 2015.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

### PORTARIA N.º 4630

PORTARIA Nº 4.630 DE 04 DE SETEMBRO DE 2015

“ACATA PEDIDO DE DEMISSÃO DE FUNCIONÁRIO(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. ACATAR O PEDIDO DE DEMISSÃO, a partir da data de 01/09/2015, do(a) Sr.(a) SOLANO KOZLINSKI DO PRADO, das funções de Motorista Socorrista – SAMU, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde – SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência), sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares n.º 97 de 18 de março de 2005 e n.º 119 de 26 de maio de 2006, em função da classificação no edital n.º 05/2014/FMS.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de setembro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 04 de setembro de 2015.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

### PORTARIA N.º 4631

PORTARIA Nº 4.631 DE 04 DE SETEMBRO DE 2015

“RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONÁRIO(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor GIVANILDO AMARAL CONCEIÇÃO, MOTORISTA SOCORRISTA SAMU, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde – SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência), sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares n.º 97 de 18 de março de 2005 e n.º 119 de 26 de maio de 2006, em função da classificação no edital de Chamada Pública n.º 02/2013/SMS.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de setembro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 04 de setembro de 2015  
RAFAEL LASKE



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 4632**

PORTARIA Nº 4.632 DE 04 DE SETEMBRO DE 2015

“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) NEI TESSER, Professor (Licenciatura – Lei 283/2014), LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através de memorando da Diretoria de Esportes, referente ao período de 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 14 de setembro de 2015 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 14 de setembro de 2015, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 04 de setembro de 2015.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 4633**

PORTARIA Nº 4.633 DE 04 DE SETEMBRO DE 2015

“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) FABRICIA ZUCCHI CAS-SOL, Professor (Licenciatura – Lei 283/2014), LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através de memorando da Diretoria de Esportes, referente aos períodos de 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2012 (12 dias), 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013 (12 dias) e 01 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014 (12 dias) por um período de 36 (trinta e seis) dias, a partir de 15 de setembro de 2015 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 15 de setembro de 2015, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 04 de setembro de 2015.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 4634**

PORTARIA Nº 4.634 DE 04 DE SETEMBRO DE 2015

“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) EMANUELE HOFFELDER ROVER, Professor Nível II (Pós Graduação), LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através do processo n.º 137.276/2015, referente aos períodos de 22 de fevereiro de 2012 a 21 de fevereiro de 2013 (12 dias), 22 de fevereiro de 2013 a 21 de fevereiro de 2014 (12 dias) e 22 de fevereiro de 2014 a 21 de fevereiro de 2015 (12 dias) por um período de 36 (trinta e seis) dias, a partir de 21 de agosto de 2015 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 21 de agosto de 2015, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 04 de setembro de 2015.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 4635**

PORTARIA Nº 4.635 DE 04 DE SETEMBRO DE 2015

“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) JULIO VALECIO FERREIRA, Técnico de Administração, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através de memorando da Diretoria de Esportes, referente ao período de 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2012 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 21 de setembro de 2015 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 21 de setembro de 2015, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 04 de setembro de 2015.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 4636**

PORTARIA Nº 4.636 DE 04 DE SETEMBRO DE 2015

**"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) LICIANE DE FATIMA TELLES, Professor Nível II (Pós Graduação), LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através do processo n.º 137.362/2015, referente aos períodos de 01 de março de 2012 a 28 de fevereiro de 2013 (12 dias), 01 de março de 2013 a 28 de fevereiro de 2014 (12 dias) e 01 de março de 2014 a 28 de fevereiro de 2015 (12 dias) por um período de 36 (trinta e seis) dias, a partir de 28 de agosto de 2015 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 28 de agosto de 2015, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 04 de setembro de 2015.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 4637**

PORTARIA Nº 4.637 DE 04 DE SETEMBRO DE 2015

**"PRORROGA PRAZO DE COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, resolve:

Art. 1º PRORROGAR o prazo em 30 (trinta) dias, conforme prevê o § 7º do art. 128 da Lei Complementar n.º 76/2003, para conclusão dos trabalhos da "Sindicância", que apura fatos ocorridos no CEI Rita Maria Costenaro Petry, possibilitando vislumbrar possível infração disciplinar para instauração de processo administrativo se for o caso, face ao memorando n.º 227/2015 da Secretaria Municipal de Educação e parecer jurídico.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 04 de setembro de 2015.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 4638**

PORTARIA Nº 4.638 DE 09 DE SETEMBRO DE 2015

**"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) SONIRA DA SILVA, Auxiliar de Serviços Internos, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através do processo n.º 137.477 de 20 de fevereiro de 2015, referente ao período de 21 de maio de 2012 a 20 de maio de 2013 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 08 de setembro de 2015 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 08 de setembro de 2015, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 09 de setembro de 2015.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 4639**

PORTARIA Nº 4.639 DE 09 DE SETEMBRO DE 2015

**"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) ELIZETE APARECIDA SEVERGNINI, Professor Nível II (Pós Graduação), LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através do processo n.º 137.378 de 18 de fevereiro de 2015, referente ao período de 01 de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2010 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 14 de setembro de 2015 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 14 de setembro de 2015, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 09 de setembro de 2015.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 4640**

PORTARIA Nº 4.640 DE 09 DE SETEMBRO DE 2015

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) NEIDE ABATE PALLA, Auxiliar de Serviços Internos, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através do processo n.º 138.282 de 17 de abril de 2015, referente aos períodos de 01 de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2010 (12 dias) e 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011 (12 dias) por um período de 24 (vinte e quatro) dias, a partir de 08 de setembro de 2015 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 08 de setembro de 2015, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 09 de setembro de 2015.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 4641**

PORTARIA Nº 4.641 DE 09 DE SETEMBRO DE 2015

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) ELIANE ALVES CARDOSO, Professor Nível I (Licenciatura), LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através do processo n.º 137.433 de 19 de fevereiro de 2015, referente ao período de 20 de abril de 2011 a 19 de abril de 2012 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 01 de setembro de 2015 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de setembro de 2015, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 09 de setembro de 2015.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 4642**

PORTARIA Nº 4.642 DE 09 DE SETEMBRO DE 2015

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) ELIZETE ZANINI ZARPELON, Professor Nível II (Pós Graduação), LICENÇA-PRÊMIO a

que tem direito solicitada através do processo n.º 137.391 de 18 de fevereiro de 2015, referente ao período de 01 de janeiro de 2013 a 31 de janeiro de 2013 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 28 de setembro de 2015 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 28 de setembro de 2015, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 09 de setembro de 2015.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 4643**

PORTARIA Nº 4.643 DE 09 DE SETEMBRO DE 2015

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) JOSIELI NATALINA GARÇOA FLEMMING, Professor Nível I (Licenciatura), LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através do processo n.º 137.496 de 23 de fevereiro de 2015, referente ao período de 25 de fevereiro de 2013 a 25 de fevereiro de 2014 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 28 de setembro de 2015 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 28 de setembro de 2015, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 09 de setembro de 2015.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 4644**

PORTARIA Nº 4.644 DE 09 DE SETEMBRO DE 2015

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) WILKERSON SILVA PEREIRA DIERSMANN, Professor Nível II (PÓS GRADUAÇÃO), LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através do processo n.º 137.373 de 23 de fevereiro de 2015, referente ao período de 01 de janeiro de 2012 a 28 de fevereiro de 2013 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 21 de setembro de 2015 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 21 de setembro de 2015, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de

julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 09 de setembro de 2015.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

#### **PORTARIA N.º 4645**

PORTARIA Nº 4.645 DE 09 DE SETEMBRO DE 2015

“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) MARI EUNICE SANTANA PARIZOTTO, Professor Pós Graduado Nível I (PÓS GRADUAÇÃO – cargo em extinção), LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através do processo n.º 137.390 de 18 de fevereiro de 2015, referente ao período de 01 de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2010 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 21 de setembro de 2015 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 21 de setembro de 2015, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 09 de setembro de 2015.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

#### **PORTARIA N.º 4646**

PORTARIA Nº 4.646 DE 09 DE SETEMBRO DE 2015

“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) LUCIANA CRISTINA DE OLIVEIRA, Auxiliar de Serviços Internos, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através do processo n.º 137.399 de 19 de fevereiro de 2015, referente aos períodos de 01 de março de 2013 a 28 de fevereiro de 2014 (12 dias) e 01 de março de 2014 a 28 de fevereiro de 2015 (12 dias) por um período de 24 (doze) dias, a partir de 21 de setembro de 2015 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 21 de setembro de 2015, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 09 de setembro de 2015.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

#### **PORTARIA N.º 4647**

PORTARIA Nº 4.647 DE 09 DE SETEMBRO DE 2015

“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) NOEMI DE SOUZA ALMEIDA, Professor Nível II (Pós Graduação), LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através do processo n.º 137.278 de 11 de fevereiro de 2015, referente aos períodos de 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011 (12 dias), 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2012 (12 dias) e 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013 (12 dias) por um período de 36 (trinta e seis) dias, a partir de 18 de setembro de 2015 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 18 de setembro de 2015, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 09 de setembro de 2015.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

#### **PORTARIA N.º 4648**

PORTARIA Nº 4.648 DE 09 DE SETEMBRO DE 2015

“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) CLEUNICE TERESINHA SANTOS, Professor Pós Graduado Nível I (Pós Graduação – cargo em extinção), LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através do processo n.º 137.356 de 18 de fevereiro de 2015, referente aos períodos de 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2012 (12 dias) e 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013 (12 dias) por um período de 24 (vinte e quatro) dias, a partir de 16 de setembro de 2015 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 16 de setembro de 2015, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 09 de setembro de 2015.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal



**PORTARIA N.º 4649**

PORTARIA Nº 4.649 DE 09 DE SETEMBRO DE 2015

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) DIONE MARIA CIELLO PADILHA, Professor Nível II (Pós Graduação), LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através do processo n.º 137.218 de 09 de fevereiro de 2015, referente ao período de 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 14 de setembro de 2015 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 14 de setembro de 2015, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 09 de setembro de 2015.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 4650**

PORTARIA Nº 4.650 DE 09 DE SETEMBRO DE 2015

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) MARIAROSA MENDES FIEDLER, Professor Pós Graduado Nível I (Pós Graduação – cargo em extinção), LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através do processo n.º 137.487 de 23 de fevereiro de 2015, referente ao período de 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2012 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 14 de setembro de 2015 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 14 de setembro de 2015, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 09 de setembro de 2015.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 4651**

PORTARIA Nº 4.651 DE 09 DE SETEMBRO DE 2015

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) DANIELI DEBUS, Professor Nível II (Pós Graduação), LICENÇA-PRÊMIO a que tem

direito solicitada através do processo n.º 137.240 de 10 de fevereiro de 2015, referente ao período de 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 14 de setembro de 2015 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 14 de setembro de 2015, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 09 de setembro de 2015.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 4652**

PORTARIA Nº 4.652 DE 09 DE SETEMBRO DE 2015

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) GICELE CARVALHO DA SILVA MARCON, Professor Nível II (Pós Graduação), LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através do processo n.º 137.488 de 23 de fevereiro de 2015, referente ao período de 15 de março de 2013 a 14 de março de 2014 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 08 de setembro de 2015 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 08 de setembro de 2015, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 09 de setembro de 2015.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 4653**

PORTARIA Nº 4.653 DE 09 DE SETEMBRO DE 2015

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) ELZIRA MEYER, Professor Magistério (Magistério – cargo em extinção), LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através do processo n.º 137.333 de 12 de fevereiro de 2015, referente aos períodos de 01 de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2010 (12 dias), 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011 (12 dias) e 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2012 (12 dias) por um período de 36 (trinta e seis) dias, a partir de 03 de setembro de 2015 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura,

produzindo efeitos desde 03 de setembro de 2015, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 09 de setembro de 2015.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

#### **PORTARIA N.º 4654**

PORTARIA Nº 4.654 DE 09 DE SETEMBRO DE 2015

“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) ALESSANDRO SLOGO, Motorista, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através do memorando interno n.º 520/2015 de agosto de 2015, referente ao período de 28 de janeiro de 2014 a 27 de janeiro de 2015 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 08 de setembro de 2015 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 08 de setembro de 2015, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 09 de setembro de 2015.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

#### **PORTARIA N.º 4655**

PORTARIA Nº 4.655 DE 09 DE SETEMBRO DE 2015

“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) JOÃO CARLOS TOLEDO SAMPAIO, Técnico de Administração, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através do memorando interno n.º 520/2015 de agosto de 2015, referente ao período de 24 de janeiro de 2012 a 23 de janeiro de 2013 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 21 de setembro de 2015 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 21 de setembro de 2015, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 09 de setembro de 2015.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

#### **PORTARIA N.º 4656**

PORTARIA Nº 4.656 DE 09 DE SETEMBRO DE 2015

“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) ELIANE KLOTZ, FARMÁCEUTICO BIOQUÍMICO/ ANALISTA CLÍNICO, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através do memorando interno n.º 327/2015 de 27 de maio de 2015, referente aos períodos de 01 de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2010 (12 dias), 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011 (12 dias), 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2012 (12 dias), 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013 (12 dias) e 01 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014 (12 dias) por um período de 60 (sessenta) dias, a partir de 31 de agosto de 2015 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 31 de agosto de 2015, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 09 de setembro de 2015.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

#### **PORTARIA N.º 4657**

PORTARIA Nº 4.657 DE 09 DE SETEMBRO DE 2015

“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) ROSANGELA GIONGO, Telefonista/Recepcionista, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através do memorando interno n.º 565/2015 de 10 de setembro de 2015, referente ao período de 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 14 de setembro de 2015 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 14 de setembro de 2015, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 09 de setembro de 2015.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 4658**

PORTARIA Nº 4.658 DE 09 DE SETEMBRO DE 2015

**"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) ADACIR LUIS DE OLIVEIRA, Motorista, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através do memorando n.º 103/2015 de 09 de setembro de 2015 da Secretaria de Desenvolvimento Agrícola, Indústria, Comércio, Turismo e Inovação, referente ao período de 19 de outubro de 2000 a 31 de dezembro de 2003 (30 dias – saldo remanescente) por um período de 30 (trinta) dias, a partir de 01 de setembro de 2015 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de setembro de 2015, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 09 de setembro de 2015.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 4659**

PORTARIA Nº 4.659 DE 09 DE SETEMBRO DE 2015

**"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 76/2003, resolve:

Art. 1º – PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 09 de março de 2016 do(a) Servidor(a) Sr.(a) DANIELA KOPHAL das funções de MEDICO - ESF, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde – ESF (Estratégia de Saúde da Família), sendo seu Contrato de Trabalho regido pelo art. 2º § 1º I e II da Lei Complementar n.º 97 de 18 de março de 2005, em função da classificação no edital de processo seletivo n.º 001/2015/FMS, conforme memorando n.º 557/2015 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 09 de setembro de 2015.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 4660**

PORTARIA Nº 4.660 DE 09 DE SETEMBRO DE 2015

**"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 76/2003, resolve:

Art. 1º – PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 09 de março de 2016 do(a) Servidor(a) Sr.(a) IANE GONZATTO das funções de MEDICO - ESF, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde – ESF (Estratégia de Saúde da Família), sendo seu Contrato de Trabalho regido pelo art. 2º § 1º I e II da Lei Complementar n.º 97 de 18 de março de 2005, em função da classificação no edital de processo seletivo n.º 001/2015/FMS, conforme memorando n.º 558/2015 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 09 de setembro de 2015.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 4661**

PORTARIA Nº 4.661 DE 09 DE SETEMBRO DE 2015

**"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 76/2003, resolve:

Art. 1º – PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 22 de março de 2016 do(a) Servidor(a) Sr.(a) LUCIMARI MENDES RODRIGUES CALLUANS das funções de TÉCNICO DE ENFERMAGEM - ESF, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde – ESF (Estratégia de Saúde da Família), sendo seu Contrato de Trabalho regido pelo art. 2º § 1º I e II da Lei Complementar n.º 97 de 18 de março de 2005, em função da classificação no edital de Processo Seletivo n.º 009/2014/FMS, conforme memorando n.º 559/2015 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 22 de setembro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 09 de setembro de 2015.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal



**PORTARIA N.º 4662**

PORTARIA Nº 4.662 DE 09 DE SETEMBRO DE 2015

**"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 76/2003, resolve:

Art. 1º – PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 22 de março de 2016 do(a) Servidor(a) Sr.(a) VERA LUCIA GALVÃO BISSANI, para exercer o cargo de Técnico de Enfermagem - Pronto Atendimento Ambulatorial de Saúde (PAAS), com carga horária de 12 (doze) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - Pronto Atendimento Ambulatorial de Saúde (PAAS), sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 256 de 20 de dezembro de 2013, Lei Complementar n.º 274/2014 e nº 97 de 18 de março de 2005, bem como pelo aprovação no processo seletivo n.º 001/2015/FMS, conforme memorando n.º 560/2015 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 22 de setembro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 09 de setembro de 2015.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 4663**

PORTARIA Nº 4.663 DE 09 DE SETEMBRO DE 2015

**"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 76/2003, resolve:

Art. 1º – PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 26 de março de 2016 do(a) Servidor(a) Sr.(a) FERNANDA TROMBETTA, para exercer o cargo de Técnico de Enfermagem - Pronto Atendimento Ambulatorial de Saúde (PAAS), com carga horária de 06 (seis) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - Pronto Atendimento Ambulatorial de Saúde (PAAS), sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 256 de 20 de dezembro de 2013, Lei Complementar n.º 274/2014 e nº 97 de 18 de março de 2005, bem como pelo aprovação no processo seletivo n.º 001/2015/FMS, conforme memorando n.º 561/2015 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 26 de setembro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 09 de setembro de 2015.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 4664**

PORTARIA Nº 4.664 DE 09 DE SETEMBRO DE 2015

**"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 76/2003, resolve:

Art. 1º – PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 26 de março de 2016 do(a) Servidor(a) Sr.(a) JUCELI BONAMIGO, para exercer o cargo de Técnico de Enfermagem - Pronto Atendimento Ambulatorial de Saúde (PAAS), com carga horária de 06 (seis) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - Pronto Atendimento Ambulatorial de Saúde (PAAS), sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 256 de 20 de dezembro de 2013, Lei Complementar n.º 274/2014 e nº 97 de 18 de março de 2005, bem como pelo aprovação no processo seletivo n.º 001/2015/FMS, conforme memorando n.º 562/2015 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 26 de setembro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 09 de setembro de 2015.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 4665**

PORTARIA Nº 4.665 DE 09 DE SETEMBRO DE 2015

**"CONSTITUI COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003,

**RESOLVE,**

1º INSTAURAR "Tomadas de Contas Especial", a fim de que se apure qualquer valor recebido indevidamente pelos servidores Nei Tesser, Emerson Vieira e Valeria Terezinha Ferreira por decisão acatada pelo Prefeito Municipal sugerida pela comissão de processo administrativo instaurada pela portaria n.º 3.664/2015 da qual apurou-se infração ao art. 111, III da Lei Complementar n.º 76/2003 e alterações.

2º DESIGNAR os servidores, ROSANGELA PELICIELLI, JULIO CESAR BISSANI e SULANY DE FATIMA B. WELTER, para conduzirem a Comissão, sob a presidência do primeiro, a fim de dar cumprimento ao disposto no item anterior, em razão das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto n.º 4.259 de 04 de março de 2013 e Lei n.º 4.298 de 14 de fevereiro de 2013.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido ao disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 09 de setembro de 2015.  
RAFAEL LASKE

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA**

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 4666**

PORTARIA Nº 4.666 DE 11 DE SETEMBRO DE 2015

"DESIGNAR SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º – DESIGNAR o servidor Sr. JOAO CARLOS TOLEDO SAM-PAIO para acompanhar e fiscalizar o contrato n.º 227/2011/FMS, proveniente do Processo de Licitação n.º 24/2011/FMS – Pregão Presencial n.º 20/2011/FMS de acordo com o estabelecido no artigo 67 da Lei n.º 8666/93.

Art. 2º – Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecendo o disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 11 de setembro de 2015.

RAFAEL LASKE

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA**

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**RESOLUÇÃO Nº 04/2015 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

RESOLUÇÃO Nº 04/2015

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

**"DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO DE SERVIDORES PARA CONDUZIREM VEÍCULOS DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL"**

O Secretário de Assistência Social de Joaçaba(SC), no uso de suas atribuições

RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar os seguintes servidores para conduzirem os veículos da Secretaria de Assistência Social, conforme relação abaixo: ABRIGO – Ediles Drey de Giacometi ,Maria Eliza Monteiro, Francieli Carabolante, Marilei Schmitz Ebert , Marisangela Aparecida Carletto , Rodrigo Pereira Silva, Derli Francisco da Silva , Adriana Maria Pedrette Pasini, Karine Ferreira da Rosa e Kelly Ferreira (MHY 9721, PEUGEOT PARTNER ESCAP 2010/2011 BRANCA)

CONSELHO TUTELAR –, Grasielle Zanella, Mabel Falavinha Baran , Mirian Medeiros e Clarice Elias. (MLU 2478, PALIO WK ATTRAC - FIAT BRANCA , 2014).

CRAS – Sandrine Pizoni, Juliana Chiamulera, Rúbia Karen Provensi, Larissa Novello, Gislaiane Ferreira Coutinho Soares, Edoardo Trindade dos Santos e Kelly Ferreira. (MKF 7167, RENAULT/LOGAN AUT 1016V 2012/2013 BRANCA e MLM 0086 UNO MILLE – FIAT - 2013 ).

CREAS – Rozane Martins Schmautz, Maristela Rosa Abatti Schuller, Rosilde Calderoli Bortolini, Marcelino Zuffo, Giolly Muriel Moreira, Rosilei Bordin Lago , Aline Aparecida Schmidt Dambros ( MKE 5977, RENAULT/LOGAN EXP 16 2012/2013 BRANCA, MLN – 7742 – UNO VIVANCE 2014 BRANCO)

IDOSO –Ivete Aparecida Facin,, Marisete da Rosa Bottega , Daiana Duarte (MFY 1160, VW GOL SPECIAL 2002/2003 CINZA).

SEC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – Juliana Chiamulera, Ediles Drey de Giacometi, Renan Zilio, Ivone Zanatta , Nathalia Costenaro Mascarello, Loiva Otto Grisner e Mário Wolfart. (MDR 4613, FIAT/SIENA FIRE FLEX 2007/2007 BRANCA) e MKU- 4769 FIAT STRADA WORKING 2014/2015).

ACESSUAS – Érica Tomazi Ribeiro , Veronica Arruda Wolff e Marcelo Junior de Lima Kochhan ( MGD 8896 –UNO MILLE FLEX 2010 - BRANCO)

MKU-4769 -FIAT-STRADA WORKING-2014/2015– Poderá ser usado por todos os serviços, conduzido pelos servidores da Secretaria e : Marisete da Rosa Bottega , Daiana Duarte , Edoardo Trindade dos Santos, Giolly Muriel Moreira e Marcelino Zuffo.

Parágrafo único: A Carteira Nacional de Habilitação, deverá estar dentro da data de validade.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogada a Resolução 03/2015.

Joaçaba, SC, 11 de setembro de 2015

MÁRIO WOLFART

Secretário de Assistência Social

**SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA****ATO CONJUNTO 01/2015**

ATO CONJUNTO 01/2015.

Os Prefeitos Municipais de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna, no uso da atribuição estabelecida no § 1º, do art. 16, da Lei Complementar n. 193/2010 do Município de Joaçaba, ratificada pela Lei n.2.819/2010 do Município de Herval d'Oeste e pela Lei Complementar n. 093/2010, do Município de Luzerna, por este ato DESIGNAM o servidor Aluir Flemming, RG n. 1.707.669, ocupante do cargo de Oficial Técnico, no qual é estável, para exercer a função de Diretor Presidente do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto – SIMAE, autarquia intermunicipal dos três Municípios, a partir do dia 01 de outubro de 2015.

Joaçaba, 10 de setembro de 2015

Rafael Laske

Prefeito Municipal de Joaçaba

Herval d'Oeste, 10 de setembro de 2015

Nelson Guindani

Prefeito Municipal de Herval d'Oeste

Luzerna, 10 de setembro de 2015

Moisés Diersmann

Prefeito Municipal de Luzerna

**PORTARIA JHL 214/2015**

PORTARIA SIMAE JHL Nº - 214/2015 DE 10.09.2015

Elisabet Maria Zanela Sartori Diretora Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba e Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º- Designar Edson Rodrigo Besbati, ocupante do cargo de Mecânico de Manutenção, enquadrado no P-4, N-1 Ref.C, sob nº da CNH 02036049404 ,para exercer a atividade de Condutor de Veículo da Autarquia, estando autorizado a dirigir o veículo Fiat Doblo Placa MCI 9064 do Setor de Manutenção de Eletromecânica,

a partir de 11 de Setembro de 2015, que será exercida cumulativamente com as atribuições de seu cargo, fazendo jus à um Adicional de 20% (vinte por cento) tendo por base de cálculo a Referência "A", do Nível 1, do Padrão 4, cujo adicional será pago juntamente com os vencimentos de seu cargo, de acordo com Art.36 da Lei Complementar 193 de 06/09/10, proporcional aos dias trabalhados.

Art. 2º- O servidor designado como condutor é responsável pela locomoção de servidores em serviço e no transporte de materiais/equipamentos devendo observar todas as regras do Código de Trânsito Brasileiro – CTB.

Art. 3º- Esta Portaria entrará em vigor a partir de 11 de Setembro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 10 de Setembro de 2015.  
Elisabet Maria Zanela Sartori  
Diretora Presidente

### **PORTARIA JHL 215/2015**

PORTARIA SIMAE JHL Nº - 215/2015 DE 10.09.2015

Elisabet Maria Zanela Sartori, Diretora Presidente SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º- Designar Helison Carvalho Ferreira, ocupante do cargo de Mecânico de Manutenção, enquadrado no P-4, N-1, Ref.A, sob nº da CNH 06167226979, para exercer a atividade de Condutor de Veículo da Autarquia, estando autorizado a pilotar a motocicleta Placa QHI-2033 no período de 19.09.2015 à 31.10.2015, que será exercida cumulativamente com as atribuições de seu cargo, fazendo jus à um Adicional de 20% (vinte por cento) tendo por base de cálculo a Referência "A", do Nível 1, do Padrão 4, cujo adicional será pago juntamente com os vencimentos de seu cargo, de acordo com Art.36 da Lei Complementar 193 de 06/09/10, proporcional aos dias trabalhados.

Art. 2º- O servidor designado como condutor é responsável pela locomoção de servidores em serviço e no transporte de materiais/equipamentos devendo observar todas as regras do Código de Trânsito Brasileiro – CTB.

Art. 3º- Esta Portaria entrará em vigor a partir de 19 de Setembro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 10 de Setembro de 2015.  
Elisabet Maria Zanela Sartori  
Diretora Presidente

### **PREGÃO 0034/2015 - SIMAE**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA/HERVAL D'OESTE E LUZERNA

LICITAÇÃO Nº 0046/2015

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0034/2015

PROTOCOLO JHL 2252/2015

Encontra-se aberto no SIMAE de Joaçaba, Pregão Presencial 0034/2015 – Licitação 0046/2015, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, que trata de:

Objeto: Registro de preços para contratação de serviços de manutenção e conservação a serem executados nos equipamentos acoplados aos veículos das áreas técnicas água e esgoto do SIMAE, para o exercício 2015.

Da Entrega dos Envelopes: A entrega dos envelopes deverá ser até as 10h30m do dia 24/09/2015 na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Da Abertura: A abertura será realizada no dia 24/09/2015 às 14h:00m, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba no horário das 08 horas às 11h e das 14h às 17h ou no site [www.simae.sc.gov.br](http://www.simae.sc.gov.br), no período de 11/09/2015 a 24/09/2015.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone (49) 3551-8200.

Joaçaba - SC, 11 de Setembro de 2015.

Elisabet Maria Zanela Sartori – Diretora Presidente do SIMAE.

### **RESUMO CONTRATO JHL 0077/2015 - SIMAE**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0077/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0039/2012

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0059/2012

PROTOCOLO Nº 2207/2012

Data: 11/09/2015

Objeto: PRORROGAÇÃO DE PRAZO E REAJUSTE DE VALOR REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LAVAGEM, LUBRIFICAÇÃO E POLIMENTO DOS VEÍCULOS DA FROTA DO SIMAE.

Contratado: GEMELLI, GEMELLI & CIA LTDA.

Valor Contratado: R\$ 48.988,80 (Quarenta e oito mil, novecentos e oitenta e oito reais e oitenta centavos).

Programa: 14.01.2.061 Técnica Água 14.01.2062 Técnica Esgoto

Elemento De Despesa: 3.3.90.39.19.00.00.00

Prazo de vigência: 14/09/2015 a 13/09/2016.

Elisabet Maria Zanela Sartori – Diretora Presidente do SIMAE

**BALANCETE FINANCEIRO AGOSTO DE 2015****SANTA CATARINA****SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Liquidada

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Período: Agosto

Página: 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
<b>ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>1.392.614,26</b>	<b>ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>1.062.125,44</b>
RECEITA PATRIMONIAL	101.799,53	<b>DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>987.923,42</b>
RECEITA DE SERVIÇOS	1.258.079,27	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	362.225,95
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	15.021,61	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	525.871,72
RECEITA DE SERVIÇOS	17.710,01	INVESTIMENTOS	99.825,75
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	3,84	<b>DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>74.202,02</b>
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	74.202,02
<b>Interferências Financeiras</b>	<b>28,50</b>		
OUTRAS INDENIZAÇÕES	28,50		
<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>1.242.972,48</b>	<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>1.335.902,37</b>
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	166.819,44	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	163.116,43
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	1.076.153,04	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	1.077.640,69
		RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	95.145,25
<b>SALDOS ANTERIORES</b>	<b>9.091.593,68</b>	<b>SALDOS ATUAIS</b>	<b>9.329.181,11</b>
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	9.052.947,62	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	9.274.726,64
BANCO C/ MOVIMENTO	35.641,43	BANCO C/ MOVIMENTO	50.879,33
POUPANÇA	3.004,63	POUPANÇA	3.025,14
		TESOURARIA GERAL - Caixa	550,00
<b>TOTAL</b>	<b>11.727.208,92</b>	<b>TOTAL</b>	<b>11.727.208,92</b>

JOACABA, 11/09/2015

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI  
Diretora Presidente

CESAR AUGUSTO MACIEL RIBEIRO  
Contador CRC SC 039259/O-8

**BALANCETE FINANCEIRO JULHO DE 2015****SANTA CATARINA****SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Liquidada

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Período: Julho

Página: 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
<b>ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>1.454.451,82</b>	<b>ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>1.032.515,89</b>
RECEITA PATRIMONIAL	104.808,38	<b>DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>937.442,84</b>
RECEITA DE SERVIÇOS	1.314.051,74	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	361.740,69
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	17.319,45	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	491.968,72
RECEITA DE SERVIÇOS	18.268,41	INVESTIMENTOS	83.733,43
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	3,84	<b>DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>95.073,05</b>
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	74.892,56
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	20.180,49
<b>Interferências Financeiras</b>	<b>1.131,45</b>		
OUTRAS INDENIZAÇÕES	1.131,45		
<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>1.197.721,96</b>	<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>1.339.057,60</b>
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	162.388,43	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	158.741,31
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	1.035.333,53	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	1.083.433,68
		RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	96.882,61
<b>SALDOS ANTERIORES</b>	<b>8.809.861,94</b>	<b>SALDOS ATUAIS</b>	<b>9.091.593,68</b>
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	8.763.159,03	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	9.052.947,62
BANCO C/ MOVIMENTO	43.718,07	BANCO C/ MOVIMENTO	35.641,43
POUPANÇA	2.984,84	POUPANÇA	3.004,63
<b>TOTAL</b>	<b>11.463.167,17</b>	<b>TOTAL</b>	<b>11.463.167,17</b>

JOACABA, 11/09/2015

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI  
Diretora Presidente

CESAR AUGUSTO MACIEL RIBEIRO  
Contador CRC SC 039259/O-8

# Lages

## PREFEITURA

**EXTRATO ARP 07/2015 PP 97 2015 BLU DIST**

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 97/2015

PROCESSO Nº 218/2015

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Papel Higiênico e Papel Toalha para uso nas Unidades Escolares, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo I do Edital Correlato

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA IV – DOS PREÇOS

O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 97/2015.

O VALOR REGISTRADO É DE R\$ 85.800,00 (oitenta e cinco mil e oitocentos reais).

BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA EIRELI ME – CNPJ 12.667.876/0001-75 – RUA PEREIRA DE OLIVEIRA, 85 GALPÃO 02 – VELHA BLUMENAU - CEP.: 89.036-350

Lages/SC 02 de setembro de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte



# Laguna

## PREFEITURA

**PORTARIA Nº 1196/2015**

PORTARIA RH Nº 1196/2015

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER FÉRIAS, BIANCA ALVES Diretor do Departamento, do dia 01.09.2015 a 30.09.2015, referente ao período aquisitivo 2014/2015.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 01 de Setembro de 2015.

LUIZ PAULO REZENDE

Secretário Municipal

**PORTARIA Nº 1197/2015**

PORTARIA RH Nº 1197/2015

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER FÉRIAS, aos Servidores abaixo relacionados, do dia 01.09.2015 a 30.09.2015, com lotação na Secretaria de Saúde.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO
Heraldo Hercílio Costa	2012/2013
Maria Heloísa Fernandes	2014/2015
Neusa Martins de Oliveira	2014/2015
Roberto Yasuyoshi Hamada	2012/2013
Solange Nunes Nascimento	2014/2015

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 01 de Setembro de 2015.

RAQUEL XAVIER

Secretário Municipal

**PORTARIA Nº 1199/2015**

PORTARIA RH Nº 1199/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**RESOLVE:**

NOMEAR, AMANDA DOMINGOS OLIVEIRA para exercer o cargo em comissão de Coordenador de Apoio à Saúde Bucal, DS 5, com lotação na Secretaria de Saúde, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 01 de Setembro de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1200/2015**

PORTARIA RH Nº 1200/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**RESOLVE:**

NOMEAR, CARLA MEDEIROS DE SOUZA para exercer o cargo em comissão de Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro, DS 4, com lotação na Secretaria de Saúde, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 01 de Setembro de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1201/2015**

PORTARIA RH Nº 1201/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**RESOLVE:**

DEMITIR, NAYARA JERÔNIMO DA SILVA do Cargo de Professor de Educação Física, 20 horas, HAB 100, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 02 de Setembro de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1202/2015**

PORTARIA RH Nº 1202/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**RESOLVE:**

ADMITIR, em caráter temporário ADRIANA DE SOUZA MACHADO SOUZA para exercer o Cargo de Professor Auxiliar, 20 horas, HAB 010, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 02/09/2015, em conformidade com as Leis nº 134/2006 e nº 217/2010.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 02 de Setembro de 2015.  
EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1203/2015**

PORTARIA RH Nº 1203/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

ADMITIR, em caráter temporário FERNANDA PEDRO CORREIA para exercer o Cargo de Professor Auxiliar, 20 horas, HAB 030, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 02/09/2015, em conformidade com as Leis nº 134/2006 e nº 217/2010.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 02 de Setembro de 2015.  
EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1204/2015**

PORTARIA RH Nº 1204/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

ADMITIR, em caráter temporário CAMILA PIRES DOS PASSOS para exercer o Cargo de Professor de Educação Infantil, 20 horas, HAB 030, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 02/09/2015, em conformidade com as Leis nº 134/2006 e nº 217/2010.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 02 de Setembro de 2015.  
EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1205/2015**

PORTARIA RH Nº 1205/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

DESLIGAR, por motivo de aposentadoria, conforme benefício nº 1686005862, espécie 42, a Sra. SUELI MULLER, Assistente Social, com lotação na Secretaria de Saúde, partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 02 de Setembro de 2015.  
EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

# Lauro Muller

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 098/2015

DECRETO Nº 098/2015.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 1838/14, de 12 de Dezembro de 2014 (Lei Orçamentária Anual LOA), DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 40.000,00 (Quarenta Mil Reais), para reforço do seguinte item orçamentário:

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERV. PÚBLICOS

05.01 - Departamento de Obras

2.039 - Abertura e Conservação de Estradas do Interior

DOTAÇÃO 88

3.1.90.00.00.0116 - Aplicação Direta R\$ 40.000,00

Total: R\$ 40.000,00

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior correrá por conta da anulação em igual quantia nos seguintes itens orçamentários:

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERV. PÚBLICOS

05.01 - Departamento de Obras

2.039 - Abertura e Conservação de Estradas do Interior

DOTAÇÃO 89

3.3.90.00.00.0116 - Aplicação Direta R\$ 20.000,00

DOTAÇÃO 90

4.4.90.00.00.0116 - Aplicação Direta R\$ 20.000,00

Total: R\$ 40.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 10 DE SETEMBRO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO

Sec. Administração, Finanças e Planej.

### DECRETO Nº 099/2015

DECRETO Nº 099/2015.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 1838/14, de 12 de Dezembro de 2014 (Lei Orçamentária Anual LOA), DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 5.000,00 (Cinco Mil Reais), para reforço do seguinte item orçamentário:

03.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM., FINANÇAS E PLANEJAMENTO

03.01 - Departamento de Administração

2.049 - Manutenção do Conselho Tutelar

DOTAÇÃO 15

3.1.90.00.00.0116 - Aplicação Direta R\$ 5.000,00

Total: R\$ 5.000,00

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior correrá por conta da anulação em igual quantia nos seguintes itens orçamentários:

03.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM., FINANÇAS E PLANEJAMENTO

03.01 - Departamento de Administração

2.049 - Manutenção do Conselho Tutelar

DOTAÇÃO 17

4.4.90.00.00.0116 - Aplicação Direta R\$ 5.000,00

Total: R\$ 5.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 10 DE SETEMBRO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO

Sec. Administração, Finanças e Planej.

### DECRETO Nº 100/2015

DECRETO Nº 100/2015.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 1838/14, de 12 de Dezembro de 2014 (Lei Orçamentária Anual LOA), DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 1.000,00 (Um Mil Reais), para reforço do seguinte item orçamentário:

04 - SECRET. MUN. DA EDUCAÇÃO E DOS ESPORTES

04.03 - Departamento de Desporto

2.040 - Gerenciamento e Manutenção da Coordenadoria de Esportes

DOTAÇÃO 68

3.1.90.00.00.0116 - Aplicação Direta R\$ 1.000,00

Total: R\$ 1.000,00

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior correrá por conta da anulação em igual quantia nos seguintes itens orçamentários:

04 - SECRET. MUN. DA EDUCAÇÃO E DOS ESPORTES

04.03 - Departamento de Desporto

2.040 - Gerenciamento e Manutenção da Coordenadoria de Esportes

**DOTAÇÃO 71**

4.4.90.00.00.0116 - Aplicação Direta R\$ 1.000,00

Total: R\$ 1.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 10 DE SETEMBRO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO

Sec. Administração, Finanças e Planej.

**DECRETO Nº 101/2015**

DECRETO Nº 101/2015.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 1838/14, de 12 de Dezembro de 2014 (Lei Orçamentária Anual LOA), DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 70.000,00 (Setenta Mil Reais), para reforço do seguinte item orçamentário:

04 - SECRET. MUN. DA EDUCAÇÃO E DOS ESPORTES

04.01 - Departamento de Apoio Pedagógico

2.022 - Manutenção do Ensino Infantil

DOTAÇÃO 52

3.1.90.00.00.0135 - Aplicação Direta R\$ 70.000,00

Total: R\$ 70.000,00

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior correrá por conta da anulação em igual quantia nos seguintes itens orçamentários:

04 - SECRET. MUN. DA EDUCAÇÃO E DOS ESPORTES

04.01 - Departamento de Apoio Pedagógico

2.022 - Manutenção do Ensino Infantil

DOTAÇÃO 54

3.3.90.00.00.0135 - Aplicação Direta R\$ 70.000,00

Total: R\$ 70.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 10 DE SETEMBRO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO

Sec. Administração, Finanças e Planej.

**DECRETO Nº 102/2015**

DECRETO Nº 102/2015.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 1838/14, de 12 de Dezembro de 2014 (Lei Orçamentária Anual LOA), DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 100.000,00 (Cem Mil Reais), para reforço do seguinte item orçamentário:

04 - SECRET. MUN. DA EDUCAÇÃO E DOS ESPORTES

04.01 - Departamento de Apoio Pedagógico

2.020 - Manutenção do Ensino Fundamental

DOTAÇÃO 31

3.3.90.00.00.0134 - Aplicação Direta R\$ 100.000,00

Total: R\$ 100.000,00

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior correrá por conta da anulação em igual quantia nos seguintes itens orçamentários:

04 - SECRET. MUN. DA EDUCAÇÃO E DOS ESPORTES

04.01 - Departamento de Apoio Pedagógico

2.020 - Manutenção do Ensino Fundamental

DOTAÇÃO 33

3.3.90.00.00.0134 - Aplicação Direta R\$ 100.000,00

Total: R\$ 100.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 10 DE SETEMBRO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO

Sec. Administração, Finanças e Planej.

**DECRETO Nº 103/2015**

DECRETO Nº 103/2015.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 1838/14, de 12 de Dezembro de 2014 (Lei Orçamentária Anual LOA), DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 230.000,00 (Duzentos e Trinta Mil Reais), para reforço do seguinte item orçamentário:

04 - SECRET. MUN. DA EDUCAÇÃO E DOS ESPORTES

04.01 - Departamento de Apoio Pedagógico

2.020 - Manutenção do Ensino Fundamental

DOTAÇÃO 31

3.3.90.00.00.0134 - Aplicação Direta R\$ 230.000,00

Total: R\$ 230.000,00

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior correrá por conta da anulação em igual quantia nos seguintes itens orçamentários:

**04 - SECRET. MUN. DA EDUCAÇÃO E DOS ESPORTES**

04.01 - Departamento de Apoio Pedagógico

2.020 - Manutenção do Ensino Fundamental

DOTAÇÃO 34

3.3.90.00.00.0135 - Aplicação Direta R\$ 230.000,00

Total: R\$ 230.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 10 DE SETEMBRO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO

Sec. Administração, Finanças e Planej.

**DECRETO Nº 104/2015**

DECRETO Nº 104/2015.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 1838/14, de 12 de Dezembro de 2014 (Lei Orçamentária Anual LOA),

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 53.000,00 (Cinquenta e Três Mil Reais), para reforço do seguinte item orçamentário:

**04 - SECRET. MUN. DA EDUCAÇÃO E DOS ESPORTES**

04.01 - Departamento de Apoio Pedagógico

2.023 - Manutenção da Secretaria de Educação

DOTAÇÃO 56

3.1.90.00.00.0117 - Aplicação Direta R\$ 53.000,00

Total: R\$ 53.000,00

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior correrá por conta da anulação em igual quantia nos seguintes itens orçamentários:

**04 - SECRET. MUN. DA EDUCAÇÃO E DOS ESPORTES**

04.01 - Departamento de Apoio Pedagógico

2.020 - Manutenção da Secretaria de Educação

DOTAÇÃO 57

3.3.90.00.00.0117 - Aplicação Direta R\$ 50.000,00

DOTAÇÃO 58

4.4.90.00.00.0117 – Aplicação Direta R\$ 3.000,00

Total: R\$ 53.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 10 DE SETEMBRO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO

Sec. Administração, Finanças e Planej.

**DECRETO Nº 105/2015**

DECRETO Nº 105/2015.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 1838/14, de 12 de Dezembro de 2014 (Lei Orçamentária Anual LOA),

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 60.000,00 (Sessenta Mil Reais), para reforço do seguinte item orçamentário:

**07. - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

07.01 - Fundo Municipal de Saúde

2.015 - Gerenciamento e Manut. Dos Serviços de Saúde

DOTAÇÃO 49

3.3.90.00.00.1212 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

DOTAÇÃO 50

4.4.90.00.00.1212 – Aplicações Diretas R\$ 55.000,00

Total: R\$ 60.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de excesso de arrecadação projetado na fonte de recursos 1212.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 10 DE SETEMBRO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO

Sec. Administração, Finanças e Planej.

**DECRETO Nº 106/2015**

DECRETO Nº 106/2015.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 1838/14, de 12 de Dezembro de 2014 (Lei Orçamentária Anual LOA),

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte Mil Reais), para reforço do seguinte item orçamentário:

**07. - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

07.01 - Fundo Municipal de Saúde

2.015 - Gerenciamento e Manut. Dos Serviços de Saúde

DOTAÇÃO NOVA

3.1.71.00.00.1212 –Transf. a Consórcios Públicos R\$ 20.000,00

Total: R\$ 20.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários à execução do disposto no artigo



anterior decorrerão de anulação nas seguintes dotações orçamentárias:

07. - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

07.01 - Fundo Municipal de Saúde

2.015 - Gerenciamento e Manut. Dos Serviços de Saúde

DOTAÇÃO 48

3.3.90.00.00.1212 - Aplicação Direta R\$ 20.000,00

Total: R\$ 20.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 10 DE SETEMBRO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO

Sec. Administração, Finanças e Planej.

### DECRETO Nº 107/2015

DECRETO Nº 107/2015.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 1838/14, de 12 de Dezembro de 2014 (Lei Orçamentária Anual LOA),

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 300.000,00 (Trezentos Mil Reais) para reforço do seguinte item orçamentário:

10 - HOSPITAL MUNICIPAL HENRIQUE LAGE

10.01 - Hospital Municipal Henrique Lage

2.016 - Manutenção das Atividades do Hospital

DOTAÇÃO 05

3.3.90.00.00.1176 - Aplicação Direta R\$ 300.000,00

T O T A L R\$ 300.000,00

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior correrá por conta do Excesso de arrecadação verificado até o mês de setembro na fonte de recursos 1176 (Receita de Serviços Hospitalares).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 10 DE SETEMBRO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO

Sec. Administração, Finanças e Planej.

### EDITAL DE PREGAO Nº25/2015 FMS

EDITAL DE PREGAO Nº25/2015 FMS

PROCESSO Nº25

O FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LAURO MULLER, por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que no dia 26 de setembro de 2015 às 09:30h (RELOGIO DO SETOR DE LICITAÇÕES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, realizara processo licitatório Pregão para contratação de empresas do ramo pertinente contratação de empresas do ramo pertinente presente processo licitatório tem por objeto a contratação de empresa para prestação de serviços de coleta e destinação final resíduos de saúde em aterro devidamente licenciado, para o ano de 2015 informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 12 de setembro de 2015.

Leandro Stangherlin

Pregoeiro Municipal

### EDITAL DE PREGAO Nº83/2015 PMLM

EDITAL DE PREGAO Nº83/2015 PMLM

PROCESSO Nº83

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER, por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que no dia 26 de setembro de 2015 às 10:30h (RELOGIO DO SETOR DE LICITAÇÕES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, realizara processo licitatório Pregão para contratação de empresas do ramo pertinente para contratação de empresas do ramo pertinente, para aquisição de material elétrico e materiais para decoração natalina atendendo as demandas do município de Lauro Muller - SC., para o ano de 2015 informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 12 de setembro de 2015.

Leandro Stangherlin

Pregoeiro Municipal



# Lebon Régis

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 44/2015 - TOMADA DE PREÇOS Nº TP07\2015**

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 44/2015 - TOMADA DE PREÇOS Nº TP07\2015

O MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS, através do presidente da Comissão de Licitações conforme decreto nº072/2015, torna pública a instauração de procedimento licitatório na modalidade Tomada de Preços, do tipo menor preço, sob a forma de execução indireta em regime de empreitada por preço global, visando a Contratação de empresa especializada para execução de serviços incluindo materiais para reforma da Escola Municipal Princesa Izabel, situada na Rua José Custódio de Melo, Quadra 58, Lote 18, conforme projetos básicos e demais anexos, disponíveis no site [www.lebonregis.sc.gov.br](http://www.lebonregis.sc.gov.br). Os envelopes nº. 01 e 02, respectivamente "HABILITAÇÃO" e "PROPOSTA", deverão ser entregues no setor de Compras e Licitações, sito a Rua Artur Barth, 300, Centro, até às 09h00min do dia 29 de setembro de 2015. A sessão de abertura será no mesmo dia às 09h10min. Cadastramento conforme Lei 8.666/93. Maiores informações pelo e-mail: [licitacoes@lebonregis.sc.gov.br](mailto:licitacoes@lebonregis.sc.gov.br) ou tel.: (49) 3247-0188. Lebon Régis, 11 de setembro de 2015.

JOSÉ VANDERLEI DE CAMPOS - Presidente.

### **PORTARIA Nº 515/2015 - HMMSA**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO  
PORTARIA Nº. 0515/2015 de 31 de Agosto de 2015.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 4º, Alínea f do Regimento Interno desta Instituição, de 14 de Maio de 1979, e de conformidade com o Art. 96 da Lei Complementar nº 076 de 12/01/2012.

RESOLVE:

ART. 1º - CONCEDER FÉRIAS NORMAIS, a servidora, IRACINI MEIRELES DA SILVA, ocupante do cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, do quadro de pessoal do Hospital, relativo ao período aquisitivo de 19/06/2014 a 20/06/2015 e período de gozo de 31/08/2015 a 29/09/2015.

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 31 de Agosto de 2015.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO  
Presidente

### **PORTARIA Nº 516/2015 - HMMSA**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO  
PORTARIA Nº. 0516/2015 de 01 de Setembro de 2015.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 4º, Alínea f do Regimento Interno desta Instituição, de 14 de Maio de 1979. e Lei 076 de 12/01/2012 em seu artigo 68.

RESOLVE:

ART. 1º - CONCEDER FÉRIAS NORMAIS, ao Servidor, VOLNEY ALVES WEBBER, ocupante do cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM do quadro de pessoal do Hospital, relativo ao período aquisitivo de 12/06/2014 a 11/06/2015 e período de gozo de 01/09/2015 a 30/09/2015.

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 01 de Setembro de 2015.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO  
Presidente

# Leoberto Leal

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 109/2015

Portaria n.º 109, de 01 de julho de 2015.

“Exonera servidor Municipal e dá outras Providências”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso II da Lei Orgânica do Município,

#### RESOLVE:

Art. 1º Exonera o Servidor Municipal da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal/SC, conforme relação abaixo:

Ordem	Mat.	Nome	Cargo	Exoneração
01	043	Mauri José Kreusch	Motorista	01.07.2015

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 01 de julho de 2015.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

DÉBORA VENTURIN

Secretaria de Administração e Finanças

### PORTARIA Nº 110/2015

Portaria n.º 110, de 02 de julho de 2015.

“Designar Comissão Especial para averiguação de construções no perímetro do Município de Leoberto Leal, e dá outras providências”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município,

#### RESOLVE:

Art. 1º Designar os membros abaixo relacionados para sob a coordenação do presidente, integrar a Comissão Especial que terá o objetivo de promover averiguações a respeito da situação relativa a construções no perímetro do Município de Leoberto Leal, que estão em desacordo com o Plano Diretor Participativo, bem como, aquelas constantes nos autos dos procedimentos instaurados pelo Ministério Público de Santa Catarina, conforme segue abaixo:

1- Jackson Marcondes Calbuch – Engenheiro Civil

Presidente

2- Sérgio Clasen – Secretário Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos

Secretário

3- Arno Haschel Lohn – Assessor de Assuntos Administrativos

Membro

Art. 2º À Comissão ficam concedidos poderes de investigação em geral, ficando autorizada a promover perícia na obra, requisitar documentos, promover notificação, citação/intimação para fins de defesa, e demais atos que se fizerem necessários para a realização das atividades.

Art. 3º Fica revogada a Portaria nº 139, de 10 de novembro de 2014.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 02 de julho de 2015.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

DÉBORA VENTURIN

Secretaria de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 111/2015**

Portaria nº 111, de 02 de Julho de 2015.

“Nomeia a Comissão para Debater novo Plano de Cargos e Salários dos Professores da Rede Municipal de Ensino, e da outras providências.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo no art. 66, VII, e XXIII, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica nomeado a Comissão para debater sobre assuntos referentes ao novo Plano de Cargos e Salários dos Professores da rede Municipal de Ensino, na forma que segue abaixo:

Cileni Regina Gonçalves da Cunha - Secretaria da Educação

Débora Venturin - Secretaria da Administração

Roselene Knis – Professora

Janira Hoffmann – Professora

Marcio Lopes – Setor de Pessoal

Ivanor Coelho – Assessor Jurídico

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 02 de Julho de 2015.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

DÉBORA VENTURIN

Secretaria de Administração, Contabilidade e Finanças

**PORTARIA Nº 112/2015**

Portaria nº 112, de 02 de Julho de 2015.

“Concede Gratificação de Produtividade a Servidora Pública Municipal e dá Outras Providências”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e em atenção a Lei 269, de 27 de Junho de 2002:

Considerando, que o servidor municipal senhor Anderson Hoffmann, inscrito sob a matrícula nº 1258, ocupante do cargo de Fiscal, esta afastado do Setor de Tributos, para tratamento de saúde, e que este serviço não pode ficar interrompido,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder Gratificação de Produtividade, no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) a servidora SILVIA CARMEM GONÇALVES RUBICK, ocupante do cargo efetivo de Assistente Administrativo, inscrita sob matrícula nº 1070, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, a partir de Julho de 2015, conforme Lei Municipal nº 269, de 27 de junho de 2002, para desempenhar as funções necessária para um bom atendimento junto ao

Setor de Tributação.

Art. 2º A produtividade no trabalho será mensurada através de avaliação trimestral de seu superior hierárquico imediato, onde será analisada a assiduidade, pontualidade, disposição para o trabalho, presteza e respeito às ordens e determinações, bem como zelo pelo trabalho e equipamentos utilizados, em conformidade com Art. 39, da Lei Complementar nº 269, de 27 de Junho de 2002.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Leoberto Leal 02 de julho de 2015.  
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal

Publique-se e Cumpra-se.

DÉBORA VENTURIN

Secretaria de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 113/2015**

Portaria n.º 113, de 02 de julho de 2015.

“Contrata Fisioterapeuta - NASF e dá outras providências”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e com base nas Leis Municipais nº 1.036, de 12 de fevereiro de 2014 e Lei nº 1.151, de 09 de junho de 2015,

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar em caráter temporário a senhora CLAIRE MARI DE SOUZA TOMÉ FELICIANO portadora do CPF nº 063.409.889-62 e RG nº 5.289.330, para desempenhar as funções de Fisioterapeuta – NASF 20 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, para executar os seus serviços conforme Contrato de Trabalho para Atender a Necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público nº 033, de 22 de junho de 2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com seus efeitos retroativos a 22/06/2015, condicionados sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 02 de julho de 2015.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

DÉBORA VENTURIN

Secretaria de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 114/2015**

Portaria n.º 114, de 02 de julho de 2015.

“Contrata Fisioterapeuta e dá outras providências”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e com base nas Leis Municipais nº 269, de 27 de junho de 2002 e Lei nº 1.036, de 12 de fevereiro de 2014,

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar em caráter temporário a senhora CLAIRE MARI DE SOUZA TOMÉ FELICIANO portadora do CPF nº 063.409.889-62 e RG nº 5.289.330, para desempenhar as funções de Fisioterapeuta 20 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, para executar os seus serviços conforme Contrato de Trabalho para Atender a Necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público nº 034, de 23 de junho de 2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com seus efeitos retroativos a 23/06/2015, condicionados sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 02 de julho de 2015.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

DÉBORA VENTURIN

Secretaria de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 115/2015**

Portaria n.º 115, de 03 de julho de 2014.

“Exonera servidor Aposentado e dá outras Providências”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município,

Considerando, que o ex. servidor Jacob Pfleger Junior no dia 03 de julho de 2015, conforme Certidão de Óbito matrícula: 108928 01 55 2015 4 00040 225 0016268 10, em anexo,

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar o ex. servidor aposentado senhor Jacob Pfleger Junior, inscrito sob a matrícula nº 32, a partir de 03 de julho de 2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 03 de julho de 2015.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

DÉBORA VENTURIN

Secretaria de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 116/2015**

Portaria n.º 116, de 03 de julho de 2015.

“Contrata Nutricionista para o NASF e dá outras providências”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e com base nas Leis Municipais nº 1.036, de 12 de fevereiro de 2014 e Lei nº 1.151 de 09 de junho de 2015,

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar em caráter temporário a senhorita LARISSA TACHINI, portadora do CPF nº 082.857.619-08 e RG nº 4.670.856, para desempenhar as funções de Nutricionista, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, para executar os seus serviços conforme Contrato de Trabalho para Atender a Necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público nº 035, de 1º de julho de 2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com seus efeitos retroativos a 1º/07/2015, condicionado sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 03 de julho de 2015.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

DÉBORA VENTURIN

Secretaria de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 117/2015**

Portaria n.º 117, de 16 de julho de 2015.

“Designar servidora a ser responsável técnica de enfermagem no Município de Leoberto Leal, e dá outras providências”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e atenção a Lei Municipal nº 1.047/2014,

**RESOLVE:**

Art. 1º Designar a servidora Priscila Gabriela da Cunha, inscrita sob a matrícula nº 1719, no cargo de Enfermeira, para ser responsável técnica e pelo planejamento, organização, direção, coordenação, execução e avaliação dos serviços de Enfermagem das Unidades Básicas de Saúde do Município de Leoberto Leal. Entre as suas atribuições como RT estão:

I - Cumprir e fazer cumprir todos os dispositivos legais da profissão de Enfermagem;

II - Manter informações necessárias e atualizadas de todos os profissionais de Enfermagem que atuam na empresa / instituição, com os seguintes dados: nome, sexo, data do nascimento, categoria

profissional, número do RG e CPF, número de inscrição no Conselho Regional de Enfermagem, endereço completo, contatos telefônicos e endereço eletrônico, assim como das alterações como: mudança de nome, admissões, demissões, férias e licenças, devendo fornecê-la semestralmente, e sempre quando lhe for solicitado, ao Conselho Regional de Enfermagem;

III - Realizar o dimensionamento de pessoal de Enfermagem, conforme o disposto na Resolução Cofen nº 293/2004 informando, de ofício, ao representante legal da empresa / instituição e ao Conselho Regional de Enfermagem;

IV - Informar, de ofício, ao representante legal da empresa / instituição e ao Conselho Regional de Enfermagem situações de infração à legislação da Enfermagem, tais como:

a) ausência de Enfermeiro em todos os locais onde são desenvolvidas ações de Enfermagem durante algum período de funcionamento da empresa / instituição;

b) profissional de Enfermagem atuando na empresa / instituição sem inscrição ou com inscrição vencida no Conselho Regional de Enfermagem;

c) profissional de Enfermagem atuando na empresa / instituição em situação irregular, inclusive quanto a inadimplência perante o Conselho Regional de Enfermagem, bem como aquele afastada por impedimento legal;

d) pessoal sem formação na área de Enfermagem, exercendo atividades de Enfermagem na empresa / instituição;

e) profissional de Enfermagem exercendo atividades ilegais previstas em Legislação do Exercício Profissional de Enfermagem, Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem e Código Penal Brasileiro;

V - Intermediar, junto ao Conselho Regional de Enfermagem, a implantação e funcionamento de Comissão de Ética de Enfermagem;

VI - Colaborar com todas as atividades de fiscalização do Conselho Regional de Enfermagem, bem como atender a todas as solicitações ou convocações que lhes forem demandadas pela Autarquia.

Parágrafo Único. A Enfermeira RT que descumprir as atribuições constantes neste artigo poderá ser notificada a regularizar suas atividades, estando sujeita a responder a Processo Ético-Disciplinar na Autarquia.

Art. 2º Conceder Gratificação, no valor de R\$ 100,00 (cem reais) no vencimento da servidora acima mencionada como Responsável Técnica de Enfermagem, a partir de Julho de 2015, tudo em conformidade a Lei Municipal nº 1.047/2014.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 16 de julho de 2015.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.  
DÉBORA VENTURIN  
Secretaria de Administração e Finanças

## PORTARIA Nº 118/2015

Portaria n.º 118, de 21 de julho de 2015.

“Prorroga o prazo da Portaria nº 085, de 22 de maio de 2015, e dá outras providências”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e do que prevê a Lei Orgânica no art. 66, VII, IX, e XV, e o Art. 181 da Lei 418/90,

RESOLVE:

Art. 1º Fica Prorrogado a partir desta data a Portaria nº 085, de 22 de maio de 2015, pelo prazo de mais 60 (sessenta) dias, tudo em conformidade ao Art. 181 da Lei Municipal nº 418, de 10 de agosto de 1990, (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Leoberto Leal - SC).

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionado sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 21 de julho de 2015.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.  
DEBORA VENTURIN  
Secretaria de Administração e Finanças

## PORTARIA Nº 119/2015

Portaria n.º 119, de 23 de julho de 2015.

“Designar Servidora Municipal Responsável pela Vigilância Sanitária e dá outras providências”.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso II da Lei Orgânica do Município,

Considerando, que o servidor Anderson Hoffman, inscrito sob a matrícula 1258, ocupante do cargo de Fiscal, responsável pela Vigilância Sanitária, esta atualmente afastado para tratamento de Saúde,

RESOLVE:

Art. 1º Designar, a servidora Helen Regina Felipus, ocupante do cargo efetivo de Agente de Combate às Endemias, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, para responder pela Vigilância Sanitária do Município de Leoberto Leal – SC.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionado sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Leoberto Leal, 23 de julho de 2015.  
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.  
DÉBORA VENTURIN  
Secretaria de Administração e Finanças



**PORTARIA Nº 120/2015**

Portaria n.º 120, de 30 de julho de 2015.

“Nomeia Comissão Especial do Processo Seletivo e da outras providências”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe conferem o inciso VII do art. 66, da Lei Orgânica do Município;

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica nomeado a Comissão para elaboração do Processo Seletivo nº 002/2015, da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal-SC, nas hipóteses previstas nas Leis Municipais nº 418/90, nº 269/02, nº 1.036/14 e Lei nº 1.151/15, que será composta sem prejuízo de suas atribuições normais, pelas seguintes servidoras públicas municipais:

BIANCA DANIELA MEIRA  
Presidenta

DAIANE ANDRE MEURER  
Secretaria

ALINE KRAUS  
Membro  
ROSIANI APARECIDA CAETANO  
Membro

BRUNA MARIAN  
Membro

TATIANE DE OLIVEIRA  
Membro

Art. 2º - A Comissão terá como poderes elaboração do Edital, receber as inscrições, divulgar a lista com os nomes dos inscritos, homologar as inscrições, proceder a avaliação das provas segundo os critérios estabelecidos no Edital, divulgar a lista de aprovados, apreciar os recursos e requerimentos e manifestar-se nos casos omissos do respectivo Edital.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 30 de julho de 2015.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal

DEBORA VENTURIN  
Secretaria de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 121/2015**

Portaria n.º 121, de 31 de julho de 2015.

“Exonera servidora Municipal e dá outras Providências”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso II da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonera a Servidora Municipal da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal/SC, conforme relação abaixo:

Ordem	Mat.	Nome	Cargo	Exoneração
01	1727	Larissa Tachini	Nutricionista	31.07.2015

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 31 de julho de 2015.



Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.  
DÉBORA VENTURIN  
Secretaria de Administração e Finanças

### PORTARIA Nº 122/2015

Portaria nº 122 de 31 de julho de 2015.

“ Concede Férias ao Servidor Municipal  
e dá outras providências.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e em atenção à Lei Municipal 418, de 10 de Agosto de 1990,

#### RESOLVE:

Art. 1º Fica Concedido Férias, ao servidor municipal, da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal – SC, conforme segue abaixo:

Ordem	Mat.	Nome do Servidor	Período Aquisitivo	Período do Gozo
01	367	Worli José Kreusch	2010 a 2011	31.07.15 a 29.08.15

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionado sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 31 de julho de 2015.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se.  
DEBORA VENTURIN  
Secretaria de Administração e Finanças

### PORTARIA Nº 123/2015

Portaria n.º 123, de 06 de agosto de 2015.

“Nomeia Comissão Especial do Processo Seletivo Simplificado de Professores e dá outras providências”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe conferem o inciso VII do art. 66, da Lei Orgânica do Município;

#### RESOLVE:

Art. 1º Fica nomeada a Comissão para elaboração do Processo Seletivo Simplificado nº 003/2015, de Professores, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal-SC, para o ano letivo de 2015, nas hipóteses previstas nas Leis Municipais nº 418/90, nº 136/99, nº, nº 810/11 e nº 1.036, que será composta sem prejuízo de suas atribuições normais, pelas seguintes servidoras públicas municipais:

JANIRA HOFFMANN  
Presidente

SILVIA CARMEM GONÇALVES RUBICK  
Secretaria

DAIANI ANDRÉ MEURER  
Membro

JOELMA DA SILVA  
Membro

ELAINE CAMILA GUCKERT  
Membro

ALINE KRAUS  
Membro

Art. 2º - A Comissão terá como poderes elaboração do Edital, receber as inscrições, divulgar a lista com os nomes dos inscritos, homologar as inscrições, proceder a avaliação das provas segundo os critérios estabelecidos no Edital, divulgar a lista de aprovados, apreciar os recursos e requerimentos e manifestar-se nos casos omissos do respectivo Edital.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 06 de agosto de 2015.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal

DÉBORA VENTURIN  
Secretaria de Administração e Finanças

### **PORTARIA Nº 124/2015**

Portaria nº 124, de 06 de agosto de 2015.

“Constitui o Conselho Municipal de Defesa Civil-  
COMPDEC, e da outras providencias.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo no art. 66, VII, e XXIII, da Lei Orgânica e nas Leis Municipais nº 1.155/2015 e nº 1.164/2015, RESOLVE:

Art. 1º Observado o disposto na Lei nº 1.155/2015, fica assim constituída a CONSELHO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL COMPDEC, na forma que segue:

I – Representantes do Gabinete da Prefeita  
Titular: CARLOS ALBERTO COELHO - Presidente;  
Suplente: KARLA ADRIANA ENGEL FRANÇA – Secretária;

II – Representante da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social  
Titular: SAMUEL JOSÉ ABREU;  
Suplente: MARILDA OTTO ALVES;

III – Representante da Secretaria Municipal de Transportes Obras e Serviços Urbanos  
Titular: SÉRGIO CLASEN;  
Suplente: EDU HENRIQUE FRANZEN;

IV – Representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto  
Titular: MARIA ALBERTINA HOFFMANN;  
Suplente: KARINA ALVES;

V– Representante da Câmara Municipal de Vereadores  
Titular: ANDREIA EGER HAMM;  
Suplente: DEIVYT ONI SCHEIDT;

VI– Representante da Ação Social Católica  
Titular: SEBASTIÃO PIHARDT;  
Suplente: VALÉRIO JÚLIO DE SOUZA;

VII– Representante da Ação Social Evangélica  
Titular: OSNI PROCHNOW;

Suplente: ENIO VERMOHLEN;

VIII– Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Leoberto Leal  
Titular: MAURI MARIAN;  
Suplente: CLEUSA MARIA KREUSCH;

IX– Representante do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Leoberto Leal – SINTRIAL  
Titular: JAQUELINE ROSÁLIA GUCHERT HOFFMANN;  
Suplente: MAYARA CARLA GUCHERT;

X – Representante da Associação Comercial e Industrial de Leoberto Leal  
Titular: WALDIR FERNANDO LONGEN;  
Suplente: SANDRA DAVÓGLIO GANDIN;

X– Representante da Cooperativa de Prestação de Serviços de Distribuição de Energia Elétrica Senador Esteves Júnior  
Titular: EDSON FLORES DA CUNHA;  
Suplente: LUIZ FELIPE RODRIGUES;

Art. 2º O mandato dos membros do Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC será de 02 (dois) anos, permitindo uma recondução ou reeleição.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 06 de agosto de 2015.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal

DÉBORA VENTURIN  
Secretaria de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 125/2015**

Portaria nº 125, de 06 de agosto de 2015.

“Constitui o Grupo Integrado de Ações Coordenadas - GRAC, e da outras providências”.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo no art. 66, VII, e XXIII, da Lei Orgânica e nas Leis Municipais nº 1.155/2015 e nº 1.164/2015, RESOLVE:

Art. 1º Observado o disposto na Lei nº 1.155/2015, fica assim constituído o GRUPO INTEGRADO DE AÇÕES COORDENADAS - GRAC, na forma que segue:

I – Representantes do Gabinete da Prefeita  
MAKELLY GARCIA;

II – Representante da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina - PMSC  
LAURO ROCHA DE AGUIAR;

III – Representante do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina - CBMSC  
POLLIANA MÜLLER GIACOMIN;

IV – Representante da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e serviços Urbanos  
ALINE KRAUS;

V – Representante da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social  
ROBERTA OTTO;

VI – Representante do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Leoberto Leal – SINTRIAL  
VALDEMAR DE SOUZA;

VII – Representante das Centrais Elétricas de Santa Catarina - CELESC  
ELAINE LARSEN;

VIII – Representante da Secretaria Municipal de Administração, Contabilidade e Finanças  
DÉBORA VENTURIN;

IX – Representante da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN  
TATIANA SCHULTZ RIVA;

X – Representante da Polícia Civil do Estado de Santa Catarina - PCSC  
LUIZ ERNESTO DA SILVEIRA BRANCO;

XI – Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Leoberto Leal  
ARNALDO BEPLER;

XII – Representante da Associação Comercial e Industrial de Leoberto Leal  
JHONNY SCHEIDT;

Art. 2º O mandato dos membros representantes do Grupo Integrado de Ações Coordenadas – GRAC será de 02 (dois) anos, permitindo uma recondução, salvo se o órgão ou entidade não

dispuser de substitutos.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 06 de agosto de 2015.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal

DÉBORA VENTURIN  
Secretaria de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 126/2015**

Portaria n.º 126, de 06 de agosto de 2015.

“Nomear Servidora Municipal e dá Outras Providências”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e atenção a Lei Municipal nº 1.166/2015;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a partir de 06 de agosto de 2015, a senhora ANA PAULA EGER, brasileira, solteira, portadora do CPF nº 059.027.949-19, RG nº 5.142.367, para o exercício das funções do cargo público em comissão de Diretora de Assistência Social, pertencente ao Quadro da Secretaria de Saúde e Assistência Social, da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal/SC.

Art. 2º Desempenhará as atribuições inerentes ao cargo, especialmente aquelas descritas na Lei Municipal nº 1.166/2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 06 de agosto de 2015.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.  
DÉBORA VENTURIN  
Secretaria de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 127/2015**

Portaria n.º 127, de 06 de agosto de 2015.

“Concede Adicional de Pós - Graduação e dá Outras Providências”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal do município de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e em atenção à Lei Complementar nº 269, de 27 de Junho de 2002,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a servidora pública municipal ROSIMERI SCHMITT SCHEIDT inscrita sob a matrícula nº 1657, ocupante do cargo público de provimento efetivo de Coordenadora do Centro de Referência de Assistência Social, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, ao patamar de 30% (trinta por cento) sobre o respectivo vencimento do cargo, conforme previsão legal do art. 33, da Lei Complementar nº 269, de 27 de Junho de 2002, e Processo Administrativo nº 1.008/2015.

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 098, de 09 de junho de 2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com seus efeitos retroativos a junho de 2015, condicionados sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Leoberto Leal, 06 de agosto de 2015.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

DÉBORA VENTURIN  
Secretaria de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 128/2015**

Portaria n.º 128, de 06 de agosto de 2015.

“Exonera servidora Municipal e dá outras Providências”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso II da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonera a Servidora Municipal da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal/SC, conforme relação abaixo:

Ordem	Mat.	Nome	Cargo	Exoneração
01	1718	Inadri Hillesheim	Professora	01.08.2015

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com seus efeitos retroativos a 01/08/2015, condicionados sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 06 de agosto de 2015.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

DÉBORA VENTURIN  
Secretaria de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 129/2015**

Portaria nº 128 de 31 de agosto de 2015.

“ Concede Férias ao Servidor Municipal  
e dá outras providências.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e em atenção à Lei Municipal 418, de 10 de Agosto de 1990,

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica Concedido Férias, ao servidor municipal, da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal – SC, conforme segue abaixo:

Ordem	Mat.	Nome do Servidor	Período Aquisitivo	Período do Gozo
01	367	Worli José Kreusch	2011 a 2012	31.08.15 a 29.09.15

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionado sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 31 de agosto de 2015.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se.  
DEBORA VENTURIN  
Secretaria de Administração e Finanças

# Luzerna

## PREFEITURA

### 1º TERMO ADITIVO A ARP FMS 004.2015

PRIMEIRO TERMO ADITIVO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS nº 004/2015

PROCESSO LICITATÓRIO FMS nº 134/2014

PREGÃO PRESENCIAL nº 081/2014

Primeiro Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços FMS nº 004.2015, oriunda do Processo Licitatório nº 134.2014, Pregão Presencial nº 081.2014, que entre si celebram o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS e ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.

Presentes de um lado, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS, Órgão Gestor, representado neste ato por seu Gestor, WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER; e de outro ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Av. Nereu Ramos, nº 1675 D, Bairro Universitário, na cidade de Chapecó/SC, CEP 89812-111, inscrita no CNPJ sob o nº 13.568.558/0001-10, neste ato representada por seu sócio proprietário IJOWI TOBINDILDA, doravante denominado FORNECEDOR 4, RESOLVEM, com supedâneo na Lei 8.666/93 e alterações posteriores, celebrar, na presença das testemunhas signatárias, o presente Termo Aditivo à Ata de Registro em epígrafe, nos termos que segue:

#### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: DO REEQUILÍBRIO ECONOMICO-FINANCEIRO

1.1. O presente Termo Aditivo tem por objeto a REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO, após deferimento do Gestor do Fundo Municipal de Saúde, para adequação do preço contratual dos produtos descritos abaixo com o valor atual de custo e de venda dos medicamentos.

Item	Quantidade	Unid.	Descrição	Valor Licitado	Valor com reajuste
30	20.000,00	CP	Aminofilina - comp 100 mg	0,03	0,053

#### 2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO:

2.1. As partes, neste ato, ratificam, no que couber, todas as demais cláusulas estipuladas na Ata de Registro de Preço original e constantes do Edital do aludido Pregão, como se aqui transcritas literalmente, para todos os fins e efeitos jurídicos.

#### 3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORO:

3.1. É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da Ata de Registro de Preços e/ou deste Aditivo, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

E, por assim estarem justos e contratados, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo signatárias, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 08 de setembro de 2015.

WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS CONTRATANTE

IJOWI TOBINDILDA

ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

FORNECEDOR 4

TESTEMUNHAS:

1ª TESTEMUNHA

2ª TESTEMUNHA



**1º TERMO ADITIVO A ARP PML 083.2014**

PRIMEIRO TERMO ADITIVO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 083/2014

PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 071/2014

PREGÃO PML Nº 040/2014

Aos 09 (nove) dias do mês de setembro de 2015, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de fevereiro, nº 151, em Luzerna/SC, representada neste ato por seu Prefeito Municipal, o Sr. MOISÉS DIERSMANN, e de outro LUZERNA INSTALAÇÕES ELETRICAS LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua 12 de Maio, nº 152, Sala 02, Bairro Vila Alemanha, na cidade de Luzerna/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 07.336.749/0001-53, neste ato representada por seu sócio-administrador, Sr. AURÉLIO BRUSTOLIN, brasileiro, casado, empresário, portador da documento de identidade do tipo RG, de nº 11/R 741.558, e inscrito no CPF sob o nº 250.963.899-87, residente e domiciliado na Rua Pedro Kuss, 100, Bairro Santa Tereza, em Joaçaba/SC, doravante simplesmente denominado FORNECEDOR; RESOLVEM, com supedâneo na Lei 8.666/93 e alterações posteriores, celebrar, na presença das testemunhas signatárias, o presente Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços em epígrafe, nos termos que segue:

**CLÁUSULA PRIMEIRA****DO OBJETO****DO ACRÉSCIMO**

O presente Termo Aditivo tem como objeto, com a concordância das partes, a alteração da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 083/14/PML em 25% do quantitativo, passando o item 01 de 500 (quinhentas) horas para 625 (seiscentas e vinte e cinco) horas, alterando assim o item 1.1 da Cláusula Primeira da presente Ata.

**CLÁUSULA SEGUNDA****DA RATIFICAÇÃO**

As partes, neste ato, ratificam, no que couber, todas as demais cláusulas estipuladas na Ata de Registro de Preços original, e constantes do Edital do aludido Pregão, como se aqui transcritas literalmente, para todos os fins e efeitos jurídicos.

**CLÁUSULA TERCEIRA****DO FORO**

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da Ata de Registro de Preço e/ou deste Aditivo, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

E, por assim estarem justos e contratados, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo signatárias, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 09 de setembro de 2015.

MOISÉS DIERSMANN

MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC

CONTRATANTE

AURÉLIO BRUSTOLIN

LUZERNA INSTALAÇÕES ELETRICAS LTDA M

FORNECEDOR

**TESTEMUNHAS:**

1ª TESTEMUNHA

2ª TESTEMUNHA

**2º TERMO ADITIVO A ARP FMS 003.2015**

SEGUNDO TERMO ADITIVO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS nº 003/2015

PROCESSO LICITATÓRIO FMS nº 134/2014

PREGÃO PRESENCIAL nº 081/2014

Segundo Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços FMS nº 003.2015, oriunda do Processo Licitatório nº 134.2014, Pregão Presencial nº 081.2014, que entre si celebram o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS e ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.

Presentes de um lado, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS, Órgão Gestor, representado neste ato por seu Gestor, WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER; e de outro ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Estrada Boa Esperança, 2320, Bairro Fundo Canoas, na cidade de Rio do Sul/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 00.802.002/0001-02, neste ato representada por seu gerente administrativo MAICON CORDOVA PEREIRA, brasileiro, casado, gerente, portador da cédula de identidade nº 3.242.195 e inscrito no CPF/MF sob o nº 015.886.939-70, residente e domiciliado na Rua Henrique Munzfeld, nº 130, Bairro Fundo Canoas, Município de Rio do Sul/SC, doravante denominado FORNECEDOR 3, RESOLVEM, com supedâneo na Lei 8.666/93 e alterações posteriores, celebrar, na presença das testemunhas signatárias, o presente Termo Aditivo à Ata de Registro em epígrafe, nos termos que segue:

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: DO REEQUILÍBRIO ECONOMICO-FINANCEIRO**

1.1. O presente Termo Aditivo tem por objeto a REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO, após deferimento do Gestor do Fundo Municipal de Saúde, para adequação do preço contratual dos produtos descritos abaixo com o valor atual de custo e de venda dos medicamentos.

Item	Quantidade	Unid.	Descrição	Valor Licitado	Valor com reajuste
6	150.000	CP	Ácido Acetilsalicílico 100mg	0,012	0,019
14	15.000	CP	Ácido Fólico 05mg	0,020	0,043

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO:

2.1. As partes, neste ato, ratificam, no que couber, todas as demais cláusulas estipuladas na Ata de Registro de Preço original e constantes do Edital do aludido Pregão, como se aqui transcritas literalmente, para todos os fins e efeitos jurídicos.

## 3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORO:

3.1. É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da Ata de Registro de Preços e/ou deste Aditivo, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

E, por assim estarem justos e contratados, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo signatárias, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 08 de setembro de 2015.

WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS CONTRATANTE

MAICON CÓRDOVA PEREIRA  
ALTERMED MAT. MÉDICO HOSPITALAR LTDA  
FORNECEDOR

### TESTEMUNHAS:

1ª TESTEMUNHA

2ª TESTEMUNHA

## DECRETO 2109

DECRETO Nº 2109 de 11 de setembro de 2015.

“ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE ESPECIFICA”.

MOISES DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo art. 18 da Lei nº 1.311, de 11 de novembro de 2014,

### DECRETA:

Art.1º- Ficam anuladas parcialmente, as dotações atribuídas à Atividade abaixo discriminada até o limite dos valores também abaixo discriminados:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
Atividade: 08.002.13.392.0046.2038 - Apoio a Difusão Cultural  
Categoria Econômica - 4.4.50 - Transf. Instituições Provadas s/ fins lucrativos  
Fonte: 00 - Recursos Ordinários ..... R\$ 11.000,00  
Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos Ordinários

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
Atividade: 08.002.13.392.0046.2038 - Apoio a Difusão Cultural  
Categoria Econômica - 3.3.50 - Transf. Instituições Provadas s/ fins lucrativos  
Fonte: 00 - Recursos Ordinários ..... R\$ 3.000,00  
Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos Ordinários

Art.2º- Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, fica suplementada a dotação atribuída à Atividade na abaixo relacionada no Orçamento do Município para 2015:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
Atividade: 08.002.13.392.0046.2038 - Apoio a Difusão Cultural  
Categoria Econômica - 3.3.90 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes  
Fonte: 00 - Recursos Ordinários ..... R\$ 14.000,00  
Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos Ordinários

Art.3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 11 de setembro de 2015.  
MOISES DIERSMANN  
Prefeito de Luzerna

# Mafra

## PREFEITURA

### CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

#### CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Quebra de Ordem Cronológica para pagamentos a saber:

CNPJ: 09.404.910/0001-04

AUTO POSTO SAMPAIO COMERCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA EPP

Nota Fiscal nº 4241 R\$ 52.000,00

Valor Total: R\$ 52.000,00.

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, uma vez que a empresa contratada é uma das responsáveis pelo fornecimento de combustíveis utilizados pela frota oficial do município.

Mafra (SC), 11 de setembro de 2015.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

ENALTO DE OLIVEIRA GONDRIGE

Secretário Municipal de Fazenda e Planejamento

RODNEY LUIZ MEDEIROS

Secretário Municipal de Administração Interino

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 093/2015 (NOVA DATA DE ABERTURA)

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MAFRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 093/2015  
(NOVA DATA DE ABERTURA)

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando PREGÃO PRESENCIAL para aquisição de materiais de construção e ferramentas destinados ao Cemitério Municipal, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 07/10/2015, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 11 de setembro de 2015.

Wellington Roberto Bielecki

Prefeito Municipal

Fabiano Maurício Kalil

Pregoeiro Municipal

### PORTARIA Nº. 928/15

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 928/15 – em 31.08.2015.

NOMEIA SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA E PLANEJAMENTO.

O Prefeito do Município de Mafra, WELLINGTON ROBERTO BIELECKI, no uso de suas atribuições, de acordo com o art. 68, item XVII da lei Orgânica do Município, em conformidade com a Lei Nº. 2156 de 02 de Junho de 1997 e Ofício Gabinete nº 357/2015 de 21 de Agosto de 2015;

#### RESOLVE

Art. 1º - Nomear ENALTO DE OLIVEIRA GONDRIGE, inscrito no CPF sob o nº. 600.621.691-49 e RG nº. 720295 – SSP/MS, para exercer o cargo de Secretário Municipal de Fazenda e Planejamento, a partir de 21 de Agosto de 2015.

Art. 2º - Seus efeitos retroagem ao dia 21 de Agosto de 2015.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Mafra, em 31 de Agosto de 2015.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

RODNEY LUIZ MEDEIROS

Secretário Municipal Interino de Administração

# Maracajá

## PREFEITURA

### EXTRATO DO 5º TA AO CONTRATO 58/2014

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Extrato de Termo Aditivo

5º Termo Aditivo ao Contrato nº 58/2014

Contratante: Município de Maracajá

Contratado: Pavimentadora Jeremias Ltda

Objeto: Aditivo prazo do Contrato 58/2014

Cláusula Primeira - Fica alterada a Cláusula Sétima e seu Parágrafo Único, referente ao prazo de execução do objeto e vigência do contrato inicial que passa a ter a seguinte redação: Cláusula Sétima: o prazo deste aditivo para execução dos serviços é de 03 (três) mês, passando o prazo inicial para 17 (dezesete) meses. Parágrafo Único: O prazo deste aditivo é de 03 (três) meses, passando o prazo inicial do contrato para 18 (dezoito) meses.

Maracajá, 08 de agosto de 2015

# Maravilha

## PREFEITURA

**PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 1.255/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA

Processo Administrativo n. 4.017/2015

Dispensa por Justificativa n. 1.255/2015

A Senhora Prefeita de Maravilha - SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que deflagrou processo de dispensa por justificativa para contratação em caráter emergencial, de empresa especializada para execução de duas passarelas, para travessia de pedestres. Decreto Municipal n. 089/2015 – situação de emergência. Empresa contratada: Folle Produtos Siderúrgicos Ltda. Valor global da obra: R\$ 26.300,00 (vinte e seis mil e trezentos reais). ROSIMAR MALDANER – Prefeita de Maravilha.

# Massaranduba

## PREFEITURA

### LEI Nº 1698/2015

LEI Nº 1698/2015

Denomina Quadra Esportiva Dom Bosco

MARIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba (SC), faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º Passa a denominar-se Quadra Esportiva Dom Bosco a quadra esportiva situada na Rua Madre Rosa Antonina Hutnik nº 361, bairro Guarani Mirim, anexa à Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Araci Duarte, neste Município.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, 11 de Setembro de 2015

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra,

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete



# Modelo

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 0229/2015

DECRETO N º 0229/2015 de 09.09.2015.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO CMDCA – CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE MODELO/SC, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo – SC, no uso das atribuições legais, em especial de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal 971/91, 1.192/1994, Ata nº 004/2015 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, as respectivas indicações dos representantes e demais normas legais que dispõem sobre a matéria,

#### DECRETA:

Art. 1º - Ficam homologadas as indicações, as respectivas nomeações e empossados os membros do CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, do Município de Modelo/SC, órgão consultivo, deliberativo e controlador das ações em todos os níveis, observadas as disposições legais, ficando sua composição estabelecida na forma que segue:

#### REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS – DO MUNICÍPIO DE MODELO – SC

##### I – Departamento Municipal da Saúde

Titular: Marcia Jacoby

Suplente: Elisandra Paim

##### II – Departamento Municipal de Finanças

Titular: Elyson Kammler

Suplente: Janice Martini Muller

##### III – Departamento Municipal da Assistência Social

Titular: Marizete Maria Floss

Suplente: Loraci Maura da Silva Bellaver

##### IV – Departamento Municipal de Educação

Titular: Lovani Baron

Suplente: Jussane Frandoloso

#### REPRESENTANTES NÃO GOVERNAMENTAIS - PARTICIPAÇÃO POPULAR

##### I – Associações de Pais e Professores

Titular: Joani Wickert

Suplente: Ivanete de Assis Alberti

##### II – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE

Titular: Silvainha Kreutz

Suplente: Eliana Mara Sehnem Kothe

##### III – Clubes de Serviço de Modelo – SC

Titular: Douglas Reichert

Suplente: Marina Botega

##### IV – Representante da OAB

Titular: Valter Rubens Cesco

Suplente: Michelle Meneghatti Daneluz

Art. 2º - As atribuições do conselho são as constantes da Lei Municipal nº 1.192/1994 e demais normas legais pertinentes a matéria.

Art. 3º - Fica prorrogado o mandato dos conselheiros nomeados conforme Decreto nº 241/2013, de 13 de julho de 2015 a 05 de agosto de 2015.

Art. 4º - O mandato do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, do Município de Modelo/SC de que dispõe este Decreto, é de até dois anos, com vigência a partir de 06 de agosto de 2015, sendo permitida uma única recondução.

Art. 5º - Ficam reconduzidas as seguintes representações:

- Membro suplente do Departamento Municipal de Finanças
- Membros titular e suplente da Associação de Pais e Professores
- Membro suplente da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE
- Membro titular do Representantes da OAB

Art. 4º - As atribuições do conselho, de que trata este Decreto, são consideradas de caráter relevante, não lhe atribuindo qualquer remuneração e nem a geração de vínculo empregatício, social ou trabalhista.

Art. 5º - As despesas decorrentes deste Decreto estão previstas no orçamento vigente e subsequente.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,  
aos 09 de setembro de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI

Assessora de Departamento

# Monte Carlo

## PREFEITURA

### CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 33/2015

Contrato nº 33/2015 de Locação de Equipamento

A empresa GESTTI – GESTÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA., COM SEDE EM DIVINÓPOLIS - MINAS GERAIS A PRAÇA DOM CRISTIANO, Nº 10, CJ B, LJ 01, CENTRO, CNPJ Nº 14.393.106/0001-07, INSCRIÇÃO ESTADUAL 001.849527.0064, DORAVANTE DENOMINADA LOCADORA E DE OUTRO LADO, MUNICÍPIO MONTE CARLO, SANTA CATARINA, ESTABELECIDO A RUA VILMA GOMES S/N, CENTRO, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº 95.996.104/0001-04, INSCRIÇÃO ESTADUAL ISENTA, DORAVANTE DENOMINADA LOCATÁRIO, ambas as partes aqui representadas por quem de direito, tem justo e contratado entre si a locação dos equipamentos abaixo discriminados; mediante as cláusulas e condições a seguir estipuladas.

#### 1. OBJETO/VALOR

Pelo presente instrumento o locador aluga à locatária os equipamentos abaixo discriminados, e se obriga locá-los nas condições estabelecidas neste contrato.

- 1 Impressora ZEBRA RW 420, com carregador, presilha e alça de fixação.  
S/N: XXRCJ102800019

1.1 O equipamento ora locado, será utilizado pelo próprio Locador para exercer suas funções de LEITURA COM EMISSÃO SIMULTÂNEA DAS CONTAS DE AGUA.

#### 2. ALUGUÉIS MENSAIS

2.1 O locatário pagará ao locador a quantia de R\$ 350,00/mês por equipamento, totalizando R\$ 350,00. O aluguel mensal constitui o pagamento pelo uso do equipamento e será devido a partir do dia da assinatura do presente.

#### 3. MANUTENÇÃO, ASSISTÊNCIA TÉCNICA.

3.1 A manutenção do equipamento, inclusive a troca de peças oriundas do desgaste natural de sua utilização, objeto do presente contrato, é de total responsabilidade do locador.

3.2 A locatária deve manter o equipamento seguro, pois o locador não terá nenhuma responsabilidade no que se refere a danos ocasionados por mau uso, roubo, ou perda do equipamento.

#### 4. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

4.1 O presente contrato é por prazo Indeterminado.

#### 5. RESCISÃO

5.1 O locatário ou Locador poderão rescindir o presente contrato a qualquer época. Findo tal prazo o Locatário deve devolver os equipamentos, objeto do presente contrato, em perfeitas condições, respondendo por quaisquer danos, sejam oriundos do uso ou transporte.

E por estarem justos e contratados assinam o presente contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para os mesmos efeitos, com as testemunhas a seguir.

Monte Carlo, 10 de Agosto de 2015.

GESTTI – GESTÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA.  
Locador

PREFEITURA MUNICIPAL MONTE CARLO  
Locatário

TESTEMUNHA

TESTEMUNHA

### DISTRATO DE CONTRATO

PROCESSO DE LICITAÇÃO nº 45/2015 - DISPENSA nº. 03/2015

#### DISTRATO

CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL HABILITADO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CURSO KARATE COM AULAS TEÓRICAS E PRÁTICAS.

Distrato que entre si fazem de um lado o Município de Monte Carlo - SC, referente ao Processo n.º 45/2015 – Modalidade Dispensa nº. 03/2015 e de outro lado Associação Planalto de Karate.

Por este instrumento particular de distrato, de um lado, O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, SC, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, com Sede Administrativa nesta cidade à Rodovia SC 452, Km 24, nº 1551, CEP – 89.618-000, representado por seu Prefeito Municipal Sr. Marcos Nei Correa Siqueira, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado, ASSOSSIAÇÃO PLANALTO KARATE, inscrita no CNPJ nº. 01.725.746.0001/52, estabelecida na Rua Cel Osorio Fagundes, nº 124, Centro, Campos Novos/SC, CEP 89.620-000, doravante denominada CONTRATADA, têm entre si, justo e acordado o presente Distrato, referente ao Contrato Administrativo de Prestação de serviços, firmado em 05 de Março de 2015, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente instrumento tem como objeto a Rescisão Amigável do Contrato Administrativo de Prestação de Serviços de Instrução de Karate, firmado entre as partes em 05 de Março de 2015, conforme artigo 79, inciso I da Lei 8.666/1993.

CLÁUSULA SEGUNDA: O presente Distrato se deu unilateralmente por interesse da CONTRATANTE, sob os termos constantes deste Instrumento. Revogam-se, portanto, a partir da assinatura deste, todas as cláusulas do referido contrato de prestação de serviços.

Parágrafo único: No que tange à conveniência para a Administração da presente Rescisão Contratual, esta se funda no fato de inexistência de local adequado para a prestação dos serviços objeto do contrato original, pelo motivo do fechamento do local outrora utilizado, para fins de reforma,. Diante do exposto é conveniente à Administração o Distrato.

CLÁUSULA TERCEIRA: Como consequência do presente Distrato, conforme determinado pelo Contrato assinado pelas Partes, os DISTRATANTES declaram não possuírem qualquer relação jurídica decorrente das Cláusulas estabelecidas no Contrato rescindido.

E assim, ajustados em relação ao presente Distrato, as partes por seus representantes legais, assinam o presente contrato administrativo, em duas vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo identificadas e assinadas.

Monte Carlo, SC, 10 de Setembro 2015.

CONTRATA N T E

Marcos Nei Correa Siqueira

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATA D O

JOSE LUIZ LAZZAROTTO

Representante Legal

Dr. ALBERTINHO MANGOLT

ASSESSOR JURÍDICO – OAB/SC 41.417

TESTEMUNHAS:

Nome:

Nome:

RG:

RG:

# Morro da Fumaça

## PREFEITURA

### REGISTRO DE PREÇOS 020/2015

Município de Morro da Fumaça. Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços 020/2015. Objeto: AQUISIÇÃO DE MOVEIS, conforme anexo. Data: 25/09/2015 às 09:00. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. FERNANDO D. TEIXEIRA – Secretário de Finanças.

### REGISTRO DE PREÇOS 048/2015

Município de Morro da Fumaça. Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços 048/2015. Objeto: AQUISIÇÃO DE CESTA BÁSICA PARA FUNCIONÁRIOS, conforme anexo. Data: 24/09/2015 às 09:00. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. FERNANDO D. TEIXEIRA – Secretário de Finanças.

# Navegantes

## PREFEITURA

### ATA REGISTRO DE PREÇOS FMS Nº 043/2015.

EXTRATO \* ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS 043/2015.  
O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços FMS nº 43/2015, relativa ao Pregão Presencial nº 43/2015 - contendo os preços registrados pela empresa/fornecedor abaixo:

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE OCULOS DE GRAU COMPOSTO DE ARMAÇÃO E LENTE PARA ATENDER AS PESSOAS DE BAIXA RENDA, BENEFICIADOS PELO PROGRAMA DE ASSISTENCIA SOCIAL DA SECRETARIA DE SAUDE, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NAVEGANTES/SC.

Fornecedor: 15053 – OTICA SRL EIRELI – ME.

Valor Total: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Vigência: 28.08.2016.

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Navegantes, 28 de agosto de 2015.

### CONTRATO Nº 180/2015

PREFEITURA DE NAVEGANTES/SC

CONTRATO Nº 180/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

CONTRATADO: SERGIO LUIZ BENTO E JOAO JOSE BENTO

OBJETO: CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL, CONFORME APRESENTADO NO PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 11/2015, QUE SERÁ UTILIZADO PELA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE NAVEGANTES/SC, ONDE SERÁ UTILIZADO AS DEPENDÊNCIAS PARA ATIVIDADES DESPORTIVAS.

VALOR R\$ 60.000,00

VIGÊNCIA: 01/09/2015 Até 01/09/2016

NAVEGANTES -11/09/2015

Roberto Carlos de Souza

Prefeito

### CONTRATO Nº 159/2015

PREFEITURA DE NAVEGANTES/SC

CONTRATO Nº 159/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

CONTRATADO: CIA EXPERIMENTOS TEATRAIS

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA COMPOR A PROGRAMAÇÃO DOS EVENTOS CULTURAIS DE NAVEGANTES REALIZADO PELA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

VALOR R\$ 1.400,00

VIGÊNCIA: 27/07/2015 Até 31/12/2015

NAVEGANTES -11/09/2015

Roberto Carlos de Souza

Prefeito

### CONTRATO Nº 181/2015

PREFEITURA DE NAVEGANTES/SC

CONTRATO Nº 181/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

CONTRATADO: SOCIEDADE ESPORTIVA E RECREATIVA SUDAN FUTEBOL CLUBE

OBJETO: CONSTITUI OBJETO DESTE CONTRATO DE LOCAÇÃO CONFORME APRESENTADO NO PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 9/2015 IMÓVEL QUE SERÁ UTILIZADO PELA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE, O QUAL SERVIRÁ PARA ATENDIMENTO ÀS CRIANÇAS, JOVENS E ADULTOS DE NAVEGANTES/SC

VALOR R\$ 15.600,00

VIGÊNCIA: 01/09/2015 ATÉ 01/09/2016

NAVEGANTES -11/09/2015

Roberto Carlos de Souza

Prefeito

### EXTRATO CONTRATUAL FMV Nº 183/2015.

Extrato Contratual.

Prefeitura Municipal de Navegantes

Secretaria de Administração

Contrato Nº... FMV 183/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES / Fundação Municipal de Vigilância Navegantes.

Contratada...: TECHNO PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS EIRELLI – EPP

CNPJ sob o nº 20.072.416/0001-27

Vigência ..... : Início: 04/09/2015 Término: 03/11/2015.

Valor: R\$ 79.579,95.

Licitação ..... :TP05/2015.

Recursos ..... : Dotação: 2.075 3.3.90.00.00.00.

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO DE FAIXAS ELEVADAS (TRAVESSIA DE PEDESTRES), COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, PARA SEREM CONSTRUÍDAS EM RUAS DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, CONFORME TOMADA DE PREÇO Nº 5/2015.

Navegantes, 04 de setembro de 2015.

### EXTRATO CONTRATUAL Nº 179/2015.

Extrato Contratual.

Prefeitura Municipal de Navegantes

Secretaria de Administração

Contrato Nº...179/2015.

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada...: Execução Gestão e Consultoria em Informática Ltda.,

CNPJ: 02.908.992/0001-85.

Vigência ..... : Início: 01/09/2015 Término:01/09/2016.

Valor: R\$ 97.200,00.

Licitação ..... :PP114/2015.

Recursos ..... : Dotação: 2.136 3.3.90.00.00.

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E LICENÇA DE USO DE SOFTWARE DE GESTÃO DE FROTAS PARA CONTROLE DO CONSUMO DE COMBUSTÍVEL UTILIZADO POR TODA A FROTA DO

MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, CONFORME PREGÃO PRESENCIAL Nº114/2015.

Navegantes, 01 de setembro de 2015.

**FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE NAVEGANTES - FUMAN - EXTRATO DE TERMO DE COMPROMISSO N.º 008/2015**

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE NAVEGANTES - FUMAN

EXTRATO DE TERMO DE COMPROMISSO AMBIENTAL N.º 008/2015.

Síntese do Termo de Compromisso Ambiental que celebram entre si, a Fundação Municipal do Meio Ambiente de Navegantes - FUMAN e a empresa WK ADMINISTRADORA DE BENS LTDA, inscrita no CNPJ n.º 12.225.095/0001-20. Objetivo: visando à adoção de medidas específicas, para a correção do passivo ambiental, por meio do processo de licenciamento ambiental de operação nº 047/039/2014, mediante condicionante de recomposição das margens do corpo hídrico de drenagem e doação a Fundação de 01 (um) container modificado, conforme especificações, para substituição das edificações de guarda vidas na orla da praia; Vigência do Termo: 90 (noventa) dias a contar da data da assinatura, que se deu em 08 de setembro de 2015, quando deverão estar cumpridas todas as obrigações assumidas pelo Compromissário. Assinaturas: PAULO CELSO MAFRA, Superintendente da Fundação Municipal do Meio Ambiente - Compromitente e a empresa WK ADMINISTRADORA DE BENS LTDA inscrita no CNPJ n.º 12.225.095/0001-20 representada por Valdir Furbringer, inscrito no CPF n.º 097.119.709-10, como Compromissários. Navegantes, 08 de setembro de 2015.



# Nova Trento

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 550/2015 "A"

PORTARIA Nº 550/ 2015 "A"

Prorroga Portaria

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 102, da Lei nº 1.668, de 22 de dezembro de 1999 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 517/2015 "A", que concedeu Licença Tratamento de Saúde, a Servidora Pública Municipal ANDRESA CRISTINA GEANESINI LOPES, matrícula nº 6586, para exercer o cargo de Professor Nível III, Referência A, com 40 (quarenta) horas semanais (Educação Infantil - Pré Escolar), no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi – Centro, Município de Nova Trento, a contar de 24 de junho de 2015 a 09 de julho de 2015, conforme atestado médico datado de 23/06/2015 (aguardando resultado pericial).

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 23 de junho de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrada e Publicada a presente Portaria em 23 de junho de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e finanças

### PORTARIA Nº 569/2015 "A"

PORTARIA Nº 569/ 2015 A

Exonera Servidor

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o art. 63, I, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

EXONERAR a pedido o Servidor Público Municipal, LUIZ VENERI, matrícula nº 6191, ocupante do cargo de Operador de Maquinas, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviço Urbanos e Planejamento do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento a partir do dia 06 de julho de 2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 06 de julho de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 06 de julho de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

### PORTARIA Nº 610/2015 "A"

PORTARIA Nº 610/ 2015 "A"

Dispõe sobre Nomeação de Cargo Comissionado

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VIII e XII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de conformidade com o art. 17, inciso II, da Lei nº 1.207, de 30/08/92 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

NOMEAR a Servidora Pública Municipal, NEIVA TEREZINHA BAGNOLIN DE OLIVEIRA, matrícula nº 6841, para exercer o cargo de Provimento em Comissão de Gerente de Terminal Rodoviário, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, do Quadro de Servidores Comissionados deste Órgão Público Municipal, Município de Nova Trento, a partir de 01 de agosto de 2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 03 de agosto de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, em 03 de agosto de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

### PORTARIA Nº 627/2015

Portaria Nº627/ 2015

Nomeação/ Posse/ Exercício

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o artigo 94,XII, da Lei Orgânica Municipal, de 04 de abril de 1990, combinado com os artigos 12 e 20 da Lei Municipal nº 1.207/1992,

Resolve:

Art. 1º Fica nomeado pelo Decreto nº119/2015 de 27 de julho de 2015 – através de Concurso Público – Edital nº 002/2015, realizado em 24/05/2015, ADRIELE CONCEIÇÃO DOS SANTOS, matrícula nº 6811, no Cargo de Provimento Efetivo de ATENDENTE DE CRECHE, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, com 40 (quarenta) horas semanais, e POSSE em 03 de Agosto de 2015.

Art. 2º Atribuir exercício na Creche Municipal Espreado - Espreado, a partir de 03/08/2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 03 de agosto de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios

DOM/SC

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 645/2015**

Portaria Nº 645/2015

Nomeação/ Posse/ Exercício

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o artigo 94,XII, da Lei Orgânica Municipal, de 04 de abril de 1990, combinado com os artigos 12 e 20 da Lei Municipal nº 1.207/1992,

Resolve:

Art. 1º Fica nomeado pelo Decreto nº119/2015 de 27 de julho de 2015 – através de Concurso Público – Edital nº 002/2015, realizado em 24/05/2015, NADJA CARDOSO DE ANDRADE BARAÚNA, matrícula nº 6739, no Cargo de Provimento Efetivo de ATENDENTE DE CRECHE, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, com 40 (quarenta) horas semanais, e POSSE em 03 de Agosto de 2015.

Art. 2º Atribuir exercício no Centro Municipal de Educação Infantil Pe. Rossi - Centro, a partir de 03/08/2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 03 de agosto de 2015.  
Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios  
DOM/SC

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 645/2015 "A"**

Portaria Nº 645/2015 "A"

Nomeação/ Posse/ Exercício

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o artigo 94, inciso XII, da Lei Orgânica Municipal, de 04 de abril de 1990, combinado com os artigos 12 e 20, da Lei Municipal nº 1.207/1992,

Resolve:

Art. 1º - Fica nomeado pelo Decreto nº 119/2015, de 27 de julho de 2015 – através de Concurso Público – Edital nº 002/2015, realizado em 24/05/2015, CLAUDETE MARIA TOSTA, matrícula nº 6827, no Cargo de Provimento Efetivo de ATENDENTE DE CRECHE, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, com 40 (quarenta) horas semanais, e POSSE em 03 de Agosto de 2015.

Art. 2º - Atribuir exercício na Creche Municipal Espreado, a partir de 03/08/2015.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 03 de agosto de 2015.  
Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios  
DOM/SC

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 665/2015**

Portaria Nº 665/2015

Nomeação/ Posse/ Exercício

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o artigo 94,XII, da Lei Orgânica Municipal, de 04 de abril de 1990, combinado com os artigos 12 e 20 da Lei Municipal nº 1.207/1992,

Resolve:

Art. 1º Fica nomeado pelo Decreto nº119/2015 de 27 de julho de 2015 – através de Concurso Público – Edital nº 002/2015, realizado em 24/05/2015, AILTON FLADIMIR KUTTOCHE, matrícula nº 6812, no Cargo de Provimento Efetivo de MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, com 40 (quarenta) horas semanais, e POSSE em 03 de Agosto de 2015.

Art. 2º Atribuir exercício na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 03/08/2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 03 de agosto de 2015.  
Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios  
DOM/SC

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 671/2015**

Portaria Nº 671/2015

Nomeação/ Posse/ Exercício

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o artigo 94,XII, da Lei Orgânica Municipal, de 04 de abril de 1990, combinado com os artigos 12 e 20 da Lei Municipal nº 1.207/1992,

Resolve:

Art. 1º Fica nomeado pelo Decreto nº119/2015 de 27 de julho de 2015 – através de Concurso Público – Edital nº 002/2015, realizado em 24/05/2015, ROMILDO SEHN, matrícula nº 6781, no Cargo de Provimento Efetivo de OPERADOR DE MÁQUINAS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, com

40 (quarenta) horas semanais, e POSSE em 03 de Agosto de 2015.

Art. 2º Atribuir exercício na Secretaria de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, a partir de 03/08/2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 03 de agosto de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios  
DOM/SC

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário de Administração e Finanças

### **PORTARIA Nº 677/2015 "A"**

PORTARIA Nº 677/2015 "A"

Nomeação/ Posse/ Exercício

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, inciso XII, da Lei Orgânica Municipal, de 04 de abril de 1990, combinado com os art. 12 e 20, da Lei Municipal nº 1.207/1992,

Resolve:

Art. 1º Fica nomeado pelo Decreto nº 119/2015, de 27 de julho de 2015 – através de Concurso Público – Edital nº 002/2015, realizado em 24/05/2015, CIRO BERNARDI, matrícula nº 6826, no Cargo de Provimento Efetivo de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, com 40 (quarenta) horas semanais, e POSSE em 03 de Agosto de 2015.

Art. 2º Atribuir exercício na Secretaria de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, a partir de 03/08/2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 03 de agosto de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios  
DOM/SC

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário de Administração e Finanças

### **PORTARIA Nº 694/2015 "A"**

Portaria Nº 694/2015 "A"

Nomeação/ Posse/ Exercício

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o artigo 94, XII, da Lei Orgânica Municipal, de 04 de abril de 1990, combinado com os artigos 12 e 20 da Lei Municipal nº 1.207/1992,

Resolve:

Art. 1º Fica nomeado pelo Decreto nº 119/2015 de 27 de julho de 2015 – através de Concurso Público – Edital nº 002/2015, realizado em 24/05/2015, JULIAMAR STUANI, matrícula nº 6796, no Cargo de Provimento Efetivo de NUTRICIONISTA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, com 40 (quarenta) horas semanais, e POSSE em 03 de Agosto de 2015.

Art. 2º Atribuir exercício na Unidade Sanitária Madre Paulina, a partir de 03/08/2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 03 de agosto de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios  
DOM/SC

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário de Administração e Finanças

### **PORTARIA Nº 703/2015**

Portaria Nº 703/2015

Nomeação/ Posse/ Exercício

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o artigo 94, XII, da Lei Orgânica Municipal, de 04 de abril de 1990, combinado com os artigos 12 e 20 da Lei Municipal nº 1.207/1992,

Resolve:

Art. 1º Fica nomeado pelo Decreto nº 124/2015 de 03 de agosto de 2015 – através de Concurso Público – Edital nº 002/2015, realizado em 24/05/2015, SANDRA REGINA DALLA BRIDA BATTISTI, matrícula nº 6810, no Cargo de Provimento Efetivo de ATENDENTE DE CRECHE, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, com 40 (quarenta) horas semanais, e POSSE em 03 de Agosto de 2015.

Art. 2º Atribuir exercício na Creche Ciranda Cirandinha - Espreado, a partir de 03/08/2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 03 de agosto de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios  
DOM/SC

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 705/2015 "A"**

PORTARIA Nº 705/2015 A

Exonera Servidor

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o art. 63, I, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

**RESOLVE:**

EXONERAR a pedido o Servidor Público Municipal, DAIANE TEIXEIRA KUHN, matrícula nº 2093, ocupante do cargo de Enfermeira ESF, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Unidade Sanitária Madre Paulina, Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento a partir do dia 04 de agosto de 2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 04 de agosto de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 04 de agosto de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 710/2015**

PORTARIA Nº 710/2015

Dispõe sobre a Nomeação de Cargo Comissionado

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os itens I, VIII E XII do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de Conformidade com o art. 17, inciso II, da Lei nº 1.207, de 30/08/92 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais);

**Resolve:**

NOMEAR, a partir de 04 de agosto de 2015, DAIANE FACHIN TILL, matrícula 6733, para exercer o cargo de Provimento em Comissão de Secretário Escolar, com 40 (quarenta) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi - Centro, do Quadro de Pessoal Comissionado da Prefeitura Municipal de Nova Trento.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 12 de agosto de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios  
DOM/SC

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 711/2015**

PORTARIA Nº 711/2015

Dispõe sobre a Nomeação de Cargo Comissionado

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os itens I, VIII E XII do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de Conformidade com o art. 17, inciso II, da Lei nº 1.207, de 30/08/92 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais);

**Resolve:**

NOMEAR, a partir de 04 de agosto de 2015, SANDRA REGINA DALLABRIDA BATTISTI, matrícula 6810, para exercer o cargo de Provimento em Comissão de Chefe de Creche, com 40 (quarenta) horas semanais, na Creche Municipal Espreado, do Quadro de Pessoal Comissionado da Prefeitura Municipal de Nova Trento.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 12 de agosto de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios  
DOM/SC

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 712/2015**

PORTARIA Nº 712/ 2015

Dispõe sobre Exoneração e Nomeação de Cargo Comissionado

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os itens I, VIII e XII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de conformidade com o art. 17, inciso II, da Lei nº 1.207 de 30/08/92 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

**RESOLVE:**

Art. 1º - EXONERAR, a Servidora Pública Municipal, MARIANA CONCEIÇÃO FAGUNDES BOSIO, matrícula nº 5852, ocupante do cargo de Provimento em Comissão de Chefe de Serviços de Almoxarifado – Nível CC12, 40 (quarenta) horas semanais. Pertencente ao quadro de Pessoal comissionado desta Prefeitura Municipal, a partir de 05 de agosto de 2015.

Art. 2º – Nomear, a partir de 06 de agosto de 2015 a Servidora Pública Municipal MARIANA CONCEIÇÃO FAGUNDES BOSIO, matrícula nº 6809, para exercer o cargo de Provimento em Comissão de Assessor Administrativo, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, do Quadro de Servidores Comissionados deste Órgão Público Municipal, Município de Nova Trento, a partir de 06 de agosto de 2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 06 de agosto de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, 06 de agosto de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças



**PORTARIA Nº 715/2015 (CORRETA)**

PORTARIA Nº 715/ 2015

Concede Licença para Tratamento de Saúde em Pessoa da Família

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 106, da Lei nº 1.668/99, de 22 de dezembro de 1999 (Estatuto do Magistério Público Municipal),

**RESOLVE:**

CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde em Pessoa da Família à Servidora Pública Municipal INÊS DE AGUIRRE TAMANINI, matrícula nº 11, concursada no cargo de Professor Nível IV, Referência E, (Ensino Fundamental – Inglês), com 20 (vinte) horas semanais, lotada na Escola de Educação Básica Professor Francisco João Valle - Trinta Reis, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 45 (quarenta e cinco) dias, a contar de 14 de julho de 2015 a 27 de agosto de 2015, conforme resultado pericial datado de 06/08/2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 06 de agosto de 2015.

Luiz Carlos Orsi  
Secretário Municipal de Educação

Registrada e publicada a presente Portaria em 06 de agosto de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 719/2015**

PORTARIA Nº 719/2015

Dispõe sobre a Nomeação de Cargo Comissionado

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VIII e XII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de conformidade com o art. 17, inciso II, da Lei nº 1.207 de 30/08/92 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

**RESOLVE:**

NOMEAR o Servidor Público Municipal ADRIANA LUQUINA DAROSI DOS SANTOS, matrícula nº 6813, para exercer o cargo de Provimento em Comissão de Agente Social, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante no Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, do Quadro de Servidores Comissionados deste Órgão Público Municipal, Município de Nova Trento, a partir de 11 de agosto de 2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 11 de agosto de 2015.  
Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, 11 de agosto de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 723/2015**

Portaria Nº 723/2015

Nomeação/ Posse/ Exercício

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o artigo 94, XII, da Lei Orgânica Municipal, de 04 de abril de 1990, combinado com os artigos 12 e 20 da Lei Municipal nº 1.207/1992,

**Resolve:**

Art. 1º Fica nomeado pelo Decreto nº 133/2015 de 07 de agosto de 2015 – através de Concurso Público – Edital nº 002/2015, realizado em 24/05/2015, FRANCIS TENTARDINI SILVEIRA, matrícula nº 6814, no Cargo de Provimento Efetivo de Cirurgião Dentista, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, com 40 (quarenta) horas semanais, e POSSE em 10 de Agosto de 2015.

Art. 2º Atribuir exercício na Unidade Sanitária Madre Paulina - Centro, a partir de 10/08/2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 12 de agosto de 2015.  
Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios  
DOM/SC

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 724/2015**

Portaria Nº 724/2015

Nomeação/ Posse/ Exercício

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o artigo 94, XII, da Lei Orgânica Municipal, de 04 de abril de 1990, combinado com os artigos 12 e 20 da Lei Municipal nº 1.207/1992,

**Resolve:**

Art. 1º Fica nomeado pelo Decreto nº 134/2015 de 10 de agosto de 2015 – através de Concurso Público – Edital nº 002/2015, realizado em 24/05/2015, JANETE DA ROSA, matrícula nº 6815, no Cargo de Provimento Efetivo de Técnico de Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, com 40 (quarenta) horas semanais, e POSSE em 11 de Agosto de 2015.

Art. 2º Atribuir exercício na Unidade Saúde Básica Besenello - Besenello, a partir de 12/08/2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 12 de agosto de 2015.  
Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios  
DOM/SC

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 725/2015**

Portaria Nº 725/2015

Nomeação/ Posse/ Exercício

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o artigo 94,XII, da Lei Orgânica Municipal, de 04 de abril de 1990, combinado com os artigos 12 e 20 da Lei Municipal nº 1.207/1992,

Resolve:

Art. 1º Fica nomeado pelo Decreto nº 134/2015 de 10 de agosto de 2015 – através de Concurso Público – Edital nº 002/2015, realizado em 24/05/2015, ANDREIA NAIRA BATTISTI, matrícula nº 6816, no Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, com 40 (quarenta) horas semanais, e POSSE em 11 de Agosto de 2015.

Art. 2º Atribuir exercício na Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco João Valle – Trinta Réis, a partir de 12/08/2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 12 de agosto de 2015.  
Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios  
DOM/SC

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 726/2015**

Portaria Nº 726/2015

Nomeação/ Posse/ Exercício

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o artigo 94,XII, da Lei Orgânica Municipal, de 04 de abril de 1990, combinado com os artigos 12 e 20 da Lei Municipal nº 1.207/1992,

Resolve:

Art. 1º Fica nomeado pelo Decreto nº 134/2015 de 10 de agosto de 2015 – através de Concurso Público – Edital nº 002/2015, realizado em 24/05/2015, PALMIRA CASAGRANDE BERNARDI, matrícula nº 6817, no Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, com 40 (quarenta) horas semanais, e POSSE em 11 de Agosto de 2015.

Art. 2º Atribuir exercício na Unidade de Saúde Básica Claraíba - Claraíba a partir de 11/08/2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 12 de agosto de 2015.  
Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios  
DOM/SC

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 727/2015**

Portaria Nº 727/2015

Nomeação/ Posse/ Exercício

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o artigo 94,XII, da Lei Orgânica Municipal, de 04 de abril de 1990, combinado com os artigos 12 e 20 da Lei Municipal nº 1.207/1992,

Resolve:

Art. 1º Fica nomeado pelo Decreto nº 134/2015 de 10 de agosto de 2015 – através de Concurso Público – Edital nº 002/2015, realizado em 24/05/2015, ELIANE APARECIDA SGROTT DAROSSO, matrícula nº 6818, no Cargo de Provimento Efetivo de Atendente de Creche, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, com 40 (quarenta) horas semanais, e POSSE em 12 de Agosto de 2015.

Art. 2º Atribuir exercício na Creche Municipal de Claraíba - Claraíba, a partir de 12/08/2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 12 de agosto de 2015.  
Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios  
DOM/SC

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 728/2015**

Portaria Nº 728/2015

Nomeação/ Posse/ Exercício

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o artigo 94,XII, da Lei Orgânica Municipal, de 04 de abril de 1990, combinado com os artigos 12 e 20 da Lei Municipal nº 1.207/1992,

Resolve:

Art. 1º Fica nomeado pelo Decreto nº 134/2015 de 10 de agosto de 2015 – através de Concurso Público – Edital nº 002/2015, realizado em 24/05/2015, GISELE CORDOVA NUNES, matrícula nº 6819, no Cargo de Provimento Efetivo de Enfermeira, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, com 40 (quarenta) horas semanais, e POSSE em 12 de Agosto de 2015.



Art. 2º Atribuir exercício na Unidade de Saúde Básica Aguti - Aguti, a partir de 12/08/2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 12 de agosto de 2015.  
Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios  
DOM/SC

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário de Administração e Finanças

### **PORTARIA Nº 729/2015**

Portaria Nº 729/2015

Nomeação/ Posse/ Exercício

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o artigo 94,XII, da Lei Orgânica Municipal, de 04 de abril de 1990, combinado com os artigos 12 e 20 da Lei Municipal nº 1.207/1992,

Resolve:

Art. 1º Fica nomeado pelo Decreto nº 139/2015 de 11 de agosto de 2015 – através de Concurso Público – Edital nº 002/2015, realizado em 24/05/2015, ODETE TERESINHA VON HEIMBURG, matrícula nº 6820, no Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, com 40 (quarenta) horas semanais, e POSSE em 12 de Agosto de 2015.

Art. 2º Atribuir exercício na Escola Municipal de Educação Básica Francisco João Valle -Trinta Réis, a partir de 12/08/2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 12 de agosto de 2015.  
Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios  
DOM/SC

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário de Administração e Finanças

### **PORTARIA Nº 730/2015**

Portaria Nº 730/2015

Nomeação/ Posse/ Exercício

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o artigo 94,XII, da Lei Orgânica Municipal, de 04 de abril de 1990, combinado com os artigos 12 e 20 da Lei Municipal nº 1.207/1992,

Resolve:

Art. 1º Fica nomeado pelo Decreto nº 134/2015 de 10 de agosto de 2015 – através de Concurso Público – Edital nº 002/2015, realizado em 24/05/2015, JOSÉ LOPES AUGUSTO, matrícula nº 6821, no

Cargo de Provimento Efetivo de Cirurgião Dentista, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, com 40 (quarenta) horas semanais, e POSSE em 13 de Agosto de 2015.

Art. 2º Atribuir exercício na Unidade Sanitária Madre Paulina - Centro, a partir de 14/08/2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 13 de agosto de 2015.  
Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios  
DOM/SC

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário de Administração e Finanças

### **PORTARIA Nº 741/2015**

PORTARIA Nº 741/ 2015

Dispõe sobre Nomeação de Cargo Comissionado

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VIII e XII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de conformidade com o art. 17, inciso II, da Lei nº 1.207 de 30/08/92 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

NOMEAR a Servidora Pública Municipal, IZABELA DARÓS, matrícula nº 6828, para exercer o cargo de Provimento em Comissão de Assessor Administrativo, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, do Quadro de Servidores Comissionados deste Órgão Público Municipal, Município de Nova Trento, a partir de 10 de agosto de 2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 14 de agosto de 2015.  
Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, em 14 de agosto de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

### **PORTARIA Nº 742/2015**

PORTARIA Nº 742/ 2015

Dispõe sobre Exoneração e Nomeação de Cargo Comissionado

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VIII e XII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de conformidade com o art. 17, inciso II, da Lei nº 1.207 de 30/08/92 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, o Servidor Público Municipal SALVIO OSMAR TONINI, matrícula nº 6686, ocupante do cargo de Provimento em Comissão de Supervisor Hospitalar, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Servidores Comissionados do Município, a partir de 16 de agosto de 2015.

Art. 2º – NOMEAR, o Servidor Público Municipal SALVIO OSMAR TONINI, matrícula nº 6829, para atuar no cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Defesa Civil, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, do Quadro de Servidores Comissionados deste Órgão Público Municipal, Município de Nova Trento, a partir de 17 de agosto de 2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 17 de agosto de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, em 17 de agosto de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

#### **PORTARIA Nº 743/2015**

PORTARIA Nº 743/ 2015

Dispõe sobre Exoneração e Nomeação de Cargo Comissionado

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VIII e XII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de conformidade com o art. 17, inciso II, da Lei nº 1.207 de 30/08/92 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, o Servidor Público Municipal EDUARDO FABRIS DA SILVA, matrícula nº 5556, ocupante do Cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Defesa Civil, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, do Quadro de Servidores Comissionados do Município, a partir de 16 de agosto de 2015.

Art. 2º – NOMEAR, o Servidor Público Municipal EDUARDO FABRIS DA SILVA, matrícula nº 6830, para atuar no cargo de Provimento em Comissão de Supervisor Hospitalar, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Servidores Comissionados deste Órgão Público Municipal, Município de Nova Trento, a partir de 17 de agosto de 2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 17 de agosto de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, em 17 de agosto de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

#### **PORTARIA Nº 744/2015**

PORTARIA Nº 744/ 2015

Dispõe sobre Nomeação de Cargo Comissionado

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VIII e XII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de conformidade com o art. 17, inciso II, da Lei nº 1.207 de 30/08/92 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

NOMEAR a Servidora Pública Municipal, ALAYZE BATTISTI ARCHER,

matrícula nº 6831, para exercer o cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Controle e Avaliação, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Servidores Comissionados deste Órgão Público Municipal, Município de Nova Trento, a partir de 03 de agosto de 2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 17 de agosto de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, em 17 de agosto de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

#### **PORTARIA Nº 745/2015**

PORTARIA Nº 745/ 2015

Dispõe sobre Exoneração e Nomeação de Cargo Comissionado

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VIII e XII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de conformidade com o art. 17, inciso II, da Lei nº 1.207 de 30/08/92 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, o Servidor Público Municipal CLAUBER RENATO AMORIM, matrícula nº 6651, ocupante do cargo de Provimento em Comissão de Diretor do Hospital, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Servidores Comissionados do Município, a partir de 16 de agosto de 2015.

Art. 2º – NOMEAR, o Servidor Público Municipal CLAUBER RENATO AMORIM, matrícula nº 6833, para atuar no cargo de Provimento em Comissão de Assessor Administrativo, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Servidores Comissionados deste Órgão Público Municipal, Município de Nova Trento, a partir de 17 de agosto de 2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 17 de agosto de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, em 17 de agosto de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

#### **PORTARIA Nº 746/2015**

PORTARIA Nº 746/ 2015

Dispõe sobre Nomeação de Cargo Comissionado

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VIII e XII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de conformidade com o art. 17, inciso II, da Lei nº 1.207 de 30/08/92 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

NOMEAR o Servidor Público Municipal, ROBSON ALMEIDA, matrícula

nº 6834, para exercer o cargo de Provimento em Comissão de Diretor do Hospital, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Servidores Comissionados deste Órgão Público Municipal, Município de Nova Trento, a partir de 17 de agosto de 2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 17 de agosto de 2015.  
Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, em 17 de agosto de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

## **PORTARIA Nº 797/2015**

PORTARIA Nº 797/ 2015

### **Admissão em Caráter Temporário**

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

#### **RESOLVE:**

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 003/2015, de 26/06/2015, convocado conforme Decreto nº 136/2015, LARISSA TACHINI, matrícula nº 6884, para exercer o cargo de Nutricionista, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento, a contar de 17 de agosto de 2015 a 15 de agosto de 2016, por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 1º, I, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 17 de agosto de 2015.  
Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, em 17 de agosto de 2015.

Maxiliano de Oliveira  
Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

### **CONTRATO SP//2015**

#### **CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora LARISSA TACHINI, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Paulo Ozimoski, Bairro Centro, Município de Botuverá, portadora do CPF nº 082.857.619-08, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A

NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO**

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO**

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Nutricionista, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL**

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato, pelo exercício efetivo de cada plantão.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL**

Este contrato é firmado pelo período de 12 (doze) meses, iniciando em 17 de agosto de 2015 a 15 de agosto de 2016, data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado pelo mesmo período.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO**

Este contrato poderá ser rescindido:

I – por acordo entre as partes;

II – pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III – violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV – pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V – Em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do Processo Seletivo.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO**

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO**

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

#### **CLÁUSULA NONA – DO FORO**

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 17 de agosto de 2015.

Gian Francesco Voltolini                      Larissa Tachini  
Prefeito Municipal                              Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 17 de agosto de 2015.

Maxiliano de Oliveira  
Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola  
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

### **PORTARIA Nº 816/2015**

Portaria Nº 816/2015

Nomeação/ Posse/ Exercício

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o artigo 94, inciso XII, da Lei Orgânica Municipal, de 04 de abril de 1990, combinado com os artigos 12 e 20, da Lei Municipal nº 1.207/1992,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeado pelo Decreto nº 148/2015 de 18 de agosto de 2015 – através de Concurso Público – Edital nº 002/2015, realizado em 24/05/2015, VILIANE CARDOSO FERREIRA, matrícula nº 6900, no Cargo de Provimento Efetivo de ATENDENTE DE CRECHE, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, com 40 (quarenta) horas semanais, e POSSE em 18 de Agosto de 2015.

Art. 2º - Atribuir exercício no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi - Centro, a partir de 18/08/2015.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 18 de agosto de 2015.

Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário de Administração e Finanças

### **PORTARIA Nº 822/2015**

Portaria Nº 822/2015

Nomeação/ Posse/ Exercício

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o artigo 94, inciso XII, da Lei Orgânica Municipal, de 04 de abril de 1990, combinado com os artigos 12 e 20, da Lei Municipal nº 1.207/1992,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeado pelo Decreto nº 148/2015, de 18 de agosto de 2015 – através de Concurso Público – Edital nº 002/2015, realizado em 24/05/2015, LUIZ VENERI, matrícula nº 6907, no Cargo de Provimento Efetivo de OPERADOR DE MÁQUINAS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, com 40 (quarenta) horas semanais, e POSSE em 18 de Agosto de 2015.

Art. 2º - Atribuir exercício na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, a partir de 18/08/2015.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 21 de agosto de 2015.

Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário de Administração e Finanças

### **PORTARIA Nº 823/2015**

Portaria Nº 823/2015

Nomeação/ Posse/ Exercício

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o artigo 94, inciso XII, da Lei Orgânica Municipal, de 04 de abril de 1990, combinado com os artigos 12 e 20, da Lei Municipal nº 1.207/1992,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeado pelo Decreto nº 148/2015, de 18 de agosto de 2015 – através de Concurso Público – Edital nº 002/2015, realizado em 24/05/2015, MARIA MADALENA MINATTI, matrícula nº 6906, no Cargo de Provimento Efetivo de TÉCNICO DE ENFERMAGEM, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, com 40 (quarenta) horas semanais, e POSSE em 18 de Agosto de 2015.

Art. 2º - Atribuir exercício na Unidade Sanitária Trinta Réis, a partir de 20/08/2015.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 21 de agosto de 2015.

Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário de Administração e Finanças

### **PORTARIA Nº 830/2015**

PORTARIA Nº 830/2015

Nomeação/ Posse/ Exercício

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o artigo 94, inciso XII, da Lei Orgânica Municipal, de 04 de abril de 1990, combinado com os artigos 12 e 20, da Lei Municipal nº 1.207/1992,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeado pelo Decreto nº 156/2015, de 24 de agosto de 2015 – através de Concurso Público – Edital nº 002/2015, realizado em 24/05/2015, MARICE MARCHI LACERDA, matrícula nº 6913, no Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, com 40 (quarenta) horas semanais, e POSSE em 24 de



Agosto de 2015.

Art. 2º - Atribuir exercício na Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco João Valle – Trinta Réis, a partir de 25/08/2015.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 25 de agosto de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário de Administração e Finanças

### **PORTARIA Nº 831/2015**

PORTARIA Nº 831/2015

Nomeação/ Posse/ Exercício

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o artigo 94, inciso XII, da Lei Orgânica Municipal, de 04 de abril de 1990, combinado com os artigos 12 e 20, da Lei Municipal nº 1.207/1992,

Resolve:

Art. 1º - Fica nomeado pelo Decreto nº 156/2015, de 24 de agosto de 2015 – através de Concurso Público – Edital nº 002/2015, realizado em 24/05/2015, FRANCISCO RODOLFO ORSI, matrícula nº 6914, no Cargo de Provimento Efetivo de MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, com 40 (quarenta) horas semanais, e POSSE em 24 de Agosto de 2015.

Art. 2º - Atribuir exercício na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 25/08/2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 25 de agosto de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário de Administração e Finanças

### **PORTARIA Nº 835/2015**

PORTARIA Nº 835/ 2015

Conversão em Dinheiro de 1/3 de Férias

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VII e XII, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/1990 e de acordo com o que determina o artigo 75, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER 1/3 de férias convertidas em dinheiro, relativo ao período aquisitivo de 07/01/2014 a 06/01/2015, ao Servidor Público Municipal, LUIZ CARLOS ORSI, matrícula nº 5551, ocupante do cargo de Provimento em Comissão de Secretário Municipal de Educação, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Secretaria Municipal de Educação, do Quadro de Pessoal Comissionado desta Prefeitura, Município de Nova Trento, no mês de Agosto/2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 25 de agosto de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria em 25 de agosto de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

### **PORTARIA Nº 848/2015**

PORTARIA Nº 848/ 2015

Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 003/2015, de 26/06/2015, convocado conforme Decreto nº 155/2015, LAUZINHO LACERDA, matrícula nº 6920, para exercer o cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 01 de setembro de 2015 a 27 de fevereiro de 2016, por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 01 de setembro de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, em 01 de setembro de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

### **CONTRATO SP//2015**

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e o Senhor LAUZINHO LACERDA, brasileiro, viúvo, residente e

domiciliado na Est. Geral do Alto Pitanga, s/n, Bairro Alto Pitanga, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 245.403.749-15, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 06 (seis) meses, a partir de 01 de setembro de 2015 a 27 de fevereiro de 2016.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – por acordo entre as partes;
- II – pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;
- III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;
- IV – pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V – em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

#### CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 01 de setembro de 2015.

Gian Francesco Voltolini      Lauzinho Lacerda  
Prefeito Municipal              Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 01 de setembro de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

#### PORTARIA Nº 850/2015

PORTARIA Nº 850/ 2015

Conversão em Dinheiro de 1/3 de Férias

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 75, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER 1/3 de férias convertidas em dinheiro, relativo ao período aquisitivo de 17/09/2014 a 16/09/2015, a Servidora Pública Municipal, JANAINA TAIS BARAUNA, matrícula 6473, ocupante do cargo de Provimento em Comissão de Supervisor de Ensino Fundamental, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, do quadro de Servidores Comissionados deste Órgão Público Municipal, Município de Nova Trento, no mês de Setembro/2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 01 de setembro de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrada e Publicada a presente Portaria em 01 de setembro de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

#### PORTARIA Nº 851/2015

PORTARIA Nº 851/ 2015

Conversão em Dinheiro de 1/3 de Férias

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VII e XII, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/1990 e de acordo com o que determina o artigo 75, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER 1/3 de férias convertidas em dinheiro, relativo ao período aquisitivo de 02/02/2014 a 01/02/2015, a Servidora Pública Municipal, APARECIDA FANTINI MINATTI, matrícula nº 189, ocupante do cargo de Provimento em Comissão de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Secretaria Municipal de Bem Estar Social e Habitação, do Quadro de Pessoal Comissionado desta Prefeitura, Município de Nova Trento, no mês de Setembro/2015.



Prefeitura Municipal de Nova Trento, 01 de setembro de 2015.  
Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria em 01 de setembro de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

### **PORTARIA Nº 852/2015**

PORTARIA Nº 852/2015

Nomeação/ Posse/ Exercício

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o artigo 94, inciso XII, da Lei Orgânica Municipal, de 04 de abril de 1990, combinado com os artigos 12 e 20, da Lei Municipal nº 1.207/1992,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - NOMEAR pelo Decreto nº 164/2015, de 31 de agosto de 2015 – através de Concurso Público – Edital nº 002/2015, realizado em 24/05/2015, ALCIR DANILO TOMAZI, matrícula nº 6921, no Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, com 40 (quarenta) horas semanais, e EMPOSSAR em 01 de setembro de 2015.

Art. 2º - ATRIBUIR exercício no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, a partir de 01/09/2015.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 01 de setembro de 2015.  
Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário de Administração e Finanças

### **PORTARIA Nº 854/2015**

PORTARIA Nº 854/2015

Nomeação/ Posse/ Exercício

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o artigo 94, inciso XII, da Lei Orgânica Municipal, de 04 de abril de 1990, combinado com os artigos 12 e 20, da Lei Municipal nº 1.207/1992,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - NOMEAR pelo Decreto nº 164/2015, de 31 de agosto de 2015 – através de Concurso Público – Edital nº 002/2015, realizado em 24/05/2015, LUCIMERE EDUARDA DE SOUZA, matrícula nº 6922, no Cargo de Provimento Efetivo de TÉCNICO DE ENFERMAGEM, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, com 40 (quarenta) horas semanais, e EMPOSSAR em 01 de setembro de 2015.

Art. 2º - ATRIBUIR exercício no Serviço de Atendimento Móvel de

Urgência (SAMU), a partir de 01/09/2015.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 01 de setembro de 2015.  
Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios  
DOM/SC

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário de Administração e Finanças

### **PORTARIA Nº 855/2015**

PORTARIA Nº 855/2015

Nomeação/ Posse/ Exercício

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o artigo 94, inciso XII, da Lei Orgânica Municipal, de 04 de abril de 1990, combinado com os artigos 12 e 20, da Lei Municipal nº 1.207/1992,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - NOMEAR pelo Decreto nº 148/2015, de 18 de agosto de 2015 – através de Concurso Público – Edital nº 002/2015, realizado em 24/05/2015, SERGIO PEREIRA LOBO, matrícula nº 6923, no Cargo de Provimento Efetivo de TÉCNICO DE ENFERMAGEM, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, com 40 (quarenta) horas semanais, e EMPOSSAR em 01 de setembro de 2015.

Art. 2º - ATRIBUIR exercício no Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), a partir de 01/09/2015.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 01 de setembro de 2015.  
Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios  
DOM/SC

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário de Administração e Finanças

### **PORTARIA Nº 858/2015**

PORTARIA Nº 858/2015

Nomeação/ Posse/ Exercício

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o artigo 94, inciso XII, da Lei Orgânica Municipal, de 04 de abril de 1990, combinado com os artigos 12 e 20, da Lei Municipal nº 1.207/1992,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - NOMEAR pelo Decreto nº 119/2015, de 27 de julho de 2015 – através de Concurso Público – Edital nº 002/2015, realizado em 24/05/2015, FERNANDA SALUM CORRÊA, matrícula nº 6925,

no Cargo de Provimento Efetivo de TÉCNICO DE ENFERMAGEM, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, com 40 (quarenta) horas semanais, e EMPOSSAR em 01 de setembro de 2015.

Art. 2º - ATRIBUIR exercício no Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), a partir de 01/09/2015.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 01 de setembro de 2015.

Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios  
DOM/SC

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário de Administração e Finanças

### **PORTARIA Nº 859/2015**

PORTARIA Nº 859/2015

Nomeação/ Posse/ Exercício

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o artigo 94, XII, da Lei Orgânica Municipal, de 04 de abril de 1990, combinado com os artigos 12 e 20, da Lei Municipal nº 1.207/1992,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR pelo Decreto nº 119/2015, de 27 de julho de 2015 – através de Concurso Público – Edital nº 002/2015, realizado em 24/05/2015, NATHALIÊ EGUES MORAES, matrícula nº 6926, no Cargo de Provimento Efetivo de CIRURGIÃO DENTISTA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, com 40 (quarenta) horas semanais, e EMPOSSAR em 01 de setembro de 2015.

Art. 2º - ATRIBUIR exercício na Unidade Sanitária Claraíba, a partir de 01/09/2015.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 01 de setembro de 2015.

Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios  
DOM/SC

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário de Administração e Finanças

### **PORTARIA Nº 860/2015**

PORTARIA Nº 860/2015

Nomeação/ Posse/ Exercício

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o artigo 94, inciso XII, da Lei Orgânica Municipal, de 04 de abril de 1990, combinado com os artigos 12 e 20, da Lei Municipal nº 1.207/1992,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR pelo Decreto nº 156/2015, de 28 de agosto de 2015 – através de Concurso Público – Edital nº 002/2015, realizado em 24/05/2015, MARIA DE LOURDES TOMASI MINATTI, matrícula nº 6927, no Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, com 40 (quarenta) horas semanais, e EMPOSSAR em 01 de setembro de 2015.

Art. 2º - ATRIBUIR exercício no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, a partir de 01/09/2015.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 01 de setembro de 2015.

Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário de Administração e Finanças

### **PORTARIA Nº 861/2015**

PORTARIA Nº 861/2015

Nomeação/ Posse/ Exercício

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o artigo 94, XII, da Lei Orgânica Municipal, de 04 de abril de 1990, combinado com os artigos 12 e 20, da Lei Municipal nº 1.207/1992,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR pelo Decreto nº 164/2015, de 31 de agosto de 2015 – através de Concurso Público – Edital nº 002/2015, realizado em 24/05/2015, ROSÂNGELA DE FÁTIMA FRIZZO, matrícula nº 6928, no Cargo de Provimento Efetivo de TÉCNICO DE ENFERMAGEM, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, com 40 (quarenta) horas semanais, e EMPOSSAR em 01 de setembro de 2015.

Art. 2º - ATRIBUIR exercício na Unidade Sanitária Besenello, a partir de 01/09/2015.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 01 de setembro de 2015.

Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios  
DOM/SC

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 862/2015**

PORTARIA Nº 862/2015

Nomeação/ Posse/ Exercício

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o artigo 94, inciso XII, da Lei Orgânica Municipal, de 04 de abril de 1990, combinado com os artigos 12 e 20, da Lei Municipal nº 1.207/1992,

**RESOLVE:**

Art. 1º - NOMEAR pelo Decreto nº 167/2015, de 31 de agosto de 2015 – através de Concurso Público – Edital nº 002/2015, realizado em 24/05/2015, MARISTELA DUTRA, matrícula nº 6929, no Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, com 40 (quarenta) horas semanais, e EMPOSSAR em 01 de setembro de 2015.

Art. 2º - ATRIBUIR exercício na Creche Municipal Espreado, a partir de 01/09/2015.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 01 de setembro de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 863/2015**

PORTARIA Nº 863/2015

Nomeação/ Posse/ Exercício

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o artigo 94, inciso XII, da Lei Orgânica Municipal, de 04 de abril de 1990, combinado com os artigos 12 e 20, da Lei Municipal nº 1.207/1992,

**RESOLVE:**

Art. 1º - NOMEAR pelo Decreto nº 167/2015, de 31 de agosto de 2015 – através de Concurso Público – Edital nº 002/2015, realizado em 24/05/2015, JAMIR MARCHI, matrícula nº 6930, no Cargo de Provimento Efetivo de OPERADOR DE MÁQUINAS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, com 40 (quarenta) horas semanais, e EMPOSSAR em 01 de setembro de 2015.

Art. 2º – ATRIBUIR exercício na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, a partir de 01/09/2015.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 01 de setembro de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 864/2015**

PORTARIA Nº 864/2015

Admissão em Caráter Temporário

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

**RESOLVE:**

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 003/2015, de 26/06/2015, convocado conforme Decreto nº 159/2015, EDNA MAGOLI KOERICH, matrícula nº 6931, para exercer o cargo de Atendente de Creche, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi - Centro, na Secretaria Municipal de Educação, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 01 de setembro de 2015 a 21 de setembro de 2015, em substituição a titular Monaliza Paixão, afastada conforme Portaria nº 840/2015 (Licença Tratamento de Saúde).

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 01 de setembro de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrada e publicada a presente Portaria em 01 de setembro de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**CONTRATO SP//2015****CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora EDNA MAGOLI KOERICH, brasileira, convivente em união estável, residente e domiciliada na Rua Gentil Bottamedi, s/nº, Bairro Trinta Réis, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 046.636.469-56, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO**

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO**

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Atendente de Creche, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi - Centro, na Secretaria Municipal de Educação, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, em substituição a titular Monaliza Paixão, afastada conforme Portaria nº 840/2015 (Licença Tratamento de Saúde).

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL**

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

**CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL**

Este contrato é firmado pelo período de 01 de setembro de 2015 a 21 de setembro de 2015, data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado conforme a necessidade.

**CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO**

Este contrato poderá ser rescindido:

I – por acordo entre as partes;

II – pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III – violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV – pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V – em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

**CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

As responsabilidades e obrigações do contratado são as previstas pela Secretaria Municipal de Educação.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO**

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

**CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO**

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

**CLÁUSULA NONA – DO FORO**

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 01 de setembro de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Edna Magoli Koerich

Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 01 de setembro de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**TESTEMUNHA:**

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 865/2015**

PORTARIA Nº 865/2015

Admissão em Caráter Temporário

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

**RESOLVE:**

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 003/2015, de 26/06/2015, convocado conforme Decreto nº 159/2015, SUELEN DO BELÉM DE OLIVEIRA, matrícula nº 6932, para exercer o cargo de Professor Sem Habilitação, com 20 (vinte) horas semanais (Educação Infantil), atuante na Creche Municipal Claraíba, na Secretaria Municipal de Educação, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 01 de setembro de 2015 a 18 de dezembro de 2015 (término do ano letivo), por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 01 de setembro de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrada e publicada a presente Portaria em 01 de setembro de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**CONTRATO SP//2015****CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014, e a Senhora SUELEN DO BELÉM DE OLIVEIRA, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua José e Angelo Dalri, nº 51, Bairro Centro, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 072.374.399-10, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO**

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO**

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Professor Sem Habilitação, com 20 (vinte) horas semanais, atuante na Creche Municipal Claraíba, na Secretaria Municipal de Educação, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL**

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a



remuneração mensal no valor de R\$ 779,52 (setecentos e setenta e nove reais e cinquenta e dois centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 01 de setembro de 2015 a 18 de dezembro de 2015 (término do ano letivo).

## CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – por acordo entre as partes;

II – pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III – violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV – pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V – em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

## CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as previstas pela Secretária Municipal de Educação.

## CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 04 (quatro) horas diárias, totalizando 20 (vinte) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e términos fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

## CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

## CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 01 de setembro de 2015.

Luiz Carlos Orsi  
Secretário Municipal de Educação

Suelen do Belém de Oliveira  
Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 01 de setembro de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTFMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola  
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 866/2015**

PORTARIA Nº 866/2015

### Admissão em Caráter Temporário

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 003/2015, de 26/06/2015, convocado conforme Decreto nº 161/2015, LISANGELA LOCKS, matrícula nº 6933, para exercer o cargo de Professor Sem Habilitação, com 20 (vinte) horas semanais (Educação Infantil), atuante na Creche Municipal Claraíba, na Secretaria Municipal de Educação, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 01 de setembro de 2015 a 18 de dezembro de 2015 (término do ano letivo), por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 01 de setembro de 2015.

Luiz Carlos Orsi  
Secretário Municipal de Educação

Registrada e publicada a presente Portaria em 01 de setembro de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2015

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora LISANGELA LOCKS, brasileira, casada, residente na Rua Salvador Gessele, nº 23, Bairro Centro, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 008.810.719-19, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

## CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

## CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Professor Sem Habilitação, com 20 (vinte) horas semanais (Educação Infantil), atuante na Creche Municipal Claraíba, na Secretaria Municipal de Educação, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

### CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 779,52 (setecentos e setenta e nove reais e cinquenta e dois centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 01 de setembro de 2015 a 18 de dezembro de 2015 (término do ano letivo).

#### CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – por acordo entre as partes;

II – pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III – violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV – pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V – em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as previstas pela Secretaria Municipal de Educação.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 04 (quatro) horas diárias, totalizando 20 (vinte) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

#### CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 01 de setembro de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Lizangela Locks

Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 01 de setembro de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

#### TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

### PORTARIA Nº 871/2015

PORTARIA Nº 871/2015

#### Admissão em Caráter Temporário

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

#### RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 003/2015, de 26/06/2015, convocado conforme Decreto nº 160/2015, FABRICIA MAYER, matrícula nº 6938, para exercer o cargo de Atendente de Creche, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Creche Municipal Claraíba, na Secretaria Municipal de Educação, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 02 de setembro de 2015 a 31 de agosto de 2016, por motivo de vaga excedente (transitória), bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 02 de setembro de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrada e publicada a presente Portaria em 02 de setembro de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

#### CONTRATO SP//2015

#### CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora FABRÍCIA MAYER, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Felipe Schmidt, nº 4934, Bairro Ponta Fina Sul, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 056.691.889-77, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Atendente de Creche, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Creche Municipal Claraíba, na Secretaria Municipal de Educação, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a



remuneração mensal no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 02 de setembro de 2015 a 31 de agosto de 2016, (desdobramento de matrícula), data da assinatura deste instrumento, podendo ser rescindido antes desse prazo, em virtude da alteração na quantidade de matrículas de alunos.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – por acordo entre as partes;

II – pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III – violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV – pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V – em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as previstas pela Secretária Municipal de Educação.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

#### CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 02 de setembro de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Fabricia Mayer

Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 02 de setembro de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

#### TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

#### PORTARIA Nº 874/2015

PORTARIA Nº 874/2015

Nomeação/ Posse/ Exercício

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o artigo 94, XII, da Lei Orgânica Municipal, de 04 de abril de 1990, combinado com os artigos 12 e 20, da Lei Municipal nº 1.207/1992,

#### RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR pelo Decreto nº 172/2015, de 02 de setembro de 2015 – através de Concurso Público – Edital nº 002/2015, realizado em 24/05/2015, ADRIANE FOGAÇA PIEZ, matrícula nº 6940, no Cargo de Provimento Efetivo de Enfermeiro, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, com 40 (quarenta) horas semanais, e EMPOSSAR em 02 de setembro de 2015.

Art. 2º ATRIBUIR exercício na Unidade Sanitária Madre Paulina, a partir de 02/09/2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 04 de setembro de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios  
DOM/SC

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário de Administração e Finanças

#### PORTARIA Nº 875/2015

PORTARIA Nº 875/2015

Nomeação/ Posse/ Exercício

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o artigo 94, XII, da Lei Orgânica Municipal, de 04 de abril de 1990, combinado com os artigos 12 e 20, da Lei Municipal nº 1.207/1992,

#### RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR pelo Decreto nº 119/2015, de 27 de julho de 2015 – através de Concurso Público – Edital nº 002/2015, realizado em 24/05/2015, THAYS RIBEIRO DA SILVA, matrícula nº 6941, no Cargo de Provimento Efetivo de Cirurgião Dentista, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, com 40 (quarenta) horas semanais, e EMPOSSAR em 02 de setembro de 2015.

Art. 2º ATRIBUIR exercício na Unidade Sanitária Aguti, a partir de 02/09/2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 04 de setembro de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios  
DOM/SC

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 876/2015**

PORTARIA Nº 876/2015

Nomeação/ Posse/ Exercício

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o artigo 94, inciso XII, da Lei Orgânica Municipal, de 04 de abril de 1990, combinado com os artigos 12 e 20, da Lei Municipal nº 1.207/1992,

**RESOLVE:**

Art. 1º – NOMEAR pelo Decreto nº 176/2015, de 04 de setembro de 2015 – através de Concurso Público – Edital nº 002/2015, realizado em 24/05/2015, VANDERLEI LUIZ ORSI, matrícula nº 6942, no Cargo de Provimento Efetivo de OPERADOR DE MÁQUINAS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, com 40 (quarenta) horas semanais, e EMPOSSAR em 04 de setembro de 2015.

Art. 2º – ATRIBUIR exercício na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, a partir de 04/09/2015.

Art. 3º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 04 de setembro de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 878/2015**

PORTARIA Nº 878/2015

Prorroga Readaptação

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 72, da Lei nº 1.668, de 22 de dezembro de 1999 (Estatuto do Magistério Público Municipal),

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria nº 793/2014, que Prorrogou a Concessão de Readaptação, a Servidora Pública Municipal MARIA DA GLÓRIA VALLE CECCATO, matrícula nº 536, ocupante do cargo de Atendente de Creche, com 40 (quarenta) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi - Centro, Município de Nova Trento, pelo período de 01 (um) ano, a contar de 23 de agosto de 2015 a 21 de agosto de 2016, conforme resultado pericial datado de 02/09/2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 04 de setembro de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrada e Publicada a presente Portaria em 04 de setembro de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 879/2015**

PORTARIA Nº 879/2015

Concede Licença Para Tratamento de Saúde

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 102, da Lei nº 1.668/99, de 22 de dezembro de 1999 (Estatuto do Magistério Público Municipal),

**RESOLVE:**

CONCEDER Licença Para Tratamento de Saúde, ao Servidor Público Municipal JOSÉ ARLINDO TRAINOTTI, matrícula nº 6708, ocupante do cargo de Professor Sem Habilitação, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais (Ensino Fundamental Área II – Religião), sendo 10 (dez) horas semanais na Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco João Valle – Trinta Réis, 05 (cinco) horas semanais na Escola Municipal de Educação Básica de Aguti e 05 (cinco) horas semanais na Escola Municipal de Educação Básica João Bayer Sobrinho - Claraíba, Município de Nova Trento, pelo período de 68 (sessenta e oito) dias, a contar de 27 de agosto de 2015 a 31 de outubro de 2015, conforme resultado pericial datado de 27/08/2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 04 de setembro de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrada e Publicada a presente Portaria em 04 de setembro de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 880/2015**

PORTARIA Nº 880/2015

Prorroga Portaria

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria nº 809/2015, que Admitiu em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 003/2015, de 26/06/2015, convocado conforme Decreto nº 141/2015, MARILEIA RAISER DALLABRIDA, matrícula nº 6897, para exercer o cargo de Atendente de Creche, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi - Centro, na Secretaria Municipal de Educação, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 03 de setembro de 2015 a 18 de dezembro de 2015 (término do ano letivo), em substituição a titular Maria da Glória Valle Ceccato, afastada conforme Portaria nº 878/2015 (Readaptação).

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 04 de setembro de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrada e publicada a presente Portaria em 04 de setembro de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2015

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominada MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora MARILEIA RAISER DALLADRIDA, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Busque, nº 644, Bairro Espirado, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 887.300.269-20, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO**

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO**

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Atendente de Creche, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi - Centro, na Secretaria Municipal de Educação, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, em substituição a titular Maria da Glória Valle Ceccato, afastada conforme Portaria nº 878/2015 (Readaptação).

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL**

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

**CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL**

Este contrato é firmado pelo período de 03 de setembro de 2015 a 18 de dezembro de 2015 (término do ano letivo), data da assinatura deste instrumento.

**CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO**

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – por acordo entre as partes;
- II – pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;
- III – violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;
- IV – pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;
- V – em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

**CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

As responsabilidades e obrigações do contratado são as previstas

pela Secretária Municipal de Educação.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO**

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

**CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO**

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

**CLÁUSULA NONA – DO FORO**

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 03 de setembro de 2015.

Luiz Carlos Orsi  
Secretário Municipal de Educação

Marileia Raiser Dallabrida  
Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 03 de setembro de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 881/2015**

PORTARIA Nº 881/ 2015

Prorroga Portaria

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 829/2015, que Admitiu em Caráter Temporário, através do Chamamento Público nº 015/2015, de 19/08/2015, MARIA DO CARMO ANGELI, matrícula nº 6912, para exercer o cargo de Professor Sem Habilitação, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais (Ensino Fundamental Área II - Religião), sendo 10 (dez) horas semanais na Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco João Valle – Trinta Réis, 05 (cinco) horas semanais na Escola Municipal de Educação Básica Aguti, e 05 (cinco) horas semanais na Escola Municipal de Educação Básica João Bayer Sobrinho - Claraíba, Município de Nova Trento, a contar de 28 de agosto de 2015 a 31 de outubro de 2015, em substituição ao titular José Arlindo Trainotti, afastado conforme a Portaria nº 879/2015 (Licença Tratamento de Saúde).

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 04 de setembro de 2015.

Luiz Carlos Orsi  
Secretário Municipal de Educação

Registrada e publicada a presente Portaria em 04 de setembro de





Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 884/2015**

PORTARIA Nº 884/2015

Nomeação/ Posse/ Exercício

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o artigo 94, inciso XII, da Lei Orgânica Municipal, de 04 de abril de 1990, combinado com os artigos 12 e 20, da Lei Municipal nº 1.207/1992,

**RESOLVE:**

Art. 1º - NOMEAR pelo Decreto nº 176/2015, de 04 de setembro de 2015 – através de Concurso Público – Edital nº 002/2015, realizado em 24/05/2015, TERESINHA TABONI COSTA, matrícula nº 6945, no Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, com 40 (quarenta) horas semanais, e EMPOSSAR em 08 de setembro de 2015.

Art. 2º - ATRIBUIR exercício no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, a partir de 08/09/2015.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 08 de setembro de 2015.  
Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 887/2015**

PORTARIA Nº 887/2015

Admissão em Caráter Temporário

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria nº 805/2015, que Admitiu em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 003/2015, de 26/06/2015, convocado conforme Decreto nº 138/2015, ELAINE APARECIDA DE SOUZA, matrícula nº 6893, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco João Valle – Trinta Réis, na Secretaria Municipal de Educação, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 06 de setembro de 2015 a 15 de setembro de 2015, em substituição a titular Verônica Bernardete Wisintainer Bottameli, afastada conforme Portaria nº 601/2015 (Licença Tratamento de Saúde), a qual está aguardando resultado pericial.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 08 de setembro de 2015.  
Luiz Carlos Orsi  
Secretário Municipal de Educação

Registrada e publicada a presente Portaria em 08 de setembro de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2015

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora ELAINE APARECIDA DE SOUZA, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Alferes, nº 1498, Bairro Trinta Réis, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 915.190.129-34, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO**

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO**

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco João Valle – Trinta Réis, na Secretaria Municipal de Educação, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, em substituição a titular Verônica Bernardete Wisintainer Bottameli, afastada conforme Portaria nº 601/2015 (Licença Tratamento de Saúde), a qual está aguardando resultado pericial.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL**

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

**CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL**

Este contrato é firmado pelo período de 06 de setembro de 2015 a 15 de setembro de 2015, data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado conforme a necessidade.

**CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO**

Este contrato poderá ser rescindido:

I – por acordo entre as partes;

II – pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III – violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV – pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração

mensal;

V – em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as previstas pela Secretária Municipal de Educação.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

#### CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 06 de setembro de 2015.

Luiz Carlos Orsi Elaine Aparecida de Souza  
Secretário Municipal de Educação Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 06 de setembro de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

#### TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola  
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

#### RESULTADO PROPOSTA - TP007/2015

ATA Nº 02 - Resultado do Julgamento das Propostas – Processo Licitatório nº 088/2015 – Tomada de Preço nº 007/2015 - MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO

O Prefeito de Nova Trento torna público que na licitação em epígrafe, cujo objeto é a Execução de serviços com fornecimento de material para realizar pavimentação e sinalização da rua Tirol (3ª Etapa – estaca 44 a 59), Distrito de Claraíba, município de Nova Trento, conforme Termo de Referência (Projeto Básico), planilhas e Minuta Contratual em anexo; transcorrido o prazo para interposição de recurso contra o julgamento da HABILITAÇÃO, nos termos do art. 43, inc. III da Lei nº 8.666/93, no julgamento da Proposta sagrou-se vencedora a seguinte licitante: ERIVELTON DE ANDRADE AMORIM ME. (10466), (CNPJ 22.853.624/0001-94), com valor de R\$ 74.746,30 (Setenta e quatro mil, setecentos e quarenta e seis reais e trinta centavos); estando o preço apresentado de acordo com orçamento da Prefeitura, cálculo de inexequibilidade e pesquisa de preço de mercado, encaminhou-se certame para Homologação e Adjudicação.

Nova Trento (SC), 11 de setembro de 2015.

Aprigio José Botameli

Presidente Comissão de Licitações



# Orleans

## PREFEITURA

**3.868****DECRETO Nº 3.868 DE 03 DE AGOSTO DE 2015.**

**Regulamenta a nova Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e no Município, sistema de gerenciamento das notas fiscais e a sua utilização, disciplina obrigações acessórias pela Internet e dá outras providências.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE ORLEANS**, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 64, item VII, da Lei Orgânica do Município de Orleans e com base no artigo 294, da Lei Municipal nº 1.923, de 13 de dezembro de 2005, e:

**CONSIDERANDO** a necessidade de modernização do sistema de emissão de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e, conforme o Modelo Conceitual da Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais – ABRASF, e de gestão do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN;

**DECRETA:****DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA**

**Art. 1º.** Fica regulamentado e instituído o novo modelo de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e, desenvolvido conforme o Modelo Conceitual ABRASF, documento fiscal emitido e armazenado eletronicamente em sistema disponibilizado pela Secretaria Municipal de Administração, de emissão obrigatória pelos prestadores de serviços inscritos no Cadastro Mobiliário de Contribuintes ou com atividade econômica no território do Município, inclusive microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional, com o objetivo de registrar as operações relativas à prestação de serviços, conforme modelo no Anexo I.

**§ 1º.** A obrigatoriedade e a emissão das NFS-e a que se refere o *caput* deste artigo passa a vigorar a partir de 03/11/2015, e terá número de série inicial em **201501000000001**.

**§ 2º.** Ficam dispensados da obrigatoriedade de emissão de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e os seguintes contribuintes:

- I – profissionais autônomos que tenham o recolhimento do ISSQN efetuado através de tributação fixa anual;
- II – bancos e instituições financeiras autorizadas pelo BACEN;
- III – contribuintes optantes pelo Regime Tributário do Simples Nacional qualificados como Micro Empreendedor Individual –MEI, quando prestar serviço para Pessoa Física.

**§ 3º.** A Secretaria Municipal de Administração poderá criar outras formas de controle, documentos e declarações eletrônicas relativas à fiscalização dos contribuintes.

**Art. 2º.** A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e deve ser emitida por meio da Internet nos endereços eletrônicos [www.orleans.sc.gov.br](http://www.orleans.sc.gov.br) ou [www.webiss.com.br/orleanssc](http://www.webiss.com.br/orleanssc), mediante a utilização de senha e login que serão fornecidos aos contribuintes com a realização do cadastramento, e conterá todos os dados constantes do Anexo IA.

**Parágrafo único.** Os tomadores de serviços devem confirmar a autenticidade da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e no endereço eletrônico disponibilizado pela Secretaria Municipal de Administração, podendo, em caso de falsidades ou inexatidões, serem corresponsáveis pelo crédito tributário nos termos da lei.

**Art. 3º.** A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e conterá, entre outras, as seguintes informações:

- I - itens de verificação e conferência dos dados constantes da nota, pelos tomadores de serviços, que comprovem sua validade e autenticidade;
- II – registro automático das retenções obrigatórias dos substitutos tributários nomeados;
- III – registro das retenções de tributos federais sob responsabilidade do contribuinte.

**Art. 4º.** A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e emitida, deverá ser impressa e entregue ao tomador de serviços no ato de sua emissão, podendo também ser enviada através de correio eletrônico ao tomador de serviços.

**Art. 5º.** A partir da data estipulada no § 1º do art. 1º deste Decreto, os contribuintes que tiverem vigente regime especial de impressão da Nota Fiscal Eletrônica Conjunta ISSQN/ICMS ou emitirem outro documento fiscal para prestação de serviços, passarão a emitir uma Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e para cada serviço prestado conforme disposto neste Decreto, estando revogados todos os regimes especiais neste sentido, podendo ainda, optarem pela emissão de Recibo Provisório de Serviços – RPS nos termos do art. 17.

**Art. 6º.** O contribuinte, ao emitir Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e, deverá fazê-la para todos os serviços prestados, de forma individualizada, de acordo com sua atividade.

**Parágrafo Único.** O contribuinte, que devido a sua atividade, paralisar a sua empresa temporariamente, deverá comunicar a paralisação temporária das atividades à Secretaria Municipal de Administração para suspensão das obrigações acessórias.

**Art. 7º.** A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e conterá a identificação dos serviços em conformidade com os subitens da Lista de Serviços do art. 267 da Lei Municipal n. 1.923/2005 e da Lei Complementar Nacional n. 116/03, acrescida de um item para “outros serviços”.

**Parágrafo único.** Só poderão ser descritos vários serviços numa mesma NFS-e caso estejam relacionados a um único subitem da Lista, de mesma alíquota e para o mesmo tomador de serviço.

**Art. 8º.** No caso de serviços de construção civil, deverá ser emitida uma NFS-e por obra, sendo vedado de uma mesma nota constarem dados referentes a mais de uma obra ou Anotação de Responsabilidade Técnica – ART emitida pelo órgão competente.

**Parágrafo único.** A fiscalização municipal poderá requerer, a qualquer tempo, a documentação fiscal objeto de dedução da base de cálculo do ISSQN.

**Art. 9º.** A identificação do tomador de serviços será feita através do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ ou pelo Cadastro de Pessoas Físicas – CPF, junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, que será conjugado com a Inscrição Municipal.

**Art. 10.** Cabe à Secretaria Municipal de Administração, a seu critério, autorizar a emissão de NFS-e sem identificação do tomador do serviço, conforme a atividade e volume de serviços prestados pelo contribuinte, através da concessão de regime especial, estabelecido através de procedimento administrativo.

**§ 1º.** Os delegatários de serviço público que prestam os serviços descritos no item 21.01 da Lista de Serviços do Anexo I da Lei Complementar nº 116/03, ficam obrigados a emitir uma Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e por mês, até o terceiro dia do mês seguinte a ocorrência dos fatos geradores, conforme dispõe o caput, e incidirá sobre todos os valores recebidos, inclusive sobre valores recebidos pela compensação de atos gratuitos ou de complementação de receita mínima da serventia, deduzindo-se os valores destinados ao Estado ou outras entidades públicas por força de Lei.

**§ 2º.** Os contribuintes autorizados a emitir documento fiscal pelo Emissor de Cupom Fiscal – ECF, nos termos do art. 61 da Lei Federal nº 9.532/97, emitirão uma NFS-e por ECF a cada fechamento diário, nos termos da autorização disposta no *caput* deste artigo, cuja base de cálculo será o valor relativo ao resumo de movimento diário.

**Art. 11.** Quando da emissão da NFS-e, o valor do imposto será sempre apurado conforme legislação em vigor, exceto nos seguintes casos:

I – quando a natureza da operação for tributada no Município e a exigibilidade estiver suspensa por decisão judicial ou administrativa, ou por Regime Especial de Tributação, Sociedade de Profissionais ou Estimativa, exceto nos casos de estimativa mínima, quando houver;

II – quando a operação for tributada fora do Município;

III – quando a operação for imune ou isenta, casos em que não será apurado;

IV – quando o contribuinte for optante pelo Simples Nacional, caso em que obedecerá a legislação específica;

V – redução da base de cálculo por decisão judicial, administrativa ou legislação, com o preenchimento obrigatório da redução no campo “Deduções” da NFS-e.

**Art. 12.** O valor total dos serviços, retenções, deduções da base de cálculo do ISSQN, descontos e casos de suspensão da exigibilidade do crédito tributário será informado e calculado pelo próprio contribuinte, sendo de sua exclusiva responsabilidade a correta descrição destas informações.

**Art. 13.** Para realizar a emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e é obrigatório informar a Natureza da Operação, conforme disposto nos incisos abaixo:

- I - tributada no Município;
- II - tributada fora do Município;
- III - imune;
- IV - isenta;
- V - exigibilidade suspensa por decisão judicial;
- VI - exigibilidade suspensa por procedimento administrativo.

#### **DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA AVULSA**

**Art. 14.** A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica Avulsa –NFS-e Avulsa – deverá ser solicitada pelo contribuinte ou seu procurador, de forma presencial ou remotamente via internet, à Secretaria Municipal de Administração, que terá a responsabilidade de disponibilizá-la.

**Parágrafo Único.** A NFS-e Avulsa destina-se a especificar os serviços e respectivos preços, quando prestados nas seguintes situações:

- I – pessoas físicas inscritas no Cadastro de Atividades Econômicas e Sociais na condição de profissionais autônomos ou profissionais liberais;
- II – pessoas físicas ou jurídicas que gozem de isenção, não incidência ou imunidade do imposto em atividade eventual, destacando-se no corpo da nota fiscal a circunstância e o dispositivo legal pertinente;
- III – pessoa jurídica ou física dispensada da emissão obrigatória de documento fiscal;
- IV – pessoa jurídica ou física com processo de inscrição, como prestador de serviços, em andamento no Município.

**Art. 15.** A emissão da Nota Fiscal de Serviços Avulsa fica condicionada ao prévio recolhimento do ISSQN, referente ao serviço que constará na Nota Fiscal, observando-se as alíquotas e demais definições contidas na legislação em vigor, relativas as operações realizadas.

**Art. 16.** Não será considerado prestador de serviço eventual, aquele que habitualmente solicitar Nota Fiscal de Serviços Avulsa, cuja descaracterização como prestador de serviço eventual será analisada pela Administração Fazendária.

#### **DO RECIBO PROVISÓRIO DE SERVIÇOS**

**Art. 17.** O Recibo Provisório de Serviços - RPS é o documento a ser utilizado pelo contribuinte em caso de contingência, no eventual impedimento da emissão “online” da NFS-e, devendo ser substituído por esta na forma e prazo do art. 22, conforme Anexo II, deste Decreto.

§ 1º. O RPS, quando em formulário impresso em gráfica, somente terá validade se impresso com o Selo Digital Inteligente – SDI em todas as vias, na cor preta, no canto superior à direita, de forma personalizada com dados codificados em 2-D (duas dimensões) para cada contribuinte e de dimensões de 4cm por 5cm, inclusive em RPS autorizados através de regime especial, conforme Anexo III deste Decreto, e será numerado obrigatoriamente em ordem crescente sequencial por série, iniciando a partir do número 01 (um), com prazo de validade de 03 (três) anos.

§ 2º. Além do RPS em formulário impresso, também poderá ser feito em formato eletrônico, inclusive com registro em modo *off-line*, exclusivamente através de aplicativo próprio disponibilizado pelo Município, para a emissão posterior da nota eletrônica assim que a conexão à Internet seja restabelecida.

§ 3º. O RPS em formato eletrônico, será convertido em NFS-e e o sistema enviará automaticamente um correio eletrônico ao tomador de serviços indicando a emissão da NFS-e, sendo obrigatório informar o correio eletrônico do tomador de serviço quando da emissão do RPS neste formato.

§ 4º. Os contribuintes poderão utilizar sistemas próprios de emissão de RPS, ficando desobrigados de imprimir o Selo Digital Inteligente - SDI, e poderão enviar eletronicamente os arquivos com lotes de RPS através de uma aplicação local instalada em seus computadores que seja compatível com o Manual de Integração da ABRASF, segundo as especificações divulgadas pela Secretaria Municipal de Administração.

§ 5º. O RPS eletrônico gerado em aplicativo próprio ou disponibilizado pelo Município será numerado, obrigatoriamente, em ordem crescente sequencial por série, e quando impresso e entregue ao tomador do serviço, deverá constar a seguinte mensagem: “Este Recibo Provisório de Serviços – RPS – NÃO TEM VALIDADE COMO NOTA FISCAL devendo ser convertido em NOTA FISCAL ELETRÔNICA até o 10º dia subsequente a sua emissão, não podendo ultrapassar o dia 10 (dez) dia do mês seguinte ao da prestação do serviço, caso contrário, o TOMADOR dos serviços deve entrar em contato através do telefone (48) 3886-0100. Você, TOMADOR DE SERVIÇOS, também é responsável pelo cumprimento desta obrigação. Informe seu e-mail para receber automaticamente a NOTA FISCAL ELETRÔNICA no momento em que a mesma foi gerada”.

**Art. 18.** O RPS deverá conter todos os dados que permitam a sua conversão em NFS-e e seguirá o modelo determinado pela Secretaria Municipal de Fazenda.

**Art. 19.** A autorização de impressão dos formulários de RPS deverá ser solicitada através de Autorização de Impressão de Documento Fiscal – AIDF, via Internet diretamente no endereço eletrônico do Município ou através da Secretaria Municipal de Fazenda, salvo nos casos em que for utilizado no formato eletrônico, conforme definido no § 2º do art. 17, cuja solicitação de AIDF fica dispensada.

**Parágrafo único.** As gráficas que farão a impressão do RPS em meio físico deverão estar previamente cadastradas e autorizadas pelo Município.

**Art. 20.** Os contribuintes que, excepcionalmente, não dispõem de infra-estrutura de conectividade com a internet em tempo integral, poderão utilizar os formulários impressos de RPS e depois registrá-los para processamento e geração das respectivas NFS-e dentro do prazo disposto no art. 22, exclusivamente através dos endereços eletrônicos disponibilizados pela Secretaria Municipal de Fazenda.

**Art. 21.** O RPS em meio físico, quando impresso em gráficas, deve ser emitido em, no mínimo, 2 (duas) vias, sendo a 1ª (primeira) via entregue ao tomador de serviços e a 2ª (segunda) via arquivada pelo contribuinte pelo prazo decadencial.

**Parágrafo único.** O contribuinte que fizer uso da emissão do RPS em formato eletrônico deverá manter os arquivos eletrônicos à disposição do Fisco pelo mesmo prazo.

**Art. 22.** O RPS deverá ser substituído pela NFS-e até o 10º (décimo) dia subsequente ao de sua emissão, não podendo ultrapassar o 10º (décimo) dia do mês seguinte ao da prestação do serviço.

**§ 1º.** O prazo previsto no *caput* deste artigo inicia-se no dia seguinte ao da emissão do RPS, não podendo ser prorrogado, ainda que o vencimento ocorra em dia não-útil.

**§ 2º.** O RPS emitido perderá sua validade se, no prazo previsto no *caput* deste artigo, não for substituído por NFS-e.

**§ 3º.** A substituição do RPS em NFS-e fora do prazo sujeitará o prestador de serviços às penalidades previstas na legislação em vigor.

**Art. 23.** Ainda que fora do prazo, sem validade, danificado ou cancelado, o RPS impresso em gráfica conforme disposto no § 1º do art. 17, deverá ser convertido em NFS-e, independentemente da penalidade prevista na legislação, e armazenado pelo contribuinte pelo prazo prescricional para verificação pela administração tributária.

**Parágrafo único.** A não conversão do RPS em NFS-e será considerada como não emissão de nota fiscal e sujeita às sanções legais.

**Art. 24.** A funcionalidade de recepção e processamento em lotes de RPS enviados na forma do art. 17, § 4º, realizará a validação estrutural e de negócio de seus dados, processará os RPS e, considerando-se válido o lote, gerará as Notas Fiscais de Serviços Eletrônicas - NFS-e, uma para cada RPS emitido.

**§ 1º.** A funcionalidade a que se refere o *caput* deverá ser solicitada à Secretaria Municipal de Fazenda, a seu critério, poderá deferi-la ao contribuinte.



§ 2º. Caso algum RPS do lote contenha informação considerada inválida, todo o lote será invalidado e as suas informações não serão armazenadas na base de dados da Secretaria Municipal de Fazenda.

§ 3º. É de responsabilidade do contribuinte a verificação de que o lote foi processado corretamente e, no caso de não processamento do lote, o contribuinte deverá realizar os ajustes necessários e submeter novamente o lote para processamento, sem prejuízo dos prazos estabelecidos no art. 22, e, até que o arquivo seja retificado, considera-se que o lote de RPS não foi enviado.

### DO RECADASTRAMENTO ELETRÔNICO

**Art. 25.** As empresas Prestadoras de Serviços instaladas no Município, para a emissão da NFS-e, deverão solicitar seu cadastramento no Cadastro Eletrônico de Contribuintes – CeC, conforme Anexo IV nos endereços eletrônicos disponibilizados pela Secretaria Municipal de Fazenda, no período de 22 de Setembro a 02 de Novembro de 2015, sob pena de aplicação das multas previstas na legislação pertinente, sem prejuízo da aplicação de multa em caso de inobservância de prazo estipulado para referida obrigação.

§ 1º. Para a efetivação da solicitação de cadastramento no CeC o contribuinte deverá encaminhar à Secretaria Municipal de Fazenda, pelos Correios, ou pessoalmente, os seguintes documentos:

- I - ficha de cadastro devidamente assinada;
- II - cópia do contrato social e última alteração;
- III - cartão CNPJ;
- IV - cópia dos documentos pessoais de identificação dos sócios;
- V - comprovante de endereço atualizado;
- VI - cópia do contrato de locação, caso se trate de imóvel alugado.

§ 2º. As informações prestadas pelo contribuinte na solicitação de cadastro no CeC são de sua exclusiva responsabilidade, cabendo à autoridade fazendária municipal autorizar ou não o cadastro, através do Sistema de ISSQN no ambiente Web.

§ 3º. Aprovado o cadastro pela Autoridade Fiscal, o Sistema de ISSQN enviará um correio eletrônico automaticamente ao contribuinte que conterá informações de identificação e senha para acesso via Internet.

§ 4º. Com a identificação e a senha, os contribuintes poderão acessar o Sistema de ISSQN e consultar, dentre outras informações, a lista de todas as NFS-e, por ele emitidas.

§ 5º. O início da emissão da NFS-e de que se trata o art. 1º deste decreto ocorrerá a partir do dia 03/11/2015.

### **DO LIVRO DE REGISTRO DE SERVIÇOS PRESTADOS**

**Art. 26.** Todos os contribuintes que emitem NFS-e, devem imprimir diretamente no sistema de ISSQN na Internet, encadernar e armazenar, anualmente, o Livro de Registro de Serviços Prestados e, sempre que solicitado, apresentar à fiscalização.

### **DO VENCIMENTO E DO DOCUMENTO DE ARRECADAÇÃO MUNICIPAL – DAM**

**Art. 27.** O recolhimento do ISSQN deverá ser feito exclusivamente por meio de Documento de Arrecadação Municipal – DAM, conforme modelo Anexo V, na rede arrecadadora credenciada, na forma e prazos definidos neste decreto.

**Parágrafo único.** O disposto no *caput* não se aplica aos microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte estabelecidos no Município de Orleans, optantes pelo SIMPLES NACIONAL instituído pela Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações posteriores, salvo disposição em contrário da legislação específica.

**Art. 28.** O ISSQN correspondente aos serviços prestados ou tomados, inclusive o imposto devido pelo responsável tributário, deverá ser recolhido até o dia 20 (vinte) de cada mês subsequente ao da ocorrência do fato gerador, por meio de DAM, gerado e impresso através do endereço eletrônico do Município.

**§1º.** O sistema permitirá, sem prejuízo do vencimento do imposto disposto no *caput*, a possibilidade do contribuinte ou tomador responsável pelo pagamento do imposto emitir um DAM, por nota ou por grupo de NFS-e.

**§2º.** Caso o dia 20 (vinte) recaia em dia não útil, o pagamento poderá ser efetuado no primeiro dia útil seguinte.

### **DA SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA**

**Art. 29.** São responsáveis por substituição pelo pagamento do ISSQN, as empresas sediadas no Município de Orleans e nomeadas por ato do Secretário Municipal de Fazenda, conforme dispõe o art. 283 da Lei Municipal n. 1.923/2005 e a Lei Complementar Nacional n. 116/2003.

**Art. 30.** A falta de recolhimento do ISSQN retido pelo tomador no prazo estabelecido neste Decreto constitui apropriação indébita, sujeitando-se o infrator à competente ação penal, sem prejuízo das penalidades previstas na legislação tributária.

§ 1º. Os prestadores e tomadores dos serviços sujeitos ao regime de Substituição Tributária de que trata esse decreto, são responsáveis solidários pelo recolhimento do ISSQN.

§ 2º. A solidariedade não comporta benefício de ordem.

§ 3º. O pagamento efetuado por um dos obrigados aproveita aos demais.

§ 4º. A responsabilidade solidária é inerente a todas as pessoas físicas ou jurídicas, ainda que alcançadas por imunidade ou isenção tributária.

**Art. 31.** A opção do prestador do serviço pelo regime do Simples Nacional não dispensa o tomador do serviço de proceder à retenção e o recolhimento do ISSQN e a emissão pelo contribuinte prestador da NFS-e, exceto os contribuintes sujeitos a tributação do ISSQN do Simples Nacional por valores Fixos Mensais.

§ 1º. A retenção e recolhimento do ISSQN dos contribuintes optantes pelo Simples Nacional deve observar a alíquota indicada na Lei Complementar n. 123/2006 e alterações posteriores.

§ 2º. As microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional, quando prestarem serviços e não tiverem seu imposto retido, devem recolher o ISSQN com base na receita bruta, conforme determina a Lei Complementar n. 123/2006 e resoluções do Comitê Gestor do Simples Nacional – CGSN, através do Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simples Nacional Declaratório – PGDDAS-D.

§ 3º. O Microempreendedor Individual – MEI, que optar pelo Sistema de Recolhimento em Valores Fixos Mensais dos Tributos abrangidos pelo Simples Nacional (SIMEI), deve efetuar o recolhimento mensalmente, conforme determina a Lei Complementar n. 128/2008 e Resoluções do Comitê Gestor do Simples Nacional – CGSN, através de Programa Gerador do Micro Empresário Individual - PGMEI.

§ 4º. A opção do prestador do serviço pelo regime do Simples Nacional não dispensa a emissão da NFS-e, exceto os Microempreendedores Individuais optantes pelo SIMEI, quando prestarem serviços para pessoas físicas.

#### **DO REGISTRO AUXILIAR DE NOTA FISCAL DE SERVIÇO**

**Art. 32.** Fica instituído o Registro Auxiliar de Nota Fiscal de Serviço – RANFS, conforme modelo Anexo VI, deverá ser exigido pelas pessoas jurídicas de direito público ou privado estabelecidas neste Município sempre que contratarem serviços de prestadores sediados fora deste Município e cuja Nota Fiscal não seja autorizada por este Município.

§ 1º. O RANFS somente deverá ser exigido dos prestadores de serviço estabelecidos fora deste Município, quando os serviços foram executados dentro do território do Município de Orleans.

§ 2º. Somente prestadores de serviços sediados fora do Município podem emitir o RANFS, devendo fazê-lo a cada serviço prestado a tomador sediado neste Município, através de prévio cadastro na página eletrônica do Município.

§ 3º. O RANFS é um documento emitido no endereço eletrônico do Município e constará todas as informações relativas a uma nota fiscal.

**Art. 33.** Os contribuintes sediados fora do Município de Orleans deverão preencher o cadastro eletrônico registrando os dados de sua empresa, e encaminhar a ficha cadastral devidamente assinada pelo representante legal com firma reconhecida e cópia do Contrato Social atualizado e registrado.

§ 1º. Ocorrendo a aprovação do cadastro pela Autoridade Fiscal, o Sistema de ISSQN enviará e-mail automaticamente ao Contribuinte contendo informações de identificação e senha para acesso via Internet;

§ 2º. Caso o cadastro não tenha sido aprovado pela autoridade fazendária o e-mail conterá o motivo apontado pela autoridade fazendária para que sejam sanadas as irregularidades, com o reencaminhamento da solicitação na forma do *caput*.

§ 3º. O imposto será automaticamente gerado para o tomador do serviço, nos termos do Código Tributário Municipal e a Lei Complementar Nacional n. 116/2003.

**Art. 34.** Quando a nota fiscal de serviços for autorizada por outro ente federativo, o tomador dos serviços deverá anexar o RANFS emitido diretamente da página do Município na Internet à nota fiscal relativa aos serviços tomados emitida pelo prestador estabelecido fora do Município.

**Parágrafo Único.** Caso o prestador de serviço estabelecido fora deste município não faça a emissão do RANFS, o tomador deverá comparecer à Secretaria Municipal de Fazenda dentro do prazo estabelecido no artigo 28, e realizar o recolhimento do imposto devido, através de denúncia espontânea, sob pena de acréscimos legais.

**Art. 35.** Os tomadores de serviços deverão acessar o site do Município através de *Login* e Senha, após prévio cadastro, conferir todos os dados registrados pelo prestador de fora no RANFS com os dados da nota fiscal de origem, e deverão aceitar ou rejeitar o RANFS.

§ 1º. A aceitação ou rejeição do RANFS deverá ser feita até o dia 10 (dez) do mês seguinte à sua emissão.

§ 2º. Caso o tomador do serviço não se manifeste expressamente sobre o RANFS emitido pelo prestador até 40 (quarenta) dias após a emissão do RANFS, o mesmo será

considerado aceito tacitamente, podendo ser lançado o ISSQN para o tomador, com multa e juros se for o caso.

**Art. 36.** Caberá ao prestador de serviço sediado fora deste Município realizar as devidas correções quando o RANFS for rejeitado pelo tomador, submetendo a versão corrigida para nova aprovação do tomador.

**Art. 37.** Em caso de cancelamento do serviço prestado, o prestador de serviços poderá excluir o RANFS, devendo o tomador comprovar o cancelamento através de documentos idôneos, em caso de solicitação de esclarecimentos pelo Fisco Municipal.

### DA DECLARAÇÃO ELETRÔNICA DE SERVIÇOS

**Art. 38.** Fica instituído sistema informatizado destinado a validar, assinar e transmitir os arquivos que compõem a Declaração Eletrônica de Serviços de Instituições Financeiras - DES-IF, documento fiscal digital, conforme o Modelo Conceitual padrão da DES-IF, instituído pela ABRASF - Associação Brasileira das Secretarias de Fazenda das Capitais, destinado a registrar as operações e a apuração do ISSQN, de utilização obrigatória pelas instituições financeiras e equiparadas, autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, e as demais pessoas jurídicas obrigadas a utilizar o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

Parágrafo Único. A Declaração Eletrônica de Serviços de Instituições Financeiras - DES-IF fica estabelecida conforme o Modelo Conceitual definido pela Associação Brasileira das Secretarias de Fazenda das Capitais – ABRASF, Versão 2.2 de Março/2012 - ficando resguardado ao fisco municipal promover as adequações que entender necessárias para atendimento das normas e preceitos da legislação do Município.

**Art. 39.** As instituições financeiras e equiparadas, autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN e as demais pessoas jurídicas obrigadas a utilizar o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF ficam obrigadas à apresentação da DES-IF, nos termos previstos neste Decreto, que consiste em:

- I - geração da DES-IF na periodicidade prevista;
- II - entrega da DES-IF ao fisco na forma e prazo estabelecido;
- III - guarda da DES-IF, juntamente com o protocolo de entrega em meio digital, pelo prazo estabelecido;

§ 1º - Estão também sujeitas às obrigações deste artigo as pessoas jurídicas a que se refere o caput, estabelecidas no município através de agência, posto de atendimento, unidade econômica ou profissional, ainda que a escrituração ou contabilização das receitas provenientes dos serviços seja promovida em território distinto de onde os serviços são prestados.

§ 2º - A geração, transmissão, validação e certificação digital da DES-IF, será feita por meio de sistemas informatizados, disponibilizados aos contribuintes para a importação de arquivos que compõem as bases de dados da Instituição Financeira e equiparadas.

§ 3º - A validade jurídica da DES-IF é assegurada pela certificação e assinatura digital no padrão da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras – ICP Brasil, garantindo segurança, não repúdio e integridade das informações declaradas ao fisco.

**Art. 40.** A DES-IF é um documento fiscal exclusivamente digital, constituído dos seguintes módulos:

I - Módulo 3 - Informações Comuns ao Município: Deverá ser entregue anualmente ao fisco até o dia 15 (quinze) do mês de fevereiro do ano seguinte ao ano de competência dos dados declarados, contendo:

- a) o Plano geral de contas comentado – PGCC;
- b) a Tabela de tarifas de serviços da instituição;
- c) a Tabela de identificação de serviços de remuneração variável.

II - Módulo 2 - Apuração Mensal do ISSQN: deverá ser gerado mensalmente e entregue ao fisco até o dia 10 (dez) do mês seguinte ao de competência dos dados declarados, contendo:

- a) o Demonstrativo da apuração da receita tributável e do ISSQN mensal devido por Subtítulo;
- b) o Demonstrativo do ISSQN mensal a recolher;
- c) a informação, se for o caso, de ausência de movimento, por dependência ou por instituição.

III - Módulo 1 - Demonstrativo Contábil: deverá ser entregue anualmente ao fisco até o dia 15 (quinze) do mês de julho do ano seguinte ao ano de competência dos dados declarados, contendo:

- a) os Balancetes Analíticos Mensais;
- b) o Demonstrativo de rateio de resultados internos.

IV - Módulo 4 - Demonstrativo das Partidas dos Lançamentos Contábeis: deverá ser gerado por solicitação expressa do fisco, contendo as informações das partidas dos lançamentos contábeis.

§ 1º - O Fisco Municipal reserva-se o direito de solicitar estes e outros dados e informações, com prazos diversos dos previstos no caput deste artigo, sempre que entender ser necessário para verificação de conformidade na homologação do ISSQN.

§ 2º - Os contribuintes que não cumprirem as obrigações previstas nesse artigo, bem como se as fizerem fora dos prazos estabelecidos, ficarão sujeitos às penalidades previstas na legislação tributária municipal.

§ 3º - A Secretaria Municipal de Fazenda disciplinará, através de ato normativo próprio, a geração, estrutura de dados, entrega e guarda da DES-IF.



§ 4º - A obrigação que trata o item II deste artigo terá início no mês de Dezembro/2015, referente à competência do mês de Novembro/2015.

**Art. 41.** O ISSQN devido em cada competência deverá ser recolhido dentro dos prazos estabelecidos, independentemente da entrega da DES-IF, conforme previsto no art. 28 deste Decreto.

**Art. 42.** Os sujeitos passivos previstos neste Decreto ficam obrigados a entregar declaração retificadora de informações escrituradas em declaração já transmitida no caso de erro ou omissões e sempre que substituída declarações encaminhadas ao Banco Central, cujos dados tenham sido objeto de encaminhamento anterior ao Fisco, devendo o declarante gerar e enviar, em substituição a anterior, uma nova declaração até o último dia do mês seguinte ao mês previsto para transmissão da declaração original.

**Parágrafo único.** A retificação de dados ou informações constantes da DES-IF feita fora do prazo previsto não ilide o declarante da aplicação da penalidade prevista na legislação, sendo vedada a retificação se iniciado qualquer procedimento de auditoria fiscal relacionada à verificação ou apuração do imposto devido.

**Art. 43.** As pessoas jurídicas a que se refere o art. 38, obrigadas à apresentação da declaração de que trata o presente Decreto, ficam a partir de sua entrada em vigor, dispensadas da emissão de nota fiscal de serviços, assim como da elaboração, preenchimento e entrega de qualquer outro documento com fins de declarar informações inerentes a serviços prestados, manual ou eletrônico, exceto outros exigidos mediante intimação fiscal.

#### **DO CANCELAMENTO E SUBSTITUIÇÃO DA NOTA FISCAL DE SERVIÇO ELETRÔNICA**

**Art. 44.** A substituição ou cancelamento de uma NFS-e poderá ser feita pelo próprio contribuinte no sistema de gestão do ISSQN deste Município, desde que haja identificação através da Razão Social, CPF ou CNPJ, correio eletrônico válido e Inscrição Municipal do Tomador do Serviço, até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao da emissão da NFS-e a ser substituída ou cancelada.

**Parágrafo único.** Caso a NFS-e a ser substituída ou cancelada não contiver as informações do Tomador de Serviços ou estiver fora do prazo mencionado neste artigo, somente poderá ser cancelada mediante solicitação registrada eletronicamente no sistema de Gestão do ISSQN, ou através de solicitação por procedimento administrativo no Setor de Fiscalização, com apresentação de declaração do tomador dos serviços expondo os motivos pelos quais a NFS-e deve ser cancelada.

**Art. 45.** Ocorrendo a substituição ou o cancelamento da NFS-e na forma e prazo estabelecidos no artigo anterior, o DAM deverá ser recalculado ou cancelado, no próprio sistema, conforme o caso.

§ 1º Caso a substituição ou o cancelamento da NFS-e ocorrer antes do pagamento do DAM, o Prestador ou o Tomador de Serviço deverá acessar o Sistema de Gestão do ISSQN do Município e realizar nova impressão do DAM para pagamento.

§ 2º Caso a substituição ou o cancelamento da NFS-e venha ocorrer após o pagamento do DAM, o prestador ou o tomador de serviço deverá solicitar o indébito mediante procedimento administrativo no Setor de Fiscalização.

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

**Art. 46.** Depois de ultimado o prazo para a realização do Cadastro Eletrônico do Contribuinte - CeC, de que trata o art. 25, fica vedada a emissão de qualquer outro tipo de Nota Fiscal de Serviço, RPS ou Recibos de qualquer gênero, que não a ora instituída pelo presente decreto.

**Parágrafo único.** As notas fiscais físicas assim como as AIDF já autorizadas, confeccionadas e não utilizadas até o prazo final mencionado no caput deverão ser apresentadas no Setor de Fiscalização da Secretaria Municipal de Fazenda para o devido cancelamento.

**Art. 47.** A Secretaria Municipal de Fazenda poderá, a seu critério, efetuar de ofício o enquadramento ou desenquadramento dos contribuintes sujeitos ao regime de estimativa, inclusive através de estimativa mínima.

**Parágrafo único.** A estimativa mínima consiste na notificação do contribuinte no recolhimento de um valor mínimo mensal de ISSQN, sendo que, em caso de movimento tributável superior ao estimado, o contribuinte deverá efetuar o pagamento do ISSQN do maior valor.

**Art. 48.** A Secretaria Municipal de Fazenda poderá enviar aos contribuintes notificações, intimações, bem como, outros atos de comunicação e auto de infração, preferencialmente pela forma eletrônica.

**Art. 49.** O ISSQN não pago ou pago a menor, relativo às Notas Fiscais de Serviços Eletrônicas – NFS-e emitidas, será enviado para inscrição em Dívida Ativa do Município, com os acréscimos legais, podendo ser objeto de protesto conforme Lei Federal n. 9.492/1997.

**Art. 50.** Os regimes especiais de recolhimento do ISSQN existentes deixam de ser aplicados aos contribuintes que forem obrigados à emissão da NFS-e, salvo a concessão de novo regime especial relativo à NFS-e.

**Art. 51.** As NFS-e emitidas poderão ser consultadas pelo contribuinte em sistema próprio da Secretaria Municipal de Fazenda até que tenha transcorrido o prazo decadencial conforme previsto na legislação vigente.

**Parágrafo único.** Depois de transcorrido o prazo previsto no *caput*, a consulta às Notas Fiscais Eletrônicas de Serviços – NFS-e emitidas somente poderá ser realizada mediante a solicitação de envio de arquivo em meio magnético.

**Art. 52.** A Secretaria Municipal de Fazenda poderá emitir normas complementares a este Decreto.

**Art. 53.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, em especial o Decreto n. 3.381/2012 e Decreto n. 3.576/2013.

Orleans, 03 de agosto de 2015; 130º anos da Fundação e 101 anos da Emancipação Política Administrativa.

**MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES**

Prefeito de Orleans


Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração, aos três dias do mês de agosto do ano de dois mil e quinze.

**EDUARDO BERTONCINI**

Secretário de Administração Interino

## ANEXO I

## MODELO DE NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e

 <b>MUNICÍPIO DE ORLEANS</b> Secretaria Municipal de Fazenda Rua XV de Novembro, Nº 282, Centro - CEP: 88.670-000 - Orleans/SC Fone Geral: (48) 3886-0100		Nota: 2015010 <b>00000001</b> Código Verificação
<b>NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRONICA - NFS-e</b>		
Data e Hora de Emissão	Período de Competência	Município de Prestação do Serviço
Reg. Especial Tributação	Natureza da Operação	
<b>PRESTADOR DE SERVIÇOS</b>		
Razão Social	CPF/CNPJ	
Inscrição Municipal	Simplex Nacional	Incentivador Cultural
Endereço		
<b>TOMADOR DE SERVIÇOS</b>		
Razão Social	CPF/CNPJ	
Inscrição Municipal	FONE/FAX	E-mail
Endereço		
Código do Serviço:		
<b>DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS</b>		
MODELO		
<b>RETENÇÕES FEDERAIS</b>		
PIS (R\$)	COFINS (R\$)	INSS (R\$)
IR (R\$)	CSSL (R\$)	Outras Retenções (R\$)
<b>VALORES</b>		
Valor dos Serviços (R\$)	Deduções (R\$)	Desconto Incondicionado (R\$)
Base de Cálculo (R\$)	Aliquota (%)	
ISS (R\$)	ISS Retido (R\$)	Desconto Condicionado (R\$)
Valor Líquido (R\$)	<b>Valor Total da Nota (R\$)</b>	
<b>OUTRAS INFORMAÇÕES</b>		

## ANEXO IA

## DEFINIÇÃO DOS REGISTROS QUE COMPÕEM A NFS-e

- I – dados do Município;
  - II – número sequencial composto de quinze algarismos, iniciados pelo ano de emissão e reiniciado a cada ano;
  - III – código de verificação de autenticidade e QRCode;
  - IV – data e hora da emissão;
  - V – período de competência;
  - VI – município da prestação do serviço;
  - VII – regime especial de tributação;
  - VIII – natureza da operação;
  - IX – identificação do prestador de serviços, com:
    - a) nome ou razão social;
    - b) CPF ou CNPJ;
    - c) inscrição no Cadastro Mobiliário de Contribuintes – CMC;
    - d) telefone e ou fax;
    - e) simples nacional, indicação sim ou não;
    - f) incentivador cultural, indicação sim ou não;
    - g) endereço;
  - X – identificação do tomador de serviços, com:
    - a) nome ou razão social;
    - b) CPF ou CNPJ;
    - c) inscrição no Cadastro Mobiliário de Contribuintes – CMC;
    - d) telefone ou fax;
    - e) e-mail;
    - f) endereço;
  - XI – código tributação Município – item da lista de serviços;
  - XII – descrição dos serviços;
  - XIII – retenções federais: PIS, COFINS, INSS, IR, CSLL e outras retenções;
  - XIV – valores:
    - a) valor dos serviços;
    - b) deduções (se houver);
    - c) desconto incondicionado (se houver);
    - d) base de cálculo;
    - e) alíquota;
    - f) ISS;
    - g) ISS retido;
    - h) desconto condicionado (se houver);
    - i) valor líquido;
    - j) valor total da nota;
  - XV – outras informações;
- O número da NFS-e será gerado pelo sistema, em ordem crescente sequencial, sendo específico para cada estabelecimento do prestador de serviços.

## ANEXO II

## MODELO DE RECIBO PROVISÓRIO DE SERVIÇOS – RPS


<b>NOME FANTASIA</b> RAZÃO SOCIAL da EMPRESA		Nome da Empresa Logradouro: CEP: Fone: CNPJ: Ins. Municipal:	 <b>MUNICÍPIO DE ORLEANS</b> Secretaria Municipal de Fazenda Rua XV de Novembro, Nº 282, Centro - CEP: 88.870-000 Fone Geral: (48) 3886-0100										
Este Recibo Provisório de Serviços – RPS NÃO TEM VALIDADE COMO NOTA FISCAL devendo ser convertido em NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA até o 10º dia subsequente ao de sua emissão, não podendo ultrapassar o dia 10 do mês seguinte ao da prestação do serviço, caso contrário, o TOMADOR de serviços deve entrar em contato através do telefone (48) 3886-0100. Você, TOMADOR DE SERVIÇOS, também é responsável pelo cumprimento desta obrigação. Informe seu e-mail para receber automaticamente a NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA no momento em que a mesma for gerada.		<b>RECIBO PROVISÓRIO DE SERVIÇOS</b> RPS: Inscrição: AIDF: Validade:  											
Data da Emissão: _____ CNPJ: _____ Nome: _____ E-mail: _____ Logradouro: _____													
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Descrição dos Serviços</th> <th>Valor dos Serviços</th> </tr> </thead> <tbody> <tr><td> </td><td> </td></tr> <tr><td> </td><td> </td></tr> <tr><td> </td><td> </td></tr> <tr><td> </td><td> </td></tr> </tbody> </table>		Descrição dos Serviços	Valor dos Serviços										
Descrição dos Serviços	Valor dos Serviços												
Base de Cálculo de Retenções R\$ _____ Total de Retenções R\$ _____ ISSQN Retido R\$ _____ Valor Líquido a Pagar R\$ _____		Desconto Incondicional R\$ _____ (-) Outros Descontos R\$ _____ (-)											
VALOR BASE DE CÁLCULO DO ISSQN R\$ _____		VALOR DO ISSQN / SUBSTITUTO TRIBUTÁRIO R\$ _____											
<small>GRÁFICA - Tel. (03)3000-0000 - CNPJ 00.000.000/0000-00 - Ins. Municipal: 0000000          01 Bloco 50x2 RPS - De 0001 à 0050 - AIDF: Nº 1 Autorizada em 01.01.2015 - Val. 12.01.2017          Município de Orleans/SC.</small>		Total R\$ _____											



**ANEXO III****MODELO DE SELO DIGITAL INTELIGENTE - SDI PARA RPS**

## ANEXO IV

## MODELO FICHA CADASTRO ELETRÔNICO DE CONTRIBUINTES - CeC®

 <b>MUNICÍPIO DE ORLEANS</b> Secretaria Municipal de Fazenda Rua XV de Novembro, Nº 282, Centro - CEP: 88.870-000 Fone Geral: (48) 3885-0100	<b>Data / Hora</b>	<b>Página</b>
	<b>Status</b>	

## FICHA do CeC® - Cadastro eletrônico de Contribuintes

Nº 01

## Pessoa Jurídica

Razão Social		CNPJ	Tipo Jurídico
Nome Fantasia		Regime de ISS	
Tipo Contribuinte	Inscrição	Inscrição Estadual	Dt.Abertura
E-mail		Optante do Simples Nacional	
Capital Social (R\$)	Porte da Empresa		
Contador		CNPJ / CPF	Fone
Logradouro		E-mail Contador	
CEP		Bairro	Cidade - UF
CRC		Tipo	

## Endereços

## Telefones

Correspondência	Logradouro		Comercial 1
	CEP	Bairro	Comercial 2
Localização	Logradouro		FAX
	CEP	Bairro	Outro
	Inscrição Imobiliária		

## Observações


## Lista de Serviços

Código - Serviço
Código - Serviço

## Atividades do Contribuinte (CNAE)

Código - Atividade	Principal
Código - Atividade	
Complemento CNAE	

**MODELO FICHA CADASTRO ELETRÔNICO DE CONTRIBUINTES - CeC®**

 <b>MUNICÍPIO DE ORLEANS</b> Secretaria Municipal de Fazenda Rua XV de Novembro, Nº 282, Centro - CEP: 88.870-000 Fone Geral: (48) 3886-0100	<b>Data / Hora</b>	<b>Página</b>
	<b>Status</b>	

**FICHA do CeC® - Cadastro eletrônico de Contribuintes**

Nº 01

**Sócios**

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Carimbo e Assinatura do Sócio Titular

Carimbo e Assinatura do Contador

DESPACHO DA AUTORIDADE FISCAL



Carimbo e Assinatura

Para a efetivação da solicitação de recadastramento no CeC o contribuinte deverá encaminhar ao Município, pelos Correios, ou pessoalmente, os seguintes documentos:

- I - ficha de cadastro devidamente assinada;
- II - cópia do contrato social e última alteração;
- III - cartão CNPJ;
- IV - cópia dos documentos pessoais de identificação dos sócios;
- V - comprovante de endereço atualizado;
- VI - cópia do contrato de locação, caso se trate de imóvel alugado;

## ANEXO V

## MODELO DE DOCUMENTO DE ARRECADAÇÃO MUNICIPAL – DAM

 <b>MUNICÍPIO DE ORLEANS</b> Secretaria Municipal de Fazenda Rua XV de Novembro, Nº 282, Centro - CEP: 88.870-000 - Orleans/SC Fone Geral: (48) 3886-0100			
<b>DAM - Documento de Arrecadação Municipal (I.S.S.)</b>			
Exercício/Competência	Data de Emissão	Nº Guia	Operador
Razão Social			Vencimento
Inscrição Municipal	CPF/CNPJ	Fone	E-Mail
<b>Data Lanc.</b>	<b>Histórico</b>		<b>Data Venc.</b>
			<b>Valor</b>
Obs.			<b>Total em R\$</b>
Comprovante do Contribuinte			
00000000000-0 00000000000-0 00000000000-0 00000000000-0 			
<b>MUNICÍPIO DE XXXXXXXXXXXXXXXXXX - (I.S.S.)</b>			
Vencimento	Data de Emissão	Tributo	Tipo
Razão Social		Exercício/Competência	Nº Guia
MUNICÍPIO DE XXXXXXXXXXXXXXXXXX		Inscrição Municipal	Valor Base de Cálculo
Sub-Total	Multa		Juros
Atualização Monetária	Descontos		
			Total a Pagar
Observações			

## ANEXO VI

**MODELO DE REGISTRO AUXILIAR DE NOTA FISCAL DE SERVIÇO -  
RANFS®**

	<b>MUNICÍPIO DE ORLEANS</b> Secretaria Municipal de Fazenda Rua XV de Novembro, Nº 282, Centro - CEP: 88.870-000 - Orleans/SC Fone Geral: (48) 3886-0100				
	<b>Registro Auxiliar de Nota Fiscal de Serviços – RANFS®</b>				
	Data e Hora de Emissão		Período de Competência	Incentivador Cultural	
	Reg. Especial Tributação		Natureza da Operação		
<b>PRESTADOR DE SERVIÇOS</b>					
Razão Social				CPF/CNPJ	
Inscrição Municipal	Simplex Nacional	Incentivador Cultural			
Endereço					
<b>TOMADOR DE SERVIÇOS</b>					
Razão Social				CPF/CNPJ	
Inscrição Municipal	FONE/FAX	E-mail			
Endereço					
Código do Serviço					
<b>DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS</b>					
<h1>MODELO</h1>					
<b>RETENÇÕES FEDERAIS</b>					
PIS (R\$)	CONFINS (R\$)	INSS (R\$)	IR (R\$)	CSLL (R\$)	Outras Retenções (R\$)
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>VALORES</b>					
Valores dos Serviços (R\$)	Deduções (R\$)	Desconto Incondicionado (R\$)	Base de Cálculo (R\$)	Aliquota (%)	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
ISS (R\$)	ISS Retido (R\$)	Desconto Condicionado (R\$)	Valor Líquido (R\$)	<b>Valor Total da Nota (R\$)</b>	
0,00	0,00	0,00	0,00	<b>0,00</b>	
<b>OUTRAS INFORMAÇÕES</b>					

**3.872**

DECRETO MUNICIPAL Nº 3.872 DE 01 DE SETEMBRO DE 2015.

“NOMEIA LEILOEIRO ADMINISTRATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito Municipal de Orleans, usando das suas atribuições conferidas pelo Art.. 68 Inciso VII, da Lei Orgânica do Município de Orleans e com base no Art. 53 da Lei n. 8.666/93.

DECRETA:

Art.1º Fica nomeado o Senhor VALMIR FELISBINO, servidor municipal, matrícula nº 4971, para atuar como leiloeiro administrativo, na alienação de bens móveis 001/2015.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Orleans, 01 de setembro de 2015; 130º anos da Fundação e 102 anos da Emancipação Político Administrativa.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito de Orleans

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração, ao primeiro dia do mês de setembro do ano de dois mil e quinze.

EDUARDO BERTONCINI

Secretário de Administração Interino



# Palhoça

## PREFEITURA

**ATO Nº. 561/2015.**

ATO Nº. 561/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

NOMEAR PEDRO PAULO DOS PASSOS FREITAS, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Diretor Nível DAS II, Quadro de Pessoal da Secretaria de Receita da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014, Decreto nº. 1.760, de 05 de janeiro de 2015 e Decreto nº. 1.820, de 04 de mai de 2015, com efeitos a contar de 02/07/2015.

Palhoça, SC, em 01 de julho de 2015.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**ATO Nº. 562/2015.**

ATO Nº. 562/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

NOMEAR ANA CAROLINA LUCHI LUZ, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor I Nível DAS IV, Quadro de Pessoal da Secretaria de Receita da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014, Decreto nº. 1.760, de 05 de janeiro de 2015 e Decreto nº. 1.820, de 04 de mai de 2015, com efeitos a contar de 02/07/2015.

Palhoça, SC, em 01 de julho de 2015.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**ATO Nº. 563/2015.**

ATO Nº. 563/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

NOMEAR LARISSA CARNIEL, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, Nível III, da Fundação Cambirela do Meio Ambiente - FCAM, Quadro de Pessoal da Fundação Cambirela do Meio Ambiente - FCAM da Administração Indireta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014 e Decreto nº. 1.851, de 01 de julho de 2015, com efeitos a contar de 06/07/2015.

Palhoça, SC, em 01 de julho de 2015.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**ATO Nº. 564/2015.**

ATO Nº. 564/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO CLAUDIO DE OLIVEIRA, do cargo de Provimento em Comissão de Gerente Geral, Nível DAS IV, Quadro de Pessoal da Secretaria de Serviços Públicos - SESP da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 13/07/2015.

Palhoça, SC, em 08 de julho de 2015.  
CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**ATO Nº. 565/2015.**

ATO Nº. 565/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

NOMEAR TIAGO DA SILVA OLIVEIRA, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor I, Nível DAS IV, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014 e

Decreto nº. 1.760, de 05 de janeiro de 2015, com efeitos a contar de 13/07/2015.

Palhoça, SC, em 08 de julho de 2015.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

#### **ATO Nº. 566/2015.**

ATO Nº. 566/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

##### **RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO LUANA MOREIRA, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor, Nível DAS II, Quadro de Pessoal da Secretaria de Turismo, da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 31/07/2015.

Palhoça, SC, em 08 de julho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

#### **ATO Nº. 567/2015.**

ATO Nº. 567/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

##### **RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO EDEVANIO CASTELLI PICKLER, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor III, Nível DAS-VI, Quadro de Pessoal do Gabinete do Prefeito da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 31/07/2015.

Palhoça, SC, em 08 de julho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

#### **ATO Nº. 568/2015.**

ATO Nº. 568/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

##### **RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO ANTONIO FIORENTIN, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor III, Nível DAS-VI, Quadro de Pessoal do Gabinete do Prefeito da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 31/07/2015.

Palhoça, SC, em 08 de julho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

#### **ATO Nº. 569/2015.**

ATO Nº. 569/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

##### **RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO WAGNER PAES FIGUEIREDO, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, Nível DAS III, Quadro de Pessoal da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Planejamento da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 31/07/2015.

Palhoça, SC, em 08 de julho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

#### **ATO Nº. 571/2015.**

ATO Nº. 571/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

##### **RESOLVE:**

DESIGNAR TARSYANE ZENILDA DA SILVA, para responder pelo cargo de Provimento em Comissão de Secretário de Receita, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração e Serviços Compartilhados da Administração Direta, pelo período de 18/07/2015 a 26/07/2015, face ao afastamento do titular que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 01 de julho de 2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**ATO Nº. 572/2015.**

ATO Nº. 572/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

EXONERAR ANA VALERIA JESUS DE SOUZA EIRALD, do cargo de Provedor em Comissão de Assessor Técnico, Nível DAS III, Quadro de Pessoal da Fundação Cambirela do Meio Ambiente - FCAM da Administração Indireta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 22/07/2015.

Palhoça, SC, em 22 de julho de 2015.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**ATO Nº. 573/2015.**

ATO Nº. 573/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

DESIGNAR TARSYANE ZENILDA DA SILVA, para responder pelo cargo de Provedor em Comissão de Secretário de Receita, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração e Serviços Compartilhados da Administração Direta, pelo período de 27/07/2015 a 03/08/2015, face ao afastamento do titular que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 15 de julho de 2015.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**ATO Nº. 574/2015.**

ATO Nº. 574/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

TRANSPOR ANAPAUOLA VIDAL, para ocupar o cargo de Provedor em Comissão de Assessor I Nível DAS IV, Quadro de Pessoal da Secretaria de Receita da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014, Decreto nº. 1.760, de 05 de janeiro de 2015 e Decreto nº. 1.866, de 03 de

agosto de 2015, com efeitos a contar de 03/08/2015.

Palhoça, SC, em 03 de agosto de 2015.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**ATO Nº. 575/2015.**

ATO Nº. 575/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

TRANSPOR ELIZAMAR BARRETO, para ocupar o cargo de Provedor em Comissão de Assessor III Nível DAS VI, Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração e Serviços Compartilhados da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014, Decreto nº. 1.760, de 05 de janeiro de 2015 e Decreto nº. 1.866, de 03 de agosto de 2015, com efeitos a contar de 03/08/2015.

Palhoça, SC, em 03 de agosto de 2015.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**ATO Nº. 576/2015.**

ATO Nº. 576/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

NOMEAR LUANA MOREIRA, para ocupar o cargo de Provedor em Comissão de Assessor II, Nível V, da Fundação Cambirela do Meio Ambiente - FCAM, Quadro de Pessoal da Fundação Cambirela do Meio Ambiente - FCAM da Administração Indireta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014 e Decreto nº. 1.866, de 03 de agosto de 2015, com efeitos a contar de 03/08/2015.

Palhoça, SC, em 03 de agosto de 2015.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº141/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº141/2015

O Município de Palhoça torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº.141/2015, no dia 24 de Setembro de 2015, às 09:00h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC. O Pregão Presencial nº141/2015 tem como objeto a aquisição de móveis sob medida em MDF, para o Fundo Municipal de Assistência Social de Palhoça, incluindo mão de obra para instalação, através de Registro de Preços. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, ou pelo site: palhoca.atende.net. Palhoça, 11 de Setembro de 2015. Pregoeiro.

**JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº126/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
RESUMO DE JULGAMENTO  
PROCESSO LICITATÓRIO TOMADA DE PREÇOS Nº 126/2015

A Prefeitura Municipal de Palhoça torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do julgamento dos Documentos de Habilitação apresentados para o PROCESSO LICITATÓRIO Nº 126/2015, na modalidade TOMADA DE PREÇOS, que tem como objeto a contratação de empresa especializada para execução de reforma do Sistema de Esgotamento Sanitário, localizado no bairro Caminho Novo, neste Município, incluindo mão de obra com fornecimento de todo material, de acordo com as especificações contidas nos anexos.

**EMPRESAS HABILITADAS:**

TELESAN CONSTRUÇÕES E ENGENHARIA LTDA  
STC SERV. DE TERRAPLENAGEM E CONSTRUÇÃO LTDA  
NCM CONSTRUÇÕES LTDA ME

Palhoça, 11 de Setembro de 2015.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**LEI COMPLEMENTAR PROMULGADA Nº 200, DE 18 DE AGOSTO DE 2015.**

LEI COMPLEMENTAR PROMULGADA Nº 200, DE 18 DE AGOSTO DE 2015.

STM. Isenções. Altera os incisos VII e VIII do Art. 424, da Lei Complementar nº 018, de 30 de dezembro de 2002, alterados pela Lei Complementar Promulgada Nº 190, de 25 de março de 2015.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 58, Parágrafo 7º, da Lei Orgânica do Município de Palhoça; e Artigo 97, Parágrafo 6º, do Regimento Interno desta Casa, PROMULGA a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica alterado os incisos VII e VIII do Art. 424, de Lei Complementar nº 018, de 30 de dezembro de 2002, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 424 (...)

“VII – De propriedade do pescador ou produtor agropecuario, de valor venal inferior a R\$ 200.000.00 (duzentos mil) sem outra fonte de renda, bem como a viúva do mesmo, cuja única fonte de renda seja constituída pela pensão do cônjuge ou companheiro, enquanto ocupada como moradora própria, comprovado por laudo da assistência Social do Município. O valor venal será atualizado nos mesmos índices e porcentagem do IPTU.

VIII – De propriedade de aposentados e pensionistas, por qualquer regime previdenciário, que comprove possuir renda

familiar, inferiores ou iguais a 2,5 (dois e meio) salários mínimos, e cujo valor venal não ultrapasse a R\$ 200.000.00 (duzentos mil reais), comprovado por laudo da Assistência Social do Município. O valor venal será atualizado nos mesmos índices e porcentagem do IPTU.”

Art. 2º Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Sala das Sessões, 18 de agosto de 2015.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO  
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos dezoito dias do mês de agosto do ano de dois mil e quinze.

Lei Complementar originada do Projeto de Lei Complementar nº 93/2015 e Veto nº 18/2015.

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA****EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº57/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº57/2015 – Pregão Presencial 16/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos do CENTRI CEAP.

DATA: 09/06/2015 à 08/06/2016.

Nome da Empresa: MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA			CNPJ: 94.894.169/0001-86		
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Alprazolam 1mg c/30cp					
3	30,00	CX	BRAINFARMA	R\$4,8000	R\$144,0000
Especificação: Carbonato de cálcio 600mg + vitamina D 200UI					
23	200000,00	COMP	VITAMED	R\$0,0760	R\$15.200,0000
Especificação: Cloridrato de Dorzolamida, frasco com 5 ml.					
37	15,00	FRS	E.M.S	R\$29,0000	R\$435,0000
Especificação: Ceftriaxona dissódica 1g pó para solução injetável IV					
45	1500,00	AMP	AUROBINDO	R\$5,0400	R\$7.560,0000
Especificação: Diclofenaco dietilamônio gel, bisnaga com 60 gramas					
49	200,00	BN	BRAINFARMA	R\$2,8900	R\$578,0000
Especificação: Formoterol 12 mcg, cx. c/ 30 caps.					
69	35,00	CX	MANTECORP/HYPER-MARCAS	R\$18,9900	R\$664,6500
Especificação: Glimepirida 2 mg, caixa com 30 comp.					
78	30,00	CX	BRAINFARMA	R\$2,4500	R\$73,5000
Especificação: Óleo Mineral c/100mL					
103	40,00	FRS	NATULAB	R\$1,8000	R\$72,0000
Especificação: Protetor solar FPS 50, frasco com 120 ml.					
112	40,00	FRS	MOPH	R\$10,9000	R\$436,0000
Especificação: Torsilax caixa com 30cp					
135	25,00	CX	BRAINFARMA	R\$12,5000	R\$312,5000
Especificação: Clindamicina, cloridrato 300 mg					
141	1000,00	COMP	TEUTO	R\$1,4500	R\$1.450,0000
Valor Total		(vinte e seis mil, novecentos e vinte e cinco reais e sessenta e cinco centavos)			R\$26.925,65

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº58/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº58/2015 – Pregão Presencial 16/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos do CENTRI CEAP.

DATA: 09/06/2015 à 08/06/2016.

Nome da Empresa: DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA			CNPJ: 02.520.829/0001-40		
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Butilbrometo de escopolamina+dipirona sódica 5ml, injetável					
20	15000,00	AMP	TEUTO	R\$1,3800	R\$20.700,0000
Valor Total		(vinte mil e setecentos reais)			R\$20.700,00





**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº59/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº59/2015 – Pregão Presencial 16/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: CRISTÁLIA PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos do CENTRI CEAP. DATA: 09/06/2015 à 08/06/2016.

Nome da Empresa: CRISTÁLIA PRODUTOS FARMACEÚTICAS LTDA.			CNPJ: 44.734.671/0001-51		
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Clorpromazina 25mg					
43	200000,00	COMP	CRISTÁLIA	R\$0,1800	R\$36.000,0000
Especificação: Fibrase pomada 30 gr					
70	100,00	TB	CRISTÁLIA	R\$26,9600	R\$2.696,0000
Especificação: Heparina sódica 5000UI/0,25ml - subcutânea.					
80	10000,00	AMP	CRISTÁLIA	R\$3,5700	R\$35.700,0000
Especificação: Sulfato de Morfina 10mg					
128	1500,00	AMP	CRISTÁLIA	R\$1,8300	R\$2.745,0000
Valor Total		(setenta e sete mil e cento e quarenta e um reais)			R\$77.141,00

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº60/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº60/2015 – Pregão Presencial 16/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: HOSPFAR IND E COM DE PRODUTOS HOSPITALAR LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos do CENTRI CEAP. DATA: 09/06/2015 à 08/06/2016.

Nome da Empresa: HOSPFAR IND E COM DE PRODUTOS HOSPITALAR LTDA			CNPJ: 26.921.908/0002-02		
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Arpadol 400mg, caixa com 30 comp.					
11	40,00	CX	ASPEN	R\$38,6600	R\$1.546,4000
Especificação: Atrovent N c/200doses					
15	24,00	FRS	BOEHRINGER	R\$12,1700	R\$292,0800
Especificação: Buspirona 5mg c/20cp					
21	50,00	CX	LIBBS	R\$12,9200	R\$646,0000
Especificação: Donaren 50 mg, caixa com 60 comp.					
51	20,00	CX	ASPEN	R\$41,4200	R\$828,4000
Especificação: Detrusitol LA 4mg, caixa com 30 comprimidos					
54	25,00	CX	PFIZER	R\$220,4800	R\$5.512,0000
Especificação: Diamicon MR 60mg c/30cp					
56	15,00	CX	SERVIER	R\$34,5200	R\$517,8000
Especificação: Donaren retard 150mg c/20cp.					
60	20,00	CX	ASPEN	R\$41,4200	R\$828,4000
Especificação: Labirin 16 mg, caixa com 30 comp.					
84	30,00	CX	ASPEN	R\$17,1400	R\$514,2000
Especificação: Minipress SR 4 mg, caixa com 15 comp.					
96	60,00	CX	PFIZER	R\$26,8800	R\$1.612,8000
Especificação: Pristiq 100mg, caixa com 14 comp.					
110	30,00	CX	WYETH	R\$47,8000	R\$1.434,0000
Especificação: Roflumilaste 500mg c/30cp					
120	15,00	CX	NYCOMED	R\$117,2500	R\$1.758,7500
Valor Total		(quinze mil, quatrocentos e noventa reais e oitenta e três centavos)			R\$15.490,83



**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº61/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº61/2015 – Pregão Presencial 16/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos do CENTRI CEAP.

DATA: 09/06/2015 à 08/06/2016.

Nome da Empresa: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA			CNPJ: 81.706.251/0001-98		
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Aciclovir 200 mg					
5	12000,00	COMP	PRATI-DONADUZZI	R\$0,0990	R\$1.188,0000
Especificação: Amoxilina+Ac. Clavulamico 250+62,5mg/5ml susp. 75 ml					
13	6000,00	FRS	SANDOZ	R\$5,4900	R\$32.940,0000
Especificação: Carbonato de Cálcio 500mg					
24	200000,00	COMP	VITAMED	R\$0,0480	R\$9.600,0000
Especificação: Cloreto de potássio 19,1% 10 ml					
33	500,00	FRS	ISOFARMA	R\$0,2320	R\$116,0000
Especificação: Fisiogel Ai loção 240ml					
73	15,00	FRS	Stiefel	R\$190,6800	R\$2.860,2000
Especificação: Mesilato de doxazosina 4mg, caixa com 30 comp.					
94	50,00	CX	SANDOZ	R\$8,3000	R\$415,0000
Especificação: Nitrendipino 20mg, caixa com 30 comp.					
101	30,00	CX	BIOSINTETICA	R\$30,0000	R\$900,0000
Valor Total		(quarenta e oito mil, dezenove reais e vinte centavos)			R\$48.019,20

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº62/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº62/2015 – Pregão Presencial 16/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: WINCORP FARMACEUTICA COMERCIAL LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos do CENTRI CEAP.

DATA: 09/06/2015 à 08/06/2016.

Nome da Empresa: WINCORP FARMACEUTICA COMERCIAL LTDA			CNPJ: 12.573.787/0001-60		
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Dorflex, caixa 240 comp.					
62	12,00	CX	SANOFI	R\$63,4300	R\$761,1600
Especificação: Insulina Lantus 100UI/ml, frasco com 3ml					
82	750,00	FRS	SANOFI	R\$67,7600	R\$50.820,0000
Especificação: Naturetti, caixa com 16 caps					
99	70,00	CX	SANOFI AVENTIS	R\$20,9000	R\$1.463,0000
Especificação: Neuleptil 4pcc, sol. oral, frasco com 20 ml.					
100	150,00	FRS	SANOFI AVENTIS	R\$9,6900	R\$1.453,5000
Valor Total		(cinquenta e quatro mil, quatrocentos e noventa e sete reais e sessenta e seis centavos)			R\$54.497,66

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº63/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº63/2015 – Pregão Presencial 16/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: PROFARMA SPECIALTY S.A. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos do CENTRI CEAP.

DATA: 09/06/2015 à 08/06/2016.

Nome da Empresa: PROFARMA SPECIALTY S.A.			CNPJ: 81.887.838/0006-55		
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: PIRIMETAMINA 25 MG					
113	2500,00	COMP	FARMOQUIMICA	R\$0,0500	R\$125,0000
Especificação: Tylex 30mg c/24 cp					
132	40,00	CX	JANSSEN	R\$16,3200	R\$652,8000
Valor Total		(setecentos e setenta e sete reais e oitenta centavos)			R\$777,80

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº64/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº64/2015 – Pregão Presencial 16/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: VICTORIA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos do CENTRI CEAP.

DATA: 09/06/2015 à 08/06/2016.

Nome da Empresa: VICTORIA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA			CNPJ: 00.088.317/0001-21		
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Atacand Hct 16/12,5mg, caixa com 30 comp.					
10	12,00	CX	ASTRAZENICA	R\$68,4200	R\$821,0400
Especificação: Onglyza 5 mg com 28 cp					
106	15,00	CX	ASTRAZENICA	R\$60,3600	R\$905,4000
Especificação: Selozok 50 mg, caixa com 30 comp.					
122	100,00	CX	ASTRAZENICA	R\$27,0200	R\$2.702,0000
Especificação: Symbicort 6/200mcg, frasco com 60 doses					
125	20,00	FRS	ASTRAZENICA	R\$56,3400	R\$1.126,8000
Especificação: Symbicort 12/400mcg c/ 60doses					
126	20,00	CX	ASTRAZENICA	R\$62,6800	R\$1.253,6000
Valor Total		(seis mil, oitocentos e oito reais e oitenta e quatro centavos)			R\$6.808,84

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº65/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº65/2015 – Pregão Presencial 16/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: CIRURGICA JAW COM. DE MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos do CENTRI CEAP.

DATA: 09/06/2015 à 08/06/2016.

Nome da Empresa: CIRURGICA JAW COM. DE MAT. MÉDICO HOSP. LTDA			CNPJ: 79.250.676/0001-93		
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Cosopt oftal, frasco 5 ml					
48	60,00	FRS	MERCK	R\$62,6600	R\$3.759,6000
Especificação: Óleo Dersani c/200mL					
102	40,00	FRS	DERSANI	R\$25,0000	R\$1.000,0000
Especificação: Vytorin 10/20 mg, caixa com 28 comp.					
139	70,00	CX	VYTORIN	R\$66,6400	R\$4.664,8000

Valor Total	(nove mil, quatrocentos e vinte e quatro reais e quarenta centavos)	R\$9.424,40
-------------	---	-------------

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº67/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº67/2015 – Pregão Presencial 16/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos do CENTRI CEAP.

DATA: 09/06/2015 à 08/06/2016.

Nome da Empresa: ALTERMED MAT. MÉDICO HOSPITALAR LTDA			CNPJ: 00.802.002/0001-02		
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Alprazolam 2mg c/30cp					
4	40,00	CX	EMS	R\$5,4000	R\$216,0000
Especificação: Baclofeno 10mg c/20cp					
19	80,00	CX	TEUTO	R\$2,2000	R\$176,0000
Especificação: Bromazepan 6 mg, caixa com 30 comp.					
22	80,00	CX	TEUTO	R\$2,7000	R\$216,0000
Especificação: Carvedilol 25 mg, caixa com 30 comp.					
26	200,00	CX	TORRENT	R\$4,5000	R\$900,0000
Especificação: Carvedilol 3,125mg, caixa com 30 comp.					
27	100,00	CX	TORRENT	R\$4,5000	R\$450,0000
Especificação: Citalopram 20mg, caixa com 28 comp.					
34	100,00	CX	TORRENT	R\$4,2000	R\$420,0000
Especificação: Cloridrato de Amilorida + Hidroclorotiazida (5+50mg), caixa com 30 comp.					
38	20,00	CX	VITAPAN	R\$2,4000	R\$48,0000
Especificação: Cloridrato de Sertralina 50 mg, caixa com 30 comp.					
40	43,00	CX	TORRENT	R\$4,5000	R\$193,5000
Especificação: Cloridrato de ticlopidina 250 mg, caixa com 30 comp.					
41	70,00	CX	BALDACCI	R\$9,0000	R\$630,0000
Especificação: Cloridrato de Tramadol 50 mg, caixa c/ 10 comp.					
42	160,00	CX	HIPOLABOR	R\$3,1000	R\$496,0000
Especificação: Cloridrato de Venlafaxina 150mg, caixa c/ 30 comp.					
44	50,00	CX	TORRENT	R\$33,0000	R\$1.650,0000
Especificação: Doxiciclina 100 mg					
63	400,00	COMP	TEUTO	R\$0,1100	R\$44,0000
Especificação: Gabapentina 300 mg, caixa com 30 comp.					
77	100,00	CX	ARROW	R\$10,2000	R\$1.020,0000
Especificação: Losartana 100mg, caixa com 30 comp.					
89	60,00	CX	PRATI-DONADUZZI	R\$6,3000	R\$378,0000
Especificação: Losartana 25mg c/30cp.					
90	40,00	CX	TORRENT	R\$4,5000	R\$180,0000
Especificação: Losartana potássica + hidroclorotiazida (100+25mg), caixa com 30 comp.					
91	30,00	CX	EMS	R\$8,1000	R\$243,0000
Especificação: Oxcarbazepina 300mg, caixa com 30 comp.					
107	50,00	CX	TORRENT	R\$11,2000	R\$560,0000
Especificação: Oxcarbazepina 600 mg, caixa com 30 comp.					
108	120,00	CX	TORRENT	R\$22,1500	R\$2.658,0000
Especificação: Solução de manitol 20%, frasco com 250 ml					
127	300,00	FRS	BASA	R\$4,4900	R\$1.347,0000
Especificação: Vitamina E 400UI, caixa com 30cp					
137	15,00	CX	NATULAB	R\$7,2000	R\$108,0000

Valor Total	(onze mil, novecentos e trinta e três reais e cinquenta centavos)	R\$11.933,50
-------------	---	--------------

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº68/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº68/2015 – Pregão Presencial 16/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos do CENTRI CEAP. DATA: 09/06/2015 à 08/06/2016.

Nome da Empresa: DIMACI SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA			CNPJ: 05.531.725/0001-20		
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Amiodarona 50 mg/3 ml, injetável					
12	1500,00	AMP	HIPOLABOR	R\$1,6000	R\$2.400,0000
Especificação: Furosemida 10 mg/ml, amp. c/ 2ml, injetável					
74	6000,00	AMP	SANTISA	R\$0,5000	R\$3.000,0000
Especificação: Maleato de Enalapril 10mg					
92	1100000,00	COMP	SANVAL	R\$0,0350	R\$38.500,0000
Especificação: Omeprazol 40mg IV					
104	4000,00	AMP	BLAU	R\$4,5150	R\$18.060,0000
Especificação: Paracetamol 200mg/ml 15ml.					
109	30000,00	FRS	FARMACE	R\$0,4730	R\$14.190,0000
Valor Total	(setenta e seis mil e cento e cinquenta reais)				R\$76.150,00

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº69/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº69/2015 – Pregão Presencial 16/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: AGLON COM. REPR. LTDA OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos do CENTRI CEAP. DATA: 09/06/2015 à 08/06/2016.

Nome da Empresa: AGLON COM. REPR. LTDA.			CNPJ: 65.817.900/0001-71		
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Levodopa + Benzerazida 100 + 25mg, comprimido birranhurados					
85	250000,00	COMP	ROCHE	R\$0,8600	R\$215.000,0000
Valor Total	(duzentos e quinze mil reais)				R\$215.000,00

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº70/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº70/2015 – Pregão Presencial 16/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - FILIAL OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos do CENTRI CEAP.

DATA: 09/06/2015 à 08/06/2016.

Nome da Empresa: COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA - FILIAL.			CNPJ: 67.729.178/0004-91		
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Ácido Fólico 150mg					
2	1600,00	COMP	HIPOLABOR	R\$1,0800	R\$1.728,0000
Especificação: ATENOLOL 50MG.					
14	1600000,00	COMP	VITAPAN	R\$0,0280	R\$44.800,0000
Especificação: Cetoprofeno 100mg/mL EV					
31	6000,00	AMP	UNIÃO QUIMICA	R\$2,8400	R\$17.040,0000



Especificação: Cloridrato de bupropiona 150 mg, caixa com 60 comp.					
36	70,00	CX	EMS/GERM/SIGMA	R\$33,0000	R\$2.310,0000
Especificação: Fenitoina injetável 50 mg/ml, amp. c/ 5 ml					
71	800,00	AMP	HIPOLABOR	R\$1,2000	R\$960,0000
Valor Total		(sessenta e seis mil e oitocentos e trinta e oito reais)			R\$66.838,00

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº71/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº71/2015 – Pregão Presencial 16/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PROD. HOSPITALARES LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos do CENTRI CEAP.

DATA: 09/06/2015 à 08/06/2016.

Nome da Empresa: EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PROD. HOSPITALARES LTDA			CNPJ: 06.035.038/0001-86		
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Cloridrato de paroxetina 20 mg, caixa com 30 caps.					
39	42,00	CX	ZYDUS	R\$4,5700	R\$191,9400
Especificação: Decanoato de haloperidol 50mg/ml					
55	4000,00	AMP	UNIÃO QUIMICA	R\$8,2400	R\$32.960,0000
Valor Total		(trinta e três mil, cento e cinquenta e um reais e noventa e quatro centavos)			R\$33.151,94

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº72/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº72/2015 – Pregão Presencial 16/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: PHARMALOG PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos do CENTRI CEAP.

DATA: 09/06/2015 à 08/06/2016.

Nome da Empresa: PHARMALOG PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA			CNPJ: 13.485.130/0001-03		
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Aclasta 5 mg/100ml - solução para infusão intravenosa					
1	3,00	FRS	ACLASTA/NOVARTIS	R\$1.103,0500	R\$3.309,1500
Especificação: Condorflex 1500 + 1200mg, caixa com 30 sachês					
47	40,00	CX	ZODIAC	R\$119,1500	R\$4.766,0000
Especificação: Diovan 320 mg, caixa com 28 comp.					
57	40,00	CX	NOVARTIS	R\$66,5300	R\$2.661,2000
Especificação: Diovan HCT 160mg/12,5 mg, caixa com 28 comp.					
58	30,00	CX	NOVARTIS	R\$70,2000	R\$2.106,0000
Especificação: Exelon Patch 18mg/10cm2 c/ 30					
68	20,00	CX	NOVARTIS	R\$307,1000	R\$6.142,0000
Especificação: Galvus 50mg c/56 comp.					
75	15,00	CX	NOVARTIS	R\$117,1800	R\$1.757,7000
Especificação: Galvus met 50/850 mg, caixa com 56 comp.					
76	25,00	CX	NOVARTIS	R\$117,1800	R\$2.929,5000
Especificação: Hidralazina 25 mg					
81	200000,00	COMP	NOVARTIS	R\$0,2150	R\$43.000,0000
Especificação: Levotiroxina Sódica 125mcg, caixa com 30 comp.					
86	30,00	CX	MERCK	R\$5,3300	R\$159,9000

Especificação: Levotiroxina Sódica 75mcg, caixa com 30 comp.					
87	60,00	CX	MERCK	R\$3,8300	R\$229,8000
Especificação: Melleril 100 mg, caixa com 20 comp.					
93	130,00	CX	VALEANT	R\$16,0600	R\$2.087,8000
Especificação: Onbrize 150mg c/ 30cp					
105	25,00	CX	NOVARTIS	R\$68,3800	R\$1.709,5000
Especificação: Propatilnitrato 10 mg					
111	400000,00	COMP	FARMOQUIMICA	R\$0,3150	R\$126.000,0000
Especificação: Rasilez 300 mg, caixa com 28 comp.					
114	100,00	CX	NOVARTIS	R\$70,8200	R\$7.082,0000
Especificação: Ritalina LA 20mg c/ 30cp					
115	30,00	CX	NOVARTIS	R\$133,8200	R\$4.014,6000
Especificação: Ritalina LA 40mg c/30cp.					
116	30,00	CX	NOVARTIS	R\$147,5200	R\$4.425,6000
Especificação: Tegretol CR 400 mg, caixa com 60 comp.					
129	30,00	CX	NOVARTIS	R\$72,7300	R\$2.181,9000
Especificação: Trileptal 600mg, caixa com 60 comp					
134	25,00	CX	NOVARTIS	R\$149,5000	R\$3.737,5000
Valor Total		(duzentos e dezoito mil, trezentos reais e quinze centavos)			R\$218.300,15



# Palmitos

## PREFEITURA

### PROCESSO 110/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

pREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 110/2015. Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL 51/2015. Objeto: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISIÇÃO DE ROLO DE LONA PLÁSTICA, FORRAÇÃO PRETA, CONFORME DESCRIÇÃO ANEXO I. Data da entrega dos envelopes: 24/09/2015 até as 14:30 horas. Data da abertura: 24/09/2015 às 15:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura. Palmitos, 11 de Setembro de 2015. Norberto Paulo Gonzatti – Prefeito Municipal.

# Passos Maia

## PREFEITURA

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 006/2015 - CONCURSO PÚBLICO N. 001/2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 006/2015  
CONCURSO PÚBLICO N. 001/2015

O Município de Passos Maia – Estado de Santa Catarina, com sede na Avenida Padre João Botero, n. 485, centro, inscrito no CNPJ sob o n. 95.993.085/0001-62, através do Departamento Municipal de Recursos Humanos, CONVOCA os candidatos a seguir relacionados, aprovados no Concurso Público 001/2015, de 26 de Fevereiro de 2015, os quais deverão comparecer no Setor de Recursos Humanos do Município de Passos Maia – SC, munidos de seus documentos pessoais, (Cópias legíveis) do RG, CPF, Certidão de comprovação do estado civil, Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (se tiver), Histórico Escolar, Comprovante de residência (Conta de água, luz ou telefone), Reservista, Título de Eleitor com comprovante da última votação, Comprovante de inscrição no PIS/PASEP (se houver), registro no Conselho (quando exigido) e, ainda, originais da Carteira de Trabalho e Antecedentes Criminais do FORUM (protocolo), bem como, duas fotos 3x4 (recentes), para depois de cumpridas as exigências legais, tomar posse e exercício, a saber:

NOME	CARGO	CLASS.
ELIANO PRESOTTO	AGENTE DE DEFESA CIVIL	1º

O candidato aprovado para o cargo de Agente de Defesa Civil será cedido ao 2º Grupo de Bombeiros Militar de Ponte Serrada, atendendo ao disposto no Convênio 2.508/2011-9, para desempenhar as atividades do referido cargo no Corpo de Bombeiros Militar da Comarca de Ponte Serrada-SC.

O candidato aprovado deverá, no prazo de 2 (dois) dias, manifestar seu interesse na vaga e/ou requerer prazo de 30 (trinta) dias para apresentar a documentação exigida para a contratação ou apresentar sua carta de desistência, nos moldes do item 13.5, do Edital de Concurso Público n. 001/2015, sob pena de ser desclassificado e, por consectário, ser excluído do Concurso (itens 13.5 e 13.7 do Edital).

Passos Maia – SC, 11 de setembro de 2015.  
CLEVERSON L. A. DE SANTI  
Chefe de Departamento

### EDITAL N. 0049/2015

MUNICIPIO DE PASSOS MAIA  
PROCESSO LICITATÓRIO N. 0049/2015  
PREGÃO ELETRÔNICO N. 0034/2015  
ATA DE REGISTRO DE PREÇO

O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, Estado de Santa Catarina, com sede à Avenida Padre João Botero, n. 485, Centro, torna público, nos termos da Lei Federal n. 8.666/93 e suas posteriores alterações, que se encontra aberto o Processo Licitatório n. 0049/2015, Modalidade de Pregão Eletrônico n. 0034/2015 – Objeto: Constitui o objeto da presente licitação o Registro de Preços para a aquisição de materiais de consumo de enfermagem (descartáveis), para atender as necessidades das Unidades de Saúde do Município de Passos Maia - SC, conforme Anexo I do Edital. As propostas deverão ser anexadas no sistema do dia 14/09/2015 a partir das 08:00 Hs, até às 14:00 Hs do dia 24/09/2015, iniciando-se a Sessão Pública às 14:15 Hs, do mesmo dia. Retirada do Edital pelo site www.

blm.org.br “Acesso Identificado no link – licitações”. Maiores Informações pelo telefone (49) 3437-0010.

Passos Maia, 14 de setembro de 2015.  
IVANDRE BOCALON  
Prefeito Municipal.

### EDITAL N. 0050/2015

MUNICIPIO DE PASSOS MAIA  
PROCESSO LICITATÓRIO N. 0050/2015  
PREGÃO PRESENCIAL N. 0035/2015

O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, Estado de Santa Catarina, com sede à Avenida Padre João Botero, n. 485, Centro, torna público, nos termos da Lei Federal n. 8.666/93 e suas posteriores alterações, que se encontra aberto o Processo Licitatório n. 0050/2015, Modalidade de Pregão Presencial n. 0035/2015 – Objeto: Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de acesso contínuo através de circuito dedicado à rede mundial de computadores (internet), por meio de cabos, modems, fibras ópticas, roteadores e demais equipamentos que se fizerem necessários à prestação do serviço, para atender aos diversos setores da Administração Municipal, conforme Termo de Referência, Anexo I, deste Edital. Os envelopes contendo a documentação e propostas serão recebidas até às 14:00 horas do dia 25 de setembro de 2015, iniciando-se a Sessão Pública às 14:15 horas, do mesmo dia e local. Retirada do Edital junto ao Departamento Municipal de Compras e Licitações das 08:00hs às 17:00hs. Maiores Informações pelo telefone (49) 3437-0010.

Passos Maia, 14 de setembro de 2015.  
IVANDRE BOCALON  
Prefeito Municipal.

### EDITAL N. 0051/2015

MUNICIPIO DE PASSOS MAIA  
PROCESSO LICITATÓRIO N. 0051/2015  
PREGÃO PRESENCIAL N. 0036/2015  
ATA DE REGISTRO DE PREÇO

O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, Estado de Santa Catarina, com sede administrativa na Avenida Padre João Botero, n. 485, centro, torna público, nos termos da Lei Federal n. 8.666/93 e suas posteriores alterações, que se encontra aberta a Licitação na MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N. 0036/2015 – Objeto do presente registro de preço é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de horas-máquinas de rompedor hidráulico e escavadeira hidráulica para suprir as necessidades das Secretarias Municipais, conforme descritivo constante no Anexo I do Edital Licitatório. Os envelopes contendo documentação e propostas serão recebidas até às 09:00 horas, do dia 25 de setembro de 2015, iniciando-se a sessão pública às 09:15 horas do mesmo dia e local. Retirada do Edital junto a Secretaria Municipal de Administração e Fazenda das 09h00m às 17h00m. Maiores Informações pelo telefone (49) 3437-0010.

Passos Maia, 14 de setembro de 2015.  
IVANDRE BOCALON  
PREFEITO MUNICIPAL

# Paulo Lopes

## PREFEITURA

### 1º TERMO ADITIVO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 08-21/2015

1º TERMO ADITIVO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 08-21/2015 DE 31/03/2015. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PAULO LOPES e CONTRATADA: CIRÚRGICA SANTA CRUZ COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA; OBJETO: Reequilibrar o preço unitário registrados na Ata de Registro de Preços nº 08-21/2015 do item nº: 2 Carbonato de Lítio 300 mg; Valor Reequilibrado: 0,127. FUNDAMENTO: O reequilíbrio econômico financeiro solicitado pela compromitente, devidamente justificado, aprovado pela Assessoria Jurídica Municipal, conforme Parecer juntado ao Processo, sendo fundamentado no que dispõe a alínea "d" do inciso II do artigo 65 da Lei 8.666/93. Data da assinatura: 02/09/2015.

### EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 18/2015

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº. 18/2015

Ata nº 18/2015; Processo nº 056/2015; Objeto: Registro de Preços para prestação de serviços técnicos especializados em manutenção preventiva e corretiva, através de serviços mecânicos, elétricos, lanternagem/pintura e capotaria nos veículos pertencentes à frota da Prefeitura Municipal de Paulo Lopes, com o fornecimento de peças e acessórios originais de fábrica. Contratante: MUNICÍPIO DE PAULO LOPES; Contratada: MEGA COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA-ME; Valor Contratado: R\$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil reais) Percentual de desconto para peças: 10%; Valor Hora: R\$ 74,25. Data da Assinatura: 10/09/2015

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 25/2015

Extrato do Contrato nº 25/2015 conforme Processo Licitatório nº 055/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES. Contratado: GESTÃO PÚBLICA CONSULTORES ASSOCIADOS SOCIEDADE SIM-PLES. Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço assessoria e consultoria nas áreas de contabilidade pública, planejamento governamental e controle interno para a Prefeitura Municipal e seus Fundos. Valor do Contrato: R\$ 19.560,00 (Dezenove mil quinhentos e sessenta reais). Vigência: 31/12/2015.

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 26/2015

Extrato do Contrato nº 26/2015 conforme Processo Licitatório nº 057/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES. Contratado: INFINITY ASSESSORIA PEDAGÓGICA LTDA- ME . Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços na aplicação de Concurso Público. Valor: R\$ 27.500,00 (Vinte e sete mil e quinhentos reais). Vigência:31/12/2015

# Pomerode

## PREFEITURA

### **1.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 040 / 2014 PRORROGAÇÃO**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

1.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 040 / 2014  
PRORROGAÇÃO

Processo Administrativo n.º 062 / 2014.  
Convite p/ Compras e Serviços n.º 018 / 2015.  
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.  
Contratado: CONECTEL TELECOMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA LTDA ME.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇOS E INSTALAÇÃO DE LINKS DE INTERNET BANDA LARGA, COM 4,0 (QUATRO) MBPS PARA DOWNLOAD E 1,0 (UM) MBPS PARA UPLOAD, NOS PONTOS ATENDIDOS VIA RÁDIO E 10,0 (DEZ) MBPS PARA DOWNLOAD E 1,0 (UM) MBPS PARA UPLOAD, NOS PONTOS ATENDIDOS VIA FIBRA ÓPTICA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS CONSTANTES NO MEMORIAL DESCRITIVO ANEXO AO EDITAL DE LICITAÇÃO.

Permanece inalterado o valor unitário e mensal pago por Link de internet banda larga – R\$250,00 (duzentos e cinquenta reais).

Valor Total 26 Links – 12 meses – R\$78.000,00 (setenta e oito mil reais).

Justificativa: Prorrogação contratual por mais 12 (doze) meses por tratar-se de utilização de sistemas e programas de informática, em conformidade com o artigo 57, IV da Lei Federal n.º 8.666/93 e Cláusula Sexta do Contrato Administrativo n.º 040/2014, permanecendo inalterado o valor unitário e mensal pago por Link de internet banda larga.

Pomerode/SC, 19 de Agosto de 2015.  
ROLF NICLODELLI  
Prefeito Municipal de Pomerode

### **2.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 039 / 2013 PRORROGAÇÃO**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

2.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 039 / 2013  
PRORROGAÇÃO

Processo Administrativo n.º 077 / 2013.  
Convite p/ Compras e Serviços n.º 012 / 2013.  
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.  
Contratado: CONECTEL TELECOMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA LTDA ME.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE DEZ (10) LINKS DE ACESSO DEDICADO À INTERNET, NA MODALIDADE BANDA LARGA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DESCRITAS NO MEMORIAL DESCRITIVO ANEXO AO EDITAL.

Permanece inalterado o valor unitário e mensal pago por Link de acesso dedicado à internet – R\$650,00 (seiscentos e cinquenta reais).

Valor Total 10 Links – 12 meses – R\$78.000,00 (setenta e oito mil reais).

Justificativa: Prorrogação contratual por mais 12 (doze) meses por tratar-se de utilização de sistemas e programas de informática, em conformidade com o artigo 57, IV da Lei Federal n.º 8.666/93 e Cláusula Sexta do Contrato Administrativo n.º 039/2013, permanecendo inalterado o valor unitário e mensal pago por Link de acesso dedicado à internet.

Pomerode/SC, 17 de Julho de 2015.  
ROLF NICLODELLI  
Prefeito Municipal de Pomerode

### **2.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 049 / 2013 PRORROGAÇÃO**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

2.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 049 / 2013  
PRORROGAÇÃO

Processo Administrativo n.º 093 / 2013.  
Convite p/ Compras e Serviços n.º 017 / 2013.  
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.  
Contratado: TMS TELECOMUNICAÇÕES LTDA ME.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA LOCAÇÃO DE CENTRAIS TELEFÔNICAS DIGITAIS, COMPREENDENDO A MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DAS CENTRAIS E INSTALAÇÃO DE RAMAIS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO AO EDITAL.

Permanece inalterado o valor unitário e mensal pago pela Locação das Centrais Telefônicas.

Valor Total Prorrogação – 12 meses – R\$34.080,00 (trinta e quatro mil e oitenta reais).

Justificativa: Prorrogação contratual por mais 12 (doze) meses por tratar-se de serviços executados de forma contínua, em conformidade com o artigo 57, II da Lei Federal n.º 8.666/93 e Cláusula Sexta do Contrato Administrativo n.º 049/2013, permanecendo inalterado o valor unitário e mensal pago pela Locação das Centrais Telefônicas.

Pomerode/SC, 22 de Agosto de 2015.  
ROLF NICLODELLI  
Prefeito Municipal de Pomerode

**DECRETO Nº 2.978 DE 27 DE AGOSTO DE 2015**

DECRETO Nº 2.978 DE 27 DE AGOSTO DE 2015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DE 2014 NA UNIDADE GESTORA PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE, TRANSPOSIÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NA UNIDADE GESTORA PREFEITURA, E POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DA UNIDADE GESTORA PREFEITURA POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ROLF NICOLODELLI, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 9º item I, II e III, da Lei nº 2.688 de 10/12/2014, e o Art. 43, parágrafo 1º, item I, II e III da Lei nº 4.320 de 17/03/1964.

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementado na importância de R\$ 263.588,60 (duzentos e sessenta e três mil, quinhentos e oitenta e oito reais e sessenta centavos) por fonte de recurso do Superávit Financeiro de 2014, na Unidade Gestora Prefeitura Municipal de Pomerode, conforme prevê o Artigo 9º, item III da Lei nº 2.688 de 10/12/2014, Art. 43, parágrafo 1º, item I da Lei 4.320 de 17/03/1964, destinado aos seguintes Programas e Dotações abaixo discriminados

ÓRGÃO: 05.000 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENV.DA CIDADE

Unidade Orçamentária: 05.001 – Secretaria de Planejamento e Desenv.da Cidade

Projeto/Atividade: 04.122.0030.2005 – Ativ.do Planejamento, Controle Geral e Meio Ambiente

Elemento: 339000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 03000000 – Recursos Ordinários R\$ 200.000,00

Projeto/Atividade: 04.122.0030.2061 – Manutenção do Getran

Elemento: 339000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 03100000 – Convênio de Trânsito – Militar R\$ 20.000,00

ÓRGÃO: 07.000 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA

Unidade Orçamentária: 07.001 – Secretaria de Educação e Formação Empreendedora

Projeto/Atividade: 12.365.0040.2015 – Manutenção de Atividades Educação Infantil

Elemento: 339000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 03370800 – FNDE Brasil Carinhoso R\$ 36.588,60

ÓRGÃO: 11.000 – SECRETARIA DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 11.001 – Secretaria de Saúde

Projeto/Atividade: 10.301.0060.2042 – Manut.da Secr.de Saúde

Elemento: 339000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 03000000 – Recursos Ordinários R\$ 7.000,00

TOTAL R\$ 263.588,60

TRANSPOSIÇÕES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE

Art. 2º - Transposição de dotação orçamentária na importância de R\$ 99.400,00 (noventa e nove mil quatrocentos reais) do Orçamento em vigor, da Prefeitura Municipal de Pomerode, por fonte de recurso, conforme prevê o Artigo 9º, item II da Lei nº 2.688 de 10/12/2014, Art. 43, parágrafo 1º, item III da Lei 4.320 de 17/03/1964 nos seguintes Programas e Dotações abaixo discriminada

ÓRGÃO: 03.000 – PROCURADORIA MUNICIPAL

Unidade Orçamentária: 02.001 – Procuradoria Municipal

Projeto/Atividade: 04.122.0020.2003 – Manutenção das Atividades da Procuradoria Municipal

Elemento: 319100.00 – Aplicações Diretas dec.Oper.entre Órgãos Vinc. p/ Fonte Recursos: 01000000 – Recursos Ordinários R\$ 1.000,00

ÓRGÃO: 05.000 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENV.DA CIDADE

Unidade Orçamentária: 05.001 – Secretaria de Planejamento e Desenv.da Cidade

Projeto/Atividade: 04.122.0030.2005 – Ativ.do Planejamento, Controle Geral e Meio Ambiente

Elemento: 319000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01000000 – Recursos Ordinários R\$ 25.000,00

Elemento: 319100.00 – Aplicações Diretas dec.Oper.entre Órgãos

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01000000 – Recursos Ordinários R\$ 25.000,00

ÓRGÃO: 08.000 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Unidade Orçamentária: 08.001 – Secretaria de Obras e Serviços Públicos

Projeto/Atividade: 15.452.0070.2022– Manutenção dos Serviços Públicos

Elemento: 319000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01000000 – Recursos Ordinários R\$ 18.200,00

ÓRGÃO: 12.000 – SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA E ESPORTE

Unidade Orçamentária: 12.001– Diretoria de Políticas Culturais

Projeto/Atividade: 13.392.0130.2032– Manutenção e Reestruturação do Centro Cultural Elemento: 449000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01000000 – Recursos Ordinários R\$ 19.400,00

Projeto/Atividade: 13.392.0130.2068 – Manutenção das Atividades Culturais

Elemento: 319100.00 – Aplicações Diretas dec.Oper.entre Órgãos

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01000000 – Recursos Ordinários R\$ 10.800,00

TOTAL R\$ 99.400,00

Art 3º - Os valores resultantes das transposições do Art. 2º deste Decreto, serão destinados aos seguintes Dotações Orçamentárias abaixo discriminadas

ÓRGÃO: 03.000 – PROCURADORIA MUNICIPAL

Unidade Orçamentária: 02.001 – Procuradoria Municipal

Projeto/Atividade: 04.122.0020.2003 – Manutenção das Atividades da Procuradoria Municipal

Elemento: 339000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01000000 – Recursos Ordinários R\$ 1.000,00

ÓRGÃO: 05.000 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENV.DA CIDADE

Unidade Orçamentária: 05.001 – Secretaria de Planejamento e Desenv.da Cidade

Projeto/Atividade: 04.122.0030.2005 – Ativ.do Planejamento, Controle Geral e Meio Ambiente

Elemento: 339000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01000000 – Recursos Ordinários R\$ 50.000,00

ÓRGÃO: 08.000 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Unidade Orçamentária: 08.001 – Secretaria de Obras e Serviços Públicos

Projeto/Atividade: 15.452.0070.2022– Manutenção dos Serviços Públicos

Elemento: 339000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01000000 – Recursos Ordinários R\$



18.200,00

ÓRGÃO: 12.000 – SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA E ESPORTE

Unidade Orçamentária: 12.001 – Diretoria de Políticas Culturais  
Projeto/Atividade: 13.392.0130.2032 – Manutenção e Reestruturação do Centro Cultural Elemento: 339000.00 – Aplicações Diretas  
Vinc. p/ Fonte Recursos: 01000000 – Recursos Ordinários R\$ 19.400,00

Projeto/Atividade: 13.392.0130.2068 – Manutenção das Atividades Culturais

Elemento: 339000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01000000 – Recursos Ordinários R\$ 10.800,00

TOTAL R\$ 99.400,00

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS

Art. 4º - Fica suplementado na importância de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais) por fonte de recurso do excesso de arrecadação da Unidade Gestora Prefeitura Municipal de Pomerode, conforme prevê o Artigo 9º, item I Art. 12 da Lei nº 2.688 de 10/12/2014, Art. 43, parágrafo 1º, item, II da Lei 4.320 de 17/03/1964, destinado aos seguintes Programas e Dotações abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 07.000 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA

Unidade Orçamentária: 07.001 – Secretaria de Educação e Formação Empreendedora

Projeto/Atividade: 12.361.0040.2010 – Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental

Elemento: 339000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01360000 – Salário Educação R\$ 85.000,00

Elemento: 449000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01360000 – Salário Educação R\$ 5.000,00

TOTAL R\$ 90.000,00

Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pomerode, 27 de agosto de 2015.

ROLF NICLODELLI

MÔNICA SUSAN ZIMMER

Prefeito Municipal

Secretária de Gestão Admin. e Faz.

## **EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 041 / 2015 – REGISTRO DE PREÇOS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 041 / 2015 – REGISTRO DE PREÇOS

Processo Administrativo n.º 082 / 2015.

Objeto: AQUISIÇÃO DE COLCHONETES, EDREDONS, TRAVESSEIROS, LENÇÓIS E FRONHAS PARA AS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL E FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Entrega dos envelopes: Até as 08:00 horas do dia 05/10/2015.

Local: Setor de protocolos da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

Abertura das propostas: 08:00 horas do dia 05/10/2015.

Local: Sala de licitações no prédio da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

O edital e demais esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Diretoria de Licitações e Compras da Prefeitura

Municipal de Pomerode – Rua 15 de Novembro, n.º 525, Centro – Pomerode/SC, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, Fone: (47) 3387-7229 ou pelo e-mail: licitacao@pomerode.sc.gov.br.

Pomerode/SC, 11 de Setembro de 2015.

ROLF NICLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

## **PUBLICAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS ELEITAS NO FÓRUM DE ELEIÇÃO, SEGUNDO EDITAL N.º 001/2015/COMAD**

A Comissão Eleitoral responsável pela realização do processo de eleição dos membros representantes das organizações não governamentais do Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas – Gestão 2015/2017, divulga a publicação das organizações não governamentais eleitas no Fórum de Eleição, segundo Edital nº 001/2015/COMAD:

Entidades Eleitas:

· Casa da Solidariedade

· Associação Pelo Bem Estar da Família - ABEFAM

· PEAL - Associação dos Programas Educacionais e Assistenciais de Pomerode

· Câmara de Dirigentes Lojistas de Pomerode - CDL

· Colégio Sinodal Dr. Blumenau

· Igreja Evangélica Luterana do Brasil - Congregação São João

Comissão Eleitoral

Pomerode, 11 de Setembro de 2015.



# Porto União

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO 171/2015 - PREFEITURA

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 171/2015 – PREFEITURA

Partes: Município de Porto União e VS Suprimentos para Comunicação Visual Ltda.

Objeto: Aquisição de 40 (quarenta) rolos de vinil calandrado e 20 (vinte) rolos de película refletiva.

Valor Total: R\$ 21.120,00 (vinte e um mil cento e vinte reais).

Vigência: 12 (doze) meses.

Base legal: Pregão Presencial 069/2015 - PREFEITURA, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 25 de agosto de 2015.

Anízio de Souza.

Prefeito Municipal

VS Suprimentos para Comunicação Visual Ltda.

Contratada

### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 069/2015 - PREFEITURA

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 119/2015 – PREFEITURA

Pregão Presencial 069/2015

Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa

VS Suprimentos para Comunicação Visual Ltda.

Porto União SC, 25 de agosto de 2015.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

# Pouso Redondo

## PREFEITURA

### PORTARIA 131 A 135

PORTARIA Nº 131/2015 DE 11/09/2015

Exonera Servidor e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos:

RESOLVE:

Art. 1º — Exonerar o Servidor MARCELO BARBOSA DA SILVA, ocupante do cargo de ASSISTENTE DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES cargo comissionado, do Grupo Ocupacional 08- Secretaria municipal de esporte turismo e lazer, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo e demais legislações aplicáveis à espécie.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 11 de setembro de 2015.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 132/2015 DE 11/09/2015

Exonera Servidor e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos:

RESOLVE:

Art. 1º — Exonerar o Servidor NELSON JOSE DE SOUZA, ocupante do cargo de INTENDENTE DISTRITAL cargo comissionado, do Grupo Ocupacional 12- intendenças distritais, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo e demais legislações aplicáveis à espécie.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 11 de setembro de 2015.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 133/2015 DE 11/09/2015

Exonera Servidor e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos:

RESOLVE:

Art. 1º — Exonerar o Servidor AURINO SCHAEFER, ocupante do cargo de SECRETARIO DE AGRICULTURA PESCA E MEIO AMBIENTE cargo comissionado, do Grupo Ocupacional 09- secretaria municipal de agricultura pesca e meio ambiente, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo e demais legislações aplicáveis à espécie.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 11 de setembro de 2015.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 134/2015 DE 11/09/2015

Exonera Servidor e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos:

RESOLVE:

Art. 1º — Exonerar o Servidor ANTONIO IVORLI RODRIGUES DA SILVA, ocupante do cargo de SECRETARIO ADJUNTO DE ADMINISTRAÇÃO cargo comissionado, do Grupo Ocupacional 02- Secretaria de Administração, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo e demais legislações aplicáveis à espécie.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 11 de setembro de 2015.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 135/2015 DE 11/09/2015

Exonera Servidor e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos:

RESOLVE:

Art. 1º — Exonerar o Servidor SERGIO LUIZ FELIZARDO, ocupante do cargo de SECRETARIO DE ESPORTES, TURISMO E LAZER cargo comissionado, do Grupo Ocupacional 08- Secretaria municipal de esporte turismo e lazer, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo e demais legislações aplicáveis à espécie.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 11 de setembro de 2015.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

# Presidente Nereu

## PREFEITURA

### DECRETO 64/2015

DECRETO Nº 64/2015, de 03 de setembro de 2015.

Disciplina procedimentos a serem adotados pelos médicos e odontólogos vinculados a esta Secretaria de Saúde na prescrição de medicamentos e na solicitação de exames e procedimentos de saúde e estabelece outras providências.

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU - SC, no uso da atribuição privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO que o art. 196, da Constituição Federal dispõe que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação;

CONSIDERANDO que o art. 197 da Constituição Federal prevê que são de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado;

CONSIDERANDO que o §1º, do art. 2º, da Lei nº. 8.080/1990 dispõe que o dever do Estado de garantir a saúde consiste na formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos e no estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação;

CONSIDERANDO o art. 4º, da Lei nº. 8.080/1990, o qual prevê que constitui o Sistema Único de Saúde (SUS) o conjunto de ações e serviços de saúde prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da Administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público;

CONSIDERANDO o art. 6º, I, d, da Lei nº. 8.080/1990 que dispõe que estão incluídas ainda no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS) a execução de ações de assistência terapêutica integral, inclusive farmacêutica;

CONSIDERANDO que a lista de medicamentos elaborada pelo SUS constitui importante instrumento para aplicação e efetividade da concretização do acesso universal e igualitário à saúde, a qual deve ser respeitada pelos profissionais da saúde, salvo hipóteses justificadas por meio de laudo em que revele a sua ineficácia para o caso concreto;

CONSIDERANDO que o art. 3º, da Lei nº. 9.787/1999 prevê que as prescrições médicas e odontológicas de medicamentos, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, adotarão obrigatoriamente a Denominação Comum Brasileira (DCB) ou, na sua falta, a Denominação Comum Internacional (DCI);

CONSIDERANDO a linha "a", do art. 35, da Lei nº. 5.991/73 prevê que somente será aviaada a receita que estiver escrita a tinta, em vernáculo, por extenso e de modo legível, observados a nomenclatura e o sistema de pesos e medidas oficiais;

CONSIDERANDO que os profissionais de saúde - médicos e odontólogos - vinculados a este Município estão submetidos às normas que regem a Administração Pública, devendo cumpri-las, sob pena de incorrer em violação à dever funcional, após o regular devido processo legal;

#### DECRETA:

Art. 1º Os médicos e os odontólogos vinculados a esta Secretaria Municipal de Saúde e estes profissionais credenciados pelos Município, sempre que estiverem no exercício de suas atribuições funcionais, devem prescrever medicamentos, solicitar exames e procedimentos de saúde nos termos das políticas públicas, das listas padronizadas e dos Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas (PCDTs) do Sistema Único de Saúde (SUS).

§1º. No caso de o médico ou o odontólogo necessitar prescrever medicamentos, solicitar exames e procedimentos de saúde diversos dos disponíveis nas políticas públicas, das listas padronizadas e nos PCDTs do SUS, deverá ser apresentada justificativa técnica que demonstre a inadequação, a ineficiência ou a insuficiência da prescrição daquele tratamento de saúde padronizado para o caso concreto.

§2º Para a prescrição de medicamentos, os médicos e os odontólogos, credenciados ou vinculados à Secretaria de Saúde, deverão ainda:

I – adotar obrigatoriamente a Denominação Comum Brasileira (DCB) ou, na sua falta, a Denominação Comum Internacional (DCI), constando o nome do princípio ativo e, quando pertinente, o nome de referência da substância;

II – emitir receita em vernáculo, por extenso e de modo legível, observados a nomenclatura e o sistema de pesos e medidas oficiais.

§ 3º A justificativa técnica de que trata o §1º deste artigo:

I – não eximirá o servidor público da obrigação de informar a respeito:

a) do potencial dos serviços públicos de saúde; e

b) da referência expressa do tratamento disponível no SUS para a patologia diagnosticada;

Art. 2º Fica revogado o Decreto 52/2015, de 18 de agosto de 2015.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Presidente Nereu, 03 de setembro de 2015.

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI  
PREFEITO MUNICIPAL

**RESULTADO DO PREGÃO 38/2015 DE AQUISIÇÃO E SERRAGEM DE MADEIRA**  
PUBLICAÇÃO DO RESULTADO DE LICITAÇÃO

O Prefeito Municipal Antonio Francisco Comandoli, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

Publicar o resultado do processo de licitação Pregão - 38/2015, consoante ata de julgamento.

SERVIÇOS DE SERRAGEM DE MADEIRA E AQUISIÇÃO DE PRANCHAS DE MADEIRA DE EUCALIPTO PARA O MUNICIPIO DE PRES.NEREU

Fornecedores e Itens Vencedores:

Fornecedor	Item	Quantidade	Unidade	Preço Unitário	Preço Total
JOAO DA SILVA O MARCENEIRO ME	00001	150,00000	M3	100,0000	15.000,00
JOAO DA SILVA O MARCENEIRO ME	00002	500,00000	MT	60,0000	30.000,00
JOAO DA SILVA O MARCENEIRO ME	00003	150,00000	M3	500,0000	75.000,00

Assim autorizar a emissão das notas de empenho correspondentes.

PRESIDENTE NEREU - SC, 11 de setembro de 2015  
ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI  
PREFEITO MUNICIPAL

# Rio do Sul

## PREFEITURA

**DECRETO Nº 4883, DE 31 DE AGOSTO DE 2015.**

DECRETO Nº 4883, de 31 de agosto de 2015.

“CONCEDE PENSÃO A SRA. JANE HELOIZA PEREIRA NUNES”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, usando das prerrogativas previstas no inciso VI, do Art. 37 da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o disposto no artigo 260 da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, inciso I do artigo 20 e seguintes da Lei Complementar nº 073/01 de 20/11/2001, letra “a” inciso II do Artigo 19 e seguintes do Decreto nº 119/02 de 21/03/2002 e § 7º do artigo 40 da Constituição Federal, DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido a partir de 01 de Julho de 2015, pensão por morte à Sra. Jane Heloiza Pereira Nunes, brasileira, portadora do CPF nº 563.647.339-72, domiciliada e residente na Avenida Brasil, 1521, Centro, Balneário Camboriú/SC, na qualidade de companheira, em virtude do falecimento do Sr. Walter Muller Neto, servidor público municipal inativo, ocupante do cargo de Médico Pediatra, masculino, nível H-1.

Art. 2º - Em conformidade com o Art. 40, § 7º, inciso II da CF/88 com a redação dada pela EC. nº 41/2003, a pensão corresponderá a totalidade da remuneração do servidor falecido em 01/07/2015.

Art. 3º - Os proventos da pensão serão revistos pelo índice e na data do reajuste dos benefícios vinculados ao Regime Geral da Previdência Social

Art. 4º - A presente concessão é efetivada em caráter precário, haja vista a necessidade de registro e homologação no Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

31 de agosto de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA

Secretaria Municipal de Administração

Pregão Presencial para Registro de Preços nº 084/2015 - SMO, de 13.08.2015, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor dos licitantes:

- AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

01 de setembro de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

CARISO SAVIO GIACOMINI

Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos

ANEXO AO DECRETO Nº 4894/2015.

Pregão Presencial para Registro de Preços nº 084/2015 de 13.08.2015.

Objeto da Licitação: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE CESTAS BÁSICAS PARA ATENDER O PESSOAL LOTADO NO PEAD. SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS.

Participantes:

- AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP;

- SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXP. E IMP. LTDA.

Decisão: Pelo critério menor preço o Pregoeiro declarou vencedor o licitante:

- AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP.

**DECRETO Nº 4894, DE 01 DE SETEMBRO DE 2015.**

DECRETO Nº 4894, de 01 de setembro de 2015.

“HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS 084/2015-SMO.”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores:

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado de acordo com o parecer do Pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 4458/2014, o resultado do

**JESSICA MARTINS HOLDORF - 6º TERMO ADITIVO**

6º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 158/2015, firmado em 02/02/2015, com término previsto para 21/09/2015. O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JESSICA MARTINS HOLDORF, portador(a) do CPF nº 078.803.269-01, na qualidade de Contratado(a), celebram o 6º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 158/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 158/2015, iniciando-se a prorrogação em 22/09/2015 e encerrando-se em 09/10/2015." Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 18/09/2015.

GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração

JESSICA MARTINS HOLDORF  
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:  
CPF:

Nome:  
CPF:

**MARCIA APARECIDA RIZZO - 4º TERMO ADITIVO**

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 270/2015, firmado em 08/04/2015, com término previsto para 14/09/2015. O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MARCIA APARECIDA RIZZO, portador(a) do CPF nº 023.206.729-58, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 270/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 270/2015, iniciando-se a prorrogação em 15/09/2015 e encerrando-se em 30/09/2015." Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 11/09/2015.

GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração

MARCIA APARECIDA RIZZO  
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:  
CPF:

Nome:  
CPF:

**MARILISE SCHWARTZ - 6º TERMO ADITIVO**

6º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 151/2015, firmado em 02/02/2015, com término previsto para 08/09/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MARILISE SCHWARTZ, portador(a) do CPF nº 022.824.579-60, na qualidade de Contratado(a), celebram o 6º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 151/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 151/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/09/2015 e encerrando-se em 09/10/2015." Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 04/09/2015.

GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração

MARILISE SCHWARTZ  
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:  
CPF:

Nome:  
CPF:



**PORTARIA Nº 0705/RH**

PORTARIA Nº. 0705/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art.1º Remover para a Secretaria Municipal da Fazenda, a partir de 14/09/2015, a servidora DÉBORA ROIWAS, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo, nível "E", lotada na Secretaria Municipal de Administração, em conformidade com o Art. 41, inciso II, da Lei Complementar n. 207, de 28 de setembro de 2011 e alterações posteriores.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 10 de setembro de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Dr

Rio do Sul/SC, 02 de setembro de 2015.

MARIA HELENA ZIMMERMANN

Gestora do Fundo Municipal  
de Assistência Social de Rio do Sul

**PORTARIA Nº 0705/RH**

PORTARIA Nº. 0705/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art.1º Remover para a Secretaria Municipal da Fazenda, a partir de 14/09/2015, a servidora DÉBORA ROIWAS, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo, nível "E", lotada na Secretaria Municipal de Administração, em conformidade com o Art. 41, inciso II, da Lei Complementar n. 207, de 28 de setembro de 2011 e alterações posteriores.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 10 de setembro de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Dr

**RESUMO DO CONTRATO 009/2015-FMAS**

RESUMO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 009/2015 FMAS

Contratante: Fundo Municipal de Assistência Social de Rio do Sul - SC

Contratada: Maristela Batista Pereira de Souza

Objeto: Serviços de engenharia referente à elaboração de projeto estrutural de muro de contenção, orçamento, cronograma físico financeiro, memorial descritivo, fiscalização da execução, bem como emissão de ART, para construção de novo muro de contenção no CRAS do bairro Santa Rita (rua Eugênio Marchi, s/n, bairro Santa Rita), com uma área estimada de 25 X 2 metros.

Valor: R\$ 5.800,00 (cinco mil e oitocentos reais)

Prazo de Execução: 15 (quinze) dias corridos

Condições de Pagamento: até 30 (trinta) dias, a partir da entrega do objeto e emissão da nota fiscal.

Recurso: Proteção Social Básica Estadual

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

**ROSEMERI DOS SANTOS FERNANDES - 10º TERMO ADITIVO**

10º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 192/2014, firmado em 07/02/2014, com término previsto para 30/09/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ROSEMERI DOS SANTOS FERNANDES, portador(a) do CPF nº 043.039.009-23, na qualidade de Contratado(a), celebram o 10º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 192/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto  
Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 192/2014, iniciando-se a prorrogação em 01/10/2015 e encerrando-se em 23/12/2015." Cláusula Segunda - Da Ratificação  
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 29/09/2015.

GIVANILDO SILVA Secretário Municipal de Administração	ROSEMERI DOS SANTOS FERNANDES Contratado(a)
--	--

Testemunhas:

Nome: CPF:	Nome: CPF:
---------------	---------------

**TERMO DE CONVOCAÇÃO - CONCURSO Nº 001/2015 - DIEGO JACOMINI****TERMO DE CONVOCAÇÃO**

Senhor(a) DIEGO JACOMINI, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S<sup>a</sup>., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 001/2015, homologado através do Decreto nº 4797 de 07/07/2015 e suas retificações posteriores. (Cargo de PROFESSOR INFORMÁTICA – 40 HORAS).

Salientamos que V. S<sup>a</sup> foi nomeado (a) através da Portaria n. 0704/RH, publicada em 11/09/2015. Conforme § 1.º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 207/2010, V. S<sup>a</sup> deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo	Exames necessários
Professor Pedagogo	1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUMNA LOMBO-SACRA; 5. ECG (acima 40 anos); 6. CREATININA; 7. LAUDO DO PSIQUIATRA; 8. RX DE BACIA.

Rio do Sul, 11 de setembro de 2015.

Departamento de Recursos Humanos  
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA Nº 861/2015**

PORTARIA Nº 861, DE 11 DE SETEMBRO DE 2015

Concede ausência ao serviço ao servidor Leonardo Simon Rutzen

O DIRETOR GERAL DA CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO SUL, Estado de Santa Catarina, usando da competência estabelecida pela Portaria nº 820, de 2 de fevereiro de 2015, resolve:

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica concedida a ausência ao serviço, por cinco dias úteis, a partir de 14 de setembro do corrente ano, ao servidor Leonardo Simon Rutzen, Técnico Legislativo – Área Legislativa da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, em virtude de casamento contraído no dia 11 de setembro de 2015, de acordo com o artigo 150, inciso III, da Lei Complementar nº 207, de 28 de setembro de 2010 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 11 de setembro de 2015.

GIOVANI NASCIMENTO

Diretor Geral

THAYNÁ FIAMONCINI

Diretora Administrativa

**PORTARIA Nº 862/2015**

PORTARIA Nº 862, DE 11 DE SETEMBRO DE 2015

Autoriza o Gozo de Férias ao Servidor Leonardo Simon Rutzen

O DIRETOR GERAL DA CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO SUL, Estado de Santa Catarina, usando da competência estabelecida pela Portaria nº 820, de 2 de fevereiro de 2015, resolve:

Art. 1º Fica autorizado o gozo de férias, do dia 21 de setembro a 10 de outubro de 2015, ao servidor Leonardo Simon Rutzen, Técnico Legislativo – Área Legislativa da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, referente ao período 2014– 2015, de acordo com a Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2º De acordo com o que estabelece o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais fica convertido o período de 11 a 20 de outubro de 2015 em abono pecuniário.

Art. 3º O gozo dos benefícios acima descritos estarão contemplados com as vantagens estabelecidas no art. 110 da Lei Complementar nº 207/2010, combinado com o Artigo 7º, inciso XVII da Constituição Federal.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 11 de setembro de 2015.

GIOVANI NASCIMENTO

Diretor Geral

THAYNÁ FIAMONCINI

Diretora Administrativa

**PORTARIA Nº 863/2015**

PORTARIA Nº 863, DE 11 DE SETEMBRO DE 2015

Altera o art. 1º da Portaria nº 818, de 05 de janeiro de 2015, que “Nomeia membros para compor Comissão Permanente de Sindicância”.

O DIRETOR GERAL DA CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO SUL, Estado de Santa Catarina, usando da competência estabelecida pela Portaria nº 820, de 2 de fevereiro de 2015, resolve:

Art. 1º Fica alterado o art. 1º da Portaria nº 818, de 05 de janeiro de 2015, que “Nomeia membros para compor Comissão Permanente de Sindicância”, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Em conformidade ao artigo 181 da Lei Complementar nº 207, de 28 de setembro de 2010, ficam nomeados para compor Comissão Especial Permanente de Sindicância, como titulares, os servidores Juliana Eleutério Carvalho, Heliana Duarte Prim e Roberto Andrade Bastos, e como membro suplente, fica nomeada a servidora Thayná Fiamoncini.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 11 de setembro de 2015.

GIOVANI NASCIMENTO

Diretor Geral

THAYNÁ FIAMONCINI

Diretora Administrativa

**PORTARIA Nº 864/2015**

PORTARIA Nº 864, DE 11 DE SETEMBRO DE 2015

Altera o artigo 2º da Portaria nº 849, de 08 de julho de 2015, que “Nomeia o Pregoeiro Oficial da Câmara Municipal e Equipe de Apoio”.

O DIRETOR GERAL DA CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO SUL, Estado de Santa Catarina, usando da competência estabelecida pela Portaria nº 820, de 2 de fevereiro de 2015, resolve:

Art. 1º Altera o art. 2º da Portaria nº 849, de 08 de julho de 2015, que “nomeia o Pregoeiro Oficial da Câmara Municipal e Equipe de Apoio”, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º Em conformidade ao artigo 103 da Lei Complementar nº 207, de 28 de setembro de 2010, ficam nomeados como membros da Equipe de Apoio, os servidores Roberto Andrade Bastos, Luis Fernando Schweder e Fernando Guedes, e como membro suplente, fica nomeado o servidor Leonardo Simon Rutzen”.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 11 de setembro de 2015.

GIOVANI NASCIMENTO

Diretor Geral

THAYNÁ FIAMONCINI

Diretora Administrativa

**RESOLUÇÃO Nº 821, DE 11 DE SETEMBRO DE 2015**

RESOLUÇÃO Nº 821, DE 11 DE SETEMBRO DE 2015

Autoriza pagamento de uma e meia diária e indenização de transporte a vereadoras e assessora parlamentar.

A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições regimentais, etc...

Art. 1º Fica autorizado o pagamento de uma e meia diária às vereadoras Zeli da Silva e Bárbara Kirsten, no valor de R\$ 464,43 (quatrocentos e sessenta e quatro reais e quarenta e três centavos), cada, e à Assessora Parlamentar Márcia Vignoli no valor de R\$ 356,62 (trezentos e cinquenta e seis reais e sessenta e dois centavos), para participarem do Seminário Municipal de Agentes Políticos – SEMAP, a ser realizado nos dias 24 e 25 de setembro do corrente ano, tendo como local o Auditório da Câmara de Vereadores da cidade de Lages – SC.

Art. 2º A indenização de transporte, em veículo próprio, no trecho compreendido entre o município de Rio do Sul e a cidade de Lages, será ressarcida de acordo com o que regulamenta a Resolução nº 588, de 05 de outubro de 2010.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Resolução correrão por conta de dotação própria do orçamento vigente.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 11 de setembro de 2015.

JEFERSON ALEXANDRE VIEIRA  
Presidente da MesaZELI DA SILVA  
Vice-PresidentePDIONÍSIO MAÇANEIRO  
1º SecretárioMÁRIO MIGUEL  
2º Secretário

# Salto Veloso

## PREFEITURA

### CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR - EDITAL 001/2015 - TESTE SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2015

EDITAL 001/2015 - TESTE SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO VELOSO, Estado de Santa Catarina, Claudemir Cesca, no uso de suas atribuições legais, torna público a classificação preliminar do Teste Seletivo Simplificado, Edital nº 001/2015:

1 – Os recursos contra a classificação preliminar e o resultado da prova prática poderão ser interpostos nos dias 14 e 15 de setembro de 2015, de acordo com o edital.

CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR

CARGO: ATENDENTE DE CRECHE

NOME	DATA DE NASCIMENTO	NPE	PONTUAÇÃO FINAL
SARA CRISTINA PAGANINI	09/11/1985	7,5	7,5
SIDIANE LEITE	05/07/1987	7,5	7,5
BARBARA TESSOLDI LIDANI	24/11/1982	7,0	7,0
ANDRÉIA SCHWANTZ DOS SANTOS	15/02/1989	7,0	7,0
SILVANIA DE CAMARGO DOS SANTOS	21/04/1980	6,0	6,0
SUSANA ABATI	25/05/1986	6,0	6,0
CAMILA DONADEL	20/03/1992	5,5	5,5
DENISE NATALLI CHAVES RODRIGUES	25/12/1993	5,5	5,5
JUCILENE MARIA FAVARIN	15/03/1973	5,0	5,0
SUZANA MOREIRA	24/08/1990	5,0	5,0
GABRIELA MAGRO	15/09/1997	5,0	5,0
JERUSA COSTA	11/12/1978	4,5	4,5
GISIANE BIAVA	06/05/1986	4,5	4,5
SABRINA SCHAEFFER	06/05/1996	4,5	4,5
RENATA DE OLIVEIRA	19/04/1997	4,5	4,5
JESSICA NESI	27/06/1991	4,0	4,0
JULIANA DOS SANTOS	25/02/1996	4,0	4,0
DEBORA BENINCA	10/02/1991	3,0	3,0

CARGO: AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

NOME	DATA DE NASCIMENTO	NPE	NPP	PONTUAÇÃO FINAL
MARCIMONE ADRIANA DEVALIERI	20/09/1976	5,0	7,5	12,5
ALESSANDRA APARECIDA RITA	26/12/1996	6,5	5,75	12,25
SHEILA CRISTINA RHODEN	20/10/1976	5,0	6,5	11,5

CARGO: AUXILIAR DE LIMPEZA

NOME	DATA DE NASCIMENTO	NPE	NPP	PONTUAÇÃO FINAL
IVONE CAMARGO DE ANDRADE	02/12/1979	6,5	9,0	15,5
NÉLIS MOREIRA DE SANTANA	23/03/1987	7,5	7,5	15
CÁTIA DE MORAIS	06/02/1990	7,0	8,0	15
ELIANE RIBEIRO SANTOS	04/08/1972	5,0	9,0	14
GISELI CASSIA ALVES	24/10/1992	6,0	8,0	14
LUCIMARA CARNEIRO	02/12/1987	4,5	8,0	12,5
LUCI FÁTIMA SERIGHELLI	04/12/1966	3,5	7,5	11
MARIA EVA ANTUNES DE FREITAS	10/09/1962	0,0	7,0	7,0

CARGO: AUXILIAR DE LIMPEZA URBANA

NOME	DATA DE NASCIMENTO	NPE	NPP	PONTUAÇÃO FINAL
EDSON JOSÉ PINTO DA SILVA	05/08/1975	9,5	8,5	18
FÁTIMA BARBOSA	14/10/1979	0,5	8,5	9,0
MARISTELA ALVES DOS SANTOS	06/10/1975	0,5	3,5	4,0

CARGO: MOTORISTA CLASSE II

NOME	DATA DE NASCIMENTO	NPE	NPP	PONTUAÇÃO FINAL
EDUARDO MAURÍCIO SONDA	13/11/1982	7,0	10,0	17
VICTOR AURELIO SIMIONI	06/08/1986	6,0	10,0	16
CARLOS ALEXANDRE DA ROCHA PORTO TADEU	03/10/1982	5,5	9,0	14,5
ADENILSON ANTÔNIO DOS SANTOS	26/09/1982	4,5	9,0	13,5
MARCOS ROBERTO FRIGO	22/06/1985	4,5	9,0	13,5

**CARGO: OPERADOR DE MÁQUINAS CLASSE I**

NOME	DATA DE NASCIMENTO	NPE	NPP	PONTUAÇÃO FINAL
VALDIR MAFIOLETTI	06/08/1957	6,5	9,0	15,5
GEFERSON COMERLATO	12/08/1993	6,0	9,5	15,5
LIRIO PEDROSO	17/04/1986	5,5	9,5	15
ALESSANDRO DE SOUZA	18/01/1988	5,0	5,5	10,5

**CARGO: OPERADOR DE MÁQUINAS CLASSE II**

NOME	DATA DE NASCIMENTO	NPE	NPP	PONTUAÇÃO FINAL
VILSO JOSÉ VENTURIN	21/08/1964	9,0	9,5	18,5
DARCI GEMELLI	07/09/1945	8,0	10,0	18
OZÉAS MOREIRA BRANCO	30/09/1973	8,0	8,5	16,5

**CARGO: OPERÁRIO BRAÇAL**

NOME	DATA DE NASCIMENTO	NPE	NPP	PONTUAÇÃO FINAL
ADAIR RAMOS	30/08/1976	10,0	10,0	20
ADRIANO DOS SANTOS	13/11/1984	8,5	9,0	17,5
FRANCISCO ALVES	03/08/1973	9,5	7,0	16,5

**CARGO: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL**

NOME	DATA DE NASCIMENTO	NPE	PROVA DE TÍTULOS	PONTUAÇÃO FINAL
ALINE SARTOREL	15/07/1990	7,5	1,5	9,0
REGINA LUCIA TELEGEN	21/11/1968	5,5	1,0	6,5
LUCINÉIA SULDOVSKI	12/02/1986	6,0	0,0	6,0
ARIANA PAULA MERGNER	18/06/1990	5,0	1,0	6,0
IZALETE AP. STEFFEN TOMAZI	31/01/1987	5,5	0,0	5,5
MARISA SCHNEIDER	12/06/1972	4,5	0,0	4,5
SANDRA CANONICA	20/06/1985	4,5	0,0	4,5
LÉIA REGINA BEHREND	24/06/1979	4,0	0,0	4,0

**CARGO: PROFESSOR DE INFORMÁTICA**

NOME	DATA DE NASCIMENTO	NPE	PROVA DE TÍTULOS	PONTUAÇÃO FINAL
MIGUEL CARLOS CORNELLI	10/04/1991	7,5	0,0	7,5

**CARGO: PROFESSOR DE SÉRIES FINAIS**

NOME	DATA DE NASCIMENTO	NPE	PROVA DE TÍTULOS	PONTUAÇÃO FINAL
ROSELI APARECIDA SONEGO	16/05/1973	6,0	0,0	6,0

**CARGO: PROFESSOR DE SÉRIES INICIAIS**

NOME	DATA DE NASCIMENTO	NPE	PROVA DE TÍTULOS	PONTUAÇÃO FINAL
CARLA CRISTINA LEGNANI	20/09/1992	5,0	0,0	5,0

Salto Veloso, 11 de setembro de 2015.

CLAUDEMIR CESCA  
PREFEITO MUNICIPAL



# Santa Terezinha do Progresso

## PREFEITURA

### **PORTARIA Nº 155/2015 LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**

PORTARIA Nº 155/2015

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

#### RESOLVE

Art. 1º. Fica concedida licença para tratamento de saúde pelo período de 60 dias, até 01/11/2015 ao Servidor Municipal, Senhor NOLCI ANTONIO MILANI, matrícula nº 8729/01, ocupante da função de ELETRICISTA .Em conformidade com a lei complementar nº 10 de dezembro de 2009.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor com efeitos retrativo de 03 de SETEMBRO de 2015.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 11 de Setembro de 2015.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ELISANGELA SASSI

DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS

MATRICULA Nº1300/5

# Santiago do Sul

## PREFEITURA

### **EDITAL DE CHAMAMENTO Nº006/2015-CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº006/2015  
CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em atendimento ao Art. 9º, 4º da Lei Complementar nº 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e de conformidade com a Lei Municipal nº 162/2001, de 23 de abril de 2001, convoca a população em geral, bem como todas as entidades civis organizadas, a participarem da Audiência Pública, para Demonstrar e Avaliar o Cumprimento das Metas Fiscais, referente o 2º (segundo) Quadrimestre de 2015, e Audiência Pública para Apresentação do Relatório de Gestão da Saúde referente ao 2º (segundo) Quadrimestre de 2015 em conformidade com o Art.36, § 5º da Lei Complementar nº141/2012 de 13 de Janeiro de 2012, no seguinte local, data e horário:

Local: Câmara Municipal de Vereadores

Rua Beira Rio, 747

Data: 24 de setembro de 2015

Horário: 18:00 horas

Santiago do Sul (SC), em 14 de setembro de 2015.

Volmir Antonio Sotille

Prefeito Municipal

# São Bento do Sul

## PREFEITURA

### AVISO DE HOMOLOGAÇÃO - CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 188/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 188/2015

A Secretaria de Planejamento e Urbanismo torna público a homologação do EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 188/2015, tendo como objeto: FORNECIMENTO DE MATERIAL, MÃO DE OBRA E DEMAIS OBRIGAÇÕES NECESSÁRIAS PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM, DRENAGEM PLUVIAL, SINALIZAÇÃO VIÁRIA, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E OBRAS COMPLEMENTARES DA RUA MATHIAS NOSSOL, BAIRRO SERRA ALTA, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PROJETOS E CONTRATO DA AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA - BADESC CIDADES - II Nº 2013030601, para à empresa: BRACOR CORRETORA DE SEGUROS LTDA, totalizando em R\$ 1.165.000,00.

São Bento do Sul, 11 de setembro de 2015.

CASSIO LUIZ ZSCHOERPER

Secretário de Planejamento e Urbanismo

### PORTARIAS/SEMED Nº 1815 A 1824/2015

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar as seguintes Portarias:

Portaria/SEMED nº 1815, de 03 de setembro de 2015. Concede Conclusão de Estágio Probatório. Leonir dos Passos Cielusinsky. Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 1816, de 03 de setembro de 2015. Concede Conclusão de Estágio Probatório. Josimeri Stiegler Sempticowski. Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 1817, de 03 de setembro de 2015. Concede Conclusão de Estágio Probatório. Simone Pereira Wolff. Auxiliar de Serviços.

Portaria/SEMED nº 1818, de 03 de setembro de 2015. Concede Prorrogação de Licença Maternidade. Josiane de Fátima Leandro Santos Rank. Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 1819, de 03 de setembro de 2015. Concede Prorrogação de Licença Maternidade. Gislaine Schade Weiss. Professor Anos Finais.

Portaria/SEMED nº 1820, de 03 de setembro de 2015. Concede Licença Prêmio. Regicler Drechsler Paszeuk. Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 1821, de 03 de setembro de 2015. Concede Licença Prêmio. Márcia Piske Streit. Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 1822, de 03 de setembro de 2015. Concede Licença Prêmio. Rosilene Mara Eiselt Tauscheck. Professor Anos Finais.

Portaria/SEMED nº 1823, de 03 de setembro de 2015. Concede Licença Prêmio. Eliane Cristina Rodrigues. Auxiliar de Serviços.

Portaria/SEMED nº 1824, de 10 de setembro de 2015. Concede Licença Prêmio. Eliane de Oliveira. Atendente Educativo.

ALCIONE TERESINHA HINKE

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

### RESULTADO DE JULGAMENTO - CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 188/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL

RESULTADO DE JULGAMENTO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 188/2015

A Secretaria de Planejamento e Urbanismo torna público o Resultado da Licitação do EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 188/2015, tendo como objeto: FORNECIMENTO DE MATERIAL, MÃO DE OBRA E DEMAIS OBRIGAÇÕES NECESSÁRIAS PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM, DRENAGEM PLUVIAL, SINALIZAÇÃO VIÁRIA, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E OBRAS COMPLEMENTARES DA RUA MATHIAS NOSSOL, BAIRRO SERRA ALTA, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PROJETOS E CONTRATO DA AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA - BADESC CIDADES - II Nº 2013030601, o qual a Comissão após analisar detalhadamente a proposta julgou vencedora a empresa: BRACOR CORRETORA DE SEGUROS LTDA.

São Bento do Sul, 11 de setembro de 2015.

CASSIO LUIZ ZSCHOERPER

Secretário de Planejamento e Urbanismo

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 011/2015**

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 011/2015

DA ESPÉCIE: Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 018/2013 firmado entre a Câmara Municipal de São Bento do Sul e Brasil Sul Serviços de Segurança Ltda, em 08 de setembro de 2013.

Considerando a previsão legal para alteração contratual, que tem como objeto Contratação de empresa de segurança, se faz necessária a majoração dos valores inicialmente contratados em R\$ 850,00 (oitocentos e cinquenta reais), em virtude de ampliação da segurança para vinte e quatro horas nos dias 11 a 13 de setembro de 2015. As demais cláusulas e condições previstas no contrato primitivo, firmado em 16 de outubro de 2013, permanecem inalterados.

São Bento do Sul, 08 de setembro de 2015.

EDIMAR GERALDO SALOMON – Presidente da Câmara Municipal de São Bento do Sul

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS – pela Empresa Contratada

---

**SAMAE - SÃO BENTO DO SUL**

---

**AVISO DE LICITAÇÃO Nº 62/2015**

Pregão Presencial nº 62/2015

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo Nº 62/2015

MENOR PREÇO GLOBAL

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Diretor Presidente, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até as 09:30 horas do dia 07 de outubro de 2015, em sua sede na Rua Marechal Floriano, nº 214, propostas para:

DO OBJETO: Contratação de serviços de rebobinamento de motores elétricos.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

(93) 3.3.90.39.00.00.00 – Setor de Abastecimento de Água – Exercício Vigente

(95) 3.3.90.39.00.00.00 – Setor de Coleta e Tratamento de Esgoto Sanitário – Exercício Vigente

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital Completo, no Departamento de Compras (Divisão de Suprimentos e Transporte), sede do SAMAE-SBS, no endereço acima especificado, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h30min às 17h00 ou através da internet no site: [www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao](http://www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao)

São Bento do Sul, 10 de setembro de 2015.

OSVALCIR PETERS

Diretor Presidente

# São Domingos

## PREFEITURA

### ADITIVO 057 CPL INFORMÁTICA

DADOS E TEXTO DO TERMO ADITIVO

MÊS/ANO: JULHO/2015

NÚMERO DO TERMO ADITIVO: SEGUNDO TERMO ADITIVO PREFE 057/2015 DE 23/07/2015

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 23/07/2015

DESCRIÇÃO: o objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA do contrato PREFE 040 DE 02/05/2014

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC 33076

CONTRATADO: CPL Assessoria e Desenvolvimento Ltda.

CPF/CNPJ: 00.462.389/0001-97

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 31/12/2015

### ADITIVO 061 SINALTEC PORTAL II PRAZO

DADOS E TEXTO DE TERMO ADITIVO

MÊS/ANO: AGOSTO/2015

TERCEIRO TERMO ADITIVO: PREFE N. 061 DE 13/08/2015

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 13/08/2015

LICITAÇÃO: Processo Licitatório n. 099/2014 Modalidade: Tomada de Preços n. 010/2014

DESCRIÇÃO: O objeto do presente termo aditivo consiste na alteração da Cláusula Terceira - Do Prazo do Contrato PREFE 073 de 07/10/2014.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC n. 33076

CONTRATADO: Sinaltec Tecnologia em Sinalização Ltda

CPF/CNPJ: 02.898.145/0001-87

DATA VENCIMENTO DO TERMO ADITIVO: 15/12/2015

### ADITIVO 064 CLARINE PROFESSOR CAPOEIRA PRAZO

DADOS E TEXTO DE TERMO ADITIVO

MÊS/ANO: AGOSTO/2015

SEGUNDO TERMO ADITIVO: PREFE N. 064 de 27/08/2015

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 27/08/2015

LICITAÇÃO: Processo Licitatório n. 025/2014 Modalidade: Tomada de Preços n. 002/2014

DESCRIÇÃO: O objeto do presente termo aditivo consiste na alteração da Cláusula Sétima - Do Prazo do Contrato PREFE 038 de 01/04/2014.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC n. 33076

CONTRATADO: Clarine Kuhlkamp MEI

CPF/CNPJ: 17.921.940/0001-16

DATA VENCIMENTO DO TERMO ADITIVO: 30/04/2016

**ADITIVO FMS 006 LAUDOS RADIOLÓGICOS - PRAZO**

DADOS E TEXTO DO TERMO ADITIVO

MÊS/ANO: JULHO/2015

NÚMERO DO TERMO ADITIVO: FMS N. 006 DE 28/07/2015

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 28/07/2015

LICITAÇÃO: Processo Licitatório n. 021/2012 Tomada de Preços n. 006/2012

DESCRIÇÃO: o objeto do presente termo aditivo consiste na alteração da Sexta do Contrato n. 009/2013.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC 33076

CONTRATADA: Centro de Diagnóstico por Imagem Ltda – EPP

CPF/CNPJ: 01.490.099/0001-10

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 30/05/2016

**ADITIVO FMS 007 BIGOLIN - UBS BAIRRO ESPERANÇA PRAZO**

DADOS E TEXTO DE TERMO ADITIVO

MÊS/ANO: AGOSTO/2015

TERMO ADITIVO: FMS N. 007 DE 11/08/2015- 3º Termo Aditivo ao Contrato FMS N. 001 DE 28 DE JANEIRO DE 2015.

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 11/08/2015

LICITAÇÃO: Processo FMS N. 039/2015 – Tomada De Preços FMS N. 006/2015

DESCRIÇÃO: O objeto do presente termo aditivo consiste na alteração da CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PRAZOS.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: LUIZ HENRIQUE MASETO ZANOVELLO OAB/SC 33076

CONTRATADO: CONSTUTORA E INCORPORADORA BIGOLIN LTDA

CNPJ sob n. 14.494.057/0001-07

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 13/11/2015

**ADITIVO FMS 008 DR. ROGÉRIO PRAZO**

DADOS E TEXTO DO TERMO ADITIVO

MÊS/ANO: AGOSTO/2015

NÚMERO DO TERMO ADITIVO: FMS N. 008 de 26/08/2015 (7º termo aditivo ao contrato FMS n. 010, de 26 de março de 2012).

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 26/08/2015

LICITAÇÃO: Processo Licitatório n. 006/2012 Tomada de Preços n. 001/2012

DESCRIÇÃO: o objeto do presente termo aditivo consiste na alteração da Cláusula Sexta - Do Prazo do Contrato n. 010/2012

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC 33076

CONTRATADA: CLINICA DE DIAGNOSTICO SCARIOTI &amp; LONGO LTDA

CPF/CNPJ: 07.100.523/0001-59

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 30/04/2016



**CONT. FMS N. 007 IRONDI BITTENCOURT MARTINS ME - EMERGENCIAL**

DADOS E TEXTO DE CONTRATO

MÊS/ANO: AGOSTO/2015

NÚMERO CONTRATO: FMS n. 007 DE 07/08/2015

VALOR MENSAL DO CONTRATO: R\$ 37.000,00 (trinta e sete mil reais) mensais.

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 07/08/2015

DESCRIÇÃO: CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE EMPRESA PARA DISPONIBILIZAÇÃO DE DOIS MÉDICOS CLÍNICOS GERAIS.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC 33076

CONTRATADO: IRONDI BITTENCOURT MARTINS CLINICA EIRELI ME

CNPJ n. 21.589.709/0001-44

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 07/10/2015

**POR 1826 DE 21 08 15 CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL MARLI RIBEIRO DOS SANTOS**

PORTARIA Nº 1826, DE 21 DE AGOSTO DE 2015.

Concede férias a servidora pública municipal, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município; de 28/09/1990; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; pela Lei Complementar nº 0045, de 06/11/2012 atualizada; Lei Complementar 0042, de 04/04/2012 atualizada;

· Considerando requerimento protocolado junto ao Setor de Pessoal;

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido FÉRIAS a servidora pública municipal, conforme segue:

SERVIDORES	CARGO	PERIODO AQUISITIVO	DIAS	GOZO
Marli Ribeiro dos Santos	Coordenadora de Programas	25/02/13 a 24/02/14	30	24/08/15 a 22/09/15

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 21 de agosto de 2015.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretário de Administração e Fazenda

**POR 1834 DE 01 09 15 CONCEDE VH 20% RENATO CAMERA**

PORTARIA Nº 1834, DE 01 DE SETEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre a concessão de Vantagem Horizontal ao servidor público municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal, de 28/09/90; pela Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/08, atualizada; pela Lei Complementar Municipal nº 0042 de 04/04/12, pela Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/12, e:

· Considerando a demanda dos serviços da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos;

· Considerando os diversos serviços realizados pela secretaria tanto na área rural quanto na área urbana do município;

· Considerando que a Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Públicos organiza mais de uma equipe de trabalho para desenvolver os trabalhos no interior do município;

· Considerando a necessidade de designar servidor responsável pela organização e coordenação de cada equipe;

· Considerando a solicitação do Secretário Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos Odilnei Guadagnin;

RESOLVE:

Art. 1º Fica designado o servidor público municipal Renato Camera, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, para auxiliar na coordenação das equipes de trabalho no interior do município, bem como os demais serviços da secretaria.

Parágrafo único. Em vista do disposto acima fica concedida vantagem horizontal na ordem de 20% (vinte por cento), a ser calculada sobre o vencimento básico do cargo a partir desta data.

Art. 2º As despesas provenientes do cumprimento desta portaria, correrão por conta das dotações constantes no orçamento geral do município.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 01 de setembro de 2015.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz  
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

**TERMO DE PERMISSÃO DE USO A TÍTULO PRECÁRIO - BOTIJÕES CRIOGÊNICOS - GRUPO 13**

ANEXO - DADOS E TEXTO DE CONTRATO

MÊS/ANO: SETEMBRO/2015

DESCRIÇÃO: Permissão de uso a título precário de um Botijão Criogênico, modelo YDS – 20, marca Cryofarm, capacidade para no mínimo 600 (seiscentas) doses de sêmen e uma régua para medir quantidade de nitrogênio de propriedade do Município de São Domingos, registrado como patrimônio público municipal sob o nº 05858.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Zanovello/Assessor Jurídico/OAB/SC 33.076

PERMITENTE: Município de São Domingos

PERMISSIONÁRIOS: Grupo de Agricultores Familiares, formado pelos senhores: Gilmar José Bolzan, Cladir Rottava e Valdemir Bolzan.

**TERMO DE PERMISSÃO DE USO A TÍTULO PRECÁRIO - BOTIJÕES CRIOGÊNICOS - GRUPO 29**

ANEXO - DADOS E TEXTO DE CONTRATO

MÊS/ANO: SETEMBRO/2015

DESCRIÇÃO: Permissão de uso a título precário de um Botijão Criogênico, modelo YDS – 20, marca Cryofarm, capacidade para no mínimo 600 (seiscentas) doses de sêmen e uma régua para medir quantidade de nitrogênio de propriedade do Município de São Domingos, registrado como patrimônio público municipal sob o nº 05874.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Zanovello/Assessor Jurídico/OAB/SC 33.076

PERMITENTE: Município de São Domingos

PERMISSIONÁRIOS: Grupo de Agricultores Familiares, formado pelos senhores: Izeldo Galetti, Neide Brena Karasek e Ivar Scatolin Debas-tiani.

**TERMO DE PERMISSÃO DE USO A TÍTULO PRECÁRIO - BOTIJÕES CRIOGÊNICOS - GRUPO 30**

ANEXO - DADOS E TEXTO DE CONTRATO

MÊS/ANO: SETEMBRO/2015

DESCRIÇÃO: Permissão de uso a título precário de um Botijão Criogênico, modelo YDS – 20, marca Cryofarm, capacidade para no mínimo 600 (seiscentas) doses de sêmen e uma régua para medir quantidade de nitrogênio de propriedade do Município de São Domingos, registrado como patrimônio público municipal sob o nº 05875.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Zanovello/Assessor Jurídico/OAB/SC 33.076

PERMITENTE: Município de São Domingos

PERMISSIONÁRIOS: Grupo de Agricultores Familiares, formado pelos senhores: Márcio Camera, José Andreola, Jucimar Betoni e Ornei Jose Bettin.

# São João do Oeste

## PREFEITURA

**DISPENSA Nº 33/2015**

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 33/2015

PARTES: Município de São João do Oeste e LAO- Industria- LTDA

ORIGEM: Processo licitatório nº 125/2015

OBJETO: "Aquisição de Macromedidores."

PREÇO: R\$ 5.137,88

VIGÊNCIA: 11.09.2015 até 30.09.2015

São João do Oeste – 11 de Setembro de 2015

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal.

**PP 26/2015-FMAS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2015- EXCLUSIVO PARA EMPRESAS MPES (MEI, ME E EPP)

OBJETO: O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL para a aquisição de produtos alimentícios para a manutenção das atividades do Setor da Terceira Idade, do município de São João do Oeste.

Tipo: menor preço por item.

Recebimento dos envelopes da proposta e documentos até as 09:00 horas do dia 24 de setembro de 2015 e julgamento no mesmo dia e horário na Prefeitura Municipal. Maiores informações e cópia do edital junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste e ou pelo fone (49) 3636.1122 no horário de expediente. São João do Oeste, SC, 11 de setembro de 2015.

SÉRGIO LUIS THEISEN – PREFEITO MUNICIPAL.

# São João do Sul

## PREFEITURA

### LEI N.º 1.757 DE 10 DE SETEMBRO DE 2015

LEI N.º 1.757 DE 10 DE SETEMBRO DE 2015

Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a firmar Termo de Permissão de Uso de Bem Móvel com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São João do Sul, e dá outras providências.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a permitir em favor do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São João do Sul, inscrito no CNPJ sob o nº. 82.547.159/0001-95, o direito de uso de 01 (uma) Colhedora de Milho/Cereais, modelo -390, marca JUMIL, pelo prazo de 20 (vinte) anos.

Art. 2º - A manutenção do referido bem móvel será de inteira responsabilidade do ente permissionário.

Art. 3º - O referido bem móvel será de uso dos associados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais e demais agricultores do Município de São João do Sul.

Art. 4º - A Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca será responsável pela fiscalização e acompanhamento do ente permissionário, quanto ao cumprimento das normas estabelecidas na presente Lei.

§ 1º - Para fins de fiscalização, a Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca fica autorizada a solicitar, junto ao ente permissionário, informações e relatórios dos serviços prestados.

§ 2º - Quando solicitado, o ente permissionário fará prestação de contas à Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca, através de relatórios, demonstrando gastos com manutenção dos equipamentos, receitas advindas do uso do equipamento e demais informações que forem solicitadas.

§ 3º - É vedado ao permissionário dar destinação distinta ao bem dado em permissão, daquela prevista no art. 3º, bem como a transferência da permissão no todo ou em parte, casos em que será revogada a presente autorização com a devolução imediata do bem ao permitente.

Art. 5º - O permissionário deverá restituir o bem, ao término do prazo estabelecido no Termo de Permissão de Uso de Bem Móvel, em perfeito estado de conservação, constante no Termo de Recebimento, depois de realizada a devida conferência no bem móvel e seu estado de conservação pelo permitente.

Art. 6º - O bem deverá ser segurado, na sua totalidade, inclusive contra terceiros e dano moral, no período de vigência do Termo de Permissão de Uso, por conta exclusiva do ente cessionário.

Art. 7º - Constitui parte integrante desta Lei, na forma de Anexo, Minuta do Termo de Permissão de Uso de Bem Móvel.

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,  
em 10 de setembro de 2015.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

Publicada e registrada nesta Secretaria aos dez dias do mês de setembro do ano de dois mil e quinze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER  
Secretária Municipal de Administração

# São Joaquim

## PREFEITURA

### ERRATA TP 04/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM

ERRATA

PROCESSO Nº 107/2015 (Publicado no DOM Edição nº 1825 pág. 543 do dia 11/09/2015)

OBJETO: OBJETO: Adequação e Reforma da Praça João Ribeiro em São Joaquim SC

Onde se lê : recursos a serem utilizados são do contrato de Repasse nº 1011640-65/2013 firmado entre a Prefeitura e o Governo do Estado de SC

Leia-se : recursos a serem utilizados são do contrato de Repasse nº 1011640-65/2013 firmado entre a Prefeitura e o Governo Federal  
A Comissão

### NOTAS PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

NOTAS E CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA

AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS / MERENDEIRA - 40H				
Class.	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	TS
1	109235	Elza Dos Santos	20/10/1965	5,28
2	110174	Oralice Santos De Oliveira Godinho	23/03/1974	3,36
3	109548	Edneia Nazare Borges Velasco	24/12/1973	2,48
4	108309	Josiane Lehmkuhl	12/02/1986	0,64
5	107951	Tatiane De Fatima Iendras	01/07/1981	0,32
6	108513	Dioni Goulart Lotin	22/10/1973	0,00
7	108326	Cristina Aparecida Amaral Santos	06/07/1980	0,00
8	110711	Cristina Luciano Borges	03/12/1985	0,00
9	110163	Franciane Iung Andre	30/07/1992	0,00

AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS / SERVENTE - 40H				
Class.	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	TS
1	108414	Lenita De Fatima Sousa Diel	20/05/1967	3,36
2	109769	Lidiane Polli	02/02/1976	3,28
3	110704	Maria Costa Lima	13/09/1969	2,48
4	109776	Ana Maria Marafigo	02/08/1981	0,88
5	109773	Michele Cassao Muniz	11/03/1987	0,48
6	110339	Jose Waltrick	20/06/1950	0,00
7	109988	Nair Mattos De Souza	10/05/1959	0,00
8	110656	Idone De Souza Gualberto	01/05/1967	0,00
9	110757	Jucara Dos Santos	27/01/1972	0,00
10	110330	Vanda Aparecida Da Silva	27/09/1974	0,00
11	110732	Vanessa Izidora Ribeiro	05/03/1982	0,00
12	109714	Patricia Aparecida Antunes	16/05/1988	0,00
13	107769	Vanessa Elisete Rotta	19/08/1990	0,00
14	110270	Lucas Lima Dos Santos	04/02/1997	0,00

2º PROFESSOR - 20H				
Class.	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	PT
1	108521	Leonor Serafim De Souza Nunes	14/06/1969	8,00
2	109134	Rosimeri Da Cruz Pereira	24/11/1978	8,00
3	107992	Veronica Rodrigues Borges	08/01/1980	5,70



## 2º PROFESSOR - 20H

Class.	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	PT
4	109022	Amelia Machado Vieira	20/09/1969	4,55
5	109031	Keila Maria Rodrigues Maciel	15/11/1992	3,60
6	110370	Ana Paula Dos Santos	20/05/1989	2,45
7	108456	Evanir Cequinell Do Amaral	02/08/1966	2,09
8	108464	Marines Iung Figueiredo	06/04/1992	2,00
9	108962	Neomar Nesi De Matos	28/05/1973	1,02
Rep.	110814	Larissa Alves Matos	13/11/1986	0,52
Rep.	107742	Clehydson Rubens Miranda De Carvalho	25/10/1993	0,00
Rep.	108386	Rafael Ribas Da Silva	06/01/1997	0,00

## PROF. AEE - 20H

Class.	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	PT
1	109715	Graziela Raizer Da Cruz	14/05/1990	2,10
2	109708	Patricia Camargo Palma	07/06/1974	2,00
3	109014	Mariela Taina De Jesus	16/11/1984	2,00

## PROF. ANOS INICIAIS - 20H

Class.	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	PT
1	108539	Rita De Cassia Ribeiro	03/11/1968	8,00
2	107902	Beatriz Cristina Godoi Goulart Yamaguchi	09/06/1971	8,00
3	108465	Deiziane Padilha	19/04/1989	8,00
4	109384	Maria Rejane Feltrin Marca	19/09/1971	7,71
5	109632	Ana Maria Matos Do Amaral	15/08/1978	7,50
6	109146	Edna Soloi Da Rosa Azi	03/09/1974	7,00
7	107946	Cleumara Da Rosa	03/07/1981	6,05
8	109872	Luiza Cardoso De Oliveira Souza	03/01/1965	6,00
9	108504	Angelina Costa Linhares	27/01/1987	6,00
10	108497	Maria Gorete Garcia	24/11/1952	5,50
11	109532	Silvia Ribeiro De Liz Da Silva	14/03/1981	2,55
12	110556	Maria Adriana Da Silva	06/12/1972	2,25
13	109280	Luciana De Fatima Da Silva	29/04/1980	2,18
14	110079	Tatiani Fogaca Velho	23/01/1991	2,00
Rep.	108424	Paula Couto Duarte	31/10/1986	0,00
Rep.	110104	Milene Carvalho Fronza	18/02/1987	0,00
Rep.	110581	Lucimar Da Cruz Santos	23/04/1989	0,00

## PROF. ARTE - 10H

Class.	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	PT
1	108187	Andreia Ramos Flores	11/10/1969	6,84

## PROF. ARTE - 20H

Class.	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	PT
1	110253	Eliane Oliveira Nunes	13/09/1982	6,68
2	108117	Sandra Souza Nunes De Sa	05/04/1967	6,60
3	107867	Marcia Ribeiro	12/11/1978	6,00
4	110389	Erica De Souza Amaral	18/09/1983	6,00
5	108902	Lucia Denise Rosa Rodrigues	14/05/1982	5,20
6	108273	Sabrina Arcaro Matos	31/05/1984	4,33
7	109621	Liliane Leandro Machado	30/05/1988	3,50
8	110566	Rosemery Da Silva Melo	08/09/1981	2,39



## PROF. ARTE - 20H

Class.	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	PT
Rep.	107970	Rosane Vieira Barbosa	29/03/1970	0,00

## PROF. CIÊNCIAS - 20H

Class.	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	PT
1	108579	Denise Nunes Pereira	10/04/1990	8,00
2	108553	Adriana Aparecida Macedo	04/05/1974	7,90
3	109277	Jiciane Aguida Velho	05/04/1988	6,00
Rep.	108887	Ana Paula Picolo De Quadros	11/09/1989	0,00
Rep.	110873	Daniela Martins De Souza	27/03/1995	0,00
Rep.	108956	Lorena Aparecida Vieira Machado	08/10/1966	0,00
Rep.	109248	Maria Gomes De Oliveira	09/01/1990	0,00
Rep.	108939	Ulli Menezes De Sousa	29/11/1993	0,00

## PROF. EDUCAÇÃO FÍSICA - 20H

Class.	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	PT
1	110758	Adriana Pereira De Souza	16/03/1992	6,00
2	109546	Paulo Afonso Liz Da Silva	11/03/1992	4,61
3	108558	Maiane Viel	17/09/1994	4,00
4	108438	Cassiano Suhre Da Rosa	16/08/1994	1,49
Rep.	108138	Adrieli Costa Martins	08/04/1992	0,69
Rep.	108249	Mirna Pereira Mattos	16/04/1984	0,10
Rep.	110472	Cezar Augusto Ferreira Pereira	05/09/1985	0,00
Rep.	110387	Guilherme Souza Santos	30/04/1991	0,00
Rep.	110643	Jose Cristovao Da Cruz Filho	13/10/1992	0,00
Rep.	109352	Sandro Krauzer Alano	09/05/1996	0,00

## PROF. EDUCAÇÃO INFANTIL - 30H

Class.	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	PT
1	109446	Maria Helena Nunes Ribeiro	05/12/1961	8,00
2	109149	Gleci Terezinha Dos Santos	13/02/1963	8,00
3	109953	Cleide Elise Souza Waltrick Vieira	23/03/1970	8,00
4	109707	Marli Pereira Cardoso	04/11/1970	8,00
5	110823	Neura Mara Dos Santos	12/05/1974	8,00
6	109040	Edimara Borges De Oliveira	04/05/1978	8,00
7	110113	Marcia Bittencourt Oliveira	21/06/1978	8,00
8	109123	Cleonir Teresinha Do Nascimento Nunes	23/12/1978	8,00
9	109766	Sonia Lara Borges	15/08/1979	8,00
10	109726	Viviane Pereira Da Silva	11/04/1986	8,00
11	107926	Marlise Padilha Nesi	18/01/1993	8,00
12	107757	Elizandra Da Silva Pereira	20/03/1980	4,04
13	110764	Vicencia Rodrigues Da Silva	22/02/1957	4,00
14	107785	Eliana Oliveira Da Silva	12/05/1983	3,75
15	109806	Rosileni Figueiredo Amaral	03/10/1979	3,00
16	109286	Jaciara Da Silva Kiyzanoski	14/12/1991	2,39
17	108804	Ana Paula De Lima.	18/08/1980	2,25
18	110565	Ivonete Dos Prazeres Rodrigues Do Amaral	24/02/1954	2,00
19	108373	Cristiani Ribeiro Souza Flores	19/08/1979	2,00
20	109825	Jaqueline Aparecida Serafim Hugen	24/10/1996	2,00
21	108879	Silvana Pereira Schlichting	20/10/1982	1,79
22	108094	Daiane Porto Da Rosa Rotta	05/06/1992	1,50

## PROF. EDUCAÇÃO INFANTIL - 30H

Class.	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	PT
Rep.	109423	Janaina Aparecida Ribeiro Rosa	14/10/1972	0,25
Rep.	110841	Adriana Terezinha Colaa Reich	10/05/1969	0,00
Rep.	108381	Luciane Ribas Da Silva	14/04/1977	0,00
Rep.	110783	Luciane Barbosa Borges	01/04/1992	0,00
Rep.	110774	Kathleen Cristine Rodrigues De Lima	14/09/1993	0,00

## PROF. GEOGRAFIA - 20H

Class.	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	PT
1	108624	Joao Pereira Lima Da Silva	08/02/1969	6,00
2	110838	Josielli Da Silva Padilha	18/12/1987	1,60
Rep.	110647	Gisela Mendonca Goulart	19/11/1982	0,30

## PROF. HISTÓRIA - 20H

Class.	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	PT
1	107763	Gizeli Ribeiro Mattos	17/04/1986	7,50
2	110615	Gislaine De Fatima Andrade Pereira	15/06/1964	6,10
Rep.	109451	Valeria Da Silva Batista	28/05/1980	0,55
Rep.	109232	Suelen Souza Cabalheiro	09/02/1992	0,42
Rep.	110260	Lilian Katiani Abatt	27/09/1988	0,00

## PROF. INGLÊS - 20H

Class.	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	PT
1	110150	Claudia Elenice Padilha	03/09/1983	6,10
2	108098	Elaine Cristina Silverio Velho Do Amaral	23/10/1985	4,60
3	108751	Elaine Rodrigues Do Amaral	28/07/1984	4,00
4	109911	Maricris Terezinha Velho De Andrade Matos	12/09/1983	3,40
Rep.	109473	Maria Iolanda Macedo	22/11/1969	0,20

## PROF. LÍNGUA PORTUGUESA - 10H

Class.	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	PT
1	108529	Clara Aparecida Formiga	17/01/1985	7,44
2	109281	Elizabeth Bathke Vieira	04/11/1949	6,20
3	110126	Ruan Medeiros De Souza	14/10/1993	3,20
Rep.	110518	Daniela Goulart Matos	12/06/1989	0,00

## PROF. LÍNGUA PORTUGUESA - 20H

Class.	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	PT
1	108473	Maristela Schmidt Lima	19/10/1967	7,88
2	108726	Janisse Cequinel Matos	04/05/1971	7,00
3	109905	Tamara Nunes Da Silva	08/01/1992	4,00
4	107903	Patricia Nunes De Brida	25/02/1988	4,00
5	110516	Maiara Figueiredo	29/05/1989	2,63
6	108448	Janaina Uiara De Andrade	14/08/1985	2,54
Rep.	110361	Joanita Pacheco	28/12/1987	0,50
Rep.	110837	Fabricio Marafigo Figueiredo	14/08/1991	0,00

## PROF. MATEMÁTICA - 20H

Class.	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	PT
1	107919	Maiara Padilha Nesi	18/01/1993	8,00
2	110564	Daiane Nunes De Oliveira Mauricio	21/10/1978	6,75
3	108035	Edison Luiz De Souza Hugen	10/09/1958	4,72
4	108996	Janaina Borges Habitzreuter	08/01/1989	3,75

5	108783	Taize De Souza Velho	09/01/1995	2,08
6	109619	Renata Steffen De Betio	30/06/1989	1,50
Rep.	108573	Stefani Silva Barbosa	08/07/1996	0,25
Rep.	110896	Daiane Souza Arruda	12/01/1987	0,15
Rep.	110848	Camila Baesso	16/03/1980	0,00
Rep.	110743	Marcio Do Nascimento Alcantara	05/12/1979	0,00
Rep.	110737	Mauricio Farah Cordeiro Junior	30/09/1993	0,00
Rep.	109179	Niulen Cristian Deboni	18/11/1988	0,00

## PROF. MÚSICA - 40H

Class.	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	PT
Rep.	110685	Marileia Aparecida Oliveira	20/05/1983	0,60
Rep.	109938	Grazieli Cristini Da Silva	15/08/1989	0,24
Rep.	109033	Samara Garcia Pereira	09/08/1995	0,00

## PROF. PRÉ-ESCOLAR - 20H

Class.	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	PT
1	109795	Janete Barbosa De Souza	05/01/1977	8,00
2	110470	Fabiana Moreira Henrique	17/08/1982	7,60
3	107987	Daiane Aparecida Vitorino	08/10/1986	7,15
4	107912	Cristiane De Fatima Rodrigues	05/11/1982	4,10
5	108738	Elaine Silva Rocha	17/09/1982	2,30
6	109549	Cleuza Aparecida Borges	11/08/1971	1,86
Rep.	108701	Marcileia Aparecida Andrade	16/09/1980	0,00
Rep.	110666	Patricia Da Silva	17/11/1984	0,00
Rep.	109780	Tarciani Nunes	31/05/1979	0,00

## PROF. TURISMOLOGIA - 40H

Class.	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	PT
1	108985	Daiani Beccari Nunes	10/08/1993	2,00
Rep.	110324	Keller Jose Waltrick	04/09/1970	0,06
Rep.	110432	Gabriel Machado Santos	09/10/1993	0,00
Rep.	110756	Karilaine Larissa Da Silva Ferraz	21/07/1993	0,00
Rep.	107814	Maria Carolina Muniz E Silva	12/06/1979	0,00
Rep.	110006	Ricardo Luis Barby	13/11/1982	0,00
Rep.	107818	Vilson Jose Do Nascimento Junior	04/10/1993	0,00

## ORIENTADOR DE CORTE E COSTURA - 30H

Class.	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	PT
Rep.	110373	Marciana Das Gracias Hasckel	08/08/1954	0,00

## ORIENTADOR DE DANÇA - 20H

Class.	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	PT
Rep.	108519	Romenya Izabel Goncalves Gabriel	22/02/1983	0,00

## ORIENTADOR DE TECELAGEM - 40H

Class.	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	PT
Rep.	110386	Enoemia De Lourdes Lourenco De Medeiros	18/08/1959	0,00

Class. = Classificação PT = Nota da Prova de Título TS = Nota do Tempo de Serviço

São Joaquim, 09 de setembro de 2015.

# São José

## PREFEITURA

### EDITAL DE SELEÇÃO DE PROJETOS ESPORTIVOS Nº 04/FUNESJ/2015

EDITAL DE SELEÇÃO DE PROJETOS ESPORTIVOS Nº 04/FUNESJ/2015

#### SUMÁRIO

#### EDITAL DE SELEÇÃO DE PROJETOS ESPORTIVOS Nº 04/FUNESJ/2015

A Prefeitura de São José, através da Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José - FUNESJ, torna público o presente Edital de Chamada para Seleção, destinado a entidades sem finalidades lucrativas, interessadas em executar PROJETOS DE RENDIMENTO ESPORTIVO no Município de São José (SC).

#### 1 INSTRUÇÕES AO PROPONENTE

1.1. O objetivo destas Instruções é determinar os procedimentos que orientarão o presente processo de chamada pública para seleção de projetos de rendimento para patrocínio da FUNESJ até a formalização do respectivo Termo de Convênio. Alegações de desconhecimento dessas Instruções não serão aceitas como razões válidas para justificar quaisquer erros ou divergências encontradas na apresentação do PROJETO.

1.2. O PROPONENTE deve seguir, rigorosamente, as Instruções. A não observância de quaisquer de suas disposições poderá levar à desclassificação do PROJETO, independentemente dos motivos que possam ser alegados.

1.3. É de responsabilidade do PROPONENTE certificar-se, periodicamente, quanto a emissão de eventuais avisos, aditamentos e/ou esclarecimentos sobre este EDITAL, os quais serão disponibilizados através do e-mail informado no projeto e na fan page da FUNESJ no Facebook. É importante que o PROPONENTE acesse o referido e-mail periodicamente a partir da inscrição do PROJETO.

1.4. Não será aceita, em nenhuma hipótese, a inscrição e entrega do PROJETO de forma diferente do previsto nas instruções estabelecidas neste EDITAL. A correção de eventual erro deverá ser feita somente via internet, através de uma nova inscrição do mesmo projeto.

1.5. A inscrição do PROJETO será somente via e-mail, conforme definido nestas instruções em itens seguintes.

1.6. Não será aceita a inclusão de documentos e/ou anexos para compor o PROJETO, diferente do previsto nestas instruções ou após o encerramento do prazo de publicação do EDITAL.

1.7. Os direitos autorais relativos a estudos, relatórios, vídeos e outros produtos intelectuais afins ao projeto e nele utilizados serão considerados propriedade dos autores, reservando-se a FUNESJ ao direito de utilizar essas obras, no todo ou em parte, na divulgação do programa e na disseminação dos métodos e estratégias empregados no projeto.

1.8. Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pela Superintendência.

1.9. A FUNESJ não se responsabilizará pelo fornecimento de e-mail inconsistente para a comunicação com o PROPONENTE durante o período de avaliação e/ou seleção dos PROJETOS. É de responsabilidade do PROPONENTE verificar seus e-mails diariamente, bem como sua pasta de SPAM e dar o retorno nos prazos estipulados.

1.10. Caso o Proponente tenha qualquer dúvida com relação ao Edital e seus anexos, deve requerer à Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José a interpretação ou esclarecimento, antes da apresentação de seus documentos, através do e-mail [convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br](mailto:convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br).

1.11. Cronograma:

1.11.1. Lançamento do Edital: 14/09/2015

1.11.2. Apresentação dos Projetos: Até as 19h00min do dia 30/09/2015

1.11.3. Intimação para adequação: 02/10/2015

1.11.4. Prazo para adequação: 05/10/2015

1.11.5. Publicação dos resultados preliminares: 16/10/2015

1.11.6. Recursos e pedidos de alteração: Até o dia 19/10/2015

1.11.7. Homologação do resultado final: 23/10/2015

1.11.8. Assinatura do Termo de Convênio: (a definir)

1.11.9. Primeiro pagamento: 01/02/2016

#### 2 DO OBJETO

2.1. O presente Edital objetiva selecionar entidades sem fins lucrativos, interessadas em executar projetos de esporte/rendimento, com intuito de formar equipes para representação do Município de São José, com investimentos específicos, por meio de celebração de Convênios de Cooperação no ano de 2016.

2.2. Entende-se por projetos de esporte de rendimento aqueles praticados segundo as regras de práticas esportivas nacionais e internacionais com objetivo de obter resultados de superação ou de desempenho relacionados aos esportes e de integrar pessoas e comunidades.

2.3. Em atendimento ao disposto na Lei Municipal nº 5.099/2011, será dada prioridade às modalidades olímpicas e àquelas que integram o rol das competições da FESPORTE.

#### 3 DOS RECURSOS DISPONÍVEIS

3.1. A FUNESJ disponibilizará para o ano de 2016 a importância de até R\$ 850.000,00 (oitocentos e cinquenta mil reais) para patrocínio de projetos de rendimento com recursos próprios.

- 3.2. Os projetos poderão ser propostos no valor máximo de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), para as entidades que apresentarem projeto para os naipes masculino e feminino; ou, no máximo R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para as entidades que se propuserem a representar em somente um dos naipes.
- 3.3. Os projetos devem incluir previsão de gastos com as escolinhas, as quais constituem contrapartida obrigatória dos projetos de rendimento, conforme item 11.
- 3.4. Os projetos devem incluir, obrigatoriamente, previsão de gastos próprios com taxas e custos diversos com federações, restando a FUNESJ desobrigada de quaisquer encargos com as mesmas.
- 3.5. Os projetos devem incluir previsão de eventuais gastos com transportes e aquisição de passagens aéreas e terrestres, considerando que a FUNESJ possui apenas um veículo (van) apto para viagens de atletas e equipes do Município.
- 3.6. Os projetos deverão diferenciar os valores de subsídio do corpo técnico, sendo que os técnicos habilitados no CREF (G) deverão ter subsídio 25% mais alto do que os demais profissionais.
- 3.7. Os projetos apresentados com valor superior ao permitido pelo item 3.2 serão automaticamente descartados e excluídos desta seleção.

#### 4 DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 4.1. Poderão participar na condição de proponentes, para este edital, pessoas jurídicas, sem finalidade econômica, cujo ato constitutivo disponha expressamente sobre sua finalidade esportiva, ainda que não exclusiva.
- 4.2. Poderão ser inscritos somente PROJETOS DE RENDIMENTO sob a responsabilidade dos proponentes descritos no item 4.1, desde que o projeto tenha como finalidade atuar no Município, bem como representá-lo, conforme item 2.1, apresentando as contrapartidas propostas no item 11.
- 4.3. O responsável técnico pelo projeto, devidamente inscrito no CREF, deverá estar regular com a Federação e/ou Confederação da modalidade e, no caso das modalidades olímpicas, a referida Federação e/ou Confederação deve estar ligada ao Comitê Olímpico Brasileiro.
- 4.4. No ato da inscrição a entidade deverá comprovar sua capacidade técnica e operacional mediante declaração de funcionamento regular nos dois anos anteriores ao credenciamento, emitida por duas autoridades locais, conforme disposto no Anexo 2;
- 4.5. Não são passíveis de patrocínio projetos cujos PROPONENTES:
- a) Estejam inadimplentes junto à FUNESJ por irregularidade na prestação de contas, ou ao Município de São José;
  - b) De entidades que estejam inadimplentes com os encargos da Federação e/ou Confederação;
  - c) De membros da Comissão de Avaliação de Projetos, bem como cônjuge e os parentes até o 3º (terceiro) grau, inclusive;
  - d) De detentores de cargos em comissão ou função de confiança na administração municipal, bem como cônjuge e os parentes até o 1º (primeiro) grau;
  - e) De proponentes que não tenham, comprovadamente, no mínimo, dois anos de funcionamento e/ou execução de projetos no Município;
  - f) Estejam em débito junto a órgão ou entidade da Administração pública municipal, pertinentes a obrigações fiscais ou contribuições legais;
  - g) Tenham destinado recursos públicos como contribuições, auxílios ou subvenções a instituições com fins lucrativos.
- 4.6. Não são passíveis de patrocínio PROJETOS:
- a) De cunho exclusivamente político-partidário e/ou religioso;
  - b) Que prejudiquem a imagem da FUNESJ;
  - c) Que envolvam jogos de azar e/ou especulativos;
  - d) Que estimulem o uso de álcool ou outras drogas;
  - e) Que incentivem qualquer forma de violência;
  - f) Que causem ou possam vir a causar impacto negativo ao meio ambiente;
  - g) Que usem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos;
  - h) Com má reputação ou falha de integridade;
  - i) De natureza discriminatória, tais como, preconceito ou distinção de raça, gênero, orientação sexual, nacionalidade, cor, idade, religião, política e posição social;
  - j) Que venham a realizar cobrança financeira dos participantes ou público.

#### 5 DA INSCRIÇÃO

- 5.1. A inscrição será gratuita, aberta e direta, mediante envio de projeto nos moldes do Anexo 1, em formato .doc.
- 5.2. O envio dos projetos deverá ser feito até a data limite imposta no item 1.11.2, através do e-mail [convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br](mailto:convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br).
- 5.3. O título do e-mail deve indicar a razão social do PROPONENTE e fazer referência ao Edital, nos moldes:  
RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE / REF. EDITAL DE SELEÇÃO DE PROJETOS ESPORTIVOS Nº 04/2015/FUNESJ
- 5.4. A documentação (Anexo 2), juntamente com a versão impressa do projeto, deverá ser entregue na sede da FUNESJ até a data limite imposta no item 1.11.2.
- 5.5. A entrega da documentação deverá ser feita em envelope lacrado, com o título no mesmo molde do e-mail:  
RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE / REF. EDITAL DE SELEÇÃO DE PROJETOS ESPORTIVOS Nº 04/2015/FUNESJ.
- 5.6. A documentação incompleta ou o não encaminhamento de uma das versões do projeto (impressa e .doc) implica na desclassificação do projeto.
- 5.7. O ato da inscrição pressupõe plena concordância com os termos deste Edital, regulamentos e Leis vigentes.
- 5.8. A inscrição não garante ao proponente a seleção do respectivo projeto, não gera obrigação de contratação à FUNESJ e não gera a obrigação de patrocínio ao projeto pelo valor solicitado.
- 5.9. Quanto aos projetos que forem inscritos em duplicidade (será considerado duplicidade mesmo objeto e mesmo nome), será considerado válido o que tiver a data mais recente.
- 5.10. Cada tópico do projeto deverá ser preenchido de forma objetiva e sucinta, conforme a metodologia explicada no próprio modelo (Anexo 1). Será indeferido o projeto que não preencher os requisitos enumerados neste Edital ou não apresentar todos os itens discriminados em seu Anexo 1.
- 5.11. Os Projetos apresentados sem o preenchimento de qualquer um dos campos do Anexo 1, serão automaticamente descartados e

eliminados para esta seleção, resguardado o direito da Comissão de Seleção de Projetos de solicitar aditamento sob tutela do princípio da supremacia do interesse público.

5.12. Na entrega da documentação será entregue um número de protocolo. Este número e a confirmação de recebimento do e-mail são imprescindíveis para prova de protocolo. Caso não receba a confirmação ou o número, o PROPONENTE deve entrar em contato pelo telefone (48) 3241-3511 e solicitar contato com o Setor de Convênios da FUNESJ (Ramal 6507).

## 6 DOS ITENS FINANCIÁVEIS

6.1. São itens financeiros, que podem constar no Plano de Trabalho dos projetos apresentados:

- a) Material permanente;
- b) Material de consumo;
- c) Despesas com empresas de transporte;
- d) Serviços de terceiros pessoa jurídica;
- e) Despesas com alimentação em competições oficiais;
- f) Serviços de profissionais para execução do projeto;
- g) Ajuda de custo com atletas, nos termos das normas vigentes;
- h) Hospedagem para competições oficiais;
- i) Despesas com arbitragem;
- j) Despesas com Federações.

6.2. Os projetos que incluem gastos com agasalhos, deverão confeccioná-los de acordo, exclusivamente, com o modelo fornecido/padronizado pela Fundação de Esportes e Lazer de São José.

## 7 DOS ITENS NÃO FINANCIÁVEIS

Destaca-se que os itens a seguir não serão financiados por este edital:

- a) Despesas a título de taxa de administração, gerência ou similar, bem como gratificações, prestações de serviços de assistência técnica, consultoria ou qualquer espécie de remuneração a integrantes de seu quadro funcional ou a empregados e servidores públicos da administração direta e indireta, do governo municipal;
- b) Despesas de rotina, tais como contas de luz, água, telefone, e similares (entendidas como despesas de contrapartida obrigatória da entidade que tiver seu projeto aprovado);
- c) Despesas para pagamento de impostos, taxas;
- d) Despesas com elaboração de projetos ou quaisquer despesas de pré-investimento;
- e) Despesas com aquisição de imóveis e aluguéis.
- f) Despesas anteriores ao início da vigência do termo.

## 8 DA COMISSÃO DE SELEÇÃO E ANÁLISE DE PROJETOS ESPORTIVOS

A Comissão de Seleção e Análise de Projetos - composta por 5 (cinco) membros e designada pela Superintendente da FUNESJ - examinará os projetos, em ficha própria na forma estabelecida pelo item 9.

## 9 DA AVALIAÇÃO DOS PROJETOS

Os PROJETOS serão avaliados segundo as etapas e critérios descritos a seguir:

9.1. Primeira Etapa: Triagem Administrativa (De 25/09/2015 a 30/09/2015)

Será realizada pela Comissão de Seleção e Análise de Projetos Esportivos e terá caráter eliminatório. Nessa etapa serão verificadas a documentação enviada e o formato de apresentação do projeto. Poderá ser solicitada adequação formal ou documental, conforme subitem 5.10, nos prazos dos subitens 1.11.3 e 1.11.4.

9.2. Segunda Etapa: Análise Técnica (De 01/10/2015 a 09/10/2015)

9.2.1. No primeiro momento, a análise técnica será realizada pela Comissão técnica multidisciplinar, nomeada nos termos do item 8, em ficha própria, pelos seguintes critérios:

- a) Adequação do projeto às diretrizes impostas pelo Edital: Alinhamento aos objetivos e ao foco do investimento de rendimento. Expectativas reais e alcançáveis. Plano de mídia proposto.
- b) Histórico de representação do Município pela entidade: Tempo de representação e de trabalho no Município. Resultados obtidos. Evolução.
- c) Divulgação do nome do Município: Publicidade devida. Retorno de mídia. Encaminhamento de releases.
- d) Capacidade técnica e operacional da entidade para execução do objeto proposto: Será analisado se a entidade proponente apresentou de forma detalhada informações que comprovem suas condições técnicas de executar as atividades propostas, no que tange, também, execuções anteriores de objetos iguais ou similares ao objeto pleiteado. Será analisada também a relação de atletas federados em nome do clube/entidade proponente, bem como seus respectivos resultados.
- e) Interesse da Fundação no projeto: Avaliar a relevância do projeto e o legado do objeto proposto.

9.2.1.1. Aos critérios acima especificados, serão atribuídas notas de 0 (zero) a 10 (dez). Para cada critério será calculada a média aritmética das notas dos avaliadores em relação a cada projeto analisado, sendo classificados somente aqueles que obtiverem média superior a 5 (cinco) em todos os itens avaliados.

9.2.1.2. Os projetos classificados seguem para a segunda etapa da análise técnica.

9.2.2. No segundo momento, os projetos classificados serão analisados, diante da Comissão, a partir dos seguintes critérios:

- a) Número de competições e categorias que pretende participar: Este tópico analisará quantitativamente a representatividade do projeto,



considerando o número total de competições e categorias versus o número proposto.

9.2.2.1. Aos critérios acima especificados, serão atribuídos percentuais reais (de 0 a 100%). Serão classificados os projetos que obtiverem percentual médio acima de 50% (cinquenta por cento).

9.2.2.2. Os critérios não aplicáveis não serão somados no cálculo do percentual médio final.

9.2.2.3. O percentual médio obtido será somado à nota média obtida pelo item 9.2.1 para fins de classificação.

9.2.3. No terceiro momento, a Comissão dividirá os projetos classificados nos itens 9.2.1 e 9.2.2 em projetos novos ou de continuidade. Os projetos de continuidade serão avaliados, ainda, quanto aos seguintes critérios:

a. Número de provas da modalidade em competições oficiais do Estado e quantidade de atletas inscritos em competições no ano de 2015: Análise de representatividade em provas dentro de uma mesma competição, bem como da quantidade de atletas envolvidos na modalidade no ano de 2015. Comparação com a quantidade disposta no Plano de Trabalho.

b. Cumprimento do Plano de Trabalho no ano de 2015 e histórico de prestação de contas: Análise pontual dos itens do Plano de Trabalho 2015, se houver, e de seu cumprimento, juntamente com a análise do cumprimento dos prazos de prestação de contas, da forma de apresentação e da quantidade de erros apresentados.

c. Cumprimento de prazos de notificações em 2015 e presença em reuniões de convocação obrigatórias em 2015: Será considerado o prazo de resposta e cumprimento das notificações, bem como análise da presença nas reuniões a ser apurada através das atas das reuniões.

9.2.3.1. Aos critérios acima especificados, serão atribuídas notas de 0 (zero) a 10 (dez). Para cada critério será calculada a média aritmética das notas dos avaliadores em relação a cada projeto analisado, sendo classificados somente aqueles que obtiverem média superior a 5 (cinco) em todos os itens avaliados.

9.2.3.2. Os projetos classificados seguem no processo.

9.2.4. A seleção não implica na sua aprovação pelo valor solicitado. A FUNESJ se reserva do direito de decidir o valor do aporte destinado a cada projeto. De modo que no quarto momento, serão analisados individualmente os orçamentos analíticos propostos, onde a Comissão fará os ajustes conforme os critérios de nota, prioridade e razoabilidade.

9.2.5. No quinto momento, os projetos serão ordenados por pontuação, do maior para o menor, nos termos do item 9.2.2.3. Somar-se-ão os valores dos projetos classificados, cortando-se conforme a classificação, no limite orçamentário disposto no item 3.1.

9.2.6. Os projetos cortados permanecerão na lista dos classificados, podendo ser contemplados posteriormente, ou no momento da homologação.

### 9.3. Terceira Etapa: Divulgação dos Resultados Preliminares (14/10/2015)

9.3.1. A Comissão de Projetos, de posse da avaliação de todos os projetos, enviará, para deliberação da Superintendente da FUNESJ, um relatório final emitido e assinado por todos os membros desta Comissão, juntamente com as planilhas de avaliação e valores destinados a cada projeto e demais documentos do processo, para que seja realizada a divulgação dos resultados preliminares.

9.3.2. Os resultados preliminares serão encaminhados para os e-mails indicados no projeto.

9.3.3. O proponente que tiver seu projeto aprovado com valor parcial deverá encaminhar resposta ao e-mail de divulgação de resultados ajustando o orçamento analítico para o valor aprovado, nos termos do Formulário de Ajuste de Projetos (Anexo 3).

9.3.4. O prazo para ajuste e recursos se encerra no dia 19/10/2015.

9.3.5. Os recursos serão analisados pela Comissão de Projetos.

### 9.4. Quarta Etapa: Homologação Final (até 04/11/2015).

Em posse dos relatórios da Comissão, bem como dos recursos e/ou ajustes encaminhados pelos proponentes, a Superintendente deliberará sobre os resultados, homologando-os e encaminhando-os para publicação.

9.4.1. A Superintendente poderá, a seu critério, estabelecer bonificação sobre o valor aprovado pela Comissão de Projetos, no limite máximo de até 10% no total, conforme os resultados apresentados em anos anteriores.

9.4.2. A Superintendente poderá, também, em caso de ajustes e limitação orçamentária, reduzir em até 25% os valores aprovados para cada convênio.

## 10 FORMALIZAÇÃO E TERMOS DO CONVÊNIO

10.1. Após a quarta etapa, os PROPONENTES que tiverem seus projetos selecionados e publicados deverão se apresentar na sede da Fundação para alterações e confecção da versão final do plano de trabalho, no período de até 15 (quinze) dias úteis, agendando uma hora por telefone ou e-mail com o setor de convênios.

10.2. Na data de apresentação agendada, a entidade deve trazer os seguintes documentos para conferência com os documentos entregues:

- a) Cópia autenticada do Estatuto Social da Instituição
- b) Cópia autenticada da Ata de reunião que elegeu a atual diretoria da instituição, registrada em cartório
- c) CPF e RG do Presidente da Instituição;
- d) CPF e RG do Responsável Técnico;
- e) CPF e RG do Tesoureiro;

10.3. Os PROPONENTES selecionados que não apresentarem os documentos para conferência com aqueles encaminhados, ou que não agendarem a revisão do plano de trabalho no prazo do item 10.1, terão seus projetos desclassificados.

10.4. Após a revisão e assinatura da versão final do plano de trabalho, será assinado o Termo de Convênio no mês dezembro de 2015 ou janeiro de 2016 e, após prazo máximo de 30 (trinta) dias, os extratos destes termos serão publicados no Diário Oficial do Município por meio eletrônico.

10.6. A vigência do convênio será até o dia 31/12/2016, tendo início na data de sua assinatura para o desenvolvimento total do projeto, porém sua Gestão Financeira deverá ser concluída até o décimo dia útil do mês de Dezembro de 2016. A não observação destes prazos implicará na necessidade de devolução do recurso, por parte da CONVENIADA à CONVENIENTE.

## 11 DAS CONTRAPARTIDAS

As contrapartidas oferecidas ao Município de São José, devem ser, no mínimo, as seguintes:

- 11.1. O projeto de rendimento aprovado deve oferecer escolinhas da modalidade, aberta a toda comunidade, em um ou dois núcleos, somando-se, no mínimo, 6 (seis) horas semanais. Somente as escolinhas que excederem as 6 (seis) horas semanais obrigatórias poderão ser propostas para o edital de desporto comunitário desta Fundação.
- 11.2. Impressão da logomarca do Prefeitura de São José e da Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José, na forma detalhada no Termo de Convênio, em todas as peças de publicação do projeto, peças de divulgação e de distribuição, inclusive convites de lançamento. Todo o material em que sua logomarca seja exibida deverá ser previamente aprovado, em termo escrito a ser juntado à prestação de contas final, pela Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José;
- 11.3. Citação verbal do patrocínio da Prefeitura de São José da a Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José em todas as entrevistas à imprensa sobre o projeto, os quais deverão também estar disponíveis para entrevistas e matérias jornalísticas de veículos acionados pela Fundação;
- 11.4. A Prefeitura de São José e a Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José poderá mencionar seu patrocínio ao projeto em suas campanhas e peças de comunicação institucional, e utilizar imagens dele decorrentes, sem qualquer ônus;
- 11.5. Exibição de banner com logo da Prefeitura de São José e da Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José no local de realização do projeto sempre que o mesmo esteja sendo executado.

## 12 PRESTAÇÃO DE CONTAS

12.1. A prestação de contas deverá ser apresentada periodicamente (trimestral) e deverá obedecer às normas do Termo de Convênio firmado entre a Entidade e a FUNESJ, do Manual de Prestação de Contas e da Lei nº 8.666/93.

12.1.1. A prestação de contas deverá ser apresentada em até 30 dias após o recebimento da terceira, da sexta e da nona parcelas, nos moldes previstos no Termo de Convênio;

12.1.2. A não apresentação da prestação de contas, o atraso não justificado dos trabalhos e/ou a existência de Prestação de Contas com pendências não solucionadas em tempo hábil poderá, a critério exclusivo da Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José, implicar na suspensão ou cancelamento de futuros aportes;

12.1.3. A Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José solicitará a prestação de contas dos projetos conveniados, comprometendo-se o beneficiário a disponibilizar a qualquer momento todas as informações solicitadas.

## 13 REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO DO EDITAL

A qualquer tempo o presente edital poderá ser revogado, reestruturado ou anulado, no todo ou em parte, por motivo de interesse público ou exigência legal, sem que isso implique em direito à indenização ou à reclamação de qualquer natureza.

## 14 DA FISCALIZAÇÃO DOS PROJETOS

14.1. Será designado pela FUNESJ, no mínimo, um fiscal para acompanhar a execução do convênio, reservando-se o direito de, durante a execução do projeto, promover visitas de fiscalização e/ou solicitar informações adicionais (quando julgar conveniente), visando aperfeiçoar o sistema de acompanhamento e avaliação, o qual preencherá um relatório de fiscalização.

14.2. O relatório a que se refere o item anterior, cujo modelo estará vinculado ao Termo de Convênio, será encaminhado à Superintendência da Fundação Municipal de Esportes e Lazer, onde será analisado quanto ao cumprimento dos termos da minuta de convênio, deste Edital e das normas cabíveis vigentes.

14.3. Verificado o descumprimento de qualquer item do Edital, do Termo de Convênio ou das normas aplicáveis, a entidade ficará sujeita às sanções previstas no Termo de Convênio, sem prejuízo das sanções legais.

14.4. A não verificação pelo fiscal da execução da contrapartida estabelecida pelo item 11.1 (escolinhas de base) por mais de três visitas, ensejará rescisão imediata do Termo de Convênio, lembrando que toda e qualquer alteração de horário na execução de tal contrapartida é de inteira responsabilidade da entidade.

São José (SC), 01 de Setembro de 2015.

Andréa Luiza Grando Superintendente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José	Antenor Paes de Castro Superintendente Adjunto da Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José
--	---

## RELAÇÃO DE ANEXOS

- ANEXO 1: Roteiro de Projeto (modelo obrigatório)
- ANEXO 2: Relação de Documentos Obrigatórios
- ANEXO 3: Formulário de Ajustes e Recursos

## ANEXO 1 – ROTEIRO DE PROJETO (modelo obrigatório)

NOME DO PROJETO	FLS. 01/03
-----------------	------------

Cabeçalho – Como cabeçalho do projeto, juntamente com o timbre da entidade, deve-se fazer constar em TODAS AS FOLHAS o nome do projeto e a folha correspondente/número total de folhas.

Campo 1 – o projeto deve ter um nome próprio, indicar se é desporto de rendimento ou comunitário e qual a modalidade proposta.

1. NOME DO PROJETO

TIPO DE PROJETO: (rendimento ou comunitário)	MODALIDADE:
--	-------------

Campo 2 – todas as lacunas deste campo são de preenchimento obrigatório, o e-mail de contato deve ser aberto periodicamente, haja vista ser através do mesmo os avisos quanto a este processo seletivo.

2. PROPONENTE	
NOME DA ENTIDADE:	
CNPJ:	LOGRADOURO (AVENIDA, RUA, ALAMEDA. ETC):
N.º:	BAIRRO:
COMPLEMENTO:	
MUNICÍPIO:	CEP:
TELEFONE (S):	E-MAIL:
REDES SOCIAIS:	SITE:
ANO DE CRIAÇÃO:	ANOS DE ATIVIDADE:
BREVE HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO:	
RESULTADOS DE ANOS ANTERIORES: (descrever aqui os resultados obtidos em anos anteriores, pelo município ou não. Devem ser indicados números e competições).	

Campo 3 – as informações devem ser fiéis aos documentos entregues em conjunto com o “Plano”; qualquer divergência implicará em solicitação de retificação do Plano, atrasos e até inviabilizar a assinatura do convênio.

3. PRESIDENTE DA PROPONENTE		
NOME:	CPF:	
RG / ÓRGÃO EXP.:	TELEFONE (S):	
DATA DA POSSE	DURAÇÃO DO MANDATO:	E-MAIL:

Campo 4 – neste campo deverá ser indicada a pessoa responsável pelo acompanhamento técnico do projeto e prestação de contas do convênio – execução, aplicação financeira, metas, indicadores – será, também, o interlocutor entre o núcleo, o órgão proponente e/ou a Superintendente. O responsável técnico deve, obrigatoriamente, estar inscrito no CREF e estar devidamente registrado na Federação e/ou Confederação da respectiva modalidade:

4. RESPONSÁVEL TÉCNICO		
NOME:	CPF:	
RG / ÓRGÃO EXP.:	TELEFONE (S):	
Nº REGISTRO / FEDERAÇÃO OU CONFEDERAÇÃO:		

Campo 5 – informar neste campo um breve resumo do projeto e seus dados principais.

5. IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO A SER EXECUTADO	
(Resumo do projeto)	
PREVISÃO DE INÍCIO DO PROJETO:	TÉRMINO DO PROJETO:
PÚBLICO ALVO:	META QUANTITATIVA DE ATENDIMENTO:
METODOLOGIA: (descrever princípios, protocolos e referencial teórico)	

Campo 6 – neste campo deverá ser indicado o nome do Local onde se propõe o desenvolvimento da atividade, exemplo: “Escola Municipal” ou “Ginásio Municipal”, e seu endereço completo. Caso as atividades sejam realizadas em vários locais, deverá ser informado nas linhas seguintes, tantas quantas forem necessárias.

## 6. LOCAIS DE EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES DO PROJETO:

NOME DO LOCAL:

AV./RUA e Nº:

BAIRRO:

QTD. DE BENEFICIÁ-  
RIOS:NÚCLEO SEDE  
(este núcleo é onde serão realizados os treinos  
de rendimento)

NOME DO LOCAL:

AV./RUA:

BAIRRO:

QTD. DE BENEFICIÁ-  
RIOS:NÚCLEO:  
(indicar o nº e nome que será dado ao núcleo  
das escolinhas de formação, as quais são con-  
trapartida obrigatória da entidade)

Campo 7 – neste campo deve-se explicar os motivos da implantação do Projeto.

## 7. JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO

Campo 8 – relacionar as metas e objetivos inerentes às pessoas nele envolvidas. Lembre-se que a essência da diferença entre meta e objetivo está em que o objetivo é um alvo qualitativo, enquanto a meta é um alvo quantitativo. Em outras palavras, a meta é a quantificação de um objetivo. Observe o exemplo:

## 8. METAS E OBJETIVOS

OBJETIVOS: Treinar e formar uma equipe de rendimento na modalidade basquetebol para representação do Município nas competições da FESPORTE, da Federação e Confederação.

## METAS:

## 1) Treinamento das equipes

Etapa 1: Recebimento dos recursos e prestação dos serviços

Etapa 2: Contratação de profissional

Etapa 3: Aquisição de material

Etapa 4: Seleção de atletas

Etapa 5: Confecção de uniformes

Etapa 6: Participação em campeonatos

Etapa 7: Prestação de contas dos recursos

## 2) Manutenção de escolinhas de basquetebol, em 2 núcleos, com previsão de 50 atendimentos em cada

Etapa 1: Recebimento dos recursos e prestação dos serviços

Etapa 2: Divulgação do projeto

Etapa 3: Aquisição de material e camisetas

Etapa 4: Confecção de banners

Etapa 5: Seleção de beneficiários

Etapa 6: Contratação de serviços e implantação do núcleo

Etapa 7: Prestação de contas dos recursos

Campo 9 – dando sequência as metas e objetivo acima descritos, neste quadro deverá ser registrado o cronograma de desenvolvimento do projeto, identificando-se a meta do Projeto, cada etapa e/ou fase, suas respectivas descrições e sua previsão de início e fim, observando-se uma sequência temporal lógica para cada uma.

É muito importante o correto e claro preenchimento da lacuna Meta, pois ela identifica os objetivos e as justificativas para a implantação do projeto. Ela deverá ser coerente com o Projeto e com o Plano de Trabalho e ter indicado sempre o número de beneficiários (pré-estabelecido X para cada núcleo implantado). Abaixo trazemos um exemplo preenchido:

## 9. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DO OBJETO / META, ETAPAS OU FASES

OBJETO			PREVISÃO	
Meta	Etapas ou fase	Descrição	Início	Fim
Treinamento das equipes	Recebimento dos recursos e prestação dos serviços	Recebimento dos recursos	Janeiro	Novembro
		Prestação dos serviços contratados	Fevereiro	Dezembro
		Divulgação do projeto	A partir da assinatura do convênio	Março
	Contratação de profissional	Contratação dos serviços	Até 30 dias após recebimento dos recursos	Até 15/Dez
	Aquisição de material	Aquisição de bolas	Fevereiro, Agosto	Fevereiro, Agosto
		Aquisição de tabelas	Julho	Julho
		Aquisição de materiais diversos	Janeiro	Janeiro
	Seleção de atletas	Seleção de atletas para composição das equipes	Janeiro	Dezembro
		Peneiras para seleção de atletas	Março, Junho, Setembro	Março, Junho, Setembro
	Confecção de uniformes	Uniformes de treino	Março, Agosto	Março, Agosto
		Uniformes de competição	Julho	Julho
	Participação em campeonatos	OLESC	20 de Setembro	30 de Setembro
		Campeonato entre núcleos	Outubro	Outubro
		JASC	20 de Novembro	30 de Novembro
		Campeonato Estadual da Federação	Agosto	Agosto
	Prestação de contas dos recursos	Prestação de contas trimestral das atividades	Abril, Julho, Outubro	Abril, Julho, Outubro
		Prestação de contas final	Dezembro	Dezembro
Manutenção de escolinhas de basquete, em 2 núcleos, com previsão de 50 atendimentos em cada	Seguir exemplo acima descrito.			

Campo 10 – as atividades descritas na coluna “descrição” devem ser dispostas na planilha abaixo exemplificada, esta constitui um resumo prático da planilha anterior.

10. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES												
Ações / Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Maio	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Recebimento dos recursos	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Prestação dos serviços contratados		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Divulgação do projeto	X	X	X									
Contratação dos serviços		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Aquisição de bolas		X						X				
Aquisição de tabelas							X					
Aquisição de materiais diversos	X											
Seleção de atletas para composição das equipes	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Peneiras para seleção de atletas			X			X			X			
Uniformes de treino			X					X				
Uniformes de competição							X					
OLESC								X	X			
Campeonato entre núcleos										X		
JASC									X		X	
Campeonato Estadual da Federação								X				
Prestação de contas trimestral das atividades				X			X			X		
Prestação de contas final												X
Descrição das etapas da Meta 2	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

Campo 11 – este irá descrever as atividades a serem desenvolvidas, indicar as turmas e seus horários de funcionamento, relacionando também o dia da semana que elas ocorrerão (marque com um “x” a coluna correspondente, conforme exemplo). Este item deve demonstrar as 6 (seis) horas de contrapartida obrigatória da entidade. Ademais, a entidade deve se assegurar que os horários sejam mantidos

atualizados para fins de fiscalização.

11. GRADE HORÁRIA							
NÚCLEO	TURMAS	HORÁRIO	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª
NÚCLEO SEDE (treinamentos)	Sub 13	17h - 18h	X		X		
	Sub 17	16h - 17h	X		X		
	Adulto	20h - 22h		X		X	
TOTAL DE HORAS SEMANAIS:		10 horas semanais					
NÚCLEO 1	Turma 1	14h - 16h	X		X		
	Turma 1	15h - 17h		X		X	
TOTAL DE HORAS SEMANAIS:		8 horas semanais					

Campo 12 – No orçamento deve-se relacionar o valor total do projeto apresentado. Tal valor deve observar o disposto no subitem 3.2 do Edital. As planilhas deste campo e subitens serão preenchidas de forma exemplificativa.

12. ORÇAMENTO	
Fonte	Valor do Investimento Solicitado
Município de São José (FUNESJ)	R\$ 22.000,00

Campo 12.1 – No orçamento resumido, a proponente deve relacionar os custos resumidos por tipo de despesa. Deve-se criar tantos itens quanto forem necessários, numerando-os sequencialmente.

12.1 ORÇAMENTO RESUMIDO	
Item de Custo	Valor total
1. Equipamentos esportivos	R\$ 460,00
2. Materiais de divulgação	R\$ 410,00
3. Recursos humanos	R\$ 20.000,00
4. Uniformes	R\$ 1.130,00

Campo 12.2 – No orçamento analítico os números dos itens de custo se tornam códigos e cada item deve ser descrito da forma mais minuciosa possível. Explicando seu preenchimento: o código a que se refere a primeira coluna é simplesmente sequencial e deve observar o número do item. Este código será utilizado quando da prestação de contas. O item/balazamento trata da indicação do material e/ou serviço incluído no item. A unidade de medida indica como o produto é adquirido – unidade, caixa, quilo, pacote. A duração é quantas vezes a operação irá se repetir. Por exemplo, a entidade irá adquirir bolas 3 vezes durante a execução, 10 bolas de cada vez, na especificação da quantidade deverá indicar 10 e não 30, pois no valor total será considerado o cálculo (quantidade x duração x valor unitário).

12.2 ORÇAMENTO ANALÍTICO						
1. Cód.	2. Item / Balazamento	3. Qtd	4. Unid.	5. Duração	6. Vlr Unit.	7. Vlr Total (3x5x6)
1. Equipamentos esportivos*						
1.1	Bolas Max 200	3	Unidades	1	R\$ 100,00	R\$ 300,00
1.2	Coletes	20	Unidades	1	R\$ 8,00	R\$ 160,00
2. Materiais de divulgação						
2.1	Banners	3	Unidades	1	R\$ 120,00	R\$ 360,00
2.2	Flyers	500	Unidades	1	R\$ 0,10	R\$ 50,00
3. Recursos humanos						
3.1	Técnico**	1	Serviço	10	R\$ 2.000,00	R\$ 20.000,00
4. Uniformes						
4.1	Camisetas	40	Unidades	1	R\$ 28,25	R\$ 1.130,00

ATENÇÃO: \*Nos termos do art. 22, V, da Lei nº 13.019/2014, a entidade deverá apresentar “elementos que demonstrem a compatibilidade dos custos com os preços praticados no mercado ou com outras parcerias da mesma natureza[...]”. Neste sentido, para cada código deverão ser acostados três orçamentos ao projeto. No caso de serviços de profissionais, buscar nos respectivos órgãos de classe o piso salarial.

\*\*Inserir currículo do corpo técnico que irá receber pelo projeto. Não serão aceitos projetos com “técnicos a definir”.

Campo 12.3 – O cronograma de desembolso é fundamental para correta execução do convênio. Abaixo demonstraremos um modo bem simples de executar. Contudo, cada entidade deve programar-se para executar as despesas indicadas no campo 12.2 da melhor forma possível. Não se pode esquecer, contudo, de dividir o valor do projeto (campo 12) em onze parcelas fixas, não obrigatoriamente iguais, e tentar adequar a aquisição de bens e serviços às parcelas.

12.3 CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO											
Item	Jan	Fev	Mar	Abr	Maio	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
1.1											
1.2											
2.1											
2.2											
3.1											
4.1											
Total Mês											



Campo 13 – A conta bancária a ser vinculada ao projeto e, por conseguinte, ao convênio, deve ser exclusiva para recebimento das verbas da Fundação, o único outro valor que pode ser creditado na conta é aquele referente a compensação das tarifas bancárias.

13. DADOS BANCÁRIOS			
BANCO:	AGÊNCIA:	CONTA:	OPERAÇÃO:

FINAL – o “Projeto” encaminhado por e-mail em formato .doc será transformado em um Plano de Trabalho, nos mesmos termos, o qual deverá ser rubricado (em todas as suas folhas), datado e assinado pelo Responsável Técnico designado e pelo Presidente da Entidade ou seu representante juridicamente constituído. O documento só será anexo ao convênio, dando ao mesmo eficácia, após devidamente assinado.

#### ORIENTAÇÕES FINAIS:

1. todos os valores expressos no Plano de Trabalho, deverão estar em Reais;
2. a entidade pode acrescentar, após os campos exigidos, outros campos que achar convenientes, haja vista que quanto mais detalhes acrescentados ao Projeto, melhor, mas é necessário muito cuidado e atenção para que não se fuja do escopo do Projeto;
3. quando julgado necessário e pertinente, pode-se acrescentar campos e lacunas no plano, acrescentando-se linhas às planilhas. O espaço de cada campo/lacuna não é fixo, podendo ser ampliado conforme a necessidade.

#### ANEXO 2 - RELAÇÃO DE DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIOS COM ENTIDADES EM 2016

Deverão ser encaminhados juntamente com o projeto (Anexo 1) os seguintes documentos:

##### 1. Documentos da Entidade e Responsáveis

- Estatuto da Entidade;
- Ata de Posse;
- CPF e RG, ou CNH do Presidente
- CPF e RG, ou CNH do Tesoureiro
- CPF e RG, ou CNH do Responsável Técnico

##### 2. Documentos de regularidade diante das entidades de administração do desporto

- Comprovante de inscrição do responsável técnico no CREF
- Comprovante de regularidade do responsável técnico na Federação e/ou Confederação
- Declaração de regularidade da entidade diante da Federação e/ou Confederação da modalidade, a qual deve estar ligada ao Comitê Olímpico Brasileiro, no caso das modalidades olímpicas.

Os documentos dos itens 1 e 2 deverão ser autenticados, nos termos do edital, mediante apresentação do original na sede da Fundação ou através de cópias autenticadas em cartório.

##### 3. Documentos de regularidade diante dos órgãos públicos

- Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal;
- Prova de regularidade fiscal relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de
- Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho
- mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou
- Certidão Positiva com efeitos de Negativa;
- Pareceres positivos das Prestações de Contas Parciais (primeiro semestre) do exercício de 2015, caso tenha recebido algum valor da PMSJ, no exercício de 2015.

As certidões deverão estar válidas na data limite determinadas no preâmbulo deste Edital. Quando nas certidões não constar o prazo de validade, considerar-se-á 90 (noventa) dias da data de emissão. Os pareceres, caso sejam da Fundação Municipal de Esportes e Lazer, podem ser solicitados através do e-mail [convencios.esporte@pmsj.sc.gov.br](mailto:convencios.esporte@pmsj.sc.gov.br).

##### 4. Outros documentos

- Currículo do corpo técnico atuante no projeto;
- Relação de atletas federados pela entidade na data de inscrição bem como resumo de seus respectivos resultados, dividindo-os por faixa etária (13 a 16 anos; 15 a 18 anos e acima de 18 anos);
- Declaração de funcionamento regular nos dois anos anteriores ao credenciamento, emitida por duas autoridades locais;
- Orçamentos referentes aos itens listados no Anexo 1.

#### ANEXO 3 – FORMULÁRIO DE AJUSTES E RECURSOS

PROPONENTE:	
NOME DO PROJETO:	
FORMULÁRIO PARA:	AJUSTE ( ) RECURSO ( )
ITEM A MODIFICAR / RECORRER:	Indicar o número do item a modificar ou do qual se está recorrendo após a forma estabelecida pela Comissão
CONTRAPROPOSTA:	A entidade deve apresentar contraproposta do item que fora alterado pela Comissão. No caso de orçamento, indique “nos termos da planilha anexa” e anexe nova planilha, adequando os valores ao valor aprovado pela Comissão, no caso de redução e/ou solicitando aprovação de mudanças.

JUSTIFICATIVA:

Indique os motivos pelo qual se está recorrendo ou modificando os termos do projeto na forma aprovada pela Comissão.

\* Faça uso desta planilha tanto quanto forem os itens dos quais se recorre.

**PORTARIA Nº 65/2015**

PORTARIA Nº 65/2015

NOMEIA DIRETOR TÉCNICO PARA OS CAPS, CAPSAD E CAPSI.

A Secretária Municipal da Saúde, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica, no parágrafo único do art. 66, incisos I, II, IV.

Considerando que, de acordo com o art. 15, da Lei nº 3.999/61, os cargos ou funções de Chefia de serviços médicos somente poderão ser exercidos por médicos devidamente habilitados na forma da Lei;

Considerando que, o art. 28, do Decreto nº 20.931/32, preceitua que qualquer organização hospitalar ou de assistência médica, pública ou privada, obrigatoriamente tem que funcionar com um Diretor Técnico, habilitado para o exercício da medicina, como principal responsável pelos atos médicos ali realizados;

Considerando que o art. 11, da Resolução CFM nº 997/80 estabelece que o Diretor Técnico, principal responsável pelo funcionamento dos Estabelecimentos de Saúde, terá obrigatoriamente sob sua responsabilidade a supervisão e coordenação de todos os serviços técnicos do estabelecimento, que a ele ficam subordinados hierarquicamente;

Considerando que a Resolução CFM nº 1.342/91 estabelece normas sobre responsabilidade e atribuições do Diretor Técnico e do Diretor Clínico;

Considerando que ao Diretor Técnico compete assegurar condições adequadas de trabalho e os meios imprescindíveis ao exercício de uma boa prática médica, zelando, ao mesmo tempo, pelo fiel cumprimento dos princípios éticos e que ao Diretor compete a supervisão da prática médica realizada na Instituição;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como Diretor Técnico dos Caps, o servidor Regis Chachamovich, ocupante do cargo de médico psiquiatra, CRM 16179, matrícula nº 417149.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São José (SC), 10 de setembro de 2015.

Suzana Senna Bousfield  
Secretária da Saúde

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**SUSPENSÃO DE PREGÃO 004 DE 2015**

AVISO DE SUSPENSÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº: 004/2015

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 043/2015

OBJETO: A licitação tem como objeto a contratação de empresa(s) para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA NOS SISTEMAS DE INFORMÁTICA, MICROCOMPUTADORES, LEPTOPS (NOTEBOOKS), SERVIDORES E CORRELATOS COMO ESTABILIZADORES, TECLADOS, MOUSE, MONITORES PERIFÉRICOS DE REDE IP E SIMILARES DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, GERENCIAMENTO DA REDE E SEUS ATIVOS E CABEAMENTO ESTRUTURADO, INSTALADOS NA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC, COM PROFISSIONAL NÍVEL 3 EM FRANQUIA MENSAL PARA GERENCIAR E ELABORAR PROJETOS EM TODOS OS CASOS QUE FOREM NECESSÁRIOS SUPORTAR E IMPLEMENTAR AS TECNOLOGIAS DESTE CERTAME, DAR SUPORTE AOS SERVIDORES E SISTEMAS.

A Câmara Municipal de São José torna público aos interessados, em especial, as empresas licitantes que o certame licitatório em epígrafe está SUSPENSO "SINE DIE", haja vista a determinação cautelar do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina no Processo n.º REP-15/00467585 de Relatoria do Auditor Gerson dos Santos Sicca comunicada em 10 de setembro de 2015.

Maiores informações: Diretoria De Administração – Comissão Permanente De Licitações e Contatos (48) 3029 1327

GABRIEL NIENCHOTTER  
PREGOEIRO

# São Lourenço do Oeste

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO Nº 008/2015 - PR Nº 002/2015 - ICSL**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC  
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC, ATRAVÉS DO INSTITUTO CULTURAL, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 24/09/2015, às 08:30 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/2015, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2015, OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE TRANSPORTE TERRESTRE DE PASSAGEIROS, SENDO OS ALUNOS, CORALISTAS E DEMAIS ENTIDADES CULTURAIS DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, A FIM DE ATENDER AS SOLICITAÇÕES DO INSTITUTO CULTURAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramais 8564/8588. Site [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br).

São Lourenço do Oeste-SC, 11 de setembro de 2015.  
ALTAMIR LEMES DA ROSA  
GERENTE EXECUTIVO

### **DECRETO Nº 5.171, DE 11 DE SETEMBRO DE 2015.**

DECRETO Nº 5.170, DE 10 DE SETEMBRO DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar - por excesso de arrecadação, no orçamento programa de 2015, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e autorização contida na Lei Municipal nº 2.191, de 18 de dezembro 2014 e no art. 43, §1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar - proveniente do excesso de arrecadação, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de até R\$ 95.000,00 (noventa e cinco mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

08.00 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME

08.01 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME

08.01.12.361.4505.2.050.3.3.90.00.00.00.00.01.0001 61 Aplicação Direta R\$ 50.000,00

08.00 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME

08.01 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME

08.01.12.365.4505.2.015.3.3.90.00.00.00.00.01.0000 85 Aplicação Direta R\$ 45.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o artigo anterior, decorrerá a utilização do excesso de arrecadação, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.191, de 18 de dezembro 2014 e o art. 43, §1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 10 de setembro de 2015.  
GERALDINO CARDOSO  
Prefeito Municipal

### **DECRETO Nº 5.172, DE 11 DE SETEMBRO DE 2015.**

DECRETO Nº 5.172, DE 11 DE SETEMBRO DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar - por excesso de arrecadação, no orçamento programa de 2015, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e autorização contida na Lei Municipal nº 2.191, de 18 de dezembro 2014 e no art. 43, §1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar - proveniente do excesso de arrecadação, no orçamento vigente, no valor de R\$ 17.783,76 (dezesete mil, setecentos e oitenta e três reais e setenta e seis centavos) na seguinte dotação orçamentária:

08.00	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME		
08.01	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME		
12.361.4505.1.085	45	Aplicações Diretas	R\$ 17.783,76
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0032			

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o artigo anterior, decorrerá a utilização do excesso de arrecadação, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.191, de 18 de dezembro 2014 e o art. 43, §1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 11 de setembro de 2015.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

### **DECRETO Nº 5.173, DE 11 DE SETEMBRO DE 2015.**

DECRETO Nº 5.173, DE 11 DE SETEMBRO DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar, superávit financeiro, no orçamento programa de 2015, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.191, de 18 de dezembro de 2014, e de acordo com o inciso I, do §1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, superávit financeiro, no orçamento vigente, criando-se a modalidade de aplicação e adicionando-se pelo crédito suplementar o valor de R\$ 47.000,00 (quarenta e sete mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

06.00	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF		
06.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF		
04.122.4503.2.006	206	Aplicações Diretas	R\$ 47.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0.3.0089			

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o art. 1º, decorrerá a utilização do superávit financeiro, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.191, de 18 de dezembro de 2014 e o art. 43, §1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 11 de setembro de 2015.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

### **EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002.1/2015 - ICSL**

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002.1/2015.

Homologa as inscrições e divulga a classificação preliminar do Processo Seletivo nº 002/2015, de 14 de agosto de 2015, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CULTURAL DE SÃO LOURENÇO, autarquia do Município de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 19, inciso XV, da Lei Complementar nº 81, de 16 de março de 2007, alterada pela Lei Complementar nº 89, de 24 de outubro de 2007;

CONSIDERANDO que a única inscrição para o Processo Seletivo do Instituto Cultural de São Lourenço, aberto pelo Edital nº 002/2015, de 14 de agosto de 2015, foi deferida, não sendo necessária a abertura de prazo para recurso por indeferimento de inscrição, em conformidade com os itens 3.1 e 3.3 do Edital de Processo Seletivo nº 002/2015;

CONSIDERANDO que além de homologar a inscrição da candidata faz-se necessário dar publicidade à classificação obtida pela mesma, prevendo um prazo compatível para que esta, querendo, apresente recurso, solicitando a revisão da pontuação obtida, conforme determinado no edital de abertura;

TORNA PÚBLICA a homologação das inscrições e a classificação preliminar obtida no Processo Seletivo nº 002/2015, de 14 de agosto de

2015, para a contratação temporária de pessoal, em regime especial, para atender necessidade de excepcional interesse público do Instituto Cultural de São Lourenço, para o ano de 2015, conforme os quadros infra descritos:

**1. HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES:**

**1.1 - Função de Nível Médio:**

a) Instrutor de Artes Cênicas II - Habilitação: Ensino Médio Completo e Conhecimento na área de Dança Étnica: alemã.

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO
001	Maiara Cristina Krounbauer Eckert	Deferida/Homologada

**2. CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR**

**2.1 - Função de Nível Médio:**

b) Instrutor de Artes Cênicas II - Habilitação: Ensino Médio Completo e Conhecimento na área de Dança Étnica: alemã.

Class.	Nº Insc.	Candidato	Graduação	Curso Técnico	Grad. Cur-sando	Especialização	Capacitação	Tempo Serviço	Total de Pontos
1º	001	Maiara Cristina Kronbauer Eckert	0	0	0	0	05	00	05
.....	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----

**3. RECURSO**

3.1. Somente haverá revisão dos pontos atribuídos à candidata, mediante requerimento fundamentado, com protocolo na sede do ICSL, sito na Via Parque, s/n, Pavimento Inferior, bairro Cruzeiro, anexo ao Centro de Eventos, neste Município, dirigido à Comissão de Processo Seletivo Público, que após análise das justificativas deliberará.

3.2. O prazo de interposição de recurso será de 48 (quarenta e oito) horas, contadas da data de publicação deste Edital, tendo como termo inicial o primeiro dia útil subsequente.

3.3. No pedido de recurso deverá constar o nome da candidata, número de inscrição, endereço e a alegação fundamentada do recurso, sendo que não será aceito recurso via postal, via fax e/ou via correio eletrônico, bem como não será considerado o recurso formulado fora do prazo.

3.4. Após a análise de eventual recurso, o Presidente do Instituto Cultural de São Lourenço homologará o resultado final do Processo Seletivo.

3.5. O ato de homologação será divulgado no mural da Prefeitura Municipal de São Lourenço do Oeste (sito a rua Duque de Caxias, nº 789), no local das inscrições (sede do ICSL), no site oficial do Município ([www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br)), e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC ([www.diariodospmunicipios.sc.gov.br](http://www.diariodospmunicipios.sc.gov.br)).

3.6. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão responsável pelo Processo Seletivo, mantidas, em qualquer caso, as condições estabelecidas no Edital de Abertura nº 002/2015 - ICSL.

São Lourenço do Oeste - SC, 11 de setembro de 2015.

ALTAMIR JORGE LEMES DA ROSA

Presidente da Autarquia

# São Miguel da Boa Vista

## PREFEITURA

### PROCESSO LICITATÓRIO 14/2015 FMS.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/2015 FMS.

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

GILNEI ANTONIO GUTH, Prefeito Municipal de São Miguel da Boa Vista (SC), torna publico, Licitação do tipo "MENOR PREÇO", por item, na modalidade Pregão Presencial, para aquisição de serviços especializados em hidroginástica grupal, para a unidade de Saúde e Assistência Social, e estará recebendo envelopes da documentação e proposta até às 8:45 horas do dia 25/09/2015. Maiores informações, bem como cópia do edital poderá ser obtida com o setor de compras e Licitações, de Segunda a Sexta-Feira, horário de expediente, das 7:00 às 13:00 horas. A presente licitação será regida pela Lei n. º 10.520/02 com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores.

São Miguel da Boa Vista (SC), 14 de setembro de 2015.

GILNEI ANTONIO GUTH

Prefeito Municipal.



**PREFEITURA**

# Schroeder

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 29/2015-FMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 29/2015-FMS

PROCESSO Nº. 64/2015-FMS

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em manutenção preventiva e corretiva para equipamentos odontológicos, autoclaves destiladores de água e equipamentos médicos/enfermagem e mini-incubadoras e ECG, incluindo manutenção e troca de peças para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 02 de outubro de 2015 às 08h45min.

Abertura do Processo: 02 de outubro de 2015 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder ([www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br)) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br)

Schroeder, 15 de setembro de 2015.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

### **CONVITE - AUDIÊNCIA PÚBLICA - DISCUSSÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA 2016**

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

O Prefeito Municipal de Schroeder, Excelentíssimo Senhor Osvaldo Jurck e o Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças, Excelentíssimo Senhor Elmer Sandro Quadros, convidam todos os interessados para participar da AUDIÊNCIA PÚBLICA, para Discussão da Lei Orçamentária Anual – LOA 2016.

DATA: 17 de setembro de 2015 (quinta-feira)

HORÁRIO: 16h

LOCAL: Câmara Municipal de Vereadores

Avenida dos Imigrantes, 2520 – Schroeder – SC

### **DECRETO Nº 3.417/2015 DE 4 DE SETEMBRO DE 2015**

DECRETO Nº 3.417/2015 de 4 de setembro de 2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.075/2014 de 2 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 69.999,98 (sessenta e nove mil novecentos e noventa e nove reais e noventa e oito centavos) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

06.02 - UNIDADES DE SERVIÇOS URBANOS

06.02.25.752.3003.2.310 - Manutenção da Iluminação Pública

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0008 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica R\$ 65.000,00

08 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

08.01 - DIRETORIA DE SANEAMENTO

08.01.17.512.3007.2.316 - Manutenção do Fundo Municipal de Saneamento Básico

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0224 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica R\$ 4.999,98

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

06.02 - UNIDADES DE SERVIÇOS URBANOS

06.02.25.752.3003.2.310 - Manutenção da Iluminação Pública

3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0008 - Material de Consumo R\$ 65.000,00

08 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

08.01 - DIRETORIA DE SANEAMENTO

08.01.17.512.3007.2.316 - Manutenção do Fundo Municipal de Saneamento Básico

3.3.90.36.00.00.00.00 - 00.01.0224 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica R\$ 3.999,99

08 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

08.01 - DIRETORIA DE SANEAMENTO

08.01.17.512.3007.2.316 - Manutenção do Fundo Municipal de Saneamento Básico

3.3.90.14.00.00.00.00 - 00.01.0224 - Diarias - Civil R\$ 999,99

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 04 de setembro de 2015.

OSVALDO JURCK ELMER SANDRO QUADROS

Prefeito Municipal Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

## **LEI Nº 2.118/2015**

LEI Nº2.118/2015

DISPÕE sobre o serviço de acolhimento em Família Acolhedora para Crianças e Adolescentes, e dá outras providências.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, faz saber aos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído no Município de Schroeder o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora para Crianças e Adolescentes, doravante denominado Serviço, a ser desenvolvido pela Secretaria de Assistência Social.

Art. 2º O Serviço tem por objetivos:

I – promover o acolhimento familiar de crianças e adolescentes afastadas temporariamente de sua família de origem;

II – acolher e dispensar cuidados individualizados em ambiente familiar;

III – preservar vínculos com a família de origem, salvo determinação judicial em contrário;

IV – possibilitar a convivência comunitária e o acesso à rede de políticas públicas;

V – apoiar o retorno da criança e do adolescente à família de origem.

Art. 3º O Serviço atenderá crianças e adolescentes inclusive aqueles com deficiência, aos quais foi aplicada medida de proteção, por motivo de abandono ou violação de direitos, cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção.

Parágrafo único. O acolhimento familiar será sempre determinado judicialmente e dependerá da disponibilidade das famílias cadastradas e da avaliação da equipe técnica.

Art. 4º A criança ou adolescente cadastrado no Serviço receberá:

- I - com absoluta prioridade, atendimento nas áreas de saúde, educação e assistência social, através das políticas existentes;
- II - acompanhamento psicossocial pelo Serviço;
- III - prioridade entre os processos que tramitam no Juizado da Infância e Juventude, primando pela provisoriedade do acolhimento;
- IV - estímulo à manutenção e/ou reformulação de vínculos afetivos com sua família de origem, nos casos em que houver possibilidade;
- V - permanência com seus irmãos na mesma família acolhedora, sempre que possível.

Art. 5º A inscrição das famílias interessadas em participar do Serviço será gratuita, feita por meio do preenchimento de Ficha de Cadastro do Serviço, apresentando os documentos seguintes:

- I - carteira de identidade;
- II - Cadastro de Pessoa Física da Receita Federal – CPF;
- III - certidão de nascimento ou casamento;
- IV - comprovante de residência;
- V - certidão negativa de antecedentes criminais dos responsáveis legais pelo núcleo familiar;
- VI – comprovante de rendimentos dos familiares economicamente ativos;
- VII – atestado de saúde física e mental dos responsáveis pelo núcleo familiar.

Parágrafo único. O pedido de inscrição deverá ser feito junto à Equipe Técnica do Serviço.

Art. 6º As famílias acolhedoras prestarão serviço de caráter voluntário e sem vínculo empregatício com o Município, sendo requisitos para participar do Serviço:

- I - pessoas maiores de vinte e um anos, sem restrição quanto ao sexo e estado civil;
- II - declaração de não estar no Cadastro de Pretendentes à Adoção existente na Comarca e/ou do Nacional e não ter interesse em adoção;
- III - concordância de todos os membros da família;
- IV - residir no Município;
- V - interesse em oferecer proteção e amor às crianças e adolescentes;
- VI – estudo psicossocial favorável da equipe técnica do Serviço.

Art. 7º A seleção entre as famílias inscritas será feita através de estudo psicossocial de responsabilidade da Equipe Técnica do Serviço.

§ 1º O estudo psicossocial será realizado pela Equipe Técnica, através de visitas domiciliares, observação, entrevistas individuais, familiares e contatos colaterais e envolverá todos os membros da família.

§ 2º Após a emissão do estudo psicossocial favorável à inclusão no Serviço, a família assinará Termo de Adesão ao mesmo.

§ 3º As famílias cadastradas poderão ser desligadas do Serviço, por iniciativa própria ou por decisão da Equipe Técnica, mediante estudo psicossocial.

§ 4º Em caso de desligamento do Serviço, as famílias acolhedoras que desejam retornar ao mesmo deverão fazer solicitação nos moldes do art. 6º desta Lei.

Art. 8º As famílias cadastradas receberão acompanhamento e preparação contínua, sendo orientados sobre os objetivos do Serviço, sobre a diferenciação com a medida de adoção, sobre a recepção, manutenção e o desligamento das crianças/adolescentes.

Parágrafo único. A preparação das famílias cadastradas será feita através de:

- I - orientação direta às famílias nas visitas domiciliares e entrevistas;
- II - participação em encontros mensais de estudo e troca de experiência com todas as famílias, onde serão abordados temas sobre os direitos da criança e do adolescente, questões sociais relativas à família de origem, relações intrafamiliares, guarda como medida de colocação em família substituta, papel da família acolhedora e outras questões pertinentes;
- III - participação em cursos e eventos de formação.

Art. 9º Os profissionais do Serviço efetuarão contato com as famílias acolhedoras, observadas as características e necessidades da criança ou adolescente e o perfil da família acolhedora no processo de inscrição.

§ 1º A duração do acolhimento varia de acordo com a situação apresentada, podendo durar de horas a meses. A duração máxima de referência é de 2 (dois) anos, podendo haver acolhimento mais prolongado, se criteriosamente avaliada a necessidade e determinado pela equipe técnica.

§ 2º As famílias acolhedoras atenderão somente uma criança ou adolescente por vez, salvo se grupos de irmãos.

§ 3º O encaminhamento da criança ou adolescente ocorrerá mediante Termo de Guarda e Responsabilidade concedido à Família Acolhedora, determinado em processo judicial.

§ 4º Em caráter excepcional e urgente, o Conselho Tutelar acionará a equipe do Serviço para fazer o encaminhamento de criança ou adolescente ao Serviço, desde que comunique a autoridade judiciária no prazo improrrogável de 24 (vinte e quatro) horas, identificando a criança ou adolescente encaminhado. Nesses casos, cabe ao Serviço prestar informações à autoridade judiciária em igual prazo.

Art. 10. O término do acolhimento familiar da criança ou adolescente dar-se-á, após avaliação da equipe técnica do serviço de acolhimento, por determinação judicial, atendendo aos encaminhamentos pertinentes ao retorno à família de origem ou colocação em família substituta, através das seguintes medidas:

I – acompanhamento após a reintegração familiar visando a não reincidência do fato que provocou o afastamento da criança ou adolescente;

II - acompanhamento psicossocial à família acolhedora após o desligamento da criança ou adolescente, sempre que avaliada esta necessidade;

III – orientação e supervisão do processo de visitas entre a família acolhedora e a família que recebeu a criança ou adolescente, podendo ser a de origem ou a extensa;

IV – comunicação ao Juízo da Infância e da Juventude da Comarca, quando ocorrer o desligamento da família de origem do Serviço.

§ 1º Nos casos em que a criança ou o adolescente acolhido forem encaminhados para adoção, deverá ser respeitado o Cadastro de Pretendentes à Adoção existente na Comarca e/ou do Nacional.

§ 2º O acompanhamento do processo de adaptação da criança e do adolescente na família substituta será realizado pelos profissionais do Judiciário, podendo haver parceria com a Equipe Técnica do Serviço.

Art. 11. As famílias acolhedoras têm a responsabilidade familiar pelas crianças e adolescentes acolhidos, responsabilizando-se pelo seguinte:

I - todos os direitos e responsabilidades legais reservados ao guardião, obrigando-se à prestação de assistência material, moral e educacional à criança e ao adolescente, conferindo ao seu detentor o direito de opor-se a terceiros, inclusive aos pais nos termos do art. 33 do Estatuto da Criança e do Adolescente;

II - participar do processo de preparação, formação e acompanhamento;

III - prestar informações sobre a situação da criança/adolescente acolhidos aos profissionais que estão acompanhando a situação;

IV - contribuir na preparação da criança/adolescente para futura colocação em família substituta ou retorno à família biológica, sempre sob orientação técnica dos profissionais do Serviço;

V - nos casos de não adaptação, a família procederá à desistência formal da guarda, responsabilizando-se pelos cuidados da criança e do adolescente acolhido até novo encaminhamento, o qual será determinado pela autoridade judiciária;

VI - a transferência para outra família deverá ser feita de maneira gradativa e com o devido acompanhamento.

Parágrafo único. A obrigação de assistência material pela família acolhedora se dará com base no subsídio financeiro oferecido pelo Serviço.

Art. 12. A equipe técnica do Serviço acompanhará sistematicamente as famílias acolhedoras, as crianças e adolescentes acolhidos e as famílias de origem.

§ 1º O acompanhamento acontecerá através de:

I - visitas domiciliares, nas quais os profissionais e família conversam sobre a situação da criança e do adolescente, sua evolução e o cotidiano na família, dificuldades no processo e outras questões pertinentes;

II – atendimentos psicossociais aos envolvidos;

III - preparação e execução de encontros de acompanhamento a serem realizados com a presença das famílias envolvidas e das crianças e adolescentes acolhidos;

#### IV - encaminhamentos a Rede de Atendimento.

§ 2º O acompanhamento à família de origem e o processo de reintegração familiar da criança/adolescente será realizado pelos profissionais do Serviço, sempre que esta família mostrar interesse e motivação para as mudanças necessárias, e não havendo impedimento legal.

§ 3º Os profissionais acompanharão as visitas entre criança e adolescente/família de origem/família acolhedora, a serem realizados em espaço físico neutro.

§ 4º A participação da família acolhedora nas visitas será decidida em conjunto com a família de origem.

§ 5º Sempre que solicitado pela autoridade judiciária, a equipe técnica prestará informações sobre a situação da criança/adolescente acolhidos e informará quanto há possibilidade ou não de reintegração familiar.

§ 6º Quando entender necessário, visando a agilidade do processo e a proteção da criança/adolescente, a Equipe Técnica prestará informações ao Juizado sobre a situação da criança/adolescente acolhidos e as possibilidades ou não de reintegração familiar.

Art. 13. O Serviço será subsidiado através de recursos financeiros do Município de Schroeder, através da Secretaria de Assistência Social e de Convênios com o Estado e a União.

Art. 14. As famílias cadastradas no Serviço, independentemente de sua condição econômica, têm a garantia do recebimento de subsídio financeiro, por criança/adolescente em acolhimento, nos seguintes termos:

I - nos casos em que o acolhimento familiar for inferior a um mês, a família acolhedora receberá subsídio de acordo com o tempo de permanência da criança/adolescente acolhidos;

II - nos acolhimentos superiores há um mês, a família acolhedora receberá subsídio financeiro no valor correspondente a 01 (um) salário mínimo vigente, para despesas com alimentação, vestuário, higiene pessoal, lazer e material de consumo.

§ 1º O subsídio financeiro será repassado através de depósito bancário em conta corrente/poupança de titularidade de um dos responsáveis legais do núcleo familiar da família acolhedora.

§ 2º A família poderá optar pelo recebimento ou não do subsídio financeiro;

§ 3º O subsídio mensal no valor correspondente 01 (um) salário mínimo vigente por criança ou adolescente, repassado às famílias acolhedoras durante o período de acolhimento, será subsidiado pelo Município, através da Secretaria de Assistência Social, previsto na dotação orçamentária pertinente.

§ 4º As crianças/adolescentes e as famílias serão encaminhadas para os serviços e recursos sociais da comunidade, tais como creche, escola, unidades de saúde, atividades recreativas de lazer e culturais, entidades sociais de apoio e outras.

§ 5º Quando a criança e o adolescente forem reintegrados à família de origem, havendo necessidade, será fornecido à família subsídio financeiro no valor de 01 (um) salário mínimo mensal, pelo período de até 03 (três) meses, sendo que os profissionais da Equipe Técnica farão a avaliação quanto à necessidade e duração do repasse do subsídio financeiro.

Art. 15. A equipe técnica do Serviço será formada conforme orientação da NOB/SUAS-RH.

Art. 16. O Serviço contará com os seguintes recursos materiais:

I - subsídio financeiro para as famílias acolhedoras, nos termos do disposto no art. 14, inciso I e II e parágrafos desta Lei;

II - capacitação para Equipe Técnica, preparação e formação das famílias acolhedoras;

III - espaço físico para reuniões;

IV - espaço físico para atendimento pelos profissionais do Serviço, de acordo com a necessidade de cada área profissional e equipamentos necessários;

V - veículo disponibilizado pela Secretaria de Assistência Social.

Art. 17. O processo de avaliação do Serviço será realizado nas reuniões, nas quais será avaliado o alcance dos objetivos propostos, o envolvimento e a participação da comunidade, a metodologia utilizada quanto a continuidade do mesmo.

Parágrafo único. Compete ao Conselho Tutelar acompanhar e verificar a regularidade do Serviço, encaminhando ao Juízo da Infância e Juventude da Comarca relatório circunstanciado sempre que observar irregularidades em seu funcionamento.

Art. 18. Fica autorizado o Município a buscar junto a outros Municípios, na forma de Convênio, auxílio para o acolhimento de crianças/adolescentes que não são contempladas pelo perfil das famílias acolhedoras ou quando não houver número suficiente de famílias cadastradas no Serviço.



Art. 19. Revoga-se a Lei Municipal nº. 1.781/2010, de 2 de março de 2010.

Art. 20. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 11 de setembro de 2015.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

### **TERMO ADITIVO Nº. A49/2015 – PMS**

TERMO ADITIVO Nº. A49/2015 – PMS

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 150/2015 – PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck.

CONTRATADA: CLINICA HENRI EY LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 80.497.316/0002-50, estabelecida na Rua Henrique Sohn, nº. 33, Bairro Czerniewicz, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89255-240, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada legalmente pela Senhora Sandra Regina Silva, inscrita no CPF sob o nº 419.651.089-20.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 150/2015-PMS, celebrado em 29 de junho de 2015, proveniente do Processo de licitação nº. 111/2015 – PMS, Pregão Presencial nº. 49/2015 – PMS, para contratação de empresa especializada em Atualização do Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho de acordo com a Norma Regulamentadora do MTE; Atualização do Programa de Prevenção dos Riscos Ambientais de acordo com a Norma Regulamentadora do MTE; Atualização do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional de acordo com a Norma regulamentadora do MTE para as necessidades do Município de Schroeder/SC, regido pela Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, e mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas e conforme proposta apresentada.

Considerando a solicitação feita pela empresa contratante que no contrato passe a ser a nova razão social HUMANA SAÚDE E SEGURANÇA OCUPACIONAL LTDA., alteração para o CNPJ da matriz 80.497.316/0001-70 e alteração de endereço Rua Jorge Czerniewicz 1277, Bairro Czerniewicz, na cidade de Jaraguá do Sul, Santa Catarina, CEP 89.255-072, conforme cópia do contrato social em anexo ao pedido.

Considerando a 14ª Alteração Contratual, no qual nos traz em sua Cláusula 4ª. a alteração de seu nome empresarial, a qual passará a ser HUMANA SAÚDE E SEGURANÇA OCUPACIONAL LTDA., na cláusula 5ª. a alteração de endereço para Rua Jorge Czerniewicz 1277, Bairro Czerniewicz, na cidade de Jaraguá do Sul, Santa Catarina, CEP 89.255-072 e a cláusula 7ª. que extingue em 31/07/2015 a filial nº.01 CLINICA HENRI EY LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 80.497.316/0002-50, estabelecida na Rua Henrique Sohn, nº. 33, Bairro Czerniewicz, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89255-240.

Considerando que a referida Alteração Contratual foi realizada em 24 de julho de 2015 e registrada perante a Junta Comercial em 30 de julho de 2015.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª – A partir deste fica alterada a razão social para HUMANA SAÚDE E SEGURANÇA OCUPACIONAL LTDA., alterado o CNPJ para 80.497.316/0001-70 e alterado o endereço para Rua Jorge Czerniewicz 1277, Bairro Czerniewicz, na cidade de Jaraguá do Sul, Santa Catarina, CEP 89.255-072

Cláusula 2ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 150/2015-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 11 de setembro de 2015.

CONTRATADA:

HUMANA SAÚDE E SEGURANÇA OCUPACIONAL LTDA.

Sandra Regina Silva

CPF nº 419.651.089-20

Tatiana Sueko Spohr  
CPF nº. 027.519.309-80

CONTRATANTE:  
MUNICÍPIO DE SCHROEDER  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

**TESTEMUNHAS:**

1ª \_\_\_\_\_  
Nome: Daniela Samuleski  
CPF nº. 053.350.739-18

2ª \_\_\_\_\_  
Nome: Ivandra de Souza  
CPF nº. 047.563.299-00

**TERMO ADITIVO Nº. A50/2015 – PMS**

TERMO ADITIVO Nº. A50/2015 – PMS

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 158/205 – PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck.

CONTRATADA: CLINICA HENRI EY LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 80.497.316/0002-50, estabelecida na Rua Henrique Sohn, nº. 33, Bairro Czerniewicz, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89255-240, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada legalmente pela Senhora Sandra Regina Silva, inscrita no CPF sob o nº. 419.651.089-20.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 158/2015-PMS, celebrado em 09 de julho de 2015, proveniente da Chamada Publica nº. 03/2015 – PMS, Processo nº. 109/2015-PMS, para Credenciamento de empresas especializadas na realização de serviços médicos, na área de Saúde Ocupacional, para realização exames admissionais e demissionais, periódicos, complementares, retorno ao trabalho, audiometria, acuidade visual e espirometria, emissão de atestados e/ou laudos médicos para atender ao Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO, do Município de Schroeder, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, e mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas e conforme proposta apresentada.

Considerando a solicitação feita pela empresa contratante que no contrato passe a ser a nova razão social HUMANA SAÚDE E SEGURANÇA OCUPACIONAL LTDA, alteração para o CPNJ da matriz 80.497.316/0001-70 e alteração de endereço Rua Jorge Czerniewicz 1277, Bairro Czerniewicz, na cidade de Jaraguá do Sul, Santa Catarina, CEP 89.255-072, conforme cópia do contrato social em anexo ao pedido.

Considerando a 14ª Alteração Contratual, no qual nos traz em sua Cláusula 4ª. a alteração de seu nome empresarial, a qual passará a ser HUMANA SAÚDE E SEGURANÇA OCUPACIONAL LTDA., na cláusula 5ª. a alteração de endereço para Rua Jorge Czerniewicz 1277, Bairro Czerniewicz, na cidade de Jaraguá do Sul, Santa Catarina, CEP 89.255-072 e a cláusula 7ª. que extingue em 31/07/2015 a filial nº.01 CLINICA HENRI EY LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 80.497.316/0002-50, estabelecida na Rua Henrique Sohn, nº. 33, Bairro Czerniewicz, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89255-240.

Considerando que a referida Alteração Contratual foi realizada em 24 de julho de 2015 e registrada perante a Junta Comercial em 30 de julho de 2015.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª – A partir deste fica alterada a razão social para HUMANA SAÚDE E SEGURANÇA OCUPACIONAL LTDA., alterado o CPNJ para 80.497.316/0001-70 e alterado o endereço para Rua Jorge Czerniewicz 1277, Bairro Czerniewicz, na cidade de Jaraguá do Sul, Santa Catarina, CEP 89.255-072.

Cláusula 2ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 158/2015-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 11 de setembro de 2015.

CONTRATADA:  
HUMANA SAÚDE E SEGURANÇA OCUPACIONAL LTDA  
Sandra Regina Silva  
CPF nº. 419.651.089-20

Tatiana Sueko Spohr  
CPF nº. 027.519.309-80

CONTRATANTE:  
MUNICÍPIO DE SCHROEDER  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

## TESTEMUNHAS:

1ª \_\_\_\_\_  
Nome: Daniela Samulescki  
CPF nº. 053.350.739-18

2ª \_\_\_\_\_  
Nome: Ivandra de Souza  
CPF nº. 047.563.299-00

**ATA CONCORRÊNCIA 06/2015-PMS**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE SCHROEDER</b>  CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	<b>CONCORRÊNCIA</b> <b>Nr.: 6/2015 - CC</b>
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 175/2015 Data do Processo: 07/08/2015

Folha: 1/2

**ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO****Número da ATA: 149/2015 (Sequência: 1)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

outorga de permissão remunerada de uso para fornecimento e exploração comercial de pontos de alimentação, bebida e comércio no geral pelos quatro dias de evento Oficial da Schroederfest 2015 - Comemoração Político Administrativa do Município de Schroeder/SC, de acordo com as condições previstas neste Edital e as especificações constantes do Anexo IV deste Edital.

A comissão reuniu-se para abertura da licitação, conforme determinado no edital. Apresentou envelopes de habilitação e proposta comercial, bem como os documentos para credenciamento a empresa CARMEN MIRANDA DE ASSUNÇÃO, MULTILOOK LTDA. - ME, RAMIRE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO LTDA. - ME, JORGE MARCELO RIBEIRO e RD COMÉRCIO VAREJISTA DE BEBIDAS LTDA - ME., devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. E para fornecer conhecimento do presente edital, o mesmo publicado em resumo no mural Público Municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina (DOM/SC), no jornal de circulação regional - O Correio do Povo, Diário Oficial do Estado, Diário Oficial da União e disponibilizado na íntegra no site [www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br) do Município de Schroeder/SC. Após rubricados os envelopes, bem como os documentos para o credenciamento, constatando-se que os representantes das empresas CARMEN MIRANDA DE ASSUNÇÃO, MULTILOOK LTDA. - ME, RAMIRE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO LTDA. - ME e JORGE MARCELO RIBEIRO estão credenciados para a licitação. Pois apresentaram a documentação para o credenciamento de acordo com o edital. Constatou-se que a empresa RD COMÉRCIO VAREJISTA DE BEBIDAS LTDA. apresentou Certidão Simplificada com data superior a exigida no edital, sendo esta de 10 de junho de 2015, documento este exigido no edital no item 3.1.3, sendo assim o representante da empresa RD COMÉRCIO VAREJISTA DE BEBIDAS LTDA. não está credenciado, pois não cumpriu com as exigências do edital na fase de credenciamento. Foram abertos os envelopes de habilitação das empresas CARMEN MIRANDA DE ASSUNÇÃO, MULTILOOK LTDA. - ME, RAMIRE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO LTDA. - ME, JORGE MARCELO RIBEIRO e RD COMÉRCIO VAREJISTA DE BEBIDAS LTDA - ME., cujos documentos foram rubricados pelo presidente e membros da comissão e colocados à disposição dos presentes para exame e rubricação. Constatando que as empresas CARMEN MIRANDA DE ASSUNÇÃO, MULTILOOK LTDA. - ME, RAMIRE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO LTDA. - ME e JORGE MARCELO RIBEIRO apresentaram a documentação de acordo como exigido no edital, resultando assim habilitada. Porém as mesmas não apresentaram a documentação pertinente ao item 01, exigido no edital no item 4.4.14, sendo assim caso as mesmas cotem o item 01 em suas proposta serão consideradas inabilitadas para o item 01. Constatou-se que a empresa RD COMÉRCIO VAREJISTA DE BEBIDAS LTDA - ME apresentou Certidão Simplificada com data superior a exigida no edital, sendo esta de 10 de junho de 2015, documento este exigido no edital no item 4.4.12, não apresentou de acordo com o edital os documentos exigidos no edital no item 4.4.14 letras a, b e d, sendo assim a empresa RD COMÉRCIO VAREJISTA DE BEBIDAS LTDA - ME não apresentou a documentação de acordo com o edital resultando assim inabilitada. Não sendo renunciado ao direito de recurso pronunciado diretamente na sessão de abertura dos envelopes de habilitação por todos os participantes, e ao prazo respectivo, e concordando, em consequência, com o curso do procedimento licitatório, abre-se então o prazo recursal conforme artigo 109 da Lei Federal nº. 8.666/93, sendo o prazo até dia 18 de setembro de 2015, às 17h, não havendo interposição de recurso, fica marcado para o dia 21 de setembro de 2015, às 13h30min para a continuação do certame com a abertura da proposta comercial, caso contrário será enviada ata com nova data. Diante do exposto a comissão abre prazo recursal conforme artigo 109 da Lei Federal nº. 8.666/93. Encerra-se a sessão e pede-se para ser repassada a cópia da ata aos participantes.

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICÍPIO DE SCHROEDER</b>  CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	<b>CONCORRÊNCIA</b> <b>Nr.: 6/2015 - CC</b>
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 175/2015 Data do Processo: 07/08/2015

Folha: 2/2

**ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO****Número da ATA: 149/2015 (Sequência: 1)**

Schroeder, 11 de Setembro de 2015

**COMISSÃO:**

Ivandra de Souza	- ..... - Presidente da Comissão de Licitação
Valderi Rocha de Camargo	- ..... - Membro
Elcioir José Wendt	- ..... - Membro
Andreia Nass Friedemann	- ..... - Membro
Daniela Samulescki	- ..... - Secretária
Suzana Pereira Lopes	- ..... - Membro Suplente
Natália Kersten Brumüller	- ..... - Membro Suplente

**Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:**

MIRIAM KUCHENBECKER VOLTOLINI	- ..... - Representante
CARMEN MIRANDA DE ASSUNÇÃO	- ..... - Representante
ROSALINA IVETE CORREIA	- ..... - Representante
JORGE MARCELO RIBEIRO	- ..... - Representante
EDUARDO RENZETTI MULLER	- ..... - Representante
IVANIO DALTON LAUBE	- ..... - Setor Solicitante

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICÍPIO DE SCHROEDER</b>	<b>CONCORRÊNCIA</b> <b>Nr.: 6/2015 - CC</b>
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 175/2015 Data do Processo: 07/08/2015
	Folha: 1/2

### **ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

**Número da ATA: 149/2015 (Sequência: 1)**

#### **OBJETO DA LICITAÇÃO:**

outorga de permissão remunerada de uso para fornecimento e exploração comercial de pontos de alimentação, bebida e comércio no geral pelos quatro dias de evento Oficial da Schroederfest 2015 - Comemoração Política Administrativa do Município de Schroeder/SC, de acordo com as condições previstas neste Edital e as especificações constantes do Anexo IV deste Edital.

A comissão reuniu-se para abertura da licitação, conforme determinado no edital. Apresentou envelopes de habilitação e proposta comercial, bem como os documentos para credenciamento a empresa CARMEN MIRANDA DE ASSUNÇÃO, MULTILOOK LTDA. - ME, RAMIRE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO LTDA. - ME, JORGE MARCELO RIBEIRO e RD COMÉRCIO VAREJISTA DE BEBIDAS LTDA - ME., devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. E para fornecer conhecimento do presente edital, o mesmo publicado em resumo no mural Público Municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina (DOM/SC), no jornal de circulação regional - O Correio do Povo, Diário Oficial do Estado, Diário Oficial da União e disponibilizado na íntegra no site [www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br) do Município de Schroeder/SC. Após rubricados os envelopes, bem como os documentos para o credenciamento, constatando-se que os representantes das empresas CARMEN MIRANDA DE ASSUNÇÃO, MULTILOOK LTDA. - ME, RAMIRE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO LTDA. - ME e JORGE MARCELO RIBEIRO estão credenciados para a licitação. Pois apresentaram a documentação para o credenciamento de acordo com o edital. Constatou-se que a empresa RD COMÉRCIO VAREJISTA DE BEBIDAS LTDA. apresentou Certidão Simplificada com data superior a exigida no edital, sendo esta de 10 de junho de 2015, documento este exigido no edital no item 3.1.3, sendo assim o representante da empresa RD COMÉRCIO VAREJISTA DE BEBIDAS LTDA. não está credenciado, pois não cumpriu com as exigências do edital na fase de credenciamento. Foram abertos os envelopes de habilitação das empresas CARMEN MIRANDA DE ASSUNÇÃO, MULTILOOK LTDA. - ME, RAMIRE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO LTDA. - ME, JORGE MARCELO RIBEIRO e RD COMÉRCIO VAREJISTA DE BEBIDAS LTDA - ME., cujos documentos foram rubricados pelo presidente e membros da comissão e colocados à disposição dos presentes para exame e rubricação. Constatando que as empresas CARMEN MIRANDA DE ASSUNÇÃO, MULTILOOK LTDA. - ME, RAMIRE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO LTDA. - ME e JORGE MARCELO RIBEIRO apresentaram a documentação de acordo como exigido no edital, resultando assim habilitada. Porém as mesmas não apresentaram a documentação pertinente ao item 01, exigido no edital no item 4.4.14, sendo assim caso as mesmas cotejarem o item 01 em suas proposta serão consideradas inabilitadas para o item 01. Constatou-se que a empresa RD COMÉRCIO VAREJISTA DE BEBIDAS LTDA - ME apresentou Certidão Simplificada com data superior a exigida no edital, sendo esta de 10 de junho de 2015, documento este exigido no edital no item 4.4.12, não apresentou de acordo com o edital os documentos exigidos no edital no item 4.4.14 letras a, b e d, sendo assim a empresa RD COMÉRCIO VAREJISTA DE BEBIDAS LTDA - ME não apresentou a documentação de acordo com o edital resultando assim inabilitada. Não sendo renunciado ao direito de recurso pronunciado diretamente na sessão de abertura dos envelopes de habilitação por todos os participantes, e ao prazo respectivo, e concordando, em consequência, com o curso do procedimento licitatório, abre-se então o prazo recursal conforme artigo 109 da Lei Federal nº. 8.666/93, sendo o prazo até dia 18 de setembro de 2015, às 17h, não havendo interposição de recurso, fica marcado para o dia 21 de setembro de 2015, às 13h30min para a continuação do certame com a abertura da proposta comercial, caso contrário será enviada ata com nova data. Diante do exposto a comissão abre prazo recursal conforme artigo 109 da Lei Federal nº. 8.666/93. Encerra-se a sessão e pede-se para ser repassada a cópia da ata aos participantes.



<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICÍPIO DE SCHROEDER</b>  CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	<b>CONCORRÊNCIA</b> <b>Nr.: 6/2015 - CC</b>
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 175/2015 Data do Processo: 07/08/2015

Folha: 2/2

**ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO****Número da ATA: 149/2015 (Sequência: 1)**

Schroeder, 11 de Setembro de 2015

**COMISSÃO:**

Ivandra de Souza	- ..... - Presidente da Comissão de Licitação
Valderi Rocha de Camargo	- ..... - Membro
Elcioir José Wendt	- ..... - Membro
Andreia Nass Friedemann	- ..... - Membro
Daniela Samulescki	- ..... - Secretária
Suzana Pereira Lopes	- ..... - Membro Suplente
Natália Kersten Brumüller	- ..... - Membro Suplente

**Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:**

MIRIAM KUCHENBECKER VOLTOLINI	- ..... - Representante
CARMEN MIRANDA DE ASSUNÇÃO	- ..... - Representante
ROSALINA IVETE CORREIA	- ..... - Representante
JORGE MARCELO RIBEIRO	- ..... - Representante
EDUARDO RENZETTI MULLER	- ..... - Representante
IVANIO DALTON LAUBE	- ..... - Setor Solicitante

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICÍPIO DE SCHROEDER</b>	<b>CONCORRÊNCIA</b> <b>Nr.: 6/2015 - CC</b>
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 175/2015 Data do Processo: 07/08/2015
	Folha: 1/2

### ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

**Número da ATA: 149/2015 (Sequência: 1)**

#### OBJETO DA LICITAÇÃO:

outorga de permissão remunerada de uso para fornecimento e exploração comercial de pontos de alimentação, bebida e comércio no geral pelos quatro dias de evento Oficial da Schroederfest 2015 - Comemoração Política Administrativa do Município de Schroeder/SC, de acordo com as condições previstas neste Edital e as especificações constantes do Anexo IV deste Edital.

A comissão reuniu-se para abertura da licitação, conforme determinado no edital. Apresentou envelopes de habilitação e proposta comercial, bem como os documentos para credenciamento a empresa CARMEN MIRANDA DE ASSUNÇÃO, MULTILOOK LTDA. - ME, RAMIRE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO LTDA. - ME, JORGE MARCELO RIBEIRO e RD COMÉRCIO VAREJISTA DE BEBIDAS LTDA - ME., devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. E para fornecer conhecimento do presente edital, o mesmo publicado em resumo no mural Público Municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina (DOM/SC), no jornal de circulação regional - O Correio do Povo, Diário Oficial do Estado, Diário Oficial da União e disponibilizado na íntegra no site [www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br) do Município de Schroeder/SC. Após rubricados os envelopes, bem como os documentos para o credenciamento, constatando-se que os representantes das empresas CARMEN MIRANDA DE ASSUNÇÃO, MULTILOOK LTDA. - ME, RAMIRE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO LTDA. - ME e JORGE MARCELO RIBEIRO estão credenciados para a licitação. Pois apresentaram a documentação para o credenciamento de acordo com o edital. Constatou-se que a empresa RD COMÉRCIO VAREJISTA DE BEBIDAS LTDA. apresentou Certidão Simplificada com data superior a exigida no edital, sendo esta de 10 de junho de 2015, documento este exigido no edital no item 3.1.3, sendo assim o representante da empresa RD COMÉRCIO VAREJISTA DE BEBIDAS LTDA. não está credenciado, pois não cumpriu com as exigências do edital na fase de credenciamento. Foram abertos os envelopes de habilitação das empresas CARMEN MIRANDA DE ASSUNÇÃO, MULTILOOK LTDA. - ME, RAMIRE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO LTDA. - ME, JORGE MARCELO RIBEIRO e RD COMÉRCIO VAREJISTA DE BEBIDAS LTDA - ME., cujos documentos foram rubricados pelo presidente e membros da comissão e colocados à disposição dos presentes para exame e rubricação. Constatando que as empresas CARMEN MIRANDA DE ASSUNÇÃO, MULTILOOK LTDA. - ME, RAMIRE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO LTDA. - ME e JORGE MARCELO RIBEIRO apresentaram a documentação de acordo como exigido no edital, resultando assim habilitada. Porém as mesmas não apresentaram a documentação pertinente ao item 01, exigido no edital no item 4.4.14, sendo assim caso as mesmas cotejarem o item 01 em suas proposta serão consideradas inabilitadas para o item 01. Constatou-se que a empresa RD COMÉRCIO VAREJISTA DE BEBIDAS LTDA - ME apresentou Certidão Simplificada com data superior a exigida no edital, sendo esta de 10 de junho de 2015, documento este exigido no edital no item 4.4.12, não apresentou de acordo com o edital os documentos exigidos no edital no item 4.4.14 letras a, b e d, sendo assim a empresa RD COMÉRCIO VAREJISTA DE BEBIDAS LTDA - ME não apresentou a documentação de acordo com o edital resultando assim inabilitada. Não sendo renunciado ao direito de recurso pronunciado diretamente na sessão de abertura dos envelopes de habilitação por todos os participantes, e ao prazo respectivo, e concordando, em consequência, com o curso do procedimento licitatório, abre-se então o prazo recursal conforme artigo 109 da Lei Federal nº. 8.666/93, sendo o prazo até dia 18 de setembro de 2015, às 17h, não havendo interposição de recurso, fica marcado para o dia 21 de setembro de 2015, às 13h30min para a continuação do certame com a abertura da proposta comercial, caso contrário será enviada ata com nova data. Diante do exposto a comissão abre prazo recursal conforme artigo 109 da Lei Federal nº. 8.666/93. Encerra-se a sessão e pede-se para ser repassada a cópia da ata aos participantes.

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICÍPIO DE SCHROEDER</b>  CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	<b>CONCORRÊNCIA</b> <b>Nr.: 6/2015 - CC</b>
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 175/2015 Data do Processo: 07/08/2015

Folha: 2/2

**ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO****Número da ATA: 149/2015 (Sequência: 1)**

Schroeder, 11 de Setembro de 2015

**COMISSÃO:**

Ivandra de Souza	- ..... - Presidente da Comissão de Licitação
Valderi Rocha de Camargo	- ..... - Membro
Elcioir José Wendt	- ..... - Membro
Andreia Nass Friedemann	- ..... - Membro
Daniela Samulescki	- ..... - Secretária
Suzana Pereira Lopes	- ..... - Membro Suplente
Natália Kersten Brumüller	- ..... - Membro Suplente

**Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:**

MIRIAM KUCHENBECKER VOLTOLINI	- ..... - Representante
CARMEN MIRANDA DE ASSUNÇÃO	- ..... - Representante
ROSALINA IVETE CORREIA	- ..... - Representante
JORGE MARCELO RIBEIRO	- ..... - Representante
EDUARDO RENZETTI MULLER	- ..... - Representante
IVANIO DALTON LAUBE	- ..... - Setor Solicitante

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICÍPIO DE SCHROEDER</b>	<b>CONCORRÊNCIA</b> <b>Nr.: 6/2015 - CC</b>
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 175/2015 Data do Processo: 07/08/2015
	Folha: 1/2

### **ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

**Número da ATA: 149/2015 (Sequência: 1)**

#### **OBJETO DA LICITAÇÃO:**

outorga de permissão remunerada de uso para fornecimento e exploração comercial de pontos de alimentação, bebida e comércio no geral pelos quatro dias de evento Oficial da Schroederfest 2015 - Comemoração Política Administrativa do Município de Schroeder/SC, de acordo com as condições previstas neste Edital e as especificações constantes do Anexo IV deste Edital.

A comissão reuniu-se para abertura da licitação, conforme determinado no edital. Apresentou envelopes de habilitação e proposta comercial, bem como os documentos para credenciamento a empresa CARMEN MIRANDA DE ASSUNÇÃO, MULTILOOK LTDA. - ME, RAMIRE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO LTDA. - ME, JORGE MARCELO RIBEIRO e RD COMÉRCIO VAREJISTA DE BEBIDAS LTDA - ME., devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. E para fornecer conhecimento do presente edital, o mesmo publicado em resumo no mural Público Municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina (DOM/SC), no jornal de circulação regional - O Correio do Povo, Diário Oficial do Estado, Diário Oficial da União e disponibilizado na íntegra no site [www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br) do Município de Schroeder/SC. Após rubricados os envelopes, bem como os documentos para o credenciamento, constatando-se que os representantes das empresas CARMEN MIRANDA DE ASSUNÇÃO, MULTILOOK LTDA. - ME, RAMIRE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO LTDA. - ME e JORGE MARCELO RIBEIRO estão credenciados para a licitação. Pois apresentaram a documentação para o credenciamento de acordo com o edital. Constatou-se que a empresa RD COMÉRCIO VAREJISTA DE BEBIDAS LTDA. apresentou Certidão Simplificada com data superior a exigida no edital, sendo esta de 10 de junho de 2015, documento este exigido no edital no item 3.1.3, sendo assim o representante da empresa RD COMÉRCIO VAREJISTA DE BEBIDAS LTDA. não está credenciado, pois não cumpriu com as exigências do edital na fase de credenciamento. Foram abertos os envelopes de habilitação das empresas CARMEN MIRANDA DE ASSUNÇÃO, MULTILOOK LTDA. - ME, RAMIRE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO LTDA. - ME, JORGE MARCELO RIBEIRO e RD COMÉRCIO VAREJISTA DE BEBIDAS LTDA - ME., cujos documentos foram rubricados pelo presidente e membros da comissão e colocados à disposição dos presentes para exame e rubricação. Constatando que as empresas CARMEN MIRANDA DE ASSUNÇÃO, MULTILOOK LTDA. - ME, RAMIRE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO LTDA. - ME e JORGE MARCELO RIBEIRO apresentaram a documentação de acordo como exigido no edital, resultando assim habilitada. Porém as mesmas não apresentaram a documentação pertinente ao item 01, exigido no edital no item 4.4.14, sendo assim caso as mesmas cotejarem o item 01 em suas proposta serão consideradas inabilitadas para o item 01. Constatou-se que a empresa RD COMÉRCIO VAREJISTA DE BEBIDAS LTDA - ME apresentou Certidão Simplificada com data superior a exigida no edital, sendo esta de 10 de junho de 2015, documento este exigido no edital no item 4.4.12, não apresentou de acordo com o edital os documentos exigidos no edital no item 4.4.14 letras a, b e d, sendo assim a empresa RD COMÉRCIO VAREJISTA DE BEBIDAS LTDA - ME não apresentou a documentação de acordo com o edital resultando assim inabilitada. Não sendo renunciado ao direito de recurso pronunciado diretamente na sessão de abertura dos envelopes de habilitação por todos os participantes, e ao prazo respectivo, e concordando, em consequência, com o curso do procedimento licitatório, abre-se então o prazo recursal conforme artigo 109 da Lei Federal nº. 8.666/93, sendo o prazo até dia 18 de setembro de 2015, às 17h, não havendo interposição de recurso, fica marcado para o dia 21 de setembro de 2015, às 13h30min para a continuação do certame com a abertura da proposta comercial, caso contrário será enviada ata com nova data. Diante do exposto a comissão abre prazo recursal conforme artigo 109 da Lei Federal nº. 8.666/93. Encerra-se a sessão e pede-se para ser repassada a cópia da ata aos participantes.

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICÍPIO DE SCHROEDER</b>  CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	<b>CONCORRÊNCIA</b> <b>Nr.: 6/2015 - CC</b>
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 175/2015 Data do Processo: 07/08/2015

Folha: 2/2

**ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO****Número da ATA: 149/2015 (Sequência: 1)**

Schroeder, 11 de Setembro de 2015

**COMISSÃO:**

Ivandra de Souza	- ..... - Presidente da Comissão de Licitação
Valderi Rocha de Camargo	- ..... - Membro
Elcioir José Wendt	- ..... - Membro
Andreia Nass Friedemann	- ..... - Membro
Daniela Samulescki	- ..... - Secretária
Suzana Pereira Lopes	- ..... - Membro Suplente
Natália Kersten Brumüller	- ..... - Membro Suplente

**Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:**

MIRIAM KUCHENBECKER VOLTOLINI	- ..... - Representante
CARMEN MIRANDA DE ASSUNÇÃO	- ..... - Representante
ROSALINA IVETE CORREIA	- ..... - Representante
JORGE MARCELO RIBEIRO	- ..... - Representante
EDUARDO RENZETTI MULLER	- ..... - Representante
IVANIO DALTON LAUBE	- ..... - Setor Solicitante

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICÍPIO DE SCHROEDER</b>  CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	<b>CONCORRÊNCIA</b> <b>Nr.: 6/2015 - CC</b>
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 175/2015 Data do Processo: 07/08/2015

Folha: 1/2

**ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO****Número da ATA: 149/2015 (Sequência: 1)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

outorga de permissão remunerada de uso para fornecimento e exploração comercial de pontos de alimentação, bebida e comércio no geral pelos quatro dias de evento Oficial da Schroederfest 2015 - Comemoração Política Administrativa do Município de Schroeder/SC, de acordo com as condições previstas neste Edital e as especificações constantes do Anexo IV deste Edital.

A comissão reuniu-se para abertura da licitação, conforme determinado no edital. Apresentou envelopes de habilitação e proposta comercial, bem como os documentos para credenciamento a empresa CARMEN MIRANDA DE ASSUNÇÃO, MULTILOOK LTDA. - ME, RAMIRE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO LTDA. - ME, JORGE MARCELO RIBEIRO e RD COMÉRCIO VAREJISTA DE BEBIDAS LTDA - ME., devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. E para fornecer conhecimento do presente edital, o mesmo publicado em resumo no mural Público Municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina (DOM/SC), no jornal de circulação regional - O Correio do Povo, Diário Oficial do Estado, Diário Oficial da União e disponibilizado na íntegra no site [www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br) do Município de Schroeder/SC. Após rubricados os envelopes, bem como os documentos para o credenciamento, constatando-se que os representantes das empresas CARMEN MIRANDA DE ASSUNÇÃO, MULTILOOK LTDA. - ME, RAMIRE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO LTDA. - ME e JORGE MARCELO RIBEIRO estão credenciados para a licitação. Pois apresentaram a documentação para o credenciamento de acordo com o edital. Constatou-se que a empresa RD COMÉRCIO VAREJISTA DE BEBIDAS LTDA. apresentou Certidão Simplificada com data superior a exigida no edital, sendo esta de 10 de junho de 2015, documento este exigido no edital no item 3.1.3, sendo assim o representante da empresa RD COMÉRCIO VAREJISTA DE BEBIDAS LTDA. não está credenciado, pois não cumpriu com as exigências do edital na fase de credenciamento. Foram abertos os envelopes de habilitação das empresas CARMEN MIRANDA DE ASSUNÇÃO, MULTILOOK LTDA. - ME, RAMIRE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO LTDA. - ME, JORGE MARCELO RIBEIRO e RD COMÉRCIO VAREJISTA DE BEBIDAS LTDA - ME., cujos documentos foram rubricados pelo presidente e membros da comissão e colocados à disposição dos presentes para exame e rubricação. Constatando que as empresas CARMEN MIRANDA DE ASSUNÇÃO, MULTILOOK LTDA. - ME, RAMIRE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO LTDA. - ME e JORGE MARCELO RIBEIRO apresentaram a documentação de acordo como exigido no edital, resultando assim habilitada. Porém as mesmas não apresentaram a documentação pertinente ao item 01, exigido no edital no item 4.4.14, sendo assim caso as mesmas cotejarem o item 01 em suas proposta serão consideradas inabilitadas para o item 01. Constatou-se que a empresa RD COMÉRCIO VAREJISTA DE BEBIDAS LTDA - ME apresentou Certidão Simplificada com data superior a exigida no edital, sendo esta de 10 de junho de 2015, documento este exigido no edital no item 4.4.12, não apresentou de acordo com o edital os documentos exigidos no edital no item 4.4.14 letras a, b e d, sendo assim a empresa RD COMÉRCIO VAREJISTA DE BEBIDAS LTDA - ME não apresentou a documentação de acordo com o edital resultando assim inabilitada. Não sendo renunciado ao direito de recurso pronunciado diretamente na sessão de abertura dos envelopes de habilitação por todos os participantes, e ao prazo respectivo, e concordando, em consequência, com o curso do procedimento licitatório, abre-se então o prazo recursal conforme artigo 109 da Lei Federal nº. 8.666/93, sendo o prazo até dia 18 de setembro de 2015, às 17h, não havendo interposição de recurso, fica marcado para o dia 21 de setembro de 2015, às 13h30min para a continuação do certame com a abertura da proposta comercial, caso contrário será enviada ata com nova data. Diante do exposto a comissão abre prazo recursal conforme artigo 109 da Lei Federal nº. 8.666/93. Encerra-se a sessão e pede-se para ser repassada a cópia da ata aos participantes.



<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICÍPIO DE SCHROEDER</b>  CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	<b>CONCORRÊNCIA</b> <b>Nr.: 6/2015 - CC</b>
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 175/2015 Data do Processo: 07/08/2015

Folha: 2/2

**ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO****Número da ATA: 149/2015 (Sequência: 1)**

Schroeder, 11 de Setembro de 2015

**COMISSÃO:**

Ivandra de Souza	- ..... - Presidente da Comissão de Licitação
Valderi Rocha de Camargo	- ..... - Membro
Elcioir José Wendt	- ..... - Membro
Andreia Nass Friedemann	- ..... - Membro
Daniela Samulescki	- ..... - Secretária
Suzana Pereira Lopes	- ..... - Membro Suplente
Natália Kersten Brumüller	- ..... - Membro Suplente

**Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:**

MIRIAM KUCHENBECKER VOLTOLINI	- ..... - Representante
CARMEN MIRANDA DE ASSUNÇÃO	- ..... - Representante
ROSALINA IVETE CORREIA	- ..... - Representante
JORGE MARCELO RIBEIRO	- ..... - Representante
EDUARDO RENZETTI MULLER	- ..... - Representante
IVANIO DALTON LAUBE	- ..... - Setor Solicitante

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICÍPIO DE SCHROEDER</b>	<b>CONCORRÊNCIA</b> <b>Nr.: 6/2015 - CC</b>
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 175/2015 Data do Processo: 07/08/2015
	Folha: 1/2

### **ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

**Número da ATA: 149/2015 (Sequência: 1)**

#### **OBJETO DA LICITAÇÃO:**

outorga de permissão remunerada de uso para fornecimento e exploração comercial de pontos de alimentação, bebida e comércio no geral pelos quatro dias de evento Oficial da Schroederfest 2015 - Comemoração Política Administrativa do Município de Schroeder/SC, de acordo com as condições previstas neste Edital e as especificações constantes do Anexo IV deste Edital.

A comissão reuniu-se para abertura da licitação, conforme determinado no edital. Apresentou envelopes de habilitação e proposta comercial, bem como os documentos para credenciamento a empresa CARMEN MIRANDA DE ASSUNÇÃO, MULTILOOK LTDA. - ME, RAMIRE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO LTDA. - ME, JORGE MARCELO RIBEIRO e RD COMÉRCIO VAREJISTA DE BEBIDAS LTDA - ME., devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. E para fornecer conhecimento do presente edital, o mesmo publicado em resumo no mural Público Municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina (DOM/SC), no jornal de circulação regional - O Correio do Povo, Diário Oficial do Estado, Diário Oficial da União e disponibilizado na íntegra no site [www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br) do Município de Schroeder/SC. Após rubricados os envelopes, bem como os documentos para o credenciamento, constatando-se que os representantes das empresas CARMEN MIRANDA DE ASSUNÇÃO, MULTILOOK LTDA. - ME, RAMIRE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO LTDA. - ME e JORGE MARCELO RIBEIRO estão credenciados para a licitação. Pois apresentaram a documentação para o credenciamento de acordo com o edital. Constatou-se que a empresa RD COMÉRCIO VAREJISTA DE BEBIDAS LTDA. apresentou Certidão Simplificada com data superior a exigida no edital, sendo esta de 10 de junho de 2015, documento este exigido no edital no item 3.1.3, sendo assim o representante da empresa RD COMÉRCIO VAREJISTA DE BEBIDAS LTDA. não está credenciado, pois não cumpriu com as exigências do edital na fase de credenciamento. Foram abertos os envelopes de habilitação das empresas CARMEN MIRANDA DE ASSUNÇÃO, MULTILOOK LTDA. - ME, RAMIRE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO LTDA. - ME, JORGE MARCELO RIBEIRO e RD COMÉRCIO VAREJISTA DE BEBIDAS LTDA - ME., cujos documentos foram rubricados pelo presidente e membros da comissão e colocados à disposição dos presentes para exame e rubricação. Constatando que as empresas CARMEN MIRANDA DE ASSUNÇÃO, MULTILOOK LTDA. - ME, RAMIRE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO LTDA. - ME e JORGE MARCELO RIBEIRO apresentaram a documentação de acordo como exigido no edital, resultando assim habilitada. Porém as mesmas não apresentaram a documentação pertinente ao item 01, exigido no edital no item 4.4.14, sendo assim caso as mesmas cotejarem o item 01 em suas proposta serão consideradas inabilitadas para o item 01. Constatou-se que a empresa RD COMÉRCIO VAREJISTA DE BEBIDAS LTDA - ME apresentou Certidão Simplificada com data superior a exigida no edital, sendo esta de 10 de junho de 2015, documento este exigido no edital no item 4.4.12, não apresentou de acordo com o edital os documentos exigidos no edital no item 4.4.14 letras a, b e d, sendo assim a empresa RD COMÉRCIO VAREJISTA DE BEBIDAS LTDA - ME não apresentou a documentação de acordo com o edital resultando assim inabilitada. Não sendo renunciado ao direito de recurso pronunciado diretamente na sessão de abertura dos envelopes de habilitação por todos os participantes, e ao prazo respectivo, e concordando, em consequência, com o curso do procedimento licitatório, abre-se então o prazo recursal conforme artigo 109 da Lei Federal nº. 8.666/93, sendo o prazo até dia 18 de setembro de 2015, às 17h, não havendo interposição de recurso, fica marcado para o dia 21 de setembro de 2015, às 13h30min para a continuação do certame com a abertura da proposta comercial, caso contrário será enviada ata com nova data. Diante do exposto a comissão abre prazo recursal conforme artigo 109 da Lei Federal nº. 8.666/93. Encerra-se a sessão e pede-se para ser repassada a cópia da ata aos participantes.

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICÍPIO DE SCHROEDER</b>  CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	<b>CONCORRÊNCIA</b> <b>Nr.: 6/2015 - CC</b>
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 175/2015 Data do Processo: 07/08/2015

Folha: 2/2

**ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO****Número da ATA: 149/2015 (Sequência: 1)**

Schroeder, 11 de Setembro de 2015

**COMISSÃO:**

Ivandra de Souza	- ..... - Presidente da Comissão de Licitação
Valderi Rocha de Camargo	- ..... - Membro
Elcioir José Wendt	- ..... - Membro
Andreia Nass Friedemann	- ..... - Membro
Daniela Samulescki	- ..... - Secretária
Suzana Pereira Lopes	- ..... - Membro Suplente
Natália Kersten Brumüller	- ..... - Membro Suplente

**Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:**

MIRIAM KUCHENBECKER VOLTOLINI	- ..... - Representante
CARMEN MIRANDA DE ASSUNÇÃO	- ..... - Representante
ROSALINA IVETE CORREIA	- ..... - Representante
JORGE MARCELO RIBEIRO	- ..... - Representante
EDUARDO RENZETTI MULLER	- ..... - Representante
IVANIO DALTON LAUBE	- ..... - Setor Solicitante

**ATA DA TOMADA DE PREÇOS Nº 08/2015-PMS SEQUENCIA 05**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE SCHROEDER</b>	<b>TOMADA DE PREÇO</b> <b>Nr.: 8/2015 - TP</b>
<b>CNPJ: 83.102.491/0001-09</b> <b>RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201</b> <b>C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC</b>	<b>Processo Administrativo:</b> <b>Processo de Licitação: 148/2015</b> <b>Data do Processo: 17/07/2015</b>
	Folha: 1/1

**ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO****Número da ATA: 148/2015 (Sequência: 5)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de gerador de energia com potência mínima de 84kva, dotado de painel de transferência e entrada automática quando ocorre falta de energia na rede, projeto elétrico e execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos) de casa de abrigo, neste Município de Schroeder/SC, conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos

A comissão reuniu-se após recebimento do parecer do Setor Jurídico e Setor de Engenharia da análise da proposta da empresa LB ENGENHARIA LTDA. Foi recebido parecer da análise da proposta do setor de engenharia, juntamente com Parecer da Procuradoria nº 088/2015-PROJUR. O parecer da análise da proposta da empresa LB ENGENHARIA LTDA emitido pelo setor de engenharia constata que os itens 1.2.1, 1.2.2, 3.2, 3.3, 3.4, 3.5, 4.1, 4.2, 4.3, 4.4, 7.3, 8.2, 8.3, 9.1, 9.2, 11.1, 11.4, 11.5, 12.1, 12.8, 12.9, 12.18, 12.22, 14.3 e 16.1 estão com os valores unitários com BDI e totais acima dos valores referência do edital, sugerindo que ocorra adequação da proposta comercial. O parecer da Procuradoria nº 088/2015-PROJUR traz que "as diferenças encontradas na planilha são decorrentes de arredondamento de valores, realizado pelo sistema utilizado bem como equívocos para fechamento da proposta. A que a empresa também deverá fazer a adequação dos valores limites (unitários) da tabela BDI, conforme indicado pelo setor de engenharia". Diante do exposto foi constatado que a empresa LB ENGENHARIA LTDA, não atendeu as exigências do edital conforme item 10.1.1.4 - "Preço ofertado, em moeda corrente nacional, incluindo os tributos incidentes, não podendo os valores unitários e totais do orçamento apresentado ultrapassar os valores pré - definidos, deste edital", resultando assim desclassificada. No edital no item 12.10. "Se todas as empresas na fase de habilitação forem inabilitadas ou todas as propostas forem desclassificadas, a Administração poderá fixar aos licitantes novo prazo para reapresentação das mesmas de acordo com artigo 48 § 3º da Lei Federal nº. 8.666 de junho de 1993". O artigo 48 § 3º traz que "Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a administração poderá fixar aos licitantes o prazo de oito dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas referidas neste artigo, facultada, no caso de convite, a redução deste prazo para três dias úteis". A empresa LB ENGENHARIA LTDA, deverá apresentar até o dia 23 de setembro de 2015 às 17h nova proposta comercial, caso contrário será considerada inabilitada. Encerra-se a sessão e pede-se para ser repassada a cópia da ata, Parecer da Procuradoria nº 088/2015-PROJUR e do setor de engenharia às empresas participantes.

Schroeder, 11 de Setembro de 2015

**COMISSÃO:**

Ivandra de Souza	- ..... - Presidente da Comissão de Licitação
Ilmar José Pereira Borges Filho	- ..... - Membro
Andreia Nass Friedemann	- ..... - Membro
Walter Egidio Mukai	- ..... - Membro
Daniela Samulescki	- ..... - Secretária
Valderi Rocha de Camargo	- ..... - Membro Suplente
Cezar Santos de Jesus	- ..... - Membro Suplente

**ATA PREGÃO PRESENCIAL 79/2015-PMS**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICÍPIO DE SCHROEDER</b>  CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 79/2015 - PR</b>  Processo Administrativo: Processo de Licitação: 158/2015 Data do Processo: 28/07/2015
	Folha: 1/2

**OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para serviço de segurança e limpeza para evento Schroederfest 2015 do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

**ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 150/2015 (Sequência: 1)**

Ao(s) 11 de Setembro de 2015, às 14:15 horas, na sede da(o) MUNICÍPIO DE SCHROEDER, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 6154/2015, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 158/2015, Licitação nº 79/2015 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

**Parecer da Comissão:** A pregoeira e equipe de apoio, reuniram-se juntamente com os representantes das empresas para abertura da licitação. Este processo foi publicado em resumo no mural público municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina e disponibilizado na íntegra no site: [www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br) do Município de Schroeder/SC. Apresentaram envelopes de habilitação e proposta comercial, bem como os documentos para credenciamento as empresas MDJ SEGURANÇA PRIVADA E VIGILÂNCIA LTDA. - ME, MDJ SERVIÇOS LTDA. - ME, SET SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA. - EPP, MINISTER SERVIÇOS LTDA. - EPP, MINISTER SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA EIRELI e EQUIPE LSC SERVIÇOS LTDA. - EPP, devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. Depois de rubricados os envelopes, bem como os documentos para o credenciamento, constatando-se que os representantes das empresas MDJ SEGURANÇA PRIVADA E VIGILÂNCIA LTDA. - ME, MDJ SERVIÇOS LTDA. - ME, SET SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA. - EPP, MINISTER SERVIÇOS LTDA. - EPP, MINISTER SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA EIRELI e EQUIPE LSC SERVIÇOS LTDA. - EPP estão credenciados para a licitação. Pois apresentaram a documentação para o credenciamento de acordo com o edital. Foram abertos o envelope das propostas comerciais das empresas MDJ SEGURANÇA PRIVADA E VIGILÂNCIA LTDA. - ME, MDJ SERVIÇOS LTDA. - ME, SET SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA. - EPP, MINISTER SERVIÇOS LTDA. - EPP, MINISTER SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA EIRELI e EQUIPE LSC SERVIÇOS LTDA. - EPP. Em prosseguimento, passou-se à fase competitiva, e após encerramento dos lances registrados resultaram vencedoras as empresas conforme segue ata de lances. Constatando vencedora a empresa MDJ SEGURANÇA PRIVADA E VIGILÂNCIA LTDA. - ME para o item 01, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa MDJ SEGURANÇA PRIVADA E VIGILÂNCIA LTDA. - ME apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim habilitada. Foi devolvido o envelope de habilitação da empresa SET SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA. - EPP. A representante da empresa SET SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA. - EPP retirou-se da sessão. Constatando vencedora a empresa e EQUIPE LSC SERVIÇOS LTDA. - EPP para o item 02, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa e EQUIPE LSC SERVIÇOS LTDA. - EPP apresentou vencida em 23/08/2015 a Certidão Negativa Federal, documento exigido no item 7.1.2, não apresentou Certidão Negativa Municipal, documento exigido no item 7.1.4, e não apresentou os documentos exigidos nos itens 7.1.15, 7.1.17, 7.1.19, 7.1.20, 7.1.21, 7.1.22, sendo assim a empresa EQUIPE LSC SERVIÇOS LTDA. - EPP não apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim inabilitada. Sendo passado o item 02 para a segunda colocada a empresa MDJ SERVIÇOS LTDA. - ME, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa MDJ SERVIÇOS LTDA. - ME apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim habilitada. Foi devolvido o envelope de habilitação da empresa SET SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA. - EPP. A representante da empresa SET SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA. - EPP retirou-se da sessão. O representante da empresa MINISTER SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA EIRELI manifesta a intenção de recurso devido referente ao item 7.1.20. O representante da empresa MINISTER SERVIÇOS LTDA. - EPP manifesta a intenção de recurso devido 7.1.20. Diante do exposto abre-se prazo recursal conforme lei 8666/93 e 10520/02, encerra-se a sessão e pede-se que seja entregue cópia da ata aos participantes presentes.

Participante: 13192 - MDJ SEGURANÇA PRIVADA E VIGILÂNCIA LTDA. - ME

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Contratação Serviço de Segurança - Evento Schroederfest 2015 - 51 anos de Emancipação Política Administrativa do Município de Schroeder para o período (matutino, vespertino e noturno). Profissional treinado e capacitado para execução de segurança desarmada, uniformizado, que se realizará nos dias 28/09, 29/09, 30/09, 01/10, 02/10, 03/10, 04/10 e 05/10 de 2015, no Parque de Eventos Alfredo Pasold.	UN	186,00		0,0000	148,00	27.528,00

Total do Participante → 27.528,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE SCHROEDER**

 CNPJ: 83.102.491/0001-09  
 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**  
**Nr.: 79/2015 - PR**

 Processo Administrativo:  
 Processo de Licitação: 158/2015  
 Data do Processo: 28/07/2015

Folha: 2/2

Participante: 13193 - MDJ SERVICOS LTDA - ME

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
2	Contratação Serviço de Limpeza e Conservação, incluindo todos os equipamentos e materiais de limpeza - Evento Schroederfest 2015 - 51 anos de Emancipação Política Administrativa do Município de Schroeder para o período (matutino, vespertino e noturno). Profissional treinado e capacitado para execução da limpeza, uniformizado, que se realizará nos dias 01/10, 02/10, 03/10 e 04/10 de 2015, no Parque de Eventos Alfredo Pasold.	UN	120,00		0,0000	179,00	21.480,00

Total do Participante —&gt; 21.480,00

Total Geral —&gt; 49.008,00

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Schroeder, 11 de Setembro de 2015

**COMISSÃO:**

Daniela Samulescki - ..... - Pregoeiro(a)

Ivandra de Souza - ..... - Equipe de Apoio

Andreia Nass Friedemann - ..... - Equipe de Apoio

Valderi Rocha de Camargo - ..... - Equipe de Apoio

Natália Kersten Brummüller - ..... - Equipe de Apoio

**Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:**

EDUARDO ANTONIO SAUSEN - ..... - Representante

MARCIO JOSÉ NEOTTI - ..... - Representante

SANDRA MANENTI - ..... - Representante

MARCIA REGINA SILVA LEAL - ..... - Representante

JULIANDRO RODRIGUES ZANLUCA - ..... - Representante

JANDIR DE SOUZA PEREIRA - ..... - Representante

IVANIO DALTON LAUBE - ..... - Setor Solicitante

**CÂMARA MUNICIPAL****EXTRATO - AVISO DE LICITAÇÃO N. 001/2015**

Câmara Municipal de Schroeder – SC

Tomada de Preço nº 001/2015

Objeto: A Câmara Municipal de Schroeder torna público que fará a contratação, pelo menor preço global, de empresa especializada para a prestação de serviços, com fornecimento total do material necessário, para cercar a área no entorno do prédio da Câmara Municipal de Schroeder, com cercamento em gradil.

Data/Horário de abertura: 01/10/2015 às 09:00 horas, na Câmara Municipal.

Informações Complementares: Cópia do edital encontra-se à disposição dos interessados no sitio da Câmara Municipal [www.camaraschroeder.sc.gov.br](http://www.camaraschroeder.sc.gov.br) e maiores informações pelo fone (47)3374-1410.

Schroeder, 11 de setembro de 2015.

Ver. Adriano Kath – Presidente

**EXTRATO - AVISO DE LICITAÇÃO N. 002/2015**

Câmara Municipal de Schroeder – SC

Tomada de Preço nº 002/2015

Objeto: A Câmara Municipal de Schroeder torna público que fará a contratação, pelo menor preço global, de empresa especializada para o fornecimento de licenças de uso de sistemas de gestão pública municipal nas áreas de CONTABILIDADE PÚBLICA, PATRIMÔNIO PÚBLICO, FOLHA DE PAGAMENTO E PORTAL DA TRANSPARÊNCIA, para toda a estrutura da Câmara Legislativa Municipal.

Data/Horário de abertura: 13/10/2015 às 09:00 horas, na Câmara Municipal.

Informações Complementares: Cópia do edital encontra-se à disposição dos interessados no sitio da Câmara Municipal [www.camaraschroeder.sc.gov.br](http://www.camaraschroeder.sc.gov.br) e maiores informações pelo fone (47)3374-1410.

Schroeder, 11 de setembro de 2015.

Ver. Adriano Kath – Presidente



# Serra Alta

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 144/2015

DECRETO Nº. 144/2015 DE 11 DE SETEMBRO 2015.

Dispõe sobre a nomeação dos membros para compor o Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FHIS do Município de Serra Alta/SC.

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e com base na Lei 746/2008 de 19 de fevereiro de 2008, e de acordo com o Plano Municipal de Habitação de Interesse Social, Lei 868/2010.

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os seguintes membros para compor o Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FHIS do Município de Serra Alta/SC.

- Representantes da Secretaria de Planejamento e Finanças:

Titular: DELMAR FRANTZ

Suplente: PEDRO ANTONIO MENEGAT

- Representantes do Departamento de Assistência Social:

Titular: VOLNEI LUIZ FICAGNA

Suplente: LIANE TEREZINHA DE ALMEIDA

- Representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais:

Titular: VALDOMIRO CARDOSO

Suplente: SAULE AFONSO JOHANN

- Representantes da Associação Comercial e Industrial - ACISA:

Titular: FABIANO BERNARDI

Suplente: VANTUIR DE MORAES

- Representantes do Rotary Club:

Titular: VANDERLI RUI DE GASPARI

Suplente: CLAIR FATIMA ANDREIS

- Representantes da Associação de Moradores:

Titular: EDIONE MARCIA DETONI PANDOLFO

Suplente: VALDIR WERLANG

Art. 2º - O mandato do Conselho terá duração de 02 (dois) anos.

Art. 3º - A função do conselheiro será sem ônus para os cofres públicos, sendo considerada como relevante serviço prestado ao município.

Art. 4º Ao Conselho Gestor do FHIS compete:

I – estabelecer diretrizes e fixar critérios para a priorização de linhas de ação, alocação de recursos do FHIS e atendimento dos beneficiários dos programas habitacionais, observado o disposto nesta Lei, a política e o plano municipal de habitação.

II – aprovar orçamentos e planos de aplicação e metas anuais e plurianuais dos recursos do FHIS;

III – fixar critérios para a priorização de linhas de ações;

IV – deliberar sobre as contas do FHIS

V – dirimir dúvidas quanto à aplicação das normas regulamentares, aplicáveis ao FHIS, nas matérias de sua competência;

VI – aprovar seu regimento interno;

§ 1º - As diretrizes e critérios previstos no inciso I do caput deste artigo deverão observar ainda as normas emanadas do Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, de que trata a Lei Federal nº 11.124 de 16 de julho de 2005, nos casos em que o FHIS vier a receber recursos federais.

§ 2º - O Conselho Gestor do FHIS promoverá ampla publicidade das formas e critérios de acesso aos programas, das modalidades de acesso à moradia, das metas anuais de atendimento habitacional, dos recursos previstos e aplicados, identificados pelas fontes de origem, das áreas objeto de intervenção, dos números e valores dos benefícios e dos financiamentos e subsídios concedidos, de modo a permitir o acompanhamento e fiscalização pela sociedade.

§ 3º - O Conselho Gestor do FHIS promoverá audiências públicas e conferências, representativas dos segmentos sociais existentes, para debater e avaliar critérios de alocação de recursos e programas habitacionais existentes.

Art 5º - Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013, revogando as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 11 de Setembro de 2015.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

# Sombrio

## PREFEITURA

### DEC. 156/2015

DECRETO Nº 156, DE 08 DE SETEMBRO DE 2015.  
HOMOLOGA NOVA NOMINATA DO CONSELHO MUNICIPAL  
DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA DE  
SOMBRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO/SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso de suas atribuições legais conferidas através do inciso V do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal de 06 de Abril de 1990, combinada com o parágrafo 3º do artigo 8º da Lei 796 de 26 de Setembro de 1991. DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado a nominata do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, de Sombrio, que ficará composta com os seguintes representantes:

#### GOVERNAMENTAIS

I – Representante da Secretaria Municipal de Saúde de Sombrio - SC: GISLANE DIAS DA CUNHA;

II – Representante da Câmara Municipal de Vereadores de Sombrio – SC: VEREADOR LUCAS TADEU COELHO;

III – Representante do Centro de Referência Especializado em Assistência Social – CREAS de Sombrio - SC: RONISE FABIANA MENEZES EULER;

IV – Representante da Secretaria Municipal de Educação de Sombrio - SC: GRAZIELA CAETANO DA ROSA SCHWARTZHAUPT;

V – Representante da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Ação Comunitária de Sombrio - SC: MARIA CIRENE RODRIGUES DE OLIVEIRA;

VI – Representante do Gabinete do Prefeito de Sombrio - SC: ALDINÉIA DE SOUZA CÂNDIDO;

VII – Representante da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento de Sombrio - SC: MARIELIS MATEUS TAVARES;

#### SOCIEDADE CIVIL

VIII – Representante da Associação Comunitária Esportiva de Moradores da Guarita - ACENG; ANILTON DOS SANTOS;

IX – Representando a Associação de Pais e Professores – APP Nair Alves Bratti: MARCIA REGINA DA SILVA COELHO;

X – Representante da Associação de Moradores do Bairro Januária de Sombrio - SC: KAITTY DE LIMA MATOS PEREIRA;

XI – Representante da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais APAE de Sombrio - SC: LISANDRA GRAEFF VALERIM;

XII – Representante da Câmara de Dirigentes Lojistas CDL de Sombrio - SC: ADRIANA CECÍLIA COELHO JANUÁRIO;

XIII – Representante do Lions Club de Sombrio – SC: LIBANIA COELHO LUCHINA;

XIV – Representante da Associação de Pais e Professores do Colégio Estadual Catulo da Paixão Cearense de Sombrio – SC: MICHELE JOÃO FERMIANO;

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Sombrio - SC, 08 de setembro de 2015.  
Zênio Cardoso  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário  
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

**DEC. 157/2015**

DECRETO Nº 157, DE 08 DE SETEMBRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da Lei nº 2189 de 04 de Dezembro de 2014, (Lei Orçamentária)

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica aberto ao orçamento fiscal da Prefeitura Municipal de Sombrio, crédito suplementar, no valor de R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais), nas seguintes dotações do orçamento vigente:

04.03 - DIRETORIA DE SERVIÇOS URBANOS

2.009 - Manutenção do Sistema de Iluminação Pública

3.3.90.00.00.00.00.0017- Aplicações Diretas ..... R\$ 130.000,00

Art. 2º A abertura de Crédito de que trata o art. 1º, correrá a conta do provável excesso de arrecadação da fonte 17 ( COSIP).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio – SC, 08 setembro de 2015.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

# Tigrinhos

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO 039-2015

EXTRATO DE CONTRATO  
MUNICIPIO DE TIGRINHOS  
PROCESSO LICITATÓRIO 031/2015  
Dispensa de Licitação nº. 005/2015

O MUNICIPIO DE TIGRINHOS – torna público, para conhecimento dos interessados, que foi celebrado o contrato nº. 039/2015 com a Empresa LIDER ENGENHARIA E GESTÃO DE CIDADES EIRELI ME – CNPJ: 23.146.943/0001-22, no valor de R\$ 5.000,00, para Prestação de Serviço de Revisão do Plano Diretor Municipal e do Plano Municipal de Saneamento Básico, conforme previsão do artigo 24, inciso II da Lei nº. 8.666/93.

TIGRINHOS/SC, em 11 de Setembro de 2015.  
RUDIMAR FRANCISCO GUTH  
Prefeito Municipal

### EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO 031-2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE TIGRINHOS

EXTRATO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 031/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 020/2015.

O Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, torna público para conhecimento geral dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR LANCE, para a Contratação de Empresa para Elaboração e Aplicação de Processo Seletivo (12 vagas) para compor o quadro de servidores temporários do Município de Tigrinhos/SC. O recebimento dos envelopes de propostas e habilitação será até as 09h00min do dia 30/09/2015, no departamento de Compras e Licitações do Município de Tigrinhos, e a sessão terá início às 09h10min no Auditório do Centro Administrativo Municipal de Tigrinhos, no mesmo dia. Maiores Informações bem como cópia do Edital poderão ser obtidas junto a Prefeitura Municipal, sito na Avenida Felipe Baczinski, 479, Tigrinhos/SC, fone: 49- 36580064. Tigrinhos, 11 de Setembro de 2015.  
RUDIMAR FRANCISCO GUTH  
Prefeito Municipal.

### PORTARIA 166/2015

PORTARIA Nº. 166/2015.  
CONCEDE ADIANTAMENTO DE DIÁRIAS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Municipal nº. 011/97 e decreto Municipal nº. 043/00.  
RESOLVE:

Art.1º. Conceder a Secretaria Municipal de Educação, VERA LUCIA BACZINSKI, adiantamento do equivalente a 01 (uma) diária, no valor R\$ 566,40, (quinhentos e sessenta seis reais e quarenta centavos), para sua viagem á Fraiburgo/SC, no período de 17 a 18 de Setembro de 2015, com objetivos de participar da formação dos coordenadores Estaduais e Municipais do PNAIC EM SANTA CATARINA.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 11 DE SETEMBRO DE 2015.  
RUDIMAR FRANCISCO GUTH  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em onze de setembro de dois mil e quinze.

Macon Bruxel  
Secretário Municipal de  
Administração e Fazenda.

### PORTARIA 167/2015

PORTARIA Nº. 167/2015.  
CONCEDE ADIANTAMENTO DE DIÁRIAS PARA A TÉCNICA ADMINISTRATIVA EDUCACIONAL E PROFESSORA II, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Municipal nº. 011/97 e decreto Municipal nº. 043/00.  
RESOLVE:

Art.1º. Conceder a Técnica Administrativa Educacional e Professora II, MARCIA ADRIANI DE OLIVEIRA, adiantamento do equivalente a 01 (uma) diária, no valor R\$ 551,48, (quinhentos e sessenta seis reais e quarenta centavos), para sua viagem á Fraiburgo/SC, no período de 17 a 18 de Setembro de 2015, com objetivos de participar da formação dos coordenadores Estaduais e Municipais do PNAIC EM SANTA CATARINA.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 11 DE SETEMBRO DE 2015.  
RUDIMAR FRANCISCO GUTH  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em onze de setembro de dois mil e quinze.

Macon Bruxel  
Secretário Municipal de  
Administração e Fazenda.

# Timbó

## PREFEITURA

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATO 2015.97 FCT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ  
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2015/97

AUTORIZANTE: Município de Timbó através da Fundação Cultural de Timbó.

AUTORIZADO: Sieg Eventos Ltda (Carlon & Jantsch Ltda Me).

OBJETO: Acréscimo de 02 peças ao item 3.0001 (locação com montagem e desmontagem de tendas com cobertura em lona anti-chama, tipo pirâmide, com 100m², medindo 10 metros de largura por 10 metros de profundidade, com pé direito (lateral) mínimo de 3,00 metros de altura.)

DATA DA ASSINATURA: 04/09/2015

JORGE REVELINO FERREIRA

Diretor Presidente da Fundação Cultural de Timbó

### EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 2015.47 PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS  
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2015/47

AUTORIZANTE: Município de Timbó através da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos.

AUTORIZADO: Paviplan Pavimentação Ltda.

OBJETO: Prorrogação do prazo de execução: até 18/12/2015.

DATA DA ASSINATURA: 04/09/2015.

ORLEI ADAZIR PEDRON

Secretário de Obras e Serviços Urbanos

### LEI Nº 2792, DE 14 DE SETEMBRO DE 2015

LEI Nº 2792, DE 14 DE SETEMBRO DE 2015

Institui o Dia Municipal do Agente de Trânsito

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó-SC.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. – Fica instituído o Dia Municipal do Agente de Trânsito, a ser celebrado anualmente no dia 23 de setembro.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 14 de setembro de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

### PORTARIA Nº FCT-061, DE 12 DE AGOSTO DE 2015

PORTARIA Nº FCT-061, de 12 de AGOSTO de 2015

Concede exoneração a Servidora Pública Larissa de Aragão da Silva, contratada temporariamente para o cargo de Auxiliar de Serviços Administrativos, a contar desta data.

O Diretor Presidente da FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ – FCT, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 13 da LC nº 171/2000, e alterações, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO a Servidora Pública LARISSA DE ARAGÃO DA SILVA, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços

Administrativos, contratada temporariamente pela Portaria nº FCT-46, de 15/01/2015, do quadro de Servidores Públicos da Fundação Cultural de Timbó, a contar desta data.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 12 de agosto de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

JORGE R FERREIRA

DIRETOR PRESIDENTE FCT

#### **PORTARIA Nº TIMBOPREV-094, DE 11 DE SETEMBRO DE 2015**

PORTARIA Nº TIMBOPREV-094, DE 11 DE SETEMBRO DE 2015

Concede Aposentadoria Voluntária Por Idade e Tempo de Contribuição à Servidora Pública Municipal Maria Angélica Faggiani.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO TIMBOPREV, no uso das atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, e em conformidade com o art.36, da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993 e art.17, da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, e,

#### **RESOLVE:**

Art.1º Conceder Aposentadoria Voluntária Por Idade e Tempo de Contribuição, à Servidora Pública Municipal MARIA ANGÉLICA FAGGIANI, brasileira, Divorciada, nascida em 30 de agosto de 1963, portadora do CPF sob nº 460.996.039-72, RG nº 1.392.545 residente na rua Cornélius Germer nº 259, Bairro Imigrantes, em Timbó-SC, ocupante do cargo de Oficial de Serviços Administrativos, Referência Salarial GA-66, matrícula nº 1838.4, lotada na Secretaria Municipal da Fazenda e Administração, com proventos integrais, que correspondem à totalidade da remuneração no cargo efetivo, com direito à paridade remuneratória, com base no art.3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, no valor de R\$ 3.880,64 (três mil, oitocentos e oitenta reais e sessenta e quatro centavos), tudo conforme provas constantes dos autos do processo TIMBOPREV 055/2015, a contar desta data.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 11 de setembro de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

OSMAIR DE CASTILHO

Presidente do Conselho de Administração do TIMBOPREV



# Trombudo Central

## PREFEITURA

### 080/2015

DECRETO 080/2015 DE 09 DE SETEMBRO DE 2015.

ESTIPULA HONÓRARIOS ADVOCATÍCIOS.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas ...

#### DECRETA:

Art. 1º - Para os fins do disposto no § 2º, do art.2 da lei 1869/2015 fica estabelecido o montante de 10% (dez por cento) a título de honorários advocatícios incidente sobre o valor total da dívida a ser protesta em parcela destacada do principal.

Art. 2º - Em caso de parcelamento de débito protestado ou com execução fiscal em andamento, incidirá o percentual previsto no art. 1º, devendo o mesmo ser paga ao final, em parcela destacada do principal, observando o valor atualizado do débito.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua assinatura, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 09 de setembro de 2015.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi publicado e registrado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

MARIANE FERNANDES DA ROSA BONI

Secretária Municipal de Administração e Finanças (Interina)

### 342/2015

PORTARIA 342/2015 DE 10 DE SETEMBRO DE 2015.

NOMEIA COMISSÃO INTERNA PARA FINS DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei...

#### RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada a Comissão Municipal Interna para fins de processo administrativo disciplinar, sob rito ordinário, para apuração dos fatos ocorridos na data de 28 de agosto de 2015, além de fatos conexos ao mesmo, referentes à possível conduta funcional de servidor público municipal, conforme abaixo descrito:

- RONALDO KRUGER – Tesoureiro; matrícula 058 (Presidente)
- MARIA MARLETE BINI MARCELINO – Professora Nível Superior; matrícula 127
- WILSON HOBUS - Desenhista; matrícula 204,

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 10 de setembro de 2015.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

MARIANE FERNANDES DA ROSA BONI

Secretária de Administração e Finanças (Interina)

**343/2015**

PORTARIA 343/2015 DE 10 DE SETEMBRO DE 2015.

AFASTA TEMPORARIAMENTE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 118 da Lei Complementar 816 de 31 de Outubro de 1990.

RESOLVE:

Art. 1º - AFASTAR como medida cautelar o servidor público municipal Sr. ELIO RAMOS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico Agrícola, (designado para responder pela emissão de RG e C.T.P.S e a Junta de serviço Militar conforme a Portaria 128/2010), para fins de apuração de fatos disciplinares, a ser executada pela Comissão Interna nomeada através da Portaria 342/2015 de 10 de setembro de 2015.

Art. 2º - O afastamento de que trata o Artigo Primeiro, dar-se-á pelo período de 30 (trinta dias) a contar da data de 15 de setembro de 2015.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 10 de setembro de 2015.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

MARIANE FERNANDES DA ROSA BONI

Secretária de Administração e Finanças (Interina)

# Tunápolis

## PREFEITURA

### CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL Nº 36/2015

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL nº 36/2015

O MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS/SC, CNPJ nº 78.486.198/0001-52, com sede na Rua João Castilho, 111, representada neste ato por seu prefeito Municipal, o Sr. ENOÍ SCHERER, Identidade nº 2.529.279-0, CPF nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO, e de outro lado o Sr. INOCÊNCIO HECK, inscrito no CPF nº 675.263.499-87, portador da cédula de identidade nº 13/R-1.419.602, residente e domiciliado na Linha Pitangueira, na cidade de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente LOCADOR, celebram o presente contrato de locação de imóvel para abastecimento do sistema de água do Município, com fulcro nas disposições da Lei Federal nº 8666 de 21/06/93, especialmente pela Lei Municipal nº 1.182/2014 de 26 de junho de 2014 e nas condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:** O objeto do presente contrato consiste na locação de parte ideal de uma área de terra com 8.000 m<sup>2</sup> (oito mil metros quadrados), da área total de 150.000 m<sup>2</sup> (cento e cinquenta mil metros quadrados), localizada em Linha Pitangueira, Município de Tunápolis, de propriedade do LOCADOR registrada no registro de imóveis de Itapiranga, sob a matrícula nº 829.

§ 1º O imóvel de que trata esta cláusula permite ao Município a captação de água de fontes existentes nesta propriedade, o acesso com máquinas e equipamentos necessários para a instalação e bombeamento da água, para ser utilizado para o sistema de abastecimento de água do Município.

§ 2º As instalações e equipamentos instalados ao imóvel pelo Município, em virtude da ocupação a que se destina a presente locação reverterão à Municipalidade após o término do contrato ora celebrado.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO:** O preço do aluguel ora avençado é de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) por mês, totalizando R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais) por ano, conforme laudo de avaliação de comissão designada para este fim em apenso, podendo a municipalidade optar pelo pagamento mensal ou anual.

**PARÁGRAFO ÚNICO –** Os valores estabelecidos nesta cláusula sofrerão reajuste anualmente pelo mesmo índice usado pelo setor de tributos do Município, que corresponde a variação do IGPM do período.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA:** O prazo de vigência do presente contrato estende-se até que ambas as partes tiverem interesse na contratação devendo ser renovado anualmente.

**CLÁUSULA QUARTA – OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:** Além de efetuar os pagamentos na forma e prazos aqui avençados, o MUNICÍPIO deverá zelar o imóvel locado, devolvendo-o nas mesmas condições em que o mesmo foi recebido.

**CLÁUSULA QUINTA – OBRIGAÇÃO DO LOCADOR:** Além do fiel cumprimento das demais cláusulas deste contrato, obriga-se o Locador:

I – ressaltar o presente contrato em caso de venda do imóvel ora locado;

II – abster-se de qualquer ato ou atitude que possa interferir no bom uso do imóvel pelo Locatário;

III – garantir, ao Município, já na assinatura do presente contrato, a posse da área locada, livre de qualquer embaraço.

**CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES:** O descumprimento, por parte do Proprietário, de qualquer das cláusulas deste contrato ensejará a aplicação de multa de dez por cento do valor total avençado, sem prejuízo das penalidades previstas no art. 87 da Lei 8.666/93.

**CLÁUSULA SÉTIMA:** Os recursos para fazer frete às despesas com a execução deste contrato estão previstos no Orçamento do Município sob o seguinte elemento:

12.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SANAMENTO BÁSICO

12.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SANAMENTO BÁSICO

17.512.001.2.042 – Manutenção do Abastecimento de Água Potável

3.3.90.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas

**CLÁUSULA OITAVA -** Elegem de comum acordo o FORO da Comarca de Itapiranga – SC., para dirimir questões inerentes ao presente contrato.

Estando juntos e acertados, firmam o presente contrato, em duas vias de igual teor e forma, para que sejam alcançadas as finalidades colimadas.

Tunápolis, SC, aos 04 de setembro de 2015.

ENOÍ SCHERER

INOCÊNCIO HECK

Prefeito Municipal

Locador

Testemunhas:

\_\_\_\_\_

### PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 101/2015

Aviso de retificação PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 101/2015 Pregão Presencial n.78/2015

Comunica Errata no Edital, publicado no dia 04/09/2015, onde se lê : "credenciamento até o dia 13h30min do dia 14/09/2015.

leia –se: "PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 101/2015 Edital de Pregão Presencial nº 78/2015, Referente "credenciamento até o dia 9h30min do dia 18 de setembro de 2015.

Informações no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22, Email:compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC, 27 de janeiro de 2015.

SHEILA INÊS BIEGER

Pregoeira

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 038/2015.**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 038/2015.

**SERVIÇOS INERENTES A REALIZAÇÃO DE PROCESSO DE CONCURSO PÚBLICO.**

Termo de Contrato que entre si celebram o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS e a ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO EXTREMO OESTE DE SANTA CATARINA - AMEOSC, instituição sem fins econômicos, para organização e execução de Processo Concurso Público.

AMEOSC- ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO EXTREMO OESTE DE SANTA CATARINA, com sede à Padre Aurélio Canzi, 1628, no Município de São Miguel do Oeste (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.829.267/0001-13, neste ato representado pelo seu Presidente ENOÍ SCHERER, Prefeito Municipal de Tunápolis, doravante denominado de CONTRATADO e de outro lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, CNPJ 78.486.198/0001-52, localizada na Rua João Castilho, 111 – Centro – 89898-000 – Tunápolis - SC, doravante denominado de CONTRATANTE, representada pelo seu Prefeito, Senhor ENOÍ SCHERER, de comum acordo e com amparo legal, de acordo com o Edital do Processo de Concurso Público atinente, resolvem contratar o objeto do presente pelas seguintes cláusulas e condições:

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO**

1.1 Este Termo de Contrato tem por objeto a contratação de instituição especializada para a prestação de serviços de organização e execução de Processo Concurso Público que acontecerá no dia 14 (quatorze) de novembro de 2015, para contratação de servidores públicos municipal, do quadro geral de servidores, conforme legislação municipal vigente, compreendendo:

- Elaboração de modelos de Decretos necessários à realização do Processo Concurso Público;
- Elaboração dos Editais;
- Elaboração de Editais para publicações, divulgando o Processo Concurso Público, provas, notas e classificações;
- Elaboração de listagem da homologação dos inscritos;
- Elaboração, aplicação e correção das provas;
- Emissão de listagem do resultado parcial e final;
- Análise e apreciação dos recursos interpostos por candidatos;
- Emissão do relatório final.

**2. CLÁUSULA SEGUNDA - REGIME DE EXECUÇÃO**

2.1 A CONTRATADA obriga-se a manter total sigilo das provas a serem aplicadas no Processo de Concurso Público, sujeitando-se às penalidades legais, bem como rescisão imediata deste contrato, caso ocorra quebra de sigilo com relação aos serviços especificados, por dolo ou culpa da CONTRATADA.

2.2 O pessoal que vier a ser contratado para trabalhar no presente Processo de Concurso Público não manterá com a CONTRATANTE nenhum vínculo de natureza empregatícia, ficando os encargos trabalhistas, fiscais, previdenciários, tributários e comerciais a cargo da CONTRATADA.

2.3 Ficará a cargo da CONTRATADA fornecer os materiais primários para a realização do Processo de Concurso Público.

2.4 Ficará a cargo da CONTRATANTE fornecer instalações e materiais secundários para a realização do Processo de Concurso Público, em todas as fases, mediante a quantidade solicitada pela CONTRATADA, bem como as despesas com correspondências convocatórias de candidatos, publicações em jornais locais ou regionais e outros atos oficiais inerentes ao Processo de Concurso Público, e bem assim, eventual remuneração de servidor público municipal designado para auxiliar no concurso público.

2.5 O recebimento dos serviços objeto deste contrato será feito nos termos do art. 73, inciso I, alíneas "a" e "b" da Lei nº 8.666/93.

**3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO**

3.1 Considerando acordo firmado pela CONTRATADA com todos os municípios associados, inclusive o CONTRATANTE, 02 (dois) concursos públicos ou testes seletivos por ano, serão realizados pela primeira aos municípios associados, sem qualquer custo, o Processo de Concurso Público objeto deste contrato é o 1º (primeiro) do ano em curso realizado pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, assim sendo não haverá cobrança financeira pelo referido certame.

**4. CLÁUSULA QUARTA – DAS PROVAS**

4.1 - A CONTRATADA entregará aos candidatos o caderno de questões do Processo de Concurso Público.

**5. CLÁUSULA QUINTA - VIGÊNCIA**

5.1 A CONTRATADA cumprirá o objeto contratado dentro do prazo estabelecido pelo cronograma de atividades a ser estabelecido no Edital de Processo de Concurso Público.

5.2 O prazo a que alude esta cláusula só poderá ser prorrogado mediante solicitação da CONTRATADA, por escrito, devidamente fundamentada, nos seguintes casos:

- a) Paralisação ou restrição na execução dos serviços, por determinação fundamentada;
- b) Falta de elementos técnicos necessários à realização do Processo de Concurso Público, cujo fornecimento seja de responsabilidade da CONTRATANTE.

**6. CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES**

6.1 São obrigações do CONTRATANTE:

- a) Auxiliar na elaboração do Edital prestando todas as informações necessárias,
- b) Nomear Comissão de acompanhamento do Processo de Concurso Público;
- c) Verificar o preenchimento dos requisitos das inscrições e realizar a homologação das mesmas;
- d) Realizar as publicações legais do Edital, da homologação das inscrições, do resultado preliminar e final do Processo de Concurso Público,

entre outros atos, de publicação obrigatória.

e) Providenciar local e organização para a realização das provas, bem como fiscais para acompanhamento de sua aplicação;

f) Prestar todas as informações necessárias à CONTRATADA, para a elaboração do Edital e dos demais atos necessários à regular prestação dos serviços contratados.

g) Ceder servidores para atuarem como fiscais nos dias de aplicação das provas.

#### 6.2 São obrigações da CONTRATADA:

a) Elaboração do Edital;

b) Elaborar, aplicar, corrigir, e avaliar as provas;

c) Apreçar os recursos impetrados em relação à competência da CONTRATADA, emitindo parecer;

d) Apresentar o relatório preliminar e final dos classificados;

e) Prestar informações quanto aos atos de sua competência referente ao Processo de Concurso Público;

#### 7. CLÁUSULA SÉTIMA - RESCISÃO

7.1 A rescisão do presente contrato poderá ser determinado por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93, de forma amigável, por acordo entre as partes, reduzido a termo, bem como por determinação judicial, nos termos da legislação.

7.2 A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei n.º 8.666/93.

#### 8. CLÁUSULA OITAVA - FISCALIZAÇÃO

8.1 Nos termos do art. 67, § 1º, da Lei nº 8.666/93, o CONTRATANTE designará uma Comissão de Acompanhamento do Processo de Concurso Público para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências e determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

#### 9. CLÁUSULA NONA - ÔNUS E ENCARGOS

9.1 Todos os ônus ou encargos referentes à execução deste Contrato, que se destinem à realização dos serviços, a locomoção de pessoal, seguros de acidentes, impostos, taxas, contribuições previdenciárias, encargos trabalhistas e outros que forem devidos em razão dos serviços, ficarão totalmente a cargo da CONTRATADA.

9.2 Fica expressamente vedado à CONTRATADA transferir a responsabilidade da execução do objeto avençado a qualquer outra empresa

#### 10. CLÁUSULA DÉCIMA - PUBLICAÇÃO

10.1 Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste Termo de Contrato, por extrato, no prazo previsto em lei.

#### 11. CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA – FORO

11.1 O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Contrato será o da Comarca de Itapiranga- SC.

São Miguel do Oeste - SC, 02 de setembro de 2015.

ENOI SCHERER	ENOI SCHERER
Prefeito de TUNÁPOLIS	Presidente da AMEOSC
CONTRATANTE	CONTRATADA

Testemunha 1: Airton Fontana  
CPF: 563 391 609-30

Testemunha 2: Jussara Reginatto  
CPF: 044.056.609-64

#### **PORTARIA 3925/2015**

PORTARIA Nº. 3.925/2015

Em 08 de Setembro de 2015

O Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais e de conformidade com os dispositivos da Lei Orgânica;

#### RESOLVE:

Art. 1º - Designar: Naissa Carmine Schaurich, Ervino Roque Bieger e Claci Maria Welter, brasileiros, servidores públicos municipais, residentes e domiciliados no município, sob a presidência do primeiro, para comporem a COMISSÃO MUNICIPAL DO PROCESSO SELETIVO, que terá por objetivo e finalidade o auxílio à Administração para organizar, coordenar, fiscalizar os atos dos processos, instaurados através do Edital nº. 002/2015.

Art. 2º - Compete a Comissão: avaliar as inscrições dos candidatos, verificar quanto a publicidade dos atos, acompanhar e fiscalizar a realização das provas executadas pelos candidatos, sempre de acordo com o contido no regulamento geral do Edital. A Comissão poderá ainda, requisitar recursos humanos, financeiros, materiais, equipamentos e instalações necessárias para a concretização do objetivo, mediante a autorização do chefe do Executivo Municipal.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução do presente Ato, correrão à conta do orçamento municipal vigente.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 08 de Setembro de 2.015.

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal

Esta portaria foi publicada na

Presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER

Secretária Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

### **PORTARIA 3926/2015**

PORTARIA Nº. 3.926/2.015

Em 10 de Setembro de 2.015

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinada com a Lei Complementar nº. 025/2010 de 21 de Dezembro de 2013, artigo 5º, inciso VI, parágrafo único;

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER, JOEL TRENHAGO, no cargo efetivo de MÉDICO - ESF, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social, 5%(cinco por cento) de gratificação de incentivo à qualificação, por ter apresentado certificado de conclusão de pós-graduação em nível especialização.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 10 de Setembro de 2.015.

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal

Esta portaria foi publicada na

Presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER

Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

### **PORTARIA 3927/2015**

PORTARIA Nº. 3.927/2015

Em 11 de Setembro de 2015

O Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Legislação vigente, baseada na Lei Complementar 13/2006, artigo 73;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder "LICENÇA PRÊMIO", ao (a) servidor (a) DULCE TEREZINHA WEISS SPANIOL, Portaria de Nomeação nº. 329/1996, com o cargo de PROFESSOR II – ANOS INICIAIS.

Período de Aquisição: 31.01.2001 a 30.01.2006

Fruição: 14 de Setembro à 13 de Outubro de 2015. Referido período aquisitivo torna-se quites, tendo em vista o cumprimento parcial da Portaria 3.020/2012 em virtude do pleito eleitoral em curso à época.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 11 de Setembro de 2.015.

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

VIANEI LUÍS HAMMERSCHMITT

Secr. Munic. Educação Cultura e Esportes

Esta portaria foi publicada na Presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER

Secretária Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 75/2015, REFERENTE AO PROCESSO ADMINISTRATIVO 97/2015,**

A Comissão Permanente de Licitação - CPL, instituída pelo Decreto nº 1691/2015, através das atribuições legais, torna público que foi deserto o certame denominado como PREGÃO PRESENCIAL Nº 75/2015, referente ao Processo administrativo 97/2015, cujo objeto é a seleção de propostas, visando o REGISTRO DE PREÇOS para CONTRATAÇÃO DE HORAS DE SERVIÇOS DE CHAPARIAS COM PINTURA, POLIMENTO EM TODOS OS VEICULOS PERTENCENTES AO MUNICIPIO DE TUNÁPOLIS. Ressalta-se que a data de abertura do dia 09/09/2015 as 9h15min, não houve nenhum interessado para o certame em questão, motivo pela qual o Presidente declara DESERTO.



# Urussanga

## PREFEITURA

**AVISO PR 07/2015/FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE URUSSANGA

Comissão Permanente de Licitação Julgamento - CPLJ

**AVISO DE EDITAL DE PREGÃO N.º 07/2015/FMS**

Objeto: aquisição parcelada de oxigênio medicinal. Recebimento dos envelopes: até as 10h do dia 25/09/2015, na Prefeitura Municipal de Urussanga/SC, sito à Praça da Bandeira, 12 – Setor de Licitações. Abertura dos envelopes: às 10h do dia 25/09/2015, no mesmo local. Edital: o edital estará a disposição dos interessados das 07h às 13h, de segunda-feira à sexta-feira, somente em dias úteis, no Paço Municipal Lydio de Brida, na Praça da Bandeira, n.º12 ou poderá ser solicitado através do e-mail [rosane@urussanga.sc.gov.br](mailto:rosane@urussanga.sc.gov.br) ou no site oficial desta municipalidade.

ROSANE ZATTA

Pregoeira

# Vidal Ramos

## PREFEITURA

### **PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº. 54/2015 - EVENTUAL AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE TORNO E SOLDA**

Prefeitura de Vidal Ramos  
Prefeitura Municipal de Vidal Ramos  
Setor de Compras  
PREGÃO Nº. 54/2015

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 54/2015

**OBJETO:** Constitui objeto do presente certame a SERVIÇOS DE TORNO E SOLDA MECÂNICA BEM COMO A MATÉRIA PRIMA NECESSÁRIA PARA REMANUFATURAMENTO DE PEÇAS E COMPONENTES DE EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS DURANTE O EXERCÍCIO DE 2015. PODENDO VARIAR PARA MAIS OU PARA MENOS CONFORME AS ATIVIDADES DE MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE OBRAS, EDUCAÇÃO E FUNDERURAL.

**REGIMENTO:** A Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, designada pela PORTARIA Nº. 14/2013 de 03/01/2013 torna público, aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL nº. 54/2015, do tipo MENOR LANCE POR LOTE ÚNICO, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003, Decreto Municipal nº. 2.130/2013 de 29 de abril de 2013 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93, com suas alterações e demais exigências deste Edital.

**RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS:** Até o dia 24/09/2015, às 10:00 hrs.

**LOCAL:** Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Vidal Ramos sita à Avenida Jorge Lacerda, 1180, Centro, Vidal Ramos/SC.

**ÁREA RESPONSÁVEL:** Departamento de Compras e Licitações

**INFORMAÇÕES:** A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-2300, e-mail: [compras@prefeituravidalramos.com.br](mailto:compras@prefeituravidalramos.com.br).

LAERCIO DA CRUZ – Prefeito Municipal

### **PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº. 55.2015 - EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEL**

Prefeitura de Vidal Ramos  
Prefeitura Municipal de Vidal Ramos  
Setor de Compras  
PREGÃO Nº. 54/2015

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 54/2015

**OBJETO:** Constitui objeto do presente certame a SERVIÇOS DE TORNO E SOLDA MECÂNICA BEM COMO A MATÉRIA PRIMA NECESSÁRIA PARA REMANUFATURAMENTO DE PEÇAS E COMPONENTES DE EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS DURANTE O EXERCÍCIO DE 2015. PODENDO VARIAR PARA MAIS OU PARA MENOS CONFORME AS ATIVIDADES DE MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE OBRAS, EDUCAÇÃO E FUNDERURAL.

**REGIMENTO:** A Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, designada pela PORTARIA Nº. 14/2013 de 03/01/2013 torna público, aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL nº. 54/2015, do tipo MENOR LANCE POR LOTE ÚNICO, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003, Decreto Municipal nº. 2.130/2013 de 29 de abril de 2013 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93, com suas alterações e demais exigências deste Edital.

**RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS:** Até o dia 24/09/2015, às 10:00 hrs.

**LOCAL:** Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Vidal Ramos sita à Avenida Jorge Lacerda, 1180, Centro, Vidal Ramos/SC.

**ÁREA RESPONSÁVEL:** Departamento de Compras e Licitações

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-2300, e-mail: [compras@prefeituravidalramos.com.br](mailto:compras@prefeituravidalramos.com.br).

LAERCIO DA CRUZ – Prefeito Municipal

### **PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº. 56/2015 - EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MACADAME**

Prefeitura de Vidal Ramos  
Prefeitura Municipal de Vidal Ramos  
Setor de Compras  
PREGÃO Nº. 56/2015

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 56/2015

OBJETO: Constitui objeto do presente certame a FORNECIMENTO DE PEDRA BRITA DESTINADO AO REVESTIMENTO DE ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO DURANTE O EXERCÍCIO. QUANTITATIVO APURADO POR ESTIMATIVA PODENDO VARIAR DE ACORDO COM PROCEDIMENTOS DE MANUTENÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO. ENTREGA PREVISTA DE MANEIRA FRAGMENTADA MEDIANTE REQUISIÇÃO PRÉVIA DO SETOR COMPETENTE.

REGIMENTO: A Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, pelo seu pregoeiro designado pela PORTARIA Nº. 14/2013 de 03/01/2013, torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 56/2015, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003, Decreto nº. 7.892 de 23 de janeiro de 2013. Decreto Municipal nº. 2.130/2013 de 29 de abril de 2013 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93, com suas alterações e demais exigências deste Edital.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até o dia 24/09/2015, às 16:00 hrs.

LOCAL: Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Vidal Ramos sita à Avenida Jorge Lacerda, 1180, Centro, Vidal Ramos/SC.

ÁREA RESPONSÁVEL: Departamento de Compras e Licitações

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-2300, e-mail: [compras@prefeituravidalramos.com.br](mailto:compras@prefeituravidalramos.com.br).

Prefeito Municipal – Laercio da Cruz

# Videira

## PREFEITURA

**ADITIVO Nº 84/2015 - PMV**

Aditivo nº 84/2015-PMV  
Contrato/Ata nº: CT 178/2013  
Licitação: PR 96/2013  
Contratada: TRANSPORTES PBRANDT LTDA ME  
Objeto: Recompôr o equilíbrio econômico-financeiro, reajustando o preço do quilômetro rodado do transporte escolar em 6,9639000%, através do IGP-M acumulado dos últimos 12 meses da apresentação da proposta.  
Data: 10/09/2015  
Valor: R\$ 1.030,08

**ADITIVO Nº 85/2015 - PMV**

Aditivo nº 85/2015-PMV  
Contrato/Ata nº: CT 174/2013  
Licitação: PR 96/2013  
Contratada: DELCIR LUIZ ALCHIERI ME  
Objeto: Recompôr o equilíbrio econômico-financeiro, reajustando o preço do quilômetro rodado do transporte escolar em 6,9639000%, através do IGP-M acumulado dos últimos 12 meses da apresentação da proposta.  
Data: 10/09/2015  
Valor: R\$ 2.905,92

**ADITIVO Nº 86/2015 - PMV**

Aditivo nº 86/2015-PMV  
Contrato/Ata nº: CT 177/2013  
Licitação: PR 96/2013  
Contratada: MANENTI TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA  
Objeto: Recompôr o equilíbrio econômico-financeiro, reajustando o preço do quilômetro rodado do transporte escolar em 6,9639000%, através do IGP-M acumulado dos últimos 12 meses da apresentação da proposta.  
Data: 10/09/2015  
Valor: R\$ 5.197,44

**ADITIVO Nº 87/2015 - PMV**

Aditivo nº 87/2015-PMV  
Contrato/Ata nº: CT 176/2013  
Licitação: PR 96/2013  
Contratada: EXPRESSO PRIMAVERA LTDA  
Objeto: Recompôr o equilíbrio econômico-financeiro, reajustando o preço do quilômetro rodado do transporte escolar em 6,9639000%, através do IGP-M acumulado dos últimos 12 meses da apresentação da proposta.  
Data: 10/09/2015  
Valor: R\$ 1.244,16

**ADITIVO Nº 88/2015 - PMV**

Aditivo nº 88/2015-PMV  
Contrato/Ata nº: CT 193/2013  
Licitação: PR 95/2013  
Contratada: EXPRESSO PRIMAVERA LTDA  
Objeto: Recompôr o equilíbrio econômico-financeiro, reajustando o preço do quilômetro rodado do transporte escolar em 6,9639000%, através do IGP-M acumulado dos últimos 12 meses da apresentação da proposta.  
Data: 10/09/2015  
Valor: R\$ 3.011,52

**ADITIVO Nº 89/2015 - PMV**

Aditivo nº 89/2015-PMV  
Contrato/Ata nº: CT 191/2013  
Licitação: PR 95/2013  
Contratada: FURCKEL E MANENTI SERVIÇOS DE TRANSPORTES LTDA ME  
Objeto: Recompôr o equilíbrio econômico-financeiro, reajustando o preço do quilômetro rodado do transporte escolar em 6,9639000%, através do IGP-M acumulado dos últimos 12 meses da apresentação da proposta.  
Data: 10/09/2015  
Valor: R\$ 5.149,44

**ADITIVO Nº 90/2015 - PMV**

Aditivo nº 90/2015-PMV  
Contrato/Ata nº: CT 194/2013  
Licitação: PR 95/2013  
Contratada: M.V.M TRANSPORTES LTDA ME  
Objeto: Recompôr o equilíbrio econômico-financeiro, reajustando o preço do quilômetro rodado do transporte escolar em 6,9639000%, através do IGP-M acumulado dos últimos 12 meses da apresentação da proposta.  
Data: 10/09/2015  
Valor: R\$ 3.082,56

**ADITIVO Nº 91/2015 - PMV**

Aditivo nº 91/2015-PMV  
Contrato/Ata nº: CT 195/2013  
Licitação: PR 95/2013  
Contratada: MANENTI TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA  
Objeto: Recompôr o equilíbrio econômico-financeiro, reajustando o preço do quilômetro rodado do transporte escolar em 6,9639000%, através do IGP-M acumulado dos últimos 12 meses da apresentação da proposta.  
Data: 10/09/2015  
Valor: R\$ 10.078,08

**ADITIVO Nº 92/2015 - PMV**

Aditivo nº 92/2015-PMV

Contrato/Ata nº: CT 215/2013

Licitação: PR 111/2014

Contratada: ELIANE BOLZONI ME

Objeto: Recompôr o equilíbrio econômico-financeiro, reajustando o preço do quilômetro rodado do transporte escolar em 6,9639000%, através do IGP-M acumulado dos últimos 12 meses da apresentação da proposta.

Data: 10/09/2015

Valor: R\$ 1.248,00

**ADITIVO Nº 93/2015 - PMV**

Aditivo nº 93/2015-PMV

Contrato/Ata nº: CT 148/2014

Licitação: PR 89/2014

Contratada: VIAÇÃO FLÓRIDA LTDA

Objeto: Recompôr o equilíbrio econômico-financeiro, reajustando o preço do quilômetro rodado do transporte escolar em 6,9639000%, através do IGP-M acumulado dos últimos 12 meses da apresentação da proposta.

Data: 10/09/2015

Valor: R\$ 4.637,76

**ADITIVO Nº 94/2015 - PMV**

Aditivo nº 94/2015-PMV

Contrato/Ata nº: CT 147/2014

Licitação: PR 89/2014

Contratada: DELCIR LUIZ ALCHIERI ME

Objeto: Recompôr o equilíbrio econômico-financeiro, reajustando o preço do quilômetro rodado do transporte escolar em 6,9639000%, através do IGP-M acumulado dos últimos 12 meses da apresentação da proposta.

Data: 10/09/2015

Valor: R\$ 7.884,48

**ADITIVO Nº 95/2015 - PMV**

Aditivo nº 95/2015-PMV

Contrato/Ata nº: CT 149/2014

Licitação: PR 89/2014

Contratada: TRANSPORTES PBRANDT LTDA ME

Objeto: Recompôr o equilíbrio econômico-financeiro, reajustando o preço do quilômetro rodado do transporte escolar em 6,9639000%, através do IGP-M acumulado dos últimos 12 meses da apresentação da proposta.

Data: 10/09/2015

Valor: R\$ 10.638,72

**LEI Nº 3.273/15**

LEI Nº 3.273/15, DE 10 DE SETEMBRO DE 2015.

Abre Crédito Adicional Especial para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, faço saber a todos os munícipes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 911.000,00 (novecentos e onze mil reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

07 – Secretaria Municipal de Educação

03 – Departamento de Ensino Infantil

2.039 – Manutenção do FUNDEB – Ensino Infantil

3.1.90.00.00.00.00.00.01.0010 Aplicações Diretas 911.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 911.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá por conta da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

07 – Secretaria Municipal de Educação

03 – Departamento de Ensino Infantil

2.039 – Manutenção do FUNDEB – Ensino Infantil

3.1.90.00.00.00.00.00.01.0011 Aplicações Diretas 590.000,00

3.1.91.00.00.00.00.00.00.01.0011 Aplicações Diretas 66.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0010 Aplicações Diretas 55.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0011 Aplicações Diretas 200.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO 911.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 10 de setembro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de setembro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

**LEI Nº 3.274/15**

LEI Nº 3.274/15, DE 10 DE SETEMBRO DE 2015.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, faço saber a todos os munícipes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 5.020.000,00 (cinco milhões e vinte mil reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

07 – Secretaria Municipal de Educação

02 – Departamento de Ensino Fundamental

2.038 – Merenda Escolar – Creches PNAC

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0008 - Aplicações diretas R\$ 70.000,00

07 – Secretaria Municipal de Educação

02 – Departamento de Ensino Fundamental

1009 – Aplicação Salário Educação - Ensino Fundamental

4.4.90.00.00.00.00.00.01.0006 - Aplicações diretas R\$ 150.000,00

07 – Secretaria Municipal de Educação

03 – Departamento de Ensino Infantil

1.011 – Aplicação Salário Educação - Ensino Infantil  
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0006 – Aplicações diretas R\$ 600.000,00

07 – Secretaria Municipal de Educação  
02 – Departamento de Ensino Fundamental  
2.035 – Manutenção do Fundeb – Ensino Fundamental  
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0010 – Aplicações diretas R\$ 600.000,00  
3.1.91.00.00.00.00.00.01.0010 – Aplicações diretas R\$ 350.000,00

07 – Secretaria Municipal de Educação  
02 – Departamento de Ensino Fundamental  
2.034 – Manutenção do Ensino Fundamental  
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0001 – Aplicações diretas R\$ 400.000,00  
3.1.91.00.00.00.00.00.01.0001 – Aplicações diretas R\$ 100.000,00

07 – Secretaria Municipal de Educação  
03 – Departamento de Ensino Infantil  
2.037 – Manutenção do Ensino de 0 a 6 Anos  
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0001 – Aplicações diretas R\$ 1.200.000,00  
3.1.91.00.00.00.00.00.01.0001 – Aplicações diretas R\$ 100.000,00

07 – Secretaria Municipal de Educação  
01 – Departamento de Educação  
2.031 – Manutenção da Secretaria de Educação  
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0001 – Aplicações diretas R\$ 180.000,00  
3.1.91.00.00.00.00.00.01.0001 – Aplicações diretas R\$ 70.000,00

07 – Secretaria Municipal de Educação  
02 – Departamento de Ensino Fundamental  
2.034 – Manutenção do Ensino Fundamental  
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0001 – Aplicações diretas R\$ 400.000,00  
3.1.91.00.00.00.00.00.01.0001 – Aplicações diretas R\$ 100.000,00

07 – Secretaria Municipal de Educação  
03 – Departamento de Ensino Infantil  
2.037 – Manutenção do Ensino de 0 a 6 Anos  
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0001 – Aplicações diretas R\$ 500.000,00  
3.1.91.00.00.00.00.00.01.0001 – Aplicações diretas R\$ 200.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES R\$ 5.020.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do excesso de arrecadação do exercício de 2015 dos recursos vinculados do PNAE, Salário Educação, FUNDEB, 25% da Educação e recursos próprios.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 10 de setembro de 2015.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 10

dias do mês de setembro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS  
Secretária de Administração

### **PORTARIA Nº 0664/15**

PORTARIA nº 0663/15

Nomeia Comissão de Sindicância para apurar os fatos referidos no Processo Administrativo nº 15496/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º Designar os(as) servidores(as), MIRIAM PASTORE VIELLEI, MARCIA REGINA VANZ e JULIANE MARIA COLLE WARTHA para, sob a presidência do primeiro, comporem Comissão de Sindicância, a fim de apurarem, no prazo de 30 (trinta) dias, os fatos referidos no Processo Administrativo nº 15496/2015.

Parágrafo único - Os servidores integrantes da comissão ficam dispensados de suas atividades normais nos dias de coleta e elaboração do relatório final.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 10 de setembro de 2015.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de setembro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS  
Secretária de Administração

# Vitor Meireles

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO 030/2015

Processo de Licitação 030/2015

Modalidade: Pregão 016/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES

Modalidade: Pregão Registro de Preços

O Município Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto Processo de Licitação, na modalidade de Pregão, na forma presencial, objetivando AQUISICAO DE MATERIAL DE COPA E COZINHA E PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA USO NAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL, e que estará recebendo os envelopes contendo a proposta de preços e de documentos de habilitação, até as 14h00min, do dia 24 de setembro de 2015 em sessão pública, na mesma dirigida pelo pregoeiro designado o senhor Valdeli Jose Sebastiao, promovendo a seleção da proposta mais vantajosa à Administração Municipal. Íntegra do Edital pelo site [www.vitormeireles.sc.gov.br](http://www.vitormeireles.sc.gov.br), informações pelo telefone (47) 3258 0211.

Vitor Meireles (SC), em 14 de Setembro de 2015.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal



# Xanxerê

## PREFEITURA

### DECRETO Nº AJG 188/2015

DECRETO Nº AJG 188/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito do Município de Xanxerê SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelos incisos III e VII do Artigo 69 da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº AJG 3.713/2014 de 08.12.2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica pelo presente decreto aberto crédito adicional suplementar no orçamento geral do Município, no valor de R\$ 226.000,00 (Duzentos e vinte e seis mil reais) para a suplementação da seguinte programação de despesa:

10 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

10.1001.28.846.2800.2018 – Amortização da dívida e encargos municipais

10.1001.28.846.2800.2018.46900000.0100 – Aplicações Diretas R\$ 226.000,00

Art. 2º - Para satisfazer a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior será anulada parcialmente as seguintes programações de despesas:

10 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

10.1001.28.846.2800.2018 – Amortização da dívida e encargos municipais

10.1001.28.846.2800.2018.33900000.0100 – Aplicações Diretas R\$ 226.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê, SC, 09 de setembro de 2015.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 0072/2015

Extrato de Contrato nº 0072/2015

Contratante: O Município de Xanxerê.

Contratado: Alto Uruguai Eventos Ltda Me

Objeto: Show Artístico com o Músico e Compositor "Joca Martins", a ser realizado no dia 17/09/2015, no CTG Espelho da Tradição, para as Festividades da Semana Farroupilha.

Valor R\$ 11.500,00.

Xanxerê-SC, 11 de setembro de 2015. Ademir Jose Gasparini - Prefeito Municipal .

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 0073/2015

Extrato de Contrato nº 0073/2015

Contratante: O Município de Xanxerê.

Contratado: Refatrax Interpares Soluções em Eventos Ltda Me.

Objeto: Show Artístico com o Músico e Compositor "João Chagas Leite", a ser realizado no dia 15/09/2015, no CTG Espelho da Tradição, para as Festividades da Semana Farroupilha.

Valor R\$ 8.500,00.

Xanxerê-SC, 11 de setembro de 2015. Ademir Jose Gasparini - Prefeito Municipal .

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 0074/2015

Extrato de Contrato nº 0074/2015

Contratante: O Município de Xanxerê.

Contratado: Chama Farrapa Produção Musical Ltda Me.

Objeto: Show Artístico com o "Grupo Chama Farrapa", a ser realizado no dia 18/09/2015, no CTG Espelho da Tradição, para as Festividades da Semana Farroupilha.

Valor R\$ 4.000,00.

Xanxerê-SC, 11 de setembro de 2015. Ademir Jose Gasparini - Prefeito Municipal .

### INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0004/2015

Processo nº 0122/2015 – Inexigibilidade de Licitação nº 0004/2015

O Município de Xanxerê-SC, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. Ademir José Gasparini, justifica a Inexigibilidade de Licitação para contratação de shows artísticos a serem realizados durante a Semana Farroupilha, no CTG Espelho da Tradição, com as empresas: Alto Uruguai Eventos Ltda Me, artista Joca Martins, no dia 17/09/15, valor de R\$ 11.500,00; Refatrax Interpares Soluções em Eventos Ltda Me, artista João Chagas Leite, no dia 15/09/15, valor de R\$ 8.500,00 e Chama Farrapa Produção Musical Ltda Me, Grupo Chama Farrapa, no dia 18/09/15, valor de R\$ 4.000,00. De acordo com a Lei nº 8.666/93 e suas alterações, art. 25, inciso III. Xanxerê/SC, 11 de setembro de 2015. Ademir José Gasparini – Prefeito Municipal.

### PORTARIA Nº RH AJG 192/2015

PORTARIA Nº RH-AJG 192/2015

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.776/91, Lei Complementar nº AM 2907/06, Decreto AM 096/08 e Lei BLB 3109/09. RESOLVE

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 30 (trinta) dias a partir de 14.09.2015 a 13.10.2015, a Servidora Pública Municipal Sra. SALETE TEREZINHA CHENET, Nacionalidade Brasileira, separada, portadora da CI Nº 900.550 e CPF Nº 346.891.929-87, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê – SC. Nomeada conforme Decreto nº JB 70/94 no cargo de PROFESSORA MAGISTÉRIO, com 20 (vinte) horas semanais vinculada a Secretaria Municipal de Educação.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob nº 03373/2015. Datado de 10.09.2015.

A licença prêmio concedida refere-se ao período de:

16.02.2004 a 24.07.2006: 30 (trinta) dias.

Esta portaria entra em vigor nesta data, passando a vigorar a licença prêmio a partir de 14.09.2015.

Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.  
Em 10 de Setembro de 2015.  
ADEMIR JOSÉ GASPARIINI  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº RH AJG 193/2015**

PORTARIA Nº RH-AJG 193/2015  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

ADEMIR JOSÉ GASPARIINI  
Prefeito Municipal de Xanxerê, SC,  
No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.776/91, Lei Complementar nº AM 2907/06, Decreto AM 096/08 e Lei BLB 3109/09.  
RESOLVE

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 30 (trinta) dias a partir de 14.09.2015 a 13.10.2015, a Servidora Pública Municipal Sra. SIRLEI APARECIDA DOS SANTOS CANANI, Nacionalidade Brasileira, casada, portadora da CI Nº 8/R1.628.858 e CPF Nº 508.295.489-04, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê – SC. Nomeada conforme Decreto nº JB 96/95 no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS/ESCOLARES,, com 40 (quarenta) horas semanais vinculada a Secretaria Municipal de Educação.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob nº 03374/2015. Datado de 10.09.2015.  
A licença prêmio referente ao período de:  
27.03.2000 a 26.03.2005: 30 (trinta) dias.

Esta portaria entra em vigor nesta data, passando a vigorar a licença prêmio a partir de 14.09.2015.

Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.  
Em 10 de Setembro de 2015.  
ADEMIR JOSÉ GASPARIINI  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº RH AJG 194/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA RH-AJG 194/2015

REVOGAR A PORTARIA Nº RH-AJG 188/2015 QUE CONCEDIA LICENÇA PREMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

ADEMIR JOSÉ GASPARIINI  
Prefeito Municipal de Xanxerê  
No uso de suas atribuições legais e em conformidade da Lei Orgânica Municipal, Art. 69, incisos VI e VII, Lei Complementar nº AM 2.907/2006.  
RESOLVE

REVOGAR a partir de 09.09.2015 a Portaria nº RH-AJG 188/2015, que concedia licença prêmio a Servidora Pública Municipal, a Sra. SIRLEI ALVES DOS SANTOS, nacionalidade brasileira, estado civil casada, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê - SC. Portadora da CI nº 3.842.795 e CPF Nº 021.636.889-84, nomeada

conforme Decreto nº AM 091/03 no cargo de PROFESSORA MAGISTÉRIO CRECHE, com 40 (quarenta) horas semanais vinculada a Secretaria Municipal de Educação.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Retroagindo seus efeitos administrativos e financeiros ao dia 09.09.2015 Revogam-se as disposições em contrário, principalmente a Portaria nº RH-AJG 188/2015.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC  
Em 10 de Setembro de 2015.  
ADEMIR JOSÉ GASPARIINI  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº RH AJG 195/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA RH-AJG 195/2015

REVOGAR A PORTARIA Nº RH-AJG 253/2014 QUE ATRIBUIA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL A FUNÇÃO DE DIREÇÃO DE ESCOLA BÁSICA DO MUNICÍPIO.

ADEMIR JOSÉ GASPARIINI  
Prefeito Municipal de Xanxerê  
No uso de suas atribuições legais e em conformidade da Lei Orgânica Municipal, Art. 69, incisos VI e VII, Lei Complementar nº AM 2.907/2006.  
RESOLVE

REVOGAR a Portaria nº RH-AJG 253/2014, que atribuía a Servidora Pública Municipal para desempenhar atribuições de Direção de Escola junto a Secretaria Municipal de Educação a Sra. ADRIANA DE SOUZA, brasileira, estado civil casada, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê – Santa Catarina, portadora da CI nº 3.895.981 e CPF nº 053.253.719-08, nomeada conforme Decreto nº BLB 080/10 no cargo de PROFESSORA MAGISTÉRIO com 20 (vinte) horas semanais, vinculada a Secretaria Municipal de Educação.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário, principalmente a Portaria nº RH-AJG 253/2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC  
Em 10 de Setembro de 2015.  
ADEMIR JOSÉ GASPARIINI  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº RH AJG 196/2015**

PORTARIA Nº RH-AJG 196/2015  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

ADEMIR JOSÉ GASPARIINI  
Prefeito Municipal de Xanxerê, SC,  
No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.776/91, Lei Complementar nº AM 2907/06, Decreto AM 096/08 e Lei BLB 3109/09.  
RESOLVE

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 78 (setenta e oito) dias a partir de 20.09.2015 a 06.12.2015, a Servidora Pública Municipal Sra. ELIZABETE FÁTIMA DOS SANTOS. Nacionalidade Brasileira, estado civil solteiro, portador da CI Nº 3.288.387 e CPF Nº 021.041.819-25, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê – SC. Nomeada conforme Decreto nº AM 065/06 no cargo de PROFESSORA MAGISTÉRIO, com 20 (vinte)

horas semanais vinculada a Secretaria Municipal de Educação.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob nº 03379/2015. Datado de 10.09.2015.

A licença prêmio concedida refere-se ao período de:

02.05.2006 a 22.05.2009: 18 (dezoito) dias;

23.05.2009 a 22.05.2012: 30 (trinta) dias;

23.05.2012 a 22.05.2015: 30 (trinta) dias.

Esta portaria entra em vigor nesta data, passando a vigorar a licença prêmio a partir de 20.09.2015.

Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 10 de Setembro de 2015.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº RH AJG 197/2015**

PORTARIA Nº RH-AJG 197/2015

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.776/91, Lei Complementar nº AM 2907/06, Decreto AM 096/08 e Lei BLB 3109/09. RESOLVE

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 10 (dez) dias a partir de 10.09.2015 a 19.09.2015, a Servidora Pública Municipal Sra. ADRIANA DE SOUZA, brasileira, estado civil casada, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê – Santa Catarina, portadora da CI nº 3.895.981 e CPF nº 053.253.719-08, nomeada conforme Decreto nº BLB 080/10 no cargo de PROFESSORA MAGISTÉRIO com 20 (vinte) horas semanais, vinculada a Secretaria Municipal de Educação.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob nº 03377/2015. Datado de 10.09.2015.

A licença prêmio concedida refere-se ao período de:

08.02.2010 a 07.08.2013: 10 (dez) dias.

Esta portaria entra em vigor nesta data, passando a vigorar a licença prêmio no dia de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 10 de Setembro de 2015.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº RH AJG 198/2015**

PORTARIA Nº RH-AJG 198/2015

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.776/91, Lei Complementar nº AM 2907/06, Decreto AM 096/08 e Lei BLB 3109/09. RESOLVE

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 15 (quinze) dias a partir de 10.09.2015 a 24.09.2015, a Servidora Pública Municipal Sra. JOELMA PAESE KLEIN, brasileira, estado civil casada, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê – Santa Catarina, portadora da CI nº 3.232.394 e CPF nº 892.909.689-15, nomeada conforme Decreto nº JB 32/94 no cargo de PROFESSORA MAGISTÉRIO com 40 (quarente) horas semanais, vinculada a Secretaria Municipal de Educação.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob nº 03378/2015. Datado de 10.09.2015.

A licença prêmio concedida refere-se ao período de:

02.02.2009 a 01.02.2012: 15 (quinze) dias.

Esta portaria entra em vigor nesta data, passando a vigorar a licença prêmio no dia de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 10 de Setembro de 2015.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

**REPASSES RECEBIDOS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE XANXERÊ

O Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, de acordo com o que estabelece a Lei nº 9.452/97, art. 2º, torna público aos Partidos Políticos, aos Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais, com sede no Município, o recebimento dos recursos, conforme relação abaixo:

Ref.	Valor	Programa	Concedente	Data
Repassse	13.125,00	SAMU	Min. da Saúde	02/09/15
Repassse	65.910,00	Saúde da Família	Min. da Saúde	02/09/15
Repassse	4.460,00	Saúde Bucal	Min. da Saúde	02/09/15
Repassse	91.000,00	PMAQ	Min. da Saúde	03/09/15
Repassse	20.000,00	NASF	Min. da Saúde	03/09/15
Repassse	19.500,00	PVVPS	Min. da Saúde	02/09/15
Repassse	2.535,00	Pol. Fort. Vinc. ACS	Min. da Saúde	03/09/15
Repassse	48.165,00	Assist. Financ. Com.	Min. da Saúde	03/09/15
Repassse	18.973,28	Farmácia Básica	Min. da Saúde	03/09/15

Repassse 4.600,00 Prog. Saúde Escola Min. da Saúde 03/09/15

Xanxerê-SC, 11/09/2015.  
Ademir José Gasparini  
Prefeito Municipal

# Xavantina

## PREFEITURA

### RREO - 4º BIMESTRE

Município de XAVANTINA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>19.275.420,00</b>	<b>19.275.420,00</b>	<b>2.525.262,80</b>	<b>13,10</b>	<b>10.696.338,69</b>	<b>55,49</b>	<b>8.579.081,31</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>18.400.420,00</b>	<b>18.400.420,00</b>	<b>2.525.262,80</b>	<b>13,72</b>	<b>10.321.662,03</b>	<b>56,09</b>	<b>8.078.757,97</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	989.320,00	989.320,00	239.024,74	24,16	638.696,23	64,56	350.623,77
IMPOSTOS	914.320,00	914.320,00	229.685,38	25,12	586.233,96	64,12	328.086,04
TAXAS	75.000,00	75.000,00	9.339,36	12,45	52.462,27	69,95	22.537,73
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	70.000,00	70.000,00	13.682,34	19,55	50.182,31	71,69	19.817,69
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	70.000,00	70.000,00	13.682,34	19,55	50.182,31	71,69	19.817,69
RECEITA PATRIMONIAL	170.000,00	170.000,00	16.084,39	9,46	67.277,41	39,57	102.722,59
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	150.000,00	150.000,00	15.084,22	10,06	60.898,35	40,60	89.101,65
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	20.000,00	20.000,00	1.000,17	5,00	6.379,06	31,90	13.620,94
RECEITA DE SERVIÇOS	260.000,00	260.000,00	16.372,87	6,30	42.673,90	16,41	217.326,10
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	16.790.100,00	16.790.100,00	2.223.381,41	13,24	9.434.816,73	56,19	7.355.283,27
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	16.547.100,00	16.547.100,00	2.188.548,40	13,23	9.344.972,96	56,47	7.202.127,04
TRANSF. DE CONV.	243.000,00	243.000,00	34.833,01	14,33	89.843,77	36,97	153.156,23
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	121.000,00	121.000,00	16.717,05	13,82	88.015,45	72,74	32.984,55
MULTAS E JUROS DE MORA	9.000,00	9.000,00	194,15	2,16	3.724,46	41,38	5.275,54
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	8.382,13	0,00	22.739,43	0,00	-22.739,43
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	100.000,00	100.000,00	7.504,88	7,50	41.068,69	41,07	58.931,31
RECEITAS DIVERSAS	12.000,00	12.000,00	635,89	5,30	20.482,87	170,69	-8.482,87
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>875.000,00</b>	<b>875.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>374.676,66</b>	<b>42,82</b>	<b>500.323,34</b>
ALIENAÇÃO DE BENS	375.000,00	375.000,00	0,00	0,00	304.676,66	81,25	70.323,34
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	375.000,00	375.000,00	0,00	0,00	304.676,66	81,25	70.323,34
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	70.000,00	14,00	430.000,00
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	430.000,00	430.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	430.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	70.000,00	70.000,00	0,00	0,00	70.000,00	100,00	0,00
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>19.275.420,00</b>	<b>19.275.420,00</b>	<b>2.525.262,80</b>	<b>13,10</b>	<b>10.696.338,69</b>	<b>55,49</b>	<b>8.579.081,31</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de XAVANTINA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>19.275.420,00</b>	<b>19.275.420,00</b>	<b>2.525.262,80</b>	<b>13,10</b>	<b>10.696.338,69</b>	<b>55,49</b>	<b>8.579.081,31</b>
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	111.791,97	—	—
<b>TOTAL (VII) = (V + VI)</b>	<b>19.275.420,00</b>	<b>19.275.420,00</b>	<b>2.525.262,80</b>	<b>13,10</b>	<b>10.808.130,66</b>	<b>55,49</b>	<b>8.579.081,31</b>
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	451.573,09	—	—	264.616,73	—	—
Superávit Financeiro	—	451.573,09	—	—	264.616,73	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
	(d)	(e)		(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	(j)
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>19.275.420,00</b>	<b>20.442.732,62</b>	<b>1.501.516,22</b>	<b>13.598.729,76</b>	<b>6.844.002,86</b>	<b>2.508.135,26</b>	<b>10.808.130,66</b>	<b>9.634.601,96</b>	<b>10.396.120,76</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>16.621.420,00</b>	<b>16.866.516,39</b>	<b>1.448.803,10</b>	<b>11.849.169,12</b>	<b>5.017.347,27</b>	<b>2.263.740,71</b>	<b>9.964.230,47</b>	<b>6.902.285,92</b>	<b>9.567.576,57</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.606.200,00	7.603.052,44	1.072.531,35	4.452.634,29	3.150.418,15	1.084.481,93	4.373.598,37	3.229.454,07	4.174.778,16
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	9.010.220,00	9.258.463,95	376.271,75	7.396.534,83	1.861.929,12	1.179.258,78	5.590.632,10	3.667.831,85	5.392.798,41
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>2.639.000,00</b>	<b>3.561.216,23</b>	<b>52.713,12</b>	<b>1.749.560,64</b>	<b>1.811.655,59</b>	<b>244.394,55</b>	<b>843.900,19</b>	<b>2.717.316,04</b>	<b>828.544,19</b>
INVESTIMENTOS	2.372.000,00	3.294.216,23	52.713,11	1.482.893,76	1.811.322,47	199.950,11	666.122,42	2.628.093,81	650.766,42
Amortização da Dívida	267.000,00	267.000,00	0,01	266.666,88	333,12	44.444,44	177.777,77	89.222,23	177.777,77
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>15.000,00</b>	<b>15.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>15.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>15.000,00</b>	<b>0,00</b>
RESERVA DE CONTINGENCIA	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00
<b>RESERVA DO RPPS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>19.275.420,00</b>	<b>20.442.732,62</b>	<b>1.501.516,22</b>	<b>13.598.729,76</b>	<b>6.844.002,86</b>	<b>2.508.135,26</b>	<b>10.808.130,66</b>	<b>9.634.601,96</b>	<b>10.396.120,76</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Município de XAVANTINA - SC  
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
	(d)	(e)		(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	(j)
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>19.275.420,00</b>	<b>20.442.732,62</b>	<b>1.501.516,22</b>	<b>13.598.729,76</b>	<b>6.844.002,86</b>	<b>2.508.135,26</b>	<b>10.808.130,66</b>	<b>9.634.601,96</b>	<b>10.396.120,76</b>
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	—	—	10.696.338,69
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>19.275.420,00</b>	<b>20.442.732,62</b>	<b>1.501.516,22</b>	<b>13.598.729,76</b>	<b>—</b>	<b>2.508.135,26</b>	<b>10.808.130,66</b>	<b>—</b>	<b>21.092.459,45</b>

FONTE:



Município de XAVANTINA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	926.320,00	926.320,00	596.315,55	64,37
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	180.000,00	180.000,00	126.728,10	70,40
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	60.000,00	60.000,00	58.021,46	96,70
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	460.000,00	460.000,00	300.136,52	65,25
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	214.320,00	214.320,00	101.347,88	47,29
Dívida Ativa dos Impostos	10.000,00	10.000,00	9.682,15	96,82
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	2.000,00	2.000,00	399,44	19,97
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	15.864.000,00	15.864.000,00	9.513.090,47	59,97
Cota-Parte FPM	6.600.000,00	6.600.000,00	4.070.369,48	61,67
Cota-Parte ITR	1.000,00	1.000,00	218,39	21,84
Cota-Parte IPVA	600.000,00	600.000,00	291.887,18	48,65
Cota-Parte ICMS	8.500.000,00	8.500.000,00	5.051.463,65	59,43
Cota-Parte IPI-Exportação	123.000,00	123.000,00	78.000,87	63,42
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	40.000,00	40.000,00	21.150,90	52,88
Desoneração ICMS (LC 87/96)	40.000,00	40.000,00	21.150,90	52,88
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	16.790.320,00	16.790.320,00	10.109.406,02	60,21

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	0,00	0,00	19.482,90	
Provenientes da União	0,00	0,00	18.244,31	
Provenientes dos Estados	0,00	0,00	1.238,59	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	510.000,00	510.000,00	116.780,11	22,90
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	510.000,00	510.000,00	136.263,01	26,72

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	3.444.000,00	3.532.883,82	2.446.857,51	69,26	2.206.018,20	62,44
Pessoal e Encargos Sociais	1.829.000,00	1.844.092,44	1.093.144,01	59,28	1.093.144,01	59,28
Outras Despesas Correntes	1.615.000,00	1.688.791,38	1.353.713,50	80,16	1.112.874,19	65,90
DESPESAS DE CAPITAL	711.000,00	799.136,58	239.584,30	29,98	133.279,00	16,68
Investimentos	711.000,00	799.136,58	239.584,30	29,98	133.279,00	16,68

Continua 1/4

Município de XAVANTINA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/4

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	711.000,00	799.136,58	239.584,30	29,98	133.279,00	16,68
Investimentos	711.000,00	799.136,58	239.584,30	29,98	133.279,00	16,68
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)</b>	4.155.000,00	4.332.020,40	2.686.441,81	62,01	2.339.297,20	54,00
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IVf)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	1.568.000,00	1.632.424,22	633.314,20	23,57	491.622,96	21,02
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	1.568.000,00	1.632.424,22	633.314,20	23,57	491.622,96	21,02
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA <sup>4</sup>	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS <sup>5</sup>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)</b>	1.568.000,00	1.632.424,22	633.314,20	23,57	491.622,96	21,02
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)</b>	2.587.000,00	2.699.596,18	2.053.127,61	76,43	1.847.674,24	78,98
<b>PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>						
(VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% <sup>4 e 5</sup>						18,28
<b>VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(i) - (15 x IIIb)/100]<sup>6</sup></b>						331.263,34

Continua 2/4

Município de XAVANTINA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS					
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)	
	0,00	0,00			0,00	
	TOTAL (VIII)	0,00			0,00	
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO					
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)	
	-	-			-	
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
Atenção Básica	3.530.000,00	3.656.020,40	2.114.934,33	78,14	1.810.730,84	77,01
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	654.000,00	674.760,00	578.721,48	21,38	531.333,49	22,60
Vigilância Sanitária	19.000,00	31.000,00	12.786,00	0,47	9.176,87	0,39
TOTAL	4.203.000,00	4.361.780,40	2.706.441,81	100,00	2.351.241,20	100,00

FONTE:

<sup>1</sup> Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.<sup>2</sup> O valor apresentado na intercessão com a coluna "l" ou com a coluna "tr+1"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total l".<sup>3</sup> O valor apresentado na intercessão com a coluna "l" ou com a coluna "tr+1"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".<sup>4</sup> Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.<sup>5</sup> Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.<sup>6</sup> No último bimestre, será utilizada a fórmula  $[V/(h+i) - (15 \times IIIb)/100]$ 

Continua 3/4

Município de XAVANTINA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 4/4

Município de XAVANTINA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo 2 ( LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c" )

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (f)</b>	19.275.420,00	20.442.732,62	1.501.516,22	13.598.729,76	100,00	6.844.002,86	2.508.135,26	10.808.130,66	100,00	9.634.601,96
Legislativa	850.000,00	850.000,00	97.075,18	343.926,50	2,53	506.073,50	93.170,49	318.001,26	2,94	531.998,74
Ação Legislativa	850.000,00	850.000,00	97.075,18	343.926,50	2,53	506.073,50	93.170,49	318.001,26	2,94	531.998,74
Administração	1.919.320,00	1.926.340,00	163.818,88	1.271.467,13	9,35	654.872,87	261.194,67	1.059.693,73	9,80	866.646,27
Administração Geral	1.919.320,00	1.926.340,00	163.818,88	1.271.467,13	9,35	654.872,87	261.194,67	1.059.693,73	9,80	866.646,27
Assistência Social	900.000,00	968.448,14	23.588,99	385.295,25	2,83	583.152,89	79.456,49	299.949,61	2,78	668.498,53
Assistência ao Idoso	226.000,00	292.301,77	15.262,78	113.983,37	0,84	178.318,40	16.653,09	86.378,55	0,80	205.923,22
Assistência à Criança e ao Adolescente	207.000,00	207.000,00	-515,35	148.204,13	1,09	58.795,87	30.519,80	104.770,16	0,97	102.229,84
Assistência Comunitária	467.000,00	469.146,37	8.841,56	123.107,75	0,91	346.038,62	32.283,60	108.800,90	1,01	360.345,47
Saúde	4.203.000,00	4.361.780,40	294.722,98	2.706.441,81	19,90	1.655.338,59	621.026,54	2.351.241,20	21,75	2.010.539,20
Atenção Básica	3.530.000,00	3.656.020,40	293.647,98	2.114.934,33	15,55	1.541.086,07	485.224,99	1.810.730,64	16,75	1.845.289,56
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	654.000,00	674.760,00	0,00	578.721,48	4,26	96.038,52	133.089,24	531.333,49	4,92	143.426,51
Vigilância Sanitária	19.000,00	31.000,00	1.075,00	12.786,00	0,09	18.214,00	2.712,31	9.176,87	0,08	21.823,13
Educação	3.610.900,00	3.682.632,54	240.427,15	2.548.204,49	18,74	1.134.428,05	481.180,16	1.938.611,34	17,94	1.744.021,20
Ensino Fundamental	2.760.000,00	2.831.732,54	189.639,81	2.022.606,89	14,87	809.125,65	370.650,80	1.567.508,77	14,50	1.264.223,77
Ensino Médio	142.000,00	142.000,00	0,00	113.412,33	0,83	28.587,67	18.047,28	46.706,72	0,43	95.293,28
Ensino Superior	160.000,00	160.000,00	900,00	148.280,00	1,09	11.720,00	28.968,00	87.444,00	0,81	72.556,00
Educação Infantil	543.000,00	543.000,00	49.887,34	263.905,27	1,94	279.094,73	63.514,08	236.951,85	2,19	306.048,15
Educação de Jovens e Adultos	5.900,00	5.900,00	0,00	0,00	0,00	5.900,00	0,00	0,00	0,00	5.900,00
Cultura	30.000,00	30.000,00	-8.378,55	16.071,45	0,12	13.928,55	4.470,45	7.770,45	0,07	22.229,55
Difusão Cultural	30.000,00	30.000,00	-8.378,55	16.071,45	0,12	13.928,55	4.470,45	7.770,45	0,07	22.229,55
Urbanismo	520.000,00	1.090.763,31	26.437,64	947.344,24	6,97	143.419,07	75.682,54	298.089,33	2,76	792.673,98
Infra-Estrutura Urbana	105.000,00	647.939,10	0,00	506.600,00	3,73	141.339,10	0,00	14.900,00	0,14	633.039,10
Serviços Urbanos	415.000,00	442.824,21	26.437,64	440.744,24	3,24	2.079,97	75.682,54	283.189,33	2,62	159.634,88
Agricultura	1.949.200,00	2.361.593,28	227.975,98	1.840.395,67	13,53	521.197,61	356.560,39	1.491.072,37	13,80	870.520,91
Extensão Rural	1.949.200,00	2.361.593,28	227.975,98	1.840.395,67	13,53	521.197,61	356.560,39	1.491.072,37	13,80	870.520,91
Indústria	240.000,00	100.000,90	0,00	0,00	0,00	100.000,90	0,00	0,00	0,00	100.000,90
Promoção Industrial	240.000,00	100.000,90	0,00	0,00	0,00	100.000,90	0,00	0,00	0,00	100.000,90
Transporte	3.522.500,00	3.524.085,99	350.614,85	2.452.833,11	18,04	1.071.252,88	386.403,07	2.193.942,81	20,30	1.330.143,18
Transporte Rodoviário	3.522.500,00	3.524.085,99	350.614,85	2.452.833,11	18,04	1.071.252,88	386.403,07	2.193.942,81	20,30	1.330.143,18
Desporto e Lazer	603.000,00	603.000,00	17.290,44	325.268,58	2,39	277.731,42	36.198,13	292.811,18	2,71	310.188,82
Desporto Comunitário	203.000,00	203.000,00	17.290,44	105.404,72	0,76	97.595,28	26.112,13	82.861,32	0,77	120.138,68
Lazer	400.000,00	400.000,00	0,00	219.863,86	1,62	180.136,14	10.086,00	209.949,86	1,94	190.050,14
Encargos Especiais	927.500,00	944.088,06	47.942,68	761.481,53	5,60	182.606,53	112.792,33	556.947,38	5,15	387.140,68
Serviço da Dívida Interna	272.000,00	272.000,00	0,01	266.666,88	1,96	5.333,12	44.444,44	177.777,77	1,64	94.222,23
Outros Encargos Especiais	655.500,00	672.088,06	47.942,67	494.814,65	3,64	177.273,41	68.347,89	379.169,61	3,51	292.918,45

Continua 1/2

Município de XAVANTINA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/2

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	19.275.420,00	20.442.732,62	1.501.516,22	13.598.729,76	100,00	6.844.002,86	2.508.135,26	10.808.130,66	100,00	9.634.601,96
Encargos Especiais	927.500,00	944.088,06	47.942,68	761.481,53	5,60	182.606,53	112.792,33	556.947,38	5,15	387.140,68
Outros Encargos Especiais	655.500,00	672.088,06	47.942,67	494.814,65	3,64	177.273,41	68.347,89	379.169,61	3,51	292.918,45
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	19.275.420,00	20.442.732,62	1.501.516,22	13.598.729,76	100,00	6.844.002,86	2.508.135,26	10.808.130,66	100,00	9.634.601,96

FONTE:

<sup>1</sup> Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	926.320,00	926.320,00	596.315,55	64,37
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	192.000,00	192.000,00	136.809,69	71,26
1.1.1- IPTU	180.000,00	180.000,00	126.728,10	70,40
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	—	0,00	0,00	0,00
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	10.000,00	10.000,00	9.682,15	96,82
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	2.000,00	2.000,00	399,44	19,97
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	60.000,00	60.000,00	58.021,46	96,70
1.2.1- ITBI	60.000,00	60.000,00	58.021,46	96,70
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	460.000,00	460.000,00	300.136,52	65,25
1.3.1- ISS	460.000,00	460.000,00	300.136,52	65,25
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	—	0,00	0,00	0,00
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	—	0,00	0,00	0,00
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	—	0,00	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	214.320,00	214.320,00	101.347,88	47,29
1.4.1- IRRF	214.320,00	214.320,00	101.347,88	47,29
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	15.864.000,00	15.864.000,00	9.582.816,33	60,41
2.1- Cota-Parte FPM	6.600.000,00	6.600.000,00	4.140.095,34	62,73
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	6.600.000,00	6.600.000,00	4.140.095,34	62,73
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	—	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	8.500.000,00	8.500.000,00	5.051.463,65	59,43
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	40.000,00	40.000,00	21.150,90	52,88
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	123.000,00	123.000,00	78.000,87	63,42
2.5- Cota-Parte ITR	1.000,00	1.000,00	218,39	21,84
2.6- Cota-Parte IPVA	600.000,00	600.000,00	291.887,18	48,65
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	16.790.320,00	16.790.320,00	10.179.131,88	60,63
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	—	0,00	0,00	0,00
5.1- Transferências do Salário-Educação	—	0,00	0,00	0,00
5.2- Transferências Diretas - PDDE	—	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	—	0,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - PNATE	—	0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	215.000,00	215.000,00	82.374,00	38,31
6.1- Transferências de Convênios	215.000,00	215.000,00	82.374,00	38,31
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	642.000,00	642.000,00	184.175,76	28,69
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	857.000,00	857.000,00	266.549,76	31,10
FUNDEB				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	3.172.800,00	3.172.800,00	1.902.616,51	59,97
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.320.000,00	1.320.000,00	814.073,67	61,67
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	1.700.000,00	1.700.000,00	1.010.291,99	59,43
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	8.000,00	8.000,00	4.230,17	52,88
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	24.600,00	24.600,00	15.600,21	63,42
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	200,00	200,00	43,65	21,83
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	120.000,00	120.000,00	58.376,82	48,65
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	1.388.000,00	1.388.000,00	797.664,60	57,47
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	1.388.000,00	1.388.000,00	792.244,47	57,08
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	—	0,00	5.420,13	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-1.784.800,00	-1.784.800,00	-1.110.372,04	62,21
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				



MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100	
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.261.000,00	1.261.000,00	691.750,95	54,86	649.723,80	51,52	
13.1- Com Educação Infantil	368.000,00	368.000,00	171.368,42	46,57	171.368,42	46,57	
13.2- Com Ensino Fundamental	893.000,00	893.000,00	520.382,53	58,27	478.355,38	53,57	
14- OUTRAS DESPESAS	127.000,00	147.207,67	128.833,50	87,52	117.202,04	79,62	
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
14.2- Com Ensino Fundamental	127.000,00	147.207,67	128.833,50	87,52	117.202,04	79,62	
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	1.388.000,00	1.408.207,67	820.584,45	58,27	766.925,84	54,46	
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR		
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB							
16.1 - FUNDEB 60%					0,00		
16.2 - FUNDEB 40%					0,00		
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00		
17.1 - FUNDEB 60%					0,00		
17.2 - FUNDEB 40%					0,00		
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00		
INDICADORES DO FUNDEB							
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					766.925,84		
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / ((11) x 100) %					81,45		
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / ((11) x 100) %					14,69		
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					3,85		
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR		
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					20.207,67		
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2015 *					20.207,67		
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB							
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS	
						Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22-IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) <sup>a</sup>		4.197.580,00		4.197.580,00		2.544.782,97	60,63
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
				Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL		518.000,00	518.000,00	255.905,27	49,40	236.951,85	45,74
23.1- Creche		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL		2.340.000,00	2.360.207,67	1.661.925,48	70,41	1.353.094,33	57,33
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB		1.020.000,00	1.040.207,67	649.216,03	62,41	595.557,42	57,25
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos		1.320.000,00	1.320.000,00	1.012.709,45	76,72	757.536,91	57,39
25- ENSINO MÉDIO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)		2.858.000,00	2.878.207,67	1.917.830,75	66,63	1.590.046,18	55,24
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR		
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					-1.110.372,04		
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					0,00		
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (60 h)					5.420,13		
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					-		
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					20.207,67		
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					-		
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)					-		
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					-1.084.744,24		
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					2.674.790,42		
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDES ((38) / (3) x 100) %					26,28		
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE							
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
				Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO		140.000,00	140.000,00	129.584,00	92,56	99.901,04	71,36
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO		612.900,00	634.424,87	470.789,74	74,21	220.023,14	34,68
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)		752.900,00	774.424,87	600.373,74	77,53	319.924,18	41,31
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)		3.610.900,00	3.652.632,54	2.518.204,49	68,94	1.909.970,36	52,29

MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2015 (i)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		20.207,67	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		792.244,47	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		745.304,85	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		745.304,85	0,00
49.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		5.420,13	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		72.567,42	0,00

FONTE:

<sup>1</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.<sup>6</sup> Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.<sup>7</sup> Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

# Xaxim

## PREFEITURA

### **AVISO DE PREGÃO 087/2015**

AVISO DE LICITAÇÃO

MUNICIPIO DE XAXIM – SC

PROCESSO LICITATÓRIO N. 168/2015

PREGÃO PRESENCIAL N. 087/2015

LICITAÇÃO COM TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE NOS TERMOS NA LC 123/2006 e 147/2014.

O Município de Xaxim – SC comunica que encontra-se aberto o processo licitatório acima especificado objetivando a contratação de empresa especializada em buffets para fornecimento de refeições, para realização de almoço da 25ª Festa Municipal do Idoso. Os envelopes da documentação e da proposta deverão ser entregues até às 13h: 00min do dia 25 de setembro de 2015, procedendo à abertura às 13h: 30min do mesmo dia. O Edital e seus anexos poderão ser retirados pelo site [www.xaxim.sc.gov.br](http://www.xaxim.sc.gov.br) maiores informações poderão ser obtidos junto à sede do Município de Xaxim - SC, sito à Rua Rui Barbosa nº 347, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta feira.

Xaxim - SC, 11 de setembro de 2015.

Idacir Antônio Orso

Prefeito

### **AVISO DE TP 009/2015**

AVISO DE LICITAÇÃO

MUNICIPIO DE XAXIM – SC – ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO LICITATÓRIO N. 167/2015

TOMADA DE PREÇO PARA OBRA E SERVIÇO DE ENGENHARIA N. 009/2015

O Município de Xaxim – SC comunica que encontra-se aberto o processo licitatório acima especificado objetivando a contratação de empresa para ampliação do posto de saúde do Bairro Santa Terezinha, conforme descrição completa no edital. Os envelopes da documentação e da proposta deverão ser entregues até às 13h: 45min do dia 30 de setembro de 2015, procedendo à abertura às 14h: 00min do mesmo dia. O Edital e seus anexos poderão ser retirados pelo site [www.xaxim.sc.gov.br](http://www.xaxim.sc.gov.br) maiores informações poderão ser obtidos junto à sede do Município de Xaxim - SC, sito à Rua Rui Barbosa nº 347, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta feira.

Xaxim - SC, 11 de setembro de 2015.

Idacir Antônio Orso

Prefeito

## Consórcios

### AGIR

#### CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA AGIR

CONVOCAÇÃO:

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

FERNANDO TOMASELLI, Presidente da Diretoria Executiva da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí – AGIR, no uso das atribuições legais e de acordo com o Artigo 17 e Parágrafos, Artigo 20 e Incisos e Artigo 30 Inciso I do Estatuto Social, CONVOCA todos os associados e consorciados em dia com as suas obrigações estatutárias para a ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA que se realizará no dia 17 de setembro de 2015, às 13h30min, em primeira (1ª) convocação com a presença da maioria qualificada e em não havendo o número, em segunda (2ª) convocação, trinta (30) minutos após, às 14h00min, com a presença da maioria simples dos consorciados.

Local: Rua: Alberto Stein, nº 466, Auditório do 1º piso – Bairro: Velha, CEP: 89.036-200, Blumenau, Santa Catarina.

ORDEM DO DIA

- 1 – Leitura e aprovação da ata anterior;
- 2 – Apresentação sobre a viagem de Delegação à Alemanha “Desenvolvimento de modelos de sistemas de taxas socialmente sustentáveis para uma economia circular com cobertura de custos em regiões específicas do Vale do Itajaí em Santa Catarina, Brasil”;
- 3 – Regulação em transportes públicos;
- 4 – Assuntos gerais.

Blumenau (SC), em 11 de setembro de 2015.

FERNANDO TOMASELLI

Presidente da Diretoria Executiva

(original assinado)

### CIS NORDESTE

#### QUARTO TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO Nº 010/2013

Quarto Termo de Aditamento ao Contrato nº 010/2013

Data: 17/08/2015

Contratante: CISONORDESTE/SC

Contratada: Hospital de Olhos Freitag Ltda

CNPJ: 03.222.337/0001-31

Objeto: Inclusão contratual de exames oftalmológicos (retinografia colorida e topografia)

Valor/mês: R\$ 3.122,00 (três mil, cento e vinte e dois reais)

Valor/anual: R\$ 37.464,00 (trinta e sete mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais).

Base Legal: Inexigibilidade de licitação

José Chaves – Presidente do CISONORDESTE/SC

#### RESOLUÇÃO Nº 14/2015

Resolução nº 14/2015.

Dispõe sobre o reajuste de valores para os exames de Capsulotomia a Yag Laser (Monocular), Potencial Evocado Visual e dá outras providências.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISONORDESTE/SC, Sr. José Chaves, Prefeito Municipal de Garuva, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, em cumprimento as disposições do Contrato de Consórcio Público do CISONORDESTE/SC, considerando as disposições da Lei Federal 11.107/05 e Decreto Federal 6.017/05, e, conforme deliberado na 2ª Reunião Ordinária do Conselho Administrativo realizada em 24/06/2015,

RESOLVE:

Art. 1º - Considerando que diversos exames/procedimentos de saúde da tabela de valores SUS não têm reajuste há mais de 15 anos e/ou nunca sofreram reajuste;

Art. 2º - Considerando que os prestadores de serviço solicitaram ao consórcio revisão para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos;

Art. 3º - Fica autorizado o reajuste de valores para os exames de conforme abaixo:

CODIGO	DISCRIMINAÇÃO	VALOR SUS	COMPLEMENTO	VALOR CIS
05.05.05.002-0	Capsulotomia a Yag Laser (Monocular)	R\$ 45,00	R\$ 55,00	R\$ 100,00
02.11.05.012-1	Potencial Evocado Visual	R\$ 4,06	R\$ 145,94	R\$ 150,00

Art. 4º - Os valores reajustados passam a ter vigência a partir de 1º julho de 2014.

Art. 5º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Joinville, 30 de junho de 2015.  
José Chaves  
Presidente do CISONORDESTE/SC

### RESOLUÇÃO Nº 15/2015

Resolução nº 15/2015.

Dispõe sobre a inclusão de procedimentos na tabela do CISONORDESTE/SC e dá outras providências.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISONORDESTE/SC, Sr. José Chaves, Prefeito Municipal de Garuva, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, em cumprimento as disposições do Contrato de Consórcio Público do CISONORDESTE/SC, considerando as disposições da Lei Federal 11.107/05 e Decreto Federal 6.017/05, e, conforme deliberado na 2ª Reunião Ordinária do Conselho Administrativo realizada em 24/06/2015,

RESOLVE:

Art. 1º - Considerando que o Edital nº 01/2015 tem validade até 31/01/2019;

Art. 2º - Considerando que no decorrer do ano surgem demandas de novas consultas/exames/procedimentos ambulatoriais e cirúrgicos que não constam na tabela do CISONORDESTE/SC.

Art. 3º Quando necessário, fica autorizado através de RESOLUÇÃO, à inclusão de novas consultas/exames/procedimentos ambulatoriais e cirúrgicos não constantes na tabela CISONORDESTE/SC, anexa ao Edital 01/2015.

Art. 4º - A prestação dos serviços inclusas na tabela através de Resolução deverá obedecer todo o certame do Edital nº 01/2015.

Art. 5º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Joinville, 30 de junho de 2015.  
José Chaves  
Presidente do CISONORDESTE/SC

---

### CONSÓRCIO MAMPITUBA

---

### CONTRATO 3/2015

CONTRATO 03/2015. Contratante: Consócio Intermunicipal de Infraestrutura e Desenvolvimento da Região do Vale do Rio Mampituba. Contratado: Jorge Antonio Costa Izaruirre. Objeto: prestação de serviços de Assistência Técnica para montagem e operação da usina de asfalto bem como o acompanhamento para a produção da massa asfáltica, que será utilizada para pavimentação do trecho de ligação viária entre os Municípios de Praia Grande/SC, São João do Sul/SC e Mampituba/RS, de acordo com o projeto básico. Valor: R\$ 4.400,00. Vigência: de 01/09/2015 a 31/12/2015. São João do Sul, 01 de setembro de 2015. Presidente do Consórcio.